Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Lucas Pacheco Campos

Neoliberalismo e luta de classes: um estudo sobre a experiência política da "Geringonça" portuguesa (2015-2019)

Rio de Janeiro

2021

Lucas Pacheco Campos

Neoliberalismo e luta de classes: um estudo sobre a experiência política da "Geringonça" portuguesa (2015-2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana. Linha de Pesquisa: Estado e Política Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C198 Campos, Lucas Pacheco
Neoliberalismo e luta de classes: um estudo sobre a experiência política da "Geringonça" portuguesa (2015-2019) / Lucas Pacheco Campos. – 2021.
408 f.

Orientadora: Gaudêncio Frigotto
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.

1. Politícas Públicas – Teses. 2. Imperialismo – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Frigotto, Gaudêncio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es CDU 3(469)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Lucas Pacheco Campos

Neoliberalismo e luta de classes: um estudo sobre a experiência política da "Geringonça" portuguesa (2015-2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Aprovada em 30 de setembro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Orientador)

Faculdade de Educação – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Maria Natália de Carvalho Alves (Coorientadora)

Universidade de Lisboa

_____

Prof.ª Dr.ª Eveline Bertino Algebaile

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dr. Cláudio Roberto Marques Gurgel

Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Marcelo Braz Moraes dos Reis

Universidade Federal de Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

À Tuíla, por seu amor incondicional, sem o qual a realização deste desafio seria simplesmente impossível.

Aos entrevistados e à entrevistada, que muito prontamente se disponibilizaram a participar desta investigação.

À minha família, amigos e amigas, que, como sempre, me ofereceram carinho, compreensão e suporte sempre que precisei.

Ao meu orientador, que abraçou inteiramente este projeto e me apoiou em todos os momentos. Gaudêncio é um exemplo não apenas teórico, mas de humanidade. Levarei seus ensinamentos para toda a vida.

À Natália, que aceitou nossa proposta de pesquisa, recebeu-me em Lisboa e me proporcionou todo o apoio acadêmico e institucional ao longo do estágio sanduíche. Seu afeto e sua generosidade fizeram da minha experiência na "terrinha" ainda mais rica e inesquecível.

Às professoras e aos professores que gentilmente aceitaram participar da etapa de qualificação e da banca de defesa, contribuindo decisivamente nesta empreitada.

Aos professores, trabalhadores da educação e colegas que conheci no PPFH e no Instituto de Educação da UL. Em especial, menciono os laços de companheirismo estabelecidos com Vera, Tássia e Paula, amizades que carregarei da UERJ e de Lisboa para a vida.

À UFJF e ao Departamento de Administração do *campus* GV, que apoiaram minha iniciativa e me concederam liberação de dois anos para realização deste doutoramento.

Ao sistema público de educação brasileiro e todos os seus trabalhadores, que, apesar dos incontáveis ataques sofridos, seguem resistindo bravamente e representando a possibilidade de um Brasil diferente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Mientras pasa la estrella fugaz
acopio este deseo instantáneo
montones de deseos hondos y prioritarios
por ejemplo que el dolor no me apague la rabia
que la alegría no desarme mi amor
que los asesinos del pueblo se traguen
    sus molares caninos e incisivos
    y se muerdan juiciosamente el hígado
que los barrotes de las celdas
    se vuelvan de azúcar o se curven de piedad
    y mis hermanos puedan hacer de nuevo
el amor y la revolución […]
que los justos avancen
    aunque estén imperfectos y heridos
    que avancen porfiados como castores
    solidarios como abejas
    aguerridos como jaguares
    y empuñen todos sus noes
    para instalar la gran afirmación […]
que el aire vuelva a ser respirable y de todos
y que vos muchachita sigas alegre y dolorida
    poniendo en tus ojos el alma
    y tu mano en mi mano
y nada más
porque el cielo ya está de nuevo torvo
    y sin estrellas
con helicóptero y sin dios

Mario Benedetti

RESUMO

CAMPOS, Lucas Pacheco. *Neoliberalismo e luta de classes: um estudo sobre a experiência política da "Geringonça" portuguesa (2015-2019)*. 2021. 408 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O mundo vive nos últimos anos variados efeitos de uma persistente crise econômica com graves desdobramentos políticos e sociais. O capitalismo neoliberal, em vigência a partir da década de 1970, está sofrendo, ao menos desde a crise de 2008, um processo de transformação-radicalização no qual o neoliberalismo reacionário assume como sua variante teórico-histórica predominante. Trata-se de um movimento de recrudescimento do capitalismo imperialista que vem se conformando gradativamente, ao longo da última década, como padrão de resposta para seu ambiente de múltiplas crises. Assim, o neoliberalismo está se transformando e, ao mesmo tempo, tornando-se tendencialmente mais radicalizado na economia e mais reacionário na política. Nesse contexto, esta tese se preocupou em estudar um fenômeno que poderia significar uma forma de resistência à atual investida neoliberal sobre o campo do trabalho e as camadas populares. Na contramão da conjuntura global, formou-se em 2015 um novo governo em Portugal, resultado de um histórico entendimento entre a social-democracia (Partido Socialista) e a esquerda (Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista "Os Verdes"). Essa inédita arquitetura política, que ficou conhecida como Geringonça, sustentou parlamentarmente um governo minoritário liderado pelos socialistas, o qual não contou com a participação das demais forças na estrutura do poder executivo. A solução não se firmou exatamente como uma coligação formal, mas como uma experiência inovadora no país, efetuada sobre um conjunto de compromissos que tinham como eixo central o combate aos efeitos da crise econômica e, simultaneamente, a resistência à radicalização neoliberal aplicada pelo governo anterior submisso aos imperativos de austeridade emanados pela Troika. Considerando o término da arquitetura política em outubro de 2019, o principal objetivo desta pesquisa foi investigar o desenvolvimento histórico da experiência portuguesa conhecida como Geringonça, vigente entre 2015 e 2019, apreendendo seus significados concretos para a resistência à ofensiva neoliberal. Para tanto, o trabalho interpretou dialeticamente o fenômeno em seu desenvolvimento real, conectando-o à história recente do país e ao contexto capitalista universal. Analisou-se, então, a gênese, o desenvolvimento, o término e os significados dessa experiência. Notou-se como a mesma foi forjada em meio à processos históricos e conjunturais particulares à realidade portuguesa. Também se percebeu o papel decisivo desempenhado pela esquerda no sentido de influenciar aquele governo minoritário. Em sua dialética da vitória e da derrota, a arquitetura Geringonça se firmou num equilíbrio instável, revelando resultados e significados contraditórios que se expressam para além dos seus quatro anos de operação e superam a realidade portuguesa. Concluiu-se que a experiência expressou uma alteração na correlação de forças internas, dotando a esquerda de maior poder de intervenção na política nacional e contribuindo para a contenção do programa de austeridade que vinha sendo aplicado até 2015. Tais resultados, entretanto, não se efetivaram concretamente como superação do neoliberalismo em Portugal, nem mesmo numa interrupção completa da radicalização neoliberal no país. Nesse trajeto investigativo, o principal aprendizado deixado pelo fenômeno foi o reforço de uma tese há muito defendida pela tradição marxista: a chave da resistência dos explorados e oprimidos contra a atual ofensiva do capital está na luta de classes.

Palavras-chave: Imperialismo. Neoliberalismo. Luta de Classes. Portugal. Geringonça.

ABSTRACT

CAMPOS, Lucas Pacheco. *Neoliberalism and class struggle: a study of the political experience of the Portuguese "Geringonça" (2015-2019).* 2021. 408 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In recent years, the world has been experiencing the various effects of a persistent economic crisis with serious political and social consequences. Neoliberal capitalism, operative since the 1970s, has been suffering, at least since the 2008 crisis, a transformation-radicalization process in which reactionary neoliberalism takes on as its predominant theoretical-historical variant.This is a resurgence movement of imperialist capitalism that has been gradually conforming, over the last decade, as a response pattern to its environment of multiple crises. Thus, neoliberalism is transforming itself and, at the same time, tending to become more radicalized in economics and more reactionary in politics. In this context, this thesis was concerned to study a phenomenon that could represent a form of resistance to the current neoliberal attack to the labor field and the popular classes. In the opposite direction of the global trend, in 2015 a new government was formed in Portugal, the result of a historic understanding between social democracy (Socialist Party) and the left (Left Block, Portuguese Communist Party and Ecologist Party "Os Verdes"). This unprecedented political architecture, which became known as Geringonça, supported in parliament a minority government led by the socialists, which did not have the participation of other forces in the structure of the executive power. The solution was not established exactly as a formal coalition, but as an innovative experience in the country, carried out on a set of commitments that had as its central axis the fight against the effects of the economic crisis and, simultaneously, resistance to the neoliberal radicalization applied by the previous government, that was submissive to the austerity imperatives emanating from the Troika. Considering the end of the political architecture in October 2019, the main objective of this research was to investigate the historical development of the Portuguese experience known as Geringonça, valid from 2015 until 2019, apprehending its concrete meanings for the resistance to the neoliberal offensive. Therefore, the work dialectically interpreted the phenomenon in its real development, connecting it to the country's recent history and to the universal capitalist context. Then, the genesis, development, ending and meanings of this experience were analyzed. It was noted how it was forged in the midst of historical and conjunctural processes particular to the Portuguese reality. The decisive role played by the left in influencing that minority government was also perceived. In its dialectics of victory and defeat, Geringonça architecture has established itself in an unstable balance, revealing contradictory results and meanings that are expressed beyond its four years of operation and surpasses the Portuguese reality. It was concluded that the experience expressed a change in the internal correlation of forces, giving the radical left more power to intervene in national politics and contributing to the containment of the austerity program that had been applied until 2015. Such results, however, did not materialize concretely as an overcoming of neoliberalism in Portugal, nor even as a complete interruption of the neoliberal radicalization in the country. In this investigative trajectory, the main lesson left by the phenomenon was the strengthening of a thesis long defended by the Marxist tradition: the key to the resistance of the exploited and oppressed against the current offensive of capital lies in class struggle.

Keywords: Imperialism, Neoliberalism, Class Struggle, Portugal, Geringonça.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da taxa de lucro em economias capitalistas centrais (%). 44
Figura 2 – Evolução da taxa de lucro mundial, em países centrais e países periféricos (%). 44
Figura 3 – Tendência geral e movimentos cíclicos do capitalismo. 49
Figura 4 – Evolução da taxa de lucro e demarcação cíclica do capitalismo..... 96
Figura 5 – Crescimento real do PIB e participação do capital e do trabalho (2009-2015)..... 287
Figura 6 – Taxa de desemprego (%) e Salário Mínimo Nacional (euros) (2009-2015). 287
Figura 7 – Evolução do emprego na administração pública (2011-2019). 288
Figura 8 – Evolução do peso do emprego na administração pública. 289
Figura 9 – Crescimento real do PIB e participação do capital e do trabalho (2009-2019)..... 329
Figura 10 – Taxa de desemprego (%) e Salário Mínimo Nacional (euros) (2009-2019). 329
Figura 11 – Evolução da dívida pública bruta em % do PIB (2009-2019)..... 330
Figura 12 – Evolução da formação bruta de capital fixo em milhões de euros (2009-2019)..... 331
Figura 13 – Composição da formação bruta de capital fixo (2009-2019). 331
Figura 14 – Evolução da formação bruta de capital fixo em % do PIB (2009-2019). 332
Figura 15 – Resultados das eleições legislativas portuguesas de 2015 e 2019. 353

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD –	Aliança Democrática
ANA –	Aeroportos de Portugal
APU –	Aliança Povo Unido
ARP –	Assembleia da República Portuguesa
ASP –	Acção Socialista Portuguesa
AUE –	Ato Único Europeu
BE –	Bloco de Esquerda
BM –	Banco Mundial
BP –	Banco de Portugal
CCE –	Comunidade Económica Europeia
CDS –	Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular
CDU –	Coligação Democrática Unitária
CE –	Comissão Europeia
CECA –	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CGTP/IN –	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional
COPCON –	Comando Operacional do Continente
CTT –	Correios, Telégrafos e Telefones
EDP –	Energias de Portugal
EURATOM –	Comunidade Europeia da Energia Atômica
FEPU –	Frente Eleitoral Povo Unido
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FSP –	Frente Socialista Popular
IL –	Iniciativa Liberal
INE –	Instituto Nacional de Estatística
ISCTE/IUL –	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa
LCI –	Liga Comunista Internacionalista
MAS –	Movimento Alternativa Socialista
MES –	Movimento de Esquerda Socialista
MDP/CDE –	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MFA –	Movimento das Forças Armadas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PàF –	Portugal à Frente

PAN – Pessoas, Animais, Natureza

PCP – Partido Comunista Português

PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PEV – Partido Ecologista "O Verdes"

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNR – Partido Nacional Renovador

POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo

PPM – Partido Popular Monárquico

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PSDA – Partido Social-Democrata da Alemanha

PSI – Partido Socialista Italiano

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSR – Partido Socialista Revolucionário

PT – Partido dos Trabalhadores

REN – Redes Energéticas Nacionais

Ruptura/FER – Frente da Esquerda Revolucionária

SGMAI – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

STCP – Sociedade Transportes Colectivos do Porto

TAP – Transportes Aéreos Portugueses/TAP *Air* Portugal

TINA – "*There is no alternative*"

TSI – Taxa Social Única

UDP – União Democrática Popular

UE – União Europeia

UEM – União Econômica e Monetária

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UGT – União Geral de Trabalhadores

UL – Universidade de Lisboa

ZE – Zona do Euro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 **O CAPITALISMO NA ATUALIDADE: CRISE, IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E LUTA DE CLASSES** 35

1.1 **Capitalismo e crise** 38

1.2 **Capitalismo imperialista** 50

1.3 **Imperialismo hoje** 61

1.4 **Neoliberalismo** 71

1.5 **Estabilidade na atual instabilidade** 91

1.6 **Variantes neoliberais e luta de classes** 108

1.6.1 Social-democracia na história 112

1.6.2 Ordoliberalismo 129

1.6.3 Social-liberalismo 146

1.6.4 Neoliberalismo reacionário 159

2 **DIALÉTICA DA VITÓRIA E DA DERROTA E A EXPERIÊNCIA DA GERINGONÇA PORTUGUESA** 175

2.1 **Contextualização política e econômica de Portugal** 175

2.1.1 Ditadura fascista e modernização conservadora 177

2.1.2 Derrubada do fascismo e do colonialismo: a revolução como negação 184

2.1.3 A revolução como processo histórico incompleto 191

2.1.4 A dialética da revolução: entre a unidade e a fragmentação 199

2.1.5 Reorganização capitalista no pós-Abril 207

2.1.5.1 Direita e social-democracia: formação de um bloco central 212

2.1.5.2 Força relativa da esquerda 224

2.1.5.3 Capital monopolista e ofensiva neoliberal 238

2.2 **Integração europeia e consenso neoliberal** 252

2.2.1 Europa alemã, euro e neoliberalização da região 256

2.2.2 Portugal nesta Europa 269

2.3 **Anos 2010: da radicalização neoliberal à Geringonça** 277

2.3.1 Crise da zona do euro e austeridade em Portugal 277

2.3.2 A experiência política Geringonça 294

2.3.2.1 Descrição das fontes e apresentação dos entrevistados 294

2.3.3 A gênese de uma convergência histórica 300

2.3.4 Um balanço sobre a experiência 318
2.3.5 A Geringonça entre vitórias e derrotas: do término às suas consequências 352
CONCLUSÕES 373
REFERÊNCIAS 391

INTRODUÇÃO

Na esteira da bolha imobiliária que se transformou em crise mundial em 2008, a década de 2010 foi um período histórico marcado pelo encontro de múltiplas crises. Além da crise econômica global e suas consequências localizadas, houve também abalos políticos, sociais, ambientais, migratórios. Nesse contexto histórico, viu-se o crescimento de variadas formas de conservadorismo econômico, político e ideológico em diversas partes do mundo. Com o olhar sobre a totalidade social, Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014) diagnosticaram esses processos como sendo as manifestações mais visíveis da quarta crise estrutural do capitalismo: a crise do neoliberalismo, cujas origens estariam nas próprias contradições do regime neoliberal progressivamente consolidado a partir dos anos 1970-1980. Segundo a previsão feita pelos autores ainda no início da década, seus efeitos seriam drásticos, multifacetados e contraditórios, os quais, articulados, provocariam em última instância o colapso do ciclo de acumulação neoliberal e engendrariam um novo modelo de organização do capitalismo.

Entretanto, o que se viu no decorrer dos anos 2010 foram movimentos que indicam o contrário. O neoliberalismo não entrou em sua rota de deterioração final e de superação, mas sim em um conturbado processo que articula impulsos de transformação e radicalização. Ao invés de se falar em uma crise do neoliberalismo, como fazem Duménil e Lévy (2014), talvez o mais adequado seja referir-se à manifestação de crises no neoliberalismo ao longo da última década. Associado a um quadro geral regressivo quanto à intensidade e à organização da luta de classes, esse ambiente engendrou adaptações do próprio regime de acumulação e de suas formas políticas e ideológicas no sentido de oferecer possíveis respostas no interior do próprio neoliberalismo. Respostas que se demonstram tendencialmente mais radicais – econômica, política e ideologicamente.

Ainda que seus formatos tenham se alterado, o conteúdo neoliberal se recrudesceu em muitos aspectos nos últimos anos. Isso se viu no papel assumido por Estados quanto ao gerenciamento da crise de 2008, quando subordinaram o que lhes restava de *éthos público* e atuaram essencialmente na salvaguarda dos negócios privados (GURGEL, 2014) ou nas "ameaças de austeridade perpétua" transformadas em programas político-económicos na periferia europeia durante a crise da zona do euro (NUNES, 2013c). Também no processo de "restauração conservadora" vivenciado em todo o continente latinoamericano, que associou o crescimento da dominação política predominantemente coercitiva com o aprofundamento da agenda neoliberal na região (KATZ, 2016).

Ao mesmo tempo, é certo que transformações vêm ocorrendo. Uma dimensão marcante são as novas arquiteturas de dominação forjadas e combinadas com a tecnocracia neoliberal antidemocrática já conhecida há décadas (STRECK, 2018). Esse novo ambiente político pode implicar algum nível de contradição com a lógica de acumulação *per si*, mas se integra dialeticamente na totalidade neoliberal. O crescimento acelerado de movimentos e governos de extrema-direita é parte desse processo, tendo sido objeto de estudo e de preocupação de muitos autores. Enzo Traverso (2019) e Michael Löwy (2019), por exemplo, admitem até mesmo a utilização dos termos "semifascismo" ou "neofascismo" para o tratamento de algumas dessas experiências, mas preferem a expressão "pós-fascismo" como forma de designar tanto as continuidades quanto as diferenças entre o nazifascimo do passado e a extrema-direita do presente. Independente da denominação escolhida, o certo é se tratar de um movimento político que se acopla dialeticamente ao processo de transformação e radicalização neoliberal vivenciado em parte expressiva do mundo nos últimos anos.

Ao que nos parece, o neoliberalismo não entrou em sua crise derradeira nos anos 2010, mas tem experimentado um processo de transformação-radicalização, de modo que vem ganhando novas regularidades econômicas, políticas e ideológicas ao mesmo tempo em que enrijece o núcleo duro de suas diretrizes que afirmam o mercado como o melhor e mais adequado espaço de realização das relações sociais. É mais provável, portanto, que não estejamos diante de sua morte, e sim da emergência de uma modalidade neoliberal que recupera e combina, sob novas condições, seu receituário ideal dos anos 1970-1990[1] com formas políticas *à la* Chile de Pinochet, Peru de Fujimori ou, mais recentemente, Colômbia de Uribe (ANDERSON, 1995; BANDEIRA, 2002; CHAVES, 2008). Essa variante passa a concorrer (e se mesclar) com aqueles formatos sociais-liberais, conforme identificados por Castelo (2013), no fornecimento de respostas historicamente determinadas à mais recente crise do capital e aos múltiplos e violentos desdobramentos que se arrastam até os dias de hoje[2].

---

[1] Ao longo deste trabalho, toma-se emprestada a expressão "receituário-ideal" utilizada por Rodrigo Castelo (2013), em seu estudo sobre o social-liberalismo, para designar aquele conjunto de diretrizes econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam a doutrina neoliberal expressadas em seus programas político-econômicos predominantes entre a década de 1970 e os anos 1990. O debate sobre o receituário ideal será realizado no Capítulo 4.

[2] Registra-se que esta interpretação a respeito de um processo de transformação-radicalização neoliberal ao longo da última década é uma leitura sobre uma tendência geral do capitalismo global, a qual se realiza em tempos, intensidades e combinações variadas, a depender da concretude de cada formação histórico-social. Conduto, essa hipótese de trabalho não é capaz de dar conta das realidades vivenciadas em países tais como Cuba, Coréia do Norte, Vietnã e China. Trata-se de um pequeno grupo de países muito diferenciados entre si, mas que comungam a caracterírtca de não estarem plenamente integrados ao capitalismo global e/ou não pertencerem à zona de influência política, econômica e ideológica diretamente exercida pelos Estados Unidos da América (EUA) e, em segundo plano, pela União Europeia. O principal representante desse grupo seria a República Popular da China, país que vivenciou uma revolução socialista na década de 1940, promoveu

No fim de 2015, em meio a esse cenário crítico de reorganização neoliberal e na contramão da conjuntura mundial, construiu-se em Portugal uma conformação governativa que chamou a atenção de analistas e atores políticos. Para compreendê-la, é preciso voltar um pouco no tempo.

Entre 2010 e 2015, Portugal vivenciou uma drástica crise econômica, com graves efeitos políticos e sociais. Esse quadro, que fazia parte dos desdobramentos da crise de 2008 e da subsequente crise da zona do euro, era agravado pela dura política de austeridade aplicada pelo governo local entre 2011 e 2015, que atuava em associação à intervenção direta promovida pela Comissão Europeia (CE), pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – grupo de instituições internacionais que comanda as finanças europeias, conhecido como Troika. A interferência estrangeira, as políticas regressivas e os memorandos de entendimento foram consumados sob o mantra "*there is no alternative*"[3].

Em troca de empréstimos, vieram os compromissos. A junção de poderes políticos e econômicos locais com a ingerência estrangeira realizou um verdadeiro choque de austeridade, executando uma profunda agenda de ajuste fiscal que beneficiava o grande capital atuante no país, como demonstram os estudos de Marcelo Braz (2016). Foi um período de corte de investimentos estatais, rebaixamento das políticas públicas, deterioração do Estado Social, arrocho salarial, privatizações, concessões, redução de direitos sociais e laborais, aumento de

reformas econômicas a partir dos anos 1970 e tem protagonizado impressionantes níveis de crescimento econômico e social, tornando-se o principal oponente dos EUA na arena internacional do pós-Guerra Fria (sobretudo no século XXI) – a ponto de hoje ameaçar sua hegemonia. Entende-se que o papel desempenhando pela China na conjuntura global (desdobrado, por exemplo, em guerras comerciais, confrontos diplomáticos e disputas tecnológicas com os EUA) seguramente produz efeitos a nível das relações de força mundiais, de modo que influencia direta e indiretamente na conformação da dinâmica neoliberal que rege a economia e as formas político-ideológicas na maior parte dos países nas últimas quatro décadas. Entretanto, essas determinações que envolvem a China e o movimento global do capitalismo não serão abordadas nesta investigação. Trata-se de um debate que vem sendo realizado por diversos intelectuais, movimento com o qual a presente empreitada não possui condições de se envolver. Limitamo-nos apenas a sublinhar que a estrutura produtiva e as superestruturas chinesas possuem formas históricas e modos de funcionamento que mereceriam uma análise pormenorizada. Seguramente, relacionam-se e, em muitos aspectos, até mesmo inserem-se na dinâmica capitalista neoliberal. Entretanto, a realidade chinesa não se resume a isso, sobretudo quando se considera a dimensão de suas políticas internas e o elevado grau de participação do Estado na economia e na vida do país como um todo, de modo que a China (sua economia, suas formas políticas e ideológicas, seus formatos de sociabilidade) não pode ser simplesmente inserida como mera partícipe do atual ciclo neoliberal em vigor no capitalismo. Para um debate plural acerca dessa temática, ver Giovanni Arrighi, em "Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI" (2008), Perry Anderson, em "Duas revoluções: Rússia e China" (2019) e Elias Jabour, em "China: Socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois" (2020).

[3] A palavra de ordem "não há alternativa" ficou famosa no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra dos anos 1980, quando foi massivamente utilizada para impor um drástico programa de reformas neoliberais sobre o Estado. No caso português, as posições do economista José da Silva Lopes, ligado ao Partido Socialista (PS) e ex-ministro de Estado em diversas pastas, dão o tom dessa ideia-chantagem pregada no auge da crise em Portugal: ruim com a austeridade e a Troika, pior sem elas. Ver mais em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais/silva-lopes-acredita-que-portugal-nao-tem-alternativa-a-troika-ao-longo-do-proximo-ano_a652826>. Acesso em 09/10/2020.

impostos. Essas medidas fizeram aprofundar a crise econômica e seus mais diversos efeitos, bloqueando a recuperação social, incentivando a quebra de pequenos e médios negócios, estimulando a concentração de capitais, fomentando a financeirização e a especulação, reduzindo salários e pensões, aumentando a pobreza, a desigualdade, a emigração, o desemprego e o grau de exploração sobre os trabalhadores mantidos em atividade. Ao mesmo tempo, era um cenário em que se reforçava a subordinação da soberania política do país no quadro da União Europeia (UE). Em julho de 2013, Olli Rehn, então Comissário Europeu para Assuntos Econômicos e Monetários, uma das principais autoridades econômicas da UE na altura, afirmava que a Troika, que ao mesmo tempo também intervinha na Irlanda, na Grécia e no Chipre, tinha vindo para ficar[4].

Apesar da disposição pela perenidade daquelas políticas, entre outubro e novembro de 2015, os ventos soprados em Portugal pareciam trazer mudanças. Como resposta ao dramático cenário interno e ao contrário do que ocorria no restante da periferia europeia, ali se iniciava uma nova experiência política que se apresentava com base em um conjunto de compromissos anti-austeridade econômica, orientados no sentido da recuperação de direitos relacionados ao campo do trabalho.

Essa linha programática se viabilizou no governo nacional após as eleições legislativas ocorridas em 4 de outubro de 2015, materializada enquanto contraposição explícita às diretrizes que vinham sendo implementadas pela direta. A coligação Portugal à Frente (PàF) havia alcançado o primeiro lugar naquela disputa. Integrada pelos dois principais partidos da direita portuguesa, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático Social (CDS), a PàF obteve 38,5% dos votos válidos, o que lhe rendeu 107 dos 230 assentos na Assembleia da República. Nessas condições, quatro partidos – sendo um pertencente ao espectro político da social-democracia e três da esquerda –, que juntos reuniam 122 assentos no Parlamento, uniram-se para rejeitar a continuidade daquele programa em vigor desde 2011 e, na prática, para impedir a recondução da direita ao executivo.

Composta pelo Partido Socialista (PS), pelo Bloco de Esquerda (BE), pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista Os Verdes (PEV), essa coalização, inédita em Portugal desde o processo revolucionário de 1974-1975 – momento em que a social-democracia e a esquerda atuaram brevemente em unidade no plano nacional –, ficou conhecida como “Geringonça”. Tratou-se inicialmente de uma denominação pejorativa criada por Vasco Pulido Valente, intelectual de direita, e disseminada por Paulo Portas, então presidente do

[4] Ver mais em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/troika-formada-por-fmi-bce-e-ue-veio-para-ficar-diz-rehn-1.html>. Acesso em 09/10/2020.

partido conservador CDS, ao afirmar em discurso após as eleições que a coalizão recém estabelecida não era "bem um governo, mas uma geringonça"[5]. Apesar do tom depreciativo que foi imediatamente assumido pelo conjunto da direita e pela comunicação social, a denominação acabou por ser adotada pelo governo e por apoiadores daquele projeto, em clássica manobra de reverter as ofensas em referências simpáticas e bem-humoradas.

É importante registrar que aquele governo português recém constituído, liderado pelo primeiro-ministro Antônio Costa, era formado apenas pelo PS. Os demais partidos (BE, PCP e PEV) não compunham o executivo, mas asseguravam uma coalização parlamentar de esquerda, firmada a partir de compromissos estabelecidos diretamente com o PS, que sozinho detinha 86 deputados. Tratava-se, portanto, de um governo minoritário do PS, partido representante do espectro social-democrata no país desde a revolução de 1974, apoiado no parlamento pela esquerda, essencialmente pela força do BE e do PCP (juntos, tinham 34 deputados). Os pactos giravam em torno de um roteiro basilar que anunciava as principais medidas a serem implementadas com vistas ao combate das políticas de austeridade impostas no governo anterior. Em certo sentido, pode-se interpretar que ali estava uma espécie de linha política central, a qual demarcava um meio do caminho possível entre os diferentes projetos de país abraçados pelas forças integrantes daquela experiência. Ainda que não tenha recebido essa denominação, aquele conjunto de acordos estabelecia um campo político de entendimento e um roteiro básico de ações. Assim, embutia no governo perspectivas de rompimento com a tendência histórica recente e alimentava expectativas quanto à melhoria das condições de vida da maior parte da sociedade portuguesa.

Praticamente todos os compromissos firmados tinham como intuito central a contenção e reversão das políticas de austeridade que vinham sendo implementadas desde 2011 pelo governo anterior do PSD-CDS, sob a liderança do então presidente do PSD e primeiro-ministro do país, Pedro Passos Coelho. Alguns dos compromissos foram: reverter o aumento de impostos, os cortes salariais, a reforma curricular e o aumento do número de alunos por turma em escolas; diminuir os custos com energia para a população e para as instalações produtivas; aumentar o salário mínimo para pelo menos 600 euros ao longo da legislatura; descongelar os valores das pensões; acabar com a sobretaxa e os aumentos sucessivos do imposto de renda; combater a precariedade laboral; acabar com o processo de privatizações de empresas públicas e reverter aquelas realizadas na *Environment Global Facilities* (EGF, empresa de tratamento de

[5] Ver mais em: <https://www.publico.pt/2019/12/23/politica/noticia/nasceram-geringonca-caranguejola-1898073>. Acesso em 09/10/2020.

resíduos), bem como nas empresas de fornecimento de água e de transporte coletivo de Lisboa e do Porto.

De acordo com a jornalista Inês Serra Lopes (2019), em seu livro sobre a Geringonça, faz-se necessário lembrar que, apesar dos acordos, o poder executivo foi conduzido exclusivamente pelo PS. Os referidos compromissos eram bilaterais (entre os partidos e o PS, individualmente) e não garantiam de antemão maioria parlamentar aos projetos que seriam apresentados pelos socialistas, nem mesmo aos orçamentos do Estado[6] que vigorariam nos quatro anos de governo.

Aquele modelo de apoio parlamentar exigia que o governo estivesse em negociação permanente com seus "primos" políticos. Nesse sentido, quando se refere aqui à Geringonça, não se fala exatamente do governo do PS que ocorreu entre 2015 e 2019. Refere-se, na verdade, à inédita arquitetura construída entre a centro-esquerda e a esquerda, na qual a esquerda com representação parlamentar (BE, PCP e PEV) sustentou legislativamente um governo moderado – com traços que lembram a social-democracia histórica – sem fazer parte do mesmo e, ao mesmo tempo, tendo força política para pressioná-lo. Essa dinâmica se constituiu como principal fator de equilíbrio daquela conformação política. Não percebê-la significaria não captar a essência da Gerigonça (LOPES, 2019). Tais características singulares também explicam a preferência pela denominação do caso como uma "experiência política", mas não como uma coligação formal ou uma frente eleitoral.

Os ventos soprados em Portugal se fizeram sentir no Brasil. Não no sentido de alteração da dramática conjuntura nacional que se arrasta na última década, cenário que somente tem se agravado desde pelo menos o golpe de Estado (de novo tipo) de 2016. Mas no sentido de animar parcelas da esquerda brasileira quanto à possibilidade de se construir uma Geringonça desse lado do Atlântico. Mesmo sabedores das inúmeras diferenças entre as condições concretas dos dois países – o que inclui as relações de força, as regras e as dimensões dos respectivos sistemas políticos –, diversos intelectuais e lideranças já levantaram essa hipótese.

O professor Reginaldo Moraes, quadro intelectual do Partido dos Trabalhadores (PT) e colaborador da Fundação Perseu Abramo, em julho de 2017, num artigo intitulado "As frentes de esquerda e a sabedoria das gambiarras e geringonças", defendeu explicitamente a aproximação do seu partido com o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) para a formação no

---

[6] O orçamento do Estado é um dos principais instrumentos governamentais do sistema político português. É um expediente anualmente construído pelo governo e apresentado à Assembleia da República, indicando concretamente suas intencionalidades para o ano seguinte. A proposta é sempre negociada com o conjunto das forças políticas eleitas e votada no Parlamento, transformando-se na peça que traduz (mais ou menos, a depender sempre do resultado das negociações) o programa do governo eleito em cada ano de mandato.

Brasil de algo similar à experiência portuguesa[7]. Seu artigo era uma resposta a outro texto, publicado dias antes no jornal português Público e escrito por Ruy Braga, quadro intelectual do Psol, e Elísio Estanque, intelectual português e membro do BE[8]. Embora tanto Moraes (2017) quanto Braga e Estanque (2017) defendessem a formação da tal "gambiarra" brasileira, divergiam em suas avaliações e pressupostos sobre como realizá-la. Enquanto Moraes (2017) enxergava o principal entrave num suposto sectarismo psolista, Braga e Estanque (2017) imputavam aos petistas uma falta de disposição para romper com linhas políticas de cunho neoliberal.

No ano seguinte, foi a vez de Tarso Genro, liderança histórica do PT e ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, defender a aproximação entre a esquerda e a centro-esquerda no Brasil, seguindo o exemplo lusitano[9]. Para além de PT e Psol, Genro agregava outros partidos do centro político brasileiro a esse arco possível de alianças, posição que viria a reforçar tempos depois em nova entrevista, dessa vez oferecida ao jornal Estado de São Paulo, em janeiro de 2021[10].

Em 2020, com o avanço da crise brasileira, juntaram-se a esse debate público o cientista social Luiz Werneck Vianna, o historiador Valério Arcary e o deputado federal Marcelo Freixo. Ainda que demonstrando certo pessimismo quanto às possibilidades dessa realização, Vianna afirmou a necessidade da esquerda nacional se esforçar na busca pela "nossa geringonça" como forma de defesa daquilo que entende por democracia representativa[11]. Arcary, que além de intelectual é também quadro dirigente do Psol, chegou à mesma proposição tática, embora tenha caminhado por argumentação bastante distinta e vislumbre objetivos mais ousados[12]. Retornou à experiência da revolução russa de 1917, aos fatos ocorridos entre fevereiro e outubro daquele ano e às movimentações bolcheviques para defender uma aproximação do seu partido à campanha pela liberdade do ex-presidente Lula e uma política tática de aliança ao PT – "uma espécie de geringonça" – como alavanca para se enfrentar a crise nacional. Por sua vez, Marcelo Freixo, que na época era uma das principais lideranças do Psol em nível nacional, em viagem a Portugal na qual participou de eventos universitários e se reuniu com membros do BE,

---

7 Ver em: <https://brasildebate.com.br/as-frentes-de-esquerda-e-a-sabedoria-das-gambiarras-e-geringoncas/>. Acesso em 09/10/2020.

8 Ver em: <https://www.publico.pt/2017/07/11/mundo/noticia/uma-geringonca-para-o-brasil-1777735>. Acesso em 09/10/2020.

9 Ver em: <https://www.brasil247.com/blog/quem-sabe-se-teremos-uma-geringonca-brasileira>. Acesso em 09/10/2020.

10 Ver em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,inspirado-na-geringonca-tarso-genro-mira-projeto-de-uniao-da-esquerda,70003570547>. Acesso 09/02/2021.

11 Ver em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/falta-uma-geringonca-a-brasileira/>. Acesso em 09/10/2020.

12 Ver em: <https://www.brasil247.com/blog/lula-e-a-tatica-de-lenin>. Acesso em 09/10/2020.

defendeu abertamente uma aproximação do seu partido com outras forças políticas, chegando a propor a criação do que chamou de "Geringonça carioca" para as eleições municipais que ocorreriam no segundo semestre daquele ano[13]. Apesar do entusiasmo suscitado, o fato é que nada nem próximo à experiência portuguesa chegou a se formar no Brasil até hoje.

Ao mesmo tempo, essa animação também alcançou outros países. É o que indicam, por exemplo, a grande curiosidade e as repercussões na imprensa internacional, onde muito se especulou sobre os significados daquela experiência e sua real capacidade de responder à crise capitalista e seus efeitos em curso desde 2008[14]. Também é revelador o texto de Ana Rita Ferreira (2017), que identifica no caso português a possível descoberta de uma "quarta via para a política social-democrata" na Europa, visto a exceção representada pelo governo do PS português em um período de grave crise vivenciada por seus congêneres continentais. Tal como no Brasil, essa ideia de replicação tampouco rendeu frutos na Europa[15].

Independente do interesse internacional e desafiando a maior parte dos prognósticos internos[16], a inédita experiência seguiu seu curso. Em outubro de 2019 ocorreram as últimas eleições para a Assembleia da República Portuguesa, completando quatro anos do governo de António Costa e da Geringonça em exercício. O PS foi o grande vencedor do pleito, com 36,34% dos votos válidos e 108 cadeiras no Parlamento. Ali se deu o fim da experiência, ao menos da forma em que se conhecia até então. Por outro lado, visto o término daquele fenômeno, abriu-se a possibilidade para a construção de balanços históricos mais consistentes

---

13 Ver em: <https://revistaforum.com.br/politica/freixo-se-encontra-com-esquerda-de-portugal-e-se-inspira-que-venha-a-geringonca-carioca/>. Acesso em 09/09/2020.

14 Há muitas matérias jornalísticas e artigos de opinião abordando a experiência portuguesa sob variados prismas em veículos da imprensa internacional. A título de exemplo, recomendam-se matérias publicadas entre 2015 e 2018 no New York Times (EUA), no Le Monde Diplomatique (França), no El País (Espanha), no The Guardian (Inglaterra) e no New Statesman (Inglaterra). Ver em: <https://www.nytimes.com/2018/07/22/business/portugal-economy-austerity.html>;<https://www.monde-diplomatique.fr/2017/10/DARCY/58001>;<https://elpais.com/economia/2018/03/28/actualidad/1522235817_475112.html>;<https://www.theguardian.com/world/2015/nov/10/portuguese-mps-force-minority-government-to-quit-over-austerity>;<https://www.newstatesman.com/world/2018/03/europe-s-socialist-success-story-strange-rebirth-portuguese-left>. Acesso em 09/10/2020.

15 No fim de 2019, em virtude de um ambiente de grave instabilidade política que levou o país a sucessivas eleições legislativas, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) estabeleceu uma coligação com o partido de esquerda Podemos. À época, muitos chegaram a dizer que se trataria de uma "geringonça à espanhola", mas as distinções entre os dois casos logo se fizeram presentes, de modo que o entusiasmo inicial rapidamente se dissipou. Ver mais em: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/psoe-e-podemos-avancam-para-geringonca-a-espanhola>; <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-02/espanha-chega-a-acordo-para-formar-governo-de-base-progressista.html>. Acesso em 09/10/2020.

16 A direita nacional, seus ideólogos e o grande empresariado português, onde se incluem os conglomerados midiáticos, faziam constantes alertas sobre um suposto "perigo comunista" e previsões catastróficas sobre a inviabilidade e o iminente término da Geringonça. Ver mais em: <https://www.publico.pt/2016/10/20/politica/noticia/marques-mendes-o-actual-ministro-da-economia-nao-vai-durar-muito-1748141?frm=ult>; <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/2015-e-pasmado-o-pais-viu-nascer-a-geringonca>; <https://eco.sapo.pt/2018/07/26/presidente-da-associacao-dos-bancos-diz-que-geringonca-nao-vai-durar/>. Acesso em 09/10/2020.

sobre os seus significados e para a avaliação de eventuais aprendizados para as esquerdas de modo geral.

Objetivos e desenho da pesquisa

Sem ignorar a necessidade histórica de construção de projetos societários alternativos à ordem capitalista, mas considerando objetivamente a atual conjuntura global e o papel da luta de classes na mesma, o presente trabalho se preocupa em contribuir com reflexões sobre as possibilidades reais de enfrentamento à atual dinâmica neoliberal. Nesse contexto, este estudo assumiu como temática de análise a história política recente de Portugal, acreditando que sua melhor compreensão pode colaborar para se pensar as lutas políticas do presente e as formas de resistência ao neoliberalismo não apenas nesse país. Seja para ajudar na desmistificação de possíveis análises apressadas e evitar otimismos indevidos, seja para absorver oportunidades reais de aprendizagem.

À luz da atual dinâmica do capitalismo, o objetivo central do trabalho foi *investigar o desenvolvimento histórico da experiência política portuguesa conhecida como Geringonça, vigente entre 2015 e 2019, apreendendo seus significados concretos para a resistência à ofensiva neoliberal*. Em outras palavras, procurou-se assimilar os principais elementos histórico-sociais (fatos, atores, resultados, contradições) que compuseram essa experiência política em seu movimento de surgimento, maturação e término, com o intuito de analisar seus limites e suas possíveis contribuições para as lutas políticas do presente.

A questão que norteou nossos esforços foi *avaliar se essa experiência política produziu uma ruptura com as diretrizes políticas e econômicas do neoliberalismo em Portugal, e, a partir dessa compreensão, refletir sobre seus eventuais contributos para a luta política em geral*. No início desse percurso, havia a suspeita de que a Geringonça teria expressado uma modificação das relações de força na sociedade portuguesa, tendo sido capaz de enfrentar a recente radicalização perpetrada pelo programa de austeridade, sem, no entanto, indicar um rompimento com a tendência neoliberal de longo prazo no país. Explicamos essa posição.

Primeiramente, deve-se entender que a articulação entre o principal partido da centro-esquerda (social-democracia) e os principais partidos da esquerda nacional se deve a uma combinação de fatores particulares à conjuntura portuguesa, mas também guarda relações dialéticas com o cenário capitalista europeu e global. Se, por um lado, o caso somente pode ser pensado dentro das condições materiais e do cenário da luta de classes do país, por outro, tais condicionantes estão direta e indiretamente relacionados à dinâmica do modo de produção

capitalista e suas modalidades regionais, sendo especialmente influenciado pela atmosfera da União Europeia. Dito isso, destacam-se duas dimensões do problema.

Quando se considera o processo de modernização conservadora que marca o desenvolvimento do capitalismo monopolista português (COSTA et al, 2010; ROSA, 2012; LOUÇÃ, 2020), bem como sua posição semiperiférica na arena imperialista global (REIS, 1993; SANTOS e REIS, 2018) e sua subordinação política e econômica no quadro europeu (NUNES, 2013c e 2019b; FERREIRA, 2019), seria difícil supor que uma conformação centrada na institucionalidade parlamentar, por mais progressista que fosse, tivesse a capacidade de promover no país um substantivo descolamento da atual tendência geral de transformação-radicalização neoliberal. Essa percepção nos levou ao pressuposto inicial de que, se a atualidade do modo de produção e da configuração das lutas sociais indicam a tendência geral de fortalecimento (e não declínio) do capitalismo neoliberal, uma experiência política tal como a Geringonça, materializada numa formação histórico-social como a de Portugal, não teria a autonomia política e as condições materiais necessárias para efetivamente romper com aquela lógica tendencial.

Ao mesmo tempo, certas características internas à sociedade portuguesa revelavam uma relativa margem de ação para construção de políticas de resistência. Trata-se de fatores que remontam ao passado revolucionário do país e se relacionam a um ambiente social que preservou nas últimas décadas uma esquerda (comunista e socialista revolucionária) com relevante infraestrutura política e social (LISI, 2010, 2011 e 2015; GODOY, 2013; MORAES, 2016; FREIRE, 2012 e 2017; ROSAS, 2020). Essas circunstâncias se demonstraram decisivas no momento em que a radicalização neoliberal chegou ao país, realizada via programa de austeridade e intervenção externa entre 2011 e 2015. Como se verá no decorrer do trabalho, na medida em que os estudos avançaram, essa segunda dimensão reforçou sua pertinência e fez crescer seu grau de importância no interior desta pesquisa, de modo a enriquecer nossos pressupostos iniciais.

Em síntese, numa associação entre as duas dimensões apresentadas, a presente investigação partiu da hipótese de que, *ainda que não tenha sido capaz de promover uma ruptura com o neoliberalismo implementado no país desde a segunda metade dos anos 1980, a Geringonça expressou uma alteração não desprezível da correlação de forças interna, a ponto do governo viabilizado por essa experiência política realizar uma travagem da política de austeridade que vinha sendo aplicada desde 2011*.

Levando em consideração o objetivo central e as suspeitas iniciais desta investigação, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos/intermediários, que se articulam como estratégia de estudo e se expressam na estruturação dos capítulos:

a) Caracterizar o atual estágio do modo de produção capitalista e suas formas de dominação política, com especial concentração na dinâmica neoliberal.
b) Caracterizar o atual cenário da luta de classes, atentando particularmente para expressões estabelecidas no período neoliberal.
c) Caracterizar as bases materiais do capitalismo e o contexto da luta de classes na história recente de Portugal, da Revolução dos Cravos em diante.
d) Investigar a experiência política Geringonça, de modo a se compreender seu desenvolvimento histórico, suas principais tendências e seus significados.

Essa agenda de pesquisa será realizada pela conjugação entre investigação teórica e observação empírica. Para além disso, tais objetivos trazem consigo questões que se movem, numa abordagem dialética, do universal ao singular. Inicia-se com debates gerais no sentido de uma caracterização da atualidade sistêmica para depois adentrar na realidade recente portuguesa e no objeto central da análise. Como opção de exposição e organização, o trabalho foi dividido em duas partes. A Parte I foi dedicada aos debates teóricos sobre a atualidade do capitalismo e do imperialismo, seguidos de uma interpretação sobre o período neoliberal e suas variações internas à luz da luta de classes e do desenvolvimento material do capital e suas crises. Já a Parte II, foi destinada a uma leitura sobre a história recente portuguesa, iniciando nos principais significados da ditadura fascista, passando pelos impactos do processo revolucionário de 1974-1975 e chegando no longo trajeto de restauração capitalista e ofensiva neoliberal efetivado no pós-1976. Com base nesse terreno teórico e histórico, desenvolveram-se, no fim da segunda parte, as análises sobre o desenvolvimento da experiência política Geringonça. Algumas questões sobre esse trajeto merecem ser abordadas rapidamente.

Em primeiro lugar, sabe-se que o metabolismo da sociedade burguesa, isto é, suas relações de produção, suas crises, suas superestruturas políticas e suas formas jurídicas e ideológicas não se comportam exatamente da mesma forma que ocorria há 150 anos. Entretanto, entende-se que, sem recorrer ao que há de central na obra marxiana e no legado marxista, nada se pode compreender sobre as questões candentes do nosso tempo. De modo nenhum, isso denota uma renúncia ao diálogo com outras escolas teóricas para se interpretar o capitalismo e suas transformações. Significa apenas que uma discussão sobre os temas aqui elencados não poderia prescindir das críticas à economia política e às formas burguesas de dominação conforme elaboradas por Marx e Engels e seguidas pela tradição ali inaugurada.

Tal percepção forneceu os fundamentos para que esta investigação pudesse compreender criticamente o que significa o capitalismo neoliberal, ou seja, seu regime de acumulação, seus formatos específicos de sociabilidade, suas formas estatais e suas variações ao longo do tempo. Somou-se a esses tópicos a necessidade de se compreender a dinâmica do imperialismo e da luta de classes nesse estágio do modo de produção. Desse modo, reflete-se sobre as seguintes questões na primeira parte do trabalho: como se dão as dinâmicas econômicas e políticas no capitalismo neoliberal dos dias de hoje? Quais as especificidades da ordem imperialista e da arena das lutas sociais atualmente?

Em segundo lugar, tendo em conta a história política recente de Portugal, o nosso objeto central de estudo e os partidos envolvidos na experiência em questão, o foco das análises acerca da luta de classes se concentrou numa leitura histórica sobre o espectro político social-democrata, suas funções desempenhadas no neoliberalismo e suas relações com a esquerda. Isso se explica pela necessidade de se compreender o ineditismo da articulação realizada entre a social-democracia e as principais organizações de esquerda no país. Nesse percurso, os partidos políticos, entendidos aqui enquanto atores coletivos que sintetizam o espírito de seu tempo e, ao mesmo tempo, organizam vontades e conservam possibilidades para construção do novo, assumiram um papel de destaque em nossas análises. Em outras palavras, a arquitetura política Geringonça – seus movimentos, suas contradições, suas realizações – foi analisada tendo os partidos políticos integrantes como sujeitos protagonistas.

Em terceiro lugar, a investigação para se entender o que foi a "Geringonça" entre 2015 e 2019 foi delineada em três dimensões: o estudo de textos científicos e jornalísticos que tratam da experiência, dos seus resultados e dos indicadores socioeconômicos portugueses; a análise de documentos de governo e dos agrupamentos que sustentaram a coalizão e suas ações políticas em Portugal; e a realização de entrevistas com intelectuais e quadros políticos integrantes da centro-esquerda e da esquerda portuguesas. Essas etapas se orientaram com o intuito de cumprir as seguintes metas: (a) compreender porque e como ocorreu a construção da experiência governativa formada pelo PS, BE, PCP e PEV em 2015; (b) captar a essência da estratégia política que sustentou a experiência e as expectativas estabelecidas; (c) entender como se desenvolveu a experiência governativa para analisar seus resultados e limites; e (d) compreender como ocorreu o término da experiência para analisar seus possíveis significados futuros.

Conectando o debate teórico com o estudo da experiência portuguesa, procurou-se responder algumas perguntas: como foi a trajetória da Geringonça? Foi possível barrar o avanço da radicalização neoliberal? Suas ações resultaram em ganhos palpáveis de cunho material e/ou

moral para o conjunto da classe trabalhadora? Em seu trajeto, como se deu a relação entre os partidos que compuseram aquela convergência? Como se deu a dinâmica de conciliação capital-trabalho nesse caso em particular? Quais eram as expectativas dos partidos e como esses avaliam a experiência depois de quatro anos? Por fim, buscou-se também contribuir com reflexões para a seguinte questão: em que medida um governo social-democrata poderia se configurar como barreira contra a atual sedimentação neoliberal-conservadora? No caso português analisado, qualquer tentativa de resposta para essa pergunta deve necessariamente levar em consideração os formatos e os significados da experiência política que viabilizou o governo do PS entre 2015 e 2019.

Nesta seção foram delineados os principais questionamentos e pressupostos que atravessam esta investigação, explicitando o desenho elaborado para se alcançar o objetivo central desta pesquisa. Ao mesmo tempo, revelaram-se também as principais categorias que serão estudadas ao longo do trabalho. Tratemos agora do método.

Método e ferramentas metodológicas

Antes de mais nada, é fundamental distinguir método de ferramentas metodológicas de investigação. O método (ou metodologia) se caracteriza pelo marco teórico trabalhado, que se funda em certa matriz onto-epistemológica e reflete determinados paradigmas sob os quais o pesquisador enxerga o mundo. Em uma investigação social, faz-se necessário demarcar com muita clareza os fundamentos filosóficos com os quais se trabalha. Como aponta Jaime Osorio (2014), não existe forma possível de se refletir sobre a vida social sem partir de pressupostos que alimentem e articulem as teorias mobilizadas no tratamento do objeto em análise. Já as ferramentas metodológicas, dizem respeito aos recursos utilizados ao longo da investigação para se acessar as referências bibliográficas e para manejar os dados da pesquisa.

Com relação ao método, localizamo-nos no marco teórico fundado por Karl Marx em parceria com Friedrich Engels. As lições deixadas pelos dois alemães alteraram profundamente as formas até então predominantes de ler e interferir no mundo. Ao promover uma articulação crítica e uma superação dialética, o que pressupõe continuidades e rupturas, entre a filosofia alemã (especialmente a hegeliana), a economia política clássica inglesa e a tradição socialista revolucionária que se consolidava na Europa desde o fim do século XVIII – tal como observou Lenin (2020) em seu texto clássico sobre as três fontes do marxismo – pode-se dizer que o conjunto da obra marxiana e engelsiana se configurou em uma nova ontologia. Em outras palavras, concebeu uma nova concepção explicativa do ser social, de sua história e de sua

capacidade de intervenção na realidade sensível, produzindo uma nova forma de compreensão sobre as relações entre ser humano e natureza, indivíduo e sociedade, ideia e matéria. Uma ruptura paradigmática que necessariamente interferiu e revolucionou todos os campos do pensamento, enquanto totalidade.

No Posfácio escrito para a 2ª edição do Livro I de O Capital, Marx (2013) afirma que expôs, no famoso Prefácio da "Contribuição para Crítica da Economia Política", a fundamentação materialista de seu método.

> […] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existências, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de sociedade civil. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Esse é o significado elementar do método inaugurado por Marx e Engels. Trata-se de um materialismo fincado no terreno concreto da história, permitindo a captação da realidade existente sem operá-la de forma esquemática. Ao contrário, tendo como pedra fundamental sua apreensão dialética, considera os fenômenos reais a partir de seu movimento constituído por dinâmicas contraditórias, nexos não evolutivos e múltiplas determinações.

Dessa forma, o materialismo histórico se opõe diametralmente a todos os tipos de idealismos até então predominantes — e, também, aos que vieram depois. Isso porque se trata de uma proposta de explicação e leitura da realidade que não separa o mundo das ideias do mundo material ou, na linguagem hegeliana, o mundo espiritual do mundo dos homens. Trata a história social enquanto uma totalidade composta pelo movimento ininterrupto e dialético do ser integral, composto pela relação concreta entre matéria e subjetividade, entre teoria e prática. Marx e Engels posicionam o ser humano como o protagonista real de toda a história social, ainda que os sujeitos vejam suas necessidades e possibilidades determinadas pelas condições materiais nas quais estão inseridos.

> Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã [hegelianos e neohegelianos], que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu

> intercâmbio material, transformam também, com esta, sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. (MARX; ENGELS, 1979, p.37)

Trata-se também de um materialismo dialético. Engels (1984) diferencia sua dialética de todos os tipos de abordagem metafísica. Enquanto as teorias idealistas, positivistas e economicistas se preocupam com conceitos fixos, isolados, abstratos e/ou a-históricos, a dialética marxista se ocupa do processo histórico-social em suas conexões. É no próprio movimento do ser que se identificam as categorias teóricas, em suas dinâmicas e relações estabelecidas na realidade concreta. Focando nas ciências humanas, o movimento do real é necessariamente composto por múltiplas forças, ao mesmo tempo complementares e contraditórias entre si, que promovem ininterruptos encontros, conflitos, rupturas, saltos e sínteses, conservando condições anteriores e, simultaneamente, superando-as no sentido da criação de novos elementos e novas articulações. Em suas palavras, a dialética "focaliza as coisas e suas imagens conceituais substancialmente em suas conexões, em sua concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de nascimento e caducidade" (ENGELS, 1984, p. 48). Quando se observam os fenômenos sociais detidamente, verifica-se

> que os dois polos de uma antítese, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis quanto antitéticos um do outro e que, apesar de todo o seu antagonismo, se penetram reciprocamente; e vemos que a causa e o efeito são representações que somente regem, como tais, em sua aplicação ao caso concreto, mas que, examinando o caso concreto em sua concatenação com a imagem total do universo, se juntam e se diluem na idéia de uma trama universal de ações e reações, em que as causas e os efeitos mudam constantemente de lugar e em que o que agora ou aqui é efeito adquire em seguida ou ali o caráter de causa, e vice-versa. (ENGELS, 1984, p. 48)

Partindo dessas famosas passagens de Marx e Engels, faremos mais algumas considerações no sentido de enriquecer nossa compreensão sobre o materialismo histórico-dialético. O método se caracteriza pela íntima articulação entre historicidade, contradição e totalidade. A história e a perspectiva de totalidade são elementos basilares desse materialismo, pois fundamentam o que ficou conhecido como a ciência da história. Ao mesmo tempo, ambas se articulam com as relações ininterruptas e recíprocas estabelecidas entre universalidade, particularidade e singularidade, categorias inerentes ao método dialético.

Ao notar a estrutura fundamental de qualquer processo social, György Lukács (1972) destaca as complexas teias sociais que se apresentam em movimento ininterrupto que associa fenômenos singulares com processos globais, constituindo uma unidade ao mesmo tempo coerente e contraditória.

> De qualquer modo, já aqui se torna evidente a estrutura fundamental dos processos sociais: eles partem imediatamente de posições teleológicas, determinadas em sentido alternativo, feitas por homens singulares; todavia, dado o decurso causal das posições

> teleológicas, essas desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, e produzem conexões legais universais. Portanto, as tendências econômico-gerais que surgem por essa via são sempre sínteses de atos individuais, realizadas pelo próprio movimento social; tais atos recebem assim um caráter econômico-social tão explícito que os homens individuais, em sua maioria, sem terem necessariamente uma consciência clara a respeito, reagem às circunstâncias, constelações, possibilidades, etc., que são de cada feita típicas, de um modo que é também tipicamente adequado a elas. A resultante sintética de tais movimentos se torna a objetividade do processo global. (LUKÁCS, 1972, p. 95-96)

Percebe-se aqui como os eventos sociais singulares são atravessados por leis tendenciais universais. Ao mesmo tempo, o universal somente se realiza na singularidade de um acontecimento ímpar. De modo mais preciso, Pasqualini e Martins (2015, p. 366) apontam que "o universal não existe senão no singular e pelo singular. Nessa direção, a singularidade e a universalidade se instituem como unidade contraditória que move o contínuo processo de formação e transformação de ambos". A particularidade, por sua vez, opera como processo de mediação entre o fenômeno único (irreptível) e suas características gerais (comuns a outros). Ou seja, a particularidade permite que o universal se manifeste no singular e vice-versa. Partindo de Lukács, as autoras elaboram uma síntese que ajuda a compreender a relação singular-particular-universal presente em qualquer fenômeno social.

> (a) a expressão singular do fenômeno é irrepetível e revela sua imediaticidade e definibilidades específicas; (b) em sua expressão universal, se revelam as conexões internas e as leis gerais do movimento e evolução do fenômeno; (c) a universalidade se materializa na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, razão pela qual afirmamos que o particular condiciona o modo de ser do singular. (PASQUALINI e MARTINS, 2015, p. 366)

Dentro da tradição marxista, a realidade é compreendida enquanto movimento composto por tendências que desenvolvem e, ao mesmo tempo, negam o ser. Osorio (2014) percebe que o ser é ele mesmo e também sua negação. Assim, "toda realidad es y, de manera simultánea, es un ir siendo otra" (OSORIO, 2014, p. 15). Ser é movimento; é processo transformador de curso ininterrupto que conserva, nega e supera a si próprio.

> Al destacar la negación en el ser, la lógica hegeliana que fundamenta al marxismo permite pensar al ser o a la realidad como una entidad en movimiento interno, permanente e incesante. […] La negación en el ser establece una guerra en donde alguna de las fuerzas termina imponiéndose y tendencialmente serán las que al negar lo existente logran la superación, sobre las bases de lo existente. (OSORIO, 2014, p. 16)[17]

[17] Tradução livre: "Ao enfatizar a negação do ser, a lógica hegeliana subjacente ao marxismo permite-nos pensar no ser ou na realidade como uma entidade em movimento interno, permanente e incessante. [...] A negação de ser estabelece uma guerra em que uma das forças acaba por se impor e tende a ser aquela que, ao negar o existente, consegue a superação, com base no existente".

Trata-se aqui de compreender o ser no interior de um movimento de transformações internas constantes e complexas, isto é, numa dinâmica heterogênea que sintetiza estados de manutenção com momentos de ruptura e de manifestação de novas condições do ser. Assim, não estamos diante de uma filosofia que entende o movimento do real como um simples fluir, mas de uma tradição que opera a partir da prevalência do "salto" e da "irrupção" do novo (Osorio, 2014).

Nesse movimento, o ser está em constante relacionamento com outros seres. É, portanto, um ser social. Já nas teorias sociais hegemônicas, o indivíduo é concebido como ponto de partida privilegiado – quando não o único possível. Dentro de uma razão empirista, faz sentido que assim o seja.

> El individuo cumple con todos los requisitos de la empiria prevaleciente en las cosas y de lo posible de experimentar. Pero además, la cosa individuo habla, tiene deseos, puede opinar, recordar, etc., lo que lo convierte en fuente inagotable de consultas y opiniones, cuantificaciones o cualificaciones diversas en las muy variadas disciplinas. (OSORIO, 2014, p. 19)

O marxismo, por outro lado, para compreender e explicar o movimento do real, dedica-se ao entendimento das relações sociais concretas que, articuladas, formam e conferem sentidos àquilo que entendemos como sociedade. Assim, caso se pretenda desvendar o comportamento social dos indivíduos, "*no queda más camino que conocer primero las relaciones sociales en las cuales los individuos se encuentran inscritos y desde allí explicar las decisiones y opciones sociales que toman*" (OSORIO, 2014, p. 20)[18]. Os sentimentos, desejos e comportamentos de um indivíduo são necessária e fundamentalmente conectados e determinados pelas relações sociais concretas na qual o mesmo está imerso. Isso não significa retirar do sujeito a sua capacidade de agência, mas, ao contrário, de localizá-la na concretude do real.

Explicar teoricamente o movimento do real, tendo as relações sociais como ponto de partida, significa tomar a totalidade como eixo analítico primordial. Segundo Osorio (2014), a ótica da totalidade está presente quando buscamos as atividades sociais que unificam, articulam, organizam e orientam a vida social em períodos históricos determinados, permitindo que a vida assuma formas particulares, a depender das condições concretas existentes. Dessa forma, são as operações e atividades sociais determinantes ao processo de organização da unidade societária que fornecem à vida em sociedade os significados históricos que preenchem seus movimentos. Segundo Osorio (2014, p. 24), no tempo histórico das sociedades burguesas, "*es la lógica del capital la actividad unificante que organiza y articula la vida societal. Es el*

[18] Tradução livre: "não há outra forma senão compreender primeiro as relações sociais em que os indivíduos estão inseridos e, a partir daí, explicar as decisões e escolhas sociais que tomam".

despliegue de esa lógica la que opera como un tornado que a su paso termina atrapando todo, haciendo que la vida societal gire en torno a su eje: esto es, la valorización del capital"[19].

Em síntese, ao trabalhar com fenômenos sociais sob a perspectiva materialista histórico-dialética, o pesquisador se dispõe a olhar para a totalidade social – o que pressupõe observar relações entre elementos singulares, particulares e universais – com o intuito de captar o movimento do real, isto é, as tendências e as contradições intrínsecas ao desenvolvimento, ao amadurecimento e ao fenecimento dos objetos estudados, buscando superar a dimensão imediata da aparência para compreender os significados historicamente determinados presentes em cada um deles.

Nessa empreitada, assume-se que não há neutralidade possível nas ciências sociais. Tal como afirmou Lenin (2020, p. 117), "esperar que haja ciência imparcial numa sociedade com escravidão assalariada é uma ingenuidade tão absurda quanto esperar que os fabricantes sejam neutros quando lhes questionam se é preciso aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital". Portanto, no espírito da décima primeira tese sobre Feuerbach, o marxismo se expressa efetiva e necessariamente como *praxis*, ou seja, enquanto ato que sintetiza teoria e prática, orientado à compreensão e à consequente intervenção no real com o intuito de transformá-lo. Constitui-se, assim, como tradição teórica que assume e declara abertamente sua perspectiva de classe e de transformação radical da realidade vigente na sociedade burguesa.

Seguindo no marco dessa tradição e refletindo sobre os temas tratados neste trabalho, entende-se que não há como compreender a atualidade capitalista e suas crises sem repousar o debate sobre o terreno concreto da totalidade histórica. Ao mesmo tempo, uma investigação acerca de uma experiência política como a Geringonça deve ser realizada à luz do desenvolvimento histórico-social português, considerando o objeto em seu movimento real, determinado por contradições e pelo encontro dialético de condições particulares à realidade nacional com tendências universais à atualidade sistêmica. Nesse sentido, esta investigação se inspira na perspectiva de Francisco de Oliveira (1998), quando o autor, ao estudar a sociedade brasileira defende a necessidade de captar suas condições concretas, o que, sob o método marxista, somente pode ser realizado por meio da caracterização da sua

> […] estrutura de dominação não apenas abstratamente, mas, em primeiro lugar, como uma estrutura de classes antagônica, própria do sistema capitalista produtor de mercadorias, localizado num país da periferia do sistema capitalista, numa etapa crucial de transformações que a mídia popularizou como "globalização e a ciência

[19] Tradução livre: "é a lógica do capital que é a atividade unificadora que organiza e articula a vida social. É o desenrolar desta lógica que funciona como um tornado que acaba por aprisionar tudo no seu caminho, fazendo a vida social girar em torno do seu eixo: ou seja, a valorização do capital".

> social mais rigorosa, na ótica de um François Chesnais, prefere chamar de mundialização. (OLIVEIRA, 1998, p. 224)

Além disso, também é relevante observar que a dinâmica entre singularidade, particularidade e universalidade opera necessariamente em via de mão dupla. Por exemplo, as experiências concretas de governos liderados pela social-democracia devem ser lidas como um intrincado processo de relações múltiplas e contraditórias no interior da luta de classes e suas expressões políticas localizadas e globalizadas, com tendências à esquerda e à direita. Isso significa perceber que as experiências sociais-democratas e suas funções no interior do capitalismo, ainda que compartilhem de matrizes e teses basilares, não serão idênticas em todas as formações sociais, nem em todos os períodos históricos. Ao mesmo tempo, as singularidades e particularidades desse movimento somente podem adquirir sentido para o pesquisador quando compreendidas enquanto partes que determinam e são determinadas no interior de um todo complexo. É nesse movimento dialético que se conforma a totalidade social que engloba fenômenos particulares historicamente determinados.

Feita essa breve exposição sobre as bases do materialismo histórico-dialético, método adotado como paradigma de apreensão da realidade nesta investigação, apresentaremos agora algumas considerações sobre as ferramentas metodológicas aqui utilizadas para a captação desse real.

Primeiramente, é necessária uma nota. Em deliberação conjunta ao meu orientador, percebeu-se que, para o desenvolvimento desta agenda de estudos, seria importante a realização de um período de pesquisa de campo diretamente em Portugal. Assim, entre setembro de 2019 e agosto de 2020 foi realizado estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, no âmbito do programa de Doutoramento Intercalar em Educação, onde fomos recebidos pela Profª. Maria Natália de Carvalho Alves, mestre em sociologia do trabalho, doutora em sociologia da educação e professora associada dessa universidade. Para além do acolhimento institucional, a Profª. Natália Alves também contribuiu como coorientadora desta tese, supervisionando os trabalhos realizados ao longo do estágio de pesquisa e contribuindo do ponto de vista metodológico e teórico para a recolha e o tratamento dos dados.

A grave situação decorrente da pandemia de Covid-19 gerou grandes obstáculos para a pesquisa de campo, especialmente a partir de março de 2020. As medidas de proteção sanitária e distanciamento social, necessárias para o enfrentamento daquele cenário, acabaram por dificultar nossas incursões em campo e restringir a realização das entrevistas programadas. A solução encontrada para remediar tais prejuízos foi a transferência das atividades para o regime remoto. Apesar do cenário excepcional, a vivência acadêmica realizada entre setembro de 2019

e agosto de 2020 se mostrou frutífera, contribuindo decisivamente para que o pesquisador pudesse se aproximar e se apropriar do seu objeto. Após o retorno ao Brasil, a pesquisa foi continuada e finalizada ainda em formato remoto, em contato direto com meu orientador e com o Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-Uerj). Ao término do trabalho, todos os documentos reunidos ou produzidos ficam à disposição do PPFH-Uerj. Espera-se que esse material incentive e contribua com novas pesquisas científicas na área.

Nesse trajeto, a investigação se efetivou como pesquisa qualitativa e transdisciplinar, nos termos apresentados por Triviños (1987), Goldenberg (2004) e Chizzotti (2006). Em sua execução, combinaram-se principalmente quatro ferramentas metodológicas: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e a análise de conteúdo. Explicitaremos as formas como tais recursos foram empregados.

A pesquisa documental é aquela que parte do documento como objeto de investigação, o que não se resume apenas a textos físicos ou digitais, inclui também filmes, vídeos, fotografias, áudios e etc. (GODOY, 1995; SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009). No entanto, diferente da pesquisa bibliográfica, que se baseia em documentos de domínio científico ou jornalístico, a pesquisa documental "recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias" (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 6).

Sendo assim, a revisão bibliográfica foi realizada a partir de fontes secundárias que versam sobre a temática do trabalho, em especial sobre debates e reflexões relacionados com o objeto central da investigação e as categorias aqui mobilizadas, tais como: materiais jornalísticos, livros, teses, dissertações, artigos e demais documentos científicos. Já a pesquisa documental foi feita sobre fontes primárias levantadas sobretudo ao longo da pesquisa de campo: dados sócioeconômicos gerados por institutos de estatísticas e pesquisas, assim como projetos, declarações públicas, ações e relatórios produzidos tanto pelo governo português quanto pelos agrupamentos políticos portugueses, especialmente aqueles envolvidos na experiência aqui estudada.

A entrevista, por sua vez, foi utilizada como mecanismo para o a produção e o recolhimento de dados que possibilitassem aprofundar a compreensão acerca da experiência política Geringonça. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com atores-chave para esta investigação: pesquisadores que possuem conhecimento sobre a Geringonça e agentes políticos relacionados aos partidos envolvidos na mesma. Dentre intelectuais e quadros ligados ao PS, ao BE e ao PCP, sete pessoas foram formalmente entrevistadas. Nessa empreitada, apesar das tentativas do pesquisador, não foi possível estabelecer contato com o PEV, sendo este o único agrupamento político partícipe daquela convergência que não teve representantes na amostra de entrevistados.

Para além disso, muitos contatos e diálogos foram realizados com variados interlocutores no processo de ambientação e organização prévia à pesquisa de campo. Esse momento de conhecimento e preparação do terreno se demonstrou fundamental para a realização das entrevistas e para o enriquecimento das interpretações sobre os resultados obtidos. Tal dimensão se fortaleceu ainda mais com os impactos provocados pela pandemia de Covid-19, visto que as entrevistas foram efetivadas entre dezembro de 2019 e setembro de 2020. Se não fossem as aproximações e as conversas realizadas pessoalmente como forma de preparação da entrada em campo, as entrevistas teriam sido ainda mais prejudicadas. Devido ao contexto excepcional, apenas três puderam ser realizadas em formato presencial. As demais foram desenvolvidas de modo remoto, por meio de *software* de comunicação digital operado via internet.

Para fins de registro e facilitação das análises, todas foram gravadas (em três casos apenas em áudio e no restante em áudio e vídeo). Posteriormente, foram inteiramente transcritas pelo pesquisador. Os textos de transcrição foram elaborados da maneira mais fidedigna possível em relação aos áudios originais, de forma a preservar ao máximo o aspecto de conversa que marcou a metodologia adotada. Assim, foi realizado o mínimo possível de intervenções nos textos, sempre no sentido de conferir maior clareza e nunca afetando o conteúdo das falas dos participantes. Ou seja, as poucas intervenções realizadas somente foram feitas quando estritamente necessárias, tratando-se apenas de sutis mudanças de forma, como a retirada de excessivos vícios de linguagem e marcas de oralidade, bem como a organização de pontuações e conectivos para tornar algumas frases mais compreensíveis ao leitor. Todas as inserções feitas pelo pesquisador no processo de transcrição foram indicadas entre colchetes (quando diretamente no texto) ou por meio de nota de rodapé.

É necessário ressaltar que os participantes estavam plenamente cientes das condições e dos objetivos envolvidos no desenvolvimento desta investigação, de modo que voluntariamente consentiram com suas participações na mesma, conforme estabelecido e registrado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por fim, todos os textos das transcrições foram retornados para os respectivos entrevistados, de modo que lhes foi oferecida plena oportunidade de revisão sobre o material e retificação de eventuais imprecisões.

Considerando seu caráter semi-estruturado, as entrevistas foram realizadas sob a forma de diálogo entre entrevistador e entrevistados, propiciando um campo aberto para o surgimento de questões e reflexões a partir do próprio desenvolvimento da conversa, conforme sugere Triviños (1987). Ao mesmo tempo, foram conduzidas com base em roteiros previamente construídos, os quais continham: (a) notas preliminares a respeito da biografia política e profissional de cada entrevistado; e (b) um conjunto de eixos orientadores que foram seguidos

em todas as entrevistas. A estratégia adotada na condução metodológica das entrevistas foi definida tendo como inspiração o trabalho de pesquisa realizado por Marcelo Braz (2016) ao longo do ano de 2015, em seu pós-doutorado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (Iseg).

Em linha com o objetivo específico D, os eixos orientadores funcionaram como estrutura basilar para o encaminhamento das entrevistas, garantindo que todas abordassem ao menos quatro temáticas centrais:

a) A origem da Geringonça (processo de construção).
b) Os atores e as estratégias que fundamentaram a experiência (partidos e suas expectativas).
c) Os principais resultados do governo 2015-2019 (econômicos, políticos e sociais): balanço das potencialidades, alcances e contradições.
d) O término da experiência e seus principais significados para a esquerda portuguesa, em geral, e para os partidos envolvidos, de forma particular.

Em seu conjunto, os eixos expressaram a intenção de captar as avaliações dos entrevistados acerca do desenvolvimento da experiência política. Como questões derivadas de cada um dos eixos, procurou-se responder: afinal, o que socialistas, bloquistas, comunistas e verdes esperavam da Geringonça e como avaliam a experiência ao fim de quatro anos? A anunciada ruptura com a ofensiva do pacote de austeridade foi efetivada? Houve avanços para além da negação daquela radicalidade neoliberal? Foi possível avançar em iniciativas de substantivo bem-estar, entendidas como formas que materializam algum avanço real do trabalho sobre o capital? Por fim, como se deu o término daquela experiência e quais seriam seus significados para as lutas sociais dali em diante?

Como forma de tratamento dos dados recolhidos por meio das entrevistas, optou-se pela aplicação da técnica de análise de conteúdo. Tendo como base as concepções de Bardin (2011, p. 125), a técnica foi empregada especificamente sobre as transcrições das entrevistas em três fases distintas: 1) a “pré-análise”, quando se realizaram “leituras flutuantes” que permitiram a identificação e definição de temas, categorias e elementos recorrentes nas falas dos entrevistados; 2) a “exploração do material”, quando se aplicaram os critérios definidos na etapa anterior e se cruzaram as falas dos participantes; e 3) o “tratamento dos resultados”, momento em que, a partir da articulação sistematizada dos conteúdos, foi possível avançar com as interpretações. Como produto final, desenvolveu-se uma grelha de análises, ou seja, uma matriz que sistematizou os conteúdos obtidos com as entrevistas de modo a facilitar o processo de análise.

De acordo com Bardin (2011, p.35), a análise de conteúdos sobre qualquer tipo de codificação possui sempre duas funções, que podem ou não se dissociar: a função “heurística” e a função de “administração da prova”. Considerando essas possibilidades, a técnica foi aqui manejada com o intuito de enriquecer as descobertas e as leituras sobre os fenômenos trabalhados, assumindo predominantemente uma função heurística. Isso significa dizer que as análises elaboradas sobre as entrevistas não tiveram como objetivo a verificação comprobatória de alguma premissa previamente estabelecida. Na verdade, tratou-se de um expediente realizado no sentido de contribuir com a exploração sobre o objeto central da pesquisa, permitindo a identificação e a subsequente análise organizada de diferentes dimensões inerentes ao mesmo.

Desse modo, os dados levantados nas entrevistas não foram interpretados isoladamente, mas sim a partir de suas conexões com os debates realizados na revisão bibliográfica e as informações recolhidas na pesquisa documental. Essas distintas tarefas de pesquisa, apesar de muitas vezes executadas isoladamente, somente fazem sentido quando os dados obtidos são operados de maneira articulada. Nesse sentido, entende-se uma pesquisa de campo na acepção manifestada pelo professor Robert Stake (2016), ou seja, como um processo não linear de repetições, criações e descobertas, movimento que envolve e combina de modo coerente ações de separação, organização e sistematização.

> Pesquisar envolve análise (a separação das coisas) e síntese (a reunião das coisas). Coletamos dados. Aumentamos nossa experiência. Observamos atentamente os fragmentos dos dados coletados, as partes de nossa experiência, ou seja, analisamos e reunimos as partes, com frequência, de maneiras diferentes que anteriormente. Sintetizamos. [...] Realizamos grande parte desse trabalho de maneira intuitiva. Usamos o senso comum. Seguimos determinadas rotinas. Triangulamos. Seguimos os padrões de outros pesquisadores e os padrões que nós mesmos usamos anteriormente. [...] Parte do trabalho de nossa pesquisa é sistemática, e poderia ser mais, mas é deliberadamente original. Nosso trabalho torna-se centrado no que estamos descobrindo, em nossos fragmentos, mas acabamos sempre voltando para a questão de pesquisa. (STAKE, 2016, p. 149-150)

É nessa conjugação que as técnicas de pesquisa contribuem para se alcançar o objetivo final desta tese. Os instrumentos empregados – revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada, análise de conteúdo – funcionaram como meios para a exploração teórica e para o levantamento de dados a respeito das temáticas aqui trabalhadas. Nesse espírito, o processo de apreensão da realidade e a forma de operacionalização do ferramental metodológico se orientou de acordo com uma das principais premissas do nosso método, tal como ensina José Paulo Netto (2006 e 2011): a primazia do objeto em sua relação com o pesquisador.

1 O CAPITALISMO NA ATUALIDADE: CRISE, IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E LUTA DE CLASSES

Na abertura do terceiro capítulo de "A Grande Transformação", seu livro clássico publicado pela primeira vez em 1944, Karl Polanyi (2012, p. 100) se refere à revolução industrial inglesa do século XVIII como fenômeno que produziu um "quase miraculoso" desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, uma "desagregação catastrófica das condições de existência da gente comum". Ao atentar para esse movimento contraditório que marca a história moderna, o autor não parece se preocupar exatamente com uma desagregação de toda a humanidade. Está preocupado especialmente com a penúria vivida pelo "povo comum", sinônimo usado na Inglaterra do século XIX para se referir aos pobres, isto é, "toda a gente exceto os membros da classe proprietária" (POLANYI, 2012, p 147).

Essa preocupação demonstra a consciência de Polanyi (2012) sobre o fato de que aquele progresso material não se realizou como milagre extramundano. Tratou-se de um processo que impulsionou a melhoria das forças produtivas em dimensões colossais, mas foi realizado por meio do trabalho humano e erguido sobre o sangue de "quase toda a gente". Daí resulta a escolha pela expressão "moinho satânico", tomada emprestada de William Blake, para designar aquela nova forma social que identificava como o produto de uma "grande transformação". Uma sociedade cuja centralidade está na economia de mercado que expande sua operação potencialmente para todas as esferas da vida, transformando o trabalho e a terra em mercadorias (assim como o dinheiro) e promovendo um desenvolvimento material que beneficia primordialmente as condições de vida de minorias proprietárias.

Entretanto, esse tipo de interpretação acerca da natureza contraditória daquele novo sistema de organização social não era novo. Karl Marx e Friedrich Engels, no "Manifesto do Partido Comunista", publicado em fevereiro de 1848, já haviam percebido a grandeza do desenvolvimento material proporcionado pelo surgimento da grande indústria, cuja expansão arrastava consigo o progresso tecnológico, o crescimento do comércio e a criação de um mercado mundial. Ao mesmo tempo, notavam que esse avanço das forças produtivas fazia parte da consolidação de uma nova forma social, "que brotou das ruínas da sociedade feudal", mas "não aboliu os antagonismos de classes": a "sociedade burguesa" (MARX e ENGELS, 1998, p. 40).

Enquanto sociedade de classe, essa nova forma de organização societária também se ergue e se sustenta sobre a exploração. Não mais sobre aquela exploração antiga, "dissimulada por ilusões religiosas e políticas", mas sobre uma nova modalidade, "aberta, direta, despudorada

e brutal" (MARX e ENGELS, 1998, p. 42). É com base na exploração econômica direta sobre as massas não-proprietárias – que tiveram sua força de trabalho transformada em mercadoria e se viram obrigadas a vendê-la no mercado capitalista como única forma de sobrevivência – que a burguesia, agora posicionada como classe dominante, move o incessante revolucionamento das forças produtivas, conforme exigência fundante do novo modo de produção. As diferenças centrais do capitalismo para organizações sociais anteriores estão em seu modo particular de exploração sobre a força de trabalho. De acordo com Engels (1984, p. 77), a produção transforma-se em ato social ao mesmo tempo em que o momento da apropriação do resultado dessa produção coletiva e o momento da troca se efetivam como atos individuais, fazendo emergir a "contradição fundamental, da qual derivam todas as contradições em que se move a sociedade atual": a produção social, gerada pelos trabalhadores, é apropriada privadamente pelos capitalistas.

Cerca de nove décadas antes de Polanyi, Marx e Engels já empreendiam suas críticas à economia política clássica e realizavam suas descobertas das principais leis inerentes ao desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, suas superestruturas político-ideológicas e suas formas de sociabilidade. Observavam a sociedade civil como verdadeiro teatro de toda a história e inauguravam o materialismo histórico-dialético como método para uma crítica radical da sociedade burguesa – o capitalismo. Hoje, passados quase três séculos da revolução industrial, "as condições de vida da besta" (ENGELS, 1984, p. 63) seguem vigentes e na ordem do dia. O "moinho satânico" capitalista (POLANYI, 2012, p. 100) continua operando como centralidade do desenvolvimento humano.

No decorrer desse longo período histórico, o capitalismo transitou por fases distintas, passando por diversos ciclos de crescimento, estabilidade e crise. Assim, revelou sua lei absoluta: a profunda desigualdade de seu "desenvolvimento económico e político" (LENIN, 1977d, p. 571). Uma lei que promove um tipo de desenvolvimento desigual e combinado, efetivado por meio de articulações dialéticas de elementos avançados com ambientes atrasados, que preservam, atualizam e integram ao capitalismo formas de opressão e relações sociais tipicamente pré-capitalistas, conforme percebido por León Trotsky (LÖWY, 1998).

Nesse trajeto, o capitalismo se transformou, recrudesceu contradições e aprofundou suas tendências à concentração e à monopolização de capitais. Adentrou em sua fase imperialista (LENIN, 1977a; FONTES, 2010) e adquiriu novas regularidades, as quais estabeleceram diferentes regimes de acumulação e novos modos de regulação dentro do imperialismo (ARRIGHI, 1996; HARVEY, 2008). Ao longo desse desenvolvimento contraditório, foi seguramente influenciado e modificado pelo avanço da luta de classes em suas variadas

modalidades, protagonizada pelas camadas exploradas e oprimidas que se organizaram, revolucionaram e venceram. Também foram derrotadas, mas não deixaram de arrancar reconhecimentos, forçar processos de ampliação das funções do Estado e materializar direitos dentro das próprias formas burguesas de organização política e social (GURGEL e JUSTEN, 2011; LOSURDO, 2011 e 2015).

Muito embora tenha passado por transformações significativas, o capitalismo conservou suas leis tendenciais basilares. Aquelas que regem sua dinâmica assentada na contradição fundamental entre trabalho e capital, de modo que produção social, sob o capitalismo (em qualquer modelo que possa assumir), é apropriada sempre privadamente. Essa continuidade histórica se revela, por exemplo, nos dados trabalhados por Thomas Piketty (2014) quanto à tendência geral de elevação dos níveis de desigualdade de renda e de riqueza nos últimos dois séculos. O breve período de amortecimento dessas disparidades vivenciado na Europa Ocidental do pós-guerra e outros exemplos singulares, como a China pós-revolução, são explicitamente tratados pelo economista francês como momentos de exceção dentro de uma realidade contraditória e desigual de longa duração.

Partindo dessa base de entendimento histórico, esta etapa do trabalho se debruça especialmente sobre os últimos cinquenta anos da história capitalista, período iniciado nos anos 1970 e denominado como neoliberalismo ou capitalismo neoliberal. Busca-se captar os elementos e os movimentos fundamentais do atual estágio de desenvolvimento capitalista, tendo como intuito último contribuir com reflexões que sejam úteis a formas concretas de resistência a ele. Tal tarefa se realiza sob o espírito anunciado por Harvey (2008), quando afirma que é necessário compreender as mudanças e as contradições das últimas décadas sem perder de vista o fato de que as regras básicas do modo capitalista de produção continuam operando como forças plasmadoras inescapáveis do desenvolvimento histórico-social. Mesmo a luta de classes e as possibilidades de resistência às atuais formas de exploração e dominação se materializam nas entranhas da atualidade capitalista, de modo que devem ser investigadas a partir das contradições ali emanadas.

Para realizar essas tarefas, o intuito central da primeira parte desta investigação é avançar na caracterização sobre a atualidade do modo de produção capitalista, do imperialismo e da luta de classes. Assim, são realizados alguns debates fundamentais que marcam a tradição marxista, no sentido de melhor compreender as dinâmicas econômicas e políticas da sociedade burguesa, atentando primeiramente para suas crises imanentes e para a consolidação do imperialismo (e seus desdobramentos até os dias de hoje). Em seguida, reflete-se sobre o ciclo neoliberal e suas distintas variantes assumidas ao longo da história – forjadas no bojo do

desenvolvimento do próprio capitalismo e também atravessadas pela evolução da luta de classes.

1.1 **Capitalismo e crise**

Partícipe do grupo de pensadores que construíram a teoria do Sistema Mundo, junto a Immanuel Wallerstein e Samir Amin, e também tributário da perspetiva de longa duração de Fernand Braudel, o intelectual italiano Giovanni Arrighi nos ajuda no desafio de compreender a processualidade histórica do capitalismo. Arrighi (1996) interpreta o capitalismo histórico tendo como base a existência de distintos "ciclos sistêmicos de acumulação", os quais se sobrepõem historicamente no interior do que intitula como "séculos longos". Até os dias de hoje, três ciclos sistêmicos já teriam se desenvolvido e se esgotado, o ciclo genovês, o ciclo holandês e o ciclo inglês, denominações escolhidas com base nos centros dinâmicos pré-capitalistas e capitalistas que se sucederam entre os seculos XV e o início do século XX (ARRIGHI, 1996).

Em sua concepção sobre os ciclos de acumulação, Arrighi (1996) é também muito influenciado pela abordagem regulacionista francesa, em especial pelas teorias produzidas em sua fase inicial, nas décadas de 1970 e 1980, protagonizada por autores como Michel Aglietta e Robert Boyer. Muito embora apresente limites e distanciamentos ao longo do tempo em relação às suas bases marxistas – especialmente no que diz respeito às suas interpretações equivocadas sobre a dinâmica que passou a caracterizar a economia mundial pós-hegemonia fordista (MELLO FILHO, 2019)[20] –, a teoria da regulação francesa trouxe aportes relevantes para a crítica da economia política.

Sua contribuição mais interessante foi a gama de categorias desenvolvidas para se interpretar o desenvolvimento capitalista em sua processualidade histórica, permitindo a identificação de distintos padrões de desenvolvimento que se estruturam ao longo do tempo com base em formas institucionais a eles correspondentes.

> Para a escola francesa da regulação, não existe uma única natureza humana e tampouco um único tipo imutável de capitalismo. O comportamento humano é mais complexo, passível de explicações que procuram dar conta dos diferentes tipos de lógicas sociais e das suas mudanças no tempo e no espaço. Tais comportamentos servem de base ao conceito de instituição. Este conceito é o elemento central que

[20] "A dificuldade de compreender o capitalismo posterior ao fordismo está associada a uma visão teórica inadequada acerca das características básicas do modo de produção. Alguns dos principais problemas teóricos são os pressupostos injustificados de que o capitalismo pode funcionar sem revolucionar as condições de produção e que o funcionamento normal do capitalismo contemporâneo implica em crescimento econômico elevado e estável" (MELLO FILHO, 2019, p. 25).

> permite a adoção de um ponto de vista historicista na escola da regulação. (MELLO FILHO, 2019, p. 6)

A perspectiva institucionalista oferece uma coerência interna da linha historicista que ganhou força entre os regulacionistas (MELLO FILHO, 2019). Nessa abordagem teórica, os conceitos "regime de acumulação" e "modo de regulação" (ou "modo de regulamentação") têm destaque no rol de instrumentos analíticos desenvolvidos por seus adeptos. De acordo com Harvey (2008, p. 117), um regime de acumulação expressa a estabilização da alocação do "produto líquido entre consumo e acumulação". Trata-se de uma dinâmica que se estabelece por um longo período como padrão econômico capitalista, refletindo necessariamente uma correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução do trabalho assalariado (HARVEY, 2008).

Um modelo específico de acumulação somente poderia existir porque seu esquema de reprodução é coerente. Daí a necessidade de se fazer com que os comportamentos individuais e coletivos assumam modalidades adequadas ao funcionamento e à manutenção sistêmica como um todo (HARVEY, 2008). Tomando como base o regulacionista francês Alain Lipietz, Harvey (2008) explica que a materialização de um regime de acumulação se realiza pela consolidação de regras, leis e hábitos. Ou seja, consolida-se por meio de uma rede articulada de normas e processos sociais que, no seu conjunto, oferecem um modo de regulação ao regime de acumulação predominante em cada momento histórico capitalista. Tais conceitos foram utilizados por Harvey em sua interpretação sobre o processo histórico ocorrido entre os anos 1960 e 1980, o qual levou à transição do regime de acumulação keynesiano-fordista para o regime de acumulação flexível, posteriormente caracterizado pelo autor como regime neoliberal (HARVEY, 2005 e 2008).

De forma similar, os aportes regulacionistas também são visíveis no pensamento de Arrighi. O autor observou um padrão no desenvolvimento temporal do capitalismo histórico, apresentando estruturas semelhantes que são encontradas em todos os ciclos. Cada novo ciclo está composto necessariamente de "três segmentos ou períodos distintos": (1) um período que pode ser considerado de maturação inicial, no qual se desdobra um estágio de "expansão financeira" no qual "o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo" como parte "integrante da plena expansão e das contradições deste último"; (2) um período de "consolidação e desenvolvimento", no qual os principais agentes econômicos do novo regime "monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia"; (3) e uma fase final, na qual se identifica um segundo movimento de expansão financeirizada, no qual "as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes

concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar [...] o novo regime de acumulação" (ARRIGHI, 1996, p. 219-220).

Os acontecimentos históricos que condicionam e determinam as passagens de um período ao outro, e mesmo de um ciclo ao outro, são as crises capitalistas, fenômenos inerentes e inescapáveis a este modo de produção. Nota-se aqui a distinção proposta pelo autor entre "crises sinalizadoras" e "crises terminais". Sem chegar a comprometer a estrutura do ciclo, as primeiras são aquelas que superam as corriqueiras e localizadas crises cíclicas, indicando o amadurecimento das contradições inerentes à expansão material do segundo período e o início de sua última fase, isto é, prenunciando a largada do segundo e último período de financeirização vivido por aquele ciclo sistêmico de acumulação. Já as crises terminais são aquelas que expressam a deterioração final do ciclo, indicando o esgotamento da expansão financeira como instrumento contra-cíclico e a abertura de uma janela histórica na qual outro regime de acumulação, fincado em outro centro dinâmico, possa cedo ou tarde se firmar como padrão do próximo ciclo sistêmico.

Tendo essas concepções como base, Arrighi (1996) apresenta sua demarcação histórica do que chama de "longo século XX". Segundo o autor, desde o último quartel do século XIX, a história capitalista iniciou o lento e gradativo movimento de entrada em seu quarto ciclo sistêmico de acumulação, aquele que segue vigente até os dias de hoje: o ciclo norte-americano predominante no "longo século XX".

> Como todos os séculos longos anteriores, o longo século XX compõe-se de três segmentos distintos. O primeiro começa na década de 1870 e se estende até a décadas de 1930, isto é, desde a crise sinalizadora até a crise terminal do regime britânico de acumulação. O segundo vai da crise terminal do regime britânico até a crise sinalizadora do regime norte-americano – uma crise que podemos situar por volta de 1970. E o terceiro e último seguimento vai de 1970 até a crise terminal do regime norte-americano. Até onde sabemos, esta última crise ainda não ocorreu. (ARRIGHI, 1996, p. 220-221)

Como alerta Eleutério Prado (2018, s/p), é importante se compreender o pensamento de Arrighi a respeito de como funciona a transição de um ciclo de acumulação para outro: "decorre, segundo ele, do desenvolvimento da 'contradição entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial' que ele mesmo assimila ao desenvolvimento das forças produtivas de Marx". Nas palavras de Arrighi (1996, p. 227), em todos os ciclos de acumulação, o ininterrupto processo de expansão do comércio mundial, que tem como objetivo primordial "aumentar o valor do capital", acabou por tendencialmente "reduzir a taxa de lucro e, com isso, a diminuir o valor do capital".

De acordo com Prado (2018), o intelectual italiano teria fundamentado sua proposta teórica numa leitura que combina Marx com elementos da economia política clássica,

prevalecendo uma interpretação da economia mundial que privilegiaria o olhar sobre a esfera da circulação e enfatizaria de modo exagerado o momento financeiro. A percepção de Marx (2017) acerca da queda tendencial da taxa de lucro, conforme veremos em mais detalhes adiante, está alicerçada na esfera da produção, quando o autor percebe que o desenvolvimento das forças produtivas dentro do modo de produção capitalista gera a sua expansão material e a valorização do valor ao mesmo tempo em que também estimula aspectos contraditórios ao seu próprio movimento. Trata-se de um fenômeno que engendra efeitos na esfera da circulação, mas sua origem está em última análise na produção.

> Como Marx constantemente mencionou, o capitalismo é um sistema de relações sociais que foi posto e é constantemente reposto na história pelos próprios seres humanos, sem que estes ajam com plena consciência, reproduzindo-se assim como base na meta subjetiva e objetiva da acumulação insaciável de capital. [...] Portanto, se essa perspectiva é mantida de modo consistente, se cada ciclo de acumulação tem de ser visto como um processo caraterizado por um período de aceleração da valorização do valor e por um período de contenção progressiva desse processo de expansão, a explicação desse padrão e, em particular, dessa inversão de tendência tem de estar centrada na esfera da produção de capital – e não meramente da circulação. (PRADO, 2018, s/p)

Apesar dessa observação, o próprio crítico brasileiro reconhece e sublinha as contribuições de Arrighi (1996) para se perceber a processualidade histórica da sociedade burguesa e a importância das crises nesse movimento. Em suas palavras, a "exacerbação do momento financeiro do modo de produção capitalista – supõe-se – ocorre sempre que a taxa de lucro cai sensivelmente ao longo de sua história. Arrighi, portanto, parece ter razão quando disto parte para construir o seu relato que cobre seis séculos" (PRADO, 2018, s/p). Vejamos mais de perto a funcionalidade das crises no capitalismo.

Nota-se nos últimos anos a retomada de importantes debates acerca dos modos de funcionamento do sistema capitalista, em especial do seu regime neoliberal. Muito em função da grande depressão de 2008, não faltam propostas de interpretação sobre as razões que originaram aquela crise, bem como sobre as possíveis saídas. Há distintas linhas e concepções teóricas que implicam em também distintos diagnósticos e respostas a serem construídas como saídas político-econômicas. Partindo do entendimento de que o modo de produção capitalista possui leis gerais de funcionamento, mas não é um bloco com características perpétuas e imutáveis – pelo contrário, transita por distintos ciclos de acumulação ao longo da história –, concentraremos nossa atenção para uma releitura sobre a dinâmica das crises econômicas, assumindo como finalidade a construção de uma base teórica para reflexões sobre o capitalismo neoliberal e suas possíveis transformações.

Tendo em vista as múltiplas possibilidades de interpretação sobre as crises, assume-se aqui como matriz interpretativa a crítica da economia política. Parte-se da compreensão de que

a crise de 2008, bem como todos os abalos econômicos ocorridos do século XIX em diante, tem vinculação fundante com o modo de produção capitalista, suas formas de desenvolvimento e os formatos de sociabilidade que dele depreendem.

As crises capitalistas são manifestações típicas desse modo de produção que expõem o desenvolvimento das contradições intrínsecas ao mesmo. Para aprofundar nossa compreensão acerca dessas contradições, cabe explicitar dois aspectos que derivam daquela contradição basilar já mencionada, entre capital e trabalho. Conforme elabora Marx (2017, p. 263) no Livro III d'O Capital, se, por um lado, a produção capitalista se realiza por meio do trabalho social – conversão dos trabalhadores diretos em "potência social" por meio da "cooperação" e da "divisão do trabalho" –, por outro, a propriedade dos meios de produção se concentra em poucas mãos. Esse descompasso entre produção e apropriação engendra um movimento que, impulsionado por forças antagônicas, acaba por reduzir tendencialmente a base material sobre a qual seu próprio processo de acumulação e valorização do valor podem se realizar, provocando crises periódicas. Nas palavras de Marx,

> A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no interior do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores de capital (não só de seu substrato material) num ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população, contradizem a base cada vez mais reduzida – em relação à riqueza crescente – para a qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização desse capital em expansão. Daí resultam as crises. (MARX, 2017, p. 263)

É nesse sentido que Marx (2017, p. 463) identifica que a real razão de toda crise "é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade". O capitalismo produz, portanto, em seu movimento regular, divergências constantes entre o ímpeto da produção social e a restrição do consumo provocada pelo necessário empobrecimento permanente das massas não-proprietárias. É a dinâmica da produção social apropriada de maneira individual que gera uma base material insuficiente para sua própria realização.

Como desdobramento de suas descobertas sobre o funcionamento da produção, da concorrência e da expansão contínua das relações sociais capitalistas, ainda no Livro III d'O Capital, Marx (2017, p. 213-214) expõe sua "conclusão de que o crescimento gradual do capital constante em proporção ao variável tem necessariamente como resultado uma queda gradual na taxa geral de lucro, mantendo-se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital". Isso porque, ao notar esse movimento, o autor identificou uma "lei do modo de produção capitalista que, conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição

relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado" (MARX, 2017, p. 214).

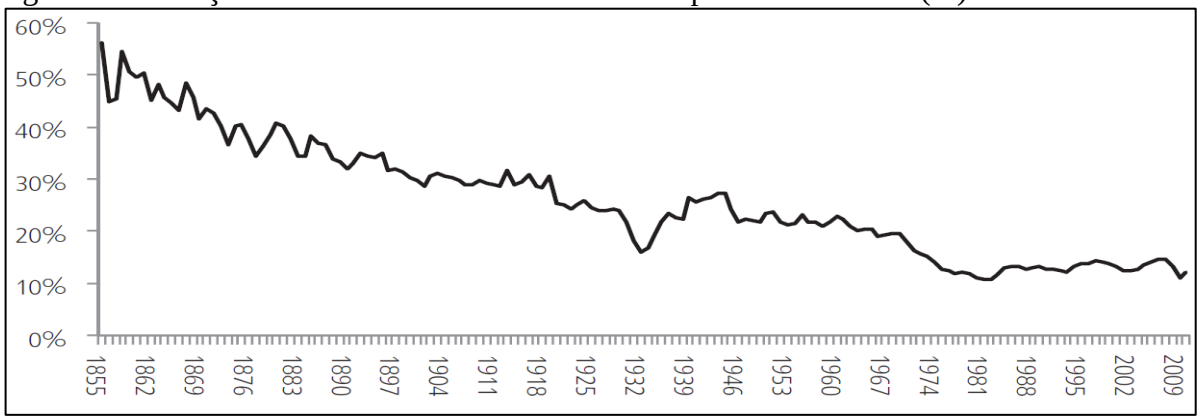
Trata-se de uma tendência do desenvolvimento produtivo capitalista. Uma lei que somente pode ser visualizada quando se observa a totalidade da dinâmica econômica capitalista, não se aplicando a setores isolados ou capitalistas individuais. Como percebe Marx (2017, p. 214-215), com o progresso desse modo de produção, que traz consigo o desenvolvimento das forças produtivas, o acirramento da competição entre capitais e a aceleração da acumulação, "a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro". Desse modo, a "queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias". (MARX, 2017, p. 215).

> Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais -valor, mantendo -se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. (MARX, 2017, p. 214)

Em última análise, para além das condições conjunturais que marcam cada momento crítico em particular, a tendência histórica de diminuição da taxa de lucro é uma expressão do modo de produção que contribui para a manifestação de crises periódicas, de modo que esses momentos críticos podem funcionar como momentos de transição entre as distintas fases capitalistas. Assim, o desenvolvimento contraditório, ampliado e desigual das relações capitalistas de produção implica necessariamente no achatamento da taxa geral de lucro e na ocorrência de crises sucessivas e cada vez mais intensas, que atingem toda a dinâmica social. Nesse processo, as crises se configuram como dispositivo inseparável do próprio movimento do capital e como marcador em seu desenvolvimento histórico.

Em seu livro intitulado "*The Long Depression*", Michael Roberts (2016) afirma que, do ponto de vista teórico, a teoria marxiana acerca das crises, fundada na lei tendencial de queda da taxa de lucro é coerente. Mais do que o acerto teórico, o autor verifica também a sua aplicabilidade histórica. Com base nos dados reunidos e interpretados por Esteban Maito (2014), Roberts (2016) observa a evolução da taxa média de lucro em seis economias capitalistas centrais – Reino Unido, EUA, Alemanha, Holanda, Japão e Suécia – entre 1855 e 2010.

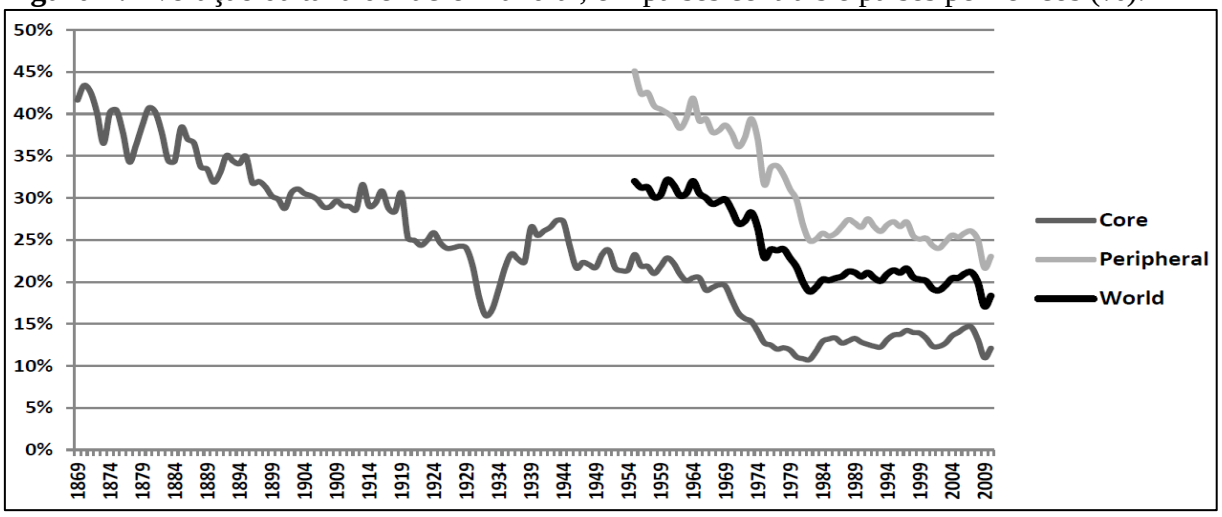
Figura 1 - Evolução da taxa de lucro em economias capitalistas centrais (%).



Fonte: Roberts (2016).

Essa evolução histórica auxilia na visualização da importância das interpretações de Marx (2017). Nas palavras de Roberts (2016, p. 20-21), o comportamento da taxa de lucro ao longo da história de quase dois séculos confirma "*the predictions Marx made about the historical trend of the mode of production. There is a secular tendency for the rate of profit to fall under capitalism and Marx's law operates*"[21]. Maito (2014), por sua vez, adiciona a essa paisagem histórica, entre 1896/1954 e 2009, a evolução da taxa de lucro em economias consideradas periféricas ou semiperiféricas – Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Coréia do Sul, Espanha e México.

Figura 2. Evolução da taxa de lucro mundial, em países centrais e países periféricos (%).



Fonte: Maito (2014).

Nesse caso, é visível a diferença entre os patamares de lucratividade operados no centro e na periferia. Entretanto, em ambos os casos, a tendência é de queda ao longo dos anos,

[21] Tradução livre: "as previsões que Marx fez sobre a tendência histórica do modo de produção. Há uma tendência secular para a taxa de lucro cair sob o capitalismo e a lei de Marx funciona".

processo que indica que, quanto maior o desenvolvimento e o amadurecimento das relações capitalistas de produção em uma economia, menor o patamar da taxa geral de lucro.

Como aponta Roberts (2016), esse conjunto de dados demonstra a tendência histórica de queda da taxa de lucro por um longo período de tempo. Esse movimento é amortecido por fatores contra-arrestantes, como se vê, por exemplo, nos recorrentes momentos de recuperação da lucratividade após períodos de queda aguda e desvalorização do capital existente. Apesar disso, quando adotada a perspectiva da longa duração, é a tendência ao decaimento que prevalece, impondo-se sobre os diversos fatores de contenção dessa lei geral, como o crescimento da taxa de mais-valia, o barateamento de capital constante por meio de novas tecnologias, a busca de maiores lucros do exterior, dentre outros (ROBERTS, 2016). A dinâmica desse último expediente, por exemplo, fica nítida quando se observa a evolução da taxa de lucro no centro e na periferia.

Em linha semelhante à Arrighi (1996), Harvey (2016) afirma que as crises são essenciais à própria reprodução do sistema capitalista. Segundo o autor, é no interior das crises sistêmicas que surgem novas versões daquilo que entendemos como sistema capitalista de produção. Ou seja, é na própria dinâmica instável vivenciada no desenrolar de suas crises que ocorre a interação (confronto, remodelação e reformulação) entre elementos contraditórios, mas inerentes à lógica do capital. Crises fazem parte, portanto, da dinâmica típica do capitalismo. Não existe modo de produção capitalista sem crises. Alysson Mascaro (2018) chega a afirmar até mesmo que o capitalismo é necessariamente portador de crise:

> Pode-se ler o capitalismo como crise constante, por sua natureza exploratória e conflituosa que faz, então, com que a instabilidade social seja sua marca: onde há exploração e dominação, há incômodo, instituições não lhe são suficientes nem totalmente estáveis, e isso é um viver sob crise. Mas ele também pode ser lido como portador de crise estrutural, quando suas bases soçobram, em condições particulares e não quotidianas, por razões de reprodução geral do sistema. (MASCARO, 2018, p. 23)

Em verdade, não é novidade alertar para a relação inseparável entre capital e crise. István Mészáros (2010) afirma que

> [...] não há nada de especial em associar capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as suas crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas com frequência sonhem (ou ainda, reivindiquem a realização de) exatamente isso. (MÉSZÁROS, 2010, p. 69)

Nesse processo ininterrupto, a articulação inevitável entre desenvolvimento capitalista e crises cada vez mais agudas ocorre justamente porque as crises funcionam como expedientes

que amenizam momentaneamente o acirramento dos seus fundamentos antagônicos. Em certo sentido, postergam, mas não superam as contradições do modo de produção, originadas na contradição fundante entre trabalho e capital. Essa relação antagônica basilar acaba por reproduzir ininterrupta e inevitavelmente a dinâmica conflituosa entre produção social e apropriação individual, que se expressa de distintas maneiras em todas as esferas da sociedade burguesa.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, as crises não são apenas um problema para o desenvolvimento e para a ampliação dos imperativos do capital, pois configuram-se como ferramenta que auxilia na transposição de limites econômicos imediatos. Historicamente, as crises têm permitido que o capitalismo se recupere economicamente, ao menos temporariamente, retomando ciclos de crescimento e amortecendo a lei tendencial da queda da taxa de lucro, conforme o próprio Marx (2017) já havia percebido. Por outro lado, toda crise pode representar um risco político à soberania do capital, pois abre um período histórico que permite o recrudescimento das lutas de classes, a partir da exacerbação de suas contradições mais elementares.

Trata-se, portanto, de perceber a crise capitalista a partir do método dialético, pois ela é, simultaneamente, problema e solução para o capital. As crises fazem parte da dinâmica capitalista, sendo sempre o encontro de crises econômicas e políticas com maior ou menor grau de intensidade. Como aponta Castelo (2013, p. 367), “o capitalismo experimenta, periodicamente, crises econômicas e políticas. Uma alimenta a outra, e é difícil dizer que existe uma causalidade determinística entre aqueles fatores – como se primeiro ocorresse uma crise econômica e depois uma crise política, ou vice-versa”. (CASTELO, 2013, p. 367)

A manifestação de uma crise é sempre expressão do movimento histórico de interações entre as contradições basilares desse modo de produção e, ao mesmo tempo, momento no qual se viabilizam as condições objetivas e subjetivas de aliviar momentaneamente os efeitos desse choque contraditório, permitindo a retomada do ciclo de valorização do valor – até que a próxima crise evidencie novos limites e engendre novas possibilidades para a lógica de acumulação. É com base nessa percepção que Harvey (2016) afirma que a saída implementada em uma crise do capital contém em si mesma os germes das próximas crises, tendencialmente mais profundas que as anteriores.

As saídas para suas crises compartilham certas tendências gerais, que se manifestam de formas diferenciadas sobre o capital e o trabalho. Segundo Sônia Regina de Mendonça (1986), “as vias típicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração de empresas e capital” (MENDONÇA, 1986, p. 92). Aí

estariam, segundo a autora, os principais efeitos provocados por todas as crises capitalistas ocorridas até hoje: intensificação do capital monopolista e aprofundamento da exploração sobre a força de trabalho.

Entretanto, esses não são os únicos efeitos de uma crise capitalista. Com base em seus estudos sobre o desenvolvimento da sociedade burguesa ao longo do século XIX, que o levaram a identificação da já mencionada lei da taxa geral decrescente de lucro, Marx (2017) apontou que a maior dificuldade para os economistas políticos não se localizaria na explicação das razões por trás da queda tendencial da taxa de lucro. Existiria, na verdade, uma dificuldade inversa: explicar o porquê de a tendência de queda não ocorrer em velocidade mais acelerada, encaminhando o sistema para um colapso endógeno.

É nesse momento que Marx (2017, p. 232) identifica aquilo que denomina como "influências contra-arrestantes". Trata-se de fenômenos típicos do próprio modo de produção cujos efeitos são contraditórios, significando tanto a aceleração quanto a contenção dessa tendência geral. Ao mesmo tempo em que tais fatores estimulam o desenvolvimento das forças produtivas, o barateamento geral das mercadorias e a consequente elevação da composição orgânica do capital que provoca a diminuição da taxa de lucro, também funcionam como amortecedores desta lei geral, oferecendo a ela um caráter tendencial e não absoluto. Em suas palavras,

> […] as mesmas causas que provocam a queda da taxa geral de lucro suscitam efeitos retroativos que inibem, retardam e, em parte, paralisam essa queda. Eles não derrogam a lei, porém enfraquecem seus efeitos. [...] É assim que a lei atua apenas como tendência, cujos efeitos só se manifestam claramente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de longos períodos. (MARX, 2017, p. 238)

Marx (2017) está identificando elementos constituintes do modo de produção capitalista em sua dialética de crise-estabilização, cujo movimento tendencial no longo prazo é a unidade contraditória que associa a queda da taxa de lucro ao aumento do grau de exploração sobre o trabalho. O mesmo capitalismo que desenvolve suas forças produtivas fazendo "diminuir a massa total do trabalho vivo adicional numa mercadoria" – elevação da composição orgânica do capital e subsequente queda da taxa geral de lucro – "é acompanhado do aumento do mais-valor absoluto e relativo" – elevação do grau de exploração e subsequente aumento da taxa geral de mais-valor (MARX, 2017, p. 239). Como Marx (2017, p. 241) demonstra ao longo do Livro III, "a taxa de lucro expressa a taxa de mais-valor sempre mais baixa do que é", de maneira que "uma taxa crescente de mais-valor tende a expressar-se numa taxa decrescente de lucro".

É por conta desses impulsos – necessária e contraditoriamente associados – que Marx (2017) nota o caráter não absoluto da queda da taxa geral de lucro. Trata-se de uma lei tendencial pois os mesmos estímulos que lhe dão vida também retardam seu movimento. Naquele período histórico do capitalismo, o autor identificou ao menos seis fatores econômicos contra-arrestantes da lei de queda da taxa de lucro. São eles: o aumento do grau de exploração sobre o trabalho; a compressão do salário abaixo de seu valor; o barateamento dos elementos que compõem o capital constante; a superpopulação relativa; a expansão do comércio exterior; o aumento do capital acionário, ou seja, crescimento do capital portador de juros e da financeirização (Marx, 2017). Mas esses não são os únicos fatores que restringem a lei geral. Como veremos mais adiante, no início do século XX, Lenin (1977d) adicionaria mais um importante fator a esse conjunto de fenômenos que contribuem para a contenção das contradições capitalistas de tempos em tempos. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Em forma de síntese, percebe-se que, sob o capitalismo, o progressivo desenvolvimento da força produtiva social se realiza de maneira associada a um processo de geração de pobreza e restrição do consumo das massas não-proprietárias. Uma das expressões mais relevantes dessa dinâmica é a queda da taxa geral de lucro, movimento que se vê amortecido por fatores contra-arrestantes que, de maneira genérica, atuam no sentido de aumentar a taxa geral de mais-valor. Entretanto, essas contratendências operam apenas como contenção da queda da taxa geral de lucro e não são capazes de superá-la.

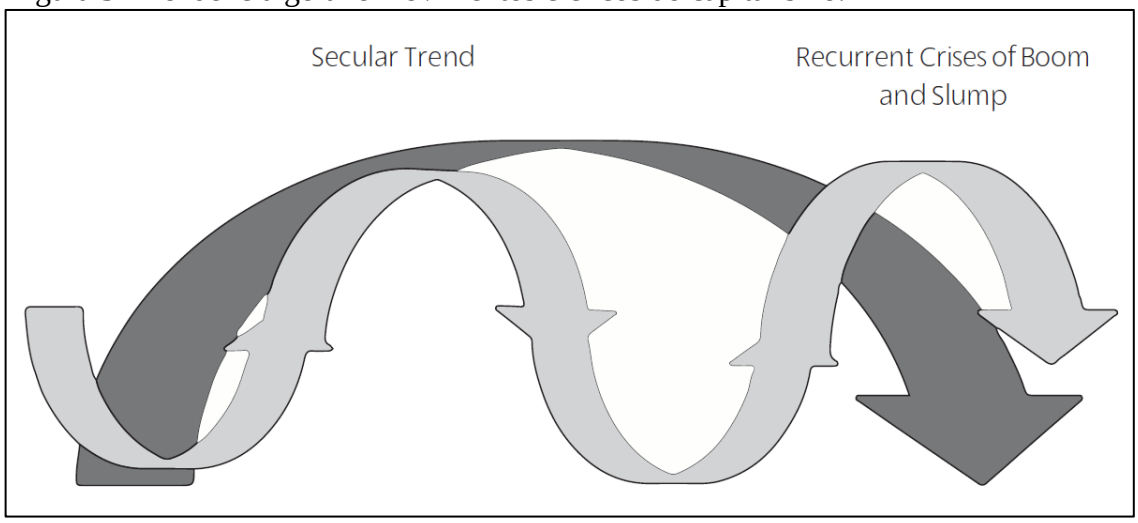
Ainda que possam se apresentar sob diversos formatos conjunturais (financeira-especulativa, superprodução de mercadorias, sobrecumulação de capitais, subconsumo), as crises têm relação, em última análise, com as contradições basilares e endógenas ao modo de produção. Em certo sentido, é possível concordar com a compreensão de Mascaro (2018) de que o capitalismo é crise. Por outro lado, cabe sublinhar que o capitalismo proporciona períodos de estabilidade, mantendo temporária e relativamente amortecidas suas contradições mais latentes, como ocorreu, por exemplo, durante os 30 anos dourados do pós-guerra. O mais certo seria afirmar, portanto, a existência de uma dialética crise-estabilização, na qual o modo de produção e seus formatos de sociabilidade convivem permanentemente em um processo que conjuga crises com momentos de relativa estabilização, conforme bem observa Chesnais (2007). Ao mesmo tempo em que há crises em momentos de relativa estabilidade, há também elementos de relativa estabilização em períodos de crise aguda. A depender da conjuntura e da intensidade da luta de classes, nota-se o predomínio de uma ou de outra parte nesse desenvolvimento contraditório.

> De tempos em tempos, assim como surgem as crises, surgem períodos de (relativa) estabilidade econômica e política, dentre os quais podemos destacar os 30 Anos Gloriosos. Em algumas situações históricas, por uma conjunção de fatores, as classes dominantes criam condições objetivas e subjetivas favoráveis às inversões capitalistas. Mas nem sempre há sucesso na gestão das crises econômicas, e o capitalismo convive com crises estruturais que abrem janelas históricas de uma situação de crise orgânica. Assim, pode-se dizer que existe uma dialética entre crises e estabilização na história do modo de produção capitalista. (CASTELO, 2013, p. 367-368)

Mas é necessário sublinhar: estabilidade não pode ser entendida como bonança e bem-estar para as maiorias. A expressão se refere exclusivamente à estabilidade para o movimento do capital. Isto é, à capacidade de manutenção de um relativo equilíbrio que permite a reprodução sistêmica sem a superação de suas contradições. Essa leitura dialética nos permite compreender que o modo de produção capitalista é composto tanto por crises periódicas e tendencialmente mais intensas, quanto por formas (sempre precárias e provisórias) de amortecimento e estabilização de seus impulsos contraditórios. Mas nenhum dos dois fenômenos são absolutos. Assim, o movimento contraditório crise-estabilização se expressa como processo dialético inerente à dinâmica típica do sistema.

Em linha semelhante, Roberts (2016) avalia que o modo de produção capitalista apresenta uma evolução histórica de longa duração ("*secular trend*") marcada por queda das taxas de lucratividade e de valorização do capital – algo como um permanente ambiente de instabilidade. Ao mesmo tempo, essa tendência geral é atravessada por recorrentes momentos de crises agudas e crescimento econômico ("*recurrent crises of boom and slump*"), fenômeno cíclico fundamental para o alívio daquela evolução secular na medida em que oferece possibilidades de recuperação e de relativo equilíbrio para a dinâmica sistêmica global. O autor sintetiza sua interpretação em uma imagem simples, mas pedagógica.

Figura 3 - Tendência geral e movimentos cíclicos do capitalismo.



Fonte: Roberts (2016).

Sob tal ótica, nota-se que não há crise endógena do capital capaz de promover rupturas irreversíveis, do mesmo modo em que não pode haver estabilidade. O que se observa como trajetória predominante na história capitalista, considerando a íntima articulação entre as esferas da produção e da reprodução social, é a estabilidade na e da instabilidade. Isso significa a existência de racionalidade em meio à irracionalidade reinante em uma forma societária regida pelos impulsos do capital. Em outras palavras, há dinâmicas econômicas e extraeconômicas (tendo o Estado como protagonista) que introduzem e operam elementos que compensam relativa e provisoriamente a irracionalidade inerente a uma sociedade fundada sobre a forma-mercadoria e a anarquia do mercado. Assim, a história da sociedade capitalista é a história de uma crise de longa duração (Roberts, 2016), ambiente que comporta simultaneamente a emergência de crises agudas e violentas com períodos de recuperação e crescimento, dinâmicas que, combinadas, aceleram e também amortecem os desdobramentos das contradições sistêmicas – contradições fundadas, em última instância, no conflito capital-trabalho presente na esfera da produção.

Considerando as preocupações centrais desta investigação, que busca melhor compreender a atualidade capitalista, será importante debater os meandros de duas crises em especial: a crise de superacumulação dos anos 1970, que marcou o início da consolidação do ciclo neoliberal, e a crise financeira de 2008, abalo sistêmico recente que chegou a ser interpretado por muitos como uma espécie de crise terminal desse modelo histórico de capitalismo. Refletiremos sobre ambas quando estudarmos especificamente o neoliberalismo. Antes disso, tratemos de uma segunda dimensão suscitada pela perspectiva histórica aqui adotada: as transformações capitalistas ocorridas na passagem do século XIX para o XX.

1.2 **Capitalismo imperialista**

Para além do destaque oferecido às crises econômicas para se entender a processualidade capitalista, a teoria de Arrighi (1996) quanto aos ciclos sistêmicos de acumulação e suas modificações internas contribui no enriquecimento de nossas leituras sobre o capitalismo histórico, lançando luz sobre as distintas formas assumidas pelo modo de produção e seus formatos de sociabilidade no decorrer dos anos. Aquilo que o autor denomina como o período inicial do ciclo norte-americano (ou “longo século XX”), ocorrido entre a crise que atinge sobretudo economias europeias e os EUA nas últimas décadas do século XIX e a crise econômica de dimensão mundial dos anos 1930, corresponde ao intervalo histórico que a tradição marxista interpreta como a transição de uma era ou fase capitalista para outra.

De acordo com Castelo (2013), esse movimento de transformação foi resultado direto do acúmulo e da exacerbação das contradições econômicas do próprio modo de produção e de suas expressões no campo da luta de classes, ambiente que impulsionou modificações tanto na base material quanto na superestrutura política, jurídica e ideológica. Nos termos regulacionistas que influenciam as leituras de Harvey (2008), trata-se de um cenário de mudanças que afetam o regime de acumulação e seus modos de regulação. Independente da conceituação que se prefira utilizar, o fato é que, entre o fim do século XIX e o início do XX, ao menos três grandes processos de transformações históricas podem ser identificados: "1) a emergência da acumulação monopolista; 2) a participação política da classe trabalhadora por meio de organizações de massas – sindicatos e partidos políticos; e 3) a maior complexidade nas funções e no aparato institucional do Estado burguês" (CASTELO, 2013, p. 34).

Tratou-se de um profundo movimento que alterou o capitalismo em níveis quantitativo e qualitativo. Nesse sentido, a leitura de Arrighi (1996), que aponta para a ocorrência de crises que expressavam tanto modificações no regime de acumulação quanto uma gradual transição de um centro dinâmico para outro, parece-nos relevante e acertada, mas não suficiente para se entender a totalidade desse processo. O capitalismo não vivenciava apenas uma alternância de ciclo, tal como compreende o autor, com a passagem da hegemonia inglesa para a norte-americana. Mais do que isso, alterava dinâmicas já postas e introduzia novas determinações em seu funcionamento. Na realidade, entrava em uma nova fase histórica de longa duração, aquela denominada por Lenin (1977a) como imperialismo, o estágio superior do capitalismo. Esse período se desenvolveu no bojo da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e, no interior desse movimento, expressou-se de variadas maneiras.

> A partir do início do século XX, a sociedade burguesa passou por profundas mudanças estruturais, radicalizando as tendências de concentração e centralização anunciadas por Marx no capítulo de O capital sobre a lei geral de acumulação capitalista. A transformação do capitalismo concorrencial em monopolista foi um dos elementos-chave no entendimento do imperialismo e em suas consequências mais diretas e imediatas para a luta do proletariado russo e mundial. A concentração e centralização de capital e a formação dos monopólios não significam o fim da concorrência entre os capitalistas; ao contrário, a fase monopolista do capitalismo é a sua intensificação, a superação da livre concorrência pela concorrência monopolista. (CASTELO, 2013, p. 35)

Desse modo, a virada do século XIX para o XX presenciou a consolidação do imperialismo como nova era capitalista, ambiente que forneceu as bases econômicas, políticas e sociais para todas as modalidades assumidas pelo sistema dali em diante. Para se compreender o neoliberalismo como modalidade sistêmica integrante desse novo estágio da história do modo

de produção, cabe, portanto, apreender em mais detalhes o que significa concretamente o fenômeno do imperialismo e seus principais desdobramentos na atualidade.

A discussão sobre o imperialismo ficou famosa na pena de Lenin, em seu livro "Imperialismo, fase superior do capitalismo", publicado pela primeira vez em russo, no ano de 1917. O livro reflete um rigoroso trabalho realizado por Lenin. Ao longo de grande parte da década de 1910, o bolchevique sistematizou teoricamente as transformações que estavam em curso no capitalismo mundial e suas particularidades na Rússia desde o fim do século anterior. Sua pesquisa completa totalizou cerca de 50 cadernos impressos com anotações e análises extraída de mais de 140 livros e 200 artigos.

Entretanto, apesar da associação quase automática que é feita nos dias de hoje entre a categoria imperialismo e o autor russo, aquele não era um tema exatamente novo em 1917. Outros pensadores já vinham se dedicando à interpretação desse complexo fenômeno desde pelo menos a década de 1890, como o economista inglês John Atkinson Hobson, que publicara o livro "Imperialismo" em 1902, Rudolf Hilferding ("O capital financeiro", de 1910), Rosa Luxemburgo ("A acumulação do capital", de 1913) e Karl Kautsky ("Ultraimperialismo", 1914) e Nikolai Bukharin ("Imperialismo e economia mundial", de 1915). Evidentemente, não há condições de se realizar uma revisão exaustiva sobre o tema neste espaço. Contudo, para se compreender a dinâmica capitalista do presente, faz-se necessário rememorar ao menos os elementos centrais que perpassam o debate sobre o imperialismo, especialmente sob a ótica inaugurada por Lenin.

De acordo com Florestan Fernandes (2012), fazendo referência direta a Lukács, uma das principais inovações do pensamento leninista sobre a temática foi sua capacidade de conectar dialeticamente as mudanças em curso no sistema capitalista com a totalidade histórica daquele período: a "superioridade de Lenin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas da conjuntura que se configurava então […]" (LUKÁCS apud FERNANDES, 2012, p. 13-14, grifos do autor).

Um dos principais interlocutores de Lenin nos debates das décadas de 1900 e 1910 foi Kautsky, liderança histórica da social-democracia alemã e editor da Revista *Neue Zeit* naquela altura. Seus embates perpassavam diversos assuntos, incluindo o imperialismo, tema no qual havia profundas divergências entre suas visões. Para Kautsky (1914), o imperialismo seria um expediente eminentemente político de expansão do modo de produção capitalista. Um instrumento extraeconômico levado a cabo pelo capitalismo para viabilizar sua tendência à

expansão geográfica e econômica, impulso que tendencialmente orienta o sistema para aceleração do processo de acumulação e estimula a formação de monopólios. Na visão do autor, sua origem estaria na articulação complementar, mas também conflituosa, entre o progresso das produções agrícola e industrial, esta última mais dinâmica e propensa ao desenvolvimento das forças produtivas.

É nessa interação dialética que as dimensões econômica e política se associariam na fundação do imperialismo, isto é, quando Estados de economias industriais avançadas buscam subordinar politicamente regiões predominantemente rurais com o intuito de abrir mercados, impulsionar sua produção e facilitar o acesso a matérias-primas necessárias ao desenvolvimento de sua indústria (KAUTSKY, 2014). Como aponta Bugiato (2017), na teoria de Kautsky, essa submissão pode se expressar tanto de maneira direta quanto de forma indireta, ou seja, por meio da constituição de colônias ou de zonas de influência sobre Estados formalmente independentes.

Nesse processo identificado por Kautsky entre o fim do século XIX e início do XX, diferentes Estados com indústrias avançadas disputam mercados e matérias-primas ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, Estados capitalisticamente atrasados, com economias predominantemente agrícolas, também se movimentam para defender os interesses de suas burguesias e dos proprietários de terras, seja por meio do enfrentamento direto às investidas imperialistas (por vezes se aliando a Estados imperialistas terceiros), seja por meio de conciliações e concessões que aceitam para si a posição de subordinação na arena mundial. Tal dinâmica invariavelmente levaria a explosão de conflitos e guerras.

Entretanto, como aponta Kautsky (1914), esse ambiente conflituoso torna-se um potencial perigo para o próprio modo de produção capitalista, quando passa a ser nocivo para o processo de valorização do valor e de acumulação de capitais. O autor refere-se ao surgimento de fatores de ordem econômica, no que diz respeito ao financiamento das guerras e à destruição de capitais que prejudicariam a dinâmica da economia em geral. Também menciona elementos de ordem política, referente ao receio de que guerras imperialistas estimulassem a luta de classes tanto no centro avançado quanto nas periferias mundiais, processo que criaria o risco de explosões revolucionárias.

Tendo em conta esses riscos e com base numa necessidade de auto-preservação do modo de produção em termos globais, surgiria então o fenômeno do ultra-imperialismo, conforme designação de Kaustky (1914), como forma de estabelecimento de uma relativa paz mundial, a despeito das eventuais vantagens obtidas por ramos capitalistas específicos no decorrer de corridas armamentistas (por exemplo, as indústrias bélica e de tecnologia militar).

De acordo com Fontes (2010), Kautsky partiu de uma leitura estritamente econômica para caracterizar o imperialismo como um mero desdobramento político que eventualmente poderia se expressar em guerras, as quais potencialmente colocariam em risco a própria dinâmica da produção e da acumulação. Em suas palavras, o imperialismo para o autor alemão

> […] resultaria do impulso industrial a ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital através da indústria) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que a política imperialista, com seus custos, prejudicaria, em curto e médio prazos, a acumulação de capital. (FONTES, 2010, p. 111-112)

Derivado diretamente do imperialismo conflituoso, o ultra-imperialismo seria uma fase mais aperfeiçoada e adequada para a dominação burguesa, na qual a concorrência entre monopólios (imperialismo) geraria o monopólio da concorrência (ultra-imperialismo) (*Kautsky*, 1914). O autor se refere à constituição de uma "cartelização" entre Estados imperialistas, de modo que estabeleceriam uma política de alianças entre si, fazendo valer o interesse de longo prazo de suas burguesias em evitar catástrofes bélicas, salvaguardar a dinâmica capitalista geral e, com isso, preservar seus próprios negócios.

> *Hence from the purely economic standpoint it is not impossible that capitalism may still live through another phase, the translation of cartellization into foreign policy: a phase of ultra-imperialism, which of course we must struggle against as energetically as we do against imperialism, but whose perils lie in another direction, not in that of the arms race and the threat to world peace*. (KAUTSKY, 1914, s/p)[22]

De acordo com o escrito de Kautsky (1914), intitulado "Ultra-imperialismo" e publicado pela primeira vez no início da Primeira Guerra Mundial, aquele conflito de escala planetária recém iniciado não inviabilizaria sua teoria. Pelo contrário. Em sua avaliação, as condições econômicas para a consolidação de uma "*holy alliance of the imperialists*" já estavam plenamente colocadas na ordem do dia, de forma que, quanto mais se prolongasse aquela violência generalizada, cada vez mais os imperialistas perceberiam que o estabelecimento de uma "santa aliança", ou seja, do ultra-imperialismo, seria uma solução desejável (KAUTSKY, 1914, s/p).

Como sabemos, aquele conflito se arrastou até 1918 e menos de duas décadas depois uma nova guerra com dimensões planetárias eclodiu, produzindo efeitos humanitários ainda mais catastróficos. No pós-1945, as guerras imperialistas adotaram gradativamente novos

[22] Tradução livre: "Assim, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda viva outra fase, a tradução da cartellização em política externa: uma fase de ultra-imperialismo, contra a qual devemos lutar com tanta energia quanto contra o imperialismo, mas cujos perigos estão em outra direção, não na da corrida armamentista e da ameaça à paz mundial".

formatos, tendo sido disseminadas por toda a periferia mundial como guerras, intervenções, ditaduras e massacres mais ou menos localizados, realizados diretamente por Estados imperialistas ou indiretamente por grupos mercenários e coalizões internacionais efetivadas por organismos como a OTAN – ou mesmo por uma combinação desses formatos. Essa dinâmica prossegue até os dias de hoje. Em estudo publicado em março de 2021, Nicolas Daves, jornalista investigativo, e Medea Benjemin, cofundadora da organização *Codepink*, identificaram que, somente nos últimos 20 anos (entre 2001 e 2021), os EUA e seus aliados (sobretudo membros da União Europeia, Inglaterra, Canadá, Austrália e Israel) lançaram mais de 326 mil bombas em países como Iraque, Síria, Afeganistão, Iémen, Líbano, Líbia, Paquistão, Palestina e Somália, uma média diária de 46 bombas[23].

Diferentemente de Kautsky, Lenin (1977a) não identifica o imperialismo como mero instrumento extraeconômico utilizado pela burguesia cuja origem estaria na interação entre a produção industrial e a produção agrícola. O autor russo designa o imperialismo como uma nova fase capitalista consolidada na virada do século XIX para o XX, tendo origem num processo de profundas transformações, ambiente que abarcou o sistema como um todo. Gestado na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, a categoria imperialismo é composta por dimensões econômicas, políticas, militares e sociais que alteraram a qualidade capitalista dali em diante.

Essa é também a interpretação de Fontes (2010). Segundo a autora, a perspectiva leninista sobre o imperialismo, demonstrando radical diferença em relação a Kautsky (em menor proporção também a Rosa Luxemburgo), remete-se a transformações que afetam a totalidade da produção e do conjunto da vida sob o capitalismo. Para Lenin (1977a), imperialismo é capitalismo monopolista, mas não só. Não se trata de uma leitura puramente econômica, política, ideológica ou militar. Muito pelo contrário. É uma abordagem que identifica nitidamente uma base econômica de modo a permitir a visualização da magnitude daquelas modificações e novas determinações que recaíram sobre toda a dinâmica do capital e suas formas sociais dali em diante.

> Para ele [Lenin], o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento das

[23] Ver mais em: <https://www.commondreams.org/views/2021/03/04/trump-bidens-secret-bombing-wars>. Acesso em 12/04/2021.

> exportações de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e "suas" burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lenin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes. (FONTES, 2010, p.112)

Um elemento deve ser destacado nesse processo. De acordo com Lenin (1977a, p. 594), mesmo que se observe uma transição da "absoluta liberdade de concorrência" para uma fase de monopolização crescente que implica na progressiva "socialização integral da produção", preservam-se as leis centrais do modo de produção capitalista. Portanto, "a apropriação continua a ser privada", pois os meios sociais de produção continuam como propriedade privada – de um número cada vez mais reduzido de indivíduos (LENIN, 1977a, p. 594). Segundo o autor, ao mesmo tempo em que o quadro geral do regime de "livre" concorrência continua formalmente em vigor, "o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais insensível, mais insuportável" (LENIN, 1977a, p. 594).

Ocorre que isso não pode ser confundido com a supressão da concorrência de mercado. Como nos esclarece Castelo (2013, p. 35), o processo de agudização da centralização de capitais e da formação de monopólios não significa o fim da disputa concorrencial entre capitais de variadas origens e distintos grupos burgueses: "ao contrário, a fase monopolista do capitalismo é a sua intensificação, a superação da livre concorrência pela concorrência monopolista".

Nesse ambiente de transformações, a dimensão da monopolização identificada por Lenin (1977a) estava para além da concentração de capitais em ramos produtivos específicos. O autor identificou a formação de uma oligarquia financeira, cuja base econômica era o capital financeiro, isto é, a fusão de capitais industriais – monopolizados até então em conglomerados produtivos – com capitais bancários – também monopolizados por grandes instituições bancárias. Os monopólios financeiros significavam a concentração, em patamares muito superiores ao que era praticado até aquele período, dos capitais de diversos setores produtivos em bancos cada vez mais poderosos, com tentáculos planetários (LENIN, 1977a). Nas palavras de Lenin (1977a, p. 624), "o capital financeiro criou a época dos monopólios". O surgimento do capital financeiro foi, dessa maneira, o motor dinamizador do capitalismo monopolista como nova fase sistêmica, ambiente com repercussão em toda a sociabilidade capitalista.

Entretanto, com a transição do modo de produção de sua fase concorrencial para a fase monopolista, as economias capitalistas mais avançadas depararam-se com velhos e novos movimentos contraditórios. Se, por um lado, a "abundância de capitais cresce", por outro, "a taxa de lucro decai" (BUGIATO, 2017, p. 8). Era a manifestação daquela tendência geral já percebida por Marx (2017) décadas antes, agora concretizada de maneira inquestionável.

Baseando-se na teoria leninista, Bugiato (2017) revela que esse fenômeno se explica por dois fatores principais. O primeiro deles é uma derivação da própria lei da queda tendencial da taxa geral de lucro, já observada por Marx (2017). Naquelas novas condições capitalistas alcançadas pelas economias mais avançadas, a elevação da composição orgânica do capital gerava uma intensificação da acumulação de capitais de tal magnitude que esses não conseguem ser realizados, sendo então encaminhados para os bancos. O segundo fator diz respeito à intensificação da luta de classes. Com o avanço das lutas dos trabalhadores e suas conquistas de direitos laborais efetivadas especialmente no último quartel do século XIX e início do século XX, o "desenvolvimento da organização sindical" e "o aumento do emprego" com direitos dificultam "a contratação do exército industrial de reserva" e pressionam "o aumento dos salários, diminuindo a taxa de exploração da burguesia" (BUGIATTO, 2017, p. 8-9).

A tática adotada pelas oligarquias financeiras dos países centrais para esse cenário desfavorável enfrentado em suas realidades nacionais é virar-se para o exterior. Ou seja, passam a buscar a elevação de suas taxas de lucro e a melhoria das condições de acumulação voltando-se para a exploração sistemática em economias atrasadas. Para tanto, articulam-se com seus Estados, que lhe oferecem a estrutura político-militar necessária à conquista acelerada de novos mercados, para onde o capital monopolista passa a exportar não apenas mercadorias, mas principalmente capitais, que serão orientados à produção nestes locais, agora em condições muito mais favoráveis – tanto em termos da taxa de lucro quanto em relação ao grau de exploração sobre a força de trabalho. A pilhagem do mundo se intensifica e o velho colonialismo se atualiza na fase imperialista.

> O capital tornou-se internacional e monopolista. O mundo está repartido entre um punhado de grandes potências, isto é, de potências que prosperam na grande pilhagem e opressão das nações. As quatro grandes potências da Europa, Inglaterra, França, Rússia e Alemanha, com uma população de 250 a 300 milhões de habitantes e com uma superfície aproximada de 7 milhões de quilómetros quadrados, possuem colónias com uma população de *quase quinhentos milhões* (494,5 milhões), com uma superfície de 64,6 milhões de quilómetros quadrados, isto é, quase metade do globo terrestre (133 milhões de quilómetros quadrados sem a região polar). [...] Assim está organizada, na época do mais elevado desenvolvimento do capitalismo, a pilhagem de aproximadamente mil milhões de habitantes da Terra por um punhado de grandes potências. E no capitalismo é impossível qualquer outra forma de organização. (LENIN, 1977d, p. 570)

Com isso, observam-se ainda mais desdobramentos derivados e associados ao imperialismo. Um deles é a ampliação cada vez mais acelerada das relações capitalistas de produção e suas formas de dominação pelo mundo numa dimensão ainda mais concentrada, superando a antiga dinâmica do capitalismo concorrencial. Assim como Castelo (2013), Fontes (2010, p 148) compreende que esse processo de rápida expansão "não eliminava a concorrência,

mas a deslocava sob o peso dos monopólios", de maneira que seu "novo alcance nos âmbitos nacionais e na esfera internacional tenderia a estabelecer formas sociais similares nos demais países imperialistas, porém jamais idênticas, de dominação política, ideológica e até mesmo cultural" (FONTES, 2010, p. 148). Ou seja, com a ampliação do capital e suas relações de produção, expandem-se também suas formas de dominação em variadas dimensões.

Outro desdobramento é a inevitável eclosão de choques imperialistas na arena global, como efeito de uma competição encarniçada pelo domínio de novos mercados, processo que, em última análise, revelava a tentativa das oligarquias financeiras encontrarem soluções para os problemas enfrentados em suas economias nacionais.

> Lenin chama de imperialismo este processo estrutural que forma monopólios e promove a exportação de capital, com íntima relação entre burguesia e Estado, gerando uma competição intensa entre potências capitalistas. Nesta concorrência interimperialista as burguesias de seus respectivos Estados nacionais lutam pela anexação e pelo controle de novos territórios e mercados, para garantir a reprodução do capital. (BUGIATO, 2017, p. 9)

Um dos efeitos mais relevantes do imperialismo foi, portanto, a alteração substantiva das dinâmicas imperiais e coloniais até então conhecidas. Promove-se uma partilha do mundo em novos termos, seguindo a lógica da produção ampliada do capital e da concorrência violenta entre conglomerados monopolistas no mercado mundial, a qual se expressa não apenas como competição econômica, mas também como recrudescimento da dominação capitalista e como guerras imperialistas.

Diferente de Kautsky, o bolchevique tem clareza de que a "guerra não está em contradição com as bases da propriedade privada, mas é um desenvolvimento directo e inevitável destas bases" (LENIN, 1977d, p. 571). Mais do que a íntima conexão entre capitalismo e guerra, Lenin (1977a) observa como, em sua fase imperialista, o capitalismo promove também a intensificação da opressão nacional.

> O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual foi o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação). (LENIN, 1977a, p. 665)

Como bem examina Bugiato (2017), ao tratar da partilha imperialista do mundo e, com isso, da questão militar, Lenin não entende a guerra como a negação ou o fim da política. Tendo clara inspiração no realismo político de Clausewitz, ele entende a guerra como fenômeno que continua a política por outros meios, "sem corte ou suspensão entre uma e outra: uma é parte

da outra" (BUGIATO, 2017, p. 10). Ao mesmo tempo, o conjunto da teoria leninista supera qualquer perspectiva politicista ao perceber que as determinações dessa unidade dialética se encontram, numa primeira avaliação, na política e, em última instância, na economia política.

Em janeiro de 1921, como resposta às acusações de Trotsky e Bukharin de que estaria adotando uma abordagem meramente política, Lenin (1980, p. 443) afirma que a "política é a expressão concentrada da economia". Trazida para o nosso debate, a abordagem dialética de Lenin (1977) revela que o fenômeno da guerra na fase imperialista do capitalismo responde às novas bases de desenvolvimento do modo de produção e nas novas formas de manifestação de suas contradições. A política de partilha do mundo entre nações imperialistas conduz o capitalismo monopolista à uma tendência de gestação periódica de conflitos e guerras. De acordo com Bugiato (2017),

> A exportação de capitais envolve a mediação dos Estados e coloca suas classes dominantes em confronto potencial. Sua conclusão é que acumulação na fase do capitalismo monopolista origina uma tendência às guerras intercapitalistas. Ou seja, o imperialismo leva à guerra. […] A guerra é resultado do imperialismo e tem caráter de classe, desencadeada pelos Estados nacionais e suas classes dominantes, nas condições históricas do capitalismo monopolista. Dessa forma, a guerra é meio político, e por sua vez violento, para a prossecução de políticas condicionadas pelo seu estágio de desenvolvimento histórico. (BUGIATO, 2017, p. 10-11)

Nessas condições, a guerra adquiriu ainda mais uma funcionalidade: veio a se somar àquele conjunto de fatores contra-arrestantes como instrumento de amortecimento da queda tendencial da taxa geral de lucro. Em agosto de 1915, em plena Primeira Guerra Mundial, Lenin escreve um texto intitulado "Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa", no qual assinala o seguinte: "[n]o capitalismo é impossível o crescimento uniforme do desenvolvimento económico das diferentes economias e dos diferentes Estados. No capitalismo são impossíveis outros meios de restabelecimento de tempos a tempos do equilíbrio alterado que não sejam as crises na indústria e as guerras na política" (LENIN, 1977d, p. 571).

Na era imperialista, a guerra, enquanto elemento intimamente vinculado à economia política, assume papel decisivo na dinâmica de crise-estabilização típica do capitalismo. Ainda que seja mau negócio para setores, grupos e economias burguesas em particular, a guerra atua como fator de recuperação e estabilização do processo de valorização do valor e acumulação de capital de modo universal. Na dificuldade de deflagração de novas guerras mundiais nos pós-1945, a questão militar e a multiplicação exponencial de guerras *proxy* ou conflitos localizados passam a funcionar como alternativas que ao menos parcialmente cumprem essa função contra-arrestante nas últimas sete décadas.

Portanto, a guerra imperialista não é assunto que interesse de modo algum à classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, também não se trata de um fenômeno que atrapalhe a dinâmica da dominação política e econômica da burguesia. Pelo contrário, integrou-se como expediente funcional e necessário à ordem imperialista. Trata-se de uma experiência humanamente devastadora, guardando relações íntimas com os interesses da burguesia dos países avançados, seus representantes políticos e seus sócios burgueses (subalternos) em países atrasados (periféricos ou semiperiféricos).

Como veremos mais adiante, essa condição objetiva para a classe trabalhadora mundial não deixa de se expressar contraditoriamente. Há setores do proletariado, especialmente da aristocracia operária dos países centrais e pequenos nichos da periferia e semiperiferia, que encontram no imperialismo uma base econômica e política que lhes oferece vantagens concretas em suas condições materiais de existência em função do recrudescimento da exploração e da dominação sobre outros trabalhadores.

Um importante texto do intelectual indiano Prabhat Patnaik, publicado na *Monthy Review* em 1990, sob o título "*Whatever Happened to Imperialism?*", revelou como as ciências sociais, a imprensa e a ideologia dominantes procuraram isolar, desqualificar ou ressignificar a teoria do imperialismo numa verdadeira luta de classe no campo das ideias ao longo do século XX. Esse movimento se mostrou tão potente que, de acordo com Patnaik (1990), produziu efeitos até mesmo em parte significativa do pensamento crítico, que, sobretudo a partir da crise do socialismo real e das esquerdas – entre as décadas de 1970 e 1980 –, passou a deixar de lado essa categoria, chegando até mesmo a corroborar com certas leituras hegemônicas.

John Bellamy Foster (2006, p. 439) demonstra como, no fim do século XX, procurou-se caracterizar a expressão imperialismo como "um termo puramente ideológico". O autor ainda revelou outros expedientes realizados de forma concomitante, deixando claro como tais iniciativas ignoravam solenemente a realidade histórica do capitalismo da segunda metade do século XX.

> Ao mesmo tempo, houve tentativas de isolar especificamente o termo "imperialismo econômico", dissociando-o –mediante o método estreito e compartimentalizador da ciência social convencional–, do imperialismo político, do imperialismo cultural, etc., para depois submetê-lo a uma crítica especial Era particularmente assombroso que isto tivesse ocorrido em face às intervenções militares norte-americanas (tão abertas como encobertas) em países como Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Granada, e Panamá, e apesar do papel predatório das multinacionais em todo mundo (por exemplo, na Índia, onde a Union Carbide matou milhares de pessoas). (FOSTER, 2006, p. 439-440)

Por outro lado, e para além dessa cruzada ideológica, diversos intelectuais não deixaram de estudar seriamente a teoria leninista sobre o imperialismo. Era o próprio movimento histórico

que se afirmava e demonstrava a pertinência do debate. Focando especialmente nas últimas três décadas, muitos autores têm se dedicado à recuperação dessa categoria e à defesa de sua validade geral. Trilhando variados caminhos, tais interpretações se encontram na ideia de que a teoria do imperialismo segue vigente até os dias de hoje, ainda que o capitalismo tenha passado por modificações do pós-guerra em diante, exigindo esforços de atualização às novas conjunturas sistêmicas. É a esses estudos que a presente investigação está filiada.

Com base nesse conjunto de trabalhos – como Patnaik (1990), Boron (2006), Foster (2006), Wood (2006), Fontes (2010), Sampaio Júnior (2011), Castelo (2013), Bugiato (2017), Prashad (2020), Patnaik e Patnaik (2015 e 2021), Enfu e Baogin (2021) –, é possível afirmar que as principais determinações do fenômeno imperialismo ainda estão explicitadas nos textos do próprio Lenin. Conforme apresentado pelo líder bolchevique no conjunto de sua obra, o capitalismo imperialista se realiza pela articulação entre cinco elementos centrais que alteraram a dinâmica capitalista da virada do século XIX-XX em diante. Castelo (2013) sintetiza:

> 1) a concentração da produção e formação dos monopólios empresariais; 2) a concentração do setor bancário, a formação do capital financeiro e da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital; 4) a partilha do "território econômico" pelas associações monopolistas internacionais; e, por último, 5) a partilha territorial das colônias pelas grandes potências mundiais. (CASTELO, 2013, p. 35)

Destacar a validade teórica e histórica dessa teoria não significa que o fenômeno não tenha sofrido modificações com o passar do tempo. Tratemos então de suas principais alterações e novas características.

1.3 **Imperialismo hoje**

Na referida trajetória de recepção, continuidade e atualização da teoria leninista sobre o imperialismo, um nome decisivo para seu enriquecimento foi Antonio Gramsci, ainda na primeira metade do século XX. Fontes (2010) lança luz sobre a forma como Gramsci e Lenin compartilhavam uma mesma base teórico-metodológica, de modo que buscaram identificar e apresentar teoricamente as mudanças pelas quais passava o capitalismo naquela virada de século.

Por outro lado, ambos percebiam que tais transformações não significavam superação ou anulação das contradições e das leis basilares do capital. Pelo contrário, aconteciam como expressão e causa de um processo de aprofundamento das mesmas. Como bem aponta a autora, a história evidenciou o acerto dos dois: "o longo transcurso e as profundas reviravoltas ocorridas no século XX ao mesmo tempo evidenciam a justeza de suas teses e nos afastam daquele mundo

no qual viveram, exatamente por seu aprofundamento" (FONTES, 2010, p. 305). Isso significa perceber que as mudanças e as novas dinâmicas assumidas pelo capitalismo imperialista nas últimas sete ou oito décadas não inviabilizaram o conjunto de teses leninistas. Antes, reforçaram sua pertinência.

Seguindo essa leitura, é possível afirmar que Gramsci trilhou o caminho aberto por Lenin numa tentativa de interpretar aquele "duplo movimento característico do capitalismo imperialista", ou seja, o processo de "expansão [das relações sociais de produção capitalistas e do processo de acumulação] concomitante ao aumento da concorrência (e da tensão) interna às classes dominantes" (FONTES, 2010, p. 136). A esse cenário, somava-se ainda outro nível de intensificação da luta de classes. O intelectual sardo se atentou para o fato de que, naquelas circunstâncias históricas, crescia a necessidade da burguesia em assegurar a adesão das camadas subalternas à nova ordem capitalista sob o imperialismo.

Conforme já destacado, era um ambiente de aceleração da queda da taxa geral de lucro conjugado ao aprofundamento da monopolização e da concorrência em escala e intensidade superiores. Ao mesmo tempo e de forma articulada à consolidação do imperialismo, as lutas operárias e populares se agudizavam desde a segunda metade do século XIX, de modo a arrancar das classes dominantes concessões e direitos políticos e sociais em países centrais, como por exemplo as primeiras intervenções estatais em favor do mundo do trabalho e do sufrágio tendencialmente universal (LOSURDO, 2011 e 2015). Esse contexto revelava para Gramsci que a garantia da adesão subalterna dali em diante exigia mais do que o viés da coerção e da violência direta. Como aponta, Fontes (2010, p. 136), o "convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais. Não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, exatamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado".

O destaque feito pela intelectual brasileira se propõe a uma articulação entre a teoria do imperialismo e as contribuições trazidas pela teoria do Estado integral ou ampliado de Gramsci (sociedade política + sociedade civil / hegemonia + coerção), destacando que, na era imperialista, não foram apenas a guerra, a pilhagem e as violências nacionais e coloniais que ganharam novas determinações e funcionalidades no interior da lógica capitalista, mas também "a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas". A sociedade do capital fortalecia e complexificava seus expedientes de exploração econômica e dominação política por meio da ideologia.

> O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da

> coerção aos renitentes. Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento. (FONTES, 2010, p. 137)

Tal dimensão era claramente percebida nos países capitalistas centrais. De modo simultâneo e associado, as repercussões na periferia e na semiperiferia assumiam dinâmicas próprias. Em seus estudos acerca da situação da Itália, sobre sua realidade atrasada e relativamente subordinada no tabuleiro imperialista, Gamsci percebe como

> […] a transição ao capitalismo nos países retardatários europeus, em primórdios do século XX, ocorreu concomitantemente à simultânea expansão conflitiva e bélica para o exterior, através do controle territorial colonizador […] Em outros termos, a transição capitalista de primórdios do século XX foi, ao mesmo tempo, uma luta pela extensão imperialista desigual dos países retardatários. (FONTES, 2010, p. 141)

Fazia parte desse processo a expansão e complexificação das funções estatais – mediações e combinações entre funções de coerção e de produção de consensos, fundadas predominantemente na repressão ou na ideologia. Esse fenômeno se conectou gradativamente àquelas demais determinações que formam o capitalismo imperialista, contribuindo para sua ampliação de modo desigual por diversos países. Perceber o alargamento das funções estatais – em um ambiente de reprodução ampliada de capitais que aprofundava ainda mais os níveis de concentração monopolista e de crescimento do capital financeiro – significa notar que a dimensão da coerção, expressa em última instância nas guerras e conflitos imperialistas, também ganhou novos contornos ao longo do século XX.

Hobsbawm (2007) também avalia que as bases daquele imperialismo identificado por Lenin (1977a) seguem vigentes até os dias de hoje, ainda que o fenômeno tenha adquirido novas características. Segundo o autor, a atual configuração do mundo capitalista dota o imperialismo contemporâneo de especificidades de tal nível que o torna substancialmente distinto das antigas formas imperiais, como aquelas desenvolvidas por Espanha e Portugal no auge das navegações, ou mesmo o império inglês, já plenamente capitalista (mas ainda não monopolista), que perdeu força no fim do século XIX e foi ultrapassado pelos EUA nas décadas seguintes.

Mesmo escrevendo em 2007, ao retratar uma dessas diferenças, marcadamente a dinâmica de um mercado global profunda e necessariamente articulado, o historiador inglês lança mão de um exemplo que não poderia ser mais atual.

> Vivemos em um mundo tão integrado, no qual as operações cotidianas são tão interligadas, que qualquer interrupção - como a Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS), por exemplo - provoca conseqüências que, em questão de dias, expandem-se a partir de fontes desconhecidas, na China, para transformar-se em fenômenos

> mundiais. Os efeitos negativos sobre o sistema de transporte internacional, sobre as reuniões internacionais e as organizações que os realizam, sobre os mercados globais e mesmo sobre as economias dos países desdobraram-se com uma velocidade impensável em qualquer período anterior. (HOBSBAWM, 2007, p. 152)

Outros elementos que caracterizam a atualidade do capitalismo imperialista sob a hegemonia estadunidense, conforme vivenciamos no presente, diz respeito à escala do domínio econômico, do avanço tecnológico e do papel cada vez mais preeminente que joga o poderio militar.

> É enorme o poder da tecnologia, em constante revolução na economia e sobretudo na força militar, onde esse fator é hoje mais decisivo do que em qualquer outro momento. O poder político em escala global requer, nos nossos dias, um país extremamente grande que detenha o domínio dessa tecnologia. (HOBSBAWM, 2007, p. 152-153)

. Trata-se de fatores que já haviam sido observados pela teoria leninista na primeira metade do século XX, mas que nas últimas décadas têm atingido escalas superiores. Entretanto, há uma diferença fundamental que não pode ser esquecida e que distingue a dinâmica imperialista de hoje até mesmo daquela percebida por Lenin e Gramsci. Nunca antes na história um país imperialista atuou de maneira tão livre de freios quanto o imperialismo americano o faz nas últimas três décadas (HOBSBAWN, 2007)[24].

Desde o fim dos anos 1980, os EUA têm consciência da sua preponderância econômica, política, militar e ideológica em nível planetário e atuam no interior da globalização neoliberal em função de sua dominação global, a qual, segundo Hobsbawm (2007), não pode ser confundida com mero alcance territorial global – algo que o império inglês, por exemplo, já havia conquistado no século XIX.

> A grande novidade do projeto imperial americano está em que todas as demais grandes potências e impérios sabiam que não eram os únicos e nenhum deles visou a dominação global. Nenhum se acreditava invulnerável, mesmo os que se se viam como o centro do mundo - como a China, ou o Império Romano no seu auge. A dominação regional era o perigo maior para o sistema de relações internacionais em cuja vigência vivemos até o fim da Guerra Fria. (HOBSBAWM, 2007, p. 153)

A base material do imperialismo americano está na economia. Mas essa estrutura econômica, que em última análise remete à própria dinâmica do capitalismo global que atua em permanente ampliação, conforme vimos em Lenin (1977a), alterou-se do pós-guerra até os dias de hoje, momento no qual os EUA se firmaram definitivamente como potência imperialista hegemômica. Fontes (2010, p. 149) chega a teorizar sobre a consolidação de um novo tipo de

[24] É possível que esteja em curso algum nível de alteração desse cenário, devido ao avanço chinês em suas disputas com os EUA na arena geopolítica, sobretudo nos últimos anos. Entretanto, ainda é cedo para afirmar qualquer modificação na tendência histórica do imperialismo recente, de modo que a avaliação de Hobsbawm (2007) ainda parece válida.

imperialismo, aquele que a autora denomina como capital-imperialismo, ou seja, “uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria”. Em sua leitura, trata-se de uma dinâmica derivada do aprofundamento daquelas determinações observadas por Lenin (1977a), processo que

> […] exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. (FONTES, 2010, p. 149)

Refere-se aqui a um ambiente de modificações que afetaram o conjunto da vida social do capitalismo imperialista do pós-guerra em diante, atravessando os universos econômico, político, cultural, científico e os formatos burgueses de sociabilidade (FONTES, 2010). Tudo isso operando no interior da lógica de reprodução e acumulação ampliada de capitais em escala monopolista. Segundo Fontes (2010, p. 155), a segunda metade do século XX revelou esse processo de elevação da concentração e da monopolização ao efetivar o que chama de “união íntima” entre capitais de diversas origens, provocando um ambiente “quase descarnado” de exploração, expropriação e acumulação.

> Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos. (FONTES, 2010, p. 155)

Dessa forma, a autora destaca a existência de um movimento de expansão capitalista que promove a derrubada de fronteiras (para o capital, não necessariamente para as pessoas) e a “megaconcentração” em novas proporções.

> Entenda-se aqui, por fronteiras, não apenas as pressões políticas para a abertura de mercados, mas a pressão exercida em diversas direções para apropriar-se de espaços geográficos e formas de existência sociais até então escassamente submetidas à dinâmica da reprodução capitalista. O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a capturar todos os recursos disponíveis para convertê-los em capital; precisa promover a disponibilização de massas crescentes da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, transformar todas as atividades humanas em trabalho, isto é, em formas de produção/extração de valor. (FONTES, 2010, p. 165)

Em perspectiva que dialoga com a autora brasileira, Cheng Enfu e Lu Baolin (2021), intelectuais e professores universitários chineses, também sentem a necessidade de oferecer

uma nova denominação para demarcar as alterações que existem entre a atual dinâmica imperialista e aquela observada na maior parte do século passado. No sentido de designar a forma assumida pelo imperialismo a partir do último quartel do século XX, os autores utilizam a expressão neoimperialismo. Para eles, o neoimperialismo representa uma nova fase, uma espécie de estágio superior do imperialismo, ambiente no qual o monopólio internacional que vigora no capitalismo contemporâneo teria se firmado sob a égide da financeirização, ainda que, em última análise, esse núcleo dirigente não possa abdicar do momento da produção.

Em íntima associação com essas alterações em sua base material, as questões políticas, ideológicas e militares também ganham novas dimensões e funcionalidades. Segundo Enfu e Baolin (2021, s/p), o neoimperialismo expressa o fenômeno de expansão contínua do capitalismo monopolista internacional em sua fase atual, o qual se realiza por meio da reorganização e atualização da aliança entre poucos países desenvolvidos que dominam o mundo e implementam uma "*new policy of economic, political, cultural, and military hegemony*". Para tanto, a questão militar intensifica sua importância no interior da lógica imperialista. Os autores recorrem às alterações que se dão no seio da OTAN. Trata-se de um instrumento regido pelos interesses do capital monopolista internacional – sob a direção inconteste exercida pelo Departamento de Estado dos EUA –, que se atualiza sobretudo após o término da Guerra Fria, mas não perde sua centralidade no contexto do capitalismo imperialista da atualidade.

> *To achieve leadership and domination over the world, the United States has made every effort to promote NATO's eastward expansion, and has expanded its own sphere of influence to control Central and Eastern Europe and to compress Russia's strategic space. […] This effectively changed NATO from a "collective defense" military alliance into an offensive political and military organization with the so-called purpose of defending common interests and shared values. Second, NATO's military actions did not require authorization from the UN Security Council. In addition to NATO, U.S. military alliances formed on the basis of bilateral treaties include pacts with Japan, South Korea, Australia, and the Philippines. There are U.S. military bases on the territory of all its military allies, and these comprise a major part of the neoimperialist military alliance. The United States and its allies make military threats and carry out provocations in many regions of the world, resulting in many "hot wars," "warm wars," "cool wars," and "new cold wars," intensifying the new arms race.* (CHENG e BAOLIN, 2021, s/p)[25]

[25] Tradução livre: "Para alcançar liderança e domínio sobre o mundo, os Estados Unidos fizeram todos os esforços para promover a expansão da OTAN para o leste, e expandiram sua própria esfera de influência para controlar a Europa Central e Oriental e para comprimir o espaço estratégico da Rússia. [...] Isto efetivamente transformou a OTAN de uma aliança militar de "defesa coletiva" em uma organização política e militar ofensiva com o chamado propósito de defender interesses comuns e valores compartilhados. Em segundo lugar, as ações militares da OTAN não exigiam autorização do Conselho de Segurança da ONU. Além da OTAN, as alianças militares americanas formadas com base em tratados bilaterais incluem pactos com o Japão, a Coréia do Sul, a Austrália e as Filipinas. Existem bases militares americanas no território de todos os seus aliados militares, e estas compreendem uma parte importante da aliança militar neoimperialista. Os Estados Unidos e seus aliados fazem ameaças militares e realizam provocações em muitas regiões do mundo, resultando em muitas "guerras

Hobsbawm (2007), por sua vez, sublinha a escala da dimensão militar e seus papeis nesse ambiente. O autor percebe a existência de uma contradição, que cresceu no decurso da segunda metade do século XX, na base material sobre a qual se assenta esse imperialismo estadunidense. Em sua leitura, uma das fraquezas do imperialismo hegemonizado pelos EUA estaria nas características econômicas da sua própria dominação, visto que, especialmente a partir da década de 1970 – com o processo de deslocalização produtiva – os níveis de exportação de capitais se tornaram tão elevados que o país passou a depender de importações de manufaturas em quantidades cada vez maiores. Nesse contexto, o expressivo e ininterrupto crescimento da indústria bélica dos EUA reforça seu papel decisivo na dinâmica imperialista atual e, nesse caso em especial, sua funcionalidade econômica de sustentação da base material de dominação econômica e política.

> Uma das poucas maneiras pelas quais essa fraqueza pode ser superada é a expansão da produção e venda de armas. Essa é outra diferença entre o Império Britânico e o americano. Especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, a quantidade de armamentos nos Estados Unidos em tempo de paz tem se mantido com constância em níveis extraordinários, que não encontram precedente na história moderna. [...] apesar da desproporção evidente entre o poderio dos Estados Unidos e da União Soviética, o ímpeto de crescimento da indústria bélica americana tornou-se muito mais forte desde antes do fim da Guerra Fria, e prosseguiu sem se abater até agora. (HOBSBAWM, 2007, p. 155-156)

No imediato pós-guerra, o cenário político era distinto não só no campo econômico, mas também na política. Naquela altura, a aliança EUA-Europa-Japão já revelava a preponderância do primeiro. Entretanto, as tensões originadas nessa articulação, sobretudo em matérias geopolíticas, eram administradas pela potência hegemônica sem abdicar de certa fidalguia e jogo de cintura na relação com seus aliados (eventualmente, até mesmo com inimigos, visto as políticas aplicadas em sua relação com a China). Isso não exclui o fato de que os EUA nunca deixaram de ter os seus objetivos político-econômicos como elemento orientador principal das suas ações, mas revela alguma abertura tática em suas formas de dominação.

> Os americanos lideravam a aliança ocidental com um toque de cortesia tradicional nos assuntos internacionais, quando mais não seja porque os europeus estavam na linha de frente da luta contra o Exército soviético, mas eles insistiam em que a aliança devia estar permanentemente atada aos Estados Unidos em razão da dependência da tecnologia militar americana; e persistiram em sua oposição sistemática a que a Europa tivesse um potencial militar independente. (HOBSBAWM, 2007, p. 157)

Como Hobsbawm (2007) bem apresenta, esse espaço para negociações existia essencialmente devido às necessidades concretas impostas pela luta de classes naquele período

---

quentes", "guerras quentes", "guerras frias", e "novas guerras frias", intensificando a nova corrida armamentista".

histórico. A existência da União Soviética e a sombra que o socialismo real lançava sobre o ocidente, ainda que na prática nunca tenha tido condições materiais para a almejada revolução mundial e para a superação do capitalismo (KURZ, 1992; CLAUDIN, 1978), funcionavam como elemento de força política que objetivamente domava os excessos do imperialismo estadunidense e do ímpeto capitalista de modo geral. Paradoxalmente, essa correlação de forças que marcou a Guerra Fria agiu de maneira decisiva como elemento de amortecimento das contradições internas da própria dinâmica capitalista. Isso significa que houve "um tempo em que o império americano reconhecia a existência de limitações, ou pelo menos a conveniência de comportar-se como se tivesse limitações. Isso se devia basicamente ao fato de que tinha medo de alguém mais, a União Soviética" (HOBSBAWM, 2007, p. 163).

A crise do socialismo real em âmbito global e a derrota histórica da União Soviética, processos inseparáveis e iniciados de forma mais ou menos simultânea com a crise capitalista dos anos 1970, tiveram peso significativo na alteração daquele ambiente de relativa contenção do poderio imperialista existente desde o pós-guerra.

> O colapso da União Soviética deixou os Estados Unidos na condição efetiva de única superpotência, que nenhum outro poder podia, ou sequer queria, desafiar. Não é fácil compreender por que os americanos começaram de repente a alardear seu poder de maneira tão extraordinária, cruel e antagonística, ainda mais quando isso não corresponde nem às políticas imperiais comprovadamente eficazes que foram desenvolvidas durante a Guerra Fria nem aos interesses da própria economia dos Estados Unidos. (HOBSBAWM, 2007, p. 157-158)

Ao mesmo tempo, o cenário aberto com o fim da Guerra Fria, que reforçou a posição dos EUA como potência hegemônica global e fortaleceu seus impulsos de dominação imperialista, teve outros efeitos entre os países que faziam parte do bloco ocidental, que atuou ao longo da existência ameaçadora da URSS de forma associada-subordinada aos EUA – sobretudo a Europa e o Japão. Se, por um lado, os EUA alcançaram uma hegemonia agora inconteste, ao estilo "Corleone", por outro, ao aprofundarem sua dependência econômica e política em relação ao complexo industrial-militar, reforçaram seu domínio com base numa lógica de violência ostensiva, atuando como "polícia do mundo" e reunindo ao seu redor inúmeras tensões.

> A Guerra Fria deu aos Estados Unidos a hegemonia sobre o Ocidente. Mas isso se dava sob a forma da chefia de uma aliança. Não havia ilusões a respeito da correlação de forças. O poder estava em Washington e em nenhum outro lugar. Nesse sentido, a Europa reconhecia, já então, a lógica de um império global dos Estados Unidos. Porém, hoje, o governo americano reage contra o fato de que o império americano e seus objetivos já não são genuinamente aceitos. A coalizão consensual já não existe. Na verdade, a política atual dos Estados Unidos é mais impopular do que a de qualquer governo americano no passado e provavelmente do que a de qualquer outra grande potência em todos os tempos. (HOBSBAWM, 2007, p. 157)

É com base nesse conjunto de observações que Hobsbawm (2007) defende que o principal trunfo do imperialismo recente seria o seu poderio bélico, arma que nas últimas três décadas se impôs sobre o mundo sem nenhuma contestação militar a altura, ainda que tenha gerado cada vez mais impopularidade política e alterações em suas formas consensuais de dominação.

As sucessivas intervenções militares e produções de guerras diretas, indiretas e híbridas coordenadas desde Washington e realizadas em alianças com empresas mercenárias e seus parceiros estratégicos por meio da OTAN são indícios históricos importantes. Revelam tanto a função político-ideológica de imposição da sua dominação global, quanto a função econômica decisiva que o complexo industrial-militar exerce na base material do capitalismo neoliberal e na dinâmica imperialista contemporânea. Há, evidentemente, a manutenção e o crescimento paralelo da dimensão do domínio via consenso, seja em âmbito nacional ou global, conforme já destacamos a partir da leitura gramsciana. Entretanto, ainda que o imperialismo atual ainda disponha de "trunfos menores resultantes da dominação da cultura mundial pela cultura americana e pela língua inglesa", não é difícil perceber como "o trunfo principal para os projetos imperiais, no momento, é o militar" (HOBSBAWM, 2007, p. 158).

Mesmo que não pareça discordar integralmente dessa tese, Fontes (2010) procura ir além, articulando de maneira dialética as dimensões econômica e ideológica à questão político-militar, conforme destacada por Hobsbawm (2007). Desse modo, a autora percebe como, nas últimas décadas, as intervenções militares e os bloqueios econômicos diretos se articulam com uma multiplicação de sofisticadas teias de infiltração ideológica, por meio de instituições, empresas e organismos diversos – verdadeiros aparelhos privados de hegemonia dirigidos direta e indiretamente pelo capital monopolista internacional, seus representantes políticos e seus fiéis ideólogos.

> A violência constitutiva dessa dinâmica multiplamente subordinadora se faz envolta em ameaças difusas, brandidas explicitamente pelos apologistas de "globalização": ou se incorporam ou perecerão, banidos do comércio e dos créditos internacionais. Não ficou apenas como ameaça, mas atuou abertamente como força coercitiva: os bloqueios econômicos a países renitentes custaram milhares de vidas, sem falar das invasões militares, cujo maior e mais dramático exemplo é o Iraque hoje devastado. […] O capital-imperialismo atua em três direções para minar constantemente essa coligação das forças populares: pelo bloqueio ao acesso legítimo à socialização da produção, pela infiltração e capilaridade de suas frentes móveis de ação internacional e pela ameaça militar direta. (FONTES, 2010, p. 205)

A história dos últimos trinta anos demonstra os acertos presentes na interpretação de Hobsbawm (2007) e o equívoco do prognóstico de Kurz (1992) a respeito da função do complexo industrial-militar na atual dinâmica imperialista, tanto do ponto de vista econômico

quanto político[26]. O setor não perdeu peso na dinâmica imperialista atual. Ao contrário, ampliou sua dimensão e suas funcionalidades. Para além de auxiliar na caracterização das singularidades da atualidade imperialista, as análises de Hobsbwam (2007) contribuem na compreensão sobre o desenrolar histórico, movimento que confirma a validade das teses leninistas ao mesmo tempo em que nega as proposições de Kaustky a respeito de uma possível paz mundial imperialista – ideia registrada em sua teoria do ultra-imperialismo.

Paralelamente, as leituras de autores como Boron (2006), Fontes (2010), Castelo (2013), Enfu e Baolin (2021) ratificam a pertinência da base econômica do capitalismo imperialista – que preserva e aprofunda as contradições e leis fundantes do modo de produção ao mesmo tempo em que se modifica e amplia a si próprio, adicionando novas características e regularidades à suas dinâmicas político-econômicas. Ao longo do século passado e do atual, período em que se desenvolve o que Arrighi (1996) chamou de "ciclo norte-americano", todas as novas modalidades adotadas pelo modo de produção e seus formatos de sociabilidade – ajustadas a partir da dialética de crise-estabilização e da dinâmica da luta de classes de cada período em específico – se realizaram sobre a base material e subjetiva fornecida pelo imperialismo e seus desdobramentos.

Por todas essas razões, opta-se aqui por não utilizar novas expressões para tratar do fenômeno imperialismo, como "novo imperialismo" (Harvey, 2003), "capital-imperialismo" (Fontes, 2010), "novo imperialismo" (Wood, 2014), ou "neoimperialismo" (Enfu e Baolin, 2021). Ainda que se entenda os motivos que levaram outros autores a fazê-lo, compreende-se que a opção teoricamente mais precisa é tratar das alterações do imperialismo como aprofundamentos e efeitos de suas próprias tendências, movimento que lhe confere novas características, mas não modifica seus fundamentos consolidados e operantes desde a virada do século XIX para o XX.

Em síntese, tendo suporte nos debates realizados até aqui, é possível afirmar que toda e qualquer forma assumida pelo capitalismo desde o fim do século XIX se realiza e se desenvolve necessariamente nos marcos do imperialismo e de suas modificações ao longo do tempo. Essa interpretação vale tanto para o período keynesiano-fordista, consolidado essencialmente entre a crise de 1930 e a crise de superacumulação dos anos 70, quanto para o período neoliberal e

[26] Cabe registrar que o quesito temporal certamente facilitou a avaliação do historiador inglês. Enquanto as teses de Kurz datam da primeira metade dos anos 1990, tendo o autor recém observado a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, Hobsbawm escreveu sobre o imperialismo e a função militar na atualidade já na década de 2000. Entre os anos 90 e 2000, o autor teve a possibilidade de perceber a expansão dos gastos militares estadunidenses (e não o contrário) e a emergência de inúmeras guerras, invasões, intervenções e massacres patrocinados pelo capital monopolista internacional, direta ou indiretamente realizados pelos EUA e seus aliados da OTAN.

suas variantes internas, consolidado da década de 1970 em diante – em vigor até os dias de hoje. Tais períodos se configuram como modelos historicamente determinados do capitalismo imperialista, os quais se caracterizam e se diferenciam por alterações no regime de acumulação e nos seus modos específicos de regulação. Entretanto, ambos compartilham e aprofundam aqueles cinco elementos centrais que marcam o imperialismo – os quais ganham novas dinâmicas no decurso da história. Trataremos agora do neoliberalismo e, nesse trajeto, perceberemos com ainda mais detalhes as dinâmicas assumidas pelo capitalismo imperialista na atualidade.

1.4 **Neoliberalismo**

A profunda crise econômica que irrompeu no fim dos anos 60 e início dos 70 possui atributos especiais, pois engendrou novos traços determinantes para a produção capitalista e para a lógica de atuação do Estado, abrindo um novo ciclo histórico no interior do capitalismo imperialista. Debateremos agora a crise capitalista de superacumulação que atingiu inicialmente os países centrais e que gerou sérios efeitos dali em diante. Em seguida, refletiremos sobre os principais elementos que compõem o neoliberalismo enquanto modalidade capitalista que, na era imperialista, se afirma sobre o keynesianismo-fordismo e se torna predominante nas últimas quatro ou cinco décadas.

Os sinais da crise dos anos 1970, que ficou conhecida na literatura econômica como crise de superacumulação, já podiam ser notados nas economias centrais desde meados da década anterior. Na leitura de Harvey (2008), a modalidade de capitalismo consolidada hegemonicamente no pós-guerra já vinha apresentando sinais do seu esgotamento histórico. Em suas palavras, "o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo" (HARVEY, 2008, p. 135).

A afirmação do autor indica que se tratava de uma crise dinamizada pelo definhamento das saídas utilizadas para salvação do capital em sua última crise mundial, aquela ocorrida nos anos 20 e 30. O receituário utilizado naquela altura consolidou o ciclo keynesiano-fordista.

De acordo com Gurgel (2003), tratou-se de um modelo de capitalismo historicamente determinado – constituído nos marcos do imperialismo – cujos atributos traziam novas particularidades tanto para a esfera da produção e quanto da reprodução social. Segundo o autor, caracterizou-se pela articulação entre o "sistema fordista de produção", o keynesianismo na macroeconomia, o "sistema burocrático de organização e gerência" e a "gestão social"

promovida pelo *welfare state* (GURGEL, 2003, p. 101). Embora com efeitos necessariamente desiguais (e combinados), seus impactos afetaram grande parte do globo, do bloco capitalista ao socialista, do primeiro ao terceiro mundo.

> O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do "socialismo realmente existente" […], países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados 'países em recente industrialização' […] ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo. […] A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. (HOBSBAWM, 1995, p. 205)

O período que vai do pós-guerra até o início dos anos 1970 ficou conhecido como a "idade de ouro do capitalismo", conforme denominam Patnaik e Patnaik (2021) e o próprio Hobsbawm (1995). Esse período estava intimamente conectado com a alta intensidade da luta de classes em âmbitos nacional e internacional, de modo que o keynesianismo-fordismo também expressava um ambiente muito específico quanto às lutas e às relações entre capital e trabalho. Coube ao Estado ainda mais responsabilidades em seus papeis de dominação via consenso e de amortecimento das lutas sociais. De acordo com Gurgel e Justen (2021, p. 395), a combinação dialética desses elementos permitiu a formação de um tipo particular de Estado capitalista: o *welfare state*, caracterizado estruturalmente como uma "política social integrante do modo de produção em dado momento de seu desenvolvimento, quando as crises econômica, social e política, como uma unidade, se potencializam e exigem respostas reformistas e transformistas".

Os efeitos desse modelo específico de organização capitalista eram bastante desiguais ao redor do mundo. Nos centros imperialistas, as diferenças também se faziam notar entre diferentes países e regiões. Se na Europa ocidental a correlação de forças do pós-guerra permitiu o estabelecimento de um notável conjunto de concessões do capital perante o trabalho via mediação estatal, nos EUA esse deslocamento não foi tão decisivo assim em favor da classe trabalhadora.

> *The United States, which had not been as devastated as the European countries and where the balance of class forces had not witnessed as decisive a shift in favor of the working class, persisted with large militar expenditures even after the war, both because of its new role as the leader of the capitalist world confronting the "twin threats" of communism and national liberation movements, and also because this*

> *appeared to be the easiest mechanism, already in place and not treading on the toes of any capitalists, for maintaining a high level of employment. […] Europa: "In Europe, however, the trajectory was different. The continent was devastated. The working class had emerged from the war having made enormous sacrifices, and it was determined not to go back to the prewar years of unemployment and distress. It greatly increased its class strength, of which the defeat of Winston Churchill in the postwar elections in Britain was the clearest sign. The system could not go back to its old ways, and the presence of the Soviet Union next door posed a serious threat to the ruling classes. It was essential for European capitalism to make concessions, to modify the system in significant ways in order to ward off this threat, and three crucial concessions were made*. (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 89)[27]

Os autores avaliam essas distinções tanto pelo viés da economia política quanto pela luta de classes. De acordo com Patnaik e Patnaik (2021), enquanto o keynesianismo desenvolvido nos Estados Unidos assumiu um caráter forte e crescentemente militar (mesmo com o fim da guerra mundial e na esteira da Guerra Fria), o keynesianismo europeu se expressou de maneira distinta, privilegiando instrumentos de política fiscal expansionista e substantivos investimentos sociais, diretrizes realizadas sob a lógica do *welfarismo* e pela força política da social-democracia. Como alertam os autores, é certo que parcelas significativas dessa despesa pública expandida foi financiada direta e indiretamente pela tributação dos próprios trabalhadores. Contudo, também é verdade que isso "*entailed a net redistribution of income in an egalitarian direction through fiscal means, which was not just desirable per se but kept up the level of aggregate demand, even after the effects of the postwar reconstruction boom had worn off*" (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 90)[28].

No entanto, no fim da década de 1960 já se notava a queda dos níveis de consumo nas economias centrais, gerando o encalhamento de grandes produções e a diminuição perceptível das margens de lucro. Como indicam os dados apresentados por Perry Anderson (1995), a média de crescimento das economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) saiu de 5,5% por ano na década de 1960 para 3,6% nos anos 70 e 2,9%

---

[27] Tradução livre: "Os Estados Unidos, que não haviam sido tão devastados quanto os países europeus e onde o equilíbrio das forças de classe não havia testemunhado uma mudança tão decisiva em favor da classe trabalhadora, persistiram com grandes gastos militares mesmo depois da guerra, tanto por seu novo papel como líder do mundo capitalista enfrentando as "ameaças gêmeas" do comunismo e dos movimentos de libertação nacional, como também porque este parecia ser o mecanismo mais fácil, já existente e não pisando nos pés de nenhum capitalista, para manter um alto nível de emprego. [...] Europa: "Na Europa, entretanto, a trajetória foi diferente. O continente foi devastado. A classe trabalhadora havia emergido da guerra tendo feito enormes sacrifícios, e estava determinada a não voltar aos anos anteriores à guerra, de desemprego e angústia. Aumentou muito sua força de classe, da qual a derrota de Winston Churchill nas eleições do pós-guerra na Grã-Bretanha foi o sinal mais claro. O sistema não podia voltar aos seus velhos costumes, e a presença da União Soviética ao lado representava uma séria ameaça para as classes dirigentes. Era essencial para o capitalismo europeu fazer concessões, modificar o sistema de forma significativa a fim de afastar esta ameaça, e três concessões cruciais foram feitas".

[28] Tradução livre: "implicou uma redistribuição líquida da renda em uma direção igualitária através de meios fiscais, o que não só era desejável por si só, mas manteve o nível de demanda agregada, mesmo depois que os efeitos do boom de reconstrução do pós-guerra se esgotaram".

nos anos 80. As grandes manifestações que envolveram trabalhadores, estudantes e outros setores sociais, sacudindo o continente europeu no ano de 1968 e produzindo efeitos em outras partes do mundo capitalista, definitivamente não ocorreram por acaso. Em suma, o modelo keynesiano-fordista estava em decadência.

Como de costume em crises capitalistas, havia um profundo desequilíbrio entre produção e consumo. No caso, a produção realizada a partir da lógica keynesiano-fordista era abundante, mas já não era acompanhada pelo consumo correspondente. As reconstruções do pós-guerra haviam finalizado e parte significativa dos mercados chegavam em seus limites de absorção, em face da massiva produção realizada naqueles marcos. Harvey (2008), tomando emprestado o termo cunhado por Gunnar Myrdal (1997), caracterizou o momento como um período de "estagflação". Tratava-se de uma época de estagnação da acumulação combinada com alta inflação. Segundo dados apresentados pela própria OCDE, a inflação dos EUA passou da casa de 4% ao ano em 1966 para 9% em 1975 e 11% em 1980. O cenário na Europa não era diferente: a taxa de inflação no continente subiu de 3% em 1967 para 13% em 1975 (HARVEY, 2008).

O que ocorria entre o fim dos 60 e ao longo dos anos 70 era, na realidade, um processo de fim de ciclo, de esgotamento daquele modelo de capitalismo vigente nas três décadas anteriores. O movimento típico e necessário à produção e à reprodução ampliada do capital não se completava. Os lucros obtidos no processo de acumulação de capital voltavam em cada vez menores quantidades para o mercado em forma de investimento e a espiral produção-distribuição-consumo se via comprometida. De fato, o mundo vivia uma profunda crise de superacumulação de capitais. Era necessário, portanto, escoar essa grande quantidade de capitais ociosos.

Patnaik e Patnaik (2021) adicionam mais um fator que teria sido determinante para a crise da idade dourada do capitalismo: o movimento de libertação nacional e de descolonização que tomou força em grande parte do mundo ao longo do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra, com participação e apoio fundamentais do movimento comunista internacional. Em sua avaliação, a descolonização gerou ao menos dois desdobramentos para o capitalismo mundial que contribuíram para a fragilização da base econômica e política que permitiram a construção do regime keynesiano-fordista e de um pacto de classes – esse último, sobretudo no centro sistêmico.

O primeiro deles foi o aumento substancial da produção agrícola e de sua absorção doméstica pelos novos países independentes ou semi-independentes, efeito derivado diretamente do fato de que a maior parte das lutas por libertação nacional foram realizadas por

povos de maioria camponesa, como também apontam os estudos de Prashad (2020). Deve-se lembrar especialmente dos processos de independência na África e na Ásia. O segundo elemento amortecia relativamente os desdobramentos do primeiro. Os países recém-independentes estavam interessados em desenvolver seus setores industriais e, para tanto, procuraram aumentar as exportações de seus produtos tradicionais para financiar a industrialização interna.

Essa combinação de movimentos significa que, por um período, a tendência de elevação dos preços das *commodities*, devido ao aumento acelerado da produção agrícola nos países periféricos, foi amortecida pela possibilidade simultânea de absorção doméstica e de escoamento via comércio exterior. Entretanto, como apontam Patnaik e Patnaik (2021), esse frágil equilíbrio dava sinais de saturação no fim dos anos 1960, quando já se verifica um processo inflacionário nos preços das matérias-primas em nível global. Foi no início dos anos 1970 que essa tendência de inflação foi acelerada. Com o rompimento do padrão ouro-dollar estabelecido por Bretton Woods e a subsequente corrida especulativa e por *commodities*, os preços das matérias-primas cresceram acentuadamente.

A vertiginosa pressão inflacionária verificada no início da década de 1970, provocada pelo próprio desequilíbrio especulativo que já se anunciava, mas também pelo referido processo de descolonização, ocorreu num contexto de massiva superacumulação de capitais.

> *The sudden eruption of a commodity price explosion happened in the context of another phenomenon that was occurring during the so-called Golden Age of capitalism, and this was an enormous concentration of finance in the hands of banks and other financial institutions. […] Metropolitan banks, therefore, started sitting on vast amounts of finance, which they wanted to lend out. For this, however, it was essential that barriers to capital flows (capital controls), especially financial flows across national boundaries, which had characterized the Bretton Woods system, should be lifted. This happened in Europe in the early 1970s, in Africa and Latin America a decade later, and in India in the 1990s. We thus had the formation of a globalized finance capital" […] The combination of vast concentrations of finance, on the one hand, with inflation, on the other, both produced under the aegis of the "Golden Age" regime, was an explosive one*. (PATNAIK; PATNAIK, 2021, p. 93-94)[29]

[29] Tradução livre: "A súbita erupção de uma explosão de preços de commodities ocorreu no contexto de outro fenômeno que estava ocorrendo durante a chamada Era de Ouro do capitalismo, e isto foi uma enorme concentração de finanças nas mãos de bancos e outras instituições financeiras. [...] Os bancos metropolitanos, portanto, começaram a sentar-se em grandes quantidades de finanças, que queriam emprestar. Para isso, porém, era essencial que as barreiras aos fluxos de capital (controles de capital), especialmente os fluxos financeiros além das fronteiras nacionais, que tinham caracterizado o sistema de Bretton Woods, deveriam ser levantadas. Isto aconteceu na Europa no início dos anos 70, na África e na América Latina uma década depois, e na Índia nos anos 90. Tivemos assim a formação de um capital financeiro globalizado" [...] A combinação de vastas concentrações de finanças, por um lado, com a inflação, por outro, ambas produzidas sob a égide do regime da "Era de Ouro", foi explosiva".

Foi nesse cenário que o neoliberalismo, um conjunto de ideais e propostas práticas nascido décadas antes saiu de sua condição de marginalidade teórico-política e se efetivou progressivamente, a partir dos anos 1970, como o espírito do tempo capitalista, isto é, como a doutrina hegemônica dali em diante (DARDOT e LAVAL, 2016; LOUÇÃ, 2019). Como aponta Castelo (2013), os fundamentos econômicos do neoliberalismo são encontrados no neoclassicismo originado ainda no fim do século XIX e amadurecido nas décadas seguintes, especialmente nos círculos neoliberais fundados a partir dos anos 1930. Voltaremos a esse tema da crise do pensamento liberal e sua renovação em seções mais adiante. Por ora, cabe sublinhar que o cerne da diferenciação neoclássica em relação ao liberalismo clássico, processo também conhecido como revolução marginalista, estaria numa ruptura em dois níveis: tanto com certos pressupostos teóricos da economia política clássica quanto no campo ético-político.

Ao mesmo tempo, esse novo liberalismo (neoliberalismo) baseado na teoria neoclássica significava o abandono de considerações éticas que vinham sendo incorporadas pelo liberalismo ao longo século XIX – essencialmente devido às pressões impostas pela intensificação do ambiente de luta de classes, como nos alerta Losurdo (2004 e 2015). A fé inabalável na perfeição dos mercados, na racionalidade dos agentes individuais e na adoção de modelos matemáticas como reprodução perfeita do real forneciam a aparência científica que justificava todo desprezo em relação ao bem-estar coletivo e a preocupações éticas.

> Os neoclássicos inauguraram o positivismo na teoria econômica, defendendo um posicionamento ideológico neutro do teórico frente ao seu objeto. Consequentemente abandonaram as considerações éticas presentes nos economistas clássicos e deixaram de relacionar mercado e bem-estar social: o mercado, por definição matemática – segundo os teoremas de Vilfredo Pareto – conjugaria, nos seus pontos ótimos de equilíbrio, eficiência e utilidade máxima. A inclusão dos agentes nos mercados garantiria, por si só, o bem-estar geral: pobreza e desigualdade seriam geradas pela não inclusão no mercado, ou a falta de relações mercantis. Deste ponto de vista, a solução para a "questão social" seria o pleno desenvolvimento do mercado. (CASTELO, 2013, p. 22)

O dogma máximo era muito claro dali em diante: liberdade e flexibilidade total para o capital. Um ideário camuflado em infindáveis palavras de ordem, propagandas e proposições pretensamente técnico-científicas que, na verdade, apenas vieram para reforçar a submissão da classe trabalhadora às ingerências de mercados com níveis cada vez mais intensos de competição monopólica – em termos nacionais e internacionais. Petrella (1997) chega a fazer um paralelo entre as passagens bíblicas sobre as "Leis de Deus" e o conjunto de diretrizes dogmáticas que se conformam como verdade única sob o ideário neoliberal:

> O mercado é o grande [e único possível] regulador da vida econômica, o guia dos homens e da sociedade, os quais devem a ele se adaptar por toda a eternidade. Impõe-

> se ‘dedicar toda nossa fé aos mecanismos de mercado’, cujo motor principal é o preço [...] Nesse contexto, a única liberdade que o mercado oferece ao homem é a de submeter-se. Se ele não o fizer, se cair em tentação e pecar, ele não será perdoado. Será simplesmente eliminado do mercado de trabalho, do mercado de bens, do mercado de capitais... As novas Tábuas da Lei exaltam a ideia de competitividade entre todos os homens, entre todos os grupos sociais constituídos e entre todas as comunidades territoriais (cidades, regiões, países) pois, proclamam a eles, a saúde individual e coletiva passa pela conquista de partes do mercado, especialmente do mercado mundial. (PETRELLA, 1997, p. 17-18)

Partindo dessa base teórico-política, o neoliberalismo se impôs dos anos 70 em diante. Concretamente, o receituário neoliberal sobre o Estado e suas propostas de reestruturação produtiva sobre o rígido modelo fordista ganharam força como resposta capitalista para sua crise. Não foi por acaso que as palavras “flexibilidade” e “liberdade” se tornaram praticamente mantras em todas as esferas da sociedade capitalista. A doutrina neoliberal se desdobrou objetiva e subjetivamente tanto na esfera da reprodução social, enquanto reformas que atingiram o seio do Estado e seus aparelhos, quanto na esfera da produção, como novas técnicas e métodos de organização produtiva em escala global. Nesse último, emergiu o que Harvey (2008) chamou de acumulação flexível.

> A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. [...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 2008, p. 137-140-141).

A obsolescência programada, combinada com o toyotismo, a administração flexível e uma série de técnicas e modelos organizacionais, deram a tônica desse processo de reestruturação produtiva. Tratava-se da manifestação do impulso destrutivo-criativo do capitalismo, expressão típica de qualquer momento de crise do capital, tal como já estudamos. A destruição de mercadorias, forças produtivas e meios de produção funciona justamente enquanto mecanismo de abertura de novos espaços de exploração do trabalho para a retomada do processo de acumulação. Em síntese, destrói-se capital para gerar mais capital. É um movimento corriqueiro no capitalismo, mas que se acentua em momentos de crise.

Segundo Schumpeter (1997), em seu estudo sobre os ciclos econômicos, o futuro do sistema capitalista depende permanentemente do mecanismo da inovação. A percepção do autor indica que o sistema necessita da intensificação ininterrupta do fluxo circular da destruição criadora e da inovação como ferramenta impulsionadora de seu ciclo necessariamente ininterrupto e expansivo de produção-consumo. A reestruturação produtiva observada a partir

dos anos 70 se funda justamente nessa lógica, que expressa, quando observada por outro viés, um processo de criação-destruidora, conforme aponta Mészaros (2018). Assim, observa-se a progressiva prevalência de renovadas formas de organização do processo de trabalho no interior da lógica capitalista de produção. Trata-se de novas dinâmicas da exploração do capital sobre o trabalho, próprias das soluções oferecidas pelo capital àquela crise dos anos 70. São respostas variadas, mas sempre atravessadas pela lógica da flexibilização neoliberal, muito simbolizada no que ficou conhecido como toyotismo.

É importante, contudo, fazer uma ressalva. Tais modificações devem ser lidas a partir da ótica dialética, pois estão marcadas ao mesmo tempo por rupturas e continuidades em relação aos modelos taylorista e fordista de organização do trabalho. Ou seja, as transformações identificadas nos formatos de organização da produção capitalista das últimas décadas não podem ser entendidas como um processo radicalmente diferente daqueles que marcaram outras fases desse sistema. Em comparação a outras formas de organização da produção, as modalidades flexíveis não as negam, mas se combinam e se adequam às necessidades e possibilidades abertas pela crise dos 70. Trata-se, assim, de modificações na organização do trabalho que afetam, em última instância, o próprio regime de acumulação. Esse processo assumiu distintas características a depender do desenvolvimento histórico de cada região ou nação, mas não deixou de conter os imperativos centrais do modo de produção em sua era imperialista.

Feita essa ressalva, pode-se afirmar que o ambiente de transformações neoliberais vem afetando todas as esferas das relações capitalistas de produção desde a década de 1970, tanto no centro quanto na periferia do sistema. O já referido processo de acumulação flexível ficou marcado, em suma, pela constituição de uma nova morfologia das relações entre capital e trabalho, caracterizada por tendências de aprofundamento da informalidade, da terceirização, da instabilidade, da insegurança, da precarização e da superexploração da força de trabalho[30]. Partindo das leituras de Mészáros (2011), que caracterizam a crise de superacumulação dos

[30] As leituras atuais sobre a teoria marxista de dependência e da superexploração da força de trabalho apontam para a expansão das condições de superexploração também nas economias capitalistas centrais. A combinação entre prolongamento das jornadas (mais-valia absoluta), intensificação da exploração (mais-valia relativa) e remuneração inferior às necessidades de reprodução da força de trabalho, características identificadas por Ruy Mauro Marini (2008) como a base da superexploração capitalista realizada em localidades dependentes, pode ser verificada nos dias de hoje de forma significativa também no centro capitalista. Para se inteirar sobre o debate atual acerca da dependência e da superexploração, ver a tese de doutoramento de Carlos Eduardo Martins, "Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina" (2003). Além de Martins, há diversos outros autores que se dedicam ao tema nos dias de hoje, como Marcelo Carcanholo, Marisa Amaral, Monica Bruckmann, Roberta Traspadini e Mathias Luce.

anos 70 como a entrada do capitalismo em sua crise estrutural, Antunes (2006) classificou essa nova morfologia como uma época de precarização estrutural do trabalho.

Ao mesmo tempo, como ocorre em qualquer processo de dominação ideológica – que necessita universalizar visões, interesses e necessidades da classe dominante como se fossem de todas as classes em cada tempo histórico –, a consolidação da ideologia neoliberal buscou legitimação no interior das classes subalternas. Na verdade, as modificações no campo das subjetividades são, de fato, elementos de grande importância em qualquer crise e na efetivação se suas saídas.

> O que há de tão notável nas crises não é tanto a ampla reconfiguração da paisagem física, mas as mudanças drásticas no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e das preferências culturais que permeiam a vida cotidiana. As crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele. E nós, como participantes e habitantes inquietos desse mundo que vem surgindo, temos de nos adaptar, por coerção ou consentimento, a um novo estado de coisas, ao mesmo tempo que, por meio de nossas ações e do modo como pensamos e nos comportamos, damos nossa pequena contribuição às complicações desse mundo. (HARVEY, 2016, p. 9-10)

Não foi diferente no período neoliberal. A ideologia dominante pós-70 absorveu traços das demandas exaltadas nas lutas dos trabalhadores realizadas ao longo do século XX, contrárias ao modo de regulação keynesiano-fordista. Sintetizadas parcialmente nas jornadas de maio de 1968, como registrado por Havey (2008), as pautas da classe trabalhadora se colocaram por muito anos, em grande medida, contra a rigidez e a dinâmica totalizante da produção fordista, caracterizada tipicamente por condições de trabalho altamente reguladas, disciplinadoras e rotineiras.

Prometendo maior liberdade e liberação da criatividade no processo de produção e na vida em geral, as diversas formas de organização flexível do trabalho – informalização, terceirização, flexibilização das legislações reguladores da relação capital-trabalho, reengenharias produtivas que enxugam postos fixos de emprego, dentre outras – se tornaram padrão nessa época de precarização estrutural. Como apontam as reflexões de Castelo, (2013), parte das genuínas manifestações que marcaram o "espírito de 68" foram capturadas por essas pulsões autoapresentadas como libertadoras, mas efetivamente neoliberalizantes[31]. Em poucas

[31] Cabe aqui um breve registro a respeito do maio de 1968. Embora o conjunto daquelas lutas tenha expressado importante potência de reivindicação, não se demonstrou capacidade de direção e de organização política do ímpeto que explodia em manifestações, piquetes e greves em várias partes da Europa e em outros locais do mundo naquele período. Já se anunciavam ali os choques que viriam a caracterizar o campo de esquerda nas décadas seguintes, entre a esquerda socialista e comunista que se vinculava a movimentos tradicionais da classe trabalhadora e uma nova esquerda que se orientava por lutas fragmentadas e tendencialmente isoladas. Não importa aqui entrar nos argumentos de lado a lado, mas apenas sublinhar que, apesar das disputas, o "que acabou prevalecendo nos movimentos de 1968, entretanto, foram os temas referentes à liberdade,

palavras, o neoliberalismo como ideologia parte das condições concretas vividas pelos trabalhadores para se afirmar como instituto de interesse pretensamente universal. Desse modo, cumpre o papel de legitimar, no campo das ideias e no seio das massas trabalhadoras, as necessidades e intenções da classe dominante quanto às condições de produção e reprodução sistêmica.

Em paralelo, como sempre, o Estado foi reformulado para atender às necessidades de reprodução da sociedade capitalista. Trata-se das influências do receituário neoliberal, de cunho antikeynesiano, contrário à lógica de Bem-Estar e visceralmente anticomunista. De acordo com Gurgel (2003), a crise de superacumulação gerou uma situação de intensiva financeirização da economia. Aquelas grandes quantidades de capitais acumulados estavam sem condições de retornarem ao ciclo regular do capital como investimento, de modo que a burguesia resolveu partir para os investimentos financeiros-especulativos. Em paralelo, o neoliberalismo criou, dos anos 1970 em diante, inúmeras possibilidades alternativas para que esse volume de capital retido pudesse retornar ao mercado, entrando agora em setores antes entendidos como estratégicos e de interesse público – setores produtivos e serviços públicos que eram monopolizados e/ou dominados/regulados em grande medida pelo Estado e passaram por profundos processos de privatização (Gurgel, 2003).

Segundo Patnaik e Patnaik (2021), o capital financeiro e seus ideólogos passam a defender e propagandear de modo ostensivo uma verdadeira aversão ideológica à política fiscal expansionista

> […] *namely in that if the state has to boost demand through its own direct expenditure, then this undermines the social legitimacy of capital, and especially of that segment of capital, specifically finance, which consists of what Keynes had called "functionless investors." Accepting the need for state expenditure for boosting aggregate demand, even when such expenditure is financed by a fiscal deficit, is tantamount to finance accepting its own superfluity, which, of course, it is unwilling to do*. (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 95)[32]

Essa constatação está correta quando se trata especificamente do que o neoliberalismo costuma dizer de si próprio, mas, como se verá mais adiante com as noções de Estado Servidor

historicamente relacionados ao liberalismo" (CASTELO, 2013, p. 156). Nesse ambiente, onde prevaleceram movimentos políticos que consideravam as liberdades individuais como eixo prioritário de suas reivindicações, a fragmentação e a fragilidade organizativa deram a tônica: a "ausência (deliberada) de uma direção minimamente centralizada também ajudou no processo de fragmentação das lutas sociais, que acabaram por se enfraquecer e abrir espaço para a ofensiva capitalista que estava à espreita – o neoliberalismo" (CASTELO, 2013, p. 158).

[32] Tradução livre: "ou seja, se o Estado tem que impulsionar a demanda através de suas próprias despesas diretas, isso mina a legitimidade social do capital, e especialmente daquele segmento do capital, especificamente o financeiro, que consiste no que Keynes havia chamado de "investidores sem função". Aceitar a necessidade de gastos estatais para impulsionar a demanda agregada, mesmo quando tais gastos são financiados por um déficit fiscal, é o mesmo que financiar aceitando seu próprio supérfluo, o que, naturalmente, não está disposto a fazer".

e administração consensual (GURGEL e JUSTEN, 2011; GURGEL, 2014), não é bem assim que funciona na prática. De todo modo, as vitórias eleitorais de Thatcher (1979) na Inglaterra e de Reagan (1980) nos Estados Unidos marcaram a consolidação do neoliberalismo nos centros capitalistas. Ao tratar dos fundamentos desse modelo, a ex-governante britânica, que considerava Friedrich Hayek como seu mentor espiritual e intelectual, chegou a afirmar em uma famosa entrevista que "a economia é o método", mas o objetivo é "mudar o coração e a alma"[33]. De fato, muito foi alterado a partir daí.

De forma similar – não idêntica – ao que ocorria no centro, o receituário neoliberal também havia chegado nos países periféricos e semiperiféricos. Na realidade, era necessário que os mercados, a força de trabalho e os ativos estatais da periferia capitalista se abrissem da forma mais vantajosa possível para aquela massa de capitais superacumulados. O Consenso de Washington, elaborado pelos organismos financeiros internacionais – na prática dirigidos pelas economias centrais, sobretudo pelos EUA –, divulgado em 1989, reuniu um conjunto de medidas impostas à periferia como condição para liberação de empréstimos, solicitados por países que enfrentavam crises econômicas que se arrastavam desde os anos 1970 como desdobramentos diretos ou indiretos da crise de superacumulação.

De acordo com Enfu e Baolin (2021), desde os anos 80 que organismos internacionais passaram a impor a países em desenvolvimento a adoção de reformas estruturais. Somente entre 1978 e 1992, mais de setenta países capitalistas em desenvolvimento e antigos países socialistas sofreram intervenções diretas e indiretas no sentido de concretizarem reformas adequadas aos novos tempos de neoliberalismo. Em suas palavras,

> *Since the 1980s, the IMF and World Bank have lured developing countries to implement neoliberal reforms. When these countries have fallen into crisis because of privatization and financial liberalization, the IMF and other institutions have forced them to accept the Washington Consensus by adding various unreasonable conditions to loans provided earlier. The effect is to further intensify the impacts of neoliberal reform. Between 1978 and 1992, more than seventy developing countries or former socialist countries implemented a total of 566 structural adjustment programs imposed by the IMF and the World Bank*. (CHENG e BAOLIN, 2021, s/p)[34]

[33] Ver o livro de Pierre Dardot e Christian Laval, "A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal" (2016).

[34] Tradução livre: "Desde os anos 80, o FMI e o Banco Mundial têm atraído os países em desenvolvimento para implementar reformas neoliberais. Quando esses países entraram em crise por causa da privatização e da liberalização financeira, o FMI e outras instituições os forçaram a aceitar o Consenso de Washington, acrescentando várias condições não razoáveis aos empréstimos concedidos anteriormente. O efeito é intensificar ainda mais os impactos da reforma neoliberal. Entre 1978 e 1992, mais de setenta países em desenvolvimento ou antigos países socialistas implementaram um total de 566 programas de ajuste estrutural impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial".

Esse processo atingiu de maneira avassaladora vastas regiões do mundo, desde a periferia europeia, passando pela América Latina, pela Ásia e chegando até os então fragilizados países recém-saídos do desmembramento da URSS. O rol de medidas pode ser agrupado segundo eixos temáticos que previam modificações severas na estrutura estatal dos países dependentes, tais como: reforma tributária em sentido regressivo (garantindo patamares menores de taxação sobre o capital); completa abertura comercial e financeira dessas economias; privatizações de empresas e instituições públicas; redução do grau de investimento estatal em áreas sob interesse do capital privado; desregulamentação de contratos e procedimentos financeiros, bem como de direitos sociais e trabalhistas.

Seguindo as diretrizes do consenso, as reformas neoliberais propostas e aplicadas sobre o Estado possuíam essencialmente dois sentidos que, combinados, visavam contribuir para o escoamento de capitais acumulados e para a recuperação do ciclo do capital: 1) transferência de propriedades estatais e do fundo público para o mercado; e 2) transferência de responsabilidades e funções da esfera pública para a privada, transformando direitos em mercadorias a serem adquiridas via mercado. O consenso se tratou, portanto, de um grande processo de chantagem. Aproveitou-se da fragilidade econômica vivida pelos países periféricos naquele momento para fazer avançar as reformas neoliberais.

Há diversos exemplos desse tipo de oportunismo na história do capitalismo neoliberal, tanto na periferia quanto no centro. De crise em crise, novas e remodeladas doses de reformas são oferecidas como "único caminho" e exigidas pelo capital. Um caso é exemplar. Em 2005, o furacão Katrina devastou Louisiana, sobretudo a cidade de Nova Orleans, provocando pelo menos 1.800 mortes e deixando cerca de 80% da cidade alagada. Na ocasião, Milton Friedman, um dos principais teóricos do neoliberalismo, referência do que ficou conhecido como Escola de Chicago, aproveitou o rastro de destruição e mortes para defender, em artigo publicado no *Wall Street Journal*, uma reforma neoliberal sobre o sistema de educação da cidade. Friedman (2005) enxergou ali uma oportunidade única para se impor a lógica empresarial sobre a educação pública que existia então. Em suas palavras, "a maior parte das escolas de Nova Orleans está em ruínas, assim como os lares das crianças que estudavam ali. As crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional" (FRIEDMAN, 2005, p.1, tradução nossa). E o desastre se tornou lucro. Menos de dois anos depois, a maior parte do sistema educacional público da região já havia sido privatizado[35].

[35] Ver mais em Milton Friedman, em "The Promise of Vouchers" (2005) e Laura Carvalho, em "A Valsa Brasileira" (2014).

No entanto, apesar dessa consolidação dos anos 80 em diante, um protótipo neoliberal já havia sido instalado na América Latina bem antes do Consenso de Washington e das posteriores rodadas de chantagem. Instaurado por meio da ditadura sanguinária de Pinochet no Chile, vigente entre 1973 e 1990, aquele modelo-teste revelava, para além do seu regime econômico, suas expressões políticas mais cruas.

> Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. [...] O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. (ANDERSON, 1995, p.9-10)

Algumas passagens de Friedrich Hayek (2010) em sua principal obra, “O Caminho da Servidão”, deixam claro que, para a doutrina neoliberal, a liberdade econômica – entendida como a liberação absoluta para que os imperativos do mercado atuem sem amarras – deve necessariamente se impor sobre qualquer outro tipo de liberdade. O pensamento desse autor é bastante representativo da doutrina neoliberal. Ele foi um dos principais propagandistas da teoria econômica neoclássica enquanto esteve vivo, sendo até hoje uma das principais referências dessa linha teórica que fornece as bases para o pensamento e a prática neoliberal. Também esteve presente na reunião na qual se criou o termo “neoliberalismo”, em 1938, junto a Ludwig von Mises, Walter Lippmann, Wilhelm Röpke, Alexander Rustow e outros. Em suas palavras,

> [...] a liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objetivo único ao qual a sociedade inteira tenha de ser subordinada de uma forma completa e permanente. A única exceção à regra de que uma sociedade livre não deve ser submetida a uma finalidade exclusiva é constituída pela guerra e por outras calamidades temporárias, ocasiões em que a subordinação de quase tudo à necessidade imediata e premente é o preço que temos de pagar pela preservação, a longo prazo, da nossa liberdade. Isso explica também por que são tão errôneas muitas ideias hoje em moda, segundo as quais devemos aplicar aos fins da paz os processos que aprendemos a empregar para fins de guerra. É sensato sacrificar temporariamente a liberdade de modo a garanti-la para o futuro; não se pode dizer, porém, o mesmo de um sistema proposto como solução permanente. (HAYEK, 2010, p. 194)

Para o autor neoliberal, a liberdade deve ser preservada a qualquer custo, inclusive com a privação das liberdades políticas (individuais e coletivas), como, por exemplo, por meio da instauração de regimes ditatoriais. O que ele está chamando de “nossa liberdade” é, na verdade, a liberdade para que as relações de mercado funcionem como a principal mediação das relações

sociais. Em outras palavras, a liberdade que deve ser preservada no longo prazo, segundo Hayek (1990, p.193-194), é a liberdade para que as "forças impessoais do mercado" possam coordenar "os esforços individuais" no sentido do prometido progresso geral. Repare também que defender o mercado como o exclusivo mediador das relações sociais não significa necessariamente defender o "livre mercado", mas deixar em liberdade seus impulsos naturais. Como já vimos, um desses impulsos é a tendência à formação de monopólios, ao passo que se aprofunda a exploração sobre o trabalho e o empobrecimento das maiorias.

Patnaik e Patnaik (2021) sublinham algumas das implicações deletérias que essa doutrina causa para os debates e as práticas associadas à forma política democrática. Em linha semelhante a Losurdo (2004 e 2015), os autores percebem como o modelo neoliberal engendra modos de regulamentação e formatos políticos que favorecem e aprofundam processos de cartelização política, neutralizando aspectos positivos que a própria democracia burguesa já havia manifestado – como resultado de intensas pressões e lutas realizadas pelas classes subalternas ao longo da história. Com base em seu ideário de liberdade absoluta para o capital, nota-se no neoliberalismo um cerco político-ideológico e um fechamento de espaços democráticos em ritmo perceptivelmente mais intenso do que se viu durante os "anos dourados".

> *Democracy requires that alternative visions of society, alternative trajectories of development, should be placed before the people, from which they can choose. But if all political parties have the same policies, namely those approved by finance capital, because as long as they remain trapped within a regime of globalization they cannot do otherwise, then the choice of the people becomes meaningless. No matter whom they elect, the same economic policies will continue to be followed, unless some political formation has the courage to delink from globalization through capital controls.* (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 94)[36]

O próprio Hayek chegou a visitar o Chile de Pinochet em 1981, auge daquela ditadura. Na ocasião, ele concedeu uma entrevista ao jornal *El Mercurio*, publicada no dia 19 de abril, onde defendeu que toda democracia precisaria ao mesmo tempo de um "governo forte" e de uma "boa limpeza". Para que não restassem dúvidas, chegou a afirmar: "é possível a um ditador governar de modo liberal. E também é possível a uma democracia governar com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático a que falte

[36] Tradução livre: "A democracia exige que visões alternativas da sociedade, trajetórias alternativas de desenvolvimento, sejam colocadas diante do povo, de onde ele pode escolher. Mas se todos os partidos políticos têm as mesmas políticas, ou seja, aquelas aprovadas pelo capital financeiro, porque enquanto permanecerem presos dentro de um regime de globalização não podem fazer de outra forma, então a escolha do povo torna-se sem sentido. Não importa quem eles elejam, as mesmas políticas econômicas continuarão a ser seguidas, a menos que alguma formação política tenha a coragem de se desligar da globalização através do controle do capital".

liberalismo"[37]. Além disso, nunca é demais lembrar da colaboração oferecida por Milton Friedman à ditadura de chilena, por meio de seus discípulos formados em Chicago que apoiaram e assessoraram Pinochet enquanto aplicava as reformas neoliberais à base de perseguições, prisões, torturas e execuções.

A história de Hayek é realmente elucidativa. Suas relações entusiasmadas com ditaduras e com o fascismo não eram nada incomuns. Em 1962, ao enviar um exemplar de seu livro "Os Fundamentos da Liberdade" para o ditador português Antonio Salazar, Hayek lhe escreveu uma carta, na qual dizia que a obra ajudaria "na sua tarefa de desenhar uma Constituição que previna os abusos da democracia"[38]. Na mesma entrevista, Hayek chegou a lamentar que Salazar não teria conseguido prosseguir com o que considerava um "bom começo" de contenção da democracia[39]. Repare bem: ao se corresponder com o líder da mais longa ditadura fascista da Europa Ocidental, a grande preocupação de Hayek era evitar eventuais aberturas e excessos democráticos. Apesar do tal desvio de rota, que teria atrapalhado um "bom começo", é possível que sua assessoria ao fascismo português tenha realmente ajudado a alcançar suas expectativas de contenção democrática. Em texto publicado em 1978, pelo diário *The Times*, o autor voltou a tratar do assunto, afirmando haver "muitas instâncias de governos autoritários em que a liberdade pessoal está mais segura do que em muitas democracias". No mesmo espaço, também duvidava haver, em qualquer democracia da Europa Oriental, da África, da América do Sul e Ásia, "uma liberdade pessoal tão bem protegida como acontecia então em Portugal" em tempos salazaristas[40].

Na realidade, o que a experiência do neoliberalismo chileno expressou, enquanto protótipo ideal, foi o encontro da doutrina com a prática, isto é, das ideias neoliberais com o seu funcionamento concreto. Olhando para o passado, percebe-se que não há constrangimento algum para que os imperativos de mercado, sobretudo em sua forma neoliberal, sejam incentivados em meio a processos de recrudescimento das formas políticas burguesas.

Conforme argumenta Ellen Wood (2012), democracia substantiva e capitalismo são categorias essencialmente incompatíveis, independente do "grau de capitalismo". Na verdade, como a tradição marxista afirma há muito tempo – desde Marx e Engels até Lenin, Trotsky, Luxemburgo, Mao, Gramsci, Lukács, Althusser, Losurdo e diversos outros –, a democracia

---

37 Ver o artigo de Francisco Louçã, "Tão liberal e tão amigo de Salazar", publicado em 2 de setembro de 2014 no jornal Público. Disponível em: <https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014 /09/02/tao-liberal-e-tao-amigo-de-salazar/>. Acessado em 30/06/2019.

38 Ibidem.

39 Ibidem.

40 Ibidem.

liberal não é a única forma política adequada ao desenvolvimento das relações de produção e de propriedade burguesas. O modo de produção capitalista admite desde regimes políticos fascistas, passando por ditaduras militares-policiais, chegando até formas democráticas de corte liberal, mais ou menos avançadas (Demier, 2014). O que define fundamentalmente a conformação do regime político adotado no modo de produção capitalista é o andamento histórico da luta de classes. Conforme veremos na sequência deste trabalho, não se trata de mera coincidência o fato de que a crise que deu origem ao modelo neoliberal tenha ocorrido de forma mais ou menos concomitante com a crise do socialismo real e do movimento terceiro mundista, processos que culminaram na contenção da onda de libertação nacional e na derrota da URSS no início dos anos 90.

Em síntese, o neoliberalismo afetou decisivamente as formas de atuação do Estado em múltiplas dimensões. As legislações sociais e trabalhistas construídas no decorrer do período keynesiano-fordista e da lógica de bem-estar foram flexibilizadas/destruídas e os ativos controlados pelo Estado foram colocados à disposição daqueles capitais superacumulados. Estava aberta a era da privatização do Estado – privatização das suas funcionalidades, da sua estrutura e, especialmente, dos ativos adequados aos interesses de mercado –, ao mesmo tempo em que se demoliam direitos e ganhavam ainda mais força seu papeis coercitivos. É evidente, contudo, que se tratou de processo marcado por uma expansão desigual em intensidade, no tempo e no espaço,

Essa trajetória de transformações se intensificou nas últimas décadas (de 1970 até hoje), produzindo uma verdadeira destruição de uma ampla variedade de serviços públicos e direitos políticos e econômicos. Segundo Harvey (2016), o avanço neoliberal se configurou também como uma espécie de retorno de instrumentos de espoliação que remontam ao período da acumulação primitiva. É nesse sentido que o autor defende que, sob o neoliberalismo, o capitalismo se realiza por meio da acumulação por espoliação, ou seja, uma "forma de espoliação que transfere a poupança gerada pelo corte do gasto público para a ´classe não necessitada, mas gananciosa' dos chefes de empresa e bilionários" (HARVEY, 2016, p. 129).

Em perspectiva complementar, Fontes (2010 e 2017) trata do fenômeno sob a ótica da expropriação, prática fundante do modo de produção e presente em todas as épocas do capitalismo, não apenas no período designado por Marx (2013) como acumulação primitiva. Nesse sentido, a autora identifica ao menos duas formas típicas de expropriação: as expropriações primárias e as secundárias. Ambas se constituem em variados expedientes que tem como objetivo central a formação de massas de não-proprietários, os quais são colocados

e mantidos à disposição do capital para venderem sua força de trabalho como única possibilidade de garantir sua sobrevivência.

Enquanto as expropriações secundárias se expressam essencialmente pela retirada de diretos conquistados via luta social, as primárias se orientam primordialmente para a sistemática retirada do acesso dos trabalhadores à terra, portanto, do acesso aos meios necessários para que estes garantam suas condições primárias de subsistência (Fontes, 2010 e 2017). Ambas as formas compõem um movimento constante que pode ser identificado ao longo do período neoliberal. Funcionam permanentemente como meios de disciplinamento do exército de não-proprietários, processo que revela maior ou menor intensidade a depender do desenrolar histórico do próprio capitalismo imperialista em seu momento neoliberal.

Mas a grande novidade introduzida no período do neoliberalismo é mesmo o processo de destruição de direitos (tanto os sociais quanto os laborais) verificado nas últimas décadas, tendência identificada por Fontes (2010 e 2017) como a intensificação de "expropriações secundárias". As expropriações de direitos laborais se manifestam nitidamente no ambiente de demolição progressiva (ainda incompleta, mas em curso) da forma emprego como mediação entre o capital e o trabalho. Trata-se de um processo de dimensões mundiais (que ocorre de forma desigual, mas combinada), onde, no decorrer das sucessivas crises das últimas décadas, uma quantidade cada vez maior de trabalhadores vem sendo expropriada do direito ao trabalho regulado e empurrada à informalidade.

Nesse contexto, Patnaik e Patnaik (2021) destacam outra tendência: o fim relativo da segmentação de mercados nacionais de trabalho Segundo os autores, a globalização neoliberal atua duplamente. Por um lado, não oferece liberdade para que os trabalhadores migrem da periferia para os centros dinâmicos do capitalismo imperialista. Essa evidente restrição de movimentação é parte das crises migratórias que deram origem nos últimos anos aos diversos muros fronteiriços erguidos em países centrais, como se vê na violenta política de bloqueio migratório dos EUA em sua divisa com o México e nos campos de concentração de refugiados estabelecidos em variadas partes da Europa, sobretudo em sua zona periférica.

Por outro lado, os interesses pelo escoamento dos capitais superacumulados e pela recuperação das taxas de acumulação estimularam um intenso processo de deslocalização produtiva, no qual o grande capital passou a posicionar suas fábricas em economias periféricas e semiperiféricas buscando vantagens diversas, como baixos salários, incentivos locais e ausência de direitos sociais e laborais. Nesse cenário, a classe trabalhadora dos países centrais passou a competir, na prática, com trabalhadores de outras zonas do mundo. Devido a essa nova dinâmica, "*even though their real wages do not fall to the level of real wages in the periphery,*

they do not rise, either. In fact, Joseph Stiglitz suggests that the real wage rate of a male American worker in 2011 was no higher than in 1968" (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 98-99)[41].

Esse cenário de fortalecimento da competição entre os trabalhadores em nível global se associa ainda a um intenso processo de perseguições ao movimento sindical. Ambos os processos fazem parte de um movimento intrínseco ao aprofundamento do próprio capitalismo imperialista. Na verdade, de acordo com Fontes (2010), mundialização do capital, desregulamentações de mercados e destruição de direitos, perseguições ao sindicalismo e outros movimentos populares, deslocalizações produtivas, reengenharias e reorganizações da produção sob o dogma da "flexibilidade" são movimentos que se inserem e respondem diretamente às necessidades de um capitalismo imperialista que adquiria níveis "faraônicos" de monopolização e buscava alternativas para suas necessidades de circulação e realização.

> Os conglomerados, em seu formato anterior, poderiam configurar também um risco para o capital, dada a altíssima concentração de trabalhadores que promoviam. Em vários sentidos, as revoltas de 1968 e dos anos seguintes soaram o sinal de alerta. Em finais da década de 1970, com Thatcher na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, o ataque aberto aos sindicatos mais combativos dos países centrais contava com a experiência da concorrência internacional imposta por essas empresas e frentes móveis aos trabalhadores. A experiência da exploração internacional e combinada do trabalho e a concentração faraônica de recursos mostravam que o capital-imperialismo poderia simplesmente abandonar meios de produção (fechar e abandonar fábricas), através das deslocalizações. Mais uma vez, o entrelaçamento entre capitais de origens distintas (industrial, serviços, comércio, bancos, fundos, etc.) se evidencia: as desregulamentações então implementadas favoreciam a circulação geral de capitais, para qualquer que fosse o seu destino, especulativo ou outros. (FONTES, 2010, p. 197)

O capital internacional, com o qual estão integrados subordinadamente os grandes capitalistas das economias periféricas e semiperiféricas, atua em associação aos Estados nacionais hegemonizados pelos dogmas neoliberais para impor um processo de deflação da renda disponível para a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, um ambiente adequado de regulação econômica e controle social sobre seus efeitos mais dramáticos.

> *The regime of globalization therefore entails the imposition of an income deflation on the working population in the periphery. What is more, the state in the periphery under neoliberalism (the regime of fiscal austerity, privatization of public services, and the like) mimics to an extent the colonial state, although the element of "drain of surplus" no longer exists as it did before. If metropolitan capital acted in the colonial period through the metropolitan/colonial state for imposing income deflation, globalized capital today, with which the domestic big capital of the periphery is integrated, acts through the neoliberal domestic state to impose similar income deflation. […] In other words, globalization entails not only income deflation in the periphery, but also the*

[41] Tradução livre: "mesmo que seus salários reais não caiam ao nível dos salários reais na periferia, eles também não sobem. Na verdade, Joseph Stiglitz sugere que a taxa salarial real de um trabalhador americano do sexo masculino em 2011 não foi mais alta do que em 1968".

> *setting up of a regime for regulating income deflation in the periphery for protecting the value of money*. (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 96)[42]

Aqui fica claro que a centralidade da globalização preconizada como um dos pilares do modelo neoliberal é, na verdade, uma globalização do capital. Aquilo que Chesnais (1995 e 2007) chama de mundialização do capital. Patnaik e Patnaik (2021) destacam o predomínio do capital financeiro nesse processo que, como desdobramento, ainda se expressa como conflito entre os interesses globalizantes das finanças e os limites do Estado-nação que deve atuar segundo tais desígnios, sob ameaças permanentes de fuga de capitais e de precipitação de crises agudas. Há, assim, a necessidade de o Estado agir preventiva e constantemente de forma subserviente para impedir a concretização dessas intimidações, garantindo o célebre "nível de confiança" dos mercados e dos investidores. Por essas razões, os autores falam de uma perda de autonomia do Estado perante o mercado: "*getting approval from the creditrating agencies that influence financiers' decisions, becomes the main preoccupations of the state, which essentially means an undermining of the autonomy of the state*" (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 94).

Ao mesmo tempo, a ideologia neoliberal também produziu efeitos particulares na esfera da reprodução social, na medida em que absorveu e adentrou no Estado e seus aparelhos, espaços que passam a ser disputado com cada vez maior intensidade pelo mercado. Em essência, surge uma miríade de ideias e modelos que compartilhavam o objetivo geral de legitimar a gradual apropriação dos bens, dos fundos e das funções públicas pelo capital privado, visando garantir o escoamento de capitais acumulados e a continuidade da realização ininterrupta do ciclo do capital (produção-distribuição-circulação).

Esse conjunto de ações pretensamente inovadoras (na teoria e na prática) passou gradativamente a reivindicar uma "nova administração pública". Tratava-se daquilo que ficou genericamente conhecido como "gerencialismo", isto é, um movimento que defende uma administração pública mais flexível e orientada para resultados, realizando suas atribuições em função dos interesses não mais do cidadão, mas do consumidor (GAULEJAC, 2007;

---

[42] Tradução livre: "O regime da globalização implica, portanto, a imposição de uma deflação de renda à população trabalhadora da periferia. Além disso, o Estado na periferia sob o neoliberalismo (o regime de austeridade fiscal, privatização dos serviços públicos e afins) imita em certa medida o Estado colonial, embora o elemento de "drenagem do excedente" não exista mais como antes. Se o capital metropolitano agiu no período colonial através do estado metropolitano/colonial para impor deflação de renda, o capital globalizado hoje, com o qual o grande capital doméstico da periferia está integrado, atua através do estado doméstico neoliberal para impor deflação de renda semelhante. [...] Em outras palavras, a globalização implica não apenas a deflação da renda na periferia, mas também o estabelecimento de um regime de regulação da deflação da renda na periferia para proteger o valor do dinheiro".

CANCLINI, 1995). O Estado, sua administração e os serviços público deveriam agora se subordinar a um novo tipo de personagem, como muitos gostam de chamar, o "cidadão-cliente".

Assim como ocorreu na articulação ideológica que afetou o trabalho produtivo, a ideologia neoliberal partiu de questões reais que afetavam a organização do trabalho no âmbito da superestrutura para fazer valer seus objetivos também nessa esfera. Desse modo, a marcha neoliberal no interior do Estado se firmou a partir de uma pauta supostamente antiburocrática. A burocracia, enquanto forma administrativa típica da era taylorista-fordista (tanto na esfera da produção quanto na reprodução social), foi sendo progressivamente caracterizada como rígida, inflexível e como se fosse exclusivamente controlada por interesses políticos mesquinhos, alheios às necessidades clientelísticas agora reivindicadas. Assim, era taxada como ultrapassada, sendo necessário substituí-la por um formato administrativo flexível, técnico e apolítico, isto é, "gerencial".

O discurso maçante anti-burocracia é traço constitutivo, portanto, das implicações da nova conjuntura capitalista neoliberal sobre o Estado, escamoteando, assim, a essência dos interesses e necessidades do capital, quais sejam: acessar e se apoderar dos bens e do fundo público, bem como garantir as condições para recuperação da produção e da reprodução social capitalista em seu período neoliberal. Variados expedientes, sempre classificados como mais eficientes e eficazes, foram e seguem sendo colocados em prática nesse sentido, como: privatizações de empresas públicas, concessões de serviços públicos, consórcios, parcerias público privadas, facilitação da transferência de recursos e responsabilidades (idealização, realização e acompanhamento de políticas públicas) para o mercado e para o dito "terceiro setor", terceirizações no interior do Estado, extinção de direitos – especialmente aqueles vinculados à proteção trabalhista e à complementação das condições de reprodução da força de trabalho (educação, saúde, assistência social, cultura, transporte, ciência, etc.), forçando os trabalhadores a acederem o mercado para alcançarem tais serviços –, dentre outros.

As ideologias da "flexibilidade" e da gestão "moderna" contribuem, em suma, para que o Estado favoreça as exigências do capitalismo neoliberal por liberdade de atuação dos imperativos do mercado e pela implementação de um sistema político-jurídico que permita e proteja o seu funcionamento. Em suma, o Estado deve garantir melhores condições para a acumulação de capital e para a dominação política na atual conjuntura histórica, favorecendo direta e organicamente o poder de monopólio das classes dominantes. Aí estaria a base ideológica do Estado burguês de tipo neoliberal, conforme delineado por Harvey (2008).

1.5 **Estabilidade na atual instabilidade**

A década de 1970 significou, como acabamos de ver, um momento de transição. Um período no qual se iniciou um novo regime de acumulação que arrastou consigo novas dinâmicas de regulamentação política e ideológica (ARRIGHI, 1996; HARVEY, 2008). Arrancou ali um novo modelo de capitalismo imperialista, caracterizada por muitos autores como neoliberalismo (ANDERSON, 1995; GURGEL, 2003; HARVEY, 2005; NUNES, 2013a, 2013b e 2014; KATZ, 2016), que progressivamente passou a manifestar o predomínio de suas próprias regularidades – algumas novas, outras nem tanto – sobre aquelas que haviam marcado o período anterior, formando a partir dali um novo bloco histórico capitalista, para se utilizar a terminologia gramsciana adotada por Castelo (2013).

A crise de superacumulação detonada no fim dos anos 1960 e início da década seguinte foi um evento determinante para esse novo período, provocando a emergência do neoliberalismo como solução, ao mesmo tempo duradoura e instável, àquele momento crítico. Como toda saída capitalista para suas crises, a resposta neoliberal era uma meia resposta. Um tratamento que carregava consigo novas doenças. Inaugurou um novo período histórico, em vigor até os dias de hoje, que trouxe consigo um processo de múltiplas e subsequentes crises com drásticas dimensões econômicas, políticas e sociais, ora mais localizadas – como nas crises cambiais ou das dívidas na periferia sistêmica – ora nitidamente mundializadas – como nos choques do petróleo da década de 70 ou na crise financeira de 2008, que iniciou no centro e gradativamente expandiu seus efeitos.

No campo crítico, há interpretações diversas a respeito dos significados inerentes ao neoliberalismo. Há aqueles que entendem estarmos vivenciando "o florescimento completo do capitalismo histórico" e, portanto, um processo que exacerba as contradições fundantes e "acelera seu colapso" (WALLERSTEIN, 2001, p. 94). Em linha semelhante, Samir Amin (2009) afirma que o modelo neoliberal não propiciou uma verdadeira saída para a crise dos anos 1970, mas, ao contrário, aprofundou ainda mais seus efeitos deletérios. Teria instituído, assim, um ambiente de permanente debilidade que se configuraria como uma "crise sistêmica" do próprio capitalismo, pois aglutinaria ao mesmo tempo uma crise de acumulação na economia real, uma crise energética e uma crise agrário-alimentar (AMIN, 2009, p. 32-33).

Chesnais (2007) também observa o predomínio da vulnerabilidade sistêmica na era neoliberal e aponta que sua base material estaria fundada num regime financeirizado de acumulação, marcado pelo predomínio de um capitalismo rentista que desacopla os centros monopólicos de investimento dos lugares onde ocorrem os efetivos processos de exploração e

produção, dinâmica que acaba sendo responsável pela emergência de bolhas especulativas sucessivas e cada vez mais violentas. Já István Mészáros (2011a e 2011b) interpretou que o neoliberalismo seria uma forma específica do capitalismo vigente em sua crise estrutural. Engendrada a partir da crise de superacumulação dos anos 1970, a crise estrutural mencionada pelo autor não se encerraria como mera crise econômica cíclica ou como crise política conjuntural. Ao atingir todas as esferas de produção e reprodução, ela afirmaria "a si própria como a insuficiência crônica de 'ajuda externa' [dos mecanismos contra-arrestantes e das interferências extra-econômicas] no presente estágio de desenvolvimento", comprometendo a totalidade do sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2000, p. 15, grifos do autor).

Patnaik e Patnaik (2021), por sua vez, interpretam o capitalismo neoliberal como um ambiente de crise quase permanente. A aversão neoliberal a estímulos exógenos (do Estado) associada a uma tendência geral do próprio capitalismo à superprodução colocaria o ciclo da globalização neoliberal em um beco sem saída. Assim, as emergências de crises e bolhas financeiras subsequentes estão diretamente associadas a um processo de massiva redução dos rendimentos dos trabalhadores e de tentativas de migração das periferias para o centro sistêmico trariam um cenário de instabilidade constante. Para Patnaik e Patnaik (2021), não haveria resposta possível a esse desafio dentro do neoliberalismo.

> *World capitalism today is characterized not only by the absence of na exogenous stimulus but also by an ex ante tendency toward overproduction. It is this that makes the current crisis both protracted as well as unprecedented, since it is reflective of capitalism having reached a sort of cul-de-sac. [...] It is difficult to visualize the world economy overcoming its current protracted crisis without shaking off the hegemony of finance capital*. (PATNAIK e PATNAIK, 2021, p. 100)[43]

O elo de conexão entre essas variadas interpretações sobre o atual estágio do desenvolvimento capitalista está na ideia de exacerbação de suas contradições fundantes, o que se desdobraria numa aceleração do perecimento do modo de produção e suas formas sociais. Pode-se dizer que, muito embora trilhem caminhos distintos, os autores aqui destacados se encontram na percepção de que a dinâmica neoliberal aproximaria o sistema capitalista de seu colapso. Entretanto, ainda que seja certo afirmar a existência de mudanças importantes no funcionamento sistêmico das últimas décadas, ao que nos parece, o capitalismo segue conseguindo se sustentar por meio de mecanismos contra-arrestantes, cujos efeitos são cada vez mais violentos e anti-civilizatórios, mas não menos capitalistas.

---

[43] Tradução livre: "O capitalismo mundial hoje é caracterizado não apenas pela ausência de um estímulo exógeno, mas também por uma tendência *ex ante* para a superprodução. É isto que torna a crise atual tão prolongada quanto inédita, uma vez que reflete o capitalismo ter alcançado uma espécie de beco sem saída. [...] É difícil visualizar a economia mundial superando sua atual crise prolongada sem sacudir a hegemonia do capital financeiro".

Com a erupção da crise mundial de 2008, outros analistas chegaram a interpretar os esforços mobilizados em alguns países centrais, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, como a demonstração do declínio do neoliberalismo perante uma espécie de reencarnação keynesiana. O centro dessas teses se localiza na ideia de que a emergência da crise financeira e suas consequências teriam evidenciado as fragilidades do pensamento econômico neoclássico e da lógica do Estado mínimo, fazendo ruir os pilares neoliberais e impondo a necessidade de ressurgimento de um Estado de tipo keynesiano, teoricamente único formato estatal capaz de agir anticiclicamente.

Mark Blyth (2017, p. 78), por exemplo, diagnosticou acertadamente que a crise de 2008 se caracterizou como uma crise financeira de grandes proporções que teve origem no mercado e não no Estado, desmentindo aquilo que a intelectualidade e a mídia dominantes narraram como sendo uma crise estatal. O discurso majoritariamente vencedor na opinião pública invertia fatores, falsificava o debate e fornecia a sustentação necessária para se emplacar as políticas de austeridade como única solução, com poucos exemplos desviantes pelo mundo – o caso chinês é um deles.

Na verdade, a crise de 2008 nasceu como uma crise privada que, como toda crise capitalista, impactou diretamente o setor público. De acordo com Blyth (2017), a detonação de uma crise bancária se deu com a deterioração do valor das hipotecas securitizadas (no mercado de operações compromissadas) e a perda de liquidez dos bancos, que vinham se alavancando a partir desse expediente, de forma cada vez mais intensa desde a década de 1980. Parte da explicação dessa escolha dos bancos está no processo de "desintermediação" promovido pelo capital monopolista a partir, sobretudo, dos anos 70, no qual passaram a excluir cada vez mais as mediações bancárias por meio de operações de alavancagem realizadas diretamente entre empresas (Blyth, 2017). A crise das hipotecas, originada nos EUA, foi aprofundada globalmente por meio de um sistema financeiro neoliberal que correlaciona economias do mundo inteiro. Essa condição se amplificou significativamente com a operação indiscriminada – predominantemente desregulada em quase todos os países sob o neoliberalismo – de instrumentos chamados derivativos – o derivativo não é propriamente um ativo, mas um contrato que determina apostas (remunerações) sobre ativos reais.

Trata-se de um fenômeno que se conecta com a dinâmica das crises capitalistas, conforme já estudado. Segundo Roberts (2016), um processo de alavancagem artificial e temporária de lucros em setores improdutivos, tal como o setor financeiro-especulativo – capitais que buscam autovalorização fictícia (D-D') –, é capaz de compensar apenas temporariamente a queda na taxa de lucro em setores produtivos. Quando esse mecanismo temporário e artificial entra em colapso, processo geralmente verificado quando um grupo cada

vez maior de devedores não consegue mais honrar com suas dívidas, origina-se um crescente movimento de calotes e desvalorização de títulos, o que faz emergir uma crise no setor financeiro (Roberts, 2016). Como aponta o autor, esse movimento demonstra aquilo que Marx já havia descoberto no Livro III d'O Capital, ou seja, que o modo de produção capitalista não sofre simplesmente de uma disfuncionalidade técnica em seu setor financeiro. Antes disso, o sistema possui contradições inerentes ao seu setor produtivo. Na medida em que o movimento regular do capital constrói barreiras ao seu próprio crescimento, diversos mecanismos contra-arrestantes são utilizados. A financeirização é mais um deles. É com base nessa avaliação que Roberts (2016, p. 29) afirma: "*what flows from this is that the capitalist system cannot be "repaired" to achieve sustained economic growth without booms and slumps – it must be replaced*"[44].

Nesse ambiente, entre 2007 e 2008, ocorreu a implosão do setor imobiliário dos EUA, processo que se espalhou pelo mercado financeiro daquele país e, posteriormente, alcançou as bolsas e as economias da UE, chegando, nos anos seguintes, a outras regiões do planeta. Esse foi o movimento que, disseminado pelas teias da globalização neoliberal, transformou uma crise financeira localizada em crise econômica de proporções mundiais, impactando, consequentemente, nas dívidas soberanas de muitos países. Isso significa, na prática, que não foi o Estado que detonou a crise. Pelo contrário, foram os fundos públicos que garantiram a salvaguarda dos interesses do capital naquele momento, compensando os prejuízos privados por meio de variados expedientes, como a alavancagem do endividamento público, efetivado como sistema de dívidas que funciona há décadas para garantir altas taxas de rendimento para o capital financeiro superacumulado.

Ao mesmo tempo, Blyth (2017) percebeu que a ortodoxia neoclássica – tanto do ponto de vista teórico, quanto em suas políticas reais – foi absolutamente incapaz de prever qualquer anormalidade naquele círculo pernicioso. Partindo dessa identificação, o autor acaba interpretando que a ativação do Estado no sentido de proteger o grande capital daquela crise evidenciaria uma súbita substituição dos ideais monetaristas neoclássicos por instrumentos keynesianos. Seria como se a realidade da crise tivesse exigido uma reencarnação da razão. Em suas palavras, a "crise pode ter abalado as ideias neoliberais sobre a eficiência dos mercados, mas substituí-las todas pelos incentivos globais keynesianos era uma coisa completamente diferente. Todavia, parece ter sido exatamente o que aconteceu — durante cerca de doze meses", entre 2009 e 2010 (BLYTH, 2017, p. 78). Quando os programas de austeridade se firmaram como realidade na Europa, no bojo da crise da zona do euro (imediatamente na

[44] Tradução livre: "o que decorre disso é que o sistema capitalista não pode ser "reparado" para alcançar um crescimento econômico sustentado sem crises e colapsos - ele deve ser substituído".

sequência da bolha estadunidense), Blyth (2017) interpretou o processo como uma espécie de contra-ataque da irracionalidade ortodoxa sobre a ciência econômica técnica e responsável (keynesiana), fazendo retornar o ideário neoliberal após uma espécie de ano sabático.

Contudo, para além do acerto em seu diagnóstico geral, Blyth (2017) parece erguer altos muros entre a lógicas keynesiana e neoliberal, quando, na verdade, as linhas divisórias muitas vezes não são assim tão nítidas. Visto se tratar de faces diferenciadas do pensamento e da prática econômica que visam gerir adequadamente o processo da produção e da acumulação no capitalismo imperialista, essas modalidades ideológicas se acumulam historicamente e estabelecem entre si relações contraditórias, mas não necessariamente antagônicas. Simultaneamente, autores como Patnaik e Patnaik (2021) parecem estar certos quando se referem ao modelo neoliberal como um período de instabilidade permanente – característica que, em última análise, é do próprio modo de produção. Mas se equivocam quando sugerem que essa dinâmica levaria ao definhamento desse regime.

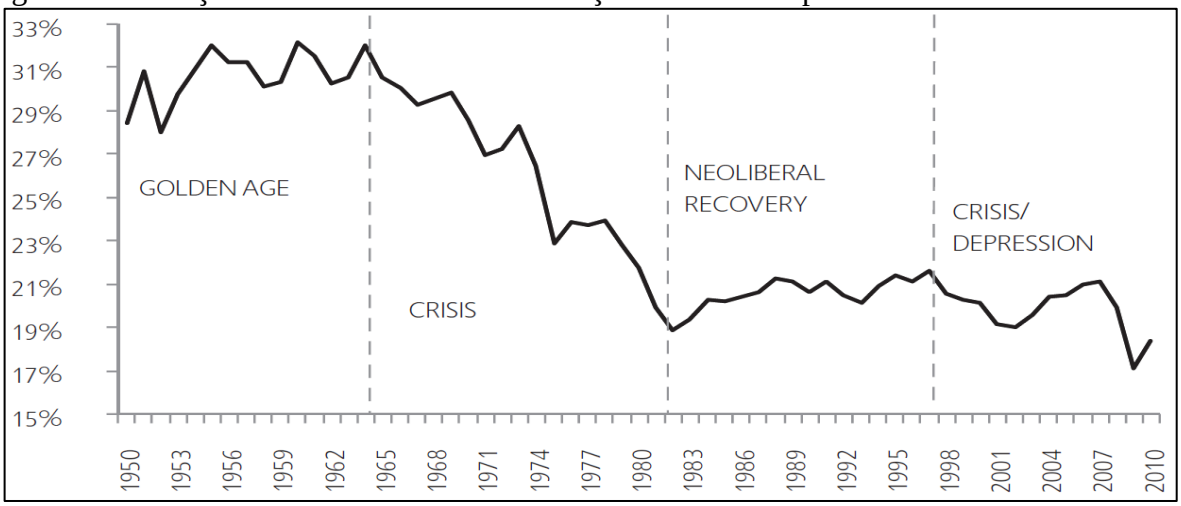
Na verdade, a crise econômica com repercussões mundiais de 2008 não pode ser lida como o colapso derradeiro do modo de produção capitalista, nem mesmo do neoliberalismo, como veremos na sequência. Como aponta Roberts (2016), é verdade que o capitalismo neoliberal, em sua busca devoradora e ininterrupta pela valorização do valor e por acumulação de capitais prejudicou e seguirá prejudicando muito seriamente o planeta e as sociedades, de modo a produzir recorrentes crises ambientais, climáticas, econômicas e sociais que impactarão fortemente as próximas gerações, alavancando as desigualdades já crescentes e intensificando as necessidades de grandes lutas por terra, água, direitos, trabalho digno e recursos em geral. Entretanto, nada disso significa um colapso endógeno do sistema, pelo contrário. De acordo com o autor, somente a ação humana, coletiva e consciente – portanto, organizada – é capaz de fazer colapsar o capitalismo. Isso porque, como já foi dito, crise é ao mesmo tempo doença e remédio para esse modo de produção e seus formatos de sociabilidade. Se relegado às suas dinâmicas regulares, a única transformação substantiva plausível seria a combinação de um capitalismo cada vez mais radicalizado com formas pré-capitalistas de produção e de vida.

> *There will be recurring crises or cycles that spin around the secular downtrend for capitalist development. Capitalism will not just collapse of its own accord. Crises and even a breakdown are endogenous because of the main contradiction within the capitalist mode of production, of accumulation for profit and not need. But also it is possible for capitalism to recover and soldier on "endogenously" when sufficient old capital is destroyed in value (and sometimes physically) to allow a new period of rising profitability. Capitalism can only be replaced by a new system of social organization through conscious action of human beings, in particular by the majority of people (the working class globally). Without such conscious action, capitalism can stumble on or society may eventually fall back into barbarism. By "barbarism" I*

> *mean a decisive drop back in the productivity of labor and living conditions to precapitalist times*. (ROBERTS, p. 270)[45]

Pode-se verificar a veracidade dessa tese ao se olhar para a história. O capitalismo apresenta sua tendência geral de queda da taxa de lucro e vive crises econômicas cumulativas e subsequentes – de variados tipos e com severas repercussões na totalidade social. Mas, em todas as vezes que tais períodos críticos não se desdobraram em revoluções, o modo de produção e seus formatos de sociabilidade sempre se transformaram e se recuperaram. Recorrendo novamente aos dados de Maito (2014), organizados e interpretados por Roberts (2016), nota-se como as crises capitalistas são inerentes ao movimento regular do sistema e trazem consigo novas modalidades historicamente adequadas de capitalismo que produzem períodos de relativa recuperação. Com base na evolução da taxa de lucro em quatorze países selecionados (centrais, semiperiféricos e periféricos[46]), o autor propôs uma interpretação sobre o movimento capitalista da década de 1950 até 2010, demarcando a "idade dourada" entre 1950 e 1965 ("*goden age*"), a crise de superacumulação dos anos 70 ("*crisis*"), a recuperação neoliberal entre 1980 e o fim dos anos 90 ("*neoliberal recovery*") e o período de depressão que culmina na crise de 2007-2008 ("*crisis/depression*").

Figura 4 - Evolução da taxa de lucro e demarcação cíclica do capitalismo.



Fonte: Roberts (2016).

[45] Tradução livre: "Haverá crises recorrentes ou ciclos que giram em torno da tendência secular de queda para o desenvolvimento capitalista. O capitalismo não se desmoronará por si só. Crises e até mesmo um colapso são endógenos devido à principal contradição dentro do modo de produção capitalista, de acumulação para lucro e não necessidade. Mas também é possível que o capitalismo se recupere e se torne um soldado "endógeno" quando o suficiente capital antigo é destruído em valor (e às vezes fisicamente) para permitir um novo período de rentabilidade crescente. O capitalismo só pode ser substituído por um novo sistema de organização social através da ação consciente dos seres humanos, em particular pela maioria das pessoas (a classe trabalhadora globalmente). Sem essa ação consciente, o capitalismo pode tropeçar ou a sociedade pode eventualmente cair de novo na barbárie. Por "barbárie" quero dizer uma queda decisiva na produtividade do trabalho e nas condições de vida para os tempos pré-capitalistas".

[46] Os países selecionados são: Reino Unido, EUA, Alemanha, Holanda, Japão, Suécia, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha e México.

Ocorre que o movimento de recuperação e reequilíbrio observado a partir de 2009 e 2010 não sugere o nascimento ou desenvolvimento de nenhum novo modelo de capitalismo, nem mesmo o retorno do regime de acumulação predominante na "idade dourada", mas sim um ambiente de transmutação do próprio neoliberalismo. Conforme interpretamos dos estudos de Gurgel (2014), o neoliberalismo vigente desde os anos 1670 parece estar em processo de reorganização e modificação interna desde a crise de 2008. Sem abdicar do seu núcleo duro neoclássico, esse cenário histórico aponta cada vez mais para a utilização instrumental de ferramentas keynesianas como válvulas de escape adaptadas ao tempo presente. Ao fazer uso utilitarista e controlado de certos instrumentos heterodoxos, esse movimento parece produzir uma radicalização neoliberal e não sua substituição. Em trabalho que trata do enfraquecimento do "espírito de dunquerque"[47] e da redução do *welfare* nas últimas décadas, Gurgel e Justen (2021) afirmam que

> […] desde o advento da crise do capital, dos anos 1970 e principalmente nos anos 1990, seguiu-se um processo de redução do estado de bem-estar social, sob a alegação de limitações fiscais, mas também em nome da restauração dos valores do mercado, inclusive seu poder autorregulador. Enquanto esse poder não se apresenta, pretende-se superar a persistente crise de superacumulação por via dos ativos físicos/econômicos e dos fundos públicos, que continuam a ser cada vez mais mobilizados, em privatizações, concessões, renúncias fiscais, créditos subsidiados e investimentos em infraestrutura. São vias tradicionais de enfrentamento das crises, sob certa óptica. Pende de resposta, portanto, a questão muito razoável que se pode fazer sobre quanto as preocupações do pós-guerra, relacionadas aos problemas estruturais e sociais, foram superadas. A resposta que se está configurando, à luz das condições de desigualdade de renda e de riqueza crescentes, associadas à redução da seguridade pública, é que esses problemas não só continuam, como seu tratamento não se está dando pelo caminho das políticas sociais universais. (GURGEL e JUSTEN, 2021, p. 404)

De fato, o dogma de minimização estatal, anunciado pela ideologia neoliberal e pelas múltiplas reformas sobre o Estado realizadas ao longo das últimas cinco décadas nunca se realizou na prática. O Estado interventor de tipo keynesiano, aquele que preserva alguma distinção entre valor público e valor privado, não desapareceu por completo (Gurgel, 2014). Conservou seu papel interventor, mas agora sob outro prisma. Como identifica o autor, tornou-se gradativamente um Estado predominantemente servidor, ou seja, a forma política preferencial do período neoliberal. Aquela que, em dada conjuntura histórica, passou a agregar novas funções a si mesma, as quais podem ser sintetizadas no espírito de um Estado administrado de forma consensualizada com o mercado – dinâmica na qual predomina a sobreposição do valor privado em relação ao público (GURGEL, 2014).

---

[47] Segundo Gurgel e Justen (2021), a expressão faz referência à união das pessoas para se enfrentar um momento de crise. Deriva do esforço realizado no resgate de tropas britânicas que estavam encurraladas na região de Dunquerque, na França, em plena Segunda Guerra Mundial.

A aplicação do receituário neoliberal sobre o Estado se realizou, portanto, como movimento de reorientação das atividades e dos institutos jurídicos estatais e, simultaneamente, de fortalecimento de certas funções, especialmente de seus aparelhos repressivos. De acordo com Gurgel (2014), um dos elementos centrais verificados a partir da implementação desse ideário foi a ampliação da integração entre capitais públicos e privados, materializados em um novo e cada vez mais explícito papel do Estado: a gestão direta dos negócios privados. É nessa linha que o autor percebe a emergência de uma administração pública de tipo consensual, a qual se intensificou nas sucessivas crises pós-70 e se consolidou a partir de 2008, quando o Estado agiu abertamente como porto seguro do grande capital privado.

> É um papel que se enfatiza em tempo de crise, mas que se desdobra a partir desse ponto. Ou se apresenta em nome de evitar a crise. A política protecionista a setores, onde se incluem as renúncias fiscais, que se tem praticado no Brasil com a indústria automobilística, a linha branca e a construção civil, é a antessala desse novo papel. O gerenciamento é um passo a mais no envolvimento direto do Estado com as empresas, a partir da crise de 2008 e se estendendo até nossos dias. Suas bases são anteriores à crise, mas seu aprofundamento é posterior. (GURGEL, 2014, p. 822)

Talvez seja esse o verdadeiro sentido da tão propagandeada "administração gerencial". Esta é a chave de leitura que usamos para compreender as respostas musculadas à crise de 2008 como a manifestação de uma das novas dimensões adquiridas pelo Estado de tipo servidor: o "gerenciamento das crises e dos seus desdobramentos administrativos e financeiros" (GURGEL, 2014, p. 824). Na prática, esse fenômeno pode ser visualizado nos múltiplos exemplos de salvamento público de grandes empresas durante aquela crise, processo no qual o poder estatal vai "além do refinanciamento, além do perdão de dívidas e obrigações, além dos empréstimos subsidiados. O gerenciamento que faz o Estado é completo, adequado ao que for necessário, inclusive a gestão direta da empresa" (GURGEL, 2014, p. 825).

Essa concepção não inviabiliza a leitura do Estado como uma relação contraditória que condensa materialmente variadas tensões oriundas da luta de classes, conforme visualiza Poulantzas (1980). Mas percebe que, sob o modelo neoliberal, especialmente da crise de 2008 em diante, o traço central que marca toda a teoria marxiana do Estado se fortalece, qual seja: a perspectiva de que, em última instância, o Estado é o comitê político dos interesses comuns da classe dominante. As funcionalidades estatais que sobressaem na atualidade lhe conferem o caráter de um Estado predominantemente servidor, como bem apontam Justen e Gurgel (2011) e Gurgel (2014), diferenciando essa forma política daquela que tendencialmente prevaleceu durante o período keynesiano-fordista, por meio do Estado de Bem-estar.

Ao mesmo tempo, independente das distintas variantes neoliberais manifestadas nas últimas cinco décadas, conforme veremos mais adiante com o auxílio de autores como Castelo

(2013), Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se caracteriza especificamente por essa ou aquela política macroeconômica. Seu princípio basilar é a subordinação da lógica pública e coletiva à lógica privada e individualista em todas as esferas da vida humana. Para realizá-lo, muitos expedientes são utilizados, mesclados e/ou atualizados, com maior ou menor intensidade a depender de cada conjuntura específica, configurando-se como medidas que envolvem inclusive instrumentos marcantes do período keynesiano-fordista.

O gerenciamento das crises praticado pelo poder público se configura como objetivo primordial desse Estado que, sob o neoliberalismo, se coloca como permanente salvaguarda dos interesses do capital, chegando até mesmo à administração consensual e direta dos negócios privados. Gestão feita por um Estado que lança mão de um amplo arsenal de políticas econômicas, incluindo e adaptando também instrumentos herdados de modelos capitalistas anteriores, porém agora efetivados sob a égide neoliberal – aquela que tendencialmente procura impor o mercado enquanto o mais adequado mediador das relações sociais em todas as suas dimensões. Segundo Gurgel (2014, p. 825), esse Estado "abandona o *éthos* público, cuidadosamente construído desde Rousseau, para quem interesses públicos e privados não devem coabitar", de modo que as divisas entre o público e o privado "se tornaram móveis, flexíveis e adaptativas".

Paralelemente, esse ambiente de permanente instabilidade inerente ao modelo neoliberal provoca efeitos no exercício do poder. Em poucas palavras, a consequência mais marcante nesse âmbito é o tendencial crescimento de formas de dominação de viés coercitivo. Para assegurar sua típica estabilidade na instabilidade, há um perceptível recrudescimento da violência como método privilegiado de controle social e garantia da ordem necessária à reprodução societária em termos neoliberais. Isso significa que a aplicação do receituário neoliberal sobre o Estado se realiza como movimento de reorientação das atividades e dos institutos jurídicos estatais e, simultaneamente, de fortalecimento de certas funções, incluindo aquelas associadas aos seus aparelhos predominantemente repressivos. Essa dinâmica se verifica com particular intensidade nas periferias e semiperiferias globais, regiões nas quais se emula nos últimos anos – sob outros formatos – aquilo que os Estados coloniais ou semicoloniais promoverem em associação ao imperialismo imposto pelo grande capital e pelos poderes metropolitanos até os movimentos de libertação nacional ocorridos ao longo do século passado.

Quanto a essa temática, cabe recuperar as reflexões desenvolvidas por Ellen Wood ao longo de sua carreira intelectual, sobretudo nos livros "Democracia contra Capitalismo" (2012) e "Império do Capital" (2014), também sumarizadas no artigo "Estado, democracia e

globalização" (2006). O viés de articulação entre esses textos se dá por uma instigante hipótese de trabalho acerca da atualidade capitalista: hoje, mesmo a democracia burguesa formal já não pode mais ser plenamente tolerada pelo capitalismo. Isso ocorreria justamente pela necessidade de o capitalismo neoliberal responder sua permanente instabilidade por meio de alteração em sua forma política e nas próprias funções do Estado.

É necessário retomar sua linha argumentativa. Segundo a autora, diferente do que ocorrera em todos os modos de produção precedentes, a classe dominante no capitalismo pôde e ao mesmo tempo viu-se obrigada a reivindicar a si mesma como democrática. Essa operação somente se fez possível devido a dois elementos históricos centrais. O primeiro diz respeito ao acúmulo, ao crescimento e ao amadurecimento das lutas dos trabalhadores sobretudo ao longo do século XIX e XX, processo mobilizado por tradições políticas como os cartistas, ludistas, anarquistas, socialistas utópicos, social-democratas e comunistas. Esse movimento de luta e organização das massas não-proprietárias exigiu e arrancou – à força – direitos políticos e sociais da forma político-jurídica burguesa. Parte dos capitalistas em diversos momentos de intensificação das lutas no decorrer desse longo período considerou mais inteligente perder alguns anéis do que perder os dedos.

O segundo elemento destacado pela autora diz respeito à própria relação entre base e superestrutura do capitalismo, dinâmica que, pela primeira vez na história da humanidade, opera uma separação entre as esferas política e econômica. Se, em todas as sociedades de classe precedentes, fundadas em variadas formas de escravismo e servidão, a produção social dependia necessária e diretamente da extração de trabalho excedente por meios extraeconômicos, a produção tipicamente capitalista de mais-valia, por sua vez, opera no interior da esfera econômica, tendo na política um pilar indireto do processo de exploração e expropriação. Essa diferença importante se materializou na possibilidade de construção de uma ideologia dominante, pela primeira vez em sociedades de classe, que reivindicasse a democracia como umas de suas formas políticas[48]. Não como o regime típico ou preferível, mas como forma política possível de ser tolerada, sobretudo em conjunturas onde o primeiro elemento destacado – o avanço das lutas dos trabalhadores organizados – demonstrou maior contundência.

Esse debate remete a Marx em "O 18 brumário de Luís Bonaparte" (2011). Nesse texto, o autor explicita uma contradição inerente a qualquer sociedade capitalista: o conflito

[48] Wood (2012) esclarece que a democracia da Grécia antiga, por exemplo, foi reivindicada e construída apenas para os membros proprietários daquela sociedade, ou seja, exclusivamente aos senhores de escravo e proprietários de terra. Já a ideologia burguesa a respeito de sua democracia formal-representativa pôde se apresentar gradativamente ao longo da histórica, devido ao avanço da luta de classes, como forma política possível, abarcando também as massas não-proprietárias.

insuperável entre a forma de dominação política e o conteúdo social da dominação burguesa. Para tanto, reflete sobre um aspecto que atravessou toda revolução burguesa e seu dia seguinte: a incapacidade de realizar plenamente suas insígnias políticas.

> As revoluções burguesas como as do século XVIII precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, um efeito dramático é suplantado pelo próximo, pessoas e coisas parecem refulgir como brilhantes, respira-se diariamente o êxtase; porém, elas têm vida curta, logo atingem o seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo. (MARX, 2011, p. 29-30)

Na sequência, ao analisar a conjuntura da luta de classes na França de 1848 até a chegada de Luís Bonaparte ao poder, Marx (2011, p. 36) percebe que a "República só pode representar a forma de revolução política da sociedade burguesa e não a sua forma de vida conservadora". Nota-se, então, que a gradativa consolidação de formas democráticas de massas e direitos políticos e sociais na ordem burguesa – conquistadas a partir do acúmulo das lutas e exigências dos não-proprietários – contém em si mesma aquela contradição entre forma de dominação e conteúdo social. Na medida em que as massas são integradas, ainda que parcialmente, na vida política, tal processo de "socialização da participação política" (NEVES, 2019; CASTELO, 2013) entra em trajeto de colisão frontal com as necessidades de dominação e conservação do poder da burguesa em presença. Trata-se de uma contradição insuperável, com a qual as sociedades burguesas procuram conviver ao longo dos últimos dois séculos.

Wood (2012 e 2006) conhecia tais reflexões marxianas. A autora percebe que a apropriação ideológica de palavras de ordem democráticas não era apenas uma possibilidade do capitalismo (devido à separação entre os momentos da exploração econômica e da dominação política), mas era também uma necessidade forçada pelas lutas das classes subalternas. Essa hipótese se apresenta, no entanto, com um conjunto de condicionalidades impostas pela estrutura dominante.

Operando no interior da pretensa separação entre economia e política, a democracia tolerada pela burguesia necessariamente se expressa, na teoria e na prática, enquanto um tipo muito específico. Trata-se de uma democracia formal ou daquilo que os "pais fundadores" estadunidenses chamaram de república representativa. Essa forma democrática mantém o que há de central no exercício do poder econômico preservado e seguro de possíveis ingerências da política (Wood, 2012 e 2006). Na história real da democracia burguesa é até possível observar momentos de maiores ou menores constrangimentos ao processo de produção e acumulação de capital, a depender da intensidade conjuntural da luta de classes. Simultaneamente, nota-se também que, mesmo nos períodos de maior abertura política para as massas não-proprietárias,

a classe dominante e seus representantes intelectuais procuraram sempre manter a participação democrática enclausurada no interior de uma teia político-jurídica que até poderia forçar certa moderação do processo de exploração, mas jamais teria as condições concretas para questionar, no interior das regras dessa forma social, o centro real do poder de classe – a exploração do capital sobre o trabalho.

Para sustentar sua argumentação, Wood (2003 e 2006) fornece exemplos históricos importantes sobre a dinâmica da democracia, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra. Demonstra, com isso, a conformação de uma ideia e uma prática democrática fundada no que denominou de "cidadania passiva", operação que permanentemente procura manter as decisões políticas afastadas da esfera de produção e reprodução da vida, ou seja, chamando de tempos em tempos os cidadãos – tidos como uma massa supostamente indivisível e sem interesses de classe – para opinar sobre aspectos exclusivos da esfera político-representativa. Isso significa que o capitalismo por muitos anos tolerou, por necessidade e possibilidades históricas, um tipo de forma democrática (formal-representativa) que se adequava aos seus distintos formatos de exploração econômica.

A autora sublinha que essa aceitação da democracia formal nunca foi um processo disseminado de modo equilibrado. Muito pelo contrário, sua efetivação se fez notar muito claramente apenas no seio do capitalismo avançado. Na periferia, a separação entre política (o momento da dominação direta) e economia (momento da exploração sobre o trabalho) sempre foi menos nítida (justamente pelo atraso no processo de consolidação das relações sociais capitalistas), de maneira que a efetivação de algum nível de democracia formal foi sempre muito mais difícil e dramática.

Ocorre que hoje, segundo Wood (2012 e 2006), o capitalismo vive sua fase imperialista avançada e efetivada sob o modelo neoliberal. Ou, como seus ideólogos gostam de denominar, sua era de "globalização". Esse ambiente expressa, tanto na teoria quanto na prática, uma crescente intolerância da sociedade burguesa para arranjos democráticos, mesmo quando se trata de sua histórica democracia limitada e mutilada, para utilizar as expressões de José Saramago (2007). Ao mesmo tempo, revela-se uma tendência de fortalecimento do Estado e de suas funções coercitivas.

Um dos pilares que sustentam essa tese é justamente a crítica de Wood (2006) ao discurso hegemônico acerca do tipo de "globalização" vivida desde as décadas de 1970 e 1980. Segundo os apologistas desse período – desde os de direita, como Zbigniew Brzezinski, Henrry Kissinger e Jean-François Lyotard, até os de esquerda, como Antonio Negri e Michael Hardt –, essa paisagem globalizada teria gerado o enfraquecimento dos Estados-nação ao redor do

mundo. Wood (2012 e 2006) destaca como essa visão está completamente equivocada. O que a realidade das últimas décadas demonstra, como já tivemos a oportunidade de notar, é um processo que conflui em sentido contrário, isto é, para o fortalecimento dos Estados em um contexto que necessita de estruturas políticas e jurídicas cada vez mais adaptadas e fortes para viabilizar e proteger a intensiva movimentação de capitais pelo globo, a profunda desregulamentação de mercados, o ataque a proteções sociais em níveis nacional, regional e até internacional, a expansão das guerras imperialistas e o fortalecimento do controle social em termos locais.

Para notarmos essa tendência, precisamos perceber a questão estatal num cenário de capitalismo globalizado. O período neoliberal em hipótese nenhuma engendra um definhamento do Estado, mas sim o fortalecimento subordinado às ingerências capitalistas na atualidade. Nesse cenário de mundialização do capital e instabilidade permanente propiciadas pelo modelo neoliberal, aquela contradição identificada por Marx (2011) entre a forma de dominação política burguesa e seu conteúdo social se mostra ainda mais latente do que em outros tempos. A forma democrática, mesmo da democracia burguesa (formal-representativa), entra em conflitos ainda mais intensos com o conteúdo social do capitalismo na atualidade.

> A forma política da globalização não é um Estado internacional, mas sim um sistema de vários Estados nacionais; de fato, considero que a essência da globalização é uma crescente contradição entre o alcance global do poder econômico capitalista e o muito mais limitado alcance dos Estados territoriais de que o capitalismo necessita para sustentar suas condições de acumulação. […] o que estamos presenciando no novo imperialismo norte-americano é um esforço contínuo para lidar com a contradição entre a esfera de ação do poder econômico e a contínua dependência do capital de um sistema global. [...] a velha separação [entre política e economia] foi desbaratada porque o capital internacional necessita do Estado mais do que nunca para organizar os circuitos econômicos que o capital não pode dirigir por si próprio. (WOOD, 2006, p. 392)

Na verdade, esse movimento de sustentação político-jurídica de sua operação crescentemente mundializada, em dimensão "pornograficamente monopolista" (Fontes, 2010), pode estar sugerindo uma tendência de superação daquela separação entre política e economia para que o capital possa dar seguimento aos seus níveis necessários de exploração e acumulação. Na atual configuração neoliberal do capitalismo imperialista, a dinâmica de expropriação burguesa exige interferências políticas cada vez mais diretas, contexto que tendencialmente engendra regimes ainda menos democráticos. Essa tese de Wood (2003 e 2006) parece ganhar mais potência quando associada aos conceitos "administração consensual" e "Estado Servidor", conforme já estudados em Justen e Gurgel (2011) e Gurgel 2014).

Outros autores, de variadas filiações teóricas, como Francisco de Oliveira (1998), Loïc Wacquant (2012), Giorgio Agamben (2015) e Antônio Candido (2016), também nos ajudam a aprofundar esse debate. Cada qual ao seu modo, todos enfatizam dimensões que se tornam decisivas para a estabilização política do modelo neoliberal: o progressivo recrudescimento das funções coercitivas do Estado e a regressão do próprio regime democrático burguês.

Ao tratar das atuais características que marcam a organização estatal e suas prioridades na era neoliberal, Agamben (2015) destaca a soberania adquirida pela função de polícia. Segundo o autor italiano, a Guerra do Golfo poderia ser tomada como uma referência temporal para exemplificação de tal fenômeno. A minuciosa e sistemática criminalização do adversário se evidência na construção das justificativas para essa guerra. Mas foi além disso. Tratou-se de um processo que reduziu uma iniciativa bélica desumana e devastadora a uma simples "operação policial" de "limpeza" (Agamben, 2015).

O destaque feito pelo autor se dá pela característica paradigmática desse evento. A partir dali, torna-se lícito aquilo que alguns pensariam impensável no interior do denominado Estado democrático de direito: a autorização (agora explícita, não mais implícita) para se aniquilar o oponente taxado como criminoso. Segundo Agamben (2015), o Estado atua diretamente em um processo de criminalização do oponente em nome da "ordem pública" e da "segurança". Tal processo, entretanto, parece se tornar incontrolável até mesmo para a política. Os próprios chefes de Estado podem virar alvo do "monstro" por eles criado. Nesse cenário, é a polícia que assume papel de destaque.

O fato é que a polícia, contrariamente à opinião comum que vê nela uma função meramente administrativa de execução do direito, é talvez o lugar no qual se põe a nu, com maior clareza, a proximidade e, quase, a troca constitutiva entre violência e direito que caracteriza a figura do soberano (AGAMBEN, 2015, p. 98). Se voltarmos um pouco no tempo, será possível encontrar indícios desse processo em outras momentos do capitalismo, como nas teses e práticas que fundamentaram a doutrina de segurança nacional, disseminadas por nações imperialistas (como os EUA e a França) e adotadas como pedra angular dos regimes ditatoriais implementados na América Latina ao longo das décadas de 1960 e 1980.

Entretanto, apesar de termos discordâncias com os desdobramentos políticos de sua leitura, Agamben (2015) auxilia no entendimento de que tal processo se consolida justamente na atual conjuntura neoliberal, isto é, no período pós-socialismo realmente existente, no qual a lógica de bem-estar (welfarismo) é declarada como inimiga a ser abatida. Se, por um lado, a crise do pacto de classes fundado sobre a base keynesiano-fordista significou a derrocada do conjunto de ideais que pregavam um capitalismo ético e democrático, garantido por um Estado

democrático de direito, por outro, a queda da antiga URSS retirou da ordem do dia a alternativa socialista. Tratava-se dos dois principais obstáculos concretos e ideológicos para a materialização daquilo que marca a filosofia política de nosso tempo: o estágio extremo da forma-Estado burguesa. Promovendo um debate entre Debord e Badiou, Agamben (2015) afirma que essa forma extrema se caracteriza pela junção entre "Estado espetacular integrado" e "capital-parlamentarismo".

Ao refletir sobre a perspectiva desse autor, pode-se sugerir uma interpretação sobre a atual conformação política-estatal no neoliberalismo dos últimos anos. Conectado intimamente com os percalços e alternativas vislumbradas pelo capital em um período histórico marcado pelo "fim da história" e por uma sequência de crises que se arrastam desde os anos 70, o Estado se vê responsável pela devastadora função de assegurar aquilo que é cinicamente chamado de "soberania", ordem", "segurança", "democracia", "vontade geral". Trata-se, é certo, de expressões esvaziadas de conteúdo. Mas que, independentemente disso, movem a sustentação subjetiva necessária para que o Estado apresente seu espetáculo militaresco contra o inimigo, que pode agora ser o estrangeiro, o terrorista, o subversivo, o pobre, o negro, o LGBT, a mulher, o oriental, o diferente, o desajustado, o perigoso, etc. Um espetáculo que se impõe pela adesão e pela subordinação, num momento histórico no qual o polo da coerção parece se sobrepor ao do consenso.

O ator principal desse "espetáculo" da violência estatal contemporânea é, segundo Candido (2016), a unidade polícia-justiça. Tomando o emblemático processo kafkiano como paralelo, nosso autor afirma que a polícia é algo inseparável da justiça. Para seu funcionamento pleno, a polícia-justiça já não precisa de motivos, mas apenas de estímulo. Trata-se de um espectro, formado a partir da articulação orgânica da forma do direito burguês com sua expressão policial-militar. No desenrolar do atual ciclo neoliberal pós-2008, esse espectro assume gradativa e definitivamente a repressão como sua finalidade, perdendo, inclusive, o que restava das suas aparências "democráticas".

A polícia aparece então como um agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que usualmente dispõe: pudor, controle emocional, lealdade, discrição – dissolvidos com perícia ou brutalidade profissionais. Operando como poderosa força redutora, ela traz à superfície tudo o que tínhamos conseguido reprimir, e transforma o pudor em impudor, o controle em desmando, a lealdade em delação, a discrição em bisbilhotice trágica (CANDIDO, 2016). O medo age como o ingrediente indispensável para o "dobrar" do outro. A polícia-justiça de Candido (2016) entra em cena como aquele agente que constrói a verdade do outro em contraposição ao "poder constituído", à "ordem", à

"segurança", conforme mencionado por Agamben (2015). Assim, posiciona o outro no lugar que lhe interessa. Como aponta Candido (2016), tudo vale para se conseguir aquilo que se espera do outro: colaboração, submissão, silêncio, omissão. Não há mais amarras.

Sob o ponto de vista sociológico, Oliveira (1998), ressalta que o neoliberalismo reforça o "princípio da realidade", ou seja, uma tendência de efetivação de relações sociais conservadoras, cuja consequência provavelmente mais relevante é a aceitação acrítica do *status quo*. Trata-se de uma das manifestações mais visíveis do já mencionado ambiente de "fim da história". Na época neoliberal, período capitalista que se caracteriza pela pretensa superação da modernidade, das ideologias e dos ideais revolucionários, o que realmente importa é o presente. Em suas teorias e práticas, "não há mais história […] e para isso o passado deve ser presentificado" (OLIVEIRA, 1998, p. 230). Como consequência dessa "presentificação" da vida, se não há história, também não há futuro.

Ao mesmo tempo em que descreve o fenômeno, Oliveira (1998) também busca identificar as bases materiais que lhe conferem substância. Em suas palavras, a força desse processo tem origem na "regressão mercantil" forçada pelo modelo capitalista hegemônico na contemporaneidade: "o que resta é um simples contrato mercantil", visível concretamente em "trabalhadores 'flexíveis', desregulamentados, funcionários públicos à mercê dos poderosos de cada dia, um aparelho de Estado que deve conformar-se à demanda e oferta, como uma empresa" (OLIVEIRA, 1998, P. 230). Entretanto, ainda segundo Oliveira (1998, 230), dada a impossibilidade histórica de um retrocesso capitalista de tal ordem devido à sua própria complexificação social, "a violência termina por ser a parteira dessa regressão", de modo que a "violência explícita" se efetiva como "moeda de troca nas relações sociais, até no cotidiano: a violência é o novo código da sociabilidade". Daí sua conclusão que, "[n]o limite, a regressão ao contrato mercantil tende, por analogia, à mesma regressão do nazi-fascismo" (OLIVEIRA, 1998, p. 230).

Nota-se esse movimento desde o profundo punitivismo penal despejado essencialmente sobre as camadas "perigosas" e o correspondente crescimento vertiginoso da população carcerária mundial. Passa também pela judicialização da política e pelas cruzadas modernas (preventivas ou não) que ocorrem em níveis nacional e internacional em favor da "democracia" e/ou contra o "terror", as "drogas", a "corrupção", a "ilegalidade". Chega até a militarização da vida social, que inibe, persegue e reprime qualquer contestação (sobretudo aquelas organizadas) à atual conformação econômica, política e ideológica. Nesse contexto, a questão militar típica do capitalismo imperialista reorganiza e atualiza suas funcionalidades na atualidade neoliberal. De fato, vale de tudo para dar continuidade às múltiplas guerras imperialistas e ocupações que

seguem em vigor pelo mundo. Ou para se garantir, em níveis nacionais e regionais, os objetivos inomináveis do direito de polícia subordinado ao capital encarnado como religião, em linha com as interpretações de Benjamin (2013).

Por esse trajeto interpretativo, pode-se afirmar que as relações entre economia e política se expressam para além da gestão do Estado em função direta da produção e das finanças capitalistas. Oliveira (1998), Agamben (2015), Candido (2016) e Wood (2006, 2012 e 2014) ajudam na compreensão de como a forma Estado atual vem se livrando de amarras que ainda lhe bloqueavam apostar num "vale tudo". Aquilo que no passado não tão distante precisava ser mediado e construído em nome de um bem-estar geral abstrato, mas parcialmente alcançável, pode agora operar enquanto pura ideologia, no sentido extremo de falsificação da realidade. No atual estado de coisas, já não há necessidade de estabelecer sentidos ou motivos legalmente fundamentados, ainda que de maneira forjada, para que o Estado e seus poderes coercitivos sejam convocados pelo capital. Basta agora apenas o estímulo espetacularmente falsificado para que a polícia-justiça e o poder militar entrem em ação, não mais esperando consenso ou adesão virtuosa, mas apenas obediência.

Nesse contexto, compreende-se o modelo neoliberal como modalidade do capitalismo imperialista que se estabiliza, por meio de recursos precários e temporários, em meio a um ambiente de permanente instabilidade. O sistema do capital segue sobrevivendo e se adaptando – se transformando e se radicalizando – em meio às sucessivas e multifacetadas crises que caracterizam o neoliberalismo.

Trata-se de um processo que não parece encontrar saída econômica, social e politicamente sustentável nos termos apresentados pelo social-liberalismo dos anos 2000. Desde a crise mundial de 2008 e seus desdobramentos, as classes dominantes avançam radicalmente com seus arranjos econômicos ultraliberais por todo o mundo capitalista, retomando sob diversas formas seu receituário ideal (com variações entre o centro e a periferia) e retirando elementos que cumpriam a função de amortecimento político da luta de classes. Ao mesmo tempo, recrudescem suas formas de dominação, que não abdicam de instrumentos ideológicos para cooptação e criação de consensos entre os subalternos, mas fortalecem seus elementos de força e coerção. A sociedade capitalista já não pode mais conviver por longos períodos nem mesmo com estruturas políticas que apenas prometem "democracia", "bem-estar" e "progresso" e acabam por entregá-los pela metade. Hoje, o vazio dessas promessas é total. É por isso que avançam formas hiperreacionárias de dominação burguesa, onde a polícia-justiça se materializa como a forma privilegiada e soberana de atuação do Estado na atual conjuntura neoliberal, tendo o medo como seu ingrediente indispensável de adesão subordinada.

Esse conjunto de fatores significa, na prática, alterações na variante neoliberal que Castelo (2013) chamou de social-liberalismo. Aquela que, entre o fim dos anos 90 e a década seguinte, flexibilizou parcialmente o núcleo duro das reformas neoliberalizantes que vinham sendo impostas (ideológica e coercitivamente) desde pelos menos os anos 80 na maior parte do planeta. Na década de 2010, o que se nota no bojo da transformação-radicalização neoliberal é um processo de enfraquecimento da sua variante social-liberal, que passa a ser adaptada às novas condicionalidades sistêmicas pós-2008.

Como todo movimento histórico no capitalismo, essa transformação-radicalização obedece sua lei geral de desenvolvimento desigual e combinado, de forma que avança e se realiza em tempos, intensidades e formas variadas em cada país e região, de acordo com suas particularidades. Essa não uniformidade se dá, entre outros motivos, pelo andamento da luta de classes em cada época e cada local, contribuindo para que o neoliberalismo apresente distintas variantes concretas, nas quais prevalecem diferentes características desse modelo de capitalismo.

1.6 **Variantes neoliberais e luta de classes**

Feita essa caracterização sobre o desenvolvimento capitalista neoliberal sob o ponto de vista econômico e político-estatal, veremos agora com mais detalhes algumas das variações assumidas pelo neoliberalismo em níveis concreto e ideológico. Mais precisamente, busca-se refletir com maior atenção sobre o movimento da luta de classes e suas influências no neoliberalismo. Para tanto, parte-se da ideia de que a história capitalista – portanto, também do período neoliberal em vigor nas últimas décadas – é necessariamente movido e atravessado por variadas expressões e desdobramentos das lutas sociais.

Conforme lembra Castelo (2013, p. 2013), o modo de produção capitalista configura-se "como uma ordem social historicamente determinada em contínuo movimento, fruto das contradições das lutas de classes". Nesse desenvolvimento de longa duração, há uma infinita rede de fatos e acontecimentos que envolvem o ser social em suas dimensões individual e coletiva, bem como em suas relações com o mundo da natureza. Muito embora essa articulação apareça imediatamente como um cenário caótico e aleatório de eventos que se atravessam uns aos outros, há regularidades gerais que podem ser identificadas ao longo da história capitalista. O materialismo histórico-dialético se dedica a captar essas legalidades, no sentido de permitir a compreensão do movimento do real.

Junto das leis econômicas gerais já referidas nesta investigação, a luta de classes foi identificada como um dos fenômenos sociais que fundam e alimentam constantemente as lógicas internas do desenvolvimento contraditório da sociedade burguesa ao longo de toda a sua existência. Nas palavras de Castelo (2013, p. 17), apesar do aparente "caos fragmentado da realidade, a razão dialética determina, na forma de leis gerais do desenvolvimento capitalista, as tendências resultantes das múltiplas interações entre os sujeitos históricos, marcadas por choques de interesses" (CASTELO, 2013, p. 17).

Deste modo, não se trata aqui de ponderar se há ou não lutas e resistências em curso. Sabe-se que elas existem. Como demonstra a história dos trabalhadores, sempre houve e seguirá havendo processos de enfrentamento à ordem capitalista e seus formatos de sociabilidade por vias mais ou menos organizadas, mais ou menos avançadas, a depender das condições concretas (materiais e subjetivas) de cada período. Por vezes, é nos contextos mais dramáticos, nos períodos abertos por crises econômicas, políticas e sociais agudas, que as lutas dos debaixo se reinventam e se radicalizam.

Engels (2010), ao relatar a situação de pauperismo vivida pela classe trabalhadora inglesa na década de 1840 – em muitos aspectos não tão distinta do que as massas trabalhadoras das periferias e semiperiferias vivem no capitalismo contemporâneo –, impressionou-se com suas potentes formas coletivas de resistência e organização. Nessa obra, o autor relata com rigor e entusiasmo a solidariedade internacionalista presente nos bairros operários ingleses, a organização de manifestações políticas em situações de extrema dificuldade e a manutenção de longas greves sustentadas por fundos solidários construídos pelos operários. Descreve táticas para se enfrentar situações de extrema opressão, tal como o cenário degradante de maior exploração vivenciado por mulheres e imigrantes, especialmente de origem irlandesa (ENGELS, 2010). Trata-se tanto de experiências políticas da ordem cotidiana de luta por sobrevivência, quanto daquelas que englobam aspectos mais amplos, conectando pautas imediatas com projetos societários que apontavam para profundas transformações.

Já nesse momento, Engels (2010) percebeu com clareza a capacidade exclusiva dos não-proprietários, aqueles que vivem do seu próprio trabalho como diria Antunes (2009 e 2009a), de promoverem um revolucionamento radical de toda a sociedade, não apenas alterando, mas destruindo a própria estrutura de classes. Como formularia alguns anos mais tarde, no "Manifesto do Partido Comunista" – escrito em parceria com Marx –, os trabalhadores se enquadram como sujeito revolucionário, pois, além de serem os produtores de toda a riqueza social, apenas eles nada têm a perder com o fim da sociedade burguesa, a não ser os seus grilhões. Essas condições fundamentais tornam a classe trabalhadora aquela que detém a

capacidade única de agir em nome da transformação substantiva da totalidade social. É no interior dessa concepção que deve ser compreendida uma das mais famosas frases do Manifesto, quando Marx e Engels (1998, p. 40) afirmam que a "história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes".

Para além do caráter central assumido pelas lutas sociais no movimento da história, há outro elemento suscitado por essa citação. Os autores utilizam a expressão no plural. Eles se referem às "lutas de classes". Essa escolha não foi fortuita. Nas obras de Marx e Engels, a classe trabalhadora assume formas concretas e históricas muito diversas. Isso significa perceber que o fenômeno não pode ser considerado como uma luta unidimensional, isto é, restrita à esfera econômica. Ao contrário, a luta de classes se expressa em distintas esferas da vida e se materializa em variados formatos. Foi Domenico Losurdo (2015) quem nos ajudou a perceber essa dimensão do pensamento marxiano e engelsiano.

> A passagem do singular ao plural deixa claramente entender que aquela entre proletariado e burguesia é apenas uma das lutas de classes e que estas, cruzando em profundidade a história universal, não são de modo nenhum característica exclusiva da sociedade burguesa e industrial. […] Portanto, não são apenas as "lutas de classes" a ser declinadas ao plural, mas também as "formas" que elas assumem nas diversas épocas históricas, nas diferentes sociedades, nas diferentes situações concretas que progressivamente surgem. Quais são as múltiplas lutas de classes, ou seja, as múltiplas configurações da luta de classes? (LOSURDO, 2015, p. 16)

A despeito das teses que inundaram o fim do século XX e o início do XXI sobre um suposto desaparecimento da classe trabalhadora – com isso, seria também o fim do próprio trabalho e de quaisquer possibilidades revolucionárias[49] –, a realidade segue dando razão às leituras de Marx e Engels. A luta de classes em suas variadas modalidades é múltipla e está mais viva do que nunca, englobando questões econômicas, políticas e também as mais diversas lutas por reconhecimento nacional, cultural, de etnia, de gênero, de raça, de sexualidade e outros (LOSURDO, 2015)[50].

---

[49] Inúmeras são as fontes que podem ser utilizadas para se aproximar desse debate. Ver mais em Ricardo Antunes, em "Os Sentidos do Trabalho" (2009), e Sérgio Lessa, em "Mundo dos Homens" (2003).

[50] Feita a consideração quanto à necessária pluralidade das configurações que a luta assume ao longo do desenvolvimento histórico, registra-se que esta pesquisa optou pela utilização da expressão "luta de classes". Na esteira da interpretação de Losurdo (2015), nossa opção não ignora as múltiplas formas de existência que compõem o universo da classe trabalhadora. No entanto, justifica-se pela escolha de realçar a ideia de que as diversas lutas sociais, muito embora possuam elementos, tendências e formatos diferenciados entre si, são invariavelmente atravessadas pela questão da classe. Quando se fala "classe", refere-se a uma noção de unidade na e da diversidade: uma categoria que, devido às condições concretas e multifacetadas da própria classe, é necessariamente integrada por múltiplas formas concretas que se desdobram em também múltiplos formatos de lutas sociais. Nesses termos, a expressão luta de classes remete e dá destaque a um todo heterogêneo e diverso, mas coerente: a classe trabalhadora. A opção pela expressão no singular, portanto, valoriza a ideia de que a classe é o resultado da síntese de múltiplas particularidades. Ao mesmo tempo, é justamente em suas particularidades que se expressa o universal da classe. Nas palavras de Losurdo (2015, p. 105-106), "fica evidente o caráter inadequado e equivocado da leitura meramente economicista da teoria marxiana do conflito.

Portanto, sabe-se perfeitamente que a classe trabalhadora está permanentemente em luta em múltiplos frontes. O que nos preocupa mais precisamente é compreender como essas lutas têm impactado, no decorrer do período neoliberal, nas ideias e nas formas concretas desse modelo de capitalismo. Não há condições de realizar nesta pesquisa um inventário pormenorizado das lutas sociais ao longo das últimas décadas. Por razão dessa limitação, optou-se por estudar as expressões político-ideológicas que se efetivaram como diferentes variantes neoliberais ao longo do tempo. Tendo as movimentações no terreno da luta de classes e o desenvolvimento histórico do próprio capitalismo como base analítica primordial, revelam-se ao menos quatro variações neoliberais relativamente distintas daquele receituário ideal já referido no Capítulo 4.

A primeira é a variante neoliberal encarnada pela social-democracia, especialmente a partir do fim dos anos 1970, período em que essa família político-ideológica se vê profundamente afetada por uma conjuntura contrarrevolucionária em âmbito global e por uma crise geral das esquerdas. Nesse período, a social-democracia manifestou um recuo tão drástico em seus horizontes programáticos que chegou a se confundir com seus principais adversários. Assim, mesmo em países nos quais a social-democracia manteve força eleitoral e a direita neoliberal não alcançou imediatamente o governo, parte considerável do novo receituário do capital foi capaz de avançar e se impor na prática. A segunda variante se trata do neoliberalismo possível de transitar na Europa ocidental no pós-guerra. Essa vertente, conhecida como ordoliberalismo, não chegou a se firmar como programa político em realidades nacionais naquele momento – que na época eram hegemonizadas pelo modelo keynesiano-fordista –, mas influenciou desde o berço o projeto de integração continental, contribuindo para o rebaixamento ideológico social-democrata iniciado no fim dos 70 e sedimentando as bases de uma União Europeia plenamente neoliberal, tal qual se conhece desde Maastricht.

A terceira variante é o neoliberalismo de tipo social-liberal, que ganhou força da segunda metade dos anos 90 até o fim da década seguinte no bojo das variadas propostas que prometiam uma "terceira via". Foi um momento em que a intensidade das lutas sociais

---

O que está em jogo na luta de classes? Os povos submetidos, o proletariado e as classes subalternas, as mulheres submetidas à escravidão doméstica, esses sujeitos tão diferentes entre si podem apresentar as mais diversas reivindicações: a libertação nacional; a abolição da escravidão propriamente dita e a conquista das formas mais elementares de liberdade; melhores condições de vida e de trabalho; a transformação das relações de propriedade e de produção; o fim da segregação doméstica. Os sujeitos são diferentes, e igualmente diferentes são os conteúdos da luta de classes; todavia podemos identificar o denominador mínimo comum: no plano econômico-político, ele é constituído pelo objetivo da modificação da divisão do trabalho (no plano internacional, no âmbito da fábrica ou no da família); no plano político-moral, pelo objetivo da superação dos processos de desumanização e reificação que caracterizam a sociedade capitalista, pelo objetivo da obtenção do reconhecimento".

contrárias ao receituário ideal se elevou, influenciando também alguma alteração naquela adesão subordinada da social-democracia à hegemonia neoliberal. A quarta e mais recente variante seria o neoliberalismo reacionário, que gradativamente passou a prevalecer da crise de 2008 em diante, momento em que a variante social-liberal passa a perder força e, ao mesmo tempo, o receituário neoliberal volta a se radicalizar, retomando seu programa econômico ideal, agregando novas características e assumindo dinâmicas políticas diferenciadas.

Antes de seguir, cabem três ressalvas. Em primeiro lugar, é necessário dizer que as diferenciações das variantes em relação ao receituário ideal se apresentam essencialmente na forma e não no conteúdo. São modalidades que se diferenciam daquele receituário sem abandonar seus fundamentos basilares. Ou seja, todas compartilham o dogma da "flexibilização" total da vida e da ideia de que o mercado seria o mais adequado espaço de mediação das relações sociais em todas as suas dimensões. Ao mesmo tempo, apesar de não entrarem em contradição absoluta com as reformas que recaíram sobre as esferas da produção e da reprodução social, as realizam em formatos, combinações, tempos e ritmos diferenciados, sempre em consonância com cada contexto histórico-social em específico. Assim, cada variante particular revela o universal presente no receituário ideal e, ao mesmo tempo, diferencia-se dele na medida em que responde às oscilações da história. Em segundo lugar, são variantes cujas linhas divisórias entre si não são rígidas. Elas certamente se mesclam na realidade concreta, prevalecendo uma(s) sobre a(s) outra(s) a depender de cada conjuntura. Quando estudadas no bojo do movimento histórico do capital e da evolução da luta de classes, é possível perceber suas nuances e especificidades, mas também suas correlações e complementaridades.

1.6.1 Social-democracia na história

A social-democracia se enquadra como uma importante vertente política-ideológica que permeia a tradição de lutas empreendidas pelos trabalhadores desde a segunda metade do século XIX até os dias de hoje. Do ponto de visto teórico, seria possível encontrar os fundamentos do que ficou conhecido na história enquanto social-democracia em autores como Eduard Bernstein (1982 e 1997) e Karl Kautsky (1934 e 1946). Em linhas gerais, entende-se o pensamento e os projetos políticos desse campo como aqueles que se preocupam com a questão social[51] e

[51] Segundo Marilda Iamamoto (1999), a questão social pode ser definida como "o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. […] Ao mesmo tempo em que a questão social é

objetivam promover bem-estar, distribuição de renda, garantia de direitos sociais e alargamento da participação política por meio de reformas progressistas no âmbito da atuação estatal, viabilizadas pelo jogo formal e eleitoral da democracia-liberal com base na perspectiva de conciliação entre capital e trabalho.

Há, evidentemente, formatos sociais-democratas que respondem a conjunturas locais e ao próprio movimento geral do capitalismo. De forma sintética, pode-se dizer que suas tendências mais avançadas avaliam que, no limite, um projeto desse tipo seria capaz de promover pacífica e gradativamente transformações qualitativas da sociedade capitalista, por meio do progressivo acúmulo das referidas reformas econômicas, políticas e sociais. Trata-se, portanto, de um movimento que busca, por meios pacíficos e negociados entre dominantes e dominados, construir mediações entre as modificações possíveis de serem realizadas no presente e ambições por transformações substantivas no futuro.

Essa é uma forma possível de conceber a social-democracia. Entretanto, é uma definição estática e generalizante, de modo que não revela as origens e as modificações desse espectro político-ideológico ao longo da história. No sentido de enriquecer nosso debate, é possível identificar ao menos quatro momentos distintos na história social-democrata enquanto movimento político-ideológico: o período embrionário, marcado por sua origem de classe pequeno-burguesa na Europa ocidental em meados do século XIX; o período socialista, caracterizado pela ascensão como movimento de massas e pelas disputas internas entre revolucionários e reformistas (revisionistas), ocorrido do fim da década de 1870 até a Primeira Guerra Mundial; o período reformista, que iniciou com o racha entre revisionistas e comunistas nos anos 1910 e atingiu seu auge no pós-guerra, com a consolidação – sobretudo em países capitalistas avançados – de projetos políticos mais ou menos bem-sucedidos de conciliação de classes e gestão progressista do Estado; o período de definhamento político-ideológico em vigor ao menos dos anos 1980 até os dias de hoje, desenvolvido no bojo da hegemonia neoliberal como modelo predominante no capitalismo. Vejamos essa trajetória com mais atenção.

Embora ainda restritas do ponto de vista teórico, político e geográfico, encontram-se referências à expressão “social-democracia” ainda nas décadas de 1840 e 1850, especialmente na França. Naquele período embrionário, é visível a origem pequeno-burguesa do movimento social-democrata. Textos de Marx e Engels da época fazem menção a essas primeiras experiências político-partidárias, bem como às proximidades e diferenciações em relação ao movimento operário comunista (também recém-nascido).

---

desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1999, p. 27-28).

> Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento. Aliam-se na França ao partido social-democrata contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de criticar a fraseologia e as ilusões legadas pela tradição revolucionária. (MARX; ENGELS, 1998, p. 68)

Em nota adicionada à edição inglesa de 1888 do Manifesto, Engels (1998) destaca o ecletismo político-ideológico existente no movimento em seu nascedouro: o "nome social-democracia significava, para aqueles que o criaram, a parte do Partido Democrático ou Republicano com tendências mais ou menos socialistas" (ENGELS, 1998, p. 68). Marx (2011), por sua vez, ao analisar a conjuntura francesa em "O 18 de brumário", procurou esclarecer as bases concretas daquele ecletismo: a origem de classe da social-democracia era pequeno-burguesa.

> O caráter peculiar da social-democracia se resumia aos seguintes termos: reivindicavam-se instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia. Quaisquer que sejam as medidas propostas para alcançar esse propósito, por mais que ele seja ornado com concepções mais ou menos revolucionárias, o teor permanece o mesmo. Esse teor é a modificação da sociedade pela via democrática, desde que seja uma modificação dentro dos limites da pequena-burguesia. Basta não cultivar a ideia estreita de que a pequena-burguesia tenha pretendido, por princípio, impor um interesse egoísta de classe. A social-democracia acredita, antes, que as condições específicas da sua libertação constituem as condições gerais, as únicas nas quais a sociedade moderna pode ser salva e a luta de classes evitada. (MARX, 2011, p. 62-63)

Contudo, em meio às crescentes lutas sociais que marcaram o fim do século XIX, o movimento social-democrata ganhou gradativamente mais força e se consolidou no continente europeu. Nesse novo contexto, alterou sua marca embrionária na medida em que foram criados partidos social-democratas orientados não exclusivamente pela linha de um socialismo pequeno-burguês de tipo lassaliano ou, mais tarde, com a marca de Bernstein. Também passou a ser influenciado pela tradição revolucionária marxista, cuja base social adquiria perfil de massa e se organizava nitidamente a partir das lutas operárias.

A radicalidade de Marx e Engels nunca ignorou a necessidade de construção de articulações entre o imediato e as perspectivas futuras, entre a materialidade da exploração e opressão de classe e suas condições subjetivas. Na verdade, a adequada calibragem desse nexo é a chave para a construção de qualquer projeto político que se pretenda revolucionário. No próprio "Manifesto", Marx e Engels (1998 e 2006), após uma análise da conjuntura na qual estão inseridos, terminam por defender um conjunto de propostas que não significam o rompimento imediato com a realidade capitalista, mas que tensionam a dinâmica das relações de produção burguesas e o direito de propriedade, por meio de intervenções políticas que dependeriam das condições de cada país. Tratam-se de medidas, "que economicamente

parecem insuficientes e insustentáveis, mas que no decurso do movimento levam para além de si mesmas e são inevitáveis como meios de revolucionamento de todo o modo de produção" (MARX e ENGELS, 2006, p. 47).

Entre abril e maio de 1875, por ocasião do congresso fundacional do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que consolidou a unificação dos antigos partidos "Associação Geral dos Trabalhadores Alemães" e "Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães", Marx (2012) elaborou uma análise daquilo que ficou conhecido como esboço do Programa de Gotha, redigido nas vésperas do congresso pela ala influenciada por Ferdinand Lassalle. A crítica marxiana apontou desvios liberais e revisionistas (denominados como "socialismo vulgar") naquela proposta inicial. Limites que se mantiveram em grande parte no programa final.

Entretanto, o autor não construiu uma crítica demolidora de todo e qualquer projeto reformista a ser empreendido pela classe trabalhadora organizada. Isso seria cair em reivindicações esquerdistas, no espírito da crítica elaborada por Lenin anos mais tarde. Marx (2012) apresentou contribuições no sentido da superação das limitações programáticas e da consolidação daquele movimento de unidade. A preocupação de conectar a contenção dos imperativos capitalistas no presente com a necessidade de superação histórica da sociedade burguesa fazia convergir aqueles grupos com origem de classe e programas políticos distintos, oferecendo uma nova configuração ao movimento social-democrata dali em diante.

Nesse sentido, Marx (2012) defendeu que um programa político revolucionário deve ser, ao mesmo tempo, um objeto pedagógico para o conjunto dos trabalhadores e uma fonte – flexível nas táticas, mas rigorosa nos princípios – de inspiração para o movimento concreto das lutas, estabelecendo mediações entre o presente e o futuro. Por um lado, deveria apresentar o fundamento das críticas às formas de sociabilidade e de produção burguesas e indicar possibilidades de construção de projetos futuros/alternativos. Por outro, deveria estabelecer exigências imediatas às instâncias políticas e econômicas dominantes, de modo que 1) significassem algum ganho imediato de cunho material e/ou moral para o conjunto da classe e que 2) tivessem o potencial de contribuir para o aprofundamento e a evidenciação das contradições inerentes às formas de dominação econômica, política e ideológica da burguesia.

Não parece ser à toa, portanto, que ao longo do Livro I de "O Capital", Marx (2013) analisa positivamente, sob a ótica da realidade objetiva e subjetiva vivenciada pela classe trabalhadora, algumas políticas implementadas pelo Estado com o intuito de regular certas dimensões da exploração do capital sobre trabalho. No capítulo 8, por exemplo, ao analisar as lutas pela regulação de uma jornada "normal" de trabalho, atentando para os diversos ramos da indústria inglesa, o autor aponta os limites da luta política no interior das instituições e por meio

das regras jurídicas burguesas. Ao mesmo tempo, não deixa de reconhecer as qualidades contidas nesse movimento, que tem o potencial de contribuir para o avanço do programa e da consciência dos operários, promovendo também repercussões positivas para além do contexto nacional inglês.

A mensagem dirigida ao ato de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (ou I Internacional), realizado em setembro de 1864, em Londres, também é exemplar. Marx (1982) assinalou que a perseverante luta dos operários ingleses que pressionou as classes dominantes durante décadas e garantiu a promulgação da "Lei das 10 Horas" (*Ten Hour's Bill*), em 1847, significou não apenas a melhora das condições físicas, mentais e morais imediatas dos trabalhadores fabris, mas também foi um golpe contra o domínio cego das leis da oferta e da procura que formam a base da economia política burguesa. Em suas palavras, essa lei "não foi apenas um grande sucesso prático; foi a vitória de um princípio; foi a primeira vez que em plena luz do dia a economia política da classe média [burguesa] sucumbiu à economia política da classe operária" (MARX, 1982, s/p).

No mesmo documento, Marx (1982) relata o que considera ser uma vitória ainda maior. Trata-se das experiências de organização cooperativa de fábricas diretamente pelas mãos de trabalhadores – originadas no germinal sistema cooperativista e utópico de Robert Owen. Apesar das limitações originais, tais movimentos demonstraram com fatos, não apenas argumentos, que a produção industrial tecnologicamente avançada e em larga escala poderia ser realizada diretamente por braços trabalhadores, sem a presença e direção da burguesia e seus capatazes. Essas experiências identificadas por Marx (1982) não contaram com nenhum apoio do Estado. Pelo contrário, foram reprimidas duramente em seus inícios. Mas resistiram e se impuseram, elevando a intensidade da luta de classes e fazendo avançar a consciência programática dos trabalhadores organizados. Assim, somaram-se às leis de regulação da jornada para compor o caldo histórico de lutas da época como experiências que preservavam a autonomia de classe trabalhadora ao mesmo tempo em se utilizavam de brechas políticas no interior do próprio Estado e, assim, tensionavam as relações de produção e de propriedade burguesas.

Em síntese, para Marx e Engels, a defesa de um projeto revolucionário não deve se apresentar necessariamente como a negação de ações em princípio reformistas. Ao contrário, nos parece que, para esses dois intelectuais e dirigentes políticos, um projeto desse tipo deve se preocupar justamente com a relação dialética e com as mediações construídas entre ambos os momentos. Evidentemente, as consequentes relações estabelecidas com instituições políticas e jurídicas burguesas ao longo desse processo deve garantir, no próprio movimento das lutas, a

autonomia das intenções revolucionárias dos trabalhadores, isto é, sua independência de classe. Trata-se, portanto, de não contrapor reforma a revolução, mas de pensar e praticar combinações dialéticas entre reforma e revolução.

Foi com esse espírito que Marx e Engels chegaram até mesmo a admitir que a designação social-democracia fosse assumida pelo movimento operário em geral, o que de fato ocorre em diversos partidos construídos pela classe trabalhadora, como o alemão, o austríaco e o russo, todos influenciados por ideais marxistas. Segundo Bottomore (2001), o nome afirmaria

> […] uma continuidade com as revoluções de 1848, mas sobretudo a intenção de expressar a ideia de que esses partidos, empenhados em acerbar lutas pela democracia política (pelo sufrágio universal e por assembleias eleitas que tivessem poder real em vez de serem simples órgãos consultivos), tinham como meta final a extensão da democracia à vida social como um todo e, em particular, à organização da produção. (BOTTOMORE, 2001, p. 528)

Nesse contexto, o intervalo que vai do fim dos anos 1870 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914) pode ser entendido como período socialista, caracterizado como um momento de disputas no seio do movimento social-democrata. De um lado, estavam os defensores da tese que a luta pelo socialismo deveria ser travada essencialmente via instituições inerentes à democracia burguesa, espaços institucionais que de fato vinham se alargando como resultado direto do avanço das lutas dos trabalhadores. De outro lado, estavam aqueles que defendiam que as lutas socialistas deveriam buscar combinações entre as vias institucional e extrainstitucional, num movimento sempre determinado pelo objetivo estratégico revolucionário. Tais disputas se davam tanto em esferas políticas nacionais quanto em ambiente ampliado, sobretudo no seio da Segunda Internacional, conhecida como Internacional Socialista, que vigorou entre 1889 e 1914 como sucessora da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional (1864-1875).

De acordo com Bottomore (2001, p. 529), independentemente dos problemas e conflitos internos, "até 1914 os partidos social-democratas continuaram a apresentar-se e a ser considerados, de um modo geral, como partidos revolucionários". As principais características da social-democracia neste momento eram sua contraposição à "dominação de classe" e sua ambição pela "emancipação social definitiva da classe operária (que Marx, em seus primeiros escritos, chamou de 'emancipação humana')" (BOTTOMORE, 2001, p. 528). Desta forma, tratou-se de um período no qual a revolução ainda estava na agenda do movimento social-democrata. Mesmo entre os setores reformistas/revisionistas já existentes, era possível dizer que o horizonte socialista e algum nível de ruptura revolucionária com a sociedade burguesa ainda estava presente. Por isso a designação como período socialista.

Na medida em que os partidos social-democratas adquirem dimensões de massa e se fortalecem dentro da institucionalidade burguesa, aquelas disputas ganharam maiores proporções e novos desdobramentos. Conforme o movimento amplia seus espaços parlamentares e seu reconhecimento em nível sindical dentro da ordem burguesa, as ideias revisionistas se reforçavam no seu interior, abrindo ainda mais possibilidades de coalizões políticas que superavam a base social do operariado. Bottomore (2001, p. 529) registra que, na maior parte das interpretações revisionistas, isso se desdobrava numa conclusão: seria uma "necessidade premente" realizar "concessões quanto aos objetivos finais do movimento socialista", devido ao "crescimento numérico da CLASSE MÉDIA" [pequena-burguesia, trabalhadores da burocracia estatal, trabalhadores intelectuais e especializados].

Ao longo da primeira década do século XX e no início dos anos 1910, essas contradições afloraram ainda mais. Grande parte dos esforços dos partidos social-democratas se direcionava para a conquista de reformas parciais plenamente compatíveis com o sistema capitalista, que então se modificava – entrava em sua etapa imperialista e o Estado se ampliava. Tal processo gerava o risco cada vez mais latente de abandono do objetivo estratégico de transição socialista, que vinha sendo substituído pelos efeitos parciais e imediatos de reformas no interior da ordem. Esse problema se apresentava de variadas formas (Bottomore, 2001). A derrota da experiência revolucionária russa de 1905, por sua vez, também serviu para insuflar as teses revisionistas. Ao mesmo tempo, quanto mais vitórias parciais se conquistavam, mais o movimento se distanciava do horizonte socialista. A vitória da tática, nesse caso, era um risco para a própria estratégia.

As fissuras entre revolucionários e revisionistas se alargavam. Enquanto ator político central dos debates que atravessavam o movimento social-democrata nesse período, Lenin escreve o texto "Marxismo e Revisionismo" em 1908. Naquele momento, o revolucionário russo já descrevia da seguinte maneira a ala reformista daquele movimento:

> O complemento natural das tendências económicas e políticas do revisionismo era a sua atitude em relação ao objectivo final do movimento socialista. "O objcetivo final não é nada, o movimento é tudo" - esta frase proverbial de Bernstein exprime a essência do revisionismo melhor do que muitas longas dissertações. A política revisionista consiste em determinar o seu comportamento em função das circunstâncias, em adaptar-se aos acontecimentos do dia, às viragens dos pequenos factos políticos, em esquecer os interesses fundamentais do proletariado e os traços essenciais de todo o regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, em sacrificar estes interesses fundamentais em favor das vantagens reais ou supostas do momento. E da própria essência desta política se deduz, com toda a evidência, que pode tomar formas infinitamente variadas e que cada problema um pouco "novo", cada viragem um pouco inesperada e imprevista dos acontecimentos – embora tal viragem só altere a linha fundamental do desenvolvimento em proporções mínimas e

> pelo prazo mais curto – dará sempre, inevitavelmente, origem a esta ou àquela variedade de revisionismo. (LENIN, 1977e, p. 45)

O ano de 1914 acabou por ser derradeiro: as fraturas se tornaram irreconciliáveis. O apoio realizado pelos principais partidos social-democratas europeus às intenções imperialistas pela deflagração de um conflito bélico de imensas proporções selou o rompimento definitivo entre a ala reformista e a revolucionária. Ao defenderem em seus parlamentos nacionais os créditos de guerra que conduziram a Europa à Primeira Guerra Mundial, os partidos sociais-democratas, ali dirigidos por seus setores revisionistas, produziram um profundo racha no movimento socialista de viés internacionalista que vinha sendo construído desde o fim do século XIX. Os revolucionários viriam a formar o movimento comunista que, impulsionado pela Revolução Russa de 1917, fundaria a Terceira Internacional, a Internacional Comunista, em 1919. Já os reformistas, passariam a hegemonizar definitivamente o movimento social-democrata. Mesmo que em muitos países tenha assumido o nome "socialista" como sinônimo de "social-democracia", passou gradativamente a renegar o marxismo e a retirar o horizonte socialista de seus programas político-ideológicos, ainda que continuasse a defender a ideia de que o acúmulo de reformas progressistas transformaria o capitalismo para melhor.

> […] o apoio que a maioria de seus líderes deu aos seus respectivos governos nacionais por ocasião da Primeira Guerra Mundial e a vitória dos bolcheviques na Rússia fizeram com que passassem a ser denunciados como reformistas no sentido forte da expressão, isto é, de não serem partidos socialistas, por Lenin, pelos partidos comunistas leninistas e pela Internacional Comunista […]. Essa denúncia chegou ao auge durante o período da ascensão do fascismo na Alemanha, quando os social-democratas passaram a ser descritos como "social-fascistas", ou nas palavras de Stalin, como "a ala moderada do fascismo. (BOTTOMORE, 2001, p. 529)

Ao tratar do assunto no *Sotsial-Demokrat* nº 33, órgão de comunicação do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), Lenin (1977b) se referiu à decisão das principais lideranças social-democratas europeias, sobretudo do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), como uma verdadeira traição e golpe de morte contra a Internacional Socialista. Em suas palavras,

> [...] Debido a su comportamiento, los partidos obreros de esos países no se han opuesto a la conducta criminal de sus gobiernos; por el contrario, han exhortado a la classe obrera a identificar su posición con la de los gobiernos imperialistas. Los dirigentes de la Internacional han cometido um acto de traición al socialismo votando los créditos de guerra [...] Los jefes socialistas más influyentes, así como los órganos más prestigiosos de la prensa socialista de la Europa actual han adoptado una posición burguesa chauvinista y liberal, que nada tiene de socialista. (LENIN, 1977, p. 107)[52]

[52] Tradução livre: "Devido a seu comportamento, os partidos operários desses países não se opuseram à conduta criminosa de seus governos; pelo contrário, instaram a classe trabalhadora a identificar sua posição com a dos governos imperialistas. Os líderes da Internacional cometeram um ato de traição ao socialismo votando os créditos da guerra [...] Os líderes socialistas mais influentes, assim como os órgãos mais prestigiados da

De fato, o apoio à guerra imperialista de 1914 sedimentou o fim daquela Internacional e o posicionamento definitivo do movimento social-democrata enquanto espectro político reformista, hegemonizado a partir dali especialmente por linhas derivadas das teses revisionistas de Eduard Bernstein, reforçadas pela adesão posterior de figuras como Karl Kautsky[53]. Nesse processo de fissura da articulação anticapitalista internacional, entre reformistas (social-democratas) e revolucionários (comunistas), é importante notar que a trajetória do movimento social-democrata europeu se configurou como um dos elementos que compuseram o contexto de ascensão da extrema-direita nazifascista nos anos 1920.

Já na sequência da Primeira Guerra Mundial, inicia-se o período designado como reformista. A efetivação da hegemonia reformista já era visível desde o nascedouro desse terceiro momento da história social-democrata. Entretanto, tratou-se de um processo gradual, com tempos e intensidades distintas a depender de cada realidade nacional. Foi um momento de crise e desconfianças profundas no seio daquele movimento, ambiente muito influenciado também pelo período do entre guerras, marcado pela ascensão nazifascista em variados países do continente europeu e pela crise capitalista iniciada em 1929. Concordando com Bottomore (2001), pode-se dizer que a social-democracia reformista consolidou sua força apenas com o fim da Segunda Guerra, momento no qual a insipiência teórica causada pela ruptura com o maximismo encontrou porto seguro nas teses econômicas que o keynesianismo oferecia e na articulação entre esse e a proposta de construção de um Estado social.

> A partir de 1945, o significado da expressão social-democracia voltou a modificar-se sob certos aspectos. Alguns partidos que eram inicialmente marxistas e afirmavam seus objetivos revolucionários renunciaram explicitamente a tais objetivos e se

imprensa socialista na Europa de hoje, adotaram uma posição burguesa chauvinista e liberal, que não tem nada de socialista nela".

[53] Houve ao longo do século XX um intenso debate acerca das origens teórico-filosóficas do reformismo/revisionismo no interior do movimento social-democrata. Não nos cabe incursões alongadas nessa matéria. Cabe, entretanto, registrar que nessas discussões houve até mesmo aqueles que, por meio de contorcionismos argumentativos, depositassem na conta de Engels o impulso inicial do revisionismo social-democrata, tal como o intelectual italiano Lucio Colletti (1974). Por outro lado, entre análises mais acuradas sobre o tema, é certo que as origens desse desvio ideológico devem ser buscadas, na verdade, nas condições materiais daquele fenômeno, movimento que acabou influenciando ideologicamente importantes figuras social-democratas do fim do século XIX e início do XX, tais como Eduard Bernstein e posteriormente Karl Kautsky. Nesse sentido, alinhamo-nos às interpretações de Paul Kellog (1995). Em suas palavras, "[…] não temos que distorcer e nuançar o último artigo de um velho revolucionário para descobrir como estas ideias se perderam. Porque distorcido e nuançado ele teve de ser para que fosse possível converter o velho Engels no predecessor de Bernstein. A raiz de Bernstein, contudo, não está em Engels, mas na realidade material da prática cotidiana da Social Democracia europeia (em especial a alemã). […] As 'condições de existência material" da social-democracia alemã, as 'relações sociais e a vida social' dos membros do Partido haviam se transformado, daquelas estruturadas para a luta clandestina, para as da prosperidade aberta e legal. E pela análise dessas mudanças na existência material – em conjunção com a critica *à la* Colletti do pensamento marxista da época de Bernstein – que a raiz do revisionismo pode ser encontrada. O foco pode ser retirado dos escritos censurados de Engels e voltados para onde, segundo a análise marxista, mais propriamente devem estar: as relações sociais e a vida social" (KELLOG, 1995, p. 106).

> transformaram, de partidos da classe operária que eram, em "partidos populares" – notadamente o partido alemão (SPD) em sua conferência de Bad Godesberg em 1959 – ao mesmo tempo em que adotavam linhas políticas que, no essencial, visam apenas a um "capitalismo reformado" e a uma "economia mista. (BOTTOMORE, 2001, p. 529)

Ainda que muitos partidos dessa família política continuem adotando o nome socialista, a verdade é que, no período reformista, saiu de cena o horizonte da ruputra-transição e entraram variados projetos de construção de um capitalismo "humano", regulado por uma espécie de Estado "ético". Adam Przeworski (1985), em sua obra que trata da social-democracia enquanto fenômeno histórico, avalia que, em meados dos anos 1930, momento em que enfrentava sérios desafios, esse movimento encontrou uma política econômica adequada à justificação de sua atuação governamental. Segundo o autor, tratava-se de um modelo político-econômico baseado num conjunto de reformas intermediárias, as quais poderiam ser efetuadas com sucesso nos marcos do capitalismo e que detinham o potencial de oferecer plataformas eleitorais eficazes para distintas realidades nacionais. Em suas palavras, tal ideário se orientava de acordo com a seguinte lógica:

> *Social democrats protect profits from demands of the masses because radical redistributive policies are not in the interest of wage-earners. No one drew the blueprint and yet the capitalist system is designed in such a way that if profits are not sufficient. then eventually wage rates or employment must fall. […] This is why social democrats trade off the abolition of private property of the means of production for cooperation of capitalists in increasing productivity and distributing its gains. This is why social democrats not only attempt to reproduce capitalism but struggle to improve it even against the resistance of capitalists.* (PRZEWORSKI, 1985, p. 43)[54]

Em seu livro "*The three worlds of welfare capitalism*", Gosta Esping-Anderson (1990), importante intelectual defensor de uma espécie de "capitalismo de bem-estar", chegou a interpretar que do pós-guerra até a virada neoliberal aqueles programas político-econômicos teriam conseguido efetivar uma onda de "*de-commodification*" – algo como uma "desmercadorização", um processo de retirada da centralidade do mercado no âmbito da vida social. Concordando com Lessa (2013), essa avaliação nos parece, no mínimo, exagerada. Independente de sua precisão, o fato é que a social-democracia encarnou como a expressão político-ideológica preponderante daquele período capitalista – especialmente na Europa ocidental, mas com repercussões em várias regiões do mundo capitalista.

---

[54] Tradução livre: "Social-democratas protegem os lucros capitalistas das demandas exigidas pelas massas porque políticas redistributivas extremas são contrárias aos interesses dos assalariados. Independentemente das vontades dos sujeitos, o sistema capitalista é projetado de tal modo que, se os lucros são insuficientes, logo os níveis de salário e emprego devem eventualmente cair. […] É por isso que os social-democratas trocam a abolição da propriedade privada dos meios de produção pela cooperação com os capitalistas em elevar a produtividade e distribuir os ganhos. É por isso que os social-democratas tentam não apenas reproduzir o capitalismo com também se esforçam por melhorá-lo, mesmo contra a vontade dos capitalistas".

Ao longo da "idade dourada" – forjada sobre a base material do regime keynesiano-fordista –, essa articulação promovida entre o movimento social-democrata europeu, o grande capital monopolista e seus Estados de Bem-estar permitiu a elevação da capacidade de consumo e a efetivação de direitos sociais tendencialmente universais para camadas de trabalhadores assalariados especialmente nos países capitalistas avançados, fruto, sobretudo, dos efeitos de políticas públicas intervencionistas, expansionistas e redistributivas. António Avelãs Nunes (2019, p. 32), denominou essa associação como "consenso keynesiano", somente possível de ter sido efetivado enquanto "fruto do compromisso exigido, depois da derrota do nazi-fascismo, para conseguir o que Wolfgang Streeck chama a 'paz democrático-capitalista': o capitalismo democrático substituiu o capitalismo fascista".

Paralelamente, esse arranjo político, econômico e ideológico não excluía de maneira nenhuma o cenário de exploração econômica e dominação política vivida pelas classes subalternas. Como aponta David Coates (2001),

> […] a classe operária foi incorporada, em posição subordinada, a uma ordem burguesa fortalecida (como na Inglaterra, na Noruega, na Suécia, na Alemanha Ocidental e na Áustria) ou, nas raras ocasiões em que se mostraram mais decididos, como arautos, não do socialismo, mas da repressão violenta dos trabalhadores por Estados capitalistas repressivos, como na Alemanha em 1933 e no Chile 40 anos depois. (COATES, 2001, p. 494)

Fontes (2010, p. 159), por sua vez, reconhece que a social-democracia se estabeleceu como importante força política capaz de exercer mediações entre as pressões populares que se avolumavam, o que era diretamente influenciado pela força de "partidos radicais e comunistas", e as intenções capitalistas no continente, que eram contidas do ponto de vista político-institucional – por governos e coalizões que encarnavam ideais de conciliação de classe e pela força do movimento sindical. Segundo a autora, foi um período que combinou disciplinamento em massa com ampliação de direitos.

> Esse papel mediador seria disputado por outras forças, como a democracia cristã, ou por composições híbridas, que agregavam forte componente de pragmatismo. Em rápido sobrevoo, pode-se dizer que a resultante em médio prazo das intensas lutas sociais nos países europeus foi um disciplinamento fortemente institucionalizado das grandes massas nativas, amparado por significativa ampliação de direitos, sobretudo sociais. (FONTES, 2010, p. 159-160)

É verdade que a conciliação de classes representada pela social-democracia nesse período foi capaz de elevar as condições de vida de parte significativa dos trabalhadores no centro sistêmico. No entanto, o fez em função das necessidades e possibilidades que recaiam sobre o modo de produção em sua era imperialista, já na esteira do pós-guerra e no pós-crise das décadas de 1920 e 1930. Ao mesmo tempo em que necessitava se proteger política,

ideológica e militarmente contra o fortalecimento soviético e o crescente bloco socialista, a classe dominante engendrava novas formas de extração de mais-valia relativa e absoluta, contando com a intervenção decisiva do Estado e com a participação ativa das lideranças do que ficou conhecido como aristocracia operária, movida pelo ideário social-democrata (LESSA, 2013). Essa articulação expôs massas de trabalhadores de localidades periféricas, semiperiféricas e até mesmo certos grupos do centro (imigrantes, negros, mulheres, grupos étnicos específicos, populações originárias, etc.) à intensificação da superexploração da força de trabalho, ferramenta que foi e segue sendo fundamental para a manutenção e reprodução das condições combinadas de desigualdade, dependência e subordinação no interior do mercado capitalista mundial (MARINI, 2008 e 2013; WOOD, 2012 e 2014).

Nesse ambiente, o movimento social-democrata reformista ganhou muita força e aumentou seu peso de massa do pós-guerra até o fim dos anos 70 – sobretudo na Europa Ocidental, mas não só. Um movimento digno de nota desse trajeto histórico de fortalecimento foi a aproximação que partidos comunistas de vários países da Europa capitalista promoveram, especialmente entre os anos 1970 e 1980, em relação a essa social-democracia reformista. Tal fenômeno, teorizado como eurocomunismo, fortaleceu-se em razão de variados fatores. Em especial, destaca-se a associação das vitórias eleitorais alcançadas por partidos social-democratas com os desdobramentos produzidos nos anos seguintes ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)[55]. Muitos desses partidos, como os PCs francês, italiano e espanhol, passaram a ser atraídos pela órbita social-democrata e, nesse processo, gradativamente convergiram com a rejeição a qualquer perspetiva revolucionária. Na interpretação de Bottomore (2001, p. 529), inclinaram-se para "uma reconciliação com a democracia social em seu sentido mais antigo, dando ênfase à importância da democracia e das instituições representativas".

Apesar do afastamento político-programático com o socialismo marxista, era inegável que ideias revolucionárias permeavam o espírito da classe trabalhadora no pós-guerra, mesmo entre as bases social-democratas. Por um lado, por conta do próprio passado desta família política, mas, sobretudo, pela conjuntura mundial daquele período, diretamente influenciada e protagonizada por ideais e movimentos políticos marxistas e nacionalistas revolucionários. Como demonstram os estudos de Prashad (2020) em seu livro "Estrela vermelha sobre o terceiro mundo", aquele ambiente era marcado pela intensificação da luta de classes, pela deflagração

[55] O XX Congresso foi realizado em 1956. Na ocasião, foi apresentado por Nikita Khrushchov, então secretário-geral do partido, o famoso relatório secreto que denunciava perseguições e crimes cometidos durante o período em que Joseph Stalin esteve na liderança do PCUS e do Estado soviético.

de seguidas revoluções, pelo fortalecimento do movimento comunista e pela ascensão das lutas por libertação nacional em quase todo o terceiro mundo, apontando para a derrota final do colonialismo clássico.

Hobsbawm (1995), por sua vez, identifica ainda nos anos 1930 o momento em que as lutas sociais ganharam força, impulsionadas pelo marxismo, sua crítica à economia política burguesa e sua teoria da revolução. Trata-se de um processo que ganhou destaque – inicialmente restrito, mas crescente com o passar do tempo – a partir da Revolução de 1917 e das formulações de Lenin. O autor bolchevique teorizou acertadamente sobre as revoluções no elo mais fraco da corrente e soube associar o socialismo com a questão nacional. Assim, potencializou a ação política coletiva e organizada como elemento impulsionador da *praxis* revolucionária em diversas realidades periféricas que lutavam contra interesses imperialistas ainda manifestados enquanto domínio colonial. Segundo Hobsbawm (1955, p. 171), no "fim da década de 1930, a crise do colonialismo já se espalhara para outros impérios, embora dois deles, o italiano (que acabava de conquistar a Etiópia) e o japonês (que tentava conquistar a China), ainda se achassem em expansão, se bem que não por muito tempo".

O elemento que completou esse ciclo detonador de grandes transformações foi a Segunda Guerra Mundial, seguida pela explosão de lutas independentistas e revoluções socialistas: o "que transformou a situação foi a Segunda Guerra Mundial. Embora tivesse sido mais que isso, foi também uma guerra interimperialista, e até 1943 os grandes impérios coloniais estavam do lado perdedor" (HOBSBAWM, 1995, p. 171). Esse processo se expressou na América Latina com o crescimento das lutas populares (sindicais, por liberdades políticas, pela terra, por direitos, etc.) e o fortalecimento de partidos comunistas e nacionalistas, culminando em diversos governos desenvolvimentistas e na revolução cubana, em 1959. Na verdade, suas repercussões eram fortes em todas as regiões do planeta.

> Não surpreendentemente, os velhos sistemas coloniais ruíram primeiro na Ásia. A Síria e Líbano (antes franceses) se tornaram independentes em 1945; a Índia e o Paquistão em 1947; Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e as índias Orientais holandesas (Indonésia) em 1948. Em 1946, os EUA concederam status formal de independência às Filipinas, que haviam ocupado desde 1898. O império japonês, claro, desaparecera em 1945. O Norte da África islâmico já estava abalado, mas ainda se segurava. A maior parte da África Central e Setentrional, e as ilhas do Caribe e Pacífico permaneciam relativamente calmas. Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra,

> até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial. (HOBSBAWM, 1995, p. 172)

Foi exatamente nesse caldo histórico do pós-guerra, de intensificação da luta de classes, em que a social-democracia reformista ganhou força e efetivou seus variados projetos de conciliação entre capital e trabalho em variados países, sobretudo na Europa ocidental. O capital e seus representantes se viam, pela primeira vez em sua história, verdadeiramente ameaçados em nível global. Tratou-se de um ambiente econômico-político-ideológico fértil para se arrancar compromissos do capital perante o trabalho, base material sobre a qual o movimento social-democrata se firmava.

Entretanto, a social-democracia enfrentava uma contradição aparentemente insuperável: ao mesmo tempo que somente se afirmava no centro sistêmico devido ao concomitante crescimento dos movimentos comunista e terceiro-mundista em outras regiões (fator decisivo para a elevação quantitativa e qualitativa das lutas sociais), necessitava, como requisito mesmo de sua sobrevivência política, diferenciar-se dessas alas revolucionárias. Perante tal encruzilhada, a progressiva marginalização do referencial revolucionário em suas bases teórico-organizativas não apenas afastava cada vez mais o horizonte socialista, como estimulava a adesão ainda mais estéril no interior da ideologia burguesa dominante. Esse movimento era uma espécie de cartão de visitas social-democrata, que se autoapresentava como campo pacifista e sensato, contrapondo-se às alternativas à sua esquerda – implícita ou explicitamente taxadas como infantis, irresponsáveis e autoritárias. Na prática, eram os partidos social-democratas que, prisioneiros de linhas teórico-políticas cada vez mais revisionistas e inofensivas, perdiam potência e se dobravam aos limites capitalistas. Sem um arsenal analítico e prático capaz de compreender e apontar as contradições da sociedade burguesa, a social-democracia perdia pouco a pouco sua capacidade de tensionamento progressista.

> Embora popular, o reformismo não deixa de ter seus problemas, dos quais os mais graves são a propensão, que parece inexorável, dos partidos reformistas a escorregarem do empenho na luta pelo socialismo para a busca menos árdua de reformas sociais e de vantagens eleitorais dentro do capitalismo e as dificuldades que até mesmo os reformistas mais decididos enfrentam para desmantelar gradualmente o capitalismo sem precipitar a violência reacionária. (COATES, 2001, p. 494)

Na medida em que se tornava governo em variados países, a social-democracia passava a sofrer um processo de intenso desgaste interno e na opinião pública. Esse contexto se agrava quando se conjuga à conjuntura iniciada nos anos 1970, marcada pelo encontro de duas crises: (1) a crise de superacumulação de capital que deu impulso à ofensiva neoliberal e (2) a crise do socialismo real, que ficaria ainda mais clara na década seguinte, mas já apresentava indícios de

sua erupção desde pelo menos os anos 60 (Netto, 1995). Muito embora a crise do campo socialista, que arrastou consigo também o movimento terceiro-mundista, não possa ser interpretada como a crise do socialismo em si[56], essa foi a interpretação predominante na maior parte dos círculos políticos e intelectuais ocidentais, desde as teses sobre o "fim da história" (FUKUYAMA, 1992; ANDERSON, 1992) até aquelas que passaram a defender explicitamente o fim das classes, do trabalho, da verdade, das grandes narrativas e de qualquer horizonte de transformação social (NETTO, 1995; WOOD, 1995; FOSTER, 1999; ANTUNES, 2009). Quando esses efeitos se combinam com o próprio movimento do capital em sua ofensiva neoliberalizante que atingia corações e almas, parafraseando Thatcher, seus impactos se mostram profundos em todo o campo de esquerda.

No caso da social-democracia, esse caldo histórico ofereceu argumentos que reforçavam sua adesão subordinada às lógicas capitalistas. Iniciou-se ali seu período de definhamento político-ideológico, em vigor claramente dos anos 1980 até os dias de hoje. Przeworski (1985) nos auxilia a perceber que parte significativa das razões desse processo podem ser identificadas no próprio modelo político-econômico adotado pelo movimento social-democrata, o qual já vinha, no âmbito do período reformista, abdicando gradativamente das intenções por reformas no sistema econômico do capital monopolista e assumindo a função de meramente mitigar efeitos extremados de sua operação. Assim, o autor percebe que, na medida em que assumia o compromisso de assegurar a propriedade privada dos meios de produção com o intuito de garantir ao mesmo tempo eficácia econômica e efeitos distributivos, a social-democracia passava pouco a pouco a renegar seu próprio reformismo.

> *Reformism always meant a gradual progression toward structural transformations; refomtism was traditionally justified by the belief that reforms are cumulative, that they constitute steps, that they lead in some direction. The current policy of social democrats by its very logic no longer permits the cumulation of reforms. The abandonment of reformism is a direct consequence of those reforms that have been accomplished. […] Mitigation does not become transformation: indeed, without transformation the need to mitigate becomes eternal*. (PZREWORSKI, 1985, p. 40-41)57

---

[56] "A crise global do 'campo socialista' é a crise das instituições econômico-sociais e políticas construídas durante a criação, no marco pós-revolucionário, das estruturas urbano-industriais. Não é, portanto, a crise do projeto socialista revolucionário, nem a infirmação da possibilidade da transição socialista: é a crise de uma forma histórica precisa de transição, a crise de um padrão determinado de ruptura com a ordem burguesa – justamente aquela que se erigiu em áreas em que esta não se construíra plenamente" (NETTO, 1995, p. 23).

[57] Tradução livre: "O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção às transformações estruturais; tradicionalmente o reformismo era justificado pelo entendimento de que as reformas eram cumulativas, que constituem passos que conduzem a algum lugar. A política atual dos social-democratas pela sua própria lógica não permite mais a acumulação de reformas. O abandono do reformismo é consequência direta das próprias reformas executadas. […] A mitigação não se converte em transformação: de fato, sem transformação o ato de mitigar se torna eterno".

Nunes (2019a e 2019b), ao estudar a história social-democrata na Europa, denomina esse movimento como a "neoliberalização da social-democracia", processo que se desenrola no bojo da substituição do consenso keynesiano pelo consenso de Washington.

> Nas novas condições de finais da década de 1970, os dirigentes do capitalismo mundial entenderam que a correlação de forças permitia que não continuassem a pagar o preço daquele compromisso, ao mesmo tempo que a salvaguarda das margens de lucro exigia um reforço da exploração capitalista, com sacrifício dos rendimentos e dos direitos dos trabalhadores. E os sociais-democratas europeus não quiseram perder o comboio da História e assumiram, como verdadeiros neófitos, os seus deveres como gestores leais ao capitalismo. Talvez tenha começado aqui o processo de neoliberalização da social-democracia. Nesse contexto, o Consenso Keynesiano foi substituído pelo chamado Consenso de Washington, que 'codifica' a nova estratégia de clara inspiração neoliberal […]. (NUNES, 2019b, p. 32)

Na avaliação do autor, esse movimento de neoliberalização da social-democracia é ainda mais intenso e problemático do que sua aproximação anterior ao keynesianismo, pois significou sua adesão às lógicas e práticas de construção do que o autor chama de Estado regulador, sua caracterização quanto à forma estatal típica do neoliberalismo[58]. Em suas palavras,

> […] a doutrina dominante na social-democracia europeia de hoje está muito mais perto das concepções neoliberais do que do keynesianismo. Dentre outros motivos, porque "o estado regulador (o pseudo-estado regulador ou estado pseudo-regulador), ao confiar a regulação a agências ditas independentes, é a negação do estado keynesiano (estado intervencionista, estado econômico, estado empresário, estado social). (NUNES, 2019b, p. 40)

Dos anos 1970 em diante, tanto o capitalismo se recrudesceu, quanto a luta de classes se enfraqueceu. Por um lado, nota-se nesse período recente o avanço histórico das estruturas inerentes ao capitalismo imperialista, o qual, de crise em crise, vem aprofundando seus níveis de exploração sobre o trabalho e de violência em suas formas de dominação política, vide a disseminação global da ofensiva neoliberal, moldada a cada realidade local e regional. Por outro lado, houve um profundo retrocesso de projetos revolucionários (e mesmo dos reformistas) por todo o mundo, de forma que exploradores passaram a se ver cada vez menos obrigados a negociar com explorados, justamente porque sua soberania deixou de se ver ameaçada. Segundo Nunes (2019b), deste caldo histórico nasceu uma nova conjuntura global que segue em curso até hoje, ainda que revele características específicas em cada localidade e que tenha passado

[58] Essa concepção se aproxima da ideia de Estado Servidor (GURGEL e JUSTEN, 2011; GURGEL, 2014). Nunes (2013b e 2019), contudo, destaca especialmente o papel exercido, no âmbito da ordem capitalista neoliberal, por uma miríade de agências que pseudo-regulam as atividades de mercado em níveis nacional, regional e internacional, quando, na verdade, simplesmente operam em termos gerais os interesses do capital e suas exigências por valorização.

por modificações internas: um ambiente eminentemente contrarrevolucionário em níveis econômico, político e ideológico.

> Iniciava-se o reinado do grande capital financeiro e do pensamento único, produzido e difundido pelos grandes meios de comunicação de massa, controlados pelo capital financeiro e pelos grandes grupos monopolistas. Foi nesse contexto que o neoliberalismo monetarista se transformou na ideologia do império e do pensamento único, com o apoio dos grandes centros de produção ideológica […] (NUNES, 2019b, p. 31)

Sem a contraposição político-ideológica que exercia o grande bloco composto por socialistas e não-alinhados, percebe-se mesmo uma subordinação gradual de social-democratas às ideias neoliberais, de modo que esse movimento enterra – agora sem margem para dúvidas – qualquer perspectiva de "superação do Estado", que passava a ser concebido como um mero "espaço de integração social e intervenção política" aberto a "toda a colectividade" (NUNES, 2019, p. 35). Ao mesmo tempo, abandona-se também qualquer perspetiva de classe, aderindo a "concepções atomísticas da sociedade, que veem nesta um conjunto de indivíduos livres e iguais em direitos, governados por um estado que está acima de todos eles […] apenas preocupado com o *bem comum*" (NUNES, 2019b, p. 36).

Esse conjunto de fatores, desde a conjuntura de crise capitalista até o enfraquecimento da luta de classes em âmbito global e a nítida degeneração político-ideológico das esquerdas, combinam-se no decorrer dos anos 1970 em diante, cimentando um terreno fértil para o "envenenamento da social-democracia europeia pelo neoliberalismo, tornando-a incapaz de fazer a crítica deste capitalismo da era da globalização neoliberal (da 'globalização imperialista')" (NUNES, 2019b, p. 40). Não se trata de um diagnóstico restrito ao cenário europeu, mas é precisamente por lá que seus efeitos adquirem contornos mais nítidos, justamente por ser o berço daquele movimento político.

Em síntese, é nesse contexto que os pensamentos e as práticas social-democratas passam a se subordinar à hegemonia neoliberal. Explicitamente, passam a convergir com uma das ideias-chave que marcam o processo de neoliberalização europeu: a chamada "economia social de mercado". Segundo Nunes (2019b, 36), trata-se de uma percepção de que a economia capitalista poderia se assentar numa espécie de "concertação social (que se pretende substituta da luta de classes) entre parceiros sociais (que substituem as classes sociais) em busca do bem comum", tendo o estado, "com ares paternalistas, mas sempre amigo do capital, a arbitrar a concertação". Como veremos na próxima seção, essa ideia-chave teve origem no processo de nascimento do neoliberalismo e ganhou força em sua disseminação com características europeias.

1.6.2 Ordoliberalismo

Ao se tratar do neoliberalismo na Europa, dois fenômenos se atravessam e surgem como processos importantes para se compreender a história das influências dessa matriz econômica, política e ideológica naquela região: o próprio nascimento da doutrina neoliberal e o trajeto de integração continental.

No livro "A nova razão do mundo", Pierre Dardot e Christian Laval (2016) refletem sobre as contradições e as disputas vivenciadas no seio do liberalismo, doutrina compreendida como a ideologia que expressa por excelência o espírito do capital e suas mudanças no decurso histórico. Segundo os autores, o liberalismo já exibia fissuras e graves conflitos internos desde ao menos a segunda metade do século XIX, processo que se agravaria ainda mais com a consolidação do imperialismo, da virada para o século XX até o entre guerras. Essa crise do pensamento liberal conduziu ao desenvolvimento de duas vertentes teóricas e práticas ainda no fim do século XIX, as quais amadureceram ao longo do século seguinte, cada qual ao seu tempo e com suas próprias características (CASTELO, 2013; DARDOT e LAVAL, 2016). A primeira assumiria formas de um liberalismo reformador, expressando-se de modo contundente no pós-guerra, tendo como base material o regime keynesiano-fordista e a conciliação de classes daí resultante. Já a segunda, a que mais nos interessa agora, seria aquela responsável pela fundação do "neoliberalismo", que ganharia corpo teórico e político mais sólido a partir dos anos 1930 e se tornaria hegemônico dos 70 em diante.

Em sua recuperação da história que marcou a segunda vertente originária da crise do liberalismo, Dardot e Laval (2016) identificam no Colóquio Walter Lippmann, realizado ao longo de cinco dias em Paris, em 1938, o momento definidor das bases teórico-políticas sobre as quais se desenvolveu o neoliberalismo a partir dali. Participaram daquele encontro intelectuais de variadas partes do mundo, como o próprio Walter Lippmann, Fredrich Hayek, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke, Alexander Rustow, Raymond Aron, dentre outros. De modo geral, esses autores interpretavam a crise do liberalismo clássico como um movimento endógeno, ou seja, estimulado principalmente por equívocos do próprio pensamento liberal. O principal desvio teria relação com uma percepção naturalista a respeito do *laissez-faire*. Nove anos mais tarde, esse movimento de renovação liberal ganharia ainda mais corpo com a Sociedade *Mont Pèlerin*, importante organização política e de disseminação ideológica fundada em abril de 1947 na Suíça. Nessa fundação, para além de Hayek, Mises e Röpke, que já estavam desde a iniciativa anterior, juntaram-se mais nomes, como Karl Popper, Milton Friedman, George Stigler e Frank Knight.

> A criação da Sociedade *Mont-Pèlerin*, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann. […] a Sociedade de *Mont-Pèlerin* aparece como um prolongamento da iniciativa de 1938. Um dos seus pontos em comum, que não foi de pouca importância para a difusão do neoliberalismo, é o seu cosmopolitismo. O Colóquio Walter Lippmann é a primeira tentativa de criação de uma "internacional" neoliberal que se prolongou em outros organismos, entre os quais, nas últimas décadas, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos. Outro ponto, em comum é a importância que se dá ao trabalho intelectual de refundação da doutrina para melhor assegurar sua vitória contra os princípios adversários. […] destilando-se em seguida em algumas centenas de *think tanks* que difundirão a doutrina ao redor do mundo. O neoliberalismo vai desenvolver-se segundo várias linhas de força, submetendo-se a tensões das quais devemos reconhecer a importância. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 71-72)

Segundo Dardot e Laval (2016), aquilo que foi uma palavra de ordem contundente no período de revolucionamento liberal contra o antigo regime – devido às suas características negativas – passou a ser compreendido como um dogma inviolável que, na prática, impedia os liberais de agirem segundo a governamentalidade exigida pela ordem social burguesa na conjuntura do início do século XX. De acordo com tal percepção, o liberalismo clássico teria estreitado o conjunto daquela doutrina que um dia fora revolucionária. Por consequência, acabava por atrapalhar os liberais em suas relações com as práticas concretas de governo impostas pela dinâmica de sua própria sociedade, fornecendo brechas para a erupção da crise da ideologia liberal e permitindo o surgimento de movimentos contestatórios e revolucionários.

Seguindo a tradição idealista que invariavelmente atravessa toda a matriz liberal, tais autores compreendiam o movimento dos acontecimentos a partir das modificações que aconteciam primordialmente no campo das ideias. Dessa maneira, a crise do liberalismo que se nota no fim do século XIX e toma corpo no início do século seguinte foi entendida como um problema que tinha origem no plano epistemológico. Entretanto, na verdade, somente é possível compreendê-la em sua profundidade quando se inverte os fatores de análise e se toma a materialidade do real como centralidade da interpretação histórica.

A referida crise do pensamento liberal clássico ocorre por conta da impossibilidade da ordem social dominante compatibilizar suas contradições materiais, de maneira que o desenvolvimento das relações de produção burguesas entram em conflito direto com as formas políticas e sociais idealizadas pelo próprio liberalismo. Esses conflitos ideológicos derivam das próprias contradições concretas do modo de produção e se expressam, dentre outros campos, naquela insuperável tensão já observada por Marx (2010) em "O 18 de brumário", entre a forma de dominação política da burguesia e o conteúdo social de sua dominação.

Trata-se de uma contradição fundamental que se nota desde as origens de todas as revoluções burguesas vitoriosas, as quais, após a tomada do poder, são incapazes de harmonizar

a dinâmica de uma sociedade de mercado fundada na exploração da força de trabalho e na acumulação privada da riqueza socialmente produzida com as promessas emanadas pelo liberalismo político, empurrando ao Estado a primordial tarefa de administrar a luta de classes. O momento de consolidação da sociedade burguesa – momento pós-revolucionário – não exigia mais o revolucionamento do antigo regime e a tomada do poder, mas a manutenção daquela nova ordem social fundada sobre a forma-mercadoria e a gestão de suas infindáveis contradições. O palavreado político que marcou sua fase revolucionária, ainda que formalista e limitado, não respondia mais às necessidades e possibilidades de uma sociedade burguesa já consolidada, o que se verifica seguramente em meados do século XIX. Ao contrário, as insígnias liberdade, igualdade e fraternidade colocavam em risco todo o edifício social burguês, pois, nessa ordem social, não podem se estender materialmente para proprietários e não-proprietários de forma indiscriminada. Em rigor, como sublinham Gurgel e Justen (2011), a tão proclamada sociedade livre, igualitária e fraterna somente podia se materializar para as classes dominantes e, apenas em parte, para setores privilegiados da pequena burguesia. Assim, as expressões da crise vivenciada pelo capitalismo concorrencial estiveram para além das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, pois também diziam respeito a um profundo conflito entre as formas econômica, política e ideológica da sociedade burguesa.

No coração desse processo, a luta de classes se intensificava devido à maior organização dos trabalhadores e das camadas oprimidas em geral. O início do século XX ficou marcado pela força da Segunda Internacional e pela subsequente ascensão da Internacional Comunista no bojo da Revolução Russa. Também pela consolidação de sindicatos e partidos operários de massa, sobretudo na Europa, e pela massificação de teorias e práticas de cunho revolucionário, materializadas no socialismo e também no anarquismo. Esse ambiente de lutas impunha uma necessidade de ampliação dos regimes políticos burgueses, que já não podiam se resumir ao papel de "vigia noturno" ou gendarme, para usar os termos de Gramsci. Mas, ao mesmo tempo, essa abertura – uma espécie de socialização da política, como relembra Castelo (2013 – deveria ser vigiada e controlada, sob o risco de fazer ruir a próprio ordem dominante. Desse modo, a forma política burguesa precisou se ampliar para ao mesmo tempo incluir e disciplinar os não-proprietários e suas reivindicações. Essa ampliação se apresentava em diversas áreas, desde a integração nos sistemas eleitorais até o reconhecimento de direitos sociais positivos. Essa foi a base do processo de ampliação do Estado identificado por Gramsci.

Como partes centrais desse ambiente, explodiram a primeira grande guerra imperialista em 1914 e, na década seguinte, a crise econômica aberta em 1929. Em termos econômicos, a

crise capitalista dos anos 30 selou a derrocada dos axiomas liberais clássicos e o fortalecimento daqueles movimentos teóricos e práticos que visavam a refundação liberal. Era a materialidade das contradições emanadas pelo próprio desenvolvimento capitalista – crise econômica, guerras imperialistas, lutas sociais – que empurravam a intelectualidade dominante para a construção de novas articulações teóricas no interior do pensamento liberal. Esse caldo histórico engendrou ramificações doutrinárias, tendo sido o parteiro de distintas respostas para aquela crise: o keynesianismo, o nazi-fascismo e o neoliberalismo.

> No período entreguerras, a crise orgânica do capitalismo resultou em vastos contingentes de desempregados e no aumento da pobreza absoluta e relativa. A promoção do bem-estar social por meio da liberdade econômica dos agentes mostrou-se uma falácia teórica sem comprovação empírica. Todas as hipóteses da teoria neoclássica apontavam inicialmente para uma ordem social harmônica e moralmente justa, caso os mecanismos de mercado fossem livres de qualquer intervenção externa. A realidade insistia, teimosamente, em não se adequar aos modelos neoclássicos, evidenciando as falhas de mercado e a desigualdade entre as classes sociais. Na queda de braço entre teoria e realidade, perdeu a primeira: a teoria econômica tradicional, por força dos fatos e da disputa ideológica com teorias alternativas, foi obrigada a reconhecer os problemas científicos intrínsecos às suas formulações e corrigir certos pressupostos – dentre eles, o do desemprego voluntário. (CASTELO, 2013, p. 23)

Em síntese, o liberalismo se alterava para responder àquela conjuntura que se arrastava desde o fim do século XIX até o entre guerras, e não simplesmente para corrigir eventuais limitações teóricas internas. Com o término da guerra, a derrota do nazi-fascismo e o fortalecimento do bloco socialista, foi o keynesianismo quem se impôs hegemônico dentro da ordem liberal. Mais ou menos de forma simultânea, o neoliberalismo nascia e se movia pelas margens da ideologia dominante. De acordo com Dardot e Laval (2016), foi naquele colóquio de 1938 que surgiu pela primeira vez o termo "neoliberalismo", que expressava, de modo geral, o ideário da maioria dos participantes: era necessário renovar a doutrina liberal sem abdicar do seu núcleo duro centrado em torno do *laissez-faire*. Segundo os autores, duas linhas claramente se formaram naquele momento.

Por um lado, posicionaram-se sobretudo austríacos e estadunidenses que defendiam uma espécie de renovação ortodoxa, isto é, marcada pelo viés da não-intervenção do Estado sobre as liberdades de mercado e pelo aprofundamento dos axiomas liberais. Para eles, o problema não estava exatamente nas leis clássicas, mas na sua má instrumentalização e na baixa radicalidade de sua aplicação. Tendo Hayek como figura proeminente, clamavam por mais liberalismo para o liberalismo clássico. Naquele contexto histórico, essa linha neoliberal, que significava um tipo de programa ideal, manteve-se marginal e com pouca expressão para além do seu próprio círculo. Por outro lado, estavam aqueles que defendiam uma refundação doutrinária com base naquilo que chamaram de "intervencionismo liberal", conforme expressão

utilizada por Rüstow e Truchy na época (DARDOT e LAVAL, 2016). Essa segunda linha, que gradualmente se firmou em brechas do debate público europeu e se autointitulou como ordoliberalismo, foi a vertente neoliberal mais influente durante o pós-guerra, especialmente na Alemanha – única realidade nacional onde o neoliberalismo chegou a ter algum efeito prático naquele período.

Conforme sublinham Dardot e Laval (2016, p. 105), o "ordoliberalismo forneceu a justificativa doutrinal da reconstrução política alemã ocidental, fazendo da economia de mercado a base de um Estado liberal-democrático". Desse modo, funcionou como legitimação intelectual para a reconstrução da Alemanha no pós-guerra e, posteriormente, para a própria integração europeia. Como toda variante neoliberal, procurava se diferenciar do ideário keynesiano e, ao mesmo tempo, combater a tradição marxista e socialista. Sua doutrina assegurava a economia de mercado como centralidade da vida social, mas, diferente dos neoliberais ortodoxos, entendiam que essa deveria ser sustentada por um Estado forte, garantidor da estrutura jurídico-burcocrática necessária a um ambiente de *laissez-faire*.

Como aponta Sylvain Broyer em sua contribuição para o livro "*L'ordolibéralisme allemand*" (2003), a principal preocupação do ordoliberalismo está na perseguição permanente das condições de produção e reprodução da "concorrência perfeita", tendo o Estado e suas ferramentas político-jurídico-burocráticas trabalhando ininterruptamente nesse sentido. Walter Eucken, um dos teóricos mais relevantes do ordoliberalismo, chegou a definir aquilo que seriam os princípios fundacionais de uma ordem jurídica orientada para se alcançar tal estágio de perfeição das liberdades econômicas, são eles: o princípio da estabilidade da política econômica, o princípio da estabilidade monetária, o princípio dos mercados abertos, o princípio da propriedade privada, o princípio da liberdade dos contratos e o princípio da responsabilização individual dos agentes econômicos (EUCKEN apud BROYER, 2003, p. 99)[59]. E como garantir esse nível de organização? Por meio de um sólido enquadramento

[59] Segundo Broyer (2003, p. 98), Eucken "*définit six principes constitutionnels (stabilité monétaire ; politique d'ouverture des marchés ; législation sur les droits individuels de propriété ; liberté de contrat; législation sur les responsabilités des agents économiques; stabilité de la politique économique), ainsi que quatre principes régulateurs (création d'un office de surveillance des cartels ; une politique fiscale directe et progressive afin d'améliorer l'allocation des ressources pouvant être perturbée par la législation ; une surveillance des externalités potentiellement causées par la liberté de plan ; une surveillance particulière du marché du travail étant donné sa forte disparité au fonctionnement d'un marché concurrentiel)*". Tradução livre: "define seis princípios constitucionais (estabilidade monetária; política de mercado aberto; legislação sobre direitos de propriedade individuais; liberdade contratual; legislação sobre as responsabilidades dos agentes econômicos; estabilidade da política econômica), bem como quatro princípios regulatórios (criação de um escritório de monitoramento de cartéis; política fiscal direta e progressiva para melhorar a alocação de recursos que podem ser perturbados pela legislação; monitoramento de externalidades potencialmente causadas pela liberdade de planejamento; monitoramento especial do mercado de trabalho, dada sua forte disparidade em relação ao funcionamento de um mercado competitivo)".

legislativo e uma forte educação social erguida sobre esse quadro legal, em um primeiro nível; e, num segundo nível, "pela ação vigilante de uma polícia dos mercados" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 113).

Para os ordoliberais, os interesses coletivos somente podem ser garantidos por meio do estabelecimento e da reprodução perfeita da concorrência, regida e assegurada pela arquitetura oferecida pelo direito privado (DARDOT e LAVAL, 2016; BLYTH, 2017). Caberia, portanto, ao governo, por meio de uma rede generalista e objetiva de regras que ordenam a vida privada, zelar pela vontade geral – sem nunca pôr em risco a centralidade da concorrência. Nessa perspectiva, a vontade geral ou coletiva é resultado da junção produzida pelas relações concorrenciais – conflituosas e complementares – estabelecidas entre os intermináveis interesses privados que se movem e disputam na sociedade civil. Seguindo o que pode ser entendido como uma interpretação distorcida de Hegel, aqui o Estado se materializaria, em última instância, como o "espírito absoluto" que atua como guardião das vontades individualistas.

Assim, a centralidade de um Estado de direito estaria na salvaguarda do direito privado. É com base nessa lógica argumentativa que o ordoliberalismo defende a construção de um Estado de Direito (privado) capaz de assegurar a dinâmica adaptativa necessária a uma "economia social de mercado", concepção que busca distanciar-se da ideia de Estado de Bem-estar. Como diria Blyth (2017), não seria a garantia da demanda efetiva associada a direitos universais que garantiriam o bem-estar coletivo, como defendiam as teses que combinavam keynesianismo com *welfarismo*. Para ordoliberais, a concorrência seria a base fundacional de todo o crescimento econômico e todo o bem-estar individual.

> Em seu sentido ordoliberal, a expressão economia social de mercado é diretamente oposta à expressão Estado de bem-estar ou Estado social. E 'prosperidade para todos' é uma consequência da economia de mercado e apenas dela, ao passo que os seguros sociais e as indenizações de todos os tipos pagos pelo Estado social – um mal necessário, sem dúvida, mas provisório, que tanto quanto possível deve ser limitado – podem desmoralizar os agentes econômicos. A responsabilidade individual e a caridade em suas diferentes formas são os únicos remédios verdadeiros para a pobreza. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 121)

Outro pilar desse modelo era a valorização de laços comunitários culturais tradicionais, como elemento impulsionador da dinâmica mercantil em níveis local e regional (DARDOT e LAVAL, 2016). Blyth (2017), por sua vez, sublinha a necessária articulação entre laços comunitários e tradicionais com a estrutura político-jurídico-burocrática vigente, sempre no sentido de assegurar a adesão dos indivíduos àquele ambiente concorrencial que funcionaria como eixo propulsor dessa economia social de mercado.

> Os ordoliberais defendiam que a constituição econômica correta não pode apenas deduzir-se da teoria e ser imposta pelo Estado. Tem de ser ativamente apoiada por membros da comunidade a que se aplica, e, o que é fundamental, a sua aplicação deve basear-se em um dever recíproco desses membros de agir nos termos delineados nessa constituição. Em suma, todos têm de respeitar as regras e todo mundo que o fizer restabelece e legitima essas regras. (BLYTH, 2017, p. 171)

Nesse ponto, também se nota a sintonia com expressões conservadoras que impregnavam um tecido social marcado por variados tipos de ressentimento, num ambiente recém-saído da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, o ordoliberalismo não abdica do individualismo metodológico típico do pensamento liberal. Na verdade, essa vertente neoliberal se enquadra como uma tentativa de composição intermediária que combina a centralidade do livre mercado na vida social, com traços conservadores do ponto de vista cultural e um modelo de intervencionismo estatal orientado para a sustentação de sua fé inabalável na "concorrência perfeita". Tal conformação somente se explica pelo contexto histórico do capitalismo no pós-guerra, que vivia seu período de hegemonia keynesiano-fordista e, simultaneamente, pelo desenvolvimento da luta de classes naqueles tempos de derrota do nazifascismo, explosões revolucionárias na periferia capitalista e força da social-democracia reformista no centro sistêmico.

Não é à toa, portanto, a força inicial do ordoliberalismo na Alemanha Ocidental, estimulado por teóricos como Rüstow, Eucken e Böhm (BROYER, 2003; DARDOT e LAVAL, 2016; BLYTH, 2017). A Alemanha Ocidental foi a economia privilegiada e eleita pelo imperialismo estadunidense como modelo necessário de contraposição ao socialismo real durante a Guerra Fria. Há que se lembrar da imensa pressão imposta pela Alemanha Oriental no coração da Europa e pela própria URSS na franja leste do continente. Nesse sentido, o país disfrutou desde o pós-guerra de mecanismos políticos e econômicos que os Estados Unidos negavam a outras nações – por diversos meios, que iam desde sanções até o recurso da violência efetiva –, como a possibilidade de praticar protecionismo econômico, políticas indiscriminadas de desvalorização cambial e política autônoma de desenvolvimento industrial (BLYTH, 2017). Ao mesmo tempo, o país funcionava como vitrine propagandística para a renovação (e radicalização) da doutrina liberal que ocorria desde os anos 1930 e que só vieram a se impor gradativamente ao restante do continente a partir da crise da "idade dourada", ocorrida já nos anos 70.

Nesse ambiente, o ordoliberalismo se apresentava em grande medida como uma tentativa de compromisso. As eventuais discordâncias ordoliberais no campo teórico com o keynesianismo então hegemônico não os impediam de estabelecer pactos com os setores políticos e econômicos dirigentes, processo que permitia sua aproximação a esferas de poder e

maior espaço na opinião pública. Em outras palavras, sua visibilidade e aceitação na Alemanha do pós-guerra somente se compreende quando se percebe que o ordoliberalismo buscava posições de compromisso que viabilizaram diálogos com o keynesianismo e o ideário de *welfare*. Ainda que mantivessem certa hostilidade a elementos como o foco na demanda efetiva, típica do keynesianismo, e a efetivação de direitos universais, típica das concepções de bem-estar, os ordoliberais acabaram por construir uma noção de economia social com o que chamavam de intervencionismo liberal do Estado, concepção que embaralhava certas fronteiras e limites históricos existentes até então no pensamento e nas práticas liberais.

Assim, o ordoliberalismo se funda numa leitura de sociedade que necessária e simultaneamente reivindica e renega elementos centrais da doutrina liberal clássica. É um duplo movimento que, ao mesmo tempo em que nega o aspecto natural de uma economia de mercado e defende que a esfera política possui papel central na criação de uma ordenação adequada para a "concorrência perfeita", também defende que tal intervencionismo estatal deve estar subordinado à lógica liberal com centralidade na competição permanente entre indivíduos livres, conscientes e guiados segundo seus interesses egoístas. Sob essa ótica, seria apenas por meio desse duplo-movimento que o intervencionismo liberal do Estado seria capaz de assegurar a criação, a manutenção e a permanente capacidade de adaptação das condições de existência da tal "economia social de mercado".

> O mercado deve encontrar seus limites nas esferas livres da lógica mercantil: a autoprodução, a vida familiar, o setor público são indispensáveis à existência social. Essa exigência de pluralidade das esferas sociais não está ligada a uma preocupação de eficácia ou justiça, mas, sim, à natureza plural do homem, coisa que o velho liberalismo não compreendeu. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 126)

Em síntese, o ordoliberalismo é a forma neoliberal mais proeminente no pós-guerra, forjada e desenvolvida no contexto alemão daquele período. Estamos diante de uma operação ideológica que permitiu o desabrochar antecipado de uma expressão neoliberal em plena época de hegemonia keynesiana e de consolidação do Estado de Bem-estar na Europa. E somente somos capazes de compreender as razões desse fenômeno se formos além do debate teórico realizado na coletânea organizada por Patricia Commun (2003) ou por autores como Dardot e Laval (2016) e Blyth (2017). Embebida pelo ambiente de alta intensidade da luta de classes da primeira metade do século passado – especialmente a partir do entre-guerras, com a ascensão do bloco socialista, do terceiro mundismo, dos movimentos de libertação nacional e da social-democracia reformista na europa –, foi a materialidade do desenvolvimento histórico capitalista e sua profunda crise econômica dos anos 1930 que gestou uma expressão neoliberal tal como o

ordoliberalismo alemão, deixando temporariamente em segundo plano sua variante ortodoxa – aquela que assumiria papel hegemônico e formaria seu receituário ideal dos anos 70 em diante.

Entretanto, apesar do crescimento das ideias ordoliberais em governos alemães do pós-guerra e na própria intelectualidade do país – tanto no pensamento econômico *stricto sensu*, quanto nas ciências sociais em geral –, o sistema ideal proposto pelo ordoliberalismo não chegou a ser aplicado no país naquele momento. Na prática política e econômica, nota-se na Alemanha Ocidental uma clara implementação de medidas típicas de um Estado de Bem-estar Social e não exatamente do Estado de Direito (privado), conforme propugnado pelos ordoliberais no pós-guerra. Esse cenário viria a ser alterado gradativamente nas últimas três décadas do século.

> Os ordoliberais, embora tenham influenciado muito o poder político na Alemanha desde o fim da guerra, não conseguiram livrar-se de um sistema de seguros sociais que datava desde Bismarck sem interromper seu crescimento como desejavam. Do mesmo modo, tiveram que se conformar com a cogestão das empresas, uma espécie de compromisso com os sindicatos alemães no pós-guerra. No entanto, é um completo contrassenso identificar esse intervencionismo social com o ordoliberalismo. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 121)

Ao mesmo tempo, a doutrina ordoliberal angariou força em outro ambiente: nos debates e na estrutura político-institucional adotados no processo de integração europeu. Intenções de cunho integracionistas e reflexões críticas a respeito de uma possível unificação remontam o início do século passado. Na década de 1910, tendo como ponto de partida a base material do imperialismo e as relações políticas estabelecidas por Estados avançados naquelas condições, Lenin (1977d) escreve um texto intitulado "Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa". Em sua avaliação, nos marcos do imperialismo, uma possível tentativa de unificação continental somente poderia ter duas consequências: o fracasso ou a formação de uma estrutura política reacionária.

> Do ponto de vista das condições económicas do imperialismo, isto é, da exportação de capitais e da partilha do mundo pelas potências coloniais 'avançadas' e 'civilizadas', os Estados Unidos da Europa, sob o capitalismo, ou são impossíveis, ou são reaccionários. [...] Os Estados Unidos da Europa, no capitalismo, equivalem ao acordo sobre a partilha das colónias. Mas no capitalismo é impossível outra base, outro princípio de partilha que não seja a força. (LENIN, 1977d, p. 570)

Isso não significava, em sua avaliação, a impossibilidade absoluta de acordos entre Estados e grandes capitalistas monopolistas. Tais possibilidades estavam na mesa, mas em caráter temporário e com base em interesses em comum muito concretos. Desse modo, em suas palavras, "são possíveis também os Estados Unidos da Europa, como acordo dos capitalistas europeus... sobre quê? Unicamente sobre como esmagar conjuntamente o socialismo na Europa, defender conjuntamente as colónias roubadas contra o Japão e a América [...]" (LENIN, 1977d,

p. 571). Como veremos no decorrer deste trabalho, essas avaliações, que foram escritas como possibilidades futuras, em grande medida se confirmaram pela história.

No entanto, contando a partir do texto de Lenin, demorariam ainda três décadas para se iniciarem os movimentos concretos de integração. Os primeiros passos que ofereceram as bases desse projeto podem ser identificados nos anos imediatos do pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto de *Bretton Woods* e da construção das novas instituições que passaram a estruturar a ordem internacional. Seus marcos iniciais estão presentes no Tratado de Bruxelas, de 1948, que reuniu Bélgica, França, Holanda e Reino Unido num acordo que buscava, na altura, organizar política e militarmente os países da Europa Ocidental segundo objetivos estratégicos mútuos.

Como um dos seus desdobramentos, foi assinado no ano seguinte o Tratado do Atlântico Norte, que deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Expandindo o leque inicial de países englobados no acordo de 1948, o novo pacto contava, por exemplo, com a Itália, o Canadá e os EUA, que já figurava como país hegemônico do campo capitalista saído da guerra. A OTAN consolidou uma aliança militar estadunidense-europeia contra a União Soviética. Portugal, então sob a ditadura fascista dirigida por António de Oliveira Salazar, foi um dos signatários iniciais do tratado. Outros países viriam a se integrar nos anos subsequentes, como a Grécia em 1952 e a Alemanha Ocidental em 1955. Até os dias de hoje, mesmo com a derrota do bloco soviético e o fim da Guerra Fria, esta aliança se mantém ativa e oferece as bases militares demandadas historicamente pela dinâmica imperialista global, ambiente no qual se insere o projeto europeu.

Logo na sequência da criação da OTAN, foram construídas duas iniciativas que dariam maior concretude ao projeto de integração da Europa Ocidental em termos políticos, jurídicos, econômicos e energéticos, complementando o braço militar já existente. Trata-se do Tratado de Paris, assinado em 1951, e do Tratado de Roma, de 1957. Enquanto o primeiro foi responsável pela fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o segundo deu origem à Comunidade Econômica Europeia (CEE) e à Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom).

Desde suas criações, tais iniciativas já atuavam de forma articulada, por meio de um conjunto de instituições como o Tribunal Europeu de Justiça (órgão originário do atual Tribunal de Justiça da União Europeia) e de uma Assembleia Comum (predecessora do atual Parlamento Europeu). Em 1965, com a assinatura do segundo Tratado de Bruxelas, esses organismos comunitários se fundiram oficialmente e criaram o Conselho das Comunidades Europeias e a Comissão Europeia. Esta última entidade, que segue em vigor até os dias de hoje, foi resultado da unificação das comissões executivas dos três organismos comunitários então existentes

(CEE, CECA e Euratom). Naquele momento, seis países lideravam as iniciativas de construção do projeto integracionista (Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo), aos quais outros viriam a se juntar no decorrer dos anos.

Na segunda metade da década de 1960, estavam criadas as bases de um mercado interno embrionário, bem como as condições institucionais, políticas, jurídicas e militares para acelerar com a integração que até o momento ainda ocorria de forma limitada. Evidentemente, tratou-se de um longo processo, que passou por inúmeras modificações e ampliações ao longo dos anos, por meio de alterações em acordos, pela instauração de novos tratados e pelas sucessivas adesões de novos Estados-membros. Em 1986, o Ato Único Europeu (AUE) permitiu a eliminação de barreiras ainda existentes quanto à circulação de capitais, mercadorias e serviços. Foi esse o estímulo fundamental para a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, o qual, a partir do ano seguinte, criou oficialmente a União Europeia (UE) e avançou com o modelo de União Econômica e Monetária (UEM) vigente até hoje, consolidando definitivamente um mercado comum e uma moeda única – o euro entrou em vigor em 1999.

Novas alterações viriam a ser implementadas na sequência, como nos princípios constitucionais estabelecidos em 2007 no Tratado de Lisboa. Contudo, pode-se afirmar que em meados dos anos 1990 já estavam estabelecidos os pilares estruturais do bloco político e econômico europeu tal como se conhece nos dias de hoje. Atualmente, a União Europeia conta com 27 Estados-membros, dos quais 19 aderiram à moeda comum, fazendo parte do que se chama zona do euro (ZE).

Deve-se considerar, contudo, as contradições e disputas, rupturas e continuidades que marcaram esse movimento histórico. Intensos debates permearam o longo processo de integração, desde o chamado à formação dos Estados Unidos da Europa no imediato pós-guerra, realizado por Churchill em 1946, até a efetiva opção por uma integração gradualista, tal como defendeu Robert Schumann em 1950. Figuravam ali dois grandes campos que reuniam hipóteses e projeções positivas sobre o dever ser europeu.

Um desses campos se abraçava a uma "lógica tendencialmente federalista" que dotaria a União da responsabilidade de comando ativo sobre as políticas públicas e a macroeconômica do bloco, "realizando as grandes políticas orçamentais, fiscais, laborais, sociais e monetárias", bem como "o enquadramento das dinâmicas de especialização produtiva, de criação de capital fixo social e de organização do mercado de trabalho das diferentes regiões" (REIS, 2014, p. 75). Já o segundo campo, ainda de acordo com Reis (2017, p. 75), intencionava a construção de uma União menos poderosa. Projetava a manutenção de uma "tensão positiva" num quadro europeu forte o suficiente para avançar com a integração política e econômica, mas que não

impusesse sobre seus membros uma unificação "sob condicionalidades negativas ou em condições assimétricas estruturais relevantes". Nesse caso, as instituições europeias seriam detentoras de instrumentos menos interventores sobre a capacidade de cada Estado-membro gerir a sua realidade interna, mas sem abdicar de uma coordenação e articulação superior a nível comunitário.

Apesar do entusiasmo que ambas as visões alimentavam sobre a construção de uma Europa "portadora de condicionalidades positivas" e unificada segundo ideais de coesão e harmonização, "isso seria o exato contrário do que conhecemos nos dias de hoje, em que a União é o bastião das condicionalidades regressivas da comunidade no seu conjunto e das periferias em particular" (REIS, 2014, p. 75-76).

No seio dessas discussões teóricas, figuravam conflitos entre diferentes proposições políticas, econômicas e ideológicas relativas às estratégias e aos modelos concretos de integração que deveriam ser adotados, dentre as quais se destacaram os embates protagonizados nas décadas de 1960 e 1970 pelas perspectivas de Gunnar Myrdal e Nicholas Kaldor, por um lado, e pelas posições de Friedrich Hayek, por outro. Em alguns de seus trabalhos, Reis (2011 e 2014) nos auxilia a compreender os meandros desse debate. Como aponta o autor, o centro das querelas repousava sobre o dilema inclusão-fragmentação emanado pela dinâmica de integração de mercados não homogêneos, bem como sobre o papel das instituições nesse processo.

Myrdal e Kaldor defendiam um projeto de integração capaz de conectar economicamente espaços nacionais distintos sem estimular o aprofundamento de desigualdades regionais latentes. Seguindo tal diretriz, defendiam que o eixo central do projeto de integração deveria focar na dimensão política e subsidiariamente na unificação de mercados (REIS, 2014). Caso contrário, propugnavam que a unificação forçada de economias com bases e capacidades produtivas tão diversas poderia colocar em causa o projeto como um todo, prejudicando inclusive a integração politico-institucional que vinha sendo materializada desde o pós-guerra.

Hayek, por outro lado, defendia que o papel das instituições integracionistas seria domar a amplitude e as capacidades de intervenção da política econômica de cada Estado-membro. Na perspectiva do autor, membro e fundador da Sociedade de *Mont Pèlerin*, políticas econômicas autônomas realizadas pelos Estados poderiam colocar em risco o projeto de integração, na medida em que significariam barreiras à plena liberdade à movimentação de mercadorias (incluindo a força de trabalho) e capitais, limitando assim as possibilidades de valorização do valor no espaço comunitário. Dessa forma, seriam necessários "fatores não-mercantis que limitassem o 'ajustamento' dos preços ou dos custos salariais" (REIS, 2014, p. 77). Nota-se que

o eixo preponderante do projeto europeu hayekiano era a economia, sendo imperativo homogeneizar economias não-homogêneas. As instituições políticas e jurídicas europeístas assumem aqui a função de constrangimento da autonomia econômica de Estados com realidades muito diversas, evitando "restricionismos" desnecessários e forçando o ajustamento de regras intrabloco no sentido de assegurar a livre circulação de capitais e mercadorias, bem como a uniformização de um mercado de trabalho comum.

Como aponta Costa Lapavitsas (2018), a perspectiva de Hayek era favorável à construção de uma federação europeia de tipo neoliberal. Em sua leitura, uma União Federal teria a capacidade de remover os obstáculos à livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais. A ideia central era utilizar-se de meios extraeconômicos (políticos e institucionais) supranacionais para liberar o sistema de preços de divergências impostas por políticas soberanas conduzidas pelos países partícipes da União. Operando dessa forma, a federação poderia erguer as bases políticas e jurídicas para o funcionamento de um mercado único que tendencialmente equilibraria os preços, os salários, os custos de produção e as condições de vida entre os distintos Estados-membros, evitando o que se considerava como divergências arbitrárias impostas por cada nação soberana (LAPAVITSAS, 2018). Aí estavam os fundamentos do federalismo de tipo neoliberal defendido por Hayek.

> *First, it would become impossible for member states to apply domestic policies favouring particular industries or economic sectors by fixing the price of inputs, output, and labour. Second, member states would not be able to adopt an independent monetary policy, and indeed the union would probably have to form its own central bank. Third, it would be much more difficult for member states to intervene and control economic activity by regulating the quality of goods and the practices of work. Fourth, the methods of raising revenue through tax would become more homogeneous to prevent the outflow of capital from one member state to another. A federal union, in short, would inevitably restrict the ability of each member state independently to intervene in the sphere of the economy, thus bolstering 'liberalism'. […] for Hayek, a European federation would be a decisive step toward encouraging and enforcing 'liberalism' in economic life*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[60]

Quando colocadas em perpectiva, as posições teóricas de Myrdal e Kaldor por um lado, e de Hayek, por outro, são visivelmente distintas. No entanto, Reis (2014) aponta que,

[60] Tradução livre: "Em primeiro lugar, tornar-se-ia impossível para os Estados membros aplicar políticas internas que favoreçam determinadas indústrias ou setores econômicos através da fixação do preço dos insumos, da produção e da mão-de-obra. Segundo, os estados membros não poderiam adotar uma política monetária independente e, de fato, a união provavelmente teria que formar seu próprio banco central. Terceiro, seria muito mais difícil para os Estados membros intervir e controlar a atividade econômica regulando a qualidade dos bens e as práticas de trabalho. Em quarto lugar, os métodos de aumento de receita através de impostos se tornariam mais homogêneos para evitar a saída de capital de um estado membro para outro. Uma união federal, em resumo, restringiria inevitavelmente a capacidade de cada Estado membro de intervir independentemente na esfera da economia, reforçando assim o "liberalismo". [...] para Hayek, uma federação europeia seria um passo decisivo para encorajar e impor o 'liberalismo' na vida econômica".

concretamente, ambas não abandonavam a pedra angular de salvaguarda dos interesses da elite política e econômica europeia daquele período. Em termos marxistas, ambas as propostas sobre os rumos do projeto integracionista buscavam responder a interesses e contradições enfrentadas pela burguesia europeia, demarcados pelas necessidades e possibilidades impostas pela dinâmica do capitalismo monopolista em sua fase imperialista do pós-guerra. Segundo Reis (2014, p. 77), enquanto o sueco e o húngaro defendiam a concepção de uma integração política cujo objetivo central seria atuar "como instrumento ativo de superação dos problemas que a economia só por si geraria", para o autor austríaco a concretização do bloco continental seria "exatamente o apagamento da política, ou melhor, a política seria determinada e realizada pela economia através do neoliberalismo".

Apesar de seguirem trajetos distintos e conflituosos em diversas dimensões, é possível perceber que as principais linhas teórico-políticas que disputaram os rumos do projeto europeu ao longo de seu amadurecimento nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial não apenas falharam na resolução do dilema inclusão-fragmentação, como acabaram por aprofundá-lo.

> Não quer dizer, no entanto, que ambas as formas não realizassem, por caminhos diferentes, o mesmo resultado que hoje é tão dramaticamente parte dos nossos dias: a União surge essencialmente como uma instância de confronto com os territórios europeus através de instrumentos de sujeição e sem princípios de ação que a aproximem de uma entidade capaz de articular as diferenças e muito menos de promover a concertação de um espaço harmonizado e atuante no plano internacional. (REIS, 2014, p. 77-78)

Em meio as essas disputas entre concepções e modelos práticos que conflitavam, mas ao mesmo tempo se reforçavam entre si, alguns autores sugerem que o projeto europeu de integração está marcado por dois grandes períodos, como Lapavitisas (2018) e Reis (2011 e 2011). Dos anos 1950 aos 1970, o processo de unificação, por meio de suas variadas experiências políticas, institucionais, militares e econômicas, avançou gradualmente como uma aliança criada no clima do pós-Guerra e no auge da Guerra Fria, sob forte influência dos interesses estadunidenses. Nesse período, o projeto europeu aproximou os Estados nacionais da Europa Ocidental no sentido da consolidação de um bloco coeso na luta contra a URSS e da reorganização do capitalismo monopolista no continente, preservando ainda um relevante grau de autonomia política, econômica e monetária entre seus membros. Já o segundo período, inicia nos anos 1970, o qual amadureceu ao longo das duas décadas posteriores e segue em vigor até os dias de hoje. O que prevaleceu dos anos 70 em diante foi uma espécie de síntese materializada na opção pela "via da economia gradualista e, de forma ainda mais restrita, pela via monetária" (REIS, 2014, p.78).

> [...] isso ficou estabelecido cedo, em 1970, com o relatório de Pierre Werner, que assumiu a consenso dos países membros de então quanto à criação de uma união económica e monetária; um processo por etapas que deveria durar dez anos, com início na coordenação de políticas económicas (orçamental, fiscal, monetária) e apogeu no estabelecimento da convertibilidade plena das divisas, na eliminação das margens de flutuação das taxas de câmbio, ou mesmo na adoção de uma moeda única que "assegurasse a irreversibilidade do empreendimento. (REIS, 2014, p.78)

Em linha similar, Lapavitsas (2018) sublinha que essa combinação, para além de incorporar parcialmente o etapismo apregoado por Myrdal e Kaldor, expressou a confirmação e, ao mesmo tempo, a superação do neoliberalismo hayekiano.

> *For one thing, the EU has failed to develop strong federal structures in defence and foreign policy, both of which were considered by Hayek to be prominent and legitimate aims of an interstate federation. For another, the EU has created mountains of legislation – the acquis communautaire – through various Treaties, Regulations, Directives, and Decisions, the function of which has generally been to promote neoliberalism. This legislation has also allowed the EU to intervene across several economic and social fields – environmental protection, consumer rights, labour rights, social rights, and so on. […] Attached to the common currency is the Stability and Growth Pact, reinforced through an array of legal and institutional changes since 2010, which monitors the fiscal policies of member states in ways that far exceed Hayek's mild fiscal strictures with regard to generating tax income*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[61]

O autor grego identifica no Tratado de Masstricht um marco que amadureceu o processo gradualista em curso e consolidou esse novo período. Desde os seus primódios, os principais eixos que orientam o processo de integração são a construção de uma economia aberta de mercado e a manutenção das condições que permitam sua reprodução. Segundo a expressão de origem ordoliberal consagrada nos textos da própria União Europeia e de suas instituições, trata-se da criação e sustentação de uma "economia social de mercado". O termo é utilizado até os dias de hoje, mas, segundo Lapavitsas (2018), o ambiente neoliberal pós-Maastricht operou uma reinterpretação sobre o seu significado, o que enfraqueceu direitos sociais e interesses coletivos em prol do predomínio da lógica neoliberal, a qual impõe o mercado como centro regulador de todas as relações sociais. Em linhas gerais, foi esse o modelo que acabou por se efetivar nitidamente na década de 1970, moldando o trajeto integracionista que culminaria no

[61] Tradução livre: "Por um lado, a UE não conseguiu desenvolver estruturas federais fortes em defesa e política externa, ambas consideradas por Hayek como objetivos proeminentes e legítimos de uma federação interestadual. Por outro lado, a UE criou montanhas de legislação - o acervo comunitário - através de vários Tratados, Regulamentos, Diretivas e Decisões, cuja função tem sido geralmente a de promover o neoliberalismo. Esta legislação também permitiu à UE intervir em vários campos econômicos e sociais - proteção ambiental, direitos do consumidor, direitos trabalhistas, direitos sociais, e assim por diante. [...] Anexado à moeda comum está o Pacto de Estabilidade e Crescimento, reforçado através de uma série de mudanças legais e institucionais desde 2010, que monitora as políticas fiscais dos estados membros de formas que excedem em muito as restrições fiscais brandas de Hayek no que diz respeito à geração de renda tributária".

formato da União Europeia consolidado nos anos 90, cujos pilares e diretrizes essenciais seguem vigentes até os dias de hoje.

> *The Maastricht Treaty of 1992 proved crucial to the evolution of the European project. The Treaty was the fruit of long negotiation and debate, and its most important provision was the creation of the common currency, the euro. […] Maastricht wrought fundamental changes to the European project compared to the first decades of its existence, not least by favouring the reinterpretation of the Four Freedoms as individual rights, and thus allowing them to be used against collective interests and policies*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[62]

Realizando uma leitura um pouco distinta, Dardot e Laval (2016) defendem que o processo histórico de construção do projeto europeu revela mais complementaridades do que contradições, de forma que os dois períodos aqui destacados expressariam mais continuidades do que rupturas quando comparados entre si. Tendo como fonte documentos fundacionais do projeto de integração europeia, bem como autores neoliberais entusiastas dos caminhos largamente adotados ao longo dessa iniciativa, Dardot e Laval (2016) identificaram alguns eixos norteadores para a construção do bloco continental que estão presentes desde o fim da década de 1950, mais precisamente desde o Tratado de Roma, tendo sido reforçados dos anos 1970 em diante.

Os elementos centrais podem ser sintetizados no seguinte conjunto de ideias: 1) a realização de graduais (e intensas) reestruturações sobre os mercados de trabalho nacionais com o intuito de flexibilizá-los, permitindo uma flutuação salarial de acordo com os desígnios e interesses dos grandes capitalistas e grupos monopolistas; 2) o enfraquecimento e desmantelamento gradual dos sistemas nacionais públicos de aposentadoria e de políticas sociais, estimulando as poupanças e previdências privadas; e 3) o estímulo ao empreendimento individual em meio à livre concorrência de mercado como centralidade das ambições privadas e como motor da vida social, modelo esse que gradativamente passa a ser valorizado como ideal civilizatório (DARDOT e LAVAL, 2016). Essas diretrizes gerais já expressavam, no âmbito da integração continental, o estado germinal de um processo que se consolidaria dos anos 1970 em diante, quando os direitos sociais universais que marcaram as realidades nacionais da Europa do pós-guerra passaram a ser progressivamente minados, desvalorizados e substituídos por um conjunto de princípios de organização social que priorizam liberdades para o mercado.

---

[62] Tradução livre: "O Tratado de Maastricht de 1992 provou ser crucial para a evolução do projeto europeu. O Tratado foi fruto de longas negociações e debates, e sua disposição mais importante foi a criação da moeda comum, o euro. [...] Maastricht trouxe mudanças fundamentais ao projeto europeu em comparação com as primeiras décadas de sua existência, favorecendo inclusive a reinterpretação das Quatro Liberdades como direitos individuais e permitindo assim que fossem utilizadas contra interesses e políticas coletivas".

Apesar da intensa atividade propagandística que o apresenta como defensor de direitos individuais e liberdades democráticas, Dardot e Laval (2016) entendem que o projeto de integração europeu sempre esteve orientado, em maior ou menor intensidade – a depender do momento específico que se analisa –, para a garantia da livre circulação de mercadorias, serviços e capitais. Isso significa perceber que os pilares neoliberais que viriam a ganhar força dos anos 70 em diante já estavam presentes nos objetivos integracionistas e nas instituições europeias desde pelo menos o Tratado de Roma, de 1957 (DARDOT e LAVAL, 2016).

Durante as três décadas posteriores à guerra, o movimento neoliberal europeu, que ainda era marginal, mas ganhava influência no interior dos debates sobre a unificação, procurou dialogar com o capitalismo keynesiano-fordista vigente no período, estabelecendo posições possíveis de compromisso com os ideais social-democratas de Bem-estar firmados em realidades nacionais do continente na mesma época. De acordo Dardot e Laval (2016), tal ambiente de conciliação – entre os estímulos liberalizantes oriundos do processo de integração regional e as dinâmicas nacionais (que preservavam larga autonomia política e econômica, sendo orientadas predominantemente segundo a lógica do regime keynesiano-fordista) – encontra respaldo político e ideológico na variante neoliberal de origem alemã, o ordoliberalismo.

Conforme já destacado, a doutrina ordoliberal aceita a tese de que o mercado não é uma instância natural da vida humana e, como movimento subsequente, acaba por reivindicar um tipo de intervencionismo estatal em prol da ordenação de um ambiente concorrencial adequado aos imperativos do capital. Ocorre que, para além dessa agenda se constituir como parte da dogmática ordoliberal, ela se expressa como uma necessidade concreta para que o conjunto daquele projeto societário neoliberal, ainda em gestação em círculos intelectuais e políticos restritos, pudesse se tornar "moralmente aceitável e politicamente aceito" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 249). A dinâmica da luta de classes e a correlação de forças do pós-guerra na Europa não permitiam um desabrochar completo, naquele período, das teses inauguradas no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, e radicalizadas nove anos mais tarde, na associação neoliberal fundada em *Mont Pélerin*. O ordoliberalismo se viabilizou, desse modo, como variante moderada de um neoliberalismo que ainda engatinhava na busca por espaços de interlocução e legitimidade em círculos mais amplos.

Esse movimento era resultado direto da luta política e ideológica do período. Ao percebê-lo, revela-se como o ordolibralismo se materializou como o neoliberalismo possível na Europa do pós-guerra. Teve, inclusive, força para influenciar em alguma medida o debate político continental já a partir da metade final dos anos 1950, com mais expressão no que diz

respeito às bases fundacionais do projeto de integração regional e menos relevância nos ambientes políticos nacionais, com exceção da Alemanha Ocidental (DARDOT e LAVAL, 2016; BLYTH, 2017; BROYER, 2003). Isso significa que teve certa influência nos debates e nas diretrizes político-institucionais que marcaram a unificação europeia entre as décadas de 1950 e 1970, lançando já ali os pilares para o intenso processo de neoliberalização que se desenvolveria mais tarde no bojo do Tratado de Maastrich, da União Europeia e da unificação econômica e monetária. Isso significa que o ordoliberalismo, enquanto variante neoliberal tipicamente europeia, ganhou espaço no debate teórico e na política integracionista antes mesmo da erupção da crise de superacumulação dos anos 1970 e do declínio do capitalismo keynesiano-fordista e do *welfare*.

1.6.3 Social-liberalismo

Nesta seção, refletiremos sobre mais uma variante neoliberal, aqui denominada, na esteira das investigações realizadas por Castelo (2013), como social-liberalismo. Essa modalidade pode ser identificada claramente a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que cresceram as lutas sociais contrárias ao neoliberalismo em várias partes do mundo, forçando uma espécie de moderação daquele receituário ideal que vinha sendo conduzido desde os anos 70.

Conforme já estudado, o keynesianismo se firmou como tendência hegemônica no interior do pensamento dominante ao longo da idade dourada do capitalismo. Naquele momento, posicionou-se em favor de uma gestão macroeconômica propícia para o intervencionismo estatal e para reformas sociais dentro da ordem burguesa, contribuindo para o avanço de posições conciliatórias entre o capital e o trabalho. Tendo como infraestrutura primordial o revolucionamento provocado pelo fordismo na organização da produção capitalista e atuando em articulação estreita ao mesmo, as políticas macroeconômicas keynesianas forneceram a base econômica daqueles anos dourados. Contribuiu decisivamente para essa reestruturação política, produtiva e ideológica do liberalismo o quadro geral proporcionado pelas instituições de *Bretton Woods* e pela Guerra Fria, ambiente que impôs uma intensa competição entre as potências capitalistas e o bloco soviético.

Como já vimos, essa esperança de plena comunhão entre o movimento do capital e a produção de bem-estar para as maiorias durou pouco. No fim dos anos 1960 e início dos 1970 já estavam assentados os termos concretos e subjetivos para mais uma crise econômica com repercussões políticas severas. A forma keynesiano-fordista do capitalismo entrou em declínio

e, em meio à já visível crise do socialismo real – que viria a se consolidar no fim dos anos 1980 com a queda do muro e a derrocada da URSS – a saída neoliberal se firmou como resposta hegemônica do capitalismo. Nesse contexto, ocorre ao longo das últimas cinco décadas a progressiva "consolidação do neoliberalismo como poder hegemônico e ditatorial da atual fase do capitalismo" (CASTELO, 2013, p. 27), processo histórico-social que impõem novas alterações na forma burguesa de lidar com a "questão social".

> […] a ideologia neoliberal ganhou força e se tornou a ponta de lança da supremacia burguesa no final do século XX. Nos primórdios do neoliberalismo, os intelectuais ligados às classes dominantes ignoraram o debate do socialismo burguês sobre a "questão social", reafirmando a positividade das desigualdades sociais na geração de benefícios para a sociedade como um todo, e que o mercado, em algum futuro distante, iria acabar com tais desigualdades. Parecia o fim do socialismo burguês, não por meio da vitória ideológica comunista (ou proletária), mas por uma espécie de retrocesso ao liberalismo pré-1848. (CASTELO, 2013, p. 26-27)

Entretanto, nesse trajeto de cinco décadas, tal forma histórica capitalista passou por alterações. É justamente no interior das dinâmicas e contradições inerentes ao capitalismo neoliberal que se manifesta o social-liberalismo, variante ideológica que surgiu, em meados da última década do século passado, com a função histórica de "recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo durante a crise conjuntural dos anos 1990". (CASTELO, 2013, p. 27).

Uma dessas principais contradições é que, no interior da lógica neoliberal de defesa do mercado e da dinâmica concorrencial como melhores e mais adequados reguladores das relações sociais, o fator da desigualdade socioeconômica aparece com valoração positiva, isto é, como alavanca propulsora do desenvolvimento produtivo e, por conseguinte, do bem-estar individual (antes do coletivo). Esse ponto fica patente no livro "Capitalismo e liberdade" (1985), de Milton Friedman. Como eixo constituinte de sua cruzada em prol da desigualdade, os neoliberais ainda defendem o parasitismo social da alta burguesia, tido como alavanca da dinâmica econômica e motor propulsor do desenvolvimento das forças produtivas.

> […] a ideologia do livre mercado busca combinar dinamismo econômico e parasitismo social, argumento teórico já defendido por Thomas Robert Malthus e elogiado por John Maynard Keynes, no qual o consumo das classes proprietárias de corte aristocrático geraria demanda efetiva nas economias mercantis, em vez de gerar o entesouramento da moeda e a queda da demanda agregada. (CASTELO, 2013, p. 221)

Ocorre que esse paradigma de mundo, fonte de vida das políticas neoliberais implementadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 em diversas partes do mundo, provocou efeitos socioeconômicos profundamente deletérios. A elevação da intensidade da luta de classes

nos anos 1990, resultado direto dos efeitos nefastos desse receituário, forçou uma alteração na forma como a doutrina e as práticas neoliberais se relacionam com a questão social.

> Os neoliberais mais tarde descartariam a apologia aberta da desigualdade social como algo natural e positivo de uma economia de mercado, passando a adotar uma apologia indireta. Os impactos mais fortes do aumento brutal da concentração de renda e riqueza nas mãos das elites financeirizadas derivadas do projeto neoliberal começaram a ser sentidos na década de 1990, quando surgiu uma onda de "subversivismo espontâneo, elementar e não orgânico" das classes subalternas, em especial nas periferias. Diante das tensões daí resultantes, o pensamento neoliberal incorpora o tema da "questão social" em suas pesquisas e ações políticas. (CASTELO, 2013, p. 221-222)

As primeiras ondas de reformas neoliberais não reduziram o Estado aos seus papeis pensados pelo liberalismo clássico de outrora. Também não o encapsularam em sua dimensão puramente *gendarme*, na acepção gramisciana. Ocorreu, na verdade, uma (re)funcionalização do Estado ampliado, agora sob novas determinantes que o período histórico neoliberal lhe direcionava. Nesse contexto, a democratização da política é apenas tolerada de forma instrumental, como bem aponta Streeck (2018). Ou seja, deveria ser revista e restringida no momento em que a participação política começasse a questionar os pilares do mercado, da concorrência e da propriedade privada.

> A democracia seria tolerável, segundo os principais teóricos neoliberais, até um determinado ponto: quando a participação política das massas populares colocasse em xeque a ordem capitalista, contestando o direito de propriedade privada e lutando não só pela socialização da política, mas pela socialização do poder político […], seria a hora de estancar o processo de democratização. (CASTELO, 2013, p. 225)

Radicalizando a tradição liberal de aversão à socialização da política e integração das massas não-proprietárias nos sistemas políticos burgueses – construída por distintos caminhos, desde Locke, Kant, Tocqueville e Stuart Mill –, os neoliberais advogam pela utilização de qualquer meio possível e disponível para evitar a "tirania das maiorias". Como já estudado com base em Hayek (2010), segundo a doutrina neoliberal, deve-se preservar a qualquer custo as liberdades para os mercados e os agentes econômicos atuarem. Mesmo que isso signifique abdicar das liberdades políticas. É nesse ambiente que se deve ler aquele que foi o mais ambicioso choque neoliberal do continente europeu, ocorrido na Inglaterra dos anos 1980:

> O neoliberalismo se fortaleceu quando saiu do círculo de um grupo restrito de intelectuais e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental. […] Em 1979, o Partido Conservador inglês ganhou as eleições, após anos de hegemonia do Partido Trabalhista, e indicou a deputada Margaret Thatcher para assumir as funções de primeira-ministra. A pesada mão da Dama de Ferro implementou o projeto neoliberal mais ambicioso e profundo de toda a Europa. As medidas do Partido Conservador incluíram o enfrentamento ao poder dos sindicatos, o equilíbrio fiscal, o aumento das taxas de juro, a liberdade aos fluxos e aplicações

> financeiros, o corte de gastos sociais e um vasto programa de privatizações. (CASTELO, 2013, p. 226-227)

Tratou-se de um consenso que se construía também por meio da repressão sistemática que recaía sobre os setores mais radicalizados da classe trabalhadora e mesmo sobre massas sobrantes de mão de obra que representam perigo para a ordem neoliberal, as classes perigosas como denominou Guimarães (1982). Estratégias utilizadas nessa construção são as variadas formas de criminalização da pobreza ou as guerras ao "terror" e a guerra às "drogas". Assim, o recurso à extrema repressão não ficou restrito apenas às periferias do sistema-mundo capitalista. Também afetou o centro, num regime de disciplinamento que conjuga repressão sistemática e produção de consenso.

> A repressão e o uso da violência aconteceram e foram marcantes nos centros imperialistas difusores da doutrina neoliberal. Reagan e Thatcher estiveram envoltos, nos primeiros anos de seus mandatos, em longas greves de setores combativos da classe trabalhadora, e recorreram aos gendarmes para massacrar o movimento operário. […] O aparato do Estado ampliado neoliberal conjuga, portanto, a combinação entre consenso e coerção (CASTELO, 2013, p. 230-231)

Ao mesmo tempo que atingiu violentamente a Inglaterra, o projeto neoliberal também varreu a Europa continental, chegando pouco a pouco na Alemanha e na Dinamarca e, na sequência, também em países tido como modelos do programa social-democrata reformista, como Finlândia e Noruega (Castelo, 2013). No que diz respeito à periferia sul do continente, tratou-se de um processo distinto. Houve no fim dos anos 1970 e ao longo das duas décadas seguintes uma série de governos de origem social-democrata na região, como os exemplos de François Miterrand na França, Felipe Gonzalez na Espanha e Mário Soares em Portugal. Tais governos anunciavam uma tentativa de diferenciação à ortodoxia neoliberal que já começava a se verificar ao norte.

> Já o sul da Europa viveu uma situação diferente, contrariando seu tradicional histórico de governos conservadores e ditatoriais. Desse modo, a divisão política da Europa foi evidente. No norte, o avanço do neoliberalismo; no sul, uma onda eleitoral a favor da social-democracia varreu países como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia. François Miterrand (França), Andreas Papandreou (Grécia) e Felipe Gonzalez (Espanha), apenas para citar os casos mais ilustres dessa onda social-democrata, tentaram implementar um projeto que fosse um contraponto aos governos neoliberais do norte, propondo uma política de reativação econômica via políticas keynesianas, como corte dos juros, aumento dos gastos fiscais etc. (CASTELO, 2013, p. 231-232)

Contudo, era uma diferenciação quase que exclusivamente discursiva. Praticamente não houve caldo social para se implementar programas progressistas de manutenção ou expansão das funções sociais do Estado. Na prática, a social-democracia europeia acabou por ser o ator político mais determinado na aplicação dos programas neoliberais em distintos países. Para além disso, ainda de acordo com Castelo (2013), tornaram-se o ativo estratégico mais relevante

da ofensiva neoliberal no continente, pois reuniam em torno de si um lastro social entre setores da classe trabalhadora que lhe oferecia mais ferramentas e maiores margens de manobra para os embates políticos. Nenhuma representação política da direita reunia tais capacidades. Tratou-se daquele processo já referido de definhamento político-ideológico do movimento social-democrata, ocorrido essencialmente entre as décadas de 1970 e 1990 em variadas partes do mundo, mas com elevada intensidade na Europa Ocidental.

Em seu famoso livro, intitulado "Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal", escrito nos anos 90, Pierre Bourdieu (1998) constata, com um misto de surpresa e indignação, o papel desempenhado pelo movimento social-democrata enquanto não apenas gestor, mas também como propulsor do neoliberalismo na região.

> Que os socialistas não tenham sido tão socialistas quanto apregoavam, isso não chocaria ninguém: os tempos são duros e a margem de manobra não é grande. Mas o que surpreende é que tenham contribuído a tal ponto para a depreciação da coisa pública: primeiro nos fatos, por todo tipo de medidas ou políticas (citarei apenas a mídia), visando a liquidação das conquistas do welfare state e principalmente, talvez, no discurso público de elogio à empresa privada […], de estímulo no interesse privado. Tudo isso tem algo de surpreendente, sobretudo para aqueles que são enviados à linha de frente, para desempenhar as funções ditas "sociais" e suprir as insuficiências mais intoleráveis da lógica do mercado, sem que lhes sejam dados os meios de cumprir verdadeiramente a sua missão (BOURDIEU, 1998, p. 8)

Esse padrão de comportamento da social-democracia francesa vinha desde pelo menos o início da era Miterrand, inaugurada em 1981. Jorge Bateria (2015) relembra que, em 1983, quando deparados com os efeitos da crise capitalista que se arrastava desde a década anterior, a opção social-democrata foi o alinhamento àquele receituário neoliberal que se firmava em termos globais. Para lidar com alargamento do déficit externo e com a especulação provocada pela desregulação financeira internacional, o governo Miterrand, ao invés de seguir seu programa político prometido em campanha – sair do Sistema Monetário Europeu (SME), controlar fluxos de capitais, enfrentar as imposições neoliberalizantes vindas da CEE e apostar numa política industrial firmada sobre o setor empresarial do Estado –, optou pela ortodoxia neoliberal. Nas palavras do autor,

> […] Mitterrand decidiu seguir a linha alternativa defendida por, entre outros, Jacques Delors. Preferiu a "política de rigor" (hoje "austeridade") orçamental e subiu a taxa de juro para atrair capitais especulativos, segurando a taxa de câmbio, desse modo travando a inflação importada e, reverso da medalha, aumentando o desemprego. Ou seja, optou pela livre circulação dos capitais e a recuperação da "credibilidade" da França nos mercados financeiros, desiludindo as classes populares que tinham festejado na Bastilha a sua vitória e deixando cair a estratégia de desenvolvimento industrial já iniciada. A competitividade viria da "contenção salarial" em vez da desvalorização da moeda. […] A conquista da confiança dos mercados ficou selada com a reprivatização dos bancos e a liberalização do sistema financeiro francês. (BATERIA, 2015, p. 80)

A degeneração política, programática e moral da social-democracia selou seu caminho dos anos 1980 em diante. Não apenas na França, mas em toda a Europa ocidental e com repercussões globais. As rejeições das perspectivas socialistas de superação do capitalismo se reforçaram e se consolidaram como elasticidade-pragmática máxima, a qual colocava a família social-democrata europeia à disposição de acordos e negócios com os interesses burgueses naquele período.

Tal adesão à lógica capitalista neoliberal ficaria nítida e ganharia ainda mais contornos teóricos no início dos anos 90, quando a social-democracia explicitamente se propõe a renovar o capitalismo sob bases moralizantes, mas sem abdicar dos pilares econômicos, políticos e ideológicos inerentes à estratégia neoliberal. Os desdobramentos dessa adesão subordinada ao neoliberalismo "só ficariam nítidos em meados da década de 1990, quando a antiga social-democracia formulou e sistematizou a sua adesão ao neoliberalismo e propôs a refundação 'ética e humanista' do capitalismo no que ela própria chamou de terceira via" (CASTELO, 2013, p. 235).

De fato, houve naquele momento um forte processo de cooptação da esquerda, tanto da social-democracia quanto da ex-esquerda comunista. Nesse último caso, o desmantelamento político-ideológico de partidos comunistas na Europa ocidental e a ascensão meteórica do neoliberalismo no Leste Europeu pós-URSS são exemplos marcantes[63].

> Operou-se, desse modo, uma cooptação massiva de históricas lideranças social-democratas e comunistas em toda a Europa, que passaram a dirigir as políticas neoliberais. Se, até então, o neoliberalismo era efetivado segundo a agenda política dos partidos conservadores, no final de 1980 e início dos 1990, os partidos de esquerda não somente aderem ao ideário neoliberal como o concretizaram em suas ações de governo, muitas vezes aprofundando o programa político dos rentistas, pois a adesão maciça da social-democracia e dos ex-comunistas desarmou as bases sociais que poderiam se opor à supremacia burguesia. (CASTELO, 2013, p. 234)

Assim, o neoliberalismo se configurou também como "época histórica de cooptação massiva e molecular de influentes quadros do movimento operário que aderem ao bloco social hegemonizado e dominando pela burguesia rentista" (CASTELO, 2013, p. 235). Trata-se de um período histórico capitalista que Castelo (2013, p. 235) denomina como "processo de

[63] Importante referir que nem todos os partidos comunistas da Europa ocidental aderiram à essas lógicas derrotistas. E, mesmo entre os que o fizeram, não o fizeram em mesmo ritmo ou com o mesmo entusiasmo. O Partido Comunista Português (PCP), sobre o qual estudaremos com mais atenção na segunda parte desta investigação, é um exemplo. O partido procurou se manter às margens desse processo, afastando-se dessas teses e práticas, renegando as políticas neoliberais e, mais do que isso, mantendo-se sempre no interior da tradição marxista-leninista. Não é à toa que o partido é taxado até os dias de hoje como grupo político pretensamente "ultrapassado", sendo combatido fortemente dentre da política portuguesa, tanto pela direita quanto pela social-democracia.

passivização e acomodamento das lutas das classes subalternas à ordem burguesa via o transformismo de seus partidos políticos e sindicatos".

Nesse ambiente repleto de contradições e marcado pelo choque de reformas privatizantes, pelo esvaziamento do espaço público, pela desvalorização das decisões democráticas, pelo tratamento conservador da questão social, pelo estímulo à desigualdade socioeconômica e pelo controle social realizado por meio da combinação de repressão, cooptação e produção de consensos, formaram-se bolsões de indignação, mais ou menos espontâneos e com distintos desdobramentos, em variados países na segunda metade dos anos 1990. Como os resultados prometidos não se demonstraram na realidade, aquele drástico programa que reunia os elementos ideais para a doutrina neoliberal passou por um ajuste tático.

> Os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Gradativamente tomou-se consciência de que o receituário-ideal do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas (falsas) promessas. Um mal-estar generalizado começou a ser sentido pelas classes subalternas diante dessa situação de deterioração social. Era a hora de o neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica. (CASTELO, 2013, p. 243-244)

Nas palavras de Castelo (2013, p.270), a "reação das classes subalternas à ofensiva neoliberal ganhou força e expressão a partir de então". As lutas sociais ganhavam novo fôlego tanto no centro, quanto na periferia sistêmica. Dos protestos contra a Rodada do Milênio em Seatle, em 1999, às mobilizações contra o Banco Mundial e o FMI em Praga, no ano seguinte. Desde a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional e o levante armado no México, em 1994, passando pela revolução bolivariana ocorrida na Venezuela a partir de 1999 até o crescimento das lutas de massa contra as reformas neoliberais no restante do continente, processo que conduziu ao que ficou conhecido como "onda rosa", fenômeno caracterizado pela vitória eleitoral de partidos social-democratas e programas neodesenvolvimentistas no início dos anos 2000.

Foi então, nesse contexto de elevação da temperatura da luta de classes, que o neoliberalismo vivenciou um processo de transformação interna no fim dos anos 1990 e na primeira década do século XXI. Contudo, tais alterações se materializaram como reorientações de programas de variados governos e como novas modalidades de reformas dentro da própria agenda neoliberal. Foi um processo bastante distinto do que se deu no período reformista vivenciado no pós-guerra, encarnado pela social-democracia de então no interior da hegemonia keynesiano-fordista, momento em que o Estado foi então ampliado ao ponto de se conceber o

ideário de Bem-estar. Por sua vez, esse conjunto de modificações no programa neoliberal se caracterizou como

> […] concessões que as classes dominantes fazem sob um invólucro de medidas assistencialistas totalmente desvinculadas das noções de direito, de organização de classe e de luta político-cultural. Assim, defende-se que a ofensiva rentista ajustou sua estratégia inicial de restauração para uma reforma-restauradora a partir da última década do século passado com o objetivo de manter o bloco histórico neoliberal. (CASTELO, 2013, p. 242-243)

Na realidade, o diagnóstico dominante concluía que o problema não estava exatamente no programa que vinha sendo realizado, mas na impossibilidade de sua aplicação por completo. E a principal barreira para seu desenvolvimento teria sido a luta de classes, isto é, a resistência encontrada em vários ambientes nacionais para se fazer passar aquele conjunto de reformas ortodoxas. Era necessário ajustar a tática para se garantir a estratégia. Desse modo, as políticas sociais, muito desvalorizadas nas experiências dos anos 70, 80 e início dos, ganhariam uma nova perspectiva dali em diante. Em hipótese alguma se tratava de uma recuperação de algum ideário universalista típicos dos tempos de *welfare*. Na verdade, um novo conjunto de políticas – pontuais, focalizadas, individualizantes, mercadológicas – foi introduzido como forma social-liberal para de se abordar a questão social. Tais expedientes se juntaram ao núcleo duro das reformas políticas e econômicas já consagradas até então ou em curso.

Como sublinha Castelo (2013, p. 245), "na atual fase do capitalismo", o Estado não poderia mais "retroceder a um simples aparelho policial de repressão e defesa da propriedade privada". Ou seja, já não era mais possível retomar a modelos essencialmente repressivos de tratamento da questão social. Desde a virada do século XIX para o XX que as funções estatais haviam se amplificado e se complexificado, articulando consenso e coerção em um equilíbrio necessário para a manutenção da dominação capitalista e, em última instância, para a própria sobrevivência do modo de produção e suas formas de sociabilidade.

Considerando essa impossibilidade histórica e também a forte resistência popular que o primeiro ciclo de reformas encontrou em maior ou menor grau em todos os países onde foi desenvolvido, fazia-se necessário apresentar agora uma nova abordagem para a questão social (Castelo, 2013). O conservadorismo neoliberal promoveu, assim, um relativo giro, a ponto de avançar sobre pautas tradicionalmente vinculadas ao campo da esquerda e aos setores populares, gerando contradições e confusões no seio daqueles movimentos de resistência. Evidentemente, tratava-se de um avanço controlado. Garantia-se a contenção dos elementos mais disruptivos daquela agenda social e, ao mesmo tempo, instrumentaliza-se da questão social por meio de políticas e abordagens plenamente integradas às lógicas econômicas e políticas essenciais à doutrina hegemônica e, mais importante do que isso, aos interesses das classes

dominantes e de seus projetos de dominação. São oferecidas respostas parciais, focalizadas e necessariamente insuficientes. Contudo, apesar da nítida incapacidade para lidar com a contradições e malezas produzidas pelo capitalismo e aprofundadas pelo conjunto de reformas neoliberais, as novas formas neoliberais para lidar com a questão social encontram espaços de auto-legitimação dentro das próprias fileiras subalternas.

Nesse trajeto, formou-se aquilo que Justen e Gurgel (2021), ao estudarem o desenvolvimento neoliberal na realidade brasileira, interpretam como segundo ciclo ou segunda geração de reformas neoliberais. Trata-se dos desdobramentos políticos daquilo que Castelo (2013) identifica como social-liberalismo. Os três autores interpretam que esse novo momento representa uma espécie de moderação – imposta pela intensificação da luta de classes – no rumo que o neoliberalismo vinha assumindo desde os anos 70. De fato, ocorre um embaralhamento providencial dos espectros políticos existentes. Como num passe de mágica, todos os campos político-ideológicos associados à hegemonia neoliberal passavam a se preocupar com a "pobreza" e a "desigualdade". Os ideários sobre direita e esquerda se confundiam, a ponto de cada vez mais políticos de ambos os campos defenderem uma suposta necessidade de se superar tais demarcações. Defendiam que já havia passado o tempo de se falar em direita e esquerda, em capitalismo e socialismo, em capital e trabalho, em dominantes e dominados, em exploradores e explorados. As infindáveis teses derivadas do "fim da história" e as teorias pós-modernas, em suas variantes conservadoras e progressistas, contribuíram diretamente para a conformação desse ambiente.

> A impressão é que todos, da esquerda à direita, dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade. As fronteiras ideológicas entre as esquerdas e as direitas, algo sólido no passado, teriam se dissolvido no ar, abrindo espaço para uma política pragmática de resultados imediatos. […] primeiro não haveria mais a divisão entre esquerda e direita, e as disputas políticas estariam esvaziadas dos grandes projetos nacionais e populares de transformação social, restritas somente a questões pragmáticas da pequena política, sem ideologias a embasar as ações humanas; segundo, todos reconheceriam que as desigualdades devem ser combatidas, mas todos também reconheceriam a impossibilidade de superá-las, dadas as diferenças entre os indivíduos. (CASTELO, 2013, p. 249)

Nesse contexto, uma forma de sociabilidade onde o mercado foi elevado ao posto de mais adequado espaço de regulação das relações sociais simplesmente se mantém como elemento pretensamente natural da vida humana, preservando o núcleo duro neoliberal no interior daquele movimento moderador. Assim, naquele novo ciclo de reformas, não se tratava mais de construir programas de conciliação entre capital e trabalho com noções universalistas típicas da tradição social-democrata do pós-guerra. Não está em questão o estabelecimento de

acordos solidários entre grupos e classes sociais que reúnem em torno de si interesses concretos e subjetivos contrastantes. Trata-se apenas do amortecimento dos efeitos mais nefastos do neoliberalismo por meio de ações controladas e pragmáticas, adequadas à lógica geral dessa fase capitalista. Não cabe mais para o pensamento dominante a defesa de políticas que universalizem direitos sociais e laborais, mas sim a oferta de auxílios mais ou menos temporários e focalizados a causas e grupos específicos. Esse novo *modus operandi* se fez notar nas agendas adotadas pelas principais instituições neoliberais no plano internacional.

> A esta agenda do binômio ajuste/compensação, como diz João Márcio, juntaria-se, por toda a gestão de James Wolfensohn (1995-2005), um elenco de temáticas típicas do social-liberalismo, como a equidade social, o desenvolvimento sustentável e a participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos. […] O revisionismo neoliberal também atingiu o FMI, um dos principais patrocinadores dos programas de ajustes estruturais da periferia, que na verdade são programas de saque e pilhagem da riqueza dos países dependentes. No final dos anos 1990, mais especificamente em 1998, após 20 anos de uma defesa fanática do receituário-ideal do neoliberalismo, o FMI definiu em três documentos uma linha de revisão de alguns pontos dos seus ajustes estruturais. (CASTELO, 2013, p. 253)

Uma ampla rede de aparelhos ideológicos se envolveu tanto na formulação teórica quanto na propagação entusiasmada do social-liberalismo como variante neoliberal predominante na primeira década do século XXI, produzindo não apenas cumplicidades passivas, tal como denomina Bourdieu, mas também engajamento pleno e ativo. Apesar das variantes internas à própria ideologia e das diferenças encontradas nos distintos programas social-liberais que foram efetivamente implementados em cada realidade nacional, Castelo (2013) identifica um núcleo central sobre o qual se assentam os ajustes realizados sobre as reformas neoliberais no fim dos anos 1990.

> A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da "questão social" e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois, ao mesmo tempo em que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa. (CASTELO, 2013, p. 258)

Dessa maneira, o social-liberalismo preserva os fundamentos essenciais do neoliberalismo enquanto resposta às necessidades de recuperação das taxas de exploração sobre o trabalho e de acumulação de capitais, ao mesmo tempo em que oferece instrumentos mais flexíveis – e seguramente inofensivos à lógica geral do capital – para responder à questão social e às resistências populares que se levantaram contra o próprio projeto neoliberal.

> O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para a retomada das taxas de lucro com ênfase na

> financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração nem mesmo de debate. Restaria, como alternativa "realista", a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades socioeconômicas. (CASTELO, 2013, p. 264)

Essa correção tática produziu, desse modo, uma nova onda de reformas neoliberais, tal como identificadas por Justen e Gurgel (2021), orientada ideologicamente pelo que Castelo (2013) denominou de social-liberalismo. Tal variante prática e ideológica se efetivou a partir de algumas características marcantes que conectam as experiências e as proposições teóricas específicas a cada realidade nacional. Resumidamente, Castelo (2013) categoriza esse conjunto de atributos em três eixos fundamentais que diferenciam o social-liberalismo do consenso ideológico neoliberal predominantemente vigente até então.

> Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam se diferenciar da vertente do que chamei de receituário-ideal a partir de três modos de questionamento: 1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, consequentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da "questão social"; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos. (CASTELO, 2013, p. 263-264)

Ao mesmo tempo, o autor estudou algumas das expressões teóricas que o social-liberalismo foi assumindo no decorrer do tempo, de acordo com o contexto de cada realidade nacional e regional. Isso se deu com Anthony Giddens e o ideário da terceira via, muito influente em governos sociais-liberais europeus, tais como os de Tony Blair, Gerhard Schröder e Jacques Chirac. Outras dimensões do social-liberalismo também se verificam nas ideias de Alain Touraine sobre os novos movimentos sociais ou mesmo na nova agenda do desenvolvimento estimulada por intelectuais como Joseph Stiglitz (CASTELO, 2013). Usando a denominação de Nancy Fraser (2018), esses movimentos poderiam se encaixar, cada qual ao seu modo e seu tempo, no que a autora chama de "neoliberalismo progressista".

Dentre tais expressões ideológicas que demonstram a maleabilidade do social-liberalismo em sua afirmação como variante neoliberal, cabe tratar com um pouco mais de atenção de uma dessas tendências. Trata-se daquela que nasceu no próprio âmago neoliberal, sendo representada por figuras como John Williamson e Pedro Pablo Kuczynski e pela ideia

lançada no início dos anos 2000 sobre uma espécie de pós-Consenso de Washington[64], isto é, justamente a proposta de se lançar uma segunda geração de reformas mais adequadas para municiar o neoliberalismo em seu enfrentamento com as lutas sociais então ascendentes. O livro organizado por Williamson e Kuczynski (2004) naquele período, intitulado "Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina", expressou muito bem essa iniciativa plenamente imbuída do espírito "reformista-restaurador" do social-liberalismo, mas adaptada à realidade latino-americana.

Com o avanço das reformas neoliberais implementadas segundo orientação do Consenso de Washington e suas consequências sociais, que redundaram na onda de protestos e mobilizações no fim dos anos 1990, mesmo intelectuais orgânicos das classes dominantes e intimamente vinculados à estratégia neoliberal em curso, como Williamson e Kuczynski, passam a flexibilizar suas propostas. Com o intuito claro de amortecer parte dos efeitos sociais mais drásticos do seu programa para conscientemente torná-lo mais palatável no debate político, Williamson (2003) acaba por apresentar uma segunda geração de reformas neoliberais, aproximando-se de outras linhas surgidas no mesmo contexto histórico, as quais, por outras vias, também forneciam vestes aparentemente progressistas ao neoliberalismo, como as teorias preconizadas pela terceira via, pela via 2 ½ ou pela nova agenda do desenvolvimento (CASTELO, 2013).

É a luta de classes em movimento. O volume e a intensidade dos protestos populares contra o receituário neoliberal drástico obrigaram um ajuste tático de rumos, de forma que temas como a desigualdade, o desemprego e a educação passam a ser incorporados com o intuito de oferecer alguma atenção aos nefastos efeitos provocados pelo próprio neoliberalismo.

> Williamson, eventualmente, concorda com alguns pontos das críticas dirigidas ao Consenso, em particular aquelas que não atingem o núcleo duro do projeto político de reformas-restauradoras, a saber, a ideia de que o livre mercado, a despeito de todas as suas falhas e lacunas, seria a melhor forma de organização econômica e social já inventada pela humanidade, superior aos intervencionismos populistas e socialistas. Como fica claro, a sua autocrítica objetiva à relativização das divergências políticas e ideológicas ao Consenso. […] O problema, portanto, não estaria necessariamente na formulação ideológica do programa, mas na capacidade dos governos locais em tornar efetivos os dez pontos do Consenso. Ou seja, Williamson defende que o receituário-ideal do neoliberalismo não foi aplicado na sua inteireza, ignorando as resistências populares e os condicionantes internos de cada país. (CASTELO, 2013, p. 326-327)

Entretanto, a luta não foi capaz de alterar o núcleo duro daquele projeto societário, de forma que todas essas modificações foram realizadas sempre de maneira subordinada aos

---

64 Cabe registrar que John Williamson, professor universitário e quadro importante de instituições como o FMI e o Banco Mundial, participou diretamente, nos anos 1980, na construção do receituário neoliberal conhecido como Consenso de Washington.

pilares fundamentais do neoliberalismo. Os motivos para o fracasso observado nos anos 1990 não teriam origem no conteúdo das reformas, mas sim na incapacidade de sua aplicação até as últimas consequências. Dessa forma, as modificações agora anunciadas, que propunham políticas focalizadas para lidar com a questão social, viriam para fornecer melhores condições de implementação e maiores margens de manobra aos governos locais em suas missões de realização da agenda neoliberal que se encontrava incompleta. Em outras palavras, como resposta à intensa insatisfação social, a segunda geração de reformas altera certos elementos antes defendidos e inclui novos, mas com o objetivo de acertar os rumos e garantir que o programa neoliberal fosse integralmente cumprido.

De acordo com Castelo (2013, p. 328), "em linhas gerais, o pós-Consenso não nega a paternidade do Consenso, mas diz que o programa necessitaria de ajustes para fazer avançar a ofensiva neoliberal, que ainda não teria cumprido as suas reais finalidades, mascaradas sob a insígnia do crescimento com equidade". Ainda segundo o autor, o social-liberalismo se configurou como "a estratégia burguesa de reação à última crise orgânica do capitalismo", a crise dos anos 1970, incorporando ao neoliberalismo, ao longo da metade final dos anos 1990, "o debate sobre a questão social" (CASTELO, 2013, p. 264). Entretanto, essa ampliação não abandonou em momento algum o princípio fundamental do neoliberalismo que afirma a "primazia do mercado como espaço regulador das atividades humanas" (CASTELO, 2013, p. 264).

Em resumo, é possível identificar os nexos estruturais que explicam a necessidade de ajuste na estratégia neoliberal e o surgimento da variante social-liberal: 1) "a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do mercado mundial"; 2) "as crises financeiras globais"; e 3) "as lutas e resistências contra-hegemônicas da década de 1990" (CASTELO, 2013, p. 265). Essa conjunção histórica, que articula alterações significativas no mundo do trabalho com abalos financeiros simultâneos em diversas economias e com a intensificação da luta de classes como resistência ao neoliberalismo e suas consequências reais – muito diferentes das promessas anunciadas – fizeram da década de 1990 um período de múltiplas crises financeiras, políticas e sociais. Nesse ambiente, já não era possível que o neoliberalismo, por meio dos seus representantes políticos e ideológicos, continuasse se calando quanto às consequências do seu próprio avanço. Isso porque, de acordo com Castelo (2013, p. 272), o "silêncio contra as perdas sociais promovidas por 20 anos da supremacia neoliberal foi rompido, e os protestos transbordaram os limites das organizações antissistêmicas e ganharam força em espaços públicos internacionais".

No entanto, tratava-se de um movimento de ajuste tático. Nenhuma crítica de fundo e nenhuma política de reformas progressistas estruturais viriam daí. Constrói-se, na verdade, uma variante teórica e política que incorporou novas formatos de enfrentamento à questão social ao núcleo central do neoliberalismo. Parte fundamental desse movimento somente pôde se realizar no bojo do definhamento político-ideológico da social-democracia, conforme já estudado, processo que já vinha em curso pelo menos desde a década de 1970. Se a história de proximidade do movimento social-democrata com a classe trabalhadora e com as lutas populares já teria facilitado a implementação do primeiro ciclo de reformas neoliberais, tal passado emprestaria novamente a roupagem progressista necessária ao ajuste social-liberal aplicado no neoliberalismo teórico e em sua operacionalização política do fim dos anos 1990 em diante. Tratemos agora com mais atenção dos impactos provocados na trajetória neoliberal pelo ambiente de crise global aberto no fim dos anos 2000, contexto que engendrou um processo de transformação e radicalização no neoliberalismo.

1.6.4 Neoliberalismo reacionário

Nos últimos tempos, Pepe Escobar, um conhecido jornalista de política internacional tem se referido à atual conjuntura capitalista como um ambiente de agravamento da insanidade global. Ele não está sozinho nessa percepção. Grande parte dos correspondentes de imprensa, analistas políticos, cientistas sociais e economistas têm tido dificuldades para ler os acontecimentos do presente e da história recente. Mas essa observação imediata é apenas parcial. E quando a parcialidade da aparência é considerada como condição definidora do real, ela mais engana do que esclarece. Torna-se um véu que camufla as determinações mobilizadoras do processo histórico. Se a verdade está no todo, como ensina a filosofia hegeliana, busquemos expandir nosso olhar. Veremos que há racionalidade naquilo que à primeira vista parece apenas insanidade.

É certo que existe uma crise econômica com efeitos globais que se arrastam desde 2008, com retomadas e declínios dos índices de mercado, bem como suas consequências sociais danosas e suas tendências de aprofundamento do grau de exploração do capital sobre o trabalho e de avanço da concentração e centralização de capitais. Entretanto, parece haver indícios para se afirmar que essa crise econômica também traz consigo uma profunda crise política e social, ao mesmo tempo em que o processo de acumulação de capitais segue seu curso ininterrupto.

Suspeita-se que o capitalismo esteja se libertando das últimas amarras político-ideológicas que lhe impunham um resto de aparência democrática e civilizada. O pacto de

classes do pós-guerra, de base keynesiano-fordista, que permitiu a construção do *welfare* em alguns locais do capitalismo avançado e produziu ideias similares, mas rebaixadas, na periferia sistêmica, vem sendo objetivamente atacado e progressivamente desarticulado desde as décadas de 1970 e 1980. Agora, após aquele primeiro choque de neoliberalismo, o capital parece estar em processo de abandono até mesmo da sua fase neoliberal caracterizada pela gestão tecnocrática e aparentemente apolítica do Estado, mas que contava com um verniz democrático e certas doses sociais-liberais de políticas públicas focalizadas (CASTELO, 2013; FRASER, 2018; NUNES, 2020), ao mesmo tempo em que recrudescia seus aparatos repressivos e de exceção, como Wacquant (2012) e Agamben (2004 e 2015) perceberam.

É possível que não se trate de mais uma forma engenhosa de "compra de tempo", típica do neoliberalismo. Segundo Streeck (2018), desde a década de 1970, a forma capitalista neoliberal estaria "comprando tempo", isto é, adiando a crise definitiva do "capitalismo democrático" que marcou o pós-guerra, por meio de estratégias variadas, que combinam regimes inflacionários e políticas de endividamento do Estado.

De acordo com o autor alemão, o sonho neoliberal – em fase avançada de implementação, mas ainda não completa – seria justamente a libertação definitiva da economia capitalista da democracia. Não se trataria de um rompimento com o Estado, como seus ideólogos reivindicam publicamente, mas sim de um abandono do regime democrático-burguês. A utopia capitalista seria, portanto, completar a trajetória neoliberal de despolitização da economia, abrindo espaço para um processo de governança tecnocrática global estruturada por Estados nacionalmente reorganizados, sob o controle de uma diplomacia financeira isolada de qualquer participação democrática (STREECK, 2018). O autor aponta que esse processo estaria em curso e teme que possa se consolidar nos próximos anos.

Entretanto, a nosso ver, um modelo de governança autoritariamente tecnocrática não se trata de um horizonte que se aproxima. Ele já existe e faz parte do ordenamento neoliberal desde pelo menos o fim dos anos 80, como se vê na forma de funcionamento antidemocrática de instituições político-econômicas como a União Europeia (UE) e a zona do euro, organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Central Europeu (BCE), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fórum Econômico Mundial (famoso por suas reuniões em Davos, na Suíça), bem como na disseminação de políticas como o Consenso de Washington e os Objetivos do Milênio, elaborados pelo BM. Em diálogo com as preocupações de Streeck (2018), desconfia-se que o capitalismo neoliberal esteja, na verdade, se transformando e se radicalizando ao longo da última década. Desse modo, estaria adotando uma conformação que abdica até mesmo da democracia aparente que vinha

geralmente associada ao gerencialismo apolítico-tecnocrático típico das variantes neoliberais conhecidas até então.

Nos últimos anos, o capitalismo está adotando novas modalidades de regulação no interior do regime neoliberal, superando sua própria tática social-liberal e radicalizando seu receituário ideal. Nesse percurso, a exceção torna-se gradualmente a regra e a repressão permanente seria necessidade constante para a manutenção de patamares de lucratividade aceitais para o ímpeto do capital monopolista na atualidade imperialista. Se estivermos corretos, essa impressão poderá ajudar a se compreender a elevação quantitativa e qualitativa dos graus de exploração econômica e opressão política aos quais estão submetidas as massas trabalhadoras e subalternizadas em parte significativa do mundo. Estaríamos vivendo, assim, um momento de crise civilizatória da sociedade capitalista, o que não significa, em absoluto, o fim do capitalismo nem mesmo o fim do ciclo neoliberal. Mas tão somente o fim de suas aparências de civilidade.

Tendências que indicam esse cenário de transformações do regime neoliberal e suas formas de reprodução, tornando-se uma versão radicalizada de si mesmo, podem ser encontradas em praticamente todas as regiões do planeta desde, especialmente, a crise econômica que explodiu em 2007-2008. Fazem parte desse processo de transformação-radicalização: o aumento da informalização, da insegurança e da precarização do trabalho; o acelerado processo de empobrecimento e pauperização dos trabalhadores, bem como a destruição das camadas sociais médias; o avanço do conservadorismo e do reacionarismo político; a elevação das diferentes formas de violência imperialista, como intervenções e guerras de variados tipos; o recuo de movimentos e projetos políticos progressistas, mesmo aqueles de tipo abertamente social-liberal ou neoliberal progressista; o aumento das funções coercitivas do Estado; o avanço acelerado de variadas formas de expropriações, bem como dos imperativos capitalistas sobre a natureza e sobre as sociedades tradicionais. Passaremos agora por alguns desses indícios concretos que seguramente estão conectados e se influenciam entre si, fazendo parte de um mesmo cenário global[65].

No continente Europeu, são evidentes os efeitos sociais da crise econômica que se arrasta desde 2008, como as consequentes pressões por intensificação das políticas de austeridade e seus resultados socialmente danosos, principalmente na periferia continental. Ao

[65] Na análise daqui em diante serão privilegiados dados da conjuntura política e socioeconômica referentes até o ano de 2019. Considera-se que o cenário da crise pandêmica e seus efeitos sanitários, econômicos e sociais inseriram novas determinações na conjuntura mundial a partir de 2020, impactos que fogem ao escopo desta investigação.

mesmo tempo que as grandes corporações e os organismos da alta finança global apenas se preocupam com suas taxas de lucratividade e defendem fervorosamente as políticas de "ajuste", os índices de desemprego e crescimento da precarização do trabalho são um notável exemplo da deterioração das condições de vida dos trabalhadores europeus no contexto pós-crise.

Na Espanha, por exemplo, mesmo após a reforma trabalhista imposta sob os argumentos da "austeridade" em 2012, o percentual de trabalhadores temporários sobre o total de ocupados atingiu 26,8% em 2017. Desses contratos precários, cerca de 60% tinham duração de até seis meses. Da mesma forma, o desemprego entre a juventude da zona do euro e da União Europeia girava em torno de 15% e 14% em 2019, respectivamente. Na Grécia, esse índice chegou a 39%. Na Espanha, 32%. Na Itália, 28%. Na Turquia, 25%. Na França, 20%. Em Portugal, 18%[66].

Nos Estados Unidos (EUA), apesar da recente diminuição do número de pessoas desocupadas, cresce sensivelmente a precarização do trabalho e os índices de pobreza são cada vez mais visíveis desde a crise de 2008. Cada vez são mais comuns os casos de trabalhadores com múltiplas ocupações (informais, intermitentes, temporárias, sem contrato, etc.) que não se concretizam em rendimentos suficientes para a manutenção digna das famílias estadunidenses. Segundo pesquisa da Organização Não Governamental (ONG) *Poor People's Campaign*, cerca de 140 milhões de estadunidenses (43% da população) estavam em situação de pobreza em 2018, isto é, vivendo com renda anual inferior a 11,7 mil dólares. Outro exemplo dessa deterioração social é a verdadeira bomba-relógio que vem se avolumando há anos pela bolha do financiamento universitário naquele país. Estimativas de 2018 indicavam que o conjunto desse tipo de dívida já superava 5,9 trilhões de dólares, com altos índices de inadimplência[67].

Do ponto de vista político, nota-se o perigoso crescimento da extrema-direita em variadas partes do mundo, especialmente percebido a partir da eleição de Donald Trump (2016) e de outros projetos de extrema-direita, bem como pela forma e pela orientação que tem se dado o processo de enfraquecimento dos laços da União Europeia (EU), capitaneado por forças políticas xenófobas e preocupantemente conservadoras. Löwy (2019) esclarece que não se trata de um movimento plenamente consolidado ou unificado, de maneira que essa nova onda de extrema-direita possui características próprias em cada país, manifestando-se de formas e em

---

66 Ver reportagem do jornal El Pais e dados compilados pelo portal *Tranding Economics*. Disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/13/economia/1550088419_496910.html>; <https://pt.trading economics.com/country-list/youth-unemployment-rate?continent= europe>. Acesso em 30/06/2019.

67 Ver reportagens da revista Exame e do jornal El Pais. Disponíveis em: <https://exame.abril.com.br/ mundo/mais-de-140-milhoes-de-pessoas-sao-pobres-nos-estados-unidos-denuncia-ong/>; <https://brasil. elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/152828219 9_859406.html>. Acesso em 30/06/2019.

tempos distintos a depender da cada contexto histórico-social específico. Segundo o autor, enquanto em alguns casos é o "nacionalismo" ou o "racismo xenófobo" que predominam, em outros é o "fundamentalismo religioso" ou "o ódio pela esquerda, [pel]o feminismo e [pel]os homossexuais" que se faz presente (LÖWY, 2019, p. 25).

Há também conflitos no que diz respeito ao plano da economia, conforme assinalado por Jorge Martins (2019) em seu mapeamento sobre o crescimento dos variados movimentos de extrema-direita na Europa nos últimos anos. Se alguns denunciam a globalização como a raiz dos seus problemas internos (sobretudo na extrema-direita dos países ricos do norte europeu e, em certo sentido, dos EUA), outros se articulam com bastante facilidade à dogmática da economia neoliberal (como ocorre na extrema-direita da periferia capitalista em geral, inclusive no sul e no leste da Europa, onde o mantra "conservadorismo nos costumes e liberalismo na economia" costuma predominar). Contudo, em que pesem as diferenças pontuais, Löwy (2019) consegue estabelecer elos de conexão.

> [...] existem algumas características comuns à maioria, senão a todos: autoritarismo, nacionalismo fundamentalista – 'Deutschland über alles' e suas variantes locais: 'America First', 'O Brasil acima de tudo' e assim por diante – intolerância religiosa ou étnica (racista), violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e ao crime. (LÖWY, 2019, p. 25)

Para além da ascesão de Trump nos EUA, que apesar da derrota em 2020 mantém níveis elevados de engajamento com sua base social[68], são exemplares os seguintes casos: a consolidação de um *brexit* liderado pela extrema-direita no Reino Unido, conduzido pelo Primeiro-ministro Boris Johnson, do Partido Conservador; a força acumulada nos último anos pelo Reagrupamento Nacional (denominado Frente Nacional até 2018), partido da extrema-direita francesa liderado por Marine Le Pen, que chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2017, alcançando mais de 33% dos votos; a ascensão da Liga Norte (*Lega Nord*) na Itália, partido de extrema-direita, liderado pelo ex-vice primeiro-ministro Matteo Salvini, que já é a segunda maior força política do país; o crescimento do partido conservador *Fidesz* União Cívica na Hungria, sob a liderança do primeiro-ministro Viktor Orbán, que é governo desde 2010 e vem recentemente intensificando sua face de extrema-direita; o surgimento do Batalhão de Azov, facção paramilitar neonazista consolidada em 2014 em meio à crise ucraniana que, em 2015, tornou-se regimento da guarda nacional do país, ganhando força política e protagonismo nos conflitos que se arrastam até hoje; os também notáveis avanços

[68] Embora tenha sido derrotado por Joe Biden, Trump obteve cerca de 74 milhões de votos nas presidenciais de 2020, superando sua própria marca alcançada em 2016 em mais de 10 milhões de eleitores. É possível afirmar que, apesar da derrota de Trump, o trumpismo se mantém ativo e se consolida como principal força dentro do Partido Republicano dos EUA.

eleitorais e de enraizamento social de partidos de extrema-direita em outros países do continente, mesmo que ainda não tenham formado governo, como o *Vox* na Espanha (partido tributário do antigo regime fascista espanhol que já é a terceira bancada no Congresso Nacional) e o Aurora Dourada na Grécia (partido neonazista que também chegou ao posto de terceiro maior agrupamento no Parlamento Helênico em 2015)[69].

Tais casos, apesar de apresentarem diferenças e contradições pontuais entre si, como se vê por exemplo em eventuais posicionamentos no Parlamento Europeu, representam um preocupante avanço de facções políticas europeias de viés radicalmente conservador, xenófobo, racista, anticomunista, anti-internacionalista e que resgatam e renovam certas práticas e estéticas políticas tipicamente nazi-fascistas. Como resultado desse crescimento que impõe uma nova correlação de forças no continente, o Parlamento Europeu ratificou, em resolução emitida no dia 19 de setembro de 2019, uma compreensão revisionista que iguala arbitrariamente o socialismo real ao nazi-fascismo. Aprovada por uma aliança de eurodeputados da extrema-direita, da direita liberal e até mesmo da social-democracia, a resolução se vale da controversa noção sobre o totalitarismo[70] para fortalecer um processo de criminalização do movimento comunista já em curso em diversos países, como Polônia, Georgia e Lituânia[71].

O avanço de guerras comerciais, guerras híbridas e dos conflitos bélicos promovidos pelas nações imperialistas, sobretudo pelos EUA e pela UE, com participação de aliados

---

69 Fundado nos anos 1980 como partido assumidamente neonazista, o Aurora Dourada se lançou oficialmente a votos em 2012, no auge da crise da zona do euro, alcançando um crescimento acelerado. Nas eleições de 2019, entretanto, obteve um revés e não elegeu deputados. Essa derrota teve relação direta com um longo processo judicial que abalou a imagem pública do partido, o qual foi instaurado após um assassinato (com motivações políticas) cometido por um de seus membros em 2013. O processo culminou numa decisão do Tribunal Grego, em outubro de 2020, que declarou a ilegalidade do partido ao considerá-lo uma organização criminosa. Ver mais em: <https://www.dw.com/pt-br/tribunal-grego-considera-aurora-dourada-uma-organiza%C3%A7%C3%A3o-criminosa/a-55193275>. Acesso em 12/04/2021.

70 A tradição teórica adepta da noção de totalitarismo, famosa pela pena de Hannah Arendt (2013), opera, por caminhos variados, uma equiparação puramente formalista – sem sustentação no desenvolvimento histórico-concreto – entre a extrema-direita e o que se considera como extrema-esquerda. Suas críticas ao socialismo real soviético são instrumentalizadas de tal maneira que os defensores dessas teses acabam por nivelar o nazifascismo aos comunistas e aos socialistas radicais, isto é, às forças que efetivamente compuseram a vanguarda histórica de luta contra a extrema-direita no mundo, seja no âmbito da Segunda Guerra Mundial, seja nas mais diversas realidades nacionais. Não há espaço aqui para nos alongarmos neste debate, mas cabe anotar o exemplo emblemático do Partido Comunista Português (PCP) e de outros grupos da esquerda radical portuguesa que atuaram como ponta de lança da resistência à ditadura fascista imperante no país ao longo de quase cinco décadas (a mais longa ditadura europeia no século XX). Para uma crítica aprofundada ao conceito de totalitarismo e aos efeitos de sua utilização, ver: Slavoj Zezek, em "Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção" (2013); Domenico Losurdo, em "Para uma crítica da categoria de totalitarismo" (2003) e "O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer" (2018); e Lúcio Flávio de Almeida, em "Hannah Arendt, Losurdo e a questão do totalitarismo: algumas aproximações" (2017).

71 Ver mais em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/polonia-proibe-qualquer-referencia-ao-comunismo-no-espaco-publico_n920312>; <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080618_litu aniaso vietica>. Acesso em 12/04/2021.

estratégicos como Japão, Austrália, Canadá e Israel, também são notáveis por todo o mundo. Os casos mais exemplares talvez sejam as profundas tensões e disputas por acesso a *commodities*, mercados, patentes, territórios, influência política e pela liderança de desenvolvimento tecnológico. Os embargos, sanções e intervenções praticadas pelos EUA, pela UE e seus aliados contra China, Rússia, Venezuela, Irã e outros países dizem respeito a interesses em diversos setores econômicos, como o financeiro, o complexo industrial-militar, a produção agroalimentar, a indústria petroquímica, o setor farmacêutico e de biomedicina. Nas telecomunicações e tecnologias digitais é emblemático o caso que envolve a tecnologia 5G e as sanções aplicadas pelo ocidente à chinesa Huawei, líder global nesse ramo inovador. Isso para não mencionar a manutenção do rígido bloqueio capitaneado pelos EUA contra Cuba, iniciativa recrudescida na gestão trumpista e continuada pelo novo governo democrata.

Simultaneamente, as tensões diplomáticas e ameaças reais de invasão militar geradas pela hostil política externa estadunidense contra o Irã, bem como as movimentações militares da OTAN nas fronteiras russas também, são motivos de alerta. Nota-se, com isso, a intensificação – e não arrefecimento – de *cyber* guerras, intervenções brancas, guerras "por procuração" e dos diversos conflitos bélicos, justificados pela lógica difusa da guerra contra o "terrorismo", contra as "drogas" e/ou em defesa da "democracia" e da "liberdade". Não são casos isolados. Crescem também os efeitos sociais e as crises migratórias decorrentes da notória escalada da hostilidade imperialista. Esse processo acaba por atingir toda a periferia capitalista, da África ao Oriente Médio, da Ásia à América Latina.

Por falar em América Latina, a atual tendência de crise civilizatória não é diferente no continente. Percebe-se um processo de deterioração das condições de vida das massas trabalhadoras, do campo e da cidade, sobretudo no que diz respeito ao acesso às suas necessidades básicas de existência e a direitos sociais elementares, como educação, saúde, previdência pública, cultura, saneamento básico, seguridade social, etc.

Os índices de desemprego, informalização, insegurança e precarização do trabalho são alarmantes no continente. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, cerca de 53% da população ocupada na América Latina estava na informalidade, sem contar com nenhum tipo de seguridade social vinculada ao exercício laboral. No Brasil, esse número estava em 46%. No primeiro semestre de 2018, a taxa de desemprego no continente foi de 8,8%, afetando 26 milhões de pessoas, sendo 40% de jovens. No mesmo período, o índice

de idosos latino-americanos que não contavam com nenhum tipo de pensão ou política de seguridade social estava em 29%[72].

Além disso, nota-se uma trajetória de restauração conservadora conectada à derrocada de governos de esquerda e centro-esquerda na região (Katz, 2014), ou seja, daqueles projetos que promoveram ou buscaram implementar variadas formas de conciliação de classes – sobretudo ao longo da primeira década do século XXI. Assumindo táticas diversas, essa trajetória conservadora já atingiu ou está em gestação na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Equador, na Bolívia, dentre outros países. Os golpes de Estado de novo tipo[73] perpetrados em Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2012, e no Brasil, em 2016, são outra faceta da mesma moeda. Já o golpe perpetrado na Bolívia em 2019, com apoio explícito da Organização dos Estados Americanos (OEA), teve características de quartelada militar-policial nitidamente alinhada com forças empresarias, políticas e religiosas internas e com os interesses dos EUA no país[74]. Este último fez lembrar os golpes ocorridos na América Latina ao longo do século XX.

Tirando Cuba, que segue permanentemente impactada por campanhas internacionais de desestabilização e por um duro embargo econômico que já dura mais de 60 anos, provavelmente o caso mais dramático do continente é aquele vivenciado pela Venezuela. O país vive atualmente uma profunda crise política, econômica e migratória. Sofre diariamente com bombardeios midiáticos, com a violência política das facções da direita e da extrema direta nacionais, com o boicote econômico da burguesia interna e com ações de bloqueio externo e ameaças reais de interferência militar, lideradas sobretudo por Washington e apoiadas pelo recém-criado Grupo de Lima[75].

---

[72] Ver os dados publicados em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670542.pdf>. Acesso em 30/06/2019.

[73] São golpes de Estado com novas características. Contaram com renovados formatos de atuação e associação entre aparelhos parlamentares, jurídicos, militares, policiais e grandes conglomerados econômicos e midiáticos, nacionais e internacionais. Isto é, tratou-se de um novo modo de articulação entre forças das sociedades civil e política, levado à cabo com o objetivo de derrubar governos de forma arbitrária, sem necessitar da intervenção militar direta para se atropelar qualquer respeito aos procedimentos burocrático-legais e à aparência democrático-burguesa. Essas características diferem a maior parte dos golpes de hoje daqueles que marcaram as ditaduras civil-militares instauradas no continente entre as décadas de 1960 e 1980.

[74] Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/21/o-golpe-na-bolivia-tem-a-ver-com-a-tela-que-voce-esta-usando-para-ler-este-artigo>. Acesso em 12/04/2021.

[75] Trata-se de um grupo fundado em 2017 por governos latino-americanos de direita e extrema-direita alinhados aos EUA. Fizeram parte da composição inicial: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia. A entidade promove uma radical oposição ao governo venezuelano e possui como objetivo central autodeclarado "tratar da situação crítica na Venezuela" (Declaração de Lima, 2017). Apesar de não fazerem parte oficialmente do grupo, os EUA não apenas participam dos encontros, como tomam parte nas deliberações e atuam como apoiador estratégico da iniciativa, que conta ainda com o reconhecimento e o suporte da OEA e da União Europeia.

Nesse cenário, destaca-se também o recuo na promoção de políticas internacionais de viés progressista e em posicionamentos de organismos multilaterais que vinham ao menos tensionando o ambiente geopolítico nos últimos 15 anos. Referimo-nos ao arrefecimento do processo de integração latino-americana que efetivamente avançava, não sem conflitos e percalços, por meio da reorientação política estabelecida em instituições já existentes, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e da criação de instituições como a *Televisión del Sur* (Telesur, 2005), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba, 2006), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008), o Banco do Sul (2009), etc.

No campo geopolítico mais amplo, pode-se lembrar ainda do enfraquecimento, ou mesmo o desmantelamento[76], de uma iniciativa de aproximação entre grandes economias periféricas de distintos continentes, como o BRICS[77], que vem se organizando recentemente apenas como RIC, com alto risco de saída também da Índia. Especula-se que esse contexto crítico também possa vir a afetar as instituições políticas e econômicas vinculadas ao grupo, como a Cúpula dos BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

Esse conjunto de recuos de políticas, programas e movimentos progressistas pelo mundo demonstra um elemento essencial: o refluxo geral da luta de classes. Isso objetivamente significa que aquele processo de reorganização das lutas sociais identificado no fim dos anos 1990 e início dos 2000, no bojo das contestações às primeiras ondas de reformas neoliberais que atingiam variados países, vêm sofrendo forte recuo na última década. Enquanto o capital tem se orientado para o aprofundamento dos seus imperativos neoliberalizantes no pós-2008, o campo dos trabalhadores e das lutas populares não parece estar respondendo à altura. Num ambiente de baixa intensidade da luta de classes e com poucos elementos de contraponto político, econômico e ideológico em níveis nacionais e internacional, o capital se percebe livre de amarras que impediam a radicalização de seus interesses por exploração, expropriação e acumulação.

O caso brasileiro é emblemático nesse sentido. A restauração conservadora, que ganhou força no país após o período de conciliação liderado e posto em prática pelo Partidos dos

Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em 30/06/2019.

[76] Ver reportagem do jornal O Estado de São Paulo e artigo do professor Argemiro Procópio Filho, publicada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri), que tratam de tensões internas e do possível fim dos BRICS. Disponíveis em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,russia-china-e-india-terao-reuniao-separada-no-g-20,70002885992>; <https://www.ibri-rbpi.org/?p=12371>. Acesso em 30/06/2019

[77] Trata-se do acrônimo utilizado para designar a aproximação político-econômica de alguns países de econômica emergente: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016[78], está recebendo contornos cada vez mais preocupantes (Katz, 2016; Anderson, 2020). De maio de 2016 a dezembro de 2018, o país foi governado por Michel Temer, ex-vice-presidente do governo de Dilma Rousseff e um dos principais articuladores de sua deposição. Apesar do seu baixo apoio popular, Temer colocou em prática o plano autodenominado "Uma Ponte para o Futuro"[79], dando continuidade, ainda que de forma mais apressada, ao programa de austeridade já iniciado em 2015 no segundo mandato Dilma, então sob a liderança de Joaquim Levy.

Contando com aberto e expressivo apoio da classe dominante que atua no Brasil e dos oligopólios que comandam a comunicação corporativa, viu-se avançar, entre 2016 e 2019, um verdadeiro aprofundamento da rapinagem do fundo público do país e uma acelerada deterioração dos direitos socialmente conquistados. Foram aprovadas uma reforma trabalhista, uma reforma previdenciária, uma lei que ampliou ilimitadamente os regimes de contratação por terceirização, uma emenda à Constituição que congelou os investimentos sociais pelos próximos vinte anos (mantendo de fora os gastos financeiros com juros e amortizações da dívida pública), uma reforma do ensino médio que está alterando profundamente a estrutura do sistema educacional brasileiro, uma intervenção militar federal em um dos estados da federação, o Rio de Janeiro, dentre outras medidas. O resultado dessa experiência para as massas não-proprietárias, aquelas que compõem a classe trabalhadora em suas múltiplas expressões concretas, tem sido o aumento do desemprego, da precarização, da pauperização, da violência estatal, da ausência de políticas sociais e dos consequentes sentimentos de desamparo e desesperança no futuro.

A taxa de desemprego no Brasil vem apresentando uma tendência geral de crescimento ano após ano, desde 2015. No segundo trimestre de 2019, o percentual fechou em 12% de desempregados, atingindo cerca de 12,8 milhões de pessoas. O retrato de aumento da informalidade e precarização também é alarmante, conforme já ressaltado. Suas consequências são igualmente preocupantes. Segundo dados da pesquisa feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro

---

[78] Considera-se o período de governo petista a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva até a interrupção do segundo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, que foi inicialmente afastada do cargo em maio de 2016, tendo o mandato definitivamente cassado em 31 de agosto do mesmo ano.

[79] Trata-se de um documento produzido pela Fundação Ulysses Guimarães, instituição vinculada ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que recebeu apoio uníssono das elites políticas e econômicas brasileiras. Funcionando como verdadeiro programa do governo não-eleito de Michel Temer, o documento apontava claramente para o aprofundamento da privatização dos recursos e ativos do Estado brasileiro, bem como para redução decisiva dos direitos sociais, especialmente aqueles vinculados ao trabalho e à seguridade social. Sob a ótica da necessidade de "acerto das contas públicas" e da falaciosa premissa da "austeridade", esse conjunto de medidas pode ser chamado, na verdade, de "túnel para o passado", como já o fez Laura Carvalho (2018). O documento está disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO. pdf>. Acesso em 30/06/2019.

de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a pobreza no país, cerca de 54,8 milhões de brasileiros viviam com menos de 406 reais por mês, estando abaixo da linha da pobreza. Desses, cerca de 5,2 milhões de pessoas passavam fome[80]. Não à toa, o governo Temer se caracterizou por um baixíssimo nível de popularidade, mesmo tendo sido sustentado pelos conglomerados de mídia e pelo grande empresariado durante todo o exercício.

De alguma maneira, embora os indicadores socioeconômicos ainda expressassem certa estabilidade naquela altura e a realidade político-institucional não revelasse o que estaria por vir, as manifestações de 2013 – sobre a qual repousam diversas interpretações em um debate ainda acalorado – já indicavam graves problemas que se disseminavam pela base do tecido social brasileiro. Foi desse complexo cenário nacional[81] que saíram das "sombras" grupos que conseguiram, não sem intenso apoio financeiro e relações orgânicas com instituições burguesas[82], amalgamar interesses de grupos políticos e econômicos dominantes com uma difusa rede socialmente compartilhada de sentimentos de frustração e desesperança.

Nesse contexto, a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, representou a formação, pela primeira vez na história, de um governo de extrema-direita por meio de processo eleitoral. Ainda que o mesmo tenha sido realizado em ambiente notoriamente fraudulento, a começar pela prisão ilegal e sem provas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato indicado pelas pesquisas como o favorito do pleito. Além disso, a estratégia da campanha de Bolsonaro foi marcada por um conjunto de barbaridades até mesmo para a lógica geral do neoliberalismo que vigorava até então. Por exemplo: por retóricas vazias sobre "nacionalismo", "anticorrupção" e necessidade de "mudança"; por repugnantes declarações de ódio de todo tipo; por apologia à ditadura e à tortura; por incitação da violência contra a esquerda e opositores políticos; pelo aproveitamento oportunista do caldo antipetista construído

---

80 Ver reportagens dos jornais Valor Econômico e Brasil de Fato e do portal Observatório do Terceiro Setor. Disponíveis em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/taxa-de-desemprego-cai-e-fica-em-12-no-segundotrimestre-de-2019.shtml>;<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/16/retratos-da-precarizacao-os-caminhos-que-levam-brasileiros-a-informalidade/>;<https://observatorio3setor.org.br /noticias/brasil-dos-ignorados-1-em-cada-4-brasileiros-vive-na-pobreza/>. Acesso em 30/06/2019.

81 Ambiente pós-manifestações de 2013 e, mais fortemente, após o golpe de 2016, ambiente caracterizado por uma profunda crise política e econômica, impulsionadas por um programa de "ajuste" fiscal gerador de empobrecimento e precarização generalizada dos trabalhadores.

82 Basta, por exemplo, notar a estratégia milionária e ilegal utilizada na campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, bem como sua articulação orgânica com a extrema-direita e interesses político-econômicos internacionais, ainda que esse movimento não se reproduza em táticas políticas idênticas em todos os países e regiões. Ver as reportagens intituladas "É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro" e "O elemento comum entre Bolsonaro, a extrema-direita da Espanha, Trump e Le Pen", publicadas pelo Jornal El País. É também esclarecedora a entrevista de Steve Bannon, liderança e financiador da extrema-direita em nível mundial, publicada no mesmo veículo de imprensa. Disponíveis em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/opinion/1539892615_110015.html>;<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/04/politica/1543949909_697562.html>;<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547.html>. Acesso em 30/06/2019.

pela grande mídia e pela direita tradicional por anos (reforçado a partir de 2013); por mentiras incessantemente disseminadas através de estruturas milionárias de comunicação via redes sociais e aplicativos de mensagens; pela ausência absoluta de debates sobre projeto de país (o então candidato participou apenas de um debate público ao longo da campanha). Tudo regado à graves denúncias de crime de financiamento eleitoral.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro buscava se apresentar como o candidato ideal para seguir e aprofundar o programa neoliberal enfaticamente defendido pelo mercado e seus representantes. Quando os candidatos vinculados aos partidos da direta tradicional brasileira (Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles) se mostraram definitivamente incapazes de vencer as eleições, a candidatura bolsonarista acabou por representar um concerto político que reuniu diferentes classes, frações de classes e setores da burocracia do Estado.

Esse bloco foi dirigido diretamente pela burguesia financeira nacional e internacional (representada pelo economista Paulo Guedes e demais figuras que vieram a compor o governo) em articulação com o empresariado nacional (latifundiários, industriais, grandes empresários do comércio e dos serviços), com a cúpula das forças militares, com parcela significativa do sistema judiciário, com o apoio oportunista das facções da direita nacional e com a impressionante estrutura do fundamentalismo religioso de cunho neopentecostal (reunidos em torno do que ficou conhecido como “teologia da prosperidade”). Devido à implementação de variados artifícios ideológicos, grandes setores médios e da classe trabalhadora, que estavam mergulhados naquele ambiente crítico e de desesperança já apresentado, foram gradativamente arrastadas para esse concerto de forças, formando sua base de massas.

Na prática, em seu funcionamento a partir de 2019, o governo Bolsonaro segue reunindo tais setores, classes e frações de classes, ainda que venha lidando com oscilações de velhas e novas contradições no interior do bloco no poder, o que resulta em um perceptível desgaste de sua imagem pública. Pode-se fazer essa leitura a partir do avanço do projeto econômico proposto pelo governo, simbolizado pela Reforma da Previdência em 2019, mesmo em um contexto no qual se avolumavam quedas em pesquisas de popularidade, demonstrações claras de incompetência e gravíssimas denúncias envolvendo a alta cúpula político-jurídica, o próprio presidente e sua família. As denúncias vão desde corrupção e nepotismo até relações promíscuas com milícias cariocas (grupos criminosos paramilitares que atuam como máfias no Rio de Janeiro). Apesar de diferenças e contradições internas, tal articulação está reunida em torno de um projeto que essencialmente acelera a construção daquela “ponte” iniciada por Temer, afirmando-se radicalmente conservador na política e na esfera dos costumes e

profundamente liberal na economia. Duas entrevistas de 2019 são reveladoras quanto à manutenção desse bloco no poder e de sua doutrina liberal-conservadora[83].

Em entrevista para o jornal Folha de São Paulo, Candido Bracher, presidente do Banco Itaú (no cargo até dezembro de 2020), maior banco privado do país, avaliou positivamente o governo Bolsonaro e defendeu todas as medidas de austeridade e antipopulares (as já aplicadas e as planejadas), tidas como fundamentais para a economia sair da crise (exatamente como prometia as reformas de Temer). Em um lapso de sinceridade, chegou a celebrar efusivamente a existência de 12,8 milhões de desempregados no país. Segundo ele, esse cenário é um ótimo sinal para o mercado, pois permitiria o crescimento sem pressão inflacionária sobre "fatores ociosos de produção". Em suas palavras, "isso deixa a situação macroeconômica do Brasil tão boa quanto nunca", a ponto de deixá-lo "otimista no curto e médio prazo".

Em outra entrevista, também à Folha de São Paulo, Roriz Coelho, então vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao tratar das denúncias que envolvem o ex-ministro da justiça, Sérgio Moro, avaliou a Operação Lava Jato como um marco positivo na história do país, deixando clara sua sustentação ao governo bolsonarista. Fica nítido em suas afirmações que o apoio diz respeito tanto às atuações jurídicas do ex-ministro quanto ao andamento das políticas implementadas pelo executivo. Além da coesão do bloco, essas entrevistas expressam igualmente a íntima articulação entre os grandes capitais industriais e financeiros que atuam no Brasil, ainda que existam certos desacordos pontuais aqui ou ali.

Esse conjunto de crises, indicadores socioeconômicos e cenários políticos é apenas uma pequena mostra de processos que têm marcado o mundo do capital nos últimos anos. Ao que tudo indica, a atual crise civilizatória capitalista se arrasta globalmente e não parece dar sinais de arrefecimento. Nessa trajetória, nota-se que os últimos anos, especialmente a partir da crise econômica de 2008 e do desenrolar de seus efeitos políticos, ficaram marcados por um significativo processo de regressão conservadora e de contenção geral de projetos nacionais, regionais e globais de conciliação de classes e/ou de disputa por hegemonia, por mais limitados que fossem. De fato, a última década significou grandes revezes para as forças de esquerda de todos os matizes, desde projetos de cunho social-liberal liderados pela social-democracia, como as experiências neodesenvolvimentistas na América do Latina[84], o *Syriza* na Grécia e o

---

[83] Ver as entrevistas no jornal Folha de São Paulo. Disponíveis em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-itau-avalia-que-declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/atuacao-de-moro-na-lava-jato-foi-um-marco-e-sem-parcialidade-diz-empresario.shtml>. Acessados em 31/07/2019.

[84] Alguns fatos recentes podem estar indicando um relativo amortecimento desse processo no continente latino-americano. Cita-se a vitória de López Obrador no México em 2018 e os retornos do peronismo kirchnerista ao governo argentino em dezembro de 2019 e do Movimento al Socialismo na Bolívia em novembro de 2020,

Podemos na Espanha, até projetos mais avançados, como a Revolução Bolivariana da Venezuela, a República Popular Democrática da Coreia e a persistente Revolução Cubana, que hoje se veem ainda mais insuladas e ameaçadas do que em outros tempos[85].

Esses cenários nacionais, regionais e internacionais estão longe de esgotarem a realidade vivenciada na última década, mas, quando observados em seu conjunto, permitem algumas interpretações. Se analisados enquanto particularidades de uma totalidade, esses elementos – estimulados como desdobramentos do quadro geral de crise aberto em 2007-2008 – podem revelar a emergência de uma modalidade econômica-política-ideológica que está se consolidando como padrão predominante desse novo ciclo de ofensiva capitalista neoliberal. Ao que parece, o objetivo geral dessa forma neoliberal é consolidar importantes modificações políticas e ideológicas, de tipo profundamente conservadoras e coercitivas, ao mesmo tempo em que viabiliza condições econômicas ultraliberalizantes para o avanço dos imperativos por acumulação de capital e contenção da tendência de queda da taxa geral de lucro, ampliando processos de expropriações e privatizações, sugando decisivamente o fundo público e destruindo o pouco que resta de garantias laborais e direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e camadas subalternas ao longo de décadas.

E não parece estarmos sozinhos nessa interpretação. Esse movimento vem sendo estudado e interpretado por diversos intelectuais. Nancy Fraser (2018), por exemplo, tem avaliado que o mundo está vivendo o que chama de falência do neoliberalismo progressista. Ou seja, a decadência de um modelo, politicamente hegemônico até pouco, que significava uma aliança de suas típicas políticas econômicas regressivas com certas variantes progressivas de políticas sociais focalizadas. Como resultado desse definhamento, estaria em emergência uma versão neoliberal hiperreacionária, simbolizada pelo fortalecimento do que a autora chama de "populismo de direita" (FRASER, 2018). O foco central das análises está nos EUA, mas suas relações e seus efeitos são muito mais amplos do que apenas a realidade estadunidense.

Sob perspectivas diferentes, Rodrigo Castelo, Cláudio Gurgel e Agatha Justen nos oferecem instrumentos para interpretar o período pós-2008 como processo histórico de declínio

expressando uma capacidade de reorganização das lutas populares no país após o revés golpista. Outro exemplo foram os movimentos de massa no Chile que recentemente lograram derrubar a antiga Constituição dos tempos de Pinochet e forçaram um novo processo constituinte. São movimentos importantes, mas ainda iniciais e incipientes. Merecem observação atenta daqui em diante.

[85] Fica a ressalva para a necessidade de se conhecer melhor o atual processo vivido pela República Popular da China que, sob a liderança de Xi Jinping, dá sinais de algum nível de diálogo com seus fundamentos socialistas, ao mesmo tempo em que parece manter firme sua disputa, no interior da ordem capitalista global, por hegemonia política e econômica com os EUA. Da mesma forma, foge da nossa capacidade de análise a Revolução Curda, que ocorre em território sírio, e o movimento zapatista, que segue atuando na região mexicana de Chiapas. Não teremos condições de considerar esses complexos casos neste trabalho.

do neoliberalismo de tipo social-liberal (CASTELO, 2013) e de constituição de uma nova variante por meio de um duplo-movimento articulado: a) pela retomada de aspectos centrais do seu receituário ideal consagrado nas décadas de 1980 e 1990 como forma de enfrentar a crise econômica aberta em 2007-2008; e b) pela manifestação de novas regularidades políticas com o predomínio da administração consensual sobre a gestão pública (GURGEL, 2014) e com a materialização de um Estado Servidor (GURGEL e JUSTEN, 2011), fatores determinantes e necessários ao movimento de radicalização do neoliberalismo econômico. Em nossa avaliação, é nesse segundo eixo que a tendência ao hiperreacionarismo mencionada por Fraser (2018) se torna um mecanismo particularmente útil, visto que a radicalização da doutrina econômica neoliberal se beneficia do afrouxamento de amarras democráticas e do recrudescimento do elemento da repressão. Mesmo as aparências democráticas ainda preservadas pelo neoliberalismo especialmente no centro sistêmico, por mais limitadas que fossem – lembrando que a tecnocracia neoliberal já minava direta ou indiretamente a democracia burguesa desde os anos 1970 (STREECK, 2018; PATNAIK e PATNAIK, 2020) –, tornam-se empecilhos para a resposta hegemonicamente adotada pelo capital para lidar com sua crise na última década. Nessa combinação, emerge uma modalidade neoliberal que recupera e combina, sob novas condições, seu receituário ideal disseminado nos anos 1970-1990 com formas políticas já testadas pelo próprio neoliberalismo na periferia capitalista, desde o seu projeto piloto no Chile de Pinochet, passando pelo Peru ditatorial de Fujimori até o Estado-policial colombiano da era Uribe (ANDERSON, 1995; BANDEIRA, 2002; CHAVES, 2008).

Por tudo isso, pode-se afirmar com alguma segurança que o mundo capitalista vive atualmente um processo de transformação-radicalização de sua forma histórica neoliberal. Definitivamente, não estamos diante do fim do neoliberalismo. Estamos na presença de mais uma de suas variantes, nascida como padrão de resposta para a crise aberta em 2007-2008, num ambiente de ofensiva do capital e de enfraquecimento geral da intensidade da luta de classes. Tal variante, que chamamos aqui de neoliberalismo reacionário, conta com algumas características próprias no que diz respeito ao velho conhecido desprezo neoliberal pelas liberdades políticas perante os imperativos de mercado, defendido há muito por figuras como Hayek, Friedman e Thatcher. De fato, talvez essa seja a versão de neoliberalismo mais sonhada por seus entusiastas.

Desde a crise de 2008, com seus efeitos inaugurados nos Estados Unidos e seus desdobramentos mundiais subsequentes, o capitalismo neoliberal vem se recrudescendo e assumindo sua variante abertamente reacionária. Seja em suas dimensões econômicas, por meio da radicalização do seu receituário com a imposição de políticas de austeridade que aprofundam

os graus de exploração sobre a força de trabalho e de expropriação sobre direitos de variadas ordens. Seja em seu âmbito político, via o incremento da face repressiva em suas formas de dominação e o disciplinamento das massas não-proprietárias sobrantes, processo realizado pela constituição de regimes conservadores e pelo crescimento de ideais reacionários e neofascistas em diversas partes do mundo. Trata-se de um processo histórico que tem alterado quantitativa e qualitativamente a própria roupagem capitalista neoliberal.

Por fim, é necessário sublinhar que essa nova variante, assim como as demais, não se expressa exatamente da mesma forma e no mesmo ritmo em todos os países e regiões, possuindo intensidades, modelos e tempos bastante distintos. Desenvolve-se tendencialmente de forma conjunta, mas o faz de maneiras variadas, dependendo sempre da interação conflituosa entre fatores e movimentos políticos, econômicos e ideológicos de ordem particular e universal. Isso significa, dentre outras coisas, que o ordoliberalismo e o social-liberalismo (em suas muitas facetas) não estão extintos, mas que estes se veem hoje sobredeterminados por novas dinâmicas políticas, econômicas e ideológicas que gradativamente se firmaram como predominantes no período neoliberal pós-2008. Assim, o neoliberalismo reacionário, operando numa época de rebaixamento dos horizontes das lutas populares, necessariamente mescla elementos daquele receituário ideal com as suas demais variantes ideológicas e históricas, numa dinâmica de crise prolongada na qual tende a prevalecer, sob variados formatos, a radicalização de sua ortodoxia econômica e de seus arranjos político-ideológicos mais violentos e conservadores.

2 DIALÉTICA DA VITÓRIA E DA DERROTA E A EXPERIÊNCIA DA GERINGONÇA PORTUGUESA

Para debater o que foi a recente arquitetura política conhecida em Portugal como Geringonça, que vigorou entre 2015 e 2019, é necessária uma imersão na história recente portuguesa. Esse percurso se justifica pela necessidade de se conhecer o contexto político e econômico no qual a experiência aqui investigada se desenvolveu. Em outras palavras, para se captar os elementos centrais que compõem a gênese, o desenvolvimento, as contradições, as realizações e os limites enfrentados pela Geringonça, é necessário que se compreenda o terreno vivo sobre o qual a mesma foi construída. Evidentemente, aqui não é o espaço para se realizar um diagnóstico histórico exaustivo. Nosso interesse é mais modesto e possui intenções objetivas relacionadas à investigação em curso. Assim, apresenta-se uma interpretação acerca da conjuntura nacional do Portugal contemporâneo, apontando para elementos teóricos que destacam algumas das principais tendências dinamizadoras do atual contexto político e econômico no país. Em seguida, trata-se com mais atenção da década de 2010, período que se divide entre a radicalização neoliberal, executada na sua primeira metade, e a experiência política que mais nos interessa, a Geringonça, ocorrida de 2015 a 2019.

2.1 Contextualização política e econômica de Portugal

Realiza-se nos próximos capítulos uma breve recuperação da recente história política e econômica portuguesa, com o objetivo de revelar o sentido geral do desenvolvimento capitalista no país ao longo século XX e no início do século XXI, apontando para aspectos contraditórios intrínsecos a esse movimento histórico e oferecendo uma apreciação consistente sobre o contexto que gestou uma solução política como a Geringonça em meados dos anos 2010. Essas tendências gerais são aqui apresentadas em suas principais características políticas e econômicas. Do ponto de vista teórico, estão ancoradas nas teses sobre a "condição semiperiférica" de Portugal (REIS, 1993; SANTOS e REIS; 2018) e seu processo de "modernização conservadora" (ROSAS, 2020; COSTA et al; 2010)[86].

[86] Ao mobilizarem o conceito "modernização conservadora", autores como Rosas (2020), Louçã (2020) e Costa et al (2010) interpretam a evolução histórica portuguesa como um movimento dialético de consolidação e desenvolvimento do capitalismo – desde o século XIX até os dias de hoje – que combina econômica e politicamente o "arcaico" com o "moderno", a "autonomia" com a "dependência". Esse processo histórico oferece a base material da condição portuguesa enquanto semiperiferia na ordem capitalista global e periferia no continente europeu, conforme debatido por Reis (1993) e Santos e Reis (2018). Apesar da distância histórica, pode-sel dizer que essa linha interpretativa se aproxima da abordagem teórica empreendida por

Para efeito de organização da investigação, são considerados três ciclos históricos recentes: o período da ditadura fascista, finalizado em 1974, sobre o qual se faz uma breve caracterização; o período revolucionário de 1974 a 1976, sobre o qual se debate algumas das marcas deixadas na histórica nacional recente; e o período de reorganização capitalista iniciado a partir de 1976. No que diz respeito ao último período, o qual será alvo das nossas principais incursões, discute-se o processo de neoliberalização que afeta a economia, a política e a sociedade portuguesa ao longo das últimas quatro décadas (NUNES, 2003; ROSA, 2005 e 2012; COSTA et al, 2010; LOUÇÃ, 2020; ROSAS, 2020).

A marcha neoliberal em Portugal foi iniciada claramente nos anos 1980 e apresentou ritmos diferenciados ao longo do tempo, o que se deve direta e indiretamente ao movimento das correlações de força internas em associação com interesses externos. Essa dinâmica está marcada em larga medida pela forma de adesão portuguesa ao projeto europeu de integração econômica e política, acelerado na década de 1990 sob termos abertamente neoliberalizantes (LAPAVITSAS, 2018; NUNES, 2013c; REIS, 2014; FERREIRA, 2019; ROSAS, 2020).

Trata-se de observar aqui a manifestação do universal no singular. Ou seja, a forma como as tendências universais do modelo capitalista neoliberal se expressaram numa formação histórico-social específica. A realidade portuguesa, modificada pela ofensiva neoliberal das últimas décadas, caracteriza-se historicamente pela modernização conservadora e por sua condição de semiperiferia no sistema-mundo capitalista. Simultaneamente, é também influenciada pelas marcas de um processo revolucionário incompleto, mas gerador de intensas transformações progressistas (CUNHAL, 1999; ROSAS, 2020), chegando a ser considerado por alguns como a última revolução anticapitalista do século XX (ARCARY, 2012).

Nesse percurso, a inserção portuguesa na União Europeia e o ambiente provocado pela crise econômica de 2008 e pela subsequente crise que atinge toda a zona do euro são observados com atenção. Trata-se de um momento histórico decisivo para a vida política e econômica em Portugal. O país sofreu profundamente com seus desdobramentos negativos, nitidamente verificados com a radicalização do processo neoliberal promovida pelo Governo de Pedro Passos Coelho, entre 2011 e 2015, sob as vestes de um programa de "austeridade". O Governo de então atuou de forma associada ao conjunto de instituições que ficou conhecido como Troika – a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais entidades, que comandam os rumos políticos e financeiros dessa

pensadores sociais brasileiros a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil, tal como Francisco de Oliveira realiza na "Crítica à razão dualista" (2003) e Florestan Fernandes nos clássicos "Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina" (1975) e "Revolução burguesa no Brasil" (1976).

Europa unificada, atuaram entre 2011 e 2014 como uma verdadeira junta interventora em Portugal, garantindo que as condicionalidades e exigências impostas pelo programa de "ajustamento" europeu fossem realizadas no país (NUNES, 2013a e 2014; BRAZ, 2015 e 2016).

O ambiente de drástica recessão econômica, desemprego alarmante, queda generalizada da qualidade de vida da população e elevação da emigração foi diretamente fomentado pela radicalização neoliberal executada pela direita nacional em associação subalterna à Troika. Funcionou como terreno vivo sobre o qual se desenvolveu, em novembro de 2015, a articulação conhecida pelo nome de Geringonça. Essa solução política permitiu que o Partido Socialista (PS), força que encarna a verdadeira social-democracia portuguesa (NUNES, 2019a e 2019b; ROSAS, 2020), assumisse o governo por meio de uma inédita sustentação parlamentar estabelecida à sua esquerda, nomeadamente com o Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV). Abriu-se, assim, uma nova página na história de Portugal.

Partindo de autores que debatem a história política e econômica portuguesa, veremos a partir de agora aspectos centrais que permitem conhecer mais de perto essa processualidade histórica que encaminhou o país àquela realidade de 2015.

2.1.1 Ditadura fascista e modernização conservadora

Em uma de suas mais recentes publicações, o historiador Fernando Rosas (2020) apresenta uma história política e institucional de Portugal ao longo do século XX, transitando entre os quatro regimes estabelecidos ao longo desse período. Rosas (2020) debate os dramáticos últimos anos da monarquia constitucional, derrubada em 1910; segue pelos curtos dezesseis anos da I República, que vigora entre 1910 e 1926; realiza um incurso pela ditadura fascista, o que inclui o contexto da guerra civil e da ditadura militar, período iniciado com o golpe de maio de 1926 e consolidado em 1933, momento no qual se institucionaliza o Estado Novo assentado sobre a hegemonia salazarista; e, por fim, encerra sua avaliação sobre o longo século XX português na democracia contemporânea, período inaugurado com a derrubada do regime fascista pelas mãos do Movimento de Capitães, futuro Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de abril de 1974, momento ao qual se seguiu a revolução e a consolidação democrática com a Constituição de 1976.

Ao longo desse percurso histórico, Rosas (2020) procura caracterizar política e sociologicamente cada um dos períodos estudados. Considerando nossos objetivos, não será

realizada uma incursão pormenorizada na rica e complexa história portuguesa do século passado. Entretanto, parece-nos importante dedicarmos uma atenção especial, ainda que sob a forma de síntese histórica, aos sentidos e significados histórico-sociais deixados pela revolução portuguesa, que pôs fim à mais longa ditadura fascista da Europa.

Essa tarefa se mostra mesmo imprescindível quando notamos a importância central que o 25 de abril e seus desdobramentos assumem para a atualidade portuguesa. Concordando com Rosas (2020) e Cunhal (1999), independente da memória e da avaliação que dele se construa, é inegável que o processo revolucionário marca como nenhum outro acontecimento a vida política nacional, configurando-se como o cerne, ou seja, a marca genética primordial da democracia portuguesa. É bem verdade que essa marca atribuída pela revolução não é bem aceita por todas as forças sociais. Muito menos é lida da mesma forma. Entretanto, ela se impõe como centralidade da sociedade portuguesa de 1974 até os dias de hoje, seja como alvo primordial a ser contido e abatido, seja como referência histórica e ponto de partida para as lutas em prol da manutenção e ampliação de direitos. Em nossa breve recuperação histórica, veremos algumas tendências gerais dessa luta entre distintas forças sociais quanto à memória da revolução e sobre os rumos da democracia portuguesa, processo que precisa ser delineado, ao menos em suas linhas mestras, para se captar devidamente os sentidos e significados históricos do período recente que mais nos interessa nesta pesquisa.

Nesse sentido, faz-se necessário elaborar uma nítida caracterização sobre o que foi a ditadura fascista em Portugal, regime que vigorou por 48 anos sob hegemonia daquilo que se denomina como salazarismo, em função da liderança exercida diretamente por António de Oliveira Salazar entre 1933 e 1968, seguido por seu sucessor, Marcelo Caetano, derrubado do poder em abril de 1974.

> O Estado Novo seria a modalidade lusitana do fascismo conservador e duraria quase metade do século XX português. Impante, classista, autoritário, violento, misto de parada militar e de procissão eclesial até os anos da Segunda Guerra Mundial. Aliviado e seguro com a sobrevivência que a Guerra Fria lhe garante após o conflito, aceite a ditadura salazarista como aliada respeitável do chamado ocidente contra o comunismo. (ROSAS, 2020, p. 17)

Tratou-se de um regime político autoritário e violento, marcado essencialmente pela íntima articulação entre as classes economicamente dominantes em Portugal e os operadores político-burocráticos do Estado, dinâmica que contava ainda com a colaboração vinda do estrangeiro, isto é, do bloco capitalista hegemonizado pelos Estados Unidos em aliança com as demais potências europeias. Tal composição se nota claramente ao se olhar para os setores que compuseram a base histórico-social do regime: os grandes grupos econômicos e suas

associações de classe, as várias expressões políticas da direita nacional (das facções abertamente fascistas aos liberais – tanto as frações que embarcaram desde o início, quanto aquelas que aderiram com o passar do tempo), as forças militares, larga parcela das camadas médias (pequena burguesia, profissionais liberais, funcionalismo público) e o núcleo conservador e de cúpula da Igreja Católica.

> O Estado Novo é a expressão institucional e política da vitória da corrente salazarista na luta interna da Ditadura militar [1926-1933] [...] O salazarismo agrupou as várias direitas da direita antiliberal (o grosso do integralismo Lusitano, os católicos conservadores do Centro Católico, a jovem direita tecnocrática ligada ao 'engenheirismo', às associações patronais ligadas às 'forças vivas') e, aos poucos, conquistaria a adesão de setores crescentes da direita republicana civil e militar, que se renderiam ao novo regime saído deste percurso. (ROSAS, 2020, p. 38)

De acordo com Rosas (2020), a conformação desse bloco no poder se viabilizou no interior das lutas intestinas realizadas ao longo da ditadura e dos momentos de guerra civil ocorridos entre 1926 e 1933. Segundo o autor, a Ditadura militar pode e deve se considerada como a antessala do Estado Novo, na medida em que logrou dois feitos basilares: 1) derrotou o "reviralhismo", movimento político composto pela ala esquerda dos republicanos radicais, com base essencialmente em setores médios pequeno-burgueses, mas apoiado em momentos de enfrentamento decisivo pelo operariado urbano, o qual travou uma encarniçada luta em favor da manutenção da República e contrária à ditadura militar e às forças da direita nacional; e 2) neutralizou a força social que representava o maior entrave e constrangimento àquela forma de sociedade que se construía, isto é, o movimento operário organizado, influenciado decisivamente pelos comunistas, tendo já no Partido Comunista Português (PCP) sua principal e crescente representação, e pelos anarquistas, que, apesar de ainda demonstrarem força, já indicavam perder enraizamento social efetivo. Aí está a dupla conquista da ditadura como antessala do salazarismo. Em sua marcha ao poder,

> [...] anulou, mediante uma repressão massiva (15 a 20 mil presos políticos e deportados até 1945), a principal força social e política que poderia opor-se à emergência de uma ditadura de tipo fascista no país e permitiu agitar o fantasma da 'desordem' e do 'caos' que as sucessivas revoltas, conspirações, greves e lutas operárias pareciam anunciar, a menos que um regime de força se impusesse. (ROSAS, 2020, p. 39)

Ao derrotar os setores da esquerda pequeno-burguesa que ansiavam por uma insurreição e, ao mesmo tempo, neutralizar as forças políticas e organizativas da classe trabalhadora, a ditadura semeou as bases a nível interno que se alinhavam ao contexto econômico e geopolítico externo. O ambiente internacional estava marcado pela busca do sistema capitalista por respostas para sua crise econômica e para a consequente crise de legitimidade vivida desde o

fim da década anterior, processo que encontrou um possível caminho no nazifascismo ascendente no continente europeu e em outras regiões do planeta, como no Japão. Estavam dadas as condições que permitiram a consolidação do regime ditatorial e a afirmação de seu caráter abertamente fascista a partir de 1933.

Ao longo de suas investigações acerca do fascismo português, Rosas (2020; 2012) identificou os elementos que sustentaram a maior ditadura europeia. Em um de seus mais recentes trabalhos sobre o tema, o autor apresenta, em jeito de síntese, seis componentes que, erigidos sobre a base social já aqui destacada, caracterizam-se como os fatores decisivos para a sustentação do regime: 1) a instauração da violência sistemática, de tipos preventivo e punitivo, como prática estrutural do Estado – esse expediente possui como alvo primordial a classe trabalhadora e suas expressões político-organizativas (sindicatos, partidos, movimentos sociais); 2) a aliança estratégica com as forças armadas, dinâmica que evoluiu para um formato de controle sobre as mesmas; 3) a cumplicidade da Igreja Católica; 4) o enquadramento e a aliança decisiva com organizações corporativas – grêmios patronais e sindicatos controlados pelo regime, com preponderância dos primeiros sobre os segundos; 5) a constituição de uma teia ideológica que se pretendia totalizante e que se dedicava a fabricar uma "nova ordem", o que somente seria possível por meio do empenho dos "homens novos"; 6) o consenso absoluto entre as classes economicamente dominantes e a burocracia estatal acerca do colonialismo – concepção e prática orientadas em larga medida segundo os interesses materiais da grande burguesia, sobretudo da burguesia comercial, que construíra seus negócios com base no Império ultramarino e no domínio sobre as Colônias. Integram-se a esse último fenômeno as ideologias do "passado glorioso" e da missão de colonização atribuída pela "divina providência" e pela "superioridade do homem branco português" (ROSAS, 2020, p 61).

Quando analisamos a base social que sustentava o regime e a articulação entre os elementos destacados acima, fica evidente aquilo que foi a característica primordial do fascismo português: sua marca de classe. Foi a íntima relação entre o grande capital (nacional e internacional) e as forças políticas dominantes (também no plano interno e no externo) que permitiu a longevidade do regime salazarista.

Louçã (2020) apresenta, por exemplo, uma lista das 58 principais empresas que contribuíam regularmente com recursos financeiros para a polícia política portuguesa – primeiramente para a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e, a partir de 1945, para a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Faziam parte desses pagamentos regulares, que se dirigiam essencialmente à compra direta de serviços de repressão e à obtenção de informações sobre trabalhadores e atividades sindicais, tanto empresas públicas, como os

Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), a Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa (Carris), quanto os maiores capitalistas nacionais, por exemplo o grupo CUF (Companhia União Fabril) e o Banco Lisboa e Açores (BLA), o Banco Português do Atlântico (BPA) e o Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM). Compõem a lista também importantes grupos econômicos internacionais, representados por suas subsidiárias no país, tais como a Ford, a Firestone, a General Motors e a Siemens (LOUÇÃ, 2020).

Ainda segundo Louçã (2020, p. 139), essa articulação entre a ditadura e as empresas se manifestava principalmente por meio: dos grêmios corporativos, formados inicialmente pelos setores mais impactados pela crise da década de 1930 e amplificado nas décadas seguintes; das relações diretas entre as empresas e o Ministério da Economia – ou mesmo pessoalmente com Salazar; e das formas de regulação e incentivos estabelecidos pelo Estado em acordo com os grupos econômicos. “De modo geral, esse sistema funcionou garantindo um controlo efetivo sobre a economia, com raros conflitos [...]” (LOUÇÃ, 2020, p. 139).

Tal sistema fortaleceu o capitalismo monopolista nacional e estimulou a conexão cada vez mais íntima entre os capitais bancários e industriais. Segundo Louçã (2020), os grupos financeiros foram progressivamente se articulando com a indústria. Em sua palavras, essa tendência se firmou como base do capitalismo português dali em diante: “ao longo do século XX, os grandes grupos portugueses são de base bancária, com duas exceções [...] que começaram na indústria – a CUF e Champalimaud –, mas que não deixam depois de se transformar igualmente em grupos financeiros” (LOUÇÃ, 2020, p. 162). Nos anos finais da ditadura, os setes maiores grupos econômicos do país, com atuação tanto bancária quanto industrial (Champalimaud, CUF, Espírito Santo, BPA, BNU, Borges & Irmão, Fonseca & Burney), “detinham 400 das empresas mais importantes e 75% do capital nacional” (LOUÇÃ, 2020, p. 166).

Por um lado, esse modelo reforçou as posições dominantes dos grandes capitalistas nacionais, por meio do apoio concreto do Estado no sentido de expansão e consolidação das suas atividades empresariais, sem deixar de dialogar e responder aos interesses dos capitais internacionais que atuavam no país. Por outro, prejudicou a competitividade, a inovação e a diversificação da produção nacional, favorecendo um cenário de estagnação do padrão de especialização e de dependência tecnológica no plano da divisão internacional do trabalho.

Para além das relações diretas com o capital estrangeiro evidenciadas na participação de grupos transnacionais na estrutura de repressão política, o apoio do capitalismo internacional ao modelo político-ecoômico português também se expressava nos interesses relacionados à Guerra Fria e ao colonialismo, seja no sentido de conter na Europa Ocidental os ventos vindos

do Leste, seja para esmagar a influência da tradição socialista e da luta anticolonial e anti-imperialista em África. Quanto ao último ponto, o apoio dos principais Estados capitalistas na arena global se efetivava principalmente por meio da OTAN e o suporte oferecido ao colonialismo português.

> [...] na prolongada intransigência do colonialismo português terá pesado, também, o apoio discreto mas eficaz que parte das potências da NATO continuou a prestar ao esforço de guerra em África [contra as forças independentistas que se levantavam nas então colônias], designadamente fornecendo armamento e meios aéreos, apesar das proibições internacionais em vigor. (ROSAS, 2020, p. 64)

Não há porque haver surpresas quanto à violação, por parte dos principais Estados capitalistas, de regras consensuadas internacionalmente em relação à soberania nacional e aos direitos humanos. Restrições institucionais ou limitações previstas em tratados internacionais nunca impediram os Estados imperialistas de atuarem segundo seus interesses geopolíticos e em função dos negócios dos grupos capitalistas a eles vinculados. Basta atentar-se para as dezenas de apoios, estímulos e subvenções efetivadas pelos EUA a golpes de Estado e ditaduras em todos os continentes durante todo o século XX e vigente até os dias de hoje. Também são didáticas as intervenções diretas da França no Vietnã, na Argélia e em outros países africanos, assim como o brutal imperialismo britânico praticado no Oriente Médio, na África e na Ásia, mantendo colônias ou semicolônias até poucos anos atrás.

Qualquer surpresa é ainda menos justificada quando se nota os países que concretamente apoiaram política e materialmente o colonialismo português em África. Não se tratava simplesmente de parte dos membros da OTAN, mas do país hegemônico e de outros atores do núcleo duro desse bloco militar: "[a] França, a República Federal Alemã e a administração Nixon dos EUA destacaram-se neste tipo de apoios viabilizadores do prolongamento da guerra [colonial]" (ROSAS, 2020, p. 64). Aliás, cabe recordar que o imperialismo já havia oferecido sua bênção à ditadura fascista portuguesa muito antes da guerra colonial. Como aponta Louçã (2020, p. 188-189), "a confirmação do reconhecimento do Governo da ditadura nas instituições internacionais da ordem do pós-guerra, na fundação da NATO em 1949, na inclusão na ONU em 1955, como depois no FMI, no Banco Mundial, na OCDE (1961) e no GATT (1962), serviu como instrumento de normalização e de propaganda eficaz para Salazar".

Essa forma de cumplicidade entre poderes econômicos e políticos, a níveis interno e externo, funcionou como ferramenta propulsora da modernização conservadora portuguesa. Articulando as perspectivas de Rosas (2020) e Louçã (2020) e, ao mesmo tempo, assimilando a noção de semiperiferia adotada por Reis (1993) e Santos e Reis (2018), pode-se afirmar que o desenvolvimento capitalista em Portugal ao longo da ditadura fascista se consolidou como

um modelo de industrialização periférica na Europa, fenômeno materializado em uma modernização de tipo conservadora.

> Houve uma industrialização lenta, sem reforma agrária, perdendo oportunidades, tecnologicamente incapaz, não competitiva nos mercados internacionais, agarrada ao império colonial, aqui e além suspirando pelos caminhos europeus e por uma abertura controlada que permitisse renovar a capacidade de acumulação. Portugal era, em 1974, nas vésperas do 25 de Abril, um país irreconhecível em relação ao de 1926 ou do imediato pós-guerra, mas também um país irreconhecível na Europa. (LOUÇÃ, 2020, p. 185-186)

Em poucas palavras, trata-se de um desenvolvimento capitalista caracterizado por uma industrialização cuja base material são profundas desigualdades socioeconômicas e territoriais, produtora de uma realidade de pobreza e de restrição de direitos vivida pela maior parte da classe trabalhadora, no campo e na cidade. Assim, permitiu-se a intensificação do capital monopolista e da construção de um padrão restrito de especialização produtiva, persistentemente atrasado em comparação aos seus vizinhos avançados e sustentado por meio do achatamento contínuo dos rendimentos do trabalho, bem como da negação persistente de direitos políticos e sociais.

Ao mesmo tempo, a modernização conservadora portuguesa se dava no quadro de uma nação semiperiférica no sistema mundo capitalista (SANTOS e REIS, 2018). Ainda que esteja localizado na periferia Sul do continente – na "jangada de pedra" ibérica, para usar a alegoria de Saramago –, Portugal não deixa de se configurar como um sistema social, político e econômico de tipo europeu, tendo se sustentado e se retroalimentado no colonialismo ao longo de séculos. Como já apontamos, o modelo de desenvolvimento capitalista conduzido durante o fascismo, o que inclui o regime político e o modelo econômico, apoiaram-se diretamente no colonialismo português que se impunha com mãos de ferro sobre nações africanas, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

Muito embora não tenha se convertido em alavanca de um pujante modelo de desenvolvimento, a colonialismo português efetivou-se como instrumento relevante da afirmação do capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, um dos pilares fundamentais do regime político de então. De acordo com Louçã (2020, 2020, p. 155), as "colônias foram, assim, um centro de poder para os grupos financeiros e industriais, que obtinham matérias-primas baratas, foram uma reserva de mercado que sustentou o atraso industrial da economia portuguesa, e foram uma fonte de despesa improdutiva, mas crescente: o império era parte do atraso".

Essa forma específica de desenvolvimento capitalista, que combina o moderno com o arcaico em um país "europeu, mas periférico", desdobrou-se por quase meio século de ditadura

fascista e, como veremos mais adiante, firmou-se como tendência geral do capitalismo português que perdura até os dias de hoje, apesar de reconfigurações nem um pouco desprezíveis.

A situação econômica, política e social do país no pré-1974 revelava os efeitos dessa modernização conservadora, dirigida por uma burguesia nacional débil e apoiada estrategicamente em uma forma política que sustentava a mais longa ditadura fascista da Europa e o também mais longo império colonial. Assim,

> [a]o chegar ao 25 de Abril de 1974, Portugal é o derradeiro império colonial europeu. É também um país atrasado, que tem o menor rendimento por habitante da Europa do euro actual, a maior taxa de analfabetismo, a pior cobertura dos sistemas de saúde ou de segurança social e a maior concentração da população na agricultura: a modernização conservadora foi o resultado de meio século de ditadura e a burguesia que prosperou à sombra de sua proteção era incapaz de protagonizar a transformação democrática. (COSTA et al, 2010, p. 265)

2.1.2 Derrubada do fascismo e do colonialismo: a revolução como negação

Apesar das debilidades inerentes ao modelo de desenvolvimento conservador conduzido pela ditadura e à sua incapacidade de se renovar perante os turbulentos anos 60 e início dos 70, marcados pela crescente insatisfação popular no território nacional e pelas também crescentes lutas por libertação nacional nas colônias, Rosas (2020, p. 63) argumenta que o fator derradeiro para a queda do regime foi sua intransigência com relação ao prolongamento indeterminado de uma guerra colonial sem perspectiva clara de término, nem de vitória. Na prática, era a simbiose político-econômica ao colonialismo que se manifestava na intransigência do regime quanto à continuidade da guerra, condição que impossibilitou uma "transição política controlada", tal como se viu na Espanha pós-franquismo. Note-se que Rosas (2020) não se refere a uma fratura no consenso entre as classes dominantes acerca do colonialismo. Isso não estava em questão, pois à elite econômica e política portuguesa não interessava o fim do monopólio colonial, ainda que esse já não fosse tão pujante como em outrora.

Tratava-se, na verdade, de um cansaço popular a respeito de uma guerra interminável em três frentes (em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), sentimento que se alastrava para além das camadas trabalhadoras que se colocavam cada vez mais contra o regime e, aos poucos, ganhava a decisiva adesão de partes relevantes das Forças Armadas. Também aqui não se tratava das cúpulas militares, ainda que participações pontuais e individuais tenham se mostrado importantes no curso dos acontecimentos. O grosso da cúpula das três forças cairia abraçada ao regime fascista.

O ambiente de crescente descontentamento popular – sobretudo em relação à guerra, mas também quanto ao quadro social, político e econômico do país – era gradativamente compartilhado entre setores intermédios do oficialato, como capitães e majores, alcançando também parcelas de baixa patente que lutavam a guerra no terreno. Aos poucos, a insatisfação nos quarteis foi se materializando em iniciativas concretas de sublevação. Primeiramente, tomou corpo no Movimento de Capitães e, em seguida, no Movimento das Forças Armadas (MFA).

> É um movimento de oficiais intermédios a que, no processo, aderirão oficiais subalternos e milicianos. Uma conspiração que, num contexto de descontentamento popular crescente e no ambiente político e ideológico da época, rapidamente evoluiu dos objetivos corporativo-profissionais (que, aliás, o Governo satisfez em outubro de 1973) para um propósito político subversivo [...] (ROSAS, 2020, p. 66-67)

A convicção, cada vez mais nítida entre os amotinados, era da necessidade de derrubada do regime fascista: "[s]em democratização não haveria solução política para acabar com a guerra" (ROSAS, 2020, p. 67). Como resultado desse amadurecimento de sua consciência política e da leitura sobre a conjuntura, o MFA protagonizou, sob as palavras de ordem "desenvolver", "democratizar e "descolonizar", a derrubada da ditadura na madrugada de 25 de abril de 1974, abrindo um novo e importante capítulo da história portuguesa.

Até hoje existe um intenso debate entre acadêmicos e atores políticos portugueses a respeito dos acontecimentos e significados que envolveram a crise dos últimos anos do regime salazarista, sob a liderança de Marcelo Caetano, e sobre o próprio período revolucionário. Um dos temas dessa complexa discussão é o significado político do 25 de Abril.

Em seu livro lançado em 1999, no qual discute verdades e mentiras contadas a respeito da Revolução dos Cravos, Álvaro Cunhal (1999) interpreta o movimento dos militares na madrugada de 25 de abril como a parte armada de um processo de insurreição já em curso. Assim, a tomada de poder concretizada pelo MFA seria um dos segmentos constitutivos do "levante nacional", que se mobilizava estimulado pelo clima de insatisfação popular e sustentado efetivamente na crescente organização política de grupos sociais que ultrapassavam o militarismo, tal como o movimento sindical, setores nos quais atuavam diretamente o PCP e outras forças da esquerda revolucionária.

> O PCP sempre considerou e afirmou que o derrubamento da ditadura fascista não se poderia limitar, nem era viável se se limitasse, a uma pacífica evolução ou substituição do regime político. O PCP considerou que a libertação de Portugal do fascismo deveria ser obra de uma revolução, a revolução antifascista, uma revolução democrática e nacional com objectivos de profundas e progressistas transformações da sociedade. O PCP considerou revolucionárias as grandes conquistas de Abril e considerou o processo de democratização da sociedade portuguesa nos anos 1974-

> 1976 uma verdadeira revolução. Intervindo activamente nessa revolução, como revolucionários nos afirmámos. (CUNHAL, 1999, s/p).

Rosas (2020), por outro lado, entende as movimentações do dia 25 como um golpe exclusivamente militar que provocou a desorganização das forças armadas e dos poderes dirigentes do antigo regime. O golpe não poderia ser entendido como parte da "explosão revolucionária", mas sim como um ato deflagrador, o qual, "pelas suas características particulares, contribuiria decisivamente para a desencadear" (ROSAS, 2020, p. 70). Em sua interpretação, o golpe protagonizado pelo MFA teria sido capaz de se conjugar à forte "tensão social acumulada" e, em seguida, ao desorganizar o Estado e seu braço armado, lograria derrubar o regime e abrir caminho para o surgimento, já nas primeiras horas do dia 25, de um movimento revolucionário de massas de caráter "largamente espontâneo" e de origem "misteriosa".

> O movimento de massas, largamente espontâneo, por virtude de um desses 'mistérios' que caracterizam as situações revolucionárias maduras para a ação, teve, na própria manhã do golpe [...] a dupla intuição de que podia e devia tomar a iniciativa [...] A compreensão quase intuitiva de que a correlação de forças, naquele momento indesperdiçável, era favorável à iniciativa popular. E, de espectador, o movimento de massas passou a ator principal. (ROSAS, 2020, p. 69)

Sua leitura se choca com a percepção de Cunhal (1999), que claramente entende a derrubada do poder ditatorial como parte necessária a um levante antifascista e integrante de um ambiente insurrecional que amadurecia. Dessa forma, o líder comunista interpretou a ação do MFA como ato de força que abre e, ao mesmo tempo, compõe o período revolucionário de "progressistas transformações".

Para além das discordâncias, Rosas (2020) e Cunhal (1999) parecem convergir em um ponto crucial para a compreensão da base sobre a qual se ergueu a democracia portuguesa: os meses entre 1974 e 1976 se efetivaram concretamente como um período revolucionário. Denominado como "Período Revolucionário em Curso" (PREC), tratou-se do momento no qual se fundamentaram alguns dos pilares – os mais relevantes e avançados – do novo regime político, econômico e social implementado em 1976 e vigente até os dias de hoje.

De forma geral, o PREC é entendido como o intervalo histórico de transição no qual foram desenvolvidas as atividades de desmonte do regime anterior e de construção revolucionária das bases para as novas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Teve início já na madrugada do dia 25 de abril de 1974 e término no dia 25 de abril de 1976, quando foi aprovada a nova Constituição da República. Outras demarcações são possíveis. Muitos estabelecem como marco de encerramento o mês de novembro 1975, de forma que a revolução estaria circunscrita aos "intensos dezoito meses" destacados por Arcary (2012), entre abril de

1974 e novembro do ano seguinte. Há também a possibilidade de apontar como término do processo revolucionário o mês de julho de 1976, quando o I Governo Constitucional, sob a liderança de Mário Soares, entrou efetivamente em exercício. Contudo, independentemente do marco temporal adotado, o que mais nos interessa aqui é notar que, ao longo do período revolucionário, Portugal passou por um intenso processo de transformações e conflitos.

A Revolução portuguesa foi construída, degrau a degrau, pelas mãos das massas trabalhadoras das cidades e do campo, contando também com intensa participação de setores médios da sociedade.

> A experiência histórica colocava em movimento milhões de pessoas, até então, politicamente, inativas. Aprendiam quase instintivamente, no calor da luta, que eram a maioria e podiam vencer. Ainda existia, também, um outro Portugal, idoso, rural, atrasado, desconfiado da revolução, manipulado pela Igreja, e com base social nos minifúndios do norte. Mas eram muito minoritários. Nas cidades, sobretudo as industrializadas, o povo simpatizava com as nacionalizações. Concordava que sem limitações ao direito de propriedade – isto é, expropriações dos que tinham sustentado a ditadura - não poderiam conquistar as suas reivindicações. Começa a etapa do que foi denunciado pela ultradireita como "assembleísmo", ou seja, a dualidade de poderes. As hierarquias seculares de autoridade política e social que se apoiavam em tradições culturais de medo e respeito desabaram. As massas invadiram os espaços sociais de suas vidas e estavam atrevidas. Queriam participar. Queriam decidir. (ARCARY, 2012, p. 6-7)

Apesar da aparente tranquilidade suscitada pelos cravos característicos do 25 de Abril, o período revolucionário não navegou por águas tranquilas. Como não poderia deixar de ser numa revolução, momento no qual velhas estruturas de poder político e econômico são derrubadas e novas são erguidas, houve muita instabilidade, disputas e contradições. Nesse processo, utopias e projetos transformadores lutaram contra interesses reacionários, que almejavam a restauração da velha ordem, e se chocaram com desejos conservadores, que até admitiam certas mudanças impostas pela conjuntura, mas lutavam para tê-las sob controle.

Esse cenário de luta pela direção do processo revolucionário fica nítido quando se destacam os momentos críticos vividos pelo país ao longo desses dois anos. Foram ao menos duas tentativas de golpe perpetradas por grupos reacionários, a primeira em 28 de setembro de 1974 e a segunda em 11 de março de 1975. Isso sem mencionar a crise de novembro de 1975, a qual retornaremos mais adiante e que, segundo diversos autores, consolidou-se como verdadeiro golpe contrarrevolucionário, enfraquecendo o ímpeto do processo que estava em curso. Além disso, o país também vivenciou aquilo que ficou conhecido como o "Verão Quente" de 1975, momento de extrema violência orquestrado por forças reacionárias contra os setores mais avançados da Revolução, principalmente contra os comunistas, os movimentos sociais e sindicais e outras organizações da esquerda revolucionária.

Não houve consenso – nem *a priori*, nem *a posteriori* – acerca dos significados políticos que deveriam preencher aquele novo momento da vida nacional. O PCP, por exemplo, antes de defender a imediata implementação do socialismo, orientava sua atuação no sentido da consolidação de uma revolução "democrática e nacional" de natureza popular, que não se confundisse com uma revolução democrático-burguesa. Tal como delineado por Álvaro Cunhal (1967, s/p), seus objetivos centrais passariam por: "instaurar um regime democrático", "liquidar o poder dos monopólios", "realizar a Reforma Agrária", "elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral", "democratizar a instrução e a cultura", "libertar Portugal do imperialismo", "reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência" e "seguir uma política de paz e amizade com todos os povos".

Nessa perspectiva, a linha revolucionária assumia um caráter visivelmente etapista. Segundo Cunhal (1967, s/p), "o fim do fascismo e a instauração das liberdades fundamentais constituem um passo primeiro, fundamental e indispensável da revolução antifascista", passo que, em sintonia com o sentimento e as reivindicações das massas populares, indicaria "o caminho que pode conduzir à realização dos outros objectivos da revolução democrática e nacional e ao socialismo". A tarefa primordial após a derrubada da ditadura seria forjar um movimento histórico com horizonte socialista, diminuindo decisivamente a penúria social e consolidando um ambiente democrático mais propício para que a classe trabalhadora pudesse "defender os seus direitos, forjar a sua unidade, reforçar as suas organizações, limitar e enfraquecer o poder dos monopólios, ganhar as massas para a causa da revolução socialista" (CUNHAL, 1967, s/p). Assim, a revolução adquiriria, num primeiro momento, um caráter transitório de construção das bases econômicas, políticas e ideológicas necessárias para uma superação capitalista posterior. Costa et al (2010) sintetizam a linha dos comunistas da seguinte maneira:

> Quando, já em 1964, Álvaro Cunhal formula a proposta de 'revolução democrática e nacional', tinha em vista uma aliança antimonopolista abrangendo, para além dos trabalhadores, o campesinato e a pequena e média burguesia do comércio e da indústria. A Revolução não visava apenas substituir a ditadura fascista pela democracia. Iria mais além. O Estado, sob coligação de forças progressistas, tomaria conta dos grupos econômicos industriais e financeiros e expropriaria o capital extrangeiro. [...] seria a última hipótese do projecto de Fomento [...], do desenvolvimento da indústria, da reforma agrária, da substituição de importações, já sem colônias, nem o sorvedouro da guerra colonial, em vidas e orçamento. Um Estado auto-suficiente, com a revolução industruial clássica completa. Da mina à máquina complexa. (COSTA et al, 2010, p. 261)

Ocorre que essa linha não era a única existente dentre os setores da esquerda revolucionária. Não cabe debater aqui as inúmeras divergências existentes à época. O que mais importa é perceber que não havia unanimidade quanto aos tipos de desenvolvimento, de

democratização ou mesmo de socialismo que se almejava. Muitas forças sociais disputavam os rumos do PREC. Fortes embates se fizeram sentir nos órgãos dirigentes da revolução, como na Junta de Salvação Nacional, nos Governos Provisórios e no Comando Operacional do Continente (COPCON), mas também no interior do próprio MFA. Dividiam e disputavam esses espaços grupos mais ou menos organizados de direita – dedicados essencialmente à contenção das pulsões revolucionárias que explodiam e à reversão de suas conquistas (ROSAS, 2020; ARACARY, 2012)[87] –, grupos moderados – almejavam a consolidação de um regime político democrático, mas ainda dentro das limitações de um regime político-econômico de cariz liberal[88] – e grupos de esquerda – intencionavam, sob variados programas, imprimir um caráter socialista à revolução[89].

Nesse ambiente contraditório, o PREC contou com seis distintos Governos Provisórios, os quais expressavam diferentes correlações de força nas distintas fases da Revolução. Arcary (2012) propõe uma periodização em quatro fases. A primeira seria de abril de 1974 até 11 de março de 1975, período do auge revolucionário, quando a tática de unidade de ação entre a esquerda revolucionária e a social-democracia, essencialmente entre PCP e PS, mantém-se estável e a "sociedade gira vertiginosamente à esquerda" (ARCARY, 2012, p. 5). O segundo período seria de 11 de março até julho de 1975, momento no qual a tática de unidade se debilita, mas o ímpeto revolucionário se fortalece. Foi quando ocorreu o processo de nacionalização de grupos empresariais estratégicos, quando parte relevante da burguesia fugiu do país, quando se reconheceu a independência das antigas colônias (com exceção de Angola, que efetivaria sua independência em novembro do mesmo ano) e quando se generalizou o processo de auto-organização de massas. Apesar do impulso, aquela "dualidade de poder" (governo provisório e

---

87 Integram-se aqui tanto setores ligados à direita liberal, quanto setores mais conservadores, liderados por figuras como o General António de Spínola, que presidira a Junta de Salvação Nacional até setembro de 1974 e participara diretamente de duas tentativas de golpe contrarrevolucionários, em setembro de 1974 e março de 1975. Como principais representantes políticos da burguesia no pós-Abril, os liberais haviam integrado, com maiores ou menores contradições, a ala moderada de apoio ao antigo regime fascista. Contudo, devido a divergências sobre os rumos da tentativa de transição pelo alto conduzida por Caetano e por já não conseguirem ignorar o sentimento popular pelo fim da guerra colonialista, acabaram não se opondo diretamente à derrubada da ditadura. Encontram-se em suas fileiras figuras como João Mota Amaral, Francisco Balsemão, Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral, personagens relevantes que viriam a compor as principais novas organizações de direita portuguesa criadas após o 25 de Abril, especialmente o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático Social (CDS).

88 Destaca-se entre as forças progressistas o Partido Socialista (PS), um partido de quadros e de orientação social-democrata, constituído a partir da mobilização de militantes que fizeram parte da Acção Socialista Portuguesa (ASP). Com inserção entre setores médios e a intelectualidade progressista, foi fundado em abril de 1973 ainda no exterior por ação de portugueses que se encontravam exilados. Ao longo do PREC, o PS desempenhou preponderantemente uma função de moderação, na medida em que, aos poucos, foi se afastando das forças de esquerda e consolidando sua posição mais centrista de conciliação com setores liberais e de negociação com a burguesia que buscava preservar/recuperar espaços de poder, processo que de fato se iniciou após 1976.

89 Destacam-se aqui a força do Partido Comunista Português (PCP) e de outras organizações da esquerda socialista e revolucionária. Voltaremos a elas mais a diante.

espaços de poder paralelos abertos pelas camadas revolucionárias) não conseguiu encontrar uma "via de centralização" (ARCARY, 2012, p. 5).

A terceira fase seria a etapa da crise revolucionária, ocorrida entre julho e novembro de 1975, quando se visualiza uma cisão nítida no MFA. Estava em curso um rompimento de setores da esquerda com o PCP e também uma movimentação de contra-ataque no campo da reação. Instala-se, segundo o autor, o que seria a antessala histórica para um "deslocamento revolucionário do Estado" ou para um "golpe contrarrevolucionário". Por fim, a última fase se daria após novembro de 1975. Com a vitória dos golpistas, inicia-se um processo gradual e irreversível de "estabilização de um regime democrático liberal" (ARCARY, 2012, p. 10).

Em meio a esse tortuoso cenário, foram as aspirações por transformações de fundo, inspiradas fortemente em ideais socialistas variados, que fizeram avançar a revolução como processo de negação daquelas tendências que caracterizavam o capitalismo português até então. Aquele modelo de desenvolvimento, gerador de profundas desigualdades e erguido sobre uma estrutura político-econômica de fascismo interno e colonialismo externo, produziu as suas contradições e os agentes da sua própria negação.

Apesar das fraturas internas expostas no decorrer desses dois anos, as aspirações de esquerda se expressaram na luta concreta e se impuseram como conquistas progressistas na altura, as quais foram em parte consolidadas no novo texto constitucional de 1976. Visto que os sentidos daquela época de transformações estavam em disputa, percebe-se que os triunfos populares não foram entregues como benesses às massas. Foram, na verdade, arrancados pelos setores mais avançados durante o processo revolucionário.

> Na sua imparável dinâmica inicial, entre maio e setembro de 1974, o movimento popular revolucionário conquista, na rua, nas fábricas, nos bairros populares, nas escolas, nas zonas rurais, muito do essencial: os fundamentos da democratização política, as liberdades públicas fundamentais, a liquidação dos órgãos de repressão e censura política e das milícias fascistas, muito antes de tudo isso ter consagração legal. A democracia política em Portugal não foi uma outorga do poder. Foi uma conquista popular imposta ao poder. (ROSAS, 2020, p. p. 70)

Em meio às suas contradições e disputas internas, pode-se dizer que a revolução aberta em 25 de abril de 1974 negou inicialmente a guerra colonial e, com a subsequente mobilização de massas intensamente inspirada por ideais socialistas, avançou como negação da ditadura fascista e do colonialismo. Nesse trajeto, também pretendeu negar a realidade do capitalismo português marcada pela modernização conservadora. Abriu-se ali a possibilidade histórica para a construção de novos rumos ao desenvolvimento nacional. Como veremos adiante, tais pretensões alcançaram êxito parcial.

2.1.3 A revolução como processo histórico incompleto

Segundo Rosas (2020), foi pela força, revelada especialmente em sua capacidade de criar espaços de "duplo poder" (nas fábricas, nas universidades, nos quarteis, no processo de reforma agrária), que o movimento popular foi capaz de impor ações mais avançadas às instâncias que dirigiam o PREC. Assim, a Revolução portuguesa alcançou suas principais conquistas pela força e iniciativa do povo.

> Um movimento revolucionário de massas que, no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controle operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais setores estratégicos da economia, saneou patrões e administrações, criou unidades coletivas de produção para a reforma agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de norte a sul do país. [...] impôs na rua, pela sua própria força e iniciativa, como conquistas suas, as liberdades públicas, a democratização política do Estado, a destruição do núcleo duro do aparelho repressivo do anterior regime e a perseguição de seus responsáveis, o direito à greve, a liberdade sindical, as bases de uma nova justiça social. (ROSAS, 2020, p. 65-66)

Rosas (2020), em linha semelhante a Arcary (2012), está correto quando destaca a rica experiência de autoformação e autogestão das massas trabalhadoras ao longo do período revolucionário português. Mas, ao nosso ver, os autores sobrevalorizam o caráter espontaneísta desse processo. Não é nosso objetivo nos alongar em polêmicas que são alvo de calorosas discussões até os dias de hoje entre os círculos intelectuais e políticos da esquerda portuguesa. Entretanto, parece-nos que a leitura histórica do próprio Rosas acaba por inviabilizar sua tese de que a Revolução e suas conquistas estiveram alicerçadas, inicialmente, em um "misterioso" acordar das massas, estimulado por um elemento exógeno – o golpe militar conduzido pelo MFA – e, na sequência, em um amadurecimento político coletivo, levado a cabo majoritariamente de forma "intuitiva" (ROSAS, 2020, p. 69).

A história já demonstrou que a prática política espontânea é potencialmente poderosa quando se desdobra em processos de educação coletiva, viabilizando acúmulos que podem significar a passagem da classe em si à classe para si. A experiência do movimento real intempestivo permite explosões, rupturas e saltos no processo histórico de formação e desenvolvimento da consciência política e de classe daqueles que se movem. Essa é umas das grandes lições ensinadas por Rosa Luxemburgo (2010) em "Greve de massas, partido e sindicatos". Lenin também se deu conta disso. A esse propósito, Bensaid (2000) destaca as exaltações do líder bolchevique sobre a necessidade de se tirar lições da experiência concreta que incendiava o movimento dos trabalhadores na Rússia pré-revolução de 1917.

> A experiência é eloqüente. A escolha do momento é absolutamente crucial, como atestam as exortações de Lenin ao Comitê Central reticente, durante os meses de setembro e outubro. É o momento! É preciso decidir-se! Agora. Não amanhã, nem depois de amanhã. Hoje. Porque, precisamente, o tempo não é indiferenciado. Deve-se agarrar o momento oportuno. (BENSAID, 2000, s/p)

A dimensão da aprendizagem na prática – realizada por meio da ação direta e concreta, ao mesmo tempo explosiva e espontânea, aquela que rompe as barreiras da previsibilidade temporal – é ainda mais potente em momentos de ascensão revolucionária, como aquela ocorrida em Portugal em 1974.

Segundo Jaime Osorio (2014), esse fenômeno remonta à imprevisibilidade inerente a qualquer revolução, característica que se deve à própria heterogeneidade do tempo social no qual se trava a luta de classes. Na maior parte das épocas, é a rotina que caracteriza a luta, de maneira que os sujeitos sociais politicamente dominados e economicamente explorados parecem adormecidos. Em certo sentido, parecem fetichizados pela violência imperante contra si próprios (OSORIO, 2014). Nesses momentos de contenção da luta de classes e de aparente imobilidade coletiva, o tempo social se alarga e parece fluir vagarosa e repetidamente, como se o amanhã reservasse um eterno ontem.

Ocorre que esse cenário não revela o todo social que segue se movendo, ainda que lenta e contraditoriamente, no seio daquele marasmo ilusório. Osorio (2014, p. 60) argumenta que, apesar das aparências, o movimento histórico prossegue vivo "*bajo la tierra*" e, para a surpresa de muitos, em certas conjunturas subitamente rompe as amarras que lhe continham, fazendo-se presente na superfície social. Tomando emprestada a alegoria de Benjamin, é como se o anjo da história conseguisse, nesse momento de erupção, finalmente virar-se para o futuro.

É nesse sentido que Osorio (2014), na esteira de Lenin, sublinha a existência de períodos históricos nos quais o tempo social se comprime, condensando em dias, semanas e meses certos acontecimentos e transformações subjetivas que, em tempos normais, levariam anos ou décadas. Esses são os momentos de alargamento das fissuras e contradições sociais anteriormente amortecidas, processo que provoca rupturas bruscas e permite saltos históricos antes impensáveis. Assim irrompem as revoluções, como uma explosão sem hora marcada, de forma largamente imprevisível. De acordo com o autor, estamos agora diante do tempo revolucionário, aquele que pode se consolidar como processo, no qual o extraordinário se converte em possibilidade concreta e a aparente finitude histórica se abre ao infinito.

Entretanto, esta é apenas uma das dimensões constituintes das revoluções. Osorio (2014) destaca que uma explosão potencialmente revolucionária somente avança e se consolida como processo histórico quando encontra as condições objetivas para tanto. Isso requer do sujeito

coletivo revolucionário um arsenal adequado, isto é, um acúmulo de consciência teórico-organizativa suficientemente capaz de se concretizar na coordenação e na direção ao menos parcial daquela erupção em curso, agregando aspirações dispersas e apontando rumos possíveis ao novo. É por essa razão que, segundo o autor, a classe que se pretende revolucionária deve estar preparada para a surpresa que explode prematura em tempos condensados. Em suas palavras,

> Ay de la clase revolucionaria que alcanzados esos tiempos sea sorprendida. Que no haya dibujado un norte hacia dónde dirigirse y orientar a los muchos que hacen suyo el nuevo tiempo. Ay de la clase que tiemble o dude para enfrentar a todo lo que entorpezca su paso. La furia de los poderosos, en pánico por la eclosión de los paupers, será proporcional al miedo que se les habrá infringido. (OSORIO, 2014, p. 61)[90]

Entra em cena a necessidade da organização política ou, seguindo a tradição marxista amadurecida por Lenin, a forma-partido – que pode assumir variadas conformações, a depender das conjunturas e das condições em que se trava a luta de classes. Como aponta Bensaid (2020), a forma-partido leninista não se resume a um mero reflexo das condições sociais em que está inserida e não contém apenas a dimensão pedagógica imaginada pelo Kautsky reformista (ideia-força predominante em toda a tradição social-democrata de 1914 em diante). O partido assume, na verdade, a posição de dispositivo estratégico da classe e seus aliados, sintetizando vontade coletiva, projeto, ação e decisão (Bensaid, 2020). Em suas palavras, para que se possa alcançar uma vitória em tempos de crise potencialmente revolucionária, faz-se necessária a articulação de

> um projeto e uma vontade política, capazes de decidir no instante crítico entre vários possíveis. [...] Quem diz estratégia, diz decisão, projeto, correlação de forças. A educação faz parte disso. Mas quem diz estratégia, diz também batalhas, provas em que o tempo não escoa de maneira uniforme, onde ele conta em dobro, em triplo. Se a revolução é social e política, seu destino definitivo é decidido militarmente, na ação insurrecional de Outubro, que agarra a ocasião pelos cabelos, na precariedade do instante. (BENSAID, 2000, s/p)

A forma social capaz de realizar essa tarefa histórica é o partido, que pode se expressar como variadas combinações de organizações que façam as vezes desse partido de tipo leninista (Bensaid, 2000). Em sua obra acerca da unidade do pensamento de Lenin, Lukács (2012) trata a forma-partido não apenas como produto do desenvolvimento dialético da história, mas também como seu impulso consciente. Seguindo a tradição leninista, Lukács (2012, p. 56) entende a organização política revolucionária ela mesma como fenômeno dialético, "na medida em que é ao mesmo tempo produto e produtora de si mesma". Nada disso retira a atenção dada

---

[90] Tradução livre: "Ai da classe revolucionária que, uma vez alcançado este tempo, é pega de surpresa. Que não desenhou um norte no qual se dirigir e orientar os muitos que fazem do novo tempo o seu. Ai da classe que treme ou hesita em enfrentar tudo o que está em seu caminho. A fúria dos poderosos, apavorados pelo surgimento dos pobres, será proporcional ao medo que lhes terá sido infligido".

pelo filósofo húngaro à base social necessária ao partido e a qualquer processo revolucionário. A argumentação de Lukács acerca da relevância inerente às formas organizativas não se confunde com nenhuma perspectiva mecanicista de substituição das massas em movimento pela direção partidária. Na verdade, sua abordagem lança luz sobre a unidade dialética estabelecida entre a classe e a forma-partido. Isso porque não há organização política que se apresente pronta; ela se realiza no próprio movimento da história e das lutas. Mas, dialeticamente, também não há ação política coletiva sem uma estrutura organizativa que lhe ofereça corpo.

> […] o que determina o conteúdo e a direção de suas ações [do sujeito coletivo revolucionário] é sempre o ser social da classe, a consciência de classe que dele emana. […] Não se trata de agir em nome da classe, como seu representante, mas do culminar da ação da própria classe. O partido chamado à direção da revolução proletária não se apresenta já pronto ao exercício da liderança: ele não é, mas vem a ser. E o processo da fértil interação entre partido e classe repete-se – certamente de modo alterado – na relação do partido com seus membros. (LUKÁCS, 2012, p. 57)

Esse debate nos remete novamente à revolucionária de origem polonesa e radicada na Alemanha. Luxemburgo (2010) percebe corretamente o caráter educativo que a experiência espontânea e autônoma das massas pode produzir, de maneira que, em certas circunstâncias, posiciona-se à frente das vanguardas organizadas de seus tempos. No entanto, a nosso ver, apesar de sua inegável valorização de aspectos relativos à autonomia na luta cotidiana, a autora não chega a cair em nenhum tipo de fetichismo espontaneísta. Embora tenha travado embates com Lenin a respeito do tema, ela não ignora a importância da construção de instrumentos político-organizativos e da necessária conexão entre partido, sindicatos e movimentos de massa. Pelo contrário, afirma a necessidade dessa articulação dialética (LUXEMBURGO, 2010).

Em seu trabalho que versa sobre a teoria e a ação política produzidas por Luxemburgo, Paul Frölich (2019), companheiro de partido e biógrafo de Rosa, ressaltou as divergências existentes entre ela e Lenin, sobretudo quanto às suas preocupações acerca de um nível de centralismo que, se exagerado, poderia bloquear a autonomia necessária à ação das massas, dificultando o desenvolvimento posterior das lutas sociais. Contudo, apesar das diferenças entre os dois quadros políticos e intelectuais, o autor sublinhou que "Rosa Luxemburgo concordou com Lenin que o partido revolucionário é a vanguarda da classe dos trabalhadores, que deve se organizar de modo centralista e que, nele, a vontade da maioria se efetiva por meio de rigorosa disciplina ativa" (FRÖLICH, 2019, p. 99). Numa síntese sobre a dialética presente em Luxemburgo a esse respeito, Frölich (2019, p. 102) afirma que a "direção do partido tem o dever de cumprir a vontade da maioria, influir na formação dessa vontade através do conhecimento mais elevado, mas não impor ditatorialmente sua vontade à organização". Na sequência, o autor ainda complementa:

> Ela tinha em alta conta a unidade do partido e do movimento dos trabalhadores e saudou o fato de haver espaço para concepções amplamente divergentes na social-democracia alemã. [...] Ela levava muito a sério o centralismo do partido, combatia na Internacional todas as tentativas de isenção das bancadas parlamentares por meio de certa autonomia, controle e determinação de sua política pelo partido, e ela própria soube impor de modo muito enérgico a vontade do Comitê Central no partido polonês. (FRÖLICH, 2019, p. 103)

Limpando do terreno uma certa dureza que marcou os debates da social-democracia russa especialmente na primeira metade da década de 1900, nota-se que o centralismo democrático defendido por Lenin como antídoto aos perigos inerentes ao autonomismo bradado na altura por Martov e cia não está em necessária contradição com o fundamento das posições de Luxemburgo no que se refere à forma-partido e suas relações com as massas.

> Superestima-se e deturpa-se, portanto, o papel sintomático das concepções organizacionais de Lenin, quando simplesmente se vincula os escritos de 1902 e 1904 aos resultados de três decadas de desenvolvimento. Em contrapartida, não se pode opinar que Rosa Luxemburgo concebeu o partido como urn agrupamento solto de pessoas de mesma mentalidade. (FRÖLICH, 2019, p. 103)

Em suas considerações a respeito da greve de massas como expressão concreta de condições históricas da luta de classes e como fenômeno relevante a qualquer processo revolucionário no interior do capitalismo, Luxemburgo (2010, p. 249) critica tanto as posições "propagandistas" e "incendiárias" dos anarquistas, quem denomina como "românticos da revolução", quanto as linhas dirigistas e meramente burocráticas, as quais depositam em "decisões secretas ou públicas dos Comitês diretivos" o condão da decretação de mobilizações dos trabalhadores. Ao analisar as experiências russas de 1905, afirma que "a greve de massas nem é 'fabricada' artificialmente nem 'decidida' ou 'difundida' no éter imaterial e abstrato, é tão somente um fenômeno histórica resultante, num certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica" (LUXEMBURGO, 2010, p. 249).

Mais à frente, Luxemburgo (2010, p. 266) reflete sobre os fatores necessários ao proletariado russo para a construção de greves massivas e, em última análise, para o processo de derrubada do absolutismo em seu país. Mesmo sendo o único sujeito coletivo capaz de levar adiante essa tarefa histórica, para efetivamente concretizá-la não bastaria aos trabalhadores apenas "uma dose suficiente de esforços e perseverança". O voluntarismo da boa vontade é importante, mas claramente insuficiente. Seria necessário "um alto grau de educação política, de consciência de classe e organização", condições que não se apreendem exclusivamente por meio de "brochuras e panfletos", mas sim "na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha" (LUXEMBURGO, 2010, p. 249).

Em linha distinta daquela adotada por Rosas (2020) e Arcary (2011), Luxemburgo (2010) evidencia sua posição de que não existe ação política coletiva fundada em qualquer tipo de fenômeno "misterioso" e majoritariamente "intuitivo". Segundo a autora, mesmo no decorrer de um ambiente revolucionário, "as greves não caem do céu. É preciso que sejam feitas, de uma maneira ou de outra, pelos operários" (LUXEMBURGO, 2010, p. 289). E vai além em sua abordagem dialética: a "resolução e a decisão da classe operária desempenham também o seu papel, mas é necessário frisar que a iniciativa e a direção de ulteriores operações naturalmente dizem respeito ao setor mais esclarecido e mais bem organizado do proletariado, à social-democracia" (LUXEMBURGO, 2010, p. 289). Em jeito de síntese, conclui que a "social-democracia [o partido revolucionário] representa a classe operária e os interesses da sua emancipação na totalidade. As ligações dos sindicatos com o partido socialista são portanto a de uma parte ao todo" (LUXEMBRUGO, 2010, p. 319). Nota-se aqui a fundamental combinação entre pautas econômicas e políticas. Ou seja, percebe-se como a autora defende que as lutas econômicas cotidianas devem ser articuladas politicamente em programas que expressem a unidade na diversidade.

Assim, em nossa interpretação acerca da perspectiva luxemburgiana sobre a organização política, a *praxis* revolucionária se realiza justamente na síntese dialética entre a prática concreta – desenvolvida pela classe e seus aliados, em larga medida de forma intempestiva e autônoma – e a consciência teórico-organizativa – coletivamente construída num movimento histórico que contempla mediações e contradições, rupturas e superações, erros de avaliação e acertos de rumo, derrotas e vitórias. Um processo de acúmulos: sintetizado e materializado em organizações políticas que oferecem forma, coesão, direção e noção de totalidade àquelas experiências espontâneas potentes, mas inicialmente dispersas e, por isso mesmo, frágeis.

Em linha semelhante, a cientista política Jordi Dean (2017) defende que a organização política na forma-partido não apenas abriga conhecimento previamente desenvolvido, mas também produz novas consciências por meio da dialética de encontros entre a prática e a teoria. Em sua perspectiva, trata-se de diálogos que necessariamente alteram tanto a realidade vivida quanto os próprios agentes nela envolvidos, objetiva e subjetivamente, excedendo as condições que permitiram aqueles encontros e impulsionando a história para novos arranjos. Em suas palavras, "*[t]he experience of struggle changes the strugglers; they are different from what they were before, with a different sense of their context and capacities. This different sense likewise*

inflects their understanding of their theory. Accumulated experiences lead to rectifications, reassessments, returns" (DEAN, 2017, p. 170)[91].

A autora denomina esse fenômeno como uma espécie de espiral, isto é, um processo ininterrupto de concentração, ações e testes por meio do qual a organização política – o partido – apreende sua função histórico-social. Esse trajeto infinito é o próprio movimento de acumulação, produção e amadurecimento do conhecimento coletivo no partido, o qual, segundo Dean (2017), revela-se na problemática sobre o tempo adequado para a ação revolucionária – dilema clássico que atravessa qualquer coletivo político que se oriente para a revolução. Não se trataria de um simples problema teórico-prático acerca da existência ou ausência de condições concretas e garantias para o acertado momento de "assalto aos céus", mas da própria função da forma-partido: ser o "guardião da exceção", o protetor da possibilidade de ruptura com o presente. Ou seja, seu papel fundamental é preservar aberta uma fissura histórica para que o povo – termo utilizado pela autora como sinônimo de classes subalternas – possa em algum momento agir como ser coletivo e, nesse movimento, realizar-se como sujeito revolucionário por meio e para além do partido. "*Holding open the gap, serving as guardian of the exception, requires fidelity to the egalitarian rupture that testifies to the people as its cause. Party knowledge organizes desire; it is knowledge of a lack because the people are the effect of the process they incite*" (DEAN, 2017, p. 170-171)[92].

Segundo Dean (2017, p. 173), compreender a importância da forma-partido implica perceber que o povo, quando atua como sujeito coletivo revolucionário, supera necessariamente a própria forma organizativa que lhe encerra. Por outro lado, na ausência do seu "*faithful body*" – corpo fiel –, a realização do povo como massa revolucionária se dissipa e se vê derrotada. Assim, para a revolução se efetivar como processo histórico – ou como evento, caso se queira utilizar o termo escolhido pela autora – faz-se necessário que a mesma acumule combinações entre experimentações espontâneas das massas em movimento e infraestruturas organizativas e unificadoras. A força de uma revolução liga-se necessariamente àqueles encontros explosivos que já destacamos a partir do pensamento luxemburgiano, encontros necessariamente contraditórios, mas que permitem mediações, sínteses e superações[93].

---

91 Tradução livre: "a experiência de luta muda os lutadores; eles são diferentes do que eram antes, com um sentido diferente de seu contexto e de suas capacidades. Este sentido diferente também inflete sua compreensão de sua teoria. As experiências acumuladas levam a retificações, reavaliações, retornos".

92 Tradução livre: "Manter aberta a brecha, servindo como guardiã da exceção, requer fidelidade à ruptura igualitária que testemunha ao povo como sua causa. O conhecimento partidário organiza o desejo; é o conhecimento de uma carência porque o povo é o efeito do processo que ele incita".

93 Trata-se de um debate amplo que remete à teoria da revolução. Caso alongado, certamente nos encaminharia às reflexões sobre a transição socialista, o que se desdobra, dentre outros temas, nos papeis do partido e do Estado nesse processo. Aqui não é o espaço adequado para tais aprofundamentos. Mas cabe mencionar que

> *From the one side, their revolutionary force appears regardless of whether it is wanted, predicted, or authorized. Its effects manifest with the breaking through or overcoming of each impediment. From the other, it is the attempts to understand, mobilize, channel, and win the support of the divided people that present the revolution to itself. The fact of this presentation, the necessity of mediation, propels the revolution whether the presentation is right or wrong, accurate or not. The struggle over the presentation of the revolution doubles and inflects the revolution itself.* (DEAN, 2017, p. 159)[94]

Esse encontro explosivo – entre o povo que se forja sujeito coletivo e a infraestrutura político-organizativa necessária à ação revolucionária, entre a teoria e a prática, entre a espontaneidade e a capacidade de coesão e direção – fez-se presente durante certo tempo em Portugal. A revolução foi deflagrada pela ação do MFA no 25 de Abril em um contexto que já acumulava previamente contestações e inquietudes sociais, sendo avançada em seguida pelas mãos de um movimento de massas que toma corpo degrau a degraus. Esse sujeito coletivo se encontrava em parte organizado ou em processo organizativo já antes de 1974 e, por outra parte, lançava-se naquele momento a uma rica e acelerada experiência de conscientização e auto-organização que alterava as condições materiais e subjetivas do momento, empurrando a história para outras possibilidades.

Tratou-se, como aponta Rosas (2020), de uma revolução que expropriou parcelas estratégicas do grande capital privado, iniciou uma intensa reforma agrária e construiu espaços de exercício do poder pela classe trabalhadora por fora das antigas estruturas estatais. Entretanto, não chegou a consolidar uma nova ordem social, ficando a "meio caminho". Pode-

existe um rico acúmulo a esse respeito dentro da tradição marxista, desde as polêmicas com os anarquistas e as lições tiradas por Marx e Engels sobre a Primavera dos Povos de 1948 e a Comuna de Paris de 1971, passando também pelas posições de Lenin sobre o ensaio geral de 1905 e a Revolução de Outubro de 17, bem como pelos legados deixados pelas diversas experiências revolucionárias empreendidas ao longo do século XX, onde se inclui também o caso português. Transitando no interior desse rico acervo teórico-histórico e defendendo a necessidade imperiosa da organização da ação revolucionária em algum nível de centralização política transitória que garanta a sua consolidação (para além do partido, também entra em cena o Estado revolucionário no pós-insurreição), Michael Parenti (1997, p. 54) afirma: "*for a people's revolution to survive, it must seize state power and use it to (a) break a stranglehold exercised by the owning class over the society's institutions and resources and (b) withstand the reactionary counterattack that is sure come. […] Decentralized parochial autonomy is the graveyard of insurgency – which may be one reason why there has never been a successful anarco-syndicalist revolution. […] This probably would be the development of socialism, were socialism ever allowed to develop unhindered by counterrevolutionary subversion and attack*". Tradução livre: "para que uma revolução popular sobreviva, ela deve tomar o poder do Estado e usá-lo para (a) quebrar um estrangulamento exercido pela classe proprietária sobre as instituições e recursos da sociedade e (b) resistir ao contra-ataque reacionário que certamente virá. [...] A autonomia paroquial descentralizada é o cemitério da insurgência – o que pode ser uma razão pela qual nunca houve uma revolução anarcossindicalista bem-sucedida. [...] Isto provavelmente seria o desenvolvimento do socialismo, se o socialismo pudesse se desenvolver sem obstáculos impostos pela subversão e pelo ataque contrarrevolucionários".

94 Tradução livre: "De um lado, sua força revolucionária aparece independentemente de ser desejada, prevista ou autorizada. Seus efeitos se manifestam com a quebra ou superação de cada impedimento. Do outro, são as tentativas de entender, mobilizar, canalizar e conquistar o apoio das pessoas divididas que apresentam a revolução para si mesmas. O fato desta apresentação, a necessidade de mediação, impulsiona a revolução quer a apresentação esteja certa ou errada, precisa ou não. A luta pela apresentação da revolução duplica e inflexiona a própria revolução".

se dizer que a revolução se efetivou momentaneamente como processo, sem, no entanto, esgotar suas possibilidades históricas.

2.1.4 A dialética da revolução: entre a unidade e a fragmentação

Conforme se pode extrair das obras de autores com abordagens tão diversas, como Cunhal (1999; 2020), Varela (2011; 2012; 2012b), Arcary (2012), Augusto (2011) e Rosas (2020), os últimos anos do regime fascista foram marcados pelo acúmulo progressivo da insatisfação popular que tomava corpo na também crescente capacidade de organização coletiva das massas. Foi sinal desse rico processo a fundação, em 1970, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), primeira central sindical portuguesa e mais relevante até os dias de hoje, formatada como resultado da aproximação entre sindicatos influenciados tanto pelo PCP quanto por alas do catolicismo progressista.

Para além do enraizamento social e da resistência protagonizada pelos comunistas ao longo de décadas sobretudo entre os trabalhadores, é certo que a vida política portuguesa no fim da ditadura ficou marcada por um caldo de cultura crítica. Notadamente com viés de esquerda, emergiam sentimentos e ações contrárias não apenas à guerra colonial, mas também ao estado de coisas que caracterizava o regime. Esse contexto de contestação social, incorporado por uma miríade de organizações e coletivos que surgiam e se lançavam à luta político-ideológica naquele período, funcionou como terreno vivo para o 25 de Abril e para o processo revolucionário.

Durante o PREC, o movimento de massas que explodia em ruas, campos, igrejas, quarteis, jornais, escolas, etc. era composto, dinamizado e organizado por diversas forças políticas, com especial destaque para a esquerda revolucionária. Destacavam-se o PCP, organização tributária da tradição marxista-leninista e único partido que logrou lutar contra o antigo regime ao longo de quase cinco décadas[95], bem como outras organizações comunistas e

[95] Há aqui um debate que merece nossa atenção. Discordamos de uma das hipóteses levantadas por Varela em seu livro "A história do PCP na Revolução dos Cravos" (2011), baseado em sua tese de doutoramento pelo ISCTE-IUL defendida em 2010. Varela (2010 e 2011) argumenta que o processo revolucionário português e seus êxitos não teriam sido realizados com contribuição decisiva do PCP, mas apesar das ações do partido. Na perspetiva da autora, após sua participação no levante inicial contra o regime fascista, o partido teria agido fundamentalmente no sentido de burocratizar, controlar e restinguir o movimento revolucionário de massas. Em analogia à revolução russa, Varela (2010 e 2011) chega a alinhar o PCP ao papel desempenhado por Kerensky. Em suas palavras, "Kerensky, recordemos, esteve nas ruas da Rússia a derrotar Kornilov da mesma forma que o PCP foi uma força essencial nas ruas de Portugal para derrotar Spínola. O mesmo Kerensky esteve dois meses depois na oposição aos bolcheviques e à tomada de poder pelos sovietes, dirigida pelo Partido Bolchevique. Também o PCP recusou criar e apoiar formas de duplo poder e dirigir a tomada do poder pela classe trabalhadora, expropriando a burguesia, iniciando um regime de transição para o socialismo" (VARELA,

socialistas, algumas surgidas nos últimos anos fascistas, outras concretizadas já no decurso do processo revolucionário com base em experiências anteriores. Dentre elas, pode-se destacar: o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), fundado no início dos anos 1970, constituiu-se como Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP) em 1976, partido marxista de orientação maoista; a Liga Comunista Internacionalista (LCI), seção portuguesa da IV Internacional fundada em 1973 que, em 1978, após fusão com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), deu origem ao Partido Socialista Revolucionário

---

2010, p. 310). Por outro lado, defendemos uma abordagem dialética. No interior de suas limitações e contradições, o processo revolucionário anunciado no 25 de abril e efetivado nos meses seguintes realizou-se em grande medida por meio da atuação e da infraestrutura política oferecida pelo PCP, considerada sobretudo a partir da reorganização dos anos 1940. Não se tratou, evidentemente, da única entidade política a contribuir nesse sentido. Contudo, o PC português, fundado em 1921, foi o único agrupamento político que venceu a ilegalidade, construiu métodos organizativos na clandestinidade, reformulou-se quando necessário e resistiu durante todo o período fascista (CUNHAL, 2020b), firmando-se, assim, como o principal partido da esquerda revolucionária nos anos 1970. O ambiente de contestação social do início daquela década é inseparável da participação dos comunistas. Há inúmeras fontes que destacam tal relação (AUGUSTO, 2011, ROSAS, 2020). Mas grandes lições também se encontram em pequenos acontecimentos. Uma entrevista concedida por Jerónimo de Sousa, atual secretário-geral do PCP, ao Diário de Notícias, em junho de 2005, relata um fato que, à primeira vista, pode parecer apenas uma pequena crônica sobre a vida parlamentar no pós-1974. Contudo, se observado com a devida atenção, ajuda a se compreender o significado assumido pelo PCP para a história portuguesa do século XX. Jerónimo de Sousa (2005) relata o que ocorreu em uma das primeiras intervenções no plenário da Assembleia Constituinte realizada por António Malaquias Abalada, operário agrícola eleito deputado constituinte pelo PCP. Discutia-se uma norma, proposta pelo PS e pelo PSD, que permitia a libertação dos agentes da repressão fascista, os "pides". Em sua declaração de oposição à medida, Abalada, que havia sofrido com as torturas da PIDE, lia suas anotações com dificuldade, gaguejando e mal soletrando as palavras. A maior parte do plenário caiu em gargalhadas humilhantes. Segundo Jerónimo de Souza, foi então que seu camarada largou o papel que tinha em mãos e falou: "Estão-se a rir de mim porquê? Por eu não saber ler? Pois: é que eu, aos sete anos, já andava a guardar gado; aos 17, fui preso pela PIDE. E quando fui preso não me perguntaram se eu era do CDS ou do PS ou do PPD. Perguntaram, isso sim, se eu era do Partido. E foram os meus camaradas intelectuais deste partido que me ensinaram as poucas letras que eu conheço" (DE SOUSA, 2005, s/p). A indicação de que a perseguição fascista tinha como alvo prioritário os comunistas (e não outras linhas políticas) é bastante reveladora por si mesma. Mas a forma de referência ao PCP como o espaço onde aprendeu a ler suas primeiras palavras – e com elas o mundo – joga ainda mais luz sobre o papel do partido na resistência àquele regime de exploração e brutal opressão. Aliás, um dos desdobramentos desse significado se deu na própria composição da Assembleia Constituinte, eleita em 25 de abril de 1975. Tratou-se de um Parlamento nunca antes visto na sociedade portuguesa, com muitos operários e militantes oriundos da luta antifascista. Nenhum grupo parlamentar possuía tantos trabalhadores quanto o PCP. Outro exemplo possível seria a atuação do partido na primeira fase da revolução. Segundo Arcary (2012), autor que sugere concordância com a tese de Varela, "de abril de 1974 até o 11 de março de 1975, abre-se uma situação revolucionária semelhante à do fevereiro russo [...] Predomina um forte sentimento de unidade entre os trabalhadores e a maioria dos setores médios, um apoio esmagador ao MFA, um sentimento a favor da unidade do PS e do PCP e contra Spínola. A sociedade gira vertiginosamente à esquerda" (ARCARY, 2012, p. 4-5). Mesmo no momento da crise revolucionária condensada em novembro de 1975, as táticas adotadas pelo partido devem ser lidas dialeticamente. Parece certo que o PCP buscou em determinado momento conter ímpetos por ações mais radicalizadas. Ao mesmo tempo, foi em grande medida por meio de sua intervenção que se pôde preservar conquistas importantes, aquelas que Rosas (2020) aponta como as marcas positivas da democracia que viria a nascer. Independentemente do juízo que se faça sobre a sua atuação, é inegável que o processo revolucionário português realizou-se e, simultaneamente, limitou-se por meio do Partido Comunista. Ou seja, foi influenciado diretamente tanto pelos acertos e pelas virtudes quanto pelos erros e limites oferecidos por essa infraestrutura político-organizativa. Se é verdade que a revolução não se consolidou como processo histórico duradouro, dentre outros fatores, devido às limitações do PCP, também é verdade que a derrubada do fascismo, a própria revolução e os mais importantes legados deixados para o período democrático seriam impensáveis sem a intervenção dos comunistas.

(PSR); a União Democrática Popular (UDP), organização de cariz marxista-leninista fundada em 1974 a partir da fusão de outros agrupamentos; o Movimento de Esquerda Socialista (MES), organização fundada depois do 25 de Abril com presença em camadas progressistas médias que se colocaram contra o regime salazarista (após sua dissolução, no início dos anos 80, muitos de seus membros passaram a integrar alas mais à esquerda dentro do PS).

Diversos outros movimentos, associações, assembleias e coletivos sindicais, culturais e políticos surgiram, desenvolveram-se e participaram ativamente daquele período. O fato é que havia uma grande diversidade de partidos e linhas políticas que disputavam a direção de espaços de representação e de auto-organização construídos em variados setores sociais, por exemplo, no sindicalismo, no movimento estudantil, no mundo cultural e intelectual, nas igrejas e nas Forças Armadas (Varela, 2012). Com o decorrer dos acontecimentos, essa pujante diversidade se expressaria, ao mesmo tempo, como a força e a fraqueza da revolução. As deficiências e os conflitos que circundavam aquele encontro entre espontaneidade das massas e capacidade político-organizativa foi parte fundamental dos limites da própria revolução.

Por variados caminhos e sob distintas lentes interpretativas, os textos de Cunhal (1999), Rosas (2020; 2012), Varela (2011; 2012; 2012b), Arcary (2012) e Augusto (2011) permitem a compreensão de que, apesar de ter agido como força propulsora das principais conquistas da Revolução, a esquerda revolucionária portuguesa, considerando aqui os já mencionados principais grupos comunistas e socialistas, esteve imersa em profundas disputas internas durante aqueles dois anos. Se, por um lado, essa competição pela direção do processo revolucionário permitia um intenso debate e abria um rico leque de possibilidades àquele movimento de massas, por outro lado, revelava fissuras que se alargaram com o passar do tempo.

A tática da unidade na ação foi capaz de agregar temporariamente tais forças políticas, incluindo certos momentos até mesmo o PS. Apesar disso, esse modelo de "ação conjunta mesmo na divergência" nunca deixou de transparecer sua fragilidade, dimensão que se aprofundou com o passar do tempo. Os conflitos entre o PCP e o PS, por exemplo, aprofundaram-se progressivamente, ganhando dimensões extremadas no caloroso debate acerca da unidade sindical em 1975, defendida pelo primeiro e recusada pelo segundo, e culminando no racha entre as duas forças.

Outro exemplo de fragilidade está nas relações conturbadas estabelecidas entre o PCP e as demais organizações da esquerda revolucionária. Apesar do pacto de unidade ter sido mais ou menos preservado até o Verão Quente, as divergências alcançaram patamares potencialmente destrutivos entre agosto e novembro daquele ano, quando o PCP passa a

classificar como “esquerdismo aventureiro” o radicalismo defendido por outros setores da esquerda, os quais, por sua vez, enquadram o partido como “hegemonista”, chegando certos grupos, sobretudo de linhas maoista e trotskista, a classificá-lo como cúmplice da contrarrevolução.

Esse contexto de conflitos no seio da esquerda se expressava concretamente nas dificuldades de construção da unidade necessária à defesa de um programa revolucionário coeso que apontasse para o socialismo. Tais fissuras não seriam superadas e, na prática, contribuiriam para o isolamento progressivo dos agrupamentos mais à esquerda na direção do PREC. Nem o PCP conseguiu exercer sua força como principal organização do campo para viabilizar a coesão necessária, nem os diversos outros agrupamentos lograram construir uma alternativa concreta ao que consideravam como hegemonismo dos comunistas. Nas palavras de Rosas (2020),

> [...] a extrema-esquerda, mesmo pulverizada e em guerra interna, teve força suficiente para dificultar e disputar a hegemonia político-ideológica do PCP no processo, sem todavia, lograr impor um caminho alternativo e, muito menos, qualquer tipo de plataforma de entendimento comum. (ROSAS, 2020, p. 79)

Segundo o autor, essa insuperável incapacidade de construção da unidade programática, revelada também na fragilidade que os espaços de “duplo-poder” gradativamente sinalizavam, acabou por ser o fator determinante para o encerramento precoce do período revolucionário. Um exemplo emblemático desse processo terminal são os acontecimentos de novembro de 1975.

Durante muitos anos, a tese hegemônica entre os historiadores e politólogos portugueses a respeito dos significados do que ficou conhecido como “novembrismo”, explicavam o evento como uma conspiração comunista que visava a tomada do poder à força, o que seria viabilizado com uma quartelada preparada pelo PCP junto a frações de esquerda do MFA em novembro de 1975. Segundo tal narrativa, a suposta tentativa de golpe orquestrada pelos comunistas não teria sido concretizada devido a ordens de “recuo” vindas do próprio partido, na altura em que teria constatado que não reunia as forças suficientes para derrotar os setores à sua direita no MFA, no Governo Provisório e no Conselho da Revolução. Contudo, com base na recollha de depoimentos e na análise de dados hoje disponíveis para consulta, Varela (2012) rejeita essa tese. A autora afasta qualquer possibilidade do PCP ter conjecturado uma tentativa de golpe.

> A tese do ‘recuo’ não tem fundamento porque pressupõe que o PCP preparou um golpe sem o preparar, ou seja, que o PCP apoiou um golpe de estado sem um comando militar operacional para o mesmo. E que, em pleno golpe, ainda no dia 25, sem nunca ter chegado a mandar a base militante avançar, recua, desmobilizando a Intersindical, porque teria temido o peso militar da direita, quando este era francamente, e segundo todos os estudos, muito inferior à força militar da esquerda. Finalmente, esta tese não procura sequer explicar por que teria o PCP tentado dar um golpe, sem preparação

> militar e política, para fazer aquilo que poderia ter feito com o V Governo [provisório], com muito menos resistência. (VARELA, 2012, p. 70-71)

A historiadora argumenta que a tese hegemônica funcionou, na verdade, como justificativa para o que de fato estava em curso no dia 25 de novembro: mais uma tentativa de golpe contrarrevolucionário. Ainda que essa não tenha sido a intenção central de Varela (2012), suas conclusões acabam por reforçar a avaliação de Cunhal (1999).

> Desde o 25 de Abril, todos os golpes e tentativas de golpes contra-revolucionários — golpe Palma Carlos, 28 de Setembro, 11 de Março e outros — foram explicados pelos seus autores, apoiantes e cúmplices como respostas a golpes ou tentativas de golpes do PCP visando o assalto ao poder. Assim sucedeu também no verão quente de 1975, quando forças contra-revolucionárias desenvolviam o terrorismo bombista e preparavam um novo golpe militar. [...] A verdade dos factos e os testemunhos mais válidos (de Costa Gomes, de Melo Antunes, de Vasco Lourenço, de Ramalho Eanes) mostram que 'indefensável' é a 'tese' de Soares e seus amigos quando insistem no golpe do PCP e no contra-golpe de 25 de Novembro. (CUNHAL, 1999, s/p)

Varela (2012) revela como o PCP havia preservado, em meio a conflitos e discordâncias, a tática de unidade na ação com a esquerda militar e outros setores da esquerda revolucionária desde o 25 de Abril. Entretanto, essa linha se compromete com o desenrolar da Revolução e se deteriora seriamente com os acontecimentos a partir de agosto de 1974, que passam a manifestar de forma nítida um racha na direção do MFA e dentro da própria esquerda.

> A implosão do MFA, no final de agosto de 1975, por cissiparidade, implicou, provavelmente, a divisão entre setores cujos contornos não são hoje totalmente claros, embora haja vários estudos indicativos um setor próximo do PS, dos liberais e da Igreja Católica; um setor próximo do PCP; e um setor amplo da «esquerda militar», que [...] vai progressivamente ficando menos fora da influência da direção do Partido Comunista. Na verdade, a crise revolucionária, de que são sintomas e rastilho, a crise da coligação e do MFA, fazem emergir diferenças sérias entre o PCP e a esquerda militar, dentro da esquerda militar, e entre a extrema-esquerda e o PCP. (VARELA, 2012, p. 51)

Por outro lado, descartada a tese do "recuo", a própria autora revela que, apesar da posição contrária emanada pelos comunistas, houve de fato entre setores da esquerda revolucionária e da esquerda militar uma aspiração por fazer de novembro o Outubro da revolução portuguesa (Varela, 2012 e 2012b). Tais setores radicalizados viam no PCP um entrave para a radicalização revolucionária. Avaliavam que haveria naquele momento as condições sociais para se tomar definitivamente o poder político e implementar por completo o caráter socialista da revolução. Já na percepção dos comunistas, tal direcionamento tático recaia naquilo que consideraram à época como aventureirismo, pois não partiria de avaliações sobre as condições objetivas, mas de ambições temerárias de viés esquerdista (Cunhal, 1999). As anotações de Engels a respeito do movimento revolucionário italiano e das táticas a serem

adotadas pelos socialistas no século XIX são valiosas para se compreender aquela posição adotada pelo partido:

> Se os radicais e republicanos crêem ter chegado o momento e descer à rua, que dêem livre curso à sua impetuosidade. Mas nós fomos demasiado frequentemente enganados pelas grandes promessas desses senhores para cairmos de novo na armadilha. Nem as suas conspirações nem as suas proclamações nos deverão comover. Se nós estamos obrigados a apoiar todo o movimento popular real, estamos também obrigados a não sacrificar o núcleo mal acabado de formar do nosso partido proletário e a não deixar dizimar em motins locais e estéreis o proletariado. (ENGELS, 1982, s/p)

Rosas (2020) parece tender a uma interpretação similar a do PCP. O historiador avalia que o conturbado mês de novembro não pode ser inequivocamente taxado como uma oportunidade perdida de "assalto final aos céus", como defende Varela (2012). De todo modo, não há condições aqui para se determinar com segurança quais seriam as melhores táticas naquela ocasião. Tampouco seria essa a nossa intenção. O fato é que, no calor dos acontecimentos, considerando um cenário imerso em contradições e divergências de avaliação no seio da esquerda, a ação do PCP acabou por ser decisiva. O partido negociou com o "Grupo dos 9", fração militar à direita no interior do MFA, aquilo que Rosas (2020, p. 76) chama de "contenção pactuada", antecipando-se a possíveis ações desastrosas e evitando o que poderia ter se desdobrado numa "contrarrevolução sangrenta".

> A verdade é que o PCP travara no terreno os ativistas sindicais, os militantes civis e os militares arrastados para a aventura iniciada pelos paraquedistas. Do que resultaria um processo obviamente distinto de uma clássica e violenta resposta contrarrevolucionária. Um acordo que fazia a economia de uma contrarrevolução sangrenta, mas em que os vencedores alteravam as regras do jogo [...]. (ROSAS, 2020, p. 76)

Não é nosso interesse debater os pormenores históricos que constituíram o "novembrismo", os quais são objeto de polêmicas até os dias de hoje. O que se pretende, na verdade, é destacar como esse fenômeno histórico acabou por sintetizar os limites derradeiros daquele processo revolucionário. A incapacidade de construção de uma unidade sólida, provocada essencialmente pelas divisões na esquerda e entre os agrupamentos que dirigiam o PREC, mas também pela progressiva reorganização da reação – que sabotava a economia, promovia ataques terroristas e contava com o imprescindível suporte imperialista vindo do estrangeiro –, criou, em última análise, um contexto de fraturas irreconciliáveis, aproximando a revolução do seu fim precoce.

> A reforma agrária não foi completa e ficou localizada no Alentejo; o capital estrangeiro ficou intocado, mas, êxito maior, o sector nacionalizado pela revolução de Abril liquidou o capital privado dos grandes grupos. Mas a revolução falhou na estratégia: os trabalhadores não asseguraram a direcção e as classes intermédias viraram-se contra o PREC (Processo Revolucionário em Curso) [...] As pressões

> político-militar das potências EUA, Alemanha e outras, escreveram a derrota de um poder progressista muito frágil. (COSTA et al, 2010, p. 261-262)[96]

Entre o esquerdismo infantil, a vacilação do principal partido revolucionário num momento decisivo e a contrarrevolução sangrenta, o que de fato se desdobrou daquele 25 de novembro foi uma pactuação que encaminhou o país, nos últimos meses de Governo Provisório, a um período de crise final da revolução e de estabilização constitucional do futuro regime liberal consolidado em abril de 1976.

> Depois de novembro de 1975, com a destruição da dualidade de poderes nas Forças Armadas, o processo assumiu uma dinâmica lenta, contudo, irreversível, de estabilização de um regime democrático liberal. A derrota da revolução portuguesa não exigiu derramamento de sangue, mas consumiu muitos bilhões de marcos alemães e de francos franceses. (ARCARY, 2012, p. 10)

Por um lado, tratou-se de um processo com dimensões claramente conservadoras, que colocavam a revolução, que tanto havia conquistado até ali (nacionalizações dos bancos e setores estratégicos da economia nacional, início de uma forte reforma agrária, derrubada do regime político ditatorial, ricas experiências de autogestão dos trabalhadores e de ascenso de movimentos populares em diversas áreas sociais), numa posição eminentemente defensiva daquele momento em diante. Rosas (2020, p. 76) destaca dois aspectos nesse sentido: a imposição de um novo sistema eleitoral de viés liberal que substituía a "legitimidade revolucionária como fundamento das novas instituições" e a recomposição da hierarquia nas Forças Armadas, processo que liquidava com o MFA e reorganizava a estrutura armada do Estado. Nesse contexto, ocorre o enfraquecimento de todo o campo da esquerda revolucionária, abrindo caminho para uma estabilização que apontava desde logo suas tendências em favor da recomposição dos poderes políticos e econômicos da burguesia.

Por outro lado, os objetivos arquitetados pelos contrarrevolucionários do 25 de novembro não foram alcançados em sua completude, muito em função da atuação e do enraizamento social do Partido Comunista naquela altura. O ímpeto da revolução fora realmente abatido, mas a Constituição da República ainda seria construída sob a influência direta do período revolucionário e do PCP, partido que, apesar de ficar afastado do arco da governação

---

[96] Para além dos autores já mencionados, Arcary (2012) também nos auxilia a perceber o processo de reorganização progressiva dos grupos contrarrevolucionários, os quais souberam alternar habilmente entre táticas de força e de negociação e que contaram com a participação e o patrocínio direto do imperialismo: "A contra-revolução ensaiou o golpe bonapartista duas vezes com a direção de Spínola e fracassou. Recorreu, depois, a outros dirigentes e a outros métodos. Uma combinação de espada e concessões. Usou a espada, cuidadosa e seletivamente, no 25 de novembro. Usou os métodos da reação democrática com as eleições presidenciais de 1976, a negociação dos empréstimos de emergência que os Estados da NATO liberaram, e recorreu até à formação de um governo em vôo solo do Partido Socialista liderado por Mário Soares" (ARCARY, 2012, p. 10).

dali em diante, manteria força social relevante mesmo depois de 1976, firmando-se, ao menos até a primeira década do século XXI, como "principal partido do campo da esquerda" e como "defensor mais destacado das conquistas de Abril" (ROSAS, 2020, p. 106). Concretamente, a Constituição consagrou "transformações progressistas" conquistadas nas lutas populares (CUNHAL, 1999), preservando as nacionalizações, os avanços da reforma agrária, os direitos laborais, políticos e sociais, bem como o papel do controle operário e das comissões de trabalhadores nas unidades produtivas (Rosas, 2020).

> É certo que a revolução terminava. Mas deixava na democracia parlamentar que lhe sucedia a marca genética das suas conquistas políticas e sociais, dos direitos e liberdades que arrancara na luta revolucionária e cuja continuação impusera e defendia na nova situação política. [...] Ao contrário do que afirma a direita política e historiográfica [...], a democracia política não existe em Portugal apesar da revolução, mas porque houve a revolução. (ROSAS, 2020, p. 76-77)

Aqui está o centro dialético da revolução portuguesa. A força da diversidade se desdobrou como fraqueza da fragmentação. Ao mesmo tempo em que o excessivo fracionamento do campo revolucionário se realizou como seu limite objetivo, a unidade possível materializada em torno do maior partido de esquerda do país foi forte o suficiente para defender – ao menos parcialmente – as conquistas do período revolucionário, conservando-as como os elementos mais avançados do regime pós-1976. O ambiente de profunda mobilização que derrubou o fascismo e arrancou relevantes transformações sociais foi, por um lado, derrotado, visto não ter sido suficientemente coeso para se consolidar a ponto de imprimir o caráter socialista almejado pelos setores sociais mais avançados daquele processo. Mas, por outro lado, a mobilização social e a unidade forjada especialmente ao redor do PCP se demonstraram capazes de influenciar o centro político do país, fornecendo as bases mais progressistas daquela democracia nascente e cimentando direitos políticos, econômicos e sociais. Assim, o processo revolucionário português se firmou como revolução democrática. Falhou como revolução socialista.

É nesse sentido que Rosas (2020) aponta para o ser e o não ser da revolução portuguesa.

> Ela teve a força de subverter a ordem estabelecida, atingindo os fundamentos do próprio sistema capitalista, mas não conseguiu segurar e, menos ainda, aprofundar essas aquisições num poder socialista durável. Foi travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas na contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a normalização democrática. (ROSAS, 2020, p. 77)

Como acertadamente aponta Varela (2014, p. 479), o regime democrático de viés liberal, instaurado a partir de 1976, foi "resultado", embora não fosse o único possível, "da luta de classes, da revolução e da contrarrevolução". Em seu curto espaço de tempo, o processo

revolucionário produziu rupturas com o passado, permitiu saltos históricos e abriu possibilidade de futuro. Foi contido e, em certo sentido, derrotado. Mas, ao longo de sua breve e agitada vida significou a negação daquele trajeto histórico de modernização conservadora vivenciado em Portugal até 1974 e apontou, como uma de suas heranças mais importantes, as bases para outro tipo de desenvolvimento econômico, político e social.

Veremos a partir de agora como essas bases, que lançaram uma possibilidade histórica, nunca chegaram a produzir uma síntese substancialmente nova, de forma que não significaram uma negação completa da modernização conservadora. No pós-76, essa forma de capitalismo restringido e de "desenvolvimento lento" (LOUÇÃ, 2020), que combina atraso com progresso, subordinação com soberania, acabou por retomar o seu curso histórico, firmando-se novamente como tendência preponderante no desenvolvimento semiperiférico do capitalismo português (SANTOS e REIS, 2018). É certo que esse retorno não ocorreu nos mesmos moldes anteriores, principalmente devido às marcas deixadas pela revolução e aos ventos soprados pela nova conjuntura capitalista global. Entretanto, aquelas bases que apontavam o caminho ao novo nunca chegaram a ser consolidadas em sua completude. Parte significativa das heranças da revolução passaram a ser progressivamente corroídas por dentro, sobretudo dos anos 1980 em diante.

2.1.5 Reorganização capitalista no pós-Abril

A partir de 1976, inicia-se um processo gradual de reorganização do capitalismo português e, como partes desse movimento, forja-se uma nova arrumação dos grandes grupos empresariais e um novo sistema político-partidário, oriundo da modificação na correlação de forças que já vinha ocorrendo nos últimos meses do processo revolucionário. Tratou-se de uma efetiva dinâmica de reconquista do Estado por parte da burguesia ou, dito de outro modo, de uma rearticulação entre poderes econômicos e políticos historicamente dominantes no país.

Antes de mais nada, cabe uma apreciação sobre a tendência de longo prazo das relações entre a economia e a forma política no capitalismo português. Costa et al (2010), no livro "Os donos de Portugal", após percorrerem uma extensa jornada analítica sobre o processo de acumulação de capital no país de 1910 a 2010, acabam por construir uma verdadeira história política e econômica do desenvolvimento capitalista nacional, tendo como foco aqueles que denominam como os "donos" da nação, isto é, os sujeitos que dominam e dirigem os rumos da acumulação de capitais (indivíduos, famílias, empresas e conglomerados monopólicos).

Os autores chegam a algumas conclusões valiosas para a contextualização das relações capitalistas de produção no país e seu padrão de desenvolvimento na atualidade, visto que o livro encerra suas análises no início da década de 2010. Em especial, auxiliam na visualização das íntimas e inseparáveis relações entre o Estado português e a burguesia nacional, tendência que tem origens históricas ainda no período monárquico e que marcou praticamente todo o século XX, mas que sofreu um revés durante o período revolucionário. No entanto, reconfigurou-se por meio de um ambiente de recomposição capitalista no interior do regime pós-Abril, perdurando até os dias de hoje. As pontes entre dominação política e exploração econômica ficam muito nítidas.

Em suas investigações, Costa et al (2010) procuram interpretar esse movimento a partir do protagonismo das principais famílias e dos maiores grupos econômicos portugueses no decorrer de um século. Algumas das grandes conclusões deste trabalho merecem destaque. Em primeiro lugar, fica evidente que o desenvolvimento capitalista português está marcado por um ambiente de grandes desigualdades (econômicas, políticas, de direitos). Segundo os autores, "alguns grupos financeiros e industriais dominam desde sempre, muitos deles com raízes nas finanças ou nas rendas que o Estado lhes assegura desde o século XIX" (COSTA et al, 2010, p. 15).

A segunda grande conclusão, que mais nos interessa nesse momento, é sobre a persistente conexão entre tais grupos econômicos e o poder político estatal, dinâmica que assegura o que os autores chamam "estabilidade da desigualdade". Por um lado, os principais grupos econômicos sempre detiveram sozinhos, desde o início do século XX, mais de um terço do produto nacional, o que os permite atuarem como dirigentes dos recursos sociais de produção e dos rumos do desenvolvimento capitalista no país. Por outro lado, somente podem desfrutar de tal posicionamento privilegiado devido sua sustentação no Estado, entidade que se revela na história portuguesa como um verdadeiro comitê político das classes economicamente dominantes, tal como apontam Marx e Engels (2010) a respeito da função fundamental de qualquer Estado. Nas palavras de Costa et al (2010, p. 15), "[é] sempre o Estado, fosse ele ditatorial ou não, que protege, que seleciona, que ampara, que financia, que organiza o monopólio, que paga a renda".

Parece-nos acertada a percepção de que o Estado português se materializa como ferramenta estratégica e privilegiada no processo de acumulação dirigido pela elite econômica nacional. Deve-se dizer, entretanto, que esta intrincada relação entre a burguesia portuguesa e a forma política estatal não se trata de uma característica destoante do desenvolvimento capitalista em geral. Autores como Ha-Joon Chang (2004 e 2009) permitem o estabelecimento

de paralelos históricos com casos clássicos do desenvolvimento capitalista, tal como o inglês e o estadunidense, que utilizaram (e seguem utilizando) em larga medida do protecionismo e do intervencionismo estatal em suas vias de desenvolvimento. Também há similaridades com casos de desenvolvimento de tipo dependente nas diversas periferias do mundo, onde o Estado novamente se mostra instância central em processos tardios de industrialização e de consolidação da ordem do capital, encarnando o espírito de verdadeiro capitalista coletivo nessas realidades nacionais.

Nesse sentido, a afirmação de Costa et al (2010) de que o Estado seria "a estratégia" capitalista em Portugal pode induzir a interpretações imprecisas. Tal ideia se desdobra da conclusão dos autores de que a burguesia portuguesa viveria do Estado, na medida em que "vive da renda, do subsídio" e da "extração de impostos" (COSTA et al, 2010, p. 15). Essa imprecisão pode deslocar a centralidade da exploração econômica e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, fundamental em qualquer formação social de tipo capitalista, para um debate focalizado numa pretensa particularidade exclusiva à esfera da política portuguesa.

É verdade, como bem se demonstrou ao longo do livro, que no decorrer da história desigual do capitalismo português – com exceção para o breve período revolucionário aberto em abril de 1974 –, a burguesia sempre utilizou e segue utilizando o Estado como instrumento que materializa suas condições de dominação por meio de inúmeros expedientes – ainda que estes não eliminem a existência de contradições e disputas produzidas pela luta de classes em cada período histórico. O ferramental utilizado pela burguesia – considerada enquanto classe para si e não como capitalistas individuais – se expressa, por exemplo, na operação de redes jurídico-legislativas e policiais que interessam ao processo global de produção, reprodução e acumulação de capitais. Outros exemplos seriam a implementação de políticas econômicas e sociais adequadas às necessidades de cada contexto do desenvolvimento capitalista no país ou mesmo a operação de transferências diretas de rendimentos do trabalho para grupos empresariais privados.

Contudo, não se deve perder de vista que a dinâmica da dominação capitalista se funda no terreno da exploração econômica. Não é o Estado quem cria os recursos utilizados no pagamento de impostos, nas políticas públicas, nos subsídios e nas isenções oferecidas a grandes conglomerados financeiros e industriais. Também não é o Estado o gerador dos valores que pagam os juros sobre a dívida pública, montantes que, na atual dinâmica financeirizada da economia, tornam-se rendas de grandes capitalistas. É verdade que o Estado oferece legitimidade jurídica aos meios de pagamento utilizados e administra instrumentos de política macroeconômica, política monetária e política fiscal. Mas não é o Estado que cria o valor que

compõe o fundo público. O fundamento desse valor operacionalizado pelo ente estatal está na esfera da produção e, em última instância, como Marx (2013) demonstra no Livro I de "O Capital", no valor excedente gerado pelos trabalhadores no processo de exploração capitalista.

Tendo clareza quanto à essa dimensão, é possível afirmar que a forma política estatal – não apenas a portuguesa, mas no capitalismo em geral – materializa-se como expressão da exploração econômica e, nessa dinâmica, configura-se como elemento político estratégico que viabiliza a própria dominação burguesa. Como aponta Mascaro (2013), o Estado se constitui como elemento terceiro que necessariamente compõe organicamente a unidade capital-trabalho. Mobilizando instrumentos e aparatos que articulam repressão com ideologia, configura-se como elemento-chave para a constituição, manutenção e reprodução das relações sociais de produção em geral e das especificidades assumidas por cada formação histórica capitalista.

> Devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão. [...] A sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho. (MASCARO, 2013, p. 20)

Nessa tríade trabalho-capital-Estado, é a forma-mercadoria que funciona como núcleo estrutural e estruturante da realidade capitalista e do movimento de suas relações sociais específicas. A rigor, são as relações sociais e materiais historicamente determinadas pela dinâmica capitalista que forjam as formas sociais necessárias à sua própria reprodução. Nesse sentido, a chave de entendimento do Estado, seus movimentos, sua operação e suas contradições está na sociedade civil, mais especificamente na dinâmica de reprodução do capital e em sua indissociável relação com o trabalho.

> Nessa rede de relações na qual se condensa o Estado, é no capital que reside a chave de sua existência. Por isso, não é partindo das características do aparato estatal em si mesmo que se descobrirá a sua eventual utilização ou não pela burguesia. Pelo contrário, é pela estrutura da reprodução do capital que se entende o locus desse aparato político específico e relativamente alheado das classes que se chama hodiernamente Estado. Estabelecendo-se como um continuum estrutural e relacional das ações capitalistas de troca mercantil e de exploração produtiva, a forma política estatal não é um elemento insólito, neutro ou meramente técnico no sentido de indiferença em face do todo social. O Estado é, na verdade, um momento de condensação de relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade. (MASCARO, 2013, p. 22)

Os fundamentos relacionais entre economia e forma política não devem ser compreendidos como derivações funcionalistas de causa e efeito. Na verdade, trata-se de um

processo eivado de contradições e conflitos desde o seu surgimento, o que se desdobra em todas as dimensões desse movimento relacional. Os momentos econômico e político se realizam dialética, recíproca e permanentemente numa mesma totalidade, ainda que haja primazia do primeiro sobre o segundo no interior desse movimento de "unidade na multiplicidade".

> Apresentando-se sempre de modo conjunto, não se pode considerar que a forma-valor capitalista e a forma política estatal sejam historicamente parelhas apenas por uma coincidência. É no mesmo processo de relação real de produção que ambas se instauram, de modo conjunto e necessário. Por tal razão, também não se pode considerar que o nível das relações econômicas capitalistas possa se assentar sozinho ou autônomo, sem se fazer apresentar acompanhado do momento político que lhe é consequente. Na totalidade social, o primado do econômico não se faz à custa do político, mas, pelo contrário, é realizado em conjunto, constituindo uma unidade na multiplicidade. (MASCARO, 2013, p. 35-36)

A indissociabilidade entre poder econômico e poder político se apresenta de maneira possivelmente mais nítida em sociedades de capitalismo tardio ou em economias semiperiféricas, como se vê em Portugal. Entretanto, apesar da função estratégica desempenhada pelo Estado em formações sociais que forjaram burguesias débeis, algo não pode jamais ser ignorado: toda burguesia se apoia em formas políticas historicamente construídas, realizando a sua exploração sobre o trabalho, sua acumulação de capital e sua dominação sempre em associação ao Estado. Mas daí definitivamente não deriva a conclusão de que ela viva do Estado. Muito embora apresente dinâmicas específicas a depender da história singular de cada formação social, a burguesia de qualquer sociedade capitalista vive da exploração sobre os trabalhadores, tendo o Estado como estrutura política que garante a reprodução das condições sociais dessa exploração e de sua dominação política.

Portanto, não é uma característica peculiar ao capitalismo português a existência de uma íntima relação entre o Estado e os principais grupos econômicos atuantes no país. O que se pode identificar, contudo, são as particularidades que essa conexão assume ao longo da história portuguesa. Já tivemos a oportunidade de debater dimensões desse fenômeno ao longo da ditadura. Refletiremos a partir de agora sobre o período posterior.

Após o susto provocado pela revolução, que derrubou o regime fascista-colonialista e desorganizou o capitalismo nacional, qualquer movimento de restauração capitalista executado dali em diante deveria passar necessariamente por uma reconexão da burguesia com o poder do Estado. Nesse ambiente de (re)estruturação de antigos e novos poderes econômicos e políticos, constrói-se o que Maria Manuela Cruzeiro (2018, p. 200) denomina como "regime pós-Abril", no qual, "a nova classe política que o representa tem feito do combate contra a memória da Revolução a sua certidão de nascimento, o seu manual de sobrevivência".

O combate aos significados deixados pela revolução não se realiza apenas como operação ideológica e no campo da memória coletiva. Trata-se fundamentalmente de um extenso programa de reversão das conquistas concretas e subjetivas alçadas em abril. Tal processo liquidacionista avançou em variadas frentes. Até os anos 1980, progrediu com certa moderação devido sobretudo à intensa resistência social enfrentada na altura. No entanto, aprofundou-se a partir de meados dessa década, graças em larga medida à nova conjuntura político-econômica viabilizada pelo início do cavaquismo[97], em 1985, e pela integração definitiva de Portugal no projeto europeu, em 1986. Conforme demonstram Costa et al (2010), esse longo trajeto de restauração teve profundos impactos para a realidade portuguesa.

> O atraso, a modernização conservadora, a cristalização de ralações políticas fechadas no rotativismo partidário, a garantia pelo Estado de todos os processos de acumulação e distribuição entre fortunas, entregando a uns os petróleos, a outros a etectricidade, a estes as auto-estradas, àqueles as parcerias público-privado nos hospitais, tudo isso demonstra como a burguesia portuguesa falhou historicamente na modernização, hostilizou a democracia, detestou o desenvolvimento e garantiu a desigualdade. (COSTA et al, 2010, p. 344)

Para efeito puramente expositivo, debateremos em momentos separados os aspectos políticos e econômicos que atravessam a reorganização capitalista no regime pós-Abril. Comecemos pelas principais alterações no ordenamento político-partidário.

2.1.5.1 Direita e social-democracia: formação de um bloco central

Em primeiro lugar, há que salientar que a revolução deixou marcas importantes para o período histórico que se abria. Parte central dessa herança foi o novo regime político democrático, fincado em instituições que nasciam sob influência dos ventos de Abril e garantiam um novo funcionamento ao sistema político nacional. Na verdade, embora o ímpeto revolucionário tenha sido derrotado no golpe de 25 de novembro de 1975, o Estado português já não era o mesmo dos tempos fascista[98].

---

[97] Referência às influências político-ideológicas reunidas em torno da figura de Aníbal Cavaco Silva, possivelmente a maior liderança da direita portuguesa no período pós-1976. Presidente do PSD por uma década, Cavaco Silva foi Ministro das Finanças no início dos anos 80, governou como Primeiro-ministro entre 1985 e 1995 e foi Presidente da República de 2006 a 2016.

[98] Cabe informar que o novo sistema político português, com a promulgação da Constituição de 1976, conformou-se institucionalmente como uma república semipresidencialista. No modelo adotado, o poder legislativo é exercido pelo Parlamento, eleito em eleições legislativas para composição da Assembleia da República, e o poder executivo é exercido pelo Governo, representado pela figura do Primeiro-ministro, que é indicado pelo partido ou pela coligação com maior representatividade no Parlamento, o qual é formado por meio de eleições legislativas periódicas. Ao Presidente da República, que é eleito em pleito exclusivo por voto direto e universal, cabe a função de Chefe de Estado, com responsabilidade de defender e fazer cumprir a Constituição. Tais encargos, que não se podem confundir com atribuições típicas do executivo, lhe conferem o poder de vetar e

Louçã (2020, p. 172) atenta-se para o fato de que a nova ordem constitucional manteria "elementos de direitos sociais e responsabilidades públicas" fortemente influenciados pela breve, mas potente experiência revolucionária. Segundo o autor, o regime democrático, fincado sobre esta nova base jurídico-política, permitiu uma significativa alteração das próprias funções sociais assumidas pelo Estado, que passaram a se orientar num sentido de universalização de direitos.

O fortalecimento dos aparelhos estatais e dos serviços públicos fornecem uma boa ideia sobre a dimensão dessas transformações. O sistema público de educação foi substancialmente aperfeiçoado e ampliado em todos os níveis. Louçã (2020) registra que a educação universitária rapidamente multiplicou em dez vezes seu número de estudantes. Da mesma forma, reuniram-se as condições políticas e constitucionais para se implementar, em 1979, depois de muito debate e pressões populares, um Sistema Nacional de Saúde (SNS) universal, público e gratuito. Tudo isso somente se fez possível com uma ampliação também relevante do funcionalismo público. Pouco mais de uma década após o 25 de Abril, o Estado já contava com algo em torno de 400 mil funcionários, cerca do dobro daquilo possuía em 1974 (LOUÇÃ, 2020).

De acordo com Santos e Reis (2018, p. 64), foi com a consolidação democrática que se pôde forjar os primeiros "arranjos institucionais que procuram articular a esfera da produção com a esfera da reprodução social" no sentido de alguma perspetiva de bem-estar coletivo. Na leitura dos autores, a base constitucional de 1976 permitiria o estabelecimento de num modelo alinhado com a tradição social-democrata do pós-guerra, consagrando uma relevante legislação laboral e social, para além das liberdades políticas ali também ratificadas.

> Relevantes avanços nestas áreas incluíram o reconhecimento da autonomia das organizações sindicais, o direito à greve, o salário mínimo, a contratação coletiva, as restrições aos despedimentos, etc. [...] Começa-se também a erigir o Estado-providência português, nomeadamente nos domínios da saúde e da educação, alargando o acesso a estes bens essenciais à generalidade da população portuguesa. (SANTOS; REIS, 2018, p.64-65)

Entretanto, Santos e Reis (2018), destacam o fato de que ao longo dos primeiros vinte anos da democracia ocorreu um profundo conflito político e social que expressava contradições entre a tentativa de implementar um "Estado-providência" e as bases materiais disponíveis no país, que vão sendo deterioradas com o passar do tempo. O modo de regulação apontado pelas

---

sancionar leis, reconhecer Governos, dissolver o Parlamento e, por meio de suas intervenções públicas e prerrogativas legais, exercer uma espécie de moderação entre as instituições. Assim, é possível dizer que o semipresidencialismo português, que preserva importante papel para a figura do presidente, sofre, na prática, uma forte influência da tradição parlamentarista, na medida em que a base do poder executivo é exercida pelo Governo, o qual se materializa a partir da correlação de forças no poder legislativo.

novas bases legais e institucionais que consagraram parte das conquistas revolucionárias chocavam-se com as alterações que se davam no regime de acumulação[99] e com as barreiras políticas impostas por uma direita e uma burguesia que se reorganizavam.

Assim, dialogando com estudos de Boaventura de Sousa Santos, os autores identificam que se instalou uma situação política na qual o capital é visivelmente fraco "para impor a recusa de uma legislação fordista, mas suficientemente forte para evitar que ela seja efectivamente posta em prática, e em que, por outro lado, os trabalhadores são suficientemente fortes para impedir a rejeição dessas leis, mas demasiados fracos para impor a sua aplicação" (SANTOS e REIS, 2018, p. 65). Como veremos, esse contexto de profundos conflitos e contradições será progressivamente modificado na medida em que o polo do capital vai conseguindo impor sua agenda neoliberalizante tanto na política quanto na economia.

Ao mesmo tempo em que se afirmam direitos políticos e sociais como desdobramentos diretos das conquistas de Abril, constrói-se também um novo ordenamento político que busca combater esse legado revolucionário desde a primeira hora. Partindo da interpretação de Rosas (2020 p. 89), é possível afirmar que da fase final do PREC resultou mais do que a estabilização de um regime democrático liberal com a Constituição de 1976. Resultou também uma nova correlação de forças que passou a estruturar um "novo sistema político".

> Na realidade, a alteração da relação de forças consagrada pelo '25 de novembro' iniciara-se no 'Verão Quente' desse ano. Ela geraria uma novo equilíbrio que, sem desbaratar ou eliminar o campo variado do esquerda revolucionária, alteraria as regras da disputa política num sentido claramente favorável à coligação de forças sociais e políticas que se opunham quer à hegemonia do PCP e do seu modelo de sociedade no projeto revolucionário, quer à própria ideia de revolução como mudança económica e social profunda, vendo na sua derrota uma oportunidade para uma rápida reconstituição oligárquica do capitalismo português. (ROSAS, 2020, p. 88)

Nesse ambiente, opera-se uma rearrumação que atinge todos os espectros da política nacional e de seus respectivos partidos, ainda que de formas diferentes e em intensidades variadas.

No campo da direita, movimentos com o intuito de retomar o controle direto sobre o Estado surgiram como espinha dorsal de um longo processo de contra-ataque realizado no pós-Abril. Um movimento de reversão gradativa das medidas revolucionárias e também de combate aos seus desdobramentos consagrados em direitos sociais foi iniciado por meio da reconquista,

---

[99] Refere-se a um longo fenômeno que marca as últimas quatro décadas, no qual se inclui processos de desindustrialização, recomposição do capital monopolista, choque de liberalização, rebaixamento planejado da massa salarial, integração desvantajosa a um mercado comum, perda de soberania na condução da política econômica e adesão a uma moeda única sobrevalorizada para o padrão produtivo nacional. Essas dimensões serão retomadas em detalhes ao longo das próximas páginas e seções.

também paulatina, do controle sobre o aparelho estatal por parte dos grupos econômicos dominantes e seus representantes políticos.

Na verdade, essa reconquista do poder político foi imediatamente perseguida, ainda nos tempos do período revolucionário, por meio da extrema violência perpetrada por grupos contrarrevolucionários e abertamente tributários do fascismo. Atentados à bomba, tentativas de golpe de Estado, perseguições e assassinatos foram largamente operados por facções da direita portuguesa – diretamente ligadas a setores da burguesia – logo após a revolução. Esse modelo se fortaleceu no verão de 1975, momento que ficou conhecido como o "Verão Quente", conforme já registrado. Costa et al (2010) oferecem informações sobre como empregados de confiança ou mesmo membros das famílias da grande burguesia portuguesa – como os Mello, os Espírito Santo e os Champalimaud – financiaram, organizaram e participaram diretamente das ações violentas cometidas contra a revolução, especialmente contra o PCP, mas também contra outras organizações de esquerda, sindicatos e movimentos populares. Apesar dos esforços e do largo investimento, a burguesia fracassou na contrarrevolução violenta e acabou sendo, em sua maioria, obrigada ao exílio.

> Manuel Boullosa, o magnata dos petróleos, já tinha fugido: logo no dia 21 de Maio de 1974, tinha-se refugiado na Galiza. José de Mello, que no dia do falhado golpe [operado pela direita contra a Revolução em 11 de março de 1975] estava no aeroporto para viajar, foi identificado pelos militares, mas não foi preso. Em Agosto, toda a família também foi para a Suíça. Champaulimaud já estava em Paris. Ricardo Salgado vai no final de Abril de 1975 para Londres. Os outros se lhes seguiram. (COSTA et al, 2010, p. 267)[100]

Após essa derrota histórica, inicia-se um período de rearrumação tática dos setores da reação. Desde o início da revolução já estava a ocorrer uma recomposição da direita partidária, apoiada por parcelas da burguesia que seguia em Portugal e por grupos que haviam fugido e se organizavam do exterior com pretensões de retorno. Esse processo se fortalece na segunda metade da década de 1970. Novos partidos são criados, com destaque especial para dois: o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS), partido da direita conservadora com

[100] É importante mencionar que parcelas da direita seguiram utilizando a violência aberta como tática até pelo menos abril de 1977 (Carvalho, 2017). O livro de Miguel Carvalho, intitulado "Quando Portugal Ardeu" (2017), é uma referência importante nessa matéria. Segundo entrevista oferecida por Carvalho ao Jornal de Negócios em 21 de abril de 2017, "a data que frequentemente nos dizem que é a da pacificação e da normalidade democrática, o 25 de novembro de 1975, não o é de todo". Ainda segundo o autor, os registros de ações de extrema violência vão ao menos até 1977, tendo sido os meses de abril e maio de 1976 os mais sanguinários: "é assassinado o padre Max, a embaixada de Cuba em Lisboa vai pelos ares, matando dois funcionários diplomáticos, um jovem morre na sequência do rebentamento de um carro armadilhado junto à sede do PCP na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma bomba explode numa residência em São Martinho do Campo, Santo Tirso, matando Rosinda Teixeira, a mulher de um trabalhador fabril". Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/portugal-a-lei-da-bomba>. Acesso em 12/01/2021.

influência dentro de setores católicos e que funcionou como abrigo para membros do regime fascista recém caído; e o Partido Popular Democrático (PPD), renomeado para Partido Social Democrata (PSD) em 1976, agrupamento que pretendia-se mais moderado que o primeiro e que, apesar do nome, possuía bases sociais diretamente relacionadas à burguesia nacional e raízes ideológicas fincadas no liberalismo político e econômico.

O PSD se afirmou desde logo como o maior partido da direita portuguesa e consolidou sua hegemonia sobretudo durante o período de Cavaco Silva no poder (1985-1995), momento em que a administração direta do poder do Estado fortaleceu tal posição no seio da burguesia e alargou sua influência em grandes setores pequeno-burgueses (GODOY, 2013). Nesse período, segundo Rosas (2020) o partido atrai interesses econômicos e aproxima os principais quadros da direita política que porventura ainda não estivessem em sua órbita.

> O principal partido deste campo foi sempre o Partido Popular Democrático (PPD), depois Social Democrata (PSD). A estrutura social e regional da sua base de apoio era semelhante à do PS, mas mais concentrada nos meios urbanos e rurais do norte do Tejo e nos meios empresariais do norte. (ROSAS, 2020, p. 94)

Já o CDS, partido que de acordo com Rosas (2020, p. 94) atua como espaço de "repescagem da direita conservadora recuperável para a nova situação política", encarnou no decorrer dos anos a função de verdadeira força auxiliar ao PSD: "[s]erá sempre uma pequena força política ancilar do PPD/PSD, que este utiliza ou dispensa como aliado, ao sabor das flutuações das relações de força" (ROSAS, 2020, p. 94-95).

No bojo desse rearranjo partidário e após o falhanço das táticas de violência extremada, a reconquista direta de aparelhos do poder político pela burguesia ganhou corpo verdadeiramente a partir do fim da década de 1970, com a vitória eleitoral de Sá Carneiro em 1979, pelo PSD, que concorrera por meio da "Aliança Democrática" (AD), coligação que reunia ainda outros partidos, como o próprio CDS e o Partido Popular Monárquico (PPM), agrupamento criado logo após o 25 de Abril por defensores do retorno de um regime monárquico.

De maneira geral, essa "nova" direita, apesar das raízes conservadoras e, em certos setores, abertamente reacionárias, procurava se apresentar de forma mais moderada, o que era mesmo um requisito de sobrevivência em um contexto político-social saído de uma revolução com espírito abertamente progressista, realizada sob influências da tradição socialista e comunista do país. Ainda assim, o combate permanente às conquistas de Abril consagradas na Constituição, ora feito de forma mais explícita, ora de forma mais moderada, seguiu sendo a tônica do seu "manual de sobrevivência".

> No pós-novembrismo, contida a revolução, as direitas não ocultam a sua estratégia: destruir as principais transformações económico-sociais da revolução e reconstruir a base econômica, financeira e política do novo poder oligárquico. Devolver o poder às velhas e às novas elites económicas e sociais, ainda que no quadro da aceitação do regime democrático. (ROSAS, 2020, p. 94)

Nesse novo ordenamento político-partidário, "o campo do centro é tipicamente representado pelo Partido Socialista (PS)" (ROSAS, 2020, p. 91), força que encarna concretamente a função da social-democracia portuguesa (NUNES, 2019a e 2019b). Fundado em 1973, apenas um ano antes da revolução, o PS Português se firmou nas últimas décadas como uma das duas principais forças políticas do país, espaço de destaque que divide com o PSD. Para se ter uma ideia, todos aqueles que assumiram o cargo de Primeiro-ministro de 1976 até hoje eram de um dos dois partidos.

Para analisar trajetória do PS, é interessante observar suas origens históricas, as quais diferem de outros partidos que compartilham o mesmo espectro político há mais tempo. O PS português não se forjou diretamente na tradição das lutas operárias, tal como ocorreu, por exemplo, com os partidos social-democratas da Rússia e da Alemanha, com o Partido Socialista Italiano (PSI) ou com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Não possui raízes no período da social-democracia da virada do século XIX para o XX e do auge da II Internacional, época na qual ainda havia disputas entre setores revisionistas e revolucionários em suas fileiras. Tampouco vivenciou o período posterior, iniciado na I Guerra Mundial e influenciado pelo racha com as frações revolucionárias, aquelas que se afastaram da social-democracia e formaram em 1919 a III Internacional, movimento que impulsionou o movimento comunista e as lutas por libertação nacional no terceiro mundo nas décadas seguintes.

Conforme já debatido na primeira parte desta investigação, o segundo período social-democrata ficou marcado pela hegemonia da linha reformista, que alcançaria seu auge programático e eleitoral no pós-1945, sobretudo na Europa Ocidental. Em sua trajetória singular, o PS foi construído já no estágio final dessa segunda fase de cariz reformista e influenciada pelo keynesianismo e pelo clima da Guerra Fria. Em 1973, a pujança dessa social-democracia – consistentemente vinculada à construção de projetos de conciliação de classes orientados para um desenvolvimento capitalista que procurava se articular à geração de bem-estar social – já estava em declínio e dava sinais que entrava num período de crise.

Como já referimos em capítulos anteriores, o fim dos anos 60 e início dos 70 é caracterizado pela emergência de uma dupla crise – a crise do capital e a crise do socialismo (NETTO, 1995). A derrocada socialista não afetou apenas o socialismo real e o movimento terceiro mundista. Foi também profundamente sentida nas fileiras social-democratas de todo o

mundo, família político-ideológica que, sob influência da ofensiva neoliberal em ascensão naquele momento, inicia um movimento de inflexão à direita. No plano objetivo da conjuntura mundial, tal processo foi estimulado pela reestruturação capitalista que ganhou corpo dali em diante e, na década seguinte, pela crise derradeira do socialismo real, consolidada na derrota do bloco soviético. No plano subjetivo, ganhou força com a promoção ideológica, inflada sobretudo a partir dos anos 1980, das infindáveis teses sobre "os fins" – era o fim da história, do trabalho, das ideologias, do marxismo, da alternativa comunista, das grandes narrativas, da modernidade, da verdade, etc.

Foi nesse contexto global em que nasceu o partido representante da social-democracia em Portugal, principal ator a ocupar o centro político no sistema partidário pós-1976, ora permanecendo mais em suas origens de centro-esquerda, ora voltando-se mais à direita. Do ponto de visto nacional, as disputas diretas com um PC forte desde os tempos revolucionários também contribuíram para condicionar a trajetória do partido. Tais marcas da conjuntura internacional e da disputa política interna concederam ao PS, desde o berço, a facilidade de adaptação a um perfil de considerável elasticidade tático-estratégica e de pragmatismo eleitoral, características que passariam a marcar o movimento social-democrata como um todo daquele momento em diante. Para além disso, esses elementos também contribuíram para a expressiva fragilidade político-ideológica que caracteriza o partido até os dias de hoje. É com base em tais atributos que os cientistas políticos tendem a qualificá-lo como um partido "pega tudo", termo inspirado na expressão inglesa *catch-all party*.

> [...] o PS regista uma trajetória relacionada com o estabelecimento e uma divergência, em termos institucionais, entre este partido e o PCP. Contrariamente a outros partidos socialistas europeus, o PS foi um partido eleitoralista do tipo catch-all desde a sua fundação (ou refundação, consoante as análises) em 1973. O partido apresenta graus elevados de faccionalismo e estruturas institucionais relativamente porosas. Este partido, tal como o PSD, é fraco do ponto de vista organizacional. Os atributos pessoais dos candidatos e as modernas técnicas de marketing são, aqui, primordiais. Existiria, também, uma ideologia vaga e superficial e uma orientação predominantemente eleitoral. O objetivo é a maximização dos votos, a vitória eleitoral e atingir a governação. (GODOY, 2013, p. 77)

Ou seja, diferente do que ocorreu com outros partidos do espectro social-democrata, o PS não se tornou mais pragmático e mais eclético em virtude de bruscas alterações na conjuntura. Na verdade, o partido já nasceu no contexto de crises abertas nos anos 1970 e em plena marcha de degeneração social-democrata na Europa, processo com repercussões mundiais (NUNES, 2019a e 2019b). Isso significa que Portugal viveu uma revolução em um

período global de declínio das lutas revolucionárias[101] e, ao mesmo tempo, presenciou o nascimento de um partido social-democrata em tempos de crise da social-democracia. Ou seja, em certo desalinho com a tendência histórica da social-democracia europeia, o que ajuda a compreender a maior propensão ao pragmatismo e à porosidade ideológica do PS português.

Nesse sentido, apesar de suas origens estarem vinculadas à luta contra a ditadura e de preservar até os dias de hoje alas (minoritárias) mais voltadas à esquerda e vinculadas a tradições combativas do movimento social-democrata – muito em função das pressões competitivas exercidas pelos partidos que se posicionam à sua esquerda –, é possível afirmar que o socialismo do PS já nascera "engavetado"[102].

> O PS adota uma lógica de funcionamento clara: aos setores à esquerda (incluindo os do próprio partido) assegura que o socialismo e as aquisições de Abril são possíveis de manter ou alcançar com o PS a neutralizar o PCP e a moderar a esquerda. Na conjuntura de refluxo da esquerda e da emergência da direita política e dos interesses que caracterizava a 'normalização democrática', isso significou, na prática uma continuada convergência estratégica com a direita e a recuperação oligárquica. (ROSAS, 2020, p. 91)

As conclusões da pesquisa de Nilton Godoy, consolidadas em sua tese de doutoramento defendida em 2013 no ISCTE-IUL, reforçam essa percepção. Tendo como base os trabalhos do cientista político Braulio Gómez Fortes, Godoy (2013) aponta que, até 2013, em apenas uma ocasião o PS obteve apoio considerável à esquerda do campo político. Isso se deu em 1995, quando o partido buscou uma maior diferenciação relativa à direita, pois já estava há uma década afastado do poder. Esse fenômeno não voltaria a se repetir ao menos até 2015, momento em que se criam as condições para uma aproximação de novo tipo entre a social-democracia e a esquerda.

---

[101] Esse descompasso da revolução em relação ao restante do mundo se explica essencialmente pelas condições políticas, econômicas e sociais internas que marcaram a sociedade portuguesa ao longo do Século XX, as quais já tivemos a oportunidade de debater. Tais condições permitiram a materialização da mais longa ditadura europeia e também da última revolução ocorrida nesse continente no século passado. Esse descompasso em relação às tendências históricas universais de seu tempo ajuda a explicar as dificuldades encontradas para a consolidação da revolução portuguesa enquanto um processo socialista. Não havia uma conjuntura política, econômica e ideológica global (nem mesmo regional) favorável para a solidificação da revolução portuguesa, sobretudo em se tratando de um país da Europa Ocidental. Além disso, perceber tal desarmonia entre o tempo global e o tempo particular também auxilia na compreensão de outro fenômeno que foge do padrão observado na maior parte do mundo a partir dos anos 1970. Portugal seguiu contando com um partido comunista (marxista-leninista) com incontestável enraizamento social e representação eleitoral nas últimas décadas. Mesmo sendo visivelmente afetado pelos ventos soprados pela história recente, o PCP se manteve de pé no pós-1976, preservando até os dias de hoje relevante presença na sociedade portuguesa. Voltaremos a esse tema mais adiante.

[102] Não é desprezível o fato de que o II Governo Constitucional de Portugal, em vigor entre janeiro e agosto de 1978 e liderado por Mário Soares, foi resultado de uma coligação entre o PS e o CDS. Em seu discurso de posse, o histórico líder socialista afirmou que aquela conformação governativa (no mínimo curiosa) não se tratava de "meter o socialismo na gaveta, mas de salvar a democracia". Com o benefício do distanciamento temporal, hoje não resta dúvida sobre o que de fato foi objeto daquele "engavetamento" histórico.

> Analisando as atitudes em relação ao PS por grupo ideológico (não por classe social), Fortes refere que o PS obteve, apenas em uma eleição, o voto maioritário dos que se identificavam como de esquerda ou de extrema-esquerda (face aos que se declaram de centro-esquerda). Tal eleição foi a de 1995, em que se teria procurado desalojar o PSD após 10 anos de governo, 8 dos quais em maioria absoluta. (GODOY, 2013, p. 78)

Em meio a essa reorganização da direita e do centro político, sendo este último efetivamente ocupado pela social-democracia portuguesa, opera-se uma progressiva marginalização da esquerda radical[103]. De fato, a esquerda foi gradualmente afastada daquilo que se convencionou chamar em Portugal de "arco da governação", isto é, do seleto grupo de forças políticas suficientemente "confiáveis" para assumirem posições de poder, seja de Governo ou de Estado. Trata-se de um movimento de exclusão que progride muito em função da persistente linha de atuação adotada tanto pela mídia hegemônica quanto pelos dois maiores partidos saídos da Constituinte e das primeiras eleições legislativas em 1976. Nas palavras de Rosas (2020, p. 88), "[...] instalou-se uma estrita guetização na vida política ou nos meios de informação de todas as organizações ou iniciativas localizáveis à esquerda do sistema neorrotativo entre o PS e a direita".

---

[103] A expressão esquerda radical é utilizada por muitos analistas. Há na ciência política um intenso debate sobre possíveis formas de enquadramento conceitual para os distintos partidos da esquerda na atual conjuntura histórica contrarrevolucionária, que marca ao menos as últimas três ou quatro décadas, a depender do referencial aplicado. March (2012), por exemplo, apresenta uma tipologia na qual a esquerda radical seria compreendida como um espectro político (à esquerda da social-democracia) que busca transformações de fundo (radicais) no sistema político e econômico vigente, mas que não necessariamente se opõe diretamente ao regime político liberal e não aponta necessariamente para uma revolução de cunho socialista. Nesse conceito, caberiam partidos com tradições e programas muito variados. No interior dessa ampla diversidade, March (2012) enquadra o que chama de extrema-esquerda como um subtipo da esquerda radical, também com ramificações internas, composto de maneira geral por partidos que não se desvincularam completamente das experiências do socialismo real do passado, que alimentam profundas críticas às democracias liberais e que ainda advogam pela construção do socialismo – ainda que nos últimos tempos tenham reorientado suas ações essencialmente para necessidades imediatas de cada realidade nacional. Para os nossos objetivos e tendo como base os debates de March (2012) e Freire (2012), denominamos os partidos à esquerda do PS no espectro político português como esquerda radical ou simplesmente como esquerda, visto que, apesar das inúmeras divergências táticas e estratégicas, todos esses se orientam para modificações estruturais do sistema político-econômico. Ao mesmo tempo, partindo dessa caracterização de March (2012) e Freire (2012), o PS, enquanto o partido que encarna em Portugal o espírito político-ideológico social-democrata, poderia ser classificado como um partido de esquerda não-radical. Entretanto, nessa questão, opta-se pelo alinhamento a autores como Rosas (2020) e Nunes (2019), destacando os laços estreitos existentes entre as linhas programáticas do PS e das organizações políticas que representam a burguesia nacional (PSD e CDS, principalmente). Assim, enquanto BE, PCP e PEV são aqui tratados como a esquerda (ou esquerda radical) com representação parlamentar, o PS é compreendido como um partido originalmente de centro-esquerda, mas que exerce concretamente a função de centro político na realidade portuguesa. As diferenças internas da esquerda portuguesa serão apontadas oportunamente quando forem apresentadas e analisadas as principais organizações que ocupam esse campo atualmente. Por fim, registra-se que as delimitações entre esquerda, centro e direita não são de modo algum definitivas, mas sim relacionais em termos históricos e políticos referentes a cada sociedade. Desse modo, tais expressões não são aqui utilizadas como categorias teóricas, mas simplesmente como descrições empíricas que auxiliam em nossa interpretação histórica sobre o sistema político português na atualidade.

O que fica explícito com o passar dos anos é que a "confiança" que permite ou não fazer parte do grupo "autorizado" ao poder se dá em função do nível de disponibilidade expresso pelos partidos em seguir o processo de reconstituição e preservação das bases políticas e econômicas do capitalismo no país. Não é por acaso que, ao longo das últimas quatro décadas, o tal arco da governação foi sempre bastante curto, indo apenas do PS até os principais partidos da direita.

Tal interpretação se alinha à abordagem de Godoy (2013). O autor investigou o comportamento do espectro político-partidário português e suas relações de classe nas últimas décadas. Segundo suas conclusões, o processo de reorganização política pós-1976, que incluía a exclusão do principal partido de esquerda do arco governativo, deu-se de maneira muito acelerada: "o sistema de partidos atingiu uma consolidação estrutural rápida, com a exclusão do PCP e a principal dimensão de competição a ser ocupada pelo PS e pelo PSD" (GODOY, 2013, p. 76-77).

Esse novo ordenamento político centrado no PSD e no PS deu origem ao fenômeno conhecido no país como "bloco central". Foi possivelmente por meio desse novo expediente – um arranjo político-eleitoral com aspectos ao mesmo tempo contraditórios e complementares – que o processo de reversão de Abril e de reconquista do Estado pela burguesia se consolidou como tendência histórica.

> Com as vitórias da Aliança Democrática de Sá Carneiro e Freitas do Amaral em 1979 e 1980, e depois com a formação da aliança de Bloco central entre o PS e o PSD, a revisão constitucional foi abrindo as portas às privatizações, e estas foram as condições para a recomposição da burguesia depois da revolução. (COSTA et al, 2010, p. 269)

Sob a liderança de Mário Soares, então líder do PS, e Carlos da Mota Pinto, então líder do PSD, o bloco central nasceu oficialmente em 1983 como aliança política entre a social-democracia e a direita. Formado pelo maior agrupamento social-democrata no país, o Partido Socialista, e pela mais relevante expressão da reorganização da direita nacional que se pretendia mais moderada, majoritariamente reunida no Partido Social Democrata, a principal função do Bloco central, enquanto fenômeno histórico que superou aquele acordo formal de 1983, é a sustentação recíproca de governos entre os dois principais partidos do regime pós-Abril, com vistas a uma certa estabilização nacional.

Para lhe emprestar a imagem de moderação que tanto almejava, sobretudo após a queda dos resultados eleitorais do seu parceiro preferencial, o CDS, nada seria melhor para o PSD do que uma aliança com o PS, partido que representava na altura – e ainda hoje – a maior força a ocupar o centro político, tendo origens de centro-esquerda. A expressão "bloco central"

continuou sendo popularmente conhecida e empregada nos anos seguintes. Mesmo quando já não havia acordos oficiais, a direção do Estado e da vida política portuguesa a partir dos anos 1980 foi, de fato, operada pelo bloco PS-PSD. Segundo Rosas (2020, p. 93), "[...] mesmo quando a concorrência eleitoral e a rotação governativa substituíram o acordo formal, tratou-se de uma alternativa sem real alternância política estratégica, uma disputa clientelar pelo controlo do aparelho do Estado". Somente com a formação da Geringonça, em novembro de 2015, que se observaria uma modificação significativa dessa tendência histórica.

Nesse contexto, o bloco central – composto pela social-democracia e por uma direita remodelada segundo as exigências da nova conjuntura nacional – aponta para a necessidade de "normalização" política e econômica, o que significa, na prática, a restauração de muito daquilo que foi a ordem social e de mercado pré-1974. Para tanto, fazia-se necessária a deliberada marginalização da esquerda comunista e das alas socialistas mais radicais, inclusive de setores mais combativos vinculados ao próprio PS. Miguel Carvalho (2017) revela, por exemplo, como militantes do PS mais ligados à direita do partido estiveram envolvidos até mesmo em ações contrarrevolucionárias violentas entre 1974 e 1977, o que somente se explica a partir dos interesses que os aproximavam da direita nacional: enfraquecer e marginalizar os comunistas e os socialistas radicais da vida política nacional.

Foi apenas no início dos anos 1980, como já dissemos, que o Bloco central se firmou e se mostrou decisivo para a reconquista do Estado por novos e antigos grupos econômicos dominantes, abrindo claramente a janela histórica de reversão das conquistas de Abril e de adesão ao ciclo neoliberal que ganhava fôlego em outros lugares do mundo desde a década anterior.

> O Bloco central promoveu a revisão constitucional de 1982 e em 1983 aprovou a lei de delimitação dos sectores, que estabelecia a abertura à iniciativa privada da banca, seguros, adubos e cimentos: as empresas nacionalizadas ainda não mudavam de mãos, mas já era possível criar concorrentes que, de facto, preparavam a primeira etapa da privatização. (COSTA et al, 2010, p. 269)

O fenômeno aqui intitulando como bloco central é referido por Rosas (2020, p. 96) como um "sistema de monopólio rotativo do poder". Nessa acepção, pode ser considerado como a manifestação, no sistema político-partidário português, daquilo que Losurdo (2004) denomina como "monopartidarismo competitivo", fenômeno que triunfou ao longo do século XX, sobretudo em suas décadas finais, permanecendo vigente até os dias de hoje como uma das expressões típicas das democracias liberais e de sua tendência à conformação de "bonapartismos *soft*". Sua principal função é moldar os sistemas eleitorais no sentido de reduzir sua dinâmica competitiva às disputas entre forças políticas ou lideranças mais ou menos

carismáticas que representam facetas razoavelmente diferentes de um mesmo projeto, marginalizando aqueles partidos diretamente ligados às classes subalternas e que atuam com base em programas político-ideológicos divergentes (LOSURDO, 2004).

A conformação do bloco central foi um dos efeitos concretos daquele movimento realizado pelo PS de se posicionar num suposto espaço do centro partidário, fazendo uso de suas origens de centro-esquerda, mas orientando sua ação política à direita, tanto em termos de articulações governativas quanto em relação às diretrizes políticas adotadas na maior parte de seus programas. Como desdobramento dessa política concreta de direita, revestida por uma aura social-democrata, o PS acaba por exercer, junto às forças da direita política, um efetivo monopólio da governação em Portugal.

> No seu funcionamento prático [...] o novo sistema político traduziu-se até ao fim do século num monopólio da governação PS/PSD, quer sob a forma de alianças de coligação no Governo, quer em regime de rotação de maiorias e de executivos, à semelhança do rotativismo da segunda metade do século XIX: uma alternância sem real alternância estratégica, sobretudo centrada na rotação do acesso das repectivas clientelas aos lugares do aparelho do Estado. (ROSAS, 2020, p. 96)

Segundo Losurdo (2004), estamos diante de um fenômeno típico das democracias liberais, viabilizado por um complexo arranjo político, jurídico e midiático. Trata-se de um processo que se efetiva por meio da articulação entre: 1) grandes conglomerados midiáticos, que atuam como verdadeiros órgãos de imprensa dos partidos da ordem e mantém sob controle a aparição pública de organizações e candidatos que ofereçam risco à ideologia dominante: e 2) arcabouços jurídicos orientados para uma espécie de "estabilização domesticadora", com normas legais e casuísmos diversos que impõem dificuldades para o acesso dos partidos "ideológicos" às instâncias de poder (Losurdo, 2004).

Dessa maneira, preserva-se algum nível de competição eleitoral, mas garante-se que ela opere essencialmente dentro da própria diversidade burguesa. O monopartidarismo competitivo elimina ou reduz drasticamente a possibilidade de escolha entre alternativas reais, tendo como resultado final a garantia de um "governo de classe", o qual "assegura para si o monopólio da representação parlamentar" (LOSURDO, 2004, p. 324). Essa é, em grande medida, a principal característica do bloco central português, encarnado pelo PS e pelo PSD – esse último em associação ao CDS, que atua como sua linha auxiliar.

O bloco central, entendido enquanto fenômeno histórico e não apenas como coligação formal, funciona como unidade contraditória composta por partidos que atuam enquanto faces de direita e de esquerda de uma mesma ordem política e econômica. Trata-se de uma operação

levada a cabo pelos dois maiores partidos estabelecidos na democracia, contribuindo para a progressiva reconquista do poder político pela burguesia no regime pós-Abril.

2.1.5.2 Força relativa da esquerda

No que diz respeito à esquerda do espectro político, o PCP assume imediatamente no período pós-76 como a principal força em Portugal, protagonismo que será mantido até o início do século XXI. Apesar do referido processo de marginalização, uma das marcas deixadas pela revolução no novo sistema político-partidário foi a manutenção de um caldo histórico que contribuiu para a existência de uma esquerda radical capaz de preservar relevância social e eleitoral até os dias de hoje.

Ao longo das últimas décadas, a linha de atuação central desse campo político foi eminentemente defensiva. Sua intencionalidade primordial tem sido refrear o processo de reorganização capitalista e de ofensiva neoliberal, atuando como força tensionadora essencialmente por fora dos espaços institucionais de poder, os quais são ocupados de forma geral pelo bloco composto pela social-democracia e pela direita, como já mencionamos. Esse perfil defensivo se observa na linha tática adotada pelo PCP em seus programas nas últimas décadas, defendendo a consolidação de uma "democracia avançada" caracterizada pela manutenção e efetivação das conquistas de Abril nos campos econômico, político, social e cultural (PCP, 2013). Nas palavras de Rosas (2020), a esquerda pós-76 se estabeleceu como

> […] um campo globalmente remetido à defensiva política e sindical das 'conquistas de Abril' sob hegemonia do PCP e da CGTP/Intersindical, central sindical sob a sua influência. O campo da esquerda representou, entre 1976 e o fim do século, um forte baluarte de resistências às políticas de destruição do patrimônio económico e social das conquistas revolucionárias. (ROSAS, 2020, p. 90)

Conforme adiantado pelo autor, trata-se de um campo diverso, no qual outras forças seguiram atuando após o período revolucionário, tais como os já mencionados PSR, PCTP/MRPP e UDP. Nas últimas décadas, algumas delas foram dissolvidas, outras se fundiram e novas surgiram. Um exemplo é o Movimento Alternativa Socialista (MAS), partido de orientação trotskista legalizado em 2013, após rompimento com o Bloco de Esquerda (BE), onde atuava como agrupamento interno sob o nome de Ruptura/FER. Outro é o Em Luta, organização formada a partir de um novo racha ocorrido no próprio MAS. No entanto, a capacidade de enraizamento social e a representatividade eleitoral dessas organizações mantiveram-se sempre bastante reduzidas.

Apenas no início dos anos 2000 que emergiria um novo partido nesse espectro político, o Bloco de Esquerda (BE), com força suficiente para dividir, junto com PCP, o protagonismo dentro da esquerda radical portuguesa (FREIRE, 2012). Nesse ambiente, a base social da esquerda em geral se estabelece em zonas urbanas e operárias, bairros populares e regiões rurais afetadas pela reforma agrária realizada por força da revolução, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa, nas margens sul e norte do Tejo e no Alentejo (ROSAS, 2020). Vejamos mais de perto um pouco das histórias e dos formatos organizativos desses dois principais partidos, o PCP e o BE.

Quanto aos comunistas, sua força social se faz notar principalmente no mundo do trabalho. Godoy (2013, p. 79) destaca que, dentre todas as organizações que passam a compor o espectro político-partidário no pós-Abril, o PCP é o partido que até os dias de hoje "apresenta bases sociais mais consistentes, nomeadamente no caso dos operários" (GODOY, 2013, p. 80). Os estudos de Marco Lisi (2015) sobre as bases de apoio aos partidos políticos em Portugal reforçam as percepções de Godoy, mas acrescentam que o PCP também possui forte influência entre os trabalhadores agrícolas e o funcionalismo público. Segundo Lisi (2015), utilizando-se de dados do partido relativos à década de 2000, algo entre 50 e 60% dos seus membros ativos eram trabalhadores industriais ou agrícolas e cerca de 20% correspondia ao funcionalismo estatal.

Outros fatores relevantes dizem respeito à participação decisiva do partido na estruturação do regime democrático e na gestão política local das cidades e vilas do país. De acordo com Godoy (2013), muito embora tenha se visto afastado da governação a nível nacional a partir de 1976, o "PCP participou [...] nos primeiros governos (chamados provisórios) e teve um peso importante na elaboração da Constituição da República Portuguesa", apresentando no decorrer dos anos "um peso local muito importante, em zonas muito específicas do País", essencialmente na Grande Lisboa e no Alentejo (GODOY, 2013, p. 74).

Para o PCP, diferente do que ocorreu com outros partidos comunistas europeus, a questão de uma eventual adaptação ao regime político-eleitoral de tipo liberal foi sempre um tema mais delicado "devido à sua menor transformação interna" (GODOY, 2013, p. 79). Em grande medida, essa menor transformação se deu pela baixa adesão às teses eurocomunistas, o que permitiu a maior preservação, como aponta Godoy (2013), de uma forma organizacional "de massas" e "leninista". Tal característica lhe garante "uma base de apoiantes mais ativos mesmo durante os períodos entre as eleições" e, ao mesmo tempo, lhe assegura um enraizamento consolidado nas organizações da classe trabalhadora, de maneira que os

"sindicatos serviriam como mobilizadores do apoio eleitoral" e não o contrário (GODOY, 2013, p. 78).

Marcela de Paula (2021), em texto escrito a propósito do 47º aniversário da Revolução de Abril, retoma à história do PCP para identificar os fatores que o diferenciam dos outros partidos portugueses, da esquerda à direita. A ligação orgânica à classe trabalhadora, o enraizamento cotidiano nas massas e a elevada capacidade de se manter em permanente (re)organização e formação de quadros são elementos marcantes ao longo desse percurso histórico (PAULA, 2021).

Tais aspectos se revelam quando a autora perpassa as várias fases vividas pelo partido em seus cem anos de existência. Desde a sua fundação em março de 1921 pela ação direta dos trabalhadores e por influência do movimento anarquista – diferente da maior parte dos partidos comunistas, que nasceram do racha da social-democracia na década de 1910 – até o papel central assumido na luta contra o fascismo. Dos esforços de reorganização da luta clandestina a partir da década de 1940 até a sua posição de liderança nas grandiosas ações de massas realizadas entre 1958 e 1965. Do apoio às lutas de libertação nacional que explodiam nas colônias portuguesas em África às movimentações internas que pressionavam o regime salazarista nos anos 1960 e início dos 1970, processo no qual o PCP tomava a dianteira e se aliava a movimentos populares (estudantes, camponeses, religiosos, sindicalistas, militares) e intelectuais (escritores, artista, jornalistas). Do protagonismo no processo revolucionário aberto em 1974 e da solidificação como principal defensor das conquistas de abril no pós-1976 à capacidade de renovação de pautas e militância ao longo dos anos, renovando posições de liderança a partir dos quadros mais novos e conservando um forte setor de juventude – a Juventude Comunista Portuguesa (JCP)[104].

O PCP seria o que Paula (2021) chama de "partido confiável", erguido sobre uma sólida base organizacional e marcado pela "honestidade política" que anima suas variadas linhas de atuação, seja nos movimentos populares, no sindicalismo ou na prática parlamentar. Todos os fatores destacados pela autora foram construídos e combinados ao longo da história comunista no país, processo que forjou um agrupamento único no espectro político português nos dias de hoje. Um partido que emana das massas e engaja os sujeitos em atividades políticas cotidianas; que conserva em larga medida as tradições leninistas sobre organização, orientando-se às questões que tocam o dia a dia das pessoas sem abandonar o horizonte de construção de um futuro diferente.

[104] Ver mais em: <https://www.noticiasmagazine.pt/2016/o-sangue-novo-do-pcp/historias/22016/>. Acesso em 26/04/2021.

Esse perfil se efetivou nas últimas cinco décadas tanto em termos de mobilização de base, quanto em força eleitoral considerável. Apesar da tendência geral de marginalização das esquerdas do arco de governação, o PCP foi capaz de preservar índices de votação que superavam sua base, arrebatando, até pelo menos o fim dos anos 90, o que Rosas (2020) chama de voto de protesto. São notáveis, por exemplo, os resultados do partido nas eleições legislativas entre 1976 e 1987, intervalo no qual foram realizados seis processos eleitorais[105]. O partido obteve no período uma média de 16% dos votos, com máximo de 19% em 1979 e mínimo de 12,1% em 1987. Quando se trata das eleições autárquicas, que dizem respeito ao poder executivo local (algo similar às prefeituras no Brasil), observa-se que os comunistas sustentaram resultados expressivos entre 1976 e 1993. Considerando um universo eleitoral que gira em torno de 300 "Concelhos", com suas respectivas Câmaras Municipais, as coligações lideradas pelo PCP alcançaram no referido período uma média de 48 presidências de Câmara, o que representa, também em média, cerca de 16% dos "Concelhos" do país.

Sua força se reflete também no papel de liderança e influência exercido no interior da principal central sindical do país. A CGTP-IN segue até os dias de hoje, mesmo com as profundas modificações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos tempos, como a maior central sindical portuguesa. Em 2020, ano em que completou 50 anos de existência, sua base contava com dez federações, mais de 120 sindicatos associados e mais de 550 mil sindicalizados[106].

Importante mencionar que seu protagonismo nessa área não é mais hegemônico como em outrora. A União Geral de Trabalhadores (UGT), central sindical fundada em 1978 como resultado de um racha na CGTP-IN e tradicionalmente dirigida pelo PS (e em menor medida influenciada pelo PSD), também disputa o mundo do trabalho, sobretudo dentro dos setores de serviços (ROSAS, 2020), chegando em 2019 com a marca de mais de 450 mil sindicalizados[107]. Entretanto, em comparação com a CGTP-IN, para além de suas origens bastante distintas, apresenta um perfil na arena das lutas trabalhistas nitidamente mais conciliador e por vezes até mesmo pró-capital, alinhando-se por exemplo ao culto europeísta e seus efeitos de

[105] Nas legislativas de 1976, o PCP participou como o principal partido da coligação Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), que contava ainda com o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e com a Frente Socialista Popular (FSP). Nas eleições de 1979 até 1985, a coligação foi sucedida pela Aliança Povo Unido (APU), na qual o PEV também foi integrado. A partir de 1987, esta última foi substituída pela Coligação Democrática Unitária (CDU). Em vigência até os dias de hoje, a CDU é composta pelo PCP e pelos verdes.

[106] Ver mais em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-out-2020/cgtp-intersindical-faz-50-anos-a-central-que-nasceu-do-casamento-mais-improvavel-12770149.html>. Acesso em 25/02/2021.

[107] Ver mais em: <https://ionline.sapo.pt/artigo/655379/sindicatos-mais-de-um-milhao-de-portugueses-estao-filiados-nas-centrais-sindicais-?seccao=Portugal_i>. Acesso em 25/02/2021.

aprofundamento da flexibilização do direito do trabalho e da precariedade laboral (COSTA, 2004 e 2005).

Outra expressão da atuação dos comunistas digna de menção foi a criação do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Fundado em 1982, fora inicialmente denominado como Movimento Ecologista Português - Partido "Os Verdes". Defensor de um ecologismo de viés socialista, o PEV foi sempre taxado como linha auxiliar dos comunistas, visto que, por exemplo, o partido nunca se lançou a eleições sem estar em coligação com o PCP. Apesar disso, a avaliação de Rosas (2020) a seu respeito nos parece exagerada, sobretudo quando afirma que o PCP apenas usa "instrumentalmente certas questões ligadas à crise climática e ambiental, sem realmente lhes conferir qualquer tipo de centralidade", de tal forma que teria chegado a "criar um 'partido ecologista', cuja principal finalidade era manipular eleições e criar artificialmente um novo grupo parlamentar apendicular ao PCP" (ROSAS, 2020, p. 107). O fato do autor não concordar com a linha estratégica assumida pelo PEV – que não esconde sua origem, suas relações com os comunistas e que trata a luta contra as agressões à natureza a partir do debate sobre o modo de produção capitalista – não faz dessa atuação nem mais nem menos instrumental ou manipuladora do que aquelas adotadas por qualquer outro partido de esquerda. Seria correto afirmar que o os verdes possuem uma expressão eminentemente parlamentar, estando na zona de influência do PCP e atuando eleitoralmente como sua linha auxiliar, mas isso não retira a legitimidade política desse agrupamento que compõe até hoje o campo de esquerda no país, tendo chegado a participar da experiência Geringonça entre 2015 e 2019.

Em síntese, o PCP é um partido que vem desafiando as frequentes análises sobre o seu inevitável definhamento. Entretanto, desmentir os cronistas que anunciam diariamente sua morte não significa apagar as dificuldades que o partido seguramente tem enfrentado na atualidade, sobretudo nos últimos trinta anos. Como parte dos desdobramentos da crise do socialismo real e do movimento terceiro mundista, os anos 1990 afetaram em maior ou menor nível todas as frações de esquerda em nível global. Não foi diferente em Portugal, considerando especialmente a preponderância preservada desde a revolução por um PC muito ligado à Moscou, que logrou resistir parcialmente ao avanço da reconstituição capitalista em âmbito nacional, mas foi seriamente afetado pelo cenário internacional, sobretudo pelo fim da URSS no início da década de 1990.

Os efeitos dessa crise global das esquerdas chegaram, fazendo-se visíveis na vida política portuguesa. Das eleições legislativas de 1991 em diante (até os dias de hoje), os comunistas cairiam para um resultado médio de 7,9%, tendo como máximo o 8,99% em 1999 e mínimo o 6,33% em 2019. Apesar de apresentar uma "longevidade muito maior do que os

partidos similares na Europa" no mesmo período, tal como apontam as pesquisas de Godoy (2013, p. 74), a queda dos patamares eleitorais do PCP não deixou de ser brusca, puxando para baixo todo o campo à esquerda do PS na última década do século XX.

Associados ao contexto mundial contrarrevolucionário e à crise geral das esquerdas, outros fatores ajudam a explicar esses desdobramentos em Portugal. Rosas (2020) atribui a maior parte das causas ao que considera como um processo de burocratização e "dogmatismo" daquele que era o principal partido do campo. Segundo o autor, o PCP se mantinha "[a]ferrado dogmaticamente à ideia de que na contradição entre o capital e o trabalho o sujeito emancipatório era uma classe operária de médias e grandes empresas, com contratos sem termo, emprego certo e sindicalizada", de maneira que lhe escapariam "as mudanças num mundo do trabalho onde emergia um oceano de assalariados precários" (ROSAS, 2020, p. 107). Lisi (2015), sob outra perspectiva, avalia que as bases teóricas e a forma organizacional fortemente preservadas pelo partido ao longo dos anos proporcionam um duplo movimento, ao mesmo tempo positivo e negativo: "*[o]n the one hand, these findings suggest the PCP's capacity to maintain the loyalty of older members. On the other, it seems more difficult to stabilize and encapsulate young members, who are more prone to display weaker partisan attachments*" (LISI, 2015, p. 76-77)[108].

O fato é que o mundo do trabalho em Portugal passou por severas modificações nas últimas décadas, processo diretamente relacionado aos efeitos da ofensiva neoliberal que avançava globalmente desde os anos 70 e, particularmente em Portugal, desde a década seguinte[109]. Segundo Rosas (2020, p. 106), "os efeitos sociais do cavaquismo na neutralização relativa da reação popular, ou o impacto da desregulação do mercado de trabalho na dessindicalização e na desmobilização sindical tiveram influência nesta evolução". Outra consequência foi a tendência de desindustrialização da economia portuguesa, que pode ser visualizada na diminuição da participação da indústria no PIB, saindo de 23,8% em 1980 para 14,1% em 2019, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

---

[108] Tradução livre: "por um lado, estas descobertas sugerem a capacidade do PCP de manter a lealdade dos membros mais antigos. Por outro lado, parece mais difícil estabilizar e encapsular os membros jovens, que são mais propensos a exibir ligações partidárias mais fracas".

[109] Essa afirmação não concorda, em hipótese alguma, com as formulações contemporâneas que advogam pelo fim do trabalho. Constatar que o capitalismo neoliberal reconfigurou o mundo do trabalho não nega que a geração de valor segue indissociável do trabalho vivo. Para aprofundar essa discussão, ver ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editoras Cortez e Unicamp, 2002.

De acordo com o "*Atlas of Economic Complexity*"[110], em 1998, um ano antes do início da circulação do euro, o setor de serviços representava 27,7% do total de exportações feitas pela economia portuguesa. Em 2019, os serviços já representavam 38,28% das exportações. No mesmo período, as exportações de eletrônicos, têxteis, maquinarias e veículos passaram de 46,46% para 29,93% (eletrônicos: de 9,26% em 1998 para 5,11% em 2019; têxteis: de 21,41% para 9,11%; maquinarias: de 4,76% para 6,13%; veículos: de 11,03% para 9,58%). Os dados do Atlas também revelam como o país se tornou dependente do turismo nas últimas três décadas. Essa atividade, que já era o principal item da pauta exportadora portuguesa em 1998, saiu de 16,59% naquele ano para 24,23% do total de exportações em 2019.

Uma decorrência associada diretamente a esse processo foi a diminuição do percentual da massa de trabalhadores envolvidos com os setores industrial e agrícola, base social mais importante da esquerda, especialmente do PCP. Partindo de uma metodologia que cruza os dois principais indicadores socioprofissionais produzidos pelo INE ("situação na profissão" e "profissão"), Godoy (2013) apresenta uma possibilidade de interpretação sobre a evolução da estrutura das classes sociais no país de 1960 a 2011. A partir desses dados, é possível notar que a massa de operários, que representava 36% da população economicamente ativa do país em 1981, passou a representar 23,6% em 2011, e os assalariados agrícolas passaram de 7,2% em 1981 para 1,8% em 2011. Ao mesmo tempo, cresceu a massa de trabalhadores pouco qualificados do setor de serviços, de 26% em 1981 para 33,8% em 2011, bem como de trabalhadores intelectuais, técnicos e administrativos intermédios, de 7,9% em 1981 para 21,55% em 2011. Tais números indicam a queda expressiva da quantidade de trabalhadores assalariados industriais e agrícolas e, simultaneamente, o crescimento do número de trabalhadores precarizados nos serviços e de trabalhadores intelectuais intermédios, os quais compõem novos setores médios urbanos.

A combinação desses fatores revela um cenário de intensa modificação na base social das esquerdas ao longo das últimas décadas, quadro que se associou às dificuldades internas demonstradas pelo PCP em oferecer rápidas respostas às novas condições históricas do mundo do trabalho, ainda que tenha sido capaz de preservar dimensões não desprezíveis da sua força política. Ao mesmo tempo, deve-se considerar o processo de reorganização do capitalismo português e a conjuntura global contrarrevolucionária, movimentos que contribuíram para a

[110] "*Atlas of Economic Complexity*" é uma ferramenta online produzida e alimentada anualmente pela Escola de Governo da Universidade de Harvard ("*Harvard Kennedy School of Government*"). A iniciativa reúne e apresenta de forma dinâmica dados sobre os fluxos de comércio global em diversos países. Ver mais em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em 12/09/2021.

ofensiva neoliberal e para o crescimento da influência das teses sobre o "fim da história" na vida política nacional.

Foi nesse ambiente em que surgiu, em 1999, o Bloco de Esquerda (BE), partido forjado através da "convergência entre a UDP, o PSR e a Política XXI (plataforma de ex-militantes do PCP) e outros militantes e ativistas das esquerdas sem partido" (ROSAS, 2020, p. 108). Ainda segundo Rosas (2020, p. 108), a nova organização se dedica à ocupação de um novo "território sociopolítico" que vinha se formando no bojo das transformações sociais em curso, mas que indicava carecer de representação política e eleitoral.

Enquadrado por Freire (2012) como pertencente ao que denomina como nova esquerda radical, é possível afirmar que o BE nasceu em Portugal como expressão crítica e mais combativa daquele movimento que se autodenominava como terceira via, fenômeno que, em outros países europeus, orientou-se efetivamente ao centro político e, em alguns casos, até mesmo à direita. Procurando defender o que chama de "socialismo renovado" – formulação que aparece em seu Manifesto Fundador (Bloco de Esquerda, 1999) – ou anticapitalismo – expressão que entrou no vocabulário do partido no decorrer dos anos (assumindo tons mais ou menos radicais a depender da conjuntura) – o Bloco se configura como uma esquerda que tece críticas sobre os rumos trilhados pelo fenômeno da terceira via e pela social-democracia em geral. Ao mesmo tempo, nega a linha política da esquerda portuguesa hegemonizada pelo PCP e procura se desvincular das experiências socialistas do passado, abrindo-se para bases teórico-organizativas mais ecléticas e fluidas.

Nas palavras de Reginaldo Moraes (2016, p. 8), o BE, enquanto "resultado da confluência de pequenas organizações de ultraesquerda (trotskistas e maoístas, sobretudo) e de dissidentes do PCP", teria paulatinamente encarnado "esperanças de práticas e posicionamentos inovadores". O partido teria emergido, assim, como uma espécie de agrupamento "fora de ordem". Assim como outras experiências típicas da esquerda pós-Guerra Fria, como, guardadas as devidas diferenças, como o Podemos espanhol ou o *Syriza* grego, o BE se insere num rol de organizações que funcionam como "mistos de partidos e movimentos sociopolíticos, ou de partidos que nascem de movimentos e seguem mantendo algumas de suas características "basistas", assembleistas, rebeldes" (MORAES, 2016, p. 8).

Nesse sentido, a forma-partido clássica era gradativamente substituída por uma espécie de organização colegiada com fins eleitorais (Godoy, 2013; Galastri, 2019) que articula sob um mesmo guarda-chuva distintas forças progressistas e movimentos sociais, mais ou menos coesos do ponto de vista político-ideológico, cujo resultado foi um tipo de partido-movimento, para usar a denominação escolhida por Freire (2012) e Lisi (2015). Negando em certo sentido

o passado dos seus principais fundadores, ligados sobretudo ao socialismo revolucionário de linha trotskista, ao maoismo e ao próprio leninismo, o BE assumiu um modelo que combina características tanto de um partido político quanto de um movimento social. Segundo Godoy (2013), trata-se de uma forma política fraca do ponto de vista organizativo, com poucos militantes e baixa formação de quadros. Nesse contexto, ainda segundo o autor, apresenta-se como partido voltado principalmente para a luta parlamentar e eleitoral, que não expressa necessariamente um enraizamento social consistente.

> O BE apresenta uma força específica relacionada com a sua presença parlamentar. As propostas que fez no parlamento, nomeadamente relacionadas com questões sócio-culturais e pela moralização da vida partidária, adquiriram uma base sustentável de apoio em parte do eleitorado, sendo o partido novo (ou seja, para além de PS, PSD, PCP e CDS-PP) com maiores níveis de sucesso na vida partidária portuguesa. (GODOY, 2013, p. 75)

Ao mesmo tempo, sobretudo no campo do discurso e em sua ação parlamentar, busca uma afirmação político-ideológica mais clara em comparação à terceira via, ao novo trabalhismo inglês ou aos partidos de tipo *catch-all*, como o PS. Essa maior firmeza ideológica se apresenta na medida em que procura associar pautas econômicas históricas da esquerda àquilo que Freire (2009 e 2012) denomina como valores pós-materialistas[111]. Rosas (2020, p. 108) descreve esse posicionamento como uma perspectiva programática que entende a luta emancipatória como um embate a ser travado em todas as frentes do domínio capitalista, seguindo a máxima de que se deveria "fazer a luta toda".

> No caso do BE, estes temas combinam-se com temas sócio-económicos associados à distribuição de riqueza e à provisão de serviços públicos. O BE apresenta, igualmente, conceções ligadas às ideias de participação de base e de democracia participativa. A base social tenderá a ser heterogénea, embora com uma presença importante das 'novas classes médias'. (GODOY, 2013, p. 80)

Esse perfil rendeu ao BE uma rápida exposição pública e aproximações com aqueles novos setores sociais médios urbanos, crescentemente precarizados. Fincado em um eleitorado heterogêneo, mas com presença importante desses novos setores urbanos (GODOY, 2013), o partido vivenciou um acelerado crescimento eleitoral nas duas primeiras décadas do século XXI. Na primeira eleição legislativa em que participou, em 1999, alcançou 2,44% dos votos, conquistando duas cadeiras na Assembleia da República. Exatamente dez anos depois, nas legislativas de 2009, obteve 9,82% dos votos, o que lhe rendeu 16 deputados. Passado o tropeço

[111] Nesta matéria, preferimos a denominação oferecida por Losurdo (2015), que identifica essas pautas como partes constituintes e constituidoras da própria luta de classes, mas particularmente efetivadas como lutas por reconhecimento. Ver o debate realizado a esse respeito no capítulo 6 da Parte I desta investigação.

de 2011, quando perdeu metade de sua bancada em um contexto de crise econômica e social, finalizou a década de 2010 alcançando 9,52% dos votos e 19 deputados na eleição de 2019.

De acordo com Rosas (2020), tais resultados estariam relacionados com uma mudança de paradigma para toda a esquerda portuguesa que teria sido introduzida pelo BE no início dos anos 2000. O partido teria promovido uma alteração na atitude que marcava o campo desde 1976: de uma linha essencialmente defensiva para uma postura mais ofensiva dali em diante.

> Na realidade, com uma agenda política onde à luta de sempre pelos direitos do trabalho se somavam as novas causas, de certa forma alterava-se o paradigma defensivo da luta da esquerda pós-abrilista: da postura defensiva de um patrimônio ameaçado, parecia querer passar-se para uma atitude ofensiva em torno de um patromónio renovado, suscetível de gerar novas e mais amplas alianças e de obter sucessos alcançáveis. (ROSAS, 2020, p. 108)

Na perspectiva de Freire (2012), a consolidação de uma força política com o perfil do BE trouxe novidades positivas para a esquerda portuguesa. Permitiu a abertura de mais espaços para as críticas ao socialismo real e produziu novos formatos organizativos, simbolizados na forma partido-movimento. O autor também avaliou positivamente aquilo que interpretou como maior capacidade de adesão aos princípios fundamentais do liberalismo político. Independente das avaliações mais ou menos entusiasmadas que possam ser feitas sobre essas novidades, o certo é que o surgimento de uma organização com tais características permitiu à esquerda portuguesa, considerada enquanto campo, um crescimento eleitoral imediato. Paralelamente, também lhe rendeu um trânsito mais facilitado no interior daquilo que podemos chamar de "novos movimentos sociais", expressão utilizada segundo a abordagem proposta por Sader (1988).

A partir dos elementos aqui levantados, percebe-se que a linha política adotada pelo BE gerou ao campo uma maior capacidade tática para lidar, ao menos em nível imediato, com a referida conjuntura global contrarrevolucionária e com aquelas modificações em curso no mundo do trabalho, apesar de fragilidades teóricas e organizativas que podem se configurar como entraves para a luta revolucionária de longo prazo[112]. Entretanto, não parece seguro

[112] A associação de certo ecletismo teórico com fluidez organizativa permite diálogos com o espírito do tempo presente. Por um lado, é uma característica que pode semear a já referida aproximação com uma classe trabalhadora em transformação. Por outro, ainda que o BE procure maior firmeza ideológica quando comparado com a social-democracia, essa combinação entre ecletismo e fluidez não deixa de admitir concessões a teses liberais que hegemonizam os campos político, econômico e ideológico nas últimas décadas. Tal desdobramento abre brechas para o fomento de um possível anticomunismo de esquerda que, no longo prazo, contribui para uma atitude de prostração ou mesmo repúdio quanto a políticas revolucionárias (Parenti, 1997). Não se pretende aqui reforçar um ambiente conflituoso que caracteriza parte dos debates públicos entre BE e PCP, situação que se verifica, por exemplo, nas resoluções de congressos e convenções de ambos os partidos nos últimos anos. Trata-se, na verdade, de registrar um fenômeno concreto que deriva das formas teórico-organizativas adotadas por parcelas relevantes da esquerda nos últimos tempos. Em suas análises, a princípio focadas nos EUA, mas não restritas a esse país, Parenti (1997) identifica que grande parte das

afirmar que tais circunstâncias tenham sido suficientes para modificar a correlação de forças a ponto de alterar o sentido da atuação das esquerdas de uma perspectiva preponderantemente defensiva para um perfil ofensivo, conforme sugere Rosas (2020).

Para esclarecer nossa perspectiva, é interessante atentar à dimensão eleitoral, espaço do sistema político no qual o surgimento e a atuação do BE introduziram maiores modificações. Um dos elementos passíveis de interpretações diz respeito aos resultados eleitorais das esquerdas nas últimas décadas e sua respectiva representatividade, tanto na Assembleia da República quanto em instâncias dos poderes locais.

Se consideradas as cinco eleições legislativas realizadas de 2005 até 2019[113], observa-se que o resultado global à esquerda do PS no Parlamento (BE e CDU) foi, em média, de 15,8% dos votos, tendo como teto os 18,44%, de 2015, e piso os 13,08%, de 2011. Trata-se de uma representatividade eleitoral muito similar à média de 16% alcançada pelo PCP até o fim dos anos 80. Em termos comparativos, não houve aqui nenhuma ampliação significativa para o campo de esquerda, mas sim uma recuperação dos resultados eleitorais que vinham sendo perdidos pelo PCP desde a década de 1990.

---

esquerdas ocidentais no decorrer do século XX, sobretudo em sua metade final, alinharam-se de variadas maneiras à ideologia anticomunista dominante. A necessária e justa autocrítica que deve ser realizada pelas esquerdas em relação aos problemas e desvios produzidos no interior do socialismo real, ao invés de funcionarem como base de compreensão, escrutínio e superação, frequentemente tem se desdobrado em posições de demonização e aversão às experiências socialistas do passado, ignorando suas condições históricas de existência e suas contribuições para a elevação de patamares civilizatórios em termos materiais e subjetivos (tanto no bloco socialista, quanto no desenvolvimento do próprio capitalismo do pós-guerra). Segundo o autor, parte considerável dessa esquerda pós-soviética, em sua busca por brechas de aprovação no interior da ideologia dominante e por resultados eleitorais na atual conjuntura contrarrevolucionária, deixa-se influenciar por um ambiente hegemonizado por forças conservadoras e liberais. Nesse trajeto, tais setores contribuem para críticas destruidoras da história comunista com base em interpretações essencialmente idealistas sobre o passado e o presente, que advogam por um "novo" socialismo purista ou por um horizonte anticapitalista abstrato e, em última instância, irrealizável. Isso porque, na busca por não se deixarem taxar como "totalitários", interditam debates fundamentais para qualquer projeto que pretenda verdadeiramente superar o capitalismo, não oferecendo a importância devida a questões concretas que envolvem as bases materiais necessárias para a construção de uma nova sociedade e, ao mesmo tempo, menosprezando a luta de classes pelo poder político e contra o imperialismo. No afã de romperem completamente com o passado para se tornarem mais aceitáveis no presente, tais setores de esquerda acabam por colaborar com a inviabilização de futuros divergentes, conformando-se aos limites políticos, econômicos e ideológicos impostos pela ordem dominante neoliberal. Trata-se de um fenômeno diretamente identificado na trajetória recente da social-democracia e em variantes neoliberais moderadas, como se vê no que ficou conhecido como terceira via. Embora menos latente, parte dessas características também atravessam experiências da nova esquerda radical, tal como nos casos do *Syriza* grego, do Podemos espanhol ou mesmo do BE português. Para complementar o debate feito por Parenti (1997), outras óticas dessa crítica podem ser encontradas em Frances Saunders, em "Quem pagou a conta?" (2008), e Domenico Losurdo, em "A luta de classes: uma história política e filosófica" (2015) e "O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer" (2018).

[113] Considerou-se aqui o intervalo entre 2005 e 2019 pois, em nossa interpretação, as eleições legislativas de 2005 foram o momento no qual o BE se consolidou na vida política nacional, alcançando o resultado de 6,35% dos votos válidos. Desse momento em diante, o partido não deixaria de contar com uma bancada de ao menos 8 deputados na Assembleia da República.

Já no que diz respeito às eleições autárquicas, em duas décadas de existência o BE não conseguiu firmar nenhum resultado consistente. A título de exemplo, o partido nunca logrou governar mais do que um Concelho. O surgimento e a atuação do BE não alteraram até agora a representatividade do campo das esquerdas em espaços de governação a nível local. Do ponto de vista eleitoral, o BE contribuiu para a recuperação de patamares de ocupação da Assembleia da República que remontam aos anos 80. Mas, simultaneamente, essa contribuição não se efetivou a nível local, esfera que requer maior nível de enraizamento social e está menos suscetível a aparições midiáticas.

De modo similar, ao mesmo tempo em que sua presença permitiu um impulso da aproximação da esquerda com novos movimentos sociais e pautas anti-opressão, tal contributo não têm se desdobrado necessariamente em unidades mais amplas que articulem distintas agendas ou em movimentos solidamente estruturados e atuantes para além de momentos eleitorais. Nessa linha, Galastri (2019) expôs aquilo que considera ser uma das principais debilidades organizativas de um partido com tais características.

> Há uma dificuldade enfrentada por partidos políticos de novo tipo como o Syriza (Grécia), o Podemos (Espanha) e, obviamente, também o Bloco de Esquerda em Portugal. A mesma facilidade de crescer – relações com os movimentos sociais e anticapitalistas, e com o público geral indignado com as estruturas partidárias e parlamentares tradicionais - encontra, rapidamente, problemas para lidar com aquele crescimento diante das dificuldades criadas pela heterogeneidade ideológica e de perfis de militantes. (GALASTRI, 2019, p. 19)

Como exemplo, pode-se apontar o fato de que o BE conseguiu alargar relações com os trabalhadores em situação de precariedade laboral, processo que se verifica no perfil do eleitorado do partido em todo o território, com especial dimensão nos grandes aglomerados urbanos do país. Apesar disso, a representatividade expressa no voto não se manifesta, ao menos até hoje, em formas mais consistentes de organização da luta coletiva dos trabalhadores, ficando restrita aos limites de fluidez inerentes à forma partido-movimento, aqueles que se podem depreender dos estudos de Freire (2012), Godoy (2013), Lisi (2015), Moraes (2016) e Galastri (2019). Dinamizadas direta ou indiretamente a partir da atuação do BE, o desenvolvimento de experiências como a criação da Associação de Combate à Precariedade (Precários Inflexíveis), surgida em 2012, no auge da radicalização neoliberal no país, foram e seguem sendo iniciativas valiosas dentro da esquerda portuguesa. Contudo, tanto no caso das necessárias lutas contra a precariedade laboral quanto em outras agendas, as incursões realizadas pelo partido seguem apresentando dificuldades para alcançar organicidade suficiente que permita a manutenção de movimentos permanentes para além de ações específicas e momentos eleitorais. Conformam-

se em larga medida como manifestações de caráter mais restrito e performático do que duradouro e estrutural.

Em nossa interpretação, essas características teórico-organizativas favorecem a manifestação daquilo que Mark Fisher (2020, p. 18) chamou de "precorporação", isto é, o amortecimento de potências subversivas pela "moldagem prévia" de "desejos, aspirações e esperanças" no interior da própria "cultura capitalista". Espaços políticos fluidos, com bases teóricas pouco claras e com baixa capacidade de organização estão mais suscetíveis à construção de mobilizações que podem ser explosivas de tempos em tempos, mas não deixam de estar formatadas à ordem do tempo presente. No entendimento do autor, a queda do muro de Berlim foi um fator decisivo nesse processo.

Na ausência da necessidade de contenção do Outro e da possibilidade de colonização de "energias exteriores", o capitalismo neoliberal procura absorver a totalidade social, mercantilizando e colonizando até mesmo os sonhos com futuros divergentes. De acordo com Fisher (2020, p. 18), um dos efeitos desse processo é o "estabelecimento acomodado de zonas culturais 'alternativas' ou 'independentes', que repetem infinitamente gestos de rebelião e contestação como se fossem feitos pela primeira vez". Quando observadas as organizações políticas de esquerda, essas zonas alternativas estão propensas à reprodução de ações performáticas *per si*, sem consequências concretas profundas e duradouras. Segundo conceituação elaborada por Clarisse Gurgel (2017, p. 1), trata-se do comportamento de um sujeito coletivo "que não se adequa a seu conteúdo e forma, sem desdobramentos consequentes e de fundamento ideológico não reivindicado abertamente por seus autores".

Gurgel (2017) defende a hipótese de que essa forma de atuação estaria sendo privilegiada atualmente por grande parte dos partidos da esquerda radical ou revolucionária. Por um lado, aqueles que supostamente pretendem enfrentar uma burocratização – atribuída por eles próprios à clássica forma-partido – recorrem a um modelo de "ação política dispersa e diluída, com uma radicalidade obediente por parte de um sujeito rígido, guetificado, com vistas ao reconhecimento" (GURGEL, 2017, p. 2). Por outro, o fenômeno também pode se desdobrar em agrupamentos que reivindicam uma organização mais sólida. Nesse caso, a performance se efetiva como efeito de um processo de burocratização não assumida: "a ausência de vitalidade pela rigidez de uma máquina burocrática pouco ativa é disfarçada por meio de uma aparente ação direta" (GURGEL, 2017, p. 1-2). Tanto a fluidez e o ecletismo quanto a exagerada rigidez podem encaminhar ao burocratismo, à fragmentação e à paralisação política, de modo que a performance surge apenas como disfarce, não como solução criativa ou inovadora.

Contudo, percebe-se que essa crítica não deve ser lida esquematicamente pela chave da existência ou não de capacidade de organização. Todo partido político lança mão de alguma forma de se organizar. O que importa, na verdade, é se atentar para quais são as bases político-organizativas em jogo. Para enfrentar esse risco, Gurgel (2017, p. 6) defende a construção consciente e planejada da forma-partido, um tipo de organização que valorize o "trabalho militante" e "continuado", aquele que combina ações de coordenação com ações espontâneas, articulando o momento econômico ao momento político. É nesse sentido que a ação política não se efetiva como mera repetição burocrática ou performática, mas como repetição que "corresponde a um hábito" e ao mesmo tempo "escapa aos controles conscientes", permitindo que "a ação organizada e a espontânea articulem-se, em termos de necessidade e contingência, pois é no trabalho militante disciplinado que se constrói terreno fértil para a liberdade e a indeterminação" (GURGEL, 2017, p. 7).

Voltemos ao nosso diálogo com Rosas (2020). Antes de falar sobre uma possível modificação da correlação de força e do sentido da luta de classes em Portugal, talvez seja mais acertado afirmar que o surgimento de um partido como o BE contribuiu para que o campo da esquerda radical amortecesse o declínio recente e recuperasse em termos relativos o espaço político-eleitoral que perdeu entre os anos 1990 e o início dos 2000. No entanto, esse crescimento eleitoral não parece se desdobrar, ao menos até o momento, em engajamento militante e organização cotidiana de massas. Nesse sentido, é possível dizer que sua mais relevante contribuição foi o alargamento da capacidade de diálogo entre a esquerda radical e as novas dinâmicas vivenciadas no mundo do trabalho. Trata-se de um movimento que certamente tem o mérito de contribuir com experiências políticas para lidar com as modificações recentes da classe trabalhadora portuguesa, mas que não superou as dificuldades enfrentadas por todo o campo nessa matéria.

Em suma, a chegada do BE modificou o sistema político português ao longo dos anos 2000, ainda que não tenha sido suficientemente forte para reverter a tendência geral de marginalização da esquerda radical dos espaços de exercício do poder. Uma mudança relativa dessa tendência ocorreu apenas em novembro de 2015, assunto que retomaremos mais à frente. Nesta seção, procurou-se apresentar as principais características e tendências que marcaram o processo de reordenamento do sistema político-partidário português de 1976 até as vésperas da conformação da Geringonça, refletindo sobre as principais forças que ocupam a direita, o centro e a esquerda do espectro político. Godoy (2013) oferece uma síntese interessante sobre o perfil do novo contexto político em meados dos anos 2010.

> Em síntese, o sistema partidário em Portugal regista [...] a persistência do voto nos dois principais partidos, o PS e o PSD, com votações acima dos 70%. O PCP mantém, igualmente, um voto estável na casa dos 8%, nos últimos anos. O CDS-PP apresenta maiores flutuações consoante, principalmente, o peso do PSD. [...] A principal transformação é a emergência do Bloco de Esquerda, que conseguiu obter importante representação parlamentar e apareceu, como referido, com um posicionamento político novo. (GODOY, 2013, p. 82)

Por um lado, foi possível perceber que, por meio da reorganização da direita e das suas expressões partidárias no país – processo associado diretamente à emergência do fenômeno do bloco central –, a burguesia portuguesa retomou nesse período os seus acessos privilegiados à direção do Estado. Por outro lado, enquanto a social-democracia demonstrou elasticidade ideológica e tendência de inflexão à direita ao longo das últimas décadas, uma das marcas deixadas pela revolução foi a preservação de um ambiente social propício para a sustentação de uma esquerda radical não desprezível. Apesar das dificuldades enfrentadas, essa última é representada hoje essencialmente por um partido comunista tradicional – que segue apresentando solidez organizativa e enraizamento social mesmo com os abalos recentes – e por um partido representante da nova esquerda nascida da conjuntura pós-Guerra Fria – com expressiva força eleitoral e capacidade de ampliação dos diálogos com uma classe trabalhadora em transformação.

A preservação de um polo relevante de esquerda se mostrou elemento decisivo na defesa das conquistas de Abril e na ampliação do Estado social português, assegurando direitos políticos e sociais que permitiram o predomínio do consenso sobre a coerção na dominação capitalista pós-fascismo e pós-revolução. Entretanto, ainda que a esquerda radical siga introduzindo elementos de resistência ao processo de reorganização do capitalismo nacional e tenha preservado força relativa no cenário nacional, especialmente por meio da atuação do PCP e mais recentemente do BE, parece inquestionável que a direita política e econômica tenha logrado reestabelecer suas posições de poder. Vejamos agora com mais atenção como a gradativa reorganização capitalista não se realizou apenas como reposicionamento dentro do Estado e do sistema político-partidário. Desdobrou-se simultaneamente na recomposição dos grandes grupos econômicos privados, ambiente diretamente associado à ofensiva neoliberal no país.

2.1.5.3 Capital monopolista e ofensiva neoliberal

O movimento de conformação de um novo sistema político-partidário no regime pós-Abril, assentado sobre uma nova correlação de forças na luta de classes, é inseparável do

processo de reorganização dos principais grupos capitalistas e da ofensiva neoliberal em Portugal. Segundo Costa et al (2010, p. 265), a chave dessa operação passava "uma vez mais" a "instrumentalização do Estado para assegurar a criação ou recriação dos grupos económicos e para lhes garantir a propriedade de sectores essenciais da acumulação, bem como rendes e prebendes".

No ambiente imediatamente posterior à promulgação da Constituição de 1976, percebe-se que a recuperação capitalista foi iniciada já no I Governo Constitucional eleito, sob liderança de Mário Soares do PS, ainda que naquela altura ainda conservasse certa moderação devido à forte resistência popular herdada do período revolucionário recém-terminado. Seria apenas de meados da década seguinte em diante que tal processo reuniria as condições políticas, legais e sociais para avançar com maior ímpeto.

> Com o Primeiro Governo Constitucional do PS saído das primeiras eleições legislativas vai, na realidade, inicia-se o longo processo de ataque por parte do centro e da direita políticos às conquistas mais avançadas do período revolucionário. Um processo que deparou sempre com tenaz resistência social e política e por isso se arrastou entre avanços e recuos, até encontrar terreno para o seu sucesso essencial na década do cavaquismo, entre 1985 e 1995. (ROSAS, 2020, P. 87)

Ainda segundo autor, a direita política, agindo a partir daquele momento como a principal representante dos interesses econômicos da burguesia que se recuperava, erguia-se sobre aquela nova correlação de forças para eliminar as marcas mais progressistas deixadas pela revolução e para efetivar uma reestruturação econômica no país.

> Ou seja, para proceder à liquidação final do que restava da reforma agrária [...], privatizar setores estratégicos da economia ainda nacionalizados e ensaiar um primeiro ataque frontal aos direitos dos trabalhadores (tentando mudar a lei da greve, generalizando a desregulamentação e a precarização, facilitando os despedimentos, etc.). (ROSAS, 2020, p. 100)

Faz-se necessário lembrar que um dos maiores êxitos da revolução foi a execução do programa de expropriação da grande burguesia nacional por meio de nacionalizações de empresas. Como sublinharam Costa et al (2010, p. 265), a "revolta militar e a revolução impuseram-se então e o Estado salazarista desagregou-se, deixando um vazio de poder em que, na vertigem dos anos de 1974 e 1975, se tornou incontornável a nacionalização da propriedade de quem dirigira golpes militares antidemocráticos ou simplesmente fugira do país".

Louçã (2020) apresenta detalhes sobre como se deu esse processo. De acordo com o autor, o grande capital nacional, que se via muito associado à ditadura fascista e dela recebia vantagens, realizou desde o primeiro momento uma impetuosa oposição econômica ao processo revolucionário. Tal oposição que se realizou imediatamente com variadas formas de boicote à

economia nacional. Desdobrou-se também no já mencionado movimento de violência contrarrevolucionária, no qual se envolveram diretamente muitas famílias burguesas proprietárias dos maiores grupos econômicos do país. Com o fracasso das operações terroristas e golpistas, grande parte dos donos e administradores dos meios de produção fugiram do país, abandonando propriedades rurais e um largo parque produtivo (LOUÇÃ, 2020). Tal cenário estimulou o avanço das expropriações e nacionalizações de empresas realizadas em 1975.

Para além dessa dimensão da luta política que facilitou as encampações, o programa de nacionalizações se configuraou como um dos pilares estratégicos do processo revolucionário, pois indicava claramente um novo rumo ao desenvolvimento nacional. Ainda que não se tenha chegado a subverter as bases de uma sociedade capitalista, de forma que se mantiveram suas contradições de fundo, pode-se dizer que a revolução e seus desdobramentos em curto espaço de tempo apontaram para a construção de um regime político democrático fincado sobre uma nova estratégia de desenvolvimento que se pretendia autônoma na ordem capitalista internacional e não-dependente exclusivamente dos interesses do grande capital privado atuante no país. De acordo com as avaliações de Reis (1993) e de Santos e Reis (2018), as nacionalizações dos segmentos monopolistas industriais e financeiros fortificaram o setor empresarial estatal, processo que permitiu a replicação parcial e por certo tempo de um modelo de desenvolvimento capitalista similar àquele aplicado em países centrais, apontando para uma conexão mais próxima entre “relação salarial e regulação fordista” (SANTOS e REIS, 2018, p. 64).

Nesse contexto, as expropriações e nacionalizações se efetivaram como instrumento central da revolução. Mais de duas mil empresas de caráter estratégico para o desenvolvimento nacional passaram para o controle estatal. Efetivamente, com “as nacionalizações de 1975, o Estado passou a ser proprietário de empresas importantes na indústria, bem como da banca e dos seguros, exceptuando as empresas financeiras estrangeiras. As nacionalizações entregaram directamente ao Estado cerca de 250 empresas, mas estas eram proprietárias de outras duas mil” (COSTA et al, 2010, p. 268).

Apesar do êxito imediato deste programa na reorientação do capitalismo nacional a partir de novas bases, tornando o setor público empresarial o eixo central da economia portuguesa, esse nunca chegou a ser o dominante, mesmo no auge das implementações revolucionárias e nos anos seguintes. Segundo dados de Joaquim Croca Caeiro (2004), também analisados por Costa et al (2010), o investimento das empresas públicas portuguesas entre 1977 e 1979 era responsável por algo em torno de 30% do total de investimento de capitais no país. No mesmo período, o setor público empresarial passou a representar cerca de 20% do produto

nacional (LOUÇÃ, 2020), ao passo que abrigava apenas 6,5% dos empregos (CAEIRO, 2004; COSTA et al, 2010).

> No entanto, apesar do impacto destas nacionalizações e da concentração empresarial a que dão origem, o peso das empresas públicas, medido entre 1977 e 1979, ainda é limitado na economia [...] É limitado, mesmo que decisivo: são os sectores financeiro, da energia, dos transportes, da química e outras indústrias transformadoras, das cervejas, da refinação e distribuição de combustível, da reparação naval. Outros sectores e empresas constituindo a grande maioria da economia continuam privados. (COSTA et al, 2010, p. 268)

Com isso, percebe-se que, apesar das notáveis inflexões produzidas pelo processo revolucionário na realidade do país, suas conquistas não chegaram a se consolidar com capacidade suficiente para induzir uma nova forma de desenvolvimento como síntese superadora da longa tendência de modernização conservadora. Tal dimensão é ainda mais perceptível na rápida investida que recai sobre o programa de expropriações e nacionalizações.

Apesar da resistência social que se fazia notar, muito impulsionada pela força relativa preservada pelos setores de esquerda no regime pós-Abril, o processo de reprivatizações foi iniciado já no anos 1980 e seguiu em atividade, operacionalizado por distintos governos, até 2015: "[e]ssas privatizações, que se iniciaram em 1987 depois de alguns anos de querela constitucional e de resistências sociais, prolongam-se até os dias de hoje e, mais do que no passado, representam uma gigantesca transferência de propriedade". (COSTA et al, 2010, p. 282).

Em meados dos anos 1990, a reversão dos principais dispositivos legais e constitucionais que ainda impunham constrangimentos ao programa de privatizações já estava completa, ambiente que permitiu uma aceleração do mesmo. Menos de vinte anos depois da revolução, "estavam reunidas as condições políticas, sociais, constitucionais e legais para uma rápida reprivatização destes sectores económicos, nalguns casos reconstruindo os grupos anteriores, noutros casos dando origem a novos poderes económicos" (COSTA et al, 2010, p. 265).

Em linha similar, Rosas (2020, p. 111) percebe que a "liquidação da reforma agrária e o processo de privatização dos setores estratégicos da economia antes nacionalizados permitiram a recomposição do capital financeiro e a reconstituição dos velhos e de novos grupos econômicos". De fato, observando o percurso histórico com a vantagem do distanciamento temporal, nota-se como o processo de nacionalização dos setores econômicos estratégicos (realizado por meio das expropriações implementadas nos anos revolucionários) seguido por esse longo período de privatizações (operada por distintos governos dos anos 1980 até 2015)

significou, na prática, uma verdadeira reorganização da distribuição da propriedade em Portugal.

Como apontam Costa et al (2010), paradoxalmente, as nacionalizações acabaram por facilitar o fortalecimento do capitalismo monopolista no país. Na medida em que o programa de nacionalizações expropriou o capital privado e apontou para uma reorganização do ambiente econômico de forma racional e sob influência de ideais planificadores, isso significou na prática, um reagrupamento e fortalecimento de antigos e novos monopólios em setores estratégicos, agora sob o controle de uma nova organização estatal que se construía. Entretanto, como já tivemos a oportunidade de debater, essa nova forma política estava em disputa e nunca chegou a se realizar em suas últimas consequências, tendo sido alvo direto da contrarrevolução que tomou corpo da crise final do período revolucionário em diante.

Nesse contexto, quando os setores estratégicos nacionalizados foram progressivamente reprivatizados, a burguesia pôde se reorganizar sob bases ainda mais vantajosas que as anteriores, retomando e fortalecendo suas posições de poder político e econômico. A reorganização da propriedade bancária e industrial do país sob o controle estatal permitiu que, no ambiente posterior de privatizações, os grandes grupos econômicos pudessem se apoderar daqueles setores estratégicos em posições de monopólio anda mais fortes do que detinham no pré-1974.

Costa et al (2010) chegam a destacar, inclusive, que processos de nacionalizações-privatizações, entendidos como instrumentos de reorganização e transferência de propriedade, não se tratava de um fenômeno inédito no país. Os autores recordam que acontecimentos similares podem ser identificados no período das reformas pombalinas, na segunda metade do século XVIII. Outro exemplo histórico seria o ambiente de reformas liberais do século XIX, quando ocorreu um relativo afastamento entre o Estado e a Igreja Católica (a separação definitiva se daria apenas em 1911). Daí se originou um processo de expropriações e nacionalizações de bens tanto da Igreja quanto da Coroa, eventos que foram seguidos por amplas reprivatizações realizadas por governos liberais entre 1834 e 1843, beneficiando grupos econômicos privados de então.

Apesar das similitudes, no caso das privatizações ocorridas dos anos 1980 em diante, talvez seja mais preciso afirmar de que a derrota da revolução associada ao processo subsequente de recuperação capitalista e relativo isolamento político dos setores mais à esquerda se constituíram em ambiente histórico favorável à reversão das nacionalizações e, por conseguinte, como alavanca para uma intensa transferência de ativos públicos para grupos

privados. Ao fim e ao cabo, esse processo histórico se configurou como fortalecimento do capitalismo monopolista do país.

> A partir do final dos anos setenta, e depois com a integração europeia em 1985, a normalização da vida social e económica permitiu a rápida recomposição da burguesia portuguesa. [...] foi o Estado quem definiu os contornos da estratégia de reagrupamento, utilizando as privatizações como instrumento dominante para distribuir poder. Assim, as disputas políticas foram decisivas para abrir caminho a este ciclo privatizador, que começa verdadeiramente com os dez anos de Cavaco Silva à frente do governo. (COSTA et al, 2010, p. 269)

O subterfúgio supremo, utilizado por todos os governos que implementaram políticas de privatizações e seus defensores, recai tradicionalmente sobre a necessidade de se equilibrar o orçamento do Estado, aumentando as receitas estatais e controlando a dívida pública, medidas tratadas como requisitos supostamente indispensáveis para a garantia da "confiança" dos investidores privados.

No entanto, esses argumentos, que perfilam na direita portuguesa desde o século XIX (COSTA et al, 2010), não se sustentam quando confrontados com a realidade. Como bem destacam os autores, tendo como base estudos do economista Eugénio Rosa sobre as privatizações realizadas entre 1987 e 2008, mesmo no auge do processo privatizante, os recursos angariados pelo mesmo representaram sempre parcela ínfima da dívida pública, nunca chegando nem mesmo na marca de 8%. Na verdade, ao longo dos 22 anos estudados por Rosa, em 17 deles, o valor obtido com as privatizações não representou sequer 4% da dívida registrada naquele ano. Em 13 dos casos, não chegou nem mesmo a 2%. Em perspectiva histórica, isso significa que, para as "contas públicas, o efeito [do recente programa de privatizações] seria comparativamente pior do que o fracassado resultado da venda dos bens nacionais do século XIX: nem o défice fica amortecido, nem a dívida fica amortizada. E, no entanto, apesar desses indicadores [...], as privatizações tornaram-se o *vade mecum* da política nacional" (COSTA et al, 2010, p. 283).

Na verdade, as privatizações não respondiam aos interesses públicos e nunca funcionaram como instrumento de equilíbrio das contas do Estado. Sua verdadeira função histórica, a despeito dos pretextos utilizados em cada contexto, é promover, no bojo da época capitalista neoliberal, a transferência de propriedade pública para os grandes grupos privados e fortalecer o capitalismo monopolista no país. A fala de Miguel Cadilhe é bastante reveladora. No início dos anos 1990, o economista, que foi ministro das finanças e homem forte dos

governos de Cavaco Silva, declarou: “Falemos claro e sem papas na língua. O objectivo é fomentar e reforçar a classe empresarial portuguesa pela via das privatizações”[114].

Na história portuguesa recente, esse processo atravessou distintos governos ao longo de quase trinta anos. Durante a era Cavaco Silva, liderança histórica do PSD, entre 1985 e 1995, o foco foram as vendas dos grandes ativos industriais e do sistema bancário público, reestabelecendo o sistema financeiro sob controle dos grandes grupos privados. Esse primeiro momento chegou ao fim com a derrota eleitoral do cavaquismo nas eleições de 1995 para o PS. Ao contrário do que se poderia imaginar em um primeiro momento, esse fato não interrompeu o programa de reversão das nacionalizações. Ao contrário, acelerou o “processo de liberalização e de privatizações em setores estratégicos” (LOUÇÃ, 2020, p. 175).

No período seguinte, entre 1996 e 2001, já na gestão de António Guterres, do PS, nota-se a continuidade desse processo, ao qual foi adicionada uma segunda fase de privatizações, que focava na entrega dos grandes monopólios naturais do Estado com o intuito de “assegurar rentabilidade aos investimentos financeiros privados” (COSTA et al, 2010, p. 284). Iniciou-se ali a privatização de empresas públicas estratégicas como a Petrogal/Galp (setor de petróleo e gás), a Brisa (setor das infraestruturas), a Portugal Telecom (PT – setor das telecomunicações) e a Energias de Portugal (EDP – setor energético).

Os governos do PSD e do PS que vieram em seguida, com José Manuel Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, de 2002 a 2005, bem como o primeiro mandato de José Sócrates, de 2005 a 2009, mantiveram a essencialidade daquele percurso privatizador. Foi no segundo governo Sócrates, de 2009 a 2011, que houve um acréscimo relevante: a privatização de empresas e serviços públicos sobre os quais, apesar das permanentes campanhas, a direita nunca havia conseguido angariar apoio público suficientemente forte para levá-las adiante. Foram os casos dos correios, dos transportes e do principal banco do país.

> [...] além de continuar a incluir empresas que foram nacionalizadas nos anos setenta, passou também a incluir empresas e serviços que foram públicos ao longo de quase todo o século XX, como é o caso dos CTT [Correios, Telégrafos e Telefones ou CTT - Correios de Portugal] ou da concessão da exploração de ramais da CP [Combios de Portugal]. No mesmo sentido, nenhum governo tinha privatizado partes da CGD [Caixa Geral de Depósitos], o banco público, e este tabu foi violado por José Sócrates, ao decidir incluir o sector segurador desse banco no pacote de vendas futuras. (COSTA et al, 2010, p. 278-279)

Nesse longo processo de reversão das nacionalizações realizadas pela revolução, com participação ativa tanto da direita quanto da social-democracia portuguesa, tendo como base o

[114] Essa afirmação foi publicada originalmente na Revista das Empresas, edição de outubro de 1991, de onde foi recuperada por Costa et al (2010).

arranjo de poder oferecido pelo bloco central, ocorreu uma profunda redistribuição da propriedade no país que alterou e, simultaneamente, fortaleceu um já conhecido ambiente de dominação política e econômica. Ao mesmo tempo em que reconstruiu e aprofundou as bases do capitalismo monopolista em Portugal, permitiu a emergência de novos grandes capitalistas e reconduziu grupos econômicos e famílias poderosas a posições de destaque na direção da economia e, indiretamente, do Estado.

O levantamento feito por Costa et al (2010) a respeito dos grupos empresariais portugueses mais beneficiados com o processo de transferência de ativos e propriedades do Estado é revelador. Enquanto dinastias burguesas como os Espírito Santo, os Mello e os Champalimaud regressaram com ainda mais força aos postos de domínio que haviam perdido entre 1974 e 1975, novos capitalistas ascenderam, como Belmiro de Azevedo, Américo Amorim e Isabel dos Santos, esta última representante do grande capital angolano que adentra em setores chave da economia nacional.

> A privatização das empresas nacionalizadas na revolução de Abril, iniciada com o cavaquismo (1985 a 1995) e continuada no guterrismo (1995-2002) e governos seguintes, restabelece os grandes grupos económicos. Com algumas novidades, esse restabelecimento é também o regresso das dinastias imperantes sob o fascismo [...] Esses grupos, no quadro do mercado europeu e do submercado atlântico, rapidamente liquidaram a indústria pesada nacional, aceleraram uma desindustrialização de tudo o que não fossem unidades ligeiras de consumo, montagens e fábricas ligadas a serviços. (COSTA et al, 2010, p. 262-263)

Para além das reprivatizações, Louçã (2020) destaca outros dois processos que articularam interesses político-econômicos a níveis nacional e internacional, contribuindo decisivamente para a reorganização capitalista pós-revolução. Trata-se dos resgates econômicos conduzidos pelo FMI, o primeiro em 1976-1978 e o segundo em 1983-1984, e da adesão ao projeto de integração europeia, consagrada em 1986. Ambos os processos deram impulsos ao ambiente de reversão das principais medidas realizadas no âmbito da revolução. Mais do que isso, interromperam um movimento histórico que, com muitas dificuldades e barreiras políticas – nacionais e internacionais – apontava para uma possibilidade de desenvolvimento autônomo da economia nacional, por meio do estímulo público ao aperfeiçoamento tecnológico em setores industriais estratégicos, associado à valorização do emprego seguro, dos salários e dos direitos democráticos e sociais.

As intervenções conduzidas pelo FMI foram efetivadas sob o argumento da contenção da instabilidade econômica que se vivia no período, muito em função da combinação da recessão internacional de meados dos anos 1970 com os efeitos provocados pela ascensão da luta de classes internamente, que pressionavam, por exemplo, pela elevação dos salários e pela

efetivação de direitos laborais. Prometendo a recondução do país aos trilhos do "progresso", foi imposto um verdadeiro choque de "reajustamento" das diretrizes que conduziam a economia portuguesa.

O primeiro resgate foi inicialmente operado pelo primeiro Governo do PS no pós-Abril, mas seguiu em vigor sob a gestão do Governo PS-CDS, em 1978. Acordos foram assinados no sentido de estabelecer as exigências dos credores sobre Portugal. As cláusulas eram explícitas na imposição de um novo receituário ortodoxo em troca das cifras que chegavam via empréstimo. Para além dos juros que viriam a ser pagos, o país se comprometia com a adoção de um programa de reformas orientadas para os seguintes eixos: "desvalorização, abertura comercial, redução de consumo interno, nomeadamente com uma sobretaxa punindo os salários com o corte de 10%, aumento de impostos" (LOUÇÃ, 2020, p. 173). No segundo resgate, operado pelo governo PS-PSD já no período de exercício formal do bloco central, cláusulas semelhantes voltaram a ser impostas como compromissos de contrapartida, as quais exigiam aumento de impostos indiretos, congelamento de investimentos públicos, mais liberalização da economia, desvalorização cambial e redução da massa salarial. Louçã (2020, p. 173) aponta que, na altura, o rendimento disponível caiu cerca de 8% e os salários caíram na ordem dos 15%.

Em síntese, o autor percebe que, as intervenções do Fundo Monetário se orientaram desde logo para a "contenção e redução dos salários" e para uma desvalorização cambial que "alterava os padrões produtivos" no sentido de beneficiamento dos "setores exportadores" e da "inserção em mercados internacionais" (LOUÇÃ, 2020, p. 194). Simultaneamente, buscavam impor decisões estratégicas que "o poder político não tinha ainda condições de enunciar como seu programa, mas que se tornavam hegemônicas sob o pretexto da imposição externa" (LOUÇÃ, 2020, p. 194-195). Nesse sentido, nota-se que o processo de neoliberalização econômica que acompanhava o ambiente de reorganização capitalista no país foi uma diretriz em larga medida imposta de fora para dentro. Entretanto, esse movimento encontrou internamente um caldo social propício, no qual o grande capital interno reconquistava espaços de poder político e econômico e se associava àquela ofensiva neoliberal.

De acordo com Louçã (2020, p. 173), no bojo dessas intervenções, ocorreu entre 1976 e 1985 um primeiro choque de "normalização", no qual "governos frágeis encontraram o suporte para condicionar as escolhas económicas e para proceder a um reajustamento económico e social profundo". Tal período foi seguido de uma segunda fase, liderada pelo cavaquismo. Nesse momento, como já tivemos a oportunidade de refletir, nota-se uma

transformação nas correlações de força e um processo de adaptação constitucional que permitiram a continuidade mais acelerada da ofensiva neoliberal.

A era cavaquista ficou marcada decisivamente pelo programa de reprivatizações já mencionado, mas também pelo processo de integração europeia que ganhou corpo a partir de 1986. Este último significou para Portugal mais um entrave à construção de qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo que tivesse as marcas deixadas pela revolução como eixo propulsor. A integração à CEE e em seguida à União Europeia significou o aprofundamento da modernização conservadora no país, sob condições economicamente restritas e politicamente subordinadas na arena internacional. Devido à sua importância, retomaremos na próxima seção, com maior profundidade, as reflexões sobre o processo de integração europeia e seus efeitos em Portugal. No momento, basta notar que o mesmo se configurou como instrumento decisivo da recuperação capitalista, contribuindo para uma reconfiguração da modernização conservadora, que se realizava agora como "prosperidade com dependência" no interior de um bloco político-econômico regional, em virtude sobretudo da perda progressiva de soberania orçamental, monetária e cambial, efeitos diretos das sucessivas rodadas de integração (LOUÇÃ, 2020).

Rosas (2020) avalia que o processo de reorganização capitalista no país acabou por se realizar efetivamente como ofensiva neoliberal. Em linha semelhante a Louçã (2020), também indica que o mesmo se fortaleceu e se aprofundou a partir dos governos de Cavaco Silva, prosseguindo em gestões posteriores. Em sua interpretação, foi alavancado por pelo menos três fenômenos essenciais.

O primeiro deles foi a massificação do discurso da necessidade de "estabilização" e de "normalização". Tratava-se, na verdade, de um "discurso ideológico salvífico", fincado sobre os pretextos da "salvação nacional" e da necessidade de "modernização", os quais nem sempre conseguiam esconder suas verdadeiras intenções, quais sejam: "a liquidação das conquistas de 1974/1975 e a adoção do novo modelo neoliberal de economia e sociedade" (ROSAS, 2020, p. 101). Inclusive, fazendo referência ao intelectual António Costa Pinto, o autor aponta que a opção europeísta efetivada nas últimas décadas deve ser lida justamente nesse contexto: enquanto projeto massificado como parte da ideologia da "modernização", mas que efetivamente impulsionou a recomposição capitalista no país, fortaleceu a ofensiva neoliberal e contribuiu com discursos de linha "anticomunista" e "antirrevolucionária". A forma de integração política, econômica e monetária estimulada a partir de 1986 e aprofundada na década seguinte se expressa como parte central da ofensiva neoliberal no país, contribuindo para a liquidação da reforma agrária e do controle de capitais pelo Estado, estimulando a reversão das

nacionalizações, impedindo a atuação ativa e planificadora do Estado e retirando das instâncias políticas nacionais sua soberania orçamental, cambial e monetária (ROSAS, 2020).

Os outros dois fenômenos apontados por Rosas (2020 foram os ambientes político e econômico vivenciados dos anos 1980 em diante. Do ponto de vista político, o fenômeno do "monopartidarismo competitivo" encarnado pelo bloco central assegurava o apoio do PS ao projeto neoliberal liderado pela direita. Ainda que houvesse tensionamentos pontuais, Rosas (2020) registra como, no que diz respeito às suas diretrizes centrais (privatizações, flexibilização das leis laborais, liquidação da reforma agrária, adesão acrítica ao projeto europeísta) os governos do PS pós-cavaquismo se alinharam e deram continuidade àquele processo.

Do ponto de vista econômico, o autor aponta que o contexto de baixas taxas de juros e de integração europeia dos anos 1980/1990 permitiram um relativo amortecimento dos efeitos deletérios daquela ofensiva neoliberal. Devido a um cenário muito específico marcado pelos fundos de coesão e pelas receitas oriundas do amplo programa de privatizações, o país vivenciou um período de entrada de capitais, de obras públicas e de especulação imobiliária, ambiente que, apesar de contribuir decisivamente para a aceleração do processo de desindustrialização e deterioração direta da estrutura produtiva do país, propiciou uma redução temporária dos impactos negativos do projeto em curso (ROSAS, 2020).

Por outro lado, as fortes reações do mundo do trabalho, sobretudo durante o cavaquismo (1985-1995), não permitiram que as reformas neoliberais e as imposições feitas pelo processo de integração econômica e monetária fossem tão longe no que diz respeito à legislação laboral. Rosas (2020) aponta que o Governo de Cavaco Silva de fato ensaiou um ataque inicial que pretendia promover a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas ainda no fim dos anos 80 e na década seguinte. Entretanto, muito em função da resistência social que emergiu contra essas matérias foi "preciso esperar pela grande crise de 2008/2009, pela troika e polo novo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas em 2011, para a direita poder fazer com a legislação laboral o equivalente ao que o cavaquismo fizera com as nacionalizações e a reforma agrária" (ROSAS, 2020, p. 105).

No bojo desse longo ambiente de recuperação capitalista, há ainda o que Costa et al (2010) denominam como "formas de acumulação suplementar de capital". Trata-se de expedientes que gradativamente se institucionalizaram de 1976 em diante, os quais aprofundam a transferência de recursos públicos para as empresas privadas e, desta forma, contribuem para a alavancagem das taxas de acumulação dos grupos econômicos dominantes no país.

De acordo com os autores, destacam-se quatro formas de "sobreacumulação" no país nas últimas décadas, ainda que não sejam as únicas. Em primeiro lugar, está o acesso privilegiado a benefícios fiscais, informações estratégicas e outras regalias promovidas pelo Estado. Em segundo, a fraude e a evasão fiscal permitidas e incentivadas tanto por meio de permissividade legal quanto pela complacência das autoridades públicas. Em terceiro, nota-se a transferência de recursos operada diretamente no sistema de participações financeiras em empresas. Trata-se de uma prática que se encontra, em geral, em empresas privatizadas detentoras de monopólios naturais, como a Galp, a EDP ou em PPPs em serviços públicos diversos. Opera-se essencialmente por meio da distribuição de lucros e dividendos exorbitantes a investidores privados que participam diretamente da composição acionária dessas empresas ou da gestão desses serviços públicos.

Por fim, a quarta forma é o sistema da dívida pública. Trata-se de um procedimento antigo e identificado por Marx como prática que permite a acumulação por meio da apropriação privada direta de parte do fundo público. Essa última, segundo os autores, é "porventura a mais importante e a mais incógnita [...] No caso português, o pagamento da dívida pública, e sobretudo o efeito de bola-de-neve, com a acumulação dos juros, determina uma extracção de cerca de 3% do PIB todos os anos, tendo vindo sempre a aumentar" (COSTA et al, 2010, p. 318-319). Segundo dados do INE, em 2010, cerca de 25,5% dos rendimentos do capital tiveram origem direta do sistema da dívida pública, de benefícios fiscais, de rendas sobre participações em PPPs e empresas privatizadas ou de fraudes realizadas especialmente por meio de operações em *offshores* (COSTA et al, 2010, p. 319). Nota-se, contudo, que as três primeiras origens, as quais juntas representam cerca de 14,8% do total de rendimentos do capital, foram financiadas direta ou indiretamente pelos impostos pagos pelos trabalhadores ou pela pequena fatia de impostos sobre o capital, que depois retornaram às suas mãos.

Em síntese, percebe-se aqui uma clara repartição desigual dos rendimentos gerados pela economia portuguesa. O Estado favorece os grandes grupos capitalistas por meio de instrumentos (institucionalizados ou ao arrepio da legislação) que operam cotidianamente uma verdadeira expropriação e transferência de rendimentos do trabalho para o capital. Na prática, o "trabalho paga impostos e o capital paga ou evade-se mas o uso desses impostos é depois apropriado pelo processo secundário de acumulação, seja por via de rendas explorando os monopólios naturais e outras situação não-concorrenciais, seja por via de benefícios" (COSTA et al, 2010, p. 262-263). Nesse contexto, visualiza.se que as formas típicas de atuação da burguesia portuguesa reorganizada pós-Abril estão marcadas por um forte rentismo promovido e incentivado pelo poder político, o qual é controlado direta ou indiretamente pela própria classe

economicamente dominante. Esse processo cristaliza a percepção de que o poder de Estado é, no fundo e em última análise, um poder de classe.

> Esta burguesia, como ao longo do século, é hoje rentista avessa ao investimento, abandonou sem pejo a indústria e a produção, mas é capaz de multiplicar os tentáculos financeiros – é uma burguesia financeira e administradora de participações e rendas, por via da Bolsa, do imobiliário, da distribuição, da dívida pública, dos seguros ou da banca, todos negócios da finança moderna. É tão dependente do Estado como sempre foi e teceu redes de cumplicidade e de mobilidade social ascendente que permitiram que quadros partidários ou governantes se instalem em conselhos de administração ou recebam réditos, bónus, prémios e participações que lhes permitem somar-se à elite social. (COSTA et al, 2010, p. 343-344)

Ainda segundo os autores, esse perfil rentista e monopolista do capitalismo português das últimas décadas somente pode se concretizar por meio das íntimas relações entre o capital privado e a proteção estatal aberta. Esse fenômeno vem sendo operado por uma ampla rede de conexões que interrelacionam os grandes grupos empresariais e quadros políticos, sobretudo membros de relevo do PSD e do PS – este último em menor medida, segundo os dados reunidos e analisados no livro. São atores políticos que se movem indiscriminadamente entre cargos de topo do universo privado – como conselhos de administração de grandes empresas e fundações empresariais – e posições importantes de governo – como os ministérios das finanças, da economia, das obras públicas, do planejamento e do emprego.

A partir desse conjunto de observações, que vão desde a o processo de reprivatizações até as variadas formas de sobreacumulação utilizadas pela burguesia em parceira com o Estado, Costa et al (2020) identificam o fortalecimento de novas e antigas dinastias burguesas nas últimas décadas. Segundo os autores, as cem maiores fortunas (individuais e familiares) de Portugal, entre 1992 e 2010, representam anualmente algo próximo de 20% do PIB nacional, proporção que apresenta tendência de crescimento, com exceção dos dois últimos anos da série, marcados pela recessão e crise financeira. Em suas palavras,

> […] os sectores dominantes da economia portuguesa são uma família de famílias, aparentada por sangue, por cruzamentos, por alianças. Prosseguindo das suas formas de acumulação de capital ao longo do século que vai de 1910 a 2010, demonstrámos que grande parte desses interesses sobrevive e resplandece nas fortunas contemporâneas. (COSTA et al, 2010, p. 342)

Tal percepção dialoga com a interpretação histórica de Louçã (2020, p. 175) sobre o sucesso do amplo processo de "normalização" e "liberalização" econômica, ambiente que encolheu as "possibilidades de progresso do país" dos anos 1980 em diante. Ainda de acordo com o autor, "depois de um episódico susto", provocado pela revolução que demoliu a ditadura fascista, "a jaula oligárquica" portuguesa pôde novamente levantar suas grades (LOUÇÃ, 2020, p. 175).

Dessa maneira, o longo e complexo processo de restauração capitalista no país se materializou como a reorganização de uma estrutura de dominação política e de exploração econômica, agora sobre as bases de um capitalismo neoliberal e desindustrializado partícipe de uma integração europeia que constrange as possibilidades políticas e econômicas de um desenvolvimento autônomo do país. Rosas (2020), Louçã (2020) e Costa et al (2010) identificam esse processo pós-Abril como parte constituinte da tendência de longa duração do desenvolvimento capitalista português, marcado por uma quase permanente modernização conservadora. Passada a revolução, entendida como breve experiência que almejou, dentre outros objetivos, negar essa marca histórica, era como se o padrão capitalista português retomasse seu curso.

> As privatizações terminaram brutalmente o ciclo do desenvolvimentismo nacional. [...] A integração europeia desterritorializou o espaço nacional, mercado periférico da eurolândia. Esse modelo de serviços depreciou o factor trabalho, fez regredir o quadro das profissões especializadas, manuais e intelectuais. [...] Faz-se, hoje por hoje, o luto de uma burguesia que não logrou ser potência na divisão internacional do trabalho. Curam-se ainda as saudades do proletariado e seus aliados sociais que não tiveram tempo, nem condições políticas, para ensaiar uma via autónoma. Tivemos a modernização, sem evolução, do capitalismo dependente e rentista, tão ao século XX. O adeus à grande indústria, o adeus à potência perdida, foi também o adeus à carpida decadência de um ex-império. (COSTA et al, 2010, p. 263-264)

A retomada do longo trilho da modernização conservadora, agora sob outras condições e configurações da época neoliberal, foi também um processo que permitiu a recomposição do capitalismo monopolista português no período posterior à revolução, reorganizando os grandes grupos econômicos privados e combatendo os legados de Abril. Essa operação foi realizada pela burguesia em íntima articulação com o Estado, que, sob a gestão direta de sucessivos governos, utilizou-se de instrumentos diversos para esses fins. Tal foi a avaliação de Cunhal ainda na década de 1990.

> [C]om palavras claras, pode dizer-se que o objectivo estratégico fundamental da política de sucessivos governos a partir de 1976 foi a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e do seu poder efectivo na economia nacional. A realização deste objectivo não foi alcançado por uma decisão súbita e imediata, mas por sucessivas decisões e medidas de reconstituição e restauração. A história das privatizações e da reconstituição dos grandes grupos económicos e da liquidação da reforma agrária, com a restauração dos latifúndios e suas terras abandonadas, é toda uma história de decisões inconstitucionais, de ilegalidades, de abuso do poder, de liquidação de milhares de pequenas e médias empresas, de liquidação de importantes ramos da indústria, de desindustrialização, de crise na agricultura, nas pescas, nas minas, em suma da destruição do aparelho produtivo nacional – de atribuição dos recursos do Estado para a restauração do capitalismo monopolista. (CUNHAL, 1996, p. 125)

Essa recuperação acerca do processo de reorganização capitalista em Portugal e sobre os papeis desempenhados pelo grande capital atuante no país nos faz lembrar da avaliação feita

por Florestan Fernandes a respeito das funções operadas pelas burguesias de nações dependentes em seus respectivos países. Nota-se aqui um possível paralelo com a realidade portuguesa em sua condição semiperiférica, quando o autor afirma que tais burguesias atuam como "autênticas fronteiras internas" e como "verdadeiras 'vanguardas políticas' do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista)", assumindo de forma consciente e determinada as seguintes tarefas: "manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem" (FERNANDES *apud* FONTES, 2010, p. 311).

2.2 **Integração europeia e consenso neoliberal**

É impossível separar o atual contexto político e econômico vivenciado em Portugal do longo processo europeu de integração e seus desdobramentos para a realidade nacional e para a posição ocupada pelo país no interior do bloco regional. Para examinarmos esses temas, partiremos da recuperação histórica já realizada no capítulo 6. Naquele momento, ao se apresentar a variante neoliberal conhecida como ordoliberalismo, tratamos dos principais marcos institucionais e dos conflitos teórico-políticos que atravessaram a história do projeto europeu, conformando suas tendências concretas no presente.

Muito embora as influências ordoliberais possam ser identificadas desde pelo menos o Tratado de Roma, em 1957, o processo de integração gradual coordenado via instituições supranacionais passou a ser nitidamente marcado pelo ideário neoliberal a partir dos anos 70, modelo que se fortaleceu na década seguinte e se consolidou nos anos 90 com a fundação da União Europeia e da zona do euro. A partir de então, nota-se um movimento crescente de ajustamento drástico das realidades nacionais no sentido da unificação política, econômica e monetária em termos neoliberais.

Segundo Reis (2014), o contexto global de hegemonia das finanças e de deslocalizações produtivas que passaram a caracterizar o cenário econômico e geopolítico desde as duas décadas anteriores fortalecia e influenciava aquele rumo adotado pelo projeto de integração nos anos 90. Nesse ambiente, os Estados-membros viam reduzidas as suas capacidades de intervenção político-econômica autônoma. Dentro daquele modelo de Europa, tornava-se cada vez mais difícil construir projetos nacionais de desenvolvimento divergente ao domínio neoliberal.

Tais elementos da conjuntura capitalista associado ao processo de unificação enfraqueciam a soberania dos Estados-membros da União Europeia e limitavam as resistências

que ressoavam em cada realidade nacional, intensificando ainda mais aquele modelo de projeto europeu. Naquele contexto, Reis (2014, p. 79) identifica que as esferas públicas europeias, sobretudo na periferia do bloco, tornaram-se "tão dependentes como qualquer outro ator económico dos "ativos" financeiros que circulam no mundo". Em suas palavras, "o caminho de Maastricht [1992] a Lisboa [2008] haveria de ser a estrada larga para uma regulação profundamente assimétrica e para o estabelecimento de uma fratura intraeuropeia gravíssima" (REIS, 2014, p.79).

Há que se considerar, ao longo dessa análise, que as relações estabelecidas entre Estados nacionais e instituições transnacionais superam o debate pautado exclusivamente em relações institucionais de força-fraqueza e domínio-subordinação, tal como é feito correntemente pela maior parte da imprensa e dos cientistas socias e econômicos. Para além dessas dimensões de força e dominação que certamente existem, é necessário observar a natureza de classe que funda tanto o Estado nacional e suas funções historicamente determinadas, quanto uma arquitetura transnacional de tipo político-institucional e econômico, tal como a União Europeia.

> *The actual development of the EU has been far more complex than a putative opposition between weakening nation states and strengthening union. EU member states are also capitalist states, and class relations are fundamental to their make-up as well as to their interactions. The resilience of the nation state in Europe is linked to maintaining the balance of class relations in each country, thus requiring command over the structures of judicial, military, administrative, and other power. Class relations mark the interactions of each member state with the union but also among member states, determining the interests that are to be defended and promoted. […] The EU is not simply a political body – 'intergovernmentalist' or 'neo-functional' – that generates mutual benefits and is jointly supported by all member states. Power and domination run through its transnational institutions, as has been nakedly manifested in the past decade*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[115]

Qualquer análise sobre a dinâmica das interações entre a UE e seus Estados-membros deve compreender as relações de força política como dimensão articulada às estruturas econômicas nacionais e transnacionais em questão. Trata-se de entender a dinâmica político-institucional como parte da totalidade social capitalista, isto é, parte necessariamente associada ao padrão de desenvolvimento produtivo e acumulação de capitais na região, de forma que

[115] Tradução livre: "O desenvolvimento real da UE tem sido muito mais complexo do que uma suposta oposição entre o enfraquecimento dos Estados-nação e o fortalecimento da união. Os Estados membros da UE também são estados capitalistas, e as relações de classe são fundamentais para sua composição, bem como para suas interações. A resiliência do Estado-nação na Europa está ligada à manutenção do equilíbrio das relações de classe em cada país, exigindo assim o comando sobre as estruturas do poder judicial, militar, administrativo e outros. As relações de classe marcam as interações de cada Estado membro com a união, mas também entre os Estados membros, determinando os interesses que devem ser defendidos e promovidos. [...] A UE não é simplesmente um órgão político - 'intergovernamentalista' ou 'neo-funcional' - que gera benefícios mútuos e é apoiado conjuntamente por todos os Estados membros. O poder e a dominação correm através de suas instituições transnacionais, como tem se manifestado de forma nua e crua na última década".

manifesta também conflitos entre as classes (e frações de classes) dominantes, isto é, entre setores capitalistas e grupos monopolistas que disputam mercados, espaços de influência e os próprios rumos dessa dinâmica político-institucional.

Ao mesmo tempo em que se articula economia e política, para se compreender o que se passa no contexto europeu, deve-se também considerar a interação dialética entre o nacional e o transnacional. Se as instituições nacionais perderam soberania e foram enfraquecidas com o processo de integração, sobretudo ao longo das últimas quatro décadas, não se pode esquecer que no interior de uma sociedade capitalista a ação política é realizada primordialmente no âmbito de cada nação. Há que se atentar, portanto, que não houve aqui qualquer tipo de substituição dos Estados nacionais por instituições internacionais, ao contrário do que muitos imaginaram, como por exemplo Beck (2015). Segundo Lapavitsas (2018),

> *[...] in the capitalist world the international is always rooted in the national. However, the underlying class relations are complexly mediated among nation states, with several degrees of freedom that allow for dependence and subordination to emerge at the transnational level. Hegemony and the opposition to it are commonly observed among capitalist states. In Europe such relations are closely interwoven with the institutions of the EU and the EMU, and often hide behind a veneer of partnership*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[116]

Partindo dessa leitura acertada sobre a não substituição da forma política estatal por organismos transnacionais, Lapavitsas (2018) argumenta que as diretrizes neoliberais que gradualmente se firmaram no projeto europeu foram criadas pelos próprios Estados nacionais. Em suas palavras, o neoliberalismo "*is a creature of the state, and has continued to lean heavily on the state throughout its ascendancy*" (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[117]. Nesse ponto, entretanto, parece-nos haver um equívoco. Concordamos com o fato de que o tão alegado Estado mínimo e a liberalização completa dos mercados não passam de falácias discursivas, na medida em que o capitalismo necessita de estruturas políticas, jurídicas e administrativas que garantam as condições de sua própria reprodução. De acordo com o próprio Lapavitsas (2018), nada há de natural na incorporação de mercados desregulados como bases reguladoras da vida em sociedade. Eles devem ser construídos conscientemente: "*[n]eoliberalism as actual policy, rather than as ideology, has relied heavily on the state to alter the institutional structure of both*

[116] Tradução livre: "no mundo capitalista, o internacional está sempre enraizado no nacional. Entretanto, as relações de classe subjacentes são mediadas de forma complexa entre os Estados-nação, com vários graus de liberdade que permitem que a dependência e a subordinação surjam em nível transnacional. A hegemonia e a oposição a ela são comumente observadas entre os estados capitalistas. Na Europa, tais relações estão intimamente interligadas com as instituições da UE e da UEM, e muitas vezes se escondem atrás de uma fachada de parceria".

[117] Tradução livre: "é uma criatura do estado, e tem continuado a apoiar-se fortemente no estado durante toda sua ascendência".

economy and society in favour of markets. There is nothing 'natural' about incorporating unregulated markets in economy and society – they have to be consciously inserted". (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[118]

Esse raciocínio certamente vale para o capitalismo neoliberal como manifestação histórica específica, a qual demonstra no último meio século ser um modelo capitalista que em hipótese alguma abdica das formas político-jurídica-administrativas propiciadas pelo Estado e seus aparelhos. Pelo contrário, um Estado forte tem se mostrado não apenas útil como fundamental para a implementação do extenso programa neoliberal, que vai desde a anulação e flexibilização da legislação trabalhista construída na época keynesiano-fordista até a transferência de serviços, recursos e empresas públicas para a exploração do capital privado. Também se nota a imprescindível participação estatal no impulso oferecido ao complexo industrial-militar e ao recrudescimento policial para lidar com a questão social, isto é, no tratamento dos efeitos da miséria, do desalento e do desemprego estrutural causados diretamente pelo padrão neoliberal de desenvolvimento.

Entretanto, perceber tal articulação não significa o mesmo que dizer que o neoliberalismo foi "criado pelo Estado", tal como afirma Lapavitsas (2018). Como já tivemos a oportunidade de analisar, o neoliberalismo é uma forma historicamente determinada de manifestação do capitalismo e, como tal, teve origem no próprio desenvolvimento contraditório desse modo de produção, em suas crises e no desenrolar da luta de classes na segunda metade do século passado. Trata-se, assim, de uma forma histórico-social (econômica, política, ideológica) capitalista que tem origem numa janela de necessidades materiais impostas no decorrer da crise keynesiano-fordista, tendo sido conjurada e concretamente construída como possibilidade histórica de resposta no campo da produção, com suas expressões correspondentes no Estado, na ideologia, nas ciências e nas subjetividades – resposta que avançou em tempos e intensidades muito variadas ao redor do mundo.

Evidentemente, há nessa dinâmica uma dialética de retroalimentação vital entre a estratégia neoliberal na esfera da produção e os seus desdobramentos na esfera da reprodução social. Contundo, apesar dessa interação permanente, não seria correto afirmar que o neoliberalismo é uma criatura produzida pelos Estados nacionais. Antes, o Estado neoliberal que é produto do capitalismo de tipo neoliberal – enquanto forma histórica específica do próprio

[118] Tradução livre: "O neoliberalismo como política real, mais do que como ideologia, tem confiado fortemente no Estado para alterar a estrutura institucional tanto da economia quanto da sociedade em favor dos mercados. Não há nada "natural" em incorporar mercados não regulamentados na economia e na sociedade - eles têm que ser conscientemente inseridos".

capitalismo – e, assim sendo, contribui dialética e decisivamente com as condições necessárias para sua reprodução.

Retornando ao debate europeu e sem deixar de considerar as contradições e disputas que o marcaram ao longo das últimas sete décadas, é possível afirmar que o projeto de unificação funcionou como instrumento decisivo para a construção de um consenso neoliberal no continente, tal como apontam os estudos de Nunes (2013c), Reis (2014) e Lapavitisas (2018). Ferreira (2019),

Os traços neoliberalizantes, sob sua variante ordoliberal, encontrados já na gestação do projeto europeu do pós-guerra ganharam força significativa dos anos 70 em diante, de forma que avançaram e se consolidaram como eixos primordiais da União Europeia na década de 1990. Esse movimento se realizou por meio de relações dialéticas entre distintas dimensões sociais que, em última análise, fundam-se nas condições materiais de tempos históricos determinados e realidades nacionais específicas. Dessa maneira, a construção do consenso neoliberal europeu se configurou enquanto dinâmica que combina estímulos externos com ambientes internos particulares, materializando-se como processo de disseminação e consolidação gradual da ideologia neoliberal e seus programas político-econômicos. Tratemos agora dos elementos centrais que marcaram esse processo nas últimas três décadas e, em seguida, dos seus desdobramentos em Portugal.

2.2.1 Europa alemã, euro e neoliberalização da região

Nesse contexto de associação entre política e economia e de articulações de impulsos internacionais com certos interesses das classes dominantes nacionais, as linhas gerais, em termos políticos, econômicos e sociais, que orientam o processo de integração europeu desde o fim dos anos 1980 até os dias de hoje poderiam ser resumidas da seguinte maneira:

> Em pleno século XXI, a União Europeia está associada à pressão para o aumento da idade de reforma, à desregulação dos mercados de trabalho, à ‘flexibilidade laboral’, ou seja, ao aumento da precariedade no trabalho e na vida. Está associada à destruição de serviços públicos, em sectores liberalizados e abertos à ‘livre concorrência’. Está associada à pressão para a degradação dos salários, que resulta também da liberalização e desregulação do comércio internacional, que a União Europeia vem pregando e praticando. (FERREIRA, 2019, p. 24)

Trata-se de um trajeto não só de unificação regional. O projeto europeu, sobretudo a partir de Maastricht e da construção da hegemonia alemã na região, é parte central do processo de consolidação do ideário neoliberal na Europa. Nos últimos trinta anos, houve um alinhamento histórico entre a ascendência do capitalismo neoliberal e a consolidação da

hegemonia alemã dentro das instituições da União Europeia e no interior da geopolítica continental de forma geral. O Tratado de Maastricht, de 1992, pode ser considerado como elemento histórico que conecta concretamente esse duplo processo na região – hegemonia da Alemanha e o consenso neoliberal nas instituições de integração. Segundo Lapavitsas (2018, s/p), "*[t]he ascendancy of neoliberal ideology since Maastricht has coincided with the hegemonic ascendancy of Germany in the institutions of the EU, matched by a growing divergence among member states*" (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[119].

Concordando com o analista grego, Georges Gastaud (2020) também identifica que o Tratado de Masstricht foi um marco decisivo para a intensificação da linha neoliberal como núcleo estratégico do projeto europeu dali em diante. Em suas palavras, "o Tratado de Maastricht, difundido por todos os tratados europeus que o sucederam, define a União Europeia como uma 'economia de mercado aberta ao mundo, onde a concorrência é livre e não falseada" (GASTAUD, 2020, s/p). Para o autor, toda a rede político-institucional desta União Europeia pós-Maastricht contribui para o processo de neoliberalização da região. Segundo ele, a principal função da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e das demais instituições do bloco seria garantir uma ordenação – um arranjo regulatório – capaz de sustentar o funcionamento de um ambiente social que tem como centralidade as relações de mercado. Para tanto, tais entidades assumem fortes poderes de supervisão, regulação e intervenção sobre os Estados-membros para assegurar a suposta plenitude de uma "economia social de mercado" dinamizada pela "livre concorrência". Desse modo, submetem as estratégias de desenvolvimento de cada Estado-membro, seus orçamentos e seus instrumentos de política econômica e social às regras emanadas pelos pactos regionais.

> A Comissão dispõe de um poder excepcional, apesar de perfeitamente conforme com a lógica ordoliberal, que consiste em dar a uma instância 'técnica' situada acima dos governos o poder de impor as 'regras do jogo'. […] A Comissão também supervisiona as ajudas do Estado e os aportes de capitais públicos que, em outros casos, podem ser interpretados como subvenções; é ela também que os autoriza, concedendo derrogações. Isso é uma espécie de política industrial, que é ao mesmo tempo uma não política, porque é determinada de acordo com regras, não de acordo com fins, como faz a política norte-americana – que, desse ponto de vista, é muito mais 'utilitarista', isto é, menos formalista. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 265)

É importante perceber que não há desassociação entre forma e conteúdo, entre meios e finalidades. Os fins neoliberais consolidados nos anos 1990 já estão embutidos em grande medida desde a primeira hora nas regras que ordenam a integração do continente europeu.

[119] Tradução livre: "a ascendência da ideologia neoliberal desde Maastricht coincidiu com a ascendência hegemônica da Alemanha nas instituições da UE, acompanhada de uma divergência crescente entre os estados membros".

Nesse sentido, é possível inferir que o "neoliberalismo europeu construiu-se e difundiu-se, assim, via construção europeia, verdadeiro laboratório em grande escala do ordoliberalismo dos anos 1930" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 264). Na leitura de João Ferreira (2019), esse grande laboratório associado diretamente aos interesses do capital monopolista, de fato, consolidou-se nos anos 1990 como integração econômica e monetária realizada no sentido de criação e manutenção de um mercado unificado que funciona com a 'liberdade' propagada pela doutrina neoliberal, acentuando assimetrias diversas entre os Estados-membros – em termos produtivos, políticos e sociais.

> O grande capital europeu promove, como feudo próprio, o aprofundamento e alargamento de um grande mercado interno, um 'mercado único', progressivamente estendido a todo o continente [...] Promove a 'livre concorrência' nesse mercado e a desobstrução da circulação dos capitais e das mercadorias (não tanto das pessoas). O mercado livre, como lhe é característico, acentua divergências nos padrões sociais das populações, dentro e entre territórios. (FERREIRA, 2019, p. 45)

Ao mesmo tempo, percebe-se que esse conjunto de regras funciona (ou não) a depender da realidade concreta de cada conjuntura e de cada Estado-membro. Ou seja, efetivam-se quando são de interesse das classes dominantes e quando as correlações de forças lhes permitem. Um possível exemplo disso é a construção de um ambiente economicamente competitivo e, ao mesmo tempo, favorável para o surgimento e a manutenção de pequenos negócios. Apesar desse postulado figurar com frequência entre neoliberais europeus, em especial de sua vertente ordoliberal, nunca se materializou como regra que impedisse ou mesmo constrangesse o trajeto de aprofundamento da concentração de capitais no continente, o qual se nota claramente com a ampliação do processo regional de fusões, aquisições e formações de monopólios desde o início do século XX até os dias de hoje. Ora, para fazer esse "livre" mercado se comportar, de modo geral, segundo seus próprios interesses, o "grande capital não deixa simplesmente 'funcionar o mercado'. Usa a sua força institucional, a influência e o poder adquiridos nas instituições que ergueu sobre o mercado interno" (FERREIRA, 2019, p. 45). Na realidade, o que a dinâmica concreta do projeto europeu revela – desde os seus primórdios do pós-guerra e com ainda mais intensidade na época de hegemonia neoliberal, já sob a forma da UE – é a fábula da concorrência perfeita. O seguimento dogmático das teses neoliberais fica reservado predominantemente às matérias que dizem respeito ao tratamento da questão social.

> Essa supremacia jurídica ocasiona inúmeros problemas. Por exemplo: o problema extremamente complexo da análise dos mercados: o que é uma posição dominantes? Ela é em si um obstáculo à concorrência? […] Parece bastante evidente que, na fase de globalização-concentração de capital, os critérios ordoliberais de uma 'economia humana', formada de pequenas e médias empresas, são um mito largamente ultrapassado. Mas, se existe um domínio em que a Comissão parece ser de uma fidelidade quase absoluta à doutrina ordoliberal, esse domínio é o dos 'serviços

> econômicos de interesse geral', que também devem se submeter à regra suprema da concorrência, porque, por definição, o direito de concorrência é superior a qualquer outro. O que aconteceu com os transportes, as telecomunicações, a energia e os correios é uma ilustração perfeita disso. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 265)

Tais estímulos vindos desta Europa, guiados pelos ideais neoliberais, produzem efeitos concretos nos países que fazem parte do bloco. Um dos eixos valorizados pelo projeto europeu de integração político-institucional, econômica e monetária é o impulso da concentração de capitais em nível continental. Um amplo programa político orientado à privatização de setores econômicos estratégicos e ao constrangimento de políticas autônomas de desenvolvimento vem sendo imposto nas últimas décadas pelas instituições transnacionais como exigência aos Estados-membros.

> Em nome deste artigo irremovível que constitui o coração da "construção europeia" [o desenvolvimento de uma economia de mercado aberta], os Estados nacionais e seus dirigentes políticos abstêm-se de nacionalizar os grandes bancos e outras empresas de caráter estratégico para os seus países. Ao mesmo tempo, é proibido planear científica e democraticamente o desenvolvimento económico, a implantação do progresso social, a distribuição de "ganhos de produtividade", impedir devastadoras deslocalizações de indústrias e serviços e, claro, banir os despedimentos coletivos em nome da lei do mercado. (GASTAUD, 2020, s/p)

Nesse terreno, o curso do movimento de neoliberalização do Estado e da economia francesa é elucidativo. Houve por lá uma verdadeira aniquilação e desorganização do que se poderia chamar de "setor empresarial do Estado", o qual detinha monopólios de setores produtivos estratégicos.

> Pior, na França desde pelo menos 1992 (quando o Tratado de Maastricht obteve 50,8% num referendo em que Chirac e Mitterrand pediram um voto Sim), sucessivos governos franceses privatizarem os chamados "monopólios públicos" (como EDF, Gaz de France, SNCF, France-Télécom, La Poste, Air France, Aeroespacial, autoestradas, etc.) ... para criar monopólios ou oligopólios capitalistas privados como SANOFI, Bolloré ou ENGIE, aliás Suez. (GASTAUD, 2020, s/p)

Gastaud (2020) utiliza o caso francês para ilustrar como esse caminho hegemonicamente adotado nas últimas quatro décadas, na construção dessa União Europeia, colide frontalmente com o exemplo histórico do próprio desenvolvimento de países europeus. A função interventora e empresarial do Estado francês havia sido decisiva e insubstituível no processo de industrialização de sua economia, de forma que a aguda desindustrialização que avançou nas últimas décadas expressa uma das faces do projeto de integração europeu, o qual procura permanentemente amortecer essa funcionalidade estatal.

> Não foi por acaso que em França, para criar indústria, Colbert teve que montar uma indústria estatal, e regulamentar firmemente as importações: todos sabem que a França, nunca teria tido uma indústria sem a intervenção planificadora do Estado e que, como contraprova da mesma hipótese, a indústria francesa entrou literalmente

> em colapso, pois ao Estado, escravo voluntário da "construção europeia", lhe é vedado nacionalizar, proteger e planificar. (GASTAUD, 2020, s/p)

Além disso, é justamente o liberalismo europeu que opera de forma dialeticamente contraditória, pois impõe liberalização para os pequenos e médios capitais ao mesmo tempo em que garante as condições para a manutenção e o crescimento do grande capital. A dialética dessa contradição se revela primordialmente pela natureza do fenômeno da "liberdade de mercado" no interior da dinâmica capitalista de produção, cujo movimento orientado pelas leis da concorrência favorece a concentração de capitais mais preparados e, por conseguinte, o aniquilamento daqueles menos competitivos. A arquitetura de regras e mecanismos institucionais europeus que regem o mercado unificado garante as condições de movimentação, realização e acumulação de capitais de forma que se possa administrar – mas nunca comprometer – essa dinâmica típica do capital.

> A UE não apenas permite aos monopolistas sobre-explorarem e desqualificarem milhões de trabalhadores considerados "muito caros" (deslocalização real ou chantagem para deslocalizar, são exatamente a mesma coisa), mas ainda ajuda a esmagar, de uma forma muito "liberal", as pequenas empresas: porque em cada momento paira sobre as cabeças dos artesãos, dos pequenos industriais, dos pequenos agricultores, e ainda mais, sobre a dos assalariados privados de direitos de muitas PME (sem falar nesse patronato fictício que são os trabalhadores uberizados e outros "empresários por conta própria"), uma "concorrência" de extensão planetária cuja escala e regras deliberadamente minuciosas favorecem as únicas empresas realmente capazes de se envolver numa competição "não falseada": os monopólios capitalistas vinculados aos bancos. As pequenas e médias empresas são, portanto, solicitadas, com total "liberdade empresarial", a esmagar os seus preços e, com elas, os salários dos seus trabalhadores, a rastejar para chegar aos mercados, para competir com os gigantes internacionais pelo menor preço, para serem subcontratadas por tirânicos "dadores de encomendas", em particular da grande distribuição. (GASTAUD, 2020, s/p)

Outro aspecto dessa contradição se revela quando a construção do "livre mercado" europeu é visualizada em sua dimensão de totalidade. Nesse caso, enquadra-se no que Gastaud (2020) denomina como "liberalismo assimétrico internacional", processo pelo qual os Estado capitalistas mais poderosos – o autor se refere aqui especialmente aos EUA e a União Europeia, com foco especial na Alemanha – defendem e impõem os dogmas liberais para os outros, mas, entre si, costuram acordos e se blindam por meio de mecanismos "cripto-protecionistas". Tal fenômeno se manifesta, por exemplo, nos direitos aduaneiros e nas normas sanitárias e ambientais, que permitem abrir ou fechar mercados e setores específicos conforme as conveniências do grande capital. Outro exemplo está nas chamadas sanções econômicas e comerciais que atingem diversos países, "supostamente destinadas a defender os direitos dos homens com geometria variável que atinge os rivais actuais ou potenciais do grande capital norte-americano" (GASTAUD, 2020, s/p).

Entretanto, o autor francês destaca aquele que talvez seja o mais importante instrumento desse liberalismo assimétrico a nível internacional: o padrão monetário dólar-euro ou aquilo que ele próprio denomina como "binário monetário conflitante, mas cúmplice". Ao dólar se reserva a funcionalidade de papel-moeda global estrategicamente desvalorizado perante o euro, enquanto a moeda europeia sobrevalorizada se materializa como ferramenta decisiva para a espoliação da periferia continental pelo centro europeu, ou seja, para a consolidação de uma "Europa Alemã", tomando emprestada a expressão de Beck (2015).

> […] desta forma, os imperialistas hegemónicos EUA e RFA podem 'dividir' global e continentalmente áreas de influência e mercados. Desta forma, Berlim "tosquia" interminavelmente a Europa Oriental (um paraíso para as deslocalizações capitalistas, uma reserva de mão-de-obra bem treinada e barata para o Ocidente) e o Sul da Europa, transformado numa válvula de escape, amplamente passivo e impotente para penetrar seriamente no mercado industrial do norte da Europa (os chamados "estados frugais" ligados à Alemanha capitalista). […] Os países do sul da Europa não podiam, de facto, contra-atacar por meio de "desvalorizações competitivas", como faziam quando não havia moeda europeia fixada no marco. […] Tendo acabado por arruinar os países do sul da Europa, os chamados "PIGS" (Portugal, Itália, Grécia, Espanha), a Alemanha mudou o rumo; o euro foi sistematicamente enfraquecido pelo BCE com a sua política de "fábrica de notas" (GASTAUD, 2020, s/p).

Evidentemente, trata-se de uma estratégica que revela contradições e tensões ao longo do tempo. No entanto, independentemente dessas possíveis contradições, a verdade é que a moeda única tem funcionado como um dos instrumentos decisivos para a disseminação neoliberal na Europa desde a sua criação até os dias de hoje. Para tratar de seus efeitos, cabe recordar aspectos relevantes que marcaram o caminho de construção de uma moeda única. O fim de *Bretton Woods* nos anos 70 significou o término de uma ordem financeira e cambial que gerou efeitos de desequilíbrio generalizado nas relações cambiais na Europa de então

> *The creation of a single currency in Europe managed by one central bank has been a decisive step in the neoliberal transformation of the EU, tilting the balance of power in favour of capital and against labour. […] The great historical peculiarity of the euro is that its pivotal role has been formally associated not with any single state, but with the transnational mechanisms of the EMU as a whole. […] After the collapse of Bretton Woods and the turmoil that followed in the global markets in the 1970s, the pressures to manage exchange rates in Europe accumulated further. The instability caused by greatly fluctuating rates was felt particularly severely by the smaller countries of Europe*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[120]

[120] Tradução livre: "A criação de uma moeda única na Europa administrada por um banco central foi um passo decisivo na transformação neoliberal da União Européia, inclinando o equilíbrio de poder em favor do capital e contra o trabalho. [...] A grande peculiaridade histórica do euro é que seu papel central foi formalmente associado não a nenhum Estado único, mas aos mecanismos transnacionais da UEM como um todo. [...] Após o colapso de Bretton Woods e a turbulência que se seguiu nos mercados globais nos anos 70, as pressões para administrar as taxas de câmbio na Europa se acumularam ainda mais. A instabilidade causada pela grande flutuação das taxas foi sentida de forma particularmente severa pelos países menores da Europa".

Em 1979, foi criado o Sistema Monetário Europeu (SME). Desde aquele momento, com o fim do padrão ouro no mercado capitalista global, o papel-moeda alemão (o marco) passou a desempenhar a função de equilíbrio o mercado comum europeu. O principal objetivo dessa medida era proteger a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e suas transações financeiras das oscilações nas taxas de câmbio de seus Estados-membros, trazendo ao meo tempo previsibilidade e uniformidade nas relações comerciais intracontinentais.

> *The effort to coordinate exchange rates nevertheless continued, and a decisive step was the formation of the European Monetary System (EMS) in 1979, which contained the European Exchange Rate Mechanism. Bilateral exchange rates were effectively fixed […] The key to ensuring the viability of the EMS was controlling the divergence in inflation rates among the main countries of the EMS, which meant primarily Germany, France, and Italy. It also soon became clear that for the EMS to succeed it was vital to have an anchor country, which inevitably meant German*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[121]

A rigor, para uma moeda atuar como âncora de um sistema monetário, faz-se necessário que a mesma esteja sustentada por uma economia forte, isto é, com um nível de produção nacional suficientemente pujante e, segundo Lapavitsas (2020), baixa inflação e superávit em sua conta corrente – equilíbrio nas relações entre exportações, importações, fluxos de renda. Ainda de acordo com o autor, a Alemanha se encaixava nesse perfil exigido pelo SME. Ao mesmo tempo, passava a ter de administrar sua política monetária levando em conta a totalidade do novo sistema monetário. Desse modo, já no início dos anos 1990, antes mesmo da criação da moeda comum, o sistema cambial europeu já era de fato uma área de influência do marco alemão, sobretudo após a saída do Reino Unido do SME. Nesse contexto, a linha ideológica defendida e disseminada pelo Banco Central Alemão desde o início dos anos 1990 se associou à prática concreta do sistema financeiro europeu, ou seja, do grande capital financeiro e das instituições bancárias do continente.

> *By the early 1990s the EMS had effectively become a Deutschmark area, and the concerns of the Bundesbank had become paramount in the functioning of the system. That meant, above all, imposing inflation discipline on other countries to forestall the need for exchange rate realignments. […] The shock of British exit from the EMS paved the way toward monetary union in the late 1990s, the landmark for which was the Delors Report in 1989. […] The dominant ideological approach in shaping the EMU was 'Sound Money' as advocated by the Bundesbank: that is, control over inflation broadly in line with the Quantity Theory of Money – the long-standing and deeply problematic theoretical view that the price level is driven by the supply of Money. […] In practice, however, theoretical arguments proved secondary to*

[121] Tradução livre: "O esforço para coordenar as taxas de câmbio continuou, no entanto, e um passo decisivo foi a formação do Sistema Monetário Europeu (SME) em 1979, que continha o Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu. As taxas de câmbio bilaterais foram efetivamente fixadas [...] A chave para assegurar a viabilidade do SME era controlar a divergência nas taxas de inflação entre os principais países do SME, o que significava principalmente Alemanha, França e Itália. Também logo ficou claro que para o sucesso do SME era vital ter um país âncora, o que inevitavelmente significava a Alemanha, a França e a Itália".

> *determining the actual shape of the EMU. The principal role was played by the rising power of central bankers and the assertive presence of private finance in Europe already from the 1980s*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[122]

O projeto de integração econômica e monetária avançou consideravelmente nos anos 1990 e, para além do Tratado de Maastricht e dos diversos acordos estabelecidos, concretizou-se definitivamente com a criação da moeda comum, o euro, que entrou em vigor definitivamente em 1999, de forma virtual, e em 2002, por meio físico. Mesmo já havendo indícios que apontassem para os perigos de uma unificação cambial naqueles moldes, houve grande entusiasmo com o processo. Lapavistas (2018) destaca os motivos centrais que levaram pequenos países da periferia europeia a apostarem na união monetária, assim como a França, principal membro do bloco dominante que disputava naquela época com a Alemanha a hegemonia do processo de integração.

> *For the ruling social bloc of France, but also for the ruling social blocs of smaller European countries, a full monetary union seemed capable of overcoming the weaknesses of the EMS by obviating the need for an anchor country. Presumably there would be formal equality among EMU member states in reaching key monetary decisions. Moreover, the monetary union would enmesh a reunited Germany in a web of institutional practices and obligations, thus constraining its power across Europe*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[123]

Apesar do otimismo, a realidade demonstrou que tal avaliação não passava de um otimismo injustificado ou, nas palavras de Lapavitsas (2018) de uma "ilusão histórica" com o que seriam os resultados da união monetária. Segundo o autor, "*[h]istorical delusions rarely come grander than those of the French ruling bloc in pushing for a monetary union. The end*

---

[122] Tradução livre: "No início dos anos 90, o EMS havia se tornado efetivamente uma área de marcos alemães e as preocupações do Bundesbank haviam se tornado primordiais para o funcionamento do sistema. Isso significava, acima de tudo, impor a disciplina da inflação a outros países para evitar a necessidade de realinhamentos da taxa de câmbio. [...] O choque da saída britânica do SME abriu o caminho para a união monetária no final dos anos 90, cujo marco foi o Relatório Delors em 1989. [...] A abordagem ideológica dominante na formação da UEM foi "Dinheiro Sólido", como defendido pelo Bundesbank: ou seja, o controle da inflação em geral de acordo com a Teoria da Quantidade de Dinheiro - a visão teórica de longa data e profundamente problemática de que o nível de preços é impulsionado pela oferta de Dinheiro. [...] Na prática, porém, os argumentos teóricos provaram ser secundários para determinar a forma real da União Monetária. O papel principal foi desempenhado pelo poder crescente dos banqueiros centrais e pela presença assertiva das finanças privadas na Europa já a partir dos anos 80".

[123] Tradução livre: "Para o bloco social dominante da França, mas também para os blocos sociais dominantes dos países europeus menores, uma união monetária plena parecia ser capaz de superar as fraquezas do SME, obviando a necessidade de um país âncora. Presumivelmente, haveria igualdade formal entre os Estados membros da UEM para se chegar a decisões monetárias chave. Além disso, a união monetária enredaria uma Alemanha reunificada em uma teia de práticas e obrigações institucionais, restringindo assim seu poder em toda a Europa".

result was to promote German hegemony conditioned by the institutions of the euro" (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[124]

Lapavitsas (2018) destaca duas instituições como sendo essenciais para a concretização tal como se deu da União Econômica e Monetária (UEM) sob hegemonia alemã. A primeira delas foi o Banco Central Europeu, que desde o seu fundamento segue a lógica destacada acima, atuando de forma independente de poderes estatais, isto é, sendo operado de forma verdadeiramente privada, sob influencia direta do grande capital financeiro. O modelo adotado pelo Banco Central Europeu, instituição fundada em junho de 1998, para gerir a moeda única na região, segue, na prática, o exemplo do Banco Central Alemão. Dessa maneira, o BCE impõe uma rigorosa política de controle inflacionário sobre as economias da zona do euro, agenda que, com o passar do tempo, se mostrou decisivamente vantajosa para a movimentação transnacional de capital alemão e sua conquista de mercados no interior do bloco.

> *The ECB is the pivot of the Eurosystem and is obliged by its statutes to keep inflation below 2%. It also dominates the European market for provision of liquidity among banks. The ECB does not operate under the wing of a particular state, and indeed it has historically been the most 'private' among all major central banks. Its 'private' character is evidenced by its institutional reluctance to acquire the primary debt of any state, thus desisting from the activity that typically connects a central bank to its own state in contemporary capitalismo. […] In practice the ECB took the Bundesbank as its model and focused exclusively on maintaining a very low rate of inflation, without any obligation to finance fiscal deficits by member states. […] he actual outcome was that the operations of the common currency rebounded in the interests of German exporting capital and the EMU became a domestic market for German industry. […] At first sight the EMU was yet another compromise by the EU which initially appeared to favour France, but over time things turned out entirely different. The monetary union in practice favoured Germany, which learnt to navigate the straits of the common currency in the interests of its industrial exporters.* (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[125]

A segunda instituição vital para a UEM sob hegemonia alemã foi o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), acordo ancorado pelo Tratado de Masstricht e regulamentado em 1997,

---

[124] Tradução livre: "ilusões históricas raramente tornam-se mais grandiosas do que as do bloco governante francês ao pressionar por uma união monetária. O resultado final foi a promoção da hegemonia alemã condicionada pelas instituições do euro".

[125] Tradução livre: "O BCE é o pivô do sistema do euro e é obrigado por seus estatutos a manter a inflação abaixo de 2%. Ele também domina o mercado europeu de provisão de liquidez entre os bancos. O BCE não opera sob a alçada de um determinado Estado e, de fato, tem sido historicamente o mais "privado" entre todos os grandes bancos centrais. Seu caráter "privado" é evidenciado por sua relutância institucional em adquirir a dívida primária de qualquer estado, desistindo assim da atividade que tipicamente conecta um banco central a seu próprio estado no capitalismo contemporâneo. [...] Na prática, o BCE tomou o Bundesbank como seu modelo e concentrou-se exclusivamente na manutenção de uma taxa de inflação muito baixa, sem qualquer obrigação de financiar déficits fiscais por parte dos Estados membros. [...] o resultado real foi que as operações da moeda comum se recuperaram no interesse do capital exportador alemão e a UEM tornou-se um mercado doméstico para a indústria alemã. [...] À primeira vista, a UEM foi mais um compromisso da UE que inicialmente parecia favorecer a França, mas com o passar do tempo as coisas se tornaram completamente diferentes. A união monetária na prática favoreceu a Alemanha, que aprendeu a navegar pelos estreitos da moeda comum, no interesse de seus exportadores industriais".

o qual tem ajustado de forma rígida, segundo os princípios da ortodoxia neoliberal, a performance fiscal dos Estados-membros. Segundo o autor grego, seu intuito inicial, que ficou conhecido como a amarra institucional que garante a aplicação dos "critérios de Maastricht", era assegurar que os déficits públicos e a dívida pública se mantivessem dentro de certos limites rígidos e previamente definidos (até 3% do PIB de déficit e até e 60% do PIB no caso da dívida). Caberia aos Estados-membros garantirem a realização desses critérios de "ajustamento" fiscalista. Durante a crise da zona do euro, entretanto, tais objetivos primários foram endurecidos. Tanto as regras determinadas pelo PEC quanto as formas de operação e fiscalização das mesmas se tornaram mais severas e passaram a impor regimes com cada vez menos margem de manobra disponível para os governos nacionais. Segundo Lapavitsas (2018, s/p), "*in the course of the Eurozone crisis the Pact evolved into the 'Six Pack', the 'Two Pack', the Fiscal Compact, and so on, which have hardened disciplinary controls, with sanctions available to discipline 'aberrant' states. The fiscal regime underpinning the EMU has become considerably harsher*"[126].

Aquilo que ficou conhecido como "cláusula de não-resgate" do Tratado de Maastricht assegura os parâmetros da requerida disciplina fiscal. O dispositivo ganhou forma e regulamentos claros com o artigo 125 do Tratado de Lisboa, em 2007, o qual entrou em vigor já em 2009. Em termos gerais, o artigo determina que a UE não assume nenhuma responsabilidade por obrigações e encargos de um Estado-membro (LAPAVITSAS, 2018). Desse modo, a integração econômica e monetária – processo que arrancou com a UEM e avançou com as ferramentas e as instituições criadas nos anos 90 (Tratados de Masstricht e Lisboa, UE, PEC, BCE, euro) – produziu severos desdobramentos para as economias e os sistemas políticos da região. Lapavitsas (2018) oferece uma síntese sobre esse cenário.

> *The EMU has served the interests of large European multinationals and financial institutions under conditions of advancing financialization. Price stability and control over inflation is a sine qua non for lenders and for financial capital. A homogeneous internal market for borrowing supported by liquidity generated by a powerful central bank was necessary for European banks to spread their operations globally. Fiscal discipline is typically required by lenders and by banks alike to protect their loan advances. To gain competitive advantages in the world market, industrial capital requires labour 'flexibility', and the euro has been an outstanding instrument for imposing discipline on workers, particularly in the years of crisis. In short, financialization in Europe received a boost through the introduction of the euro, although significant differences exist in this respect among core countries as well as between the core and the periphery. […] The implications for its internal political structures, its democratic polity, its culture, and its relations with other states would be disastrous. The euro was a 'faulty' compromise, but that was inevitable among*

[126] Tradução livre: "no decorrer da crise da Zona Euro, o Pacto evoluiu para o "Pacote Seis", o "Pacote Dois", o Pacto Fiscal, etc., que endureceu os controles disciplinares, com sanções disponíveis para disciplinar os estados "aberrantes". O regime fiscal que sustenta a UEM tornou-se consideravelmente mais severo".

> *several independent nation states that created the EMU*. (LAPAVITSAS, 2018, s/p)[127]

Para além disso, há ainda dois aspectos dignos de nota quanto às peculiaridades da hegemonia alemã no interior das instituições europeias. O primeiro remete ao funcionamento do euro como uma espécie de "dinheiro mundial" em competição direta com o dólar em nível global. O segundo diz respeito ao período histórico no qual tal hegemonia se consolidou, ou seja, num contexto marcado pela financeirização capitalista e pelo fim da Guerra Fria. É nesse contexto histórico que a Alemanha passou a operar, de fato, uma "hegemonia condicionada" na Europa (LAPAVITSAS, 2018). Isto é, sua supremacia continental se efetivou essencialmente por meio das instituições de integração política e monetária, sob direção da doutrina e das práticas neoliberais. No entanto, o país não goza de domínio militar da região e atua num contexto global de financerização generalizada, o qual lhe fragiliza em termos comparativos com outras potências imperialistas como a Inglaterra e principalmente os EUA.

De forma sintética, é possível afirmar que a lógica de ordenamento na Europa está fincada nos dias de hoje sobre uma base política, econômica e ideológica de corte neoliberal: centralidade na concorrência e na liberdade para o capital; disciplinamento fiscal dos orçamentos dos Estados-membros; estímulo a contrarreformas estruturais; flexibilização e anulação de regras trabalhistas para homogeneizar o mercado comum e facilitar a movimentação de capitais; individualização e mercantilização de responsabilidades que eram socialmente compartilhadas na época marcada pelo consenso keynesiano e pela força do *welfare state*. Varoufakis (2016 e 2018) se refere a esse processo de integração em termos neoliberais como uma espécie de institucionalização da austeridade. Seguindo por outros caminhos teóricos, Nunes (2013c) identifica que a arquitetura composta pela moeda única, pelas regras político-institucionais definidas pela UE e pelos dispositivos fiscalistas exigidos pela UEM resultam numa jaula institucional que impõe uma "austeridade perpétua" sobre as nações

[127] Tradução livre: "A UEM tem servido aos interesses das grandes multinacionais e instituições financeiras europeias sob condições de avançar na financeirização. A estabilidade de preços e o controle da inflação é uma condição sine qua non para os credores e para o capital financeiro. Um mercado interno homogêneo para empréstimos apoiados pela liquidez gerada por um poderoso banco central foi necessário para que os bancos europeus pudessem disseminar suas operações globalmente. A disciplina fiscal é normalmente exigida tanto pelos emprestadores quanto pelos bancos para proteger seus adiantamentos de empréstimos. Para obter vantagens competitivas no mercado mundial, o capital industrial requer "flexibilidade" trabalhista, e o euro tem sido um excelente instrumento para impor disciplina aos trabalhadores, particularmente nos anos de crise. Em resumo, a financeirização na Europa recebeu um impulso com a introdução do euro, embora existam diferenças significativas a este respeito entre os países centrais, bem como entre o centro e a periferia. [...] As implicações para suas estruturas políticas internas, sua política democrática, sua cultura e suas relações com outros Estados seriam desastrosas. O euro era um compromisso "falho", mas isso era inevitável entre vários Estados-nação independentes que criaram a UEM".

que compõem o bloco continental, com efeitos muito mais nocivos nos Estados politicamente menos representativos e economicamente menos pujantes.

Em certo sentido, é possível concordar com Dardot e Laval (2016) com a afirmação de que tais fundamentos já estariam presentes desde o início do processo de integração, sobretudo por conta da influência do ordoliberalismo alemão, tendo se acelerado nos anos 70 e se consolidado nas décadas seguintes.

> Os grandes princípios ordoliberais encontram-se em ação na lógica europeia de constitucionalização da ordem liberal, na aplicação estreita da política de concorrência, bem como na independência do Banco Central Europeu. Poderíamos encontrá-la hoje ainda numa política favorável à ampliação da União Europeia e na defesa da livre troca mundial […] Esses princípios também se encontram em ação na aplicação de regras de disciplina cujo intuito é limitar a ação orçamentária dos governos e, ainda mais amplamente, na desqualificação da política conjuntural em proveito de políticas de 'reformas estruturais': flexibilização do mercado de trabalho e 'responsabilização individual' em matéria de educação, poupança e proteção social. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 263-264)

Reis (2013 e 2014), por sua vez, oferece uma leitura complementar, ao identificar um ambiente de disputas no trajeto de conformação do bloco, do qual as intenções neoliberais saíram vencedoras nos anos 90, tanto em termos continentais quanto na maior parte das realidades nacionais integrantes do bloco. Talvez seja por isso que o autor expresse relativa simpatia com os rumos da integração efetivados até a década de 1980, processo que, em sua visão, passou a sofrer modificações significativas dali em diante, marcadamente pelos desdobramentos da UEM, do Tratado de Maastricht e do PEC. O foco das análises críticas de Reis (2013 e 2014) recaem justamente sobre o período pós-1990, momento no qual identifica claramente o domínio das teses neoliberais e da lógica de austeridade que passa a funcionar como pedra de toque na condução do bloco. Assim, o autor caracteriza o projeto europeu das últimas décadas como uma espécie de concretização do "federalismo liberal" assimétrico e monetarista ortodoxo, promotor de um modelo político-econômico orientado por desígnios do setor privado, pela lógica da desregulação social e pela desvalorização permanente dos rendimentos do trabalho.

> A economia política da integração europeia pós-Maastricht enfatiza o lado da oferta da economia e é incapaz de compreender as razões pelas quais vivemos uma crise profunda e uma situação de insustentabilidade sem rumo. "A Europa que entregou tudo aos mercados", não só se tem revelado hostil às variedades de capitalismo em que a dimensão social ou a coordenação não mercantil têm papel mais relevante, como tem também promovido ativamente a restrição monetária e deflacionista, privilegiando ao mesmo tempo a procura estimulada pelo endividamento privado e pela libertinagem financeira. […] Neste modelo, cuja lógica é a privatização e a desregulação social, faz-se da contração salarial um dos mecanismos mais poderosos da desorganização de longo prazo da economia e da sociedade. O facto de os custos salariais serem tidos como o principal (ou mesmo único) fator de competitividade das

> nações revela a opção das políticas pela desvalorização e regressão do lugar do trabalho, assim como revela que elas promovem a "desistência" dos objetivos de longo prazo e de um crescimento baseado na integração e, sobretudo, da mudança estrutural de caráter inclusivo. Ao tornar os problemas da procura graves e cumulativos, estas políticas acentuam igualmente a dimensão profunda das assimetrias europeias, anteriormente tidas por corrigíveis através de processos mutuamente vantajosos. (REIS, 2014, p. 85)

Em linha similar, Ferreira (2019) identifica que o padrão de integração do pós-guerra já carregava contradições internas que vieram a se avolumar nas últimas décadas. Mas, para o autor, nos anos 1950 e 1960 ainda existia algum nível importante quanto às disputas de fundo sobre os rumos daquele processo, de modo que restavam margens consideráveis aos Estados nacionais e aos povos europeus para definirem autonomamente suas estratégicas de desenvolvimento. No entanto, essas margens foram drasticamente diminuídas nas últimas décadas, de tal modo que se poderia "mesmo dizer que as políticas seguidas no pós-guerra por muitos dos países capitalistas da Europa Ocidental, na base das quais se fizeram nacionalizações e se constituíram fortes sectores empresariais públicos, seriam hoje dificultadas ou, no limite, inviabilizadas pela legislação da União Europeia" (FERREIRA, 2019, p. 23). Para o autor, esse espaço de manobra e disputa de rumos praticamente se fechou dos anos 80 em diante, de forma que a doutrina e os programas político-econômicos neoliberais passaram a colonizar definitivamente o projeto integracionista.

Neste contexto neoliberal, as chamadas políticas de coesão, usadas muitas vezes como artifício para se desvalorizar e esconder os aspectos mais negativos da unificação, não possuem o condão de equilibrar um processo desigual e assimétrico. Na verdade, o caráter diminuto de uma suposta "Europa social" e das políticas de coesão já vem desde o pós-guerra, tendo apenas se enfraquecido ainda mais nas décadas seguintes. Essas insígnias assumiram sempre "um caráter apendicular, um papel menor, destinado meramente a mitigar divergências e desigualdades que a dinâmica da integração capitalista foi exacerbando. Nunca as mitigando por inteiro, porque foram sempre insuficientes os recursos que lhe foram devotados" (FERREIRA, 2019, p. 25).

Assim, Ferreira (2019, p. 22) caracteriza a atual UE como a "superestrutura política de um agressivo processo de integração capitalista". Processo esse que não restringe seus efeitos apenas ao território continental, mas, pelo contrário, "se intensifica e arremessa mesmo para fora de suas fronteiras, com o intervencionismo externo, comercial, financeiro, diplomático e militar" (FERREIRA, 2019, p. 22). De fato, o que prevaleceu nesta Europa recente foi a tal "economia de mercado e da livre concorrência" sobre a democracia e o direito de soberania e autodeterminação dos povos. Nesse sentido, quanto ao ambiente das últimas três décadas, talvez

sejam válidas as palavras de Nunes (2019), registradas no prefácio do livro de Ferreira, "A União Europeia não é a Europa". Para o autor, não parece haver muito o que salvar desta Europa alemã e neoliberal.

> Aqui há alguns anos, o dirigente socialista francês Dominique Strauss Kahn disse isto mesmo de forma patética: 'fizemos a Europa; agora só falta fazer os europeus' […] Creio que não há grande coisa a salvar desta Europa do euro, esta 'Europa' comandada por poderes estranhos, esta 'Europa' comandada pelos mercados financeiros [...] Uma 'Europa' que impõe políticas de austeridade que 'pecam contra a dignidade dos povos' (Jean-Claude Juncker), políticas que (cito o Prémio Nobel americano Paul Krugman) 'exigem sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis'. (NUNES, 2019, p. 17-18)

O centro da lógica europeia das últimas décadas está na integração desigual que se sustenta, em última instância, na radical liberdade para o capital e na profunda desvalorização do trabalho e de seus rendimentos. Não por acaso, tais diretrizes se consolidaram em torno do projeto europeu justamente no fim do século passado, período do "fim da história" e da TINA[128]. Nota-se aqui como questões políticas, especificamente as relações de força na luta de classes, jogaram papel decisivo em todo o processo. A crise do socialismo real, do bloco comunista e dos movimentos de esquerda em geral, o arrefecimento das lutas por libertação político-econômica no movimento terceiro mundista e a crise do consenso keynesiano na Europa ocidental foram elementos decisivos para a consolidação desse cenário de integração sob a égide da lógica neoliberal, diminuindo ou mesmo bloqueando margens de manobra e espaços de disputa política, econômica e ideológica sobre os rumos do bloco continental. Na arena da luta de classes, política e economia jogam necessariamente juntas.

2.2.2 Portugal nesta Europa

Conforme já tivemos a oportunidade de estudar, o 25 de Abril e o processo revolucionário subsequente criaram marcas em todas as dimensões da vida nacional. Segundo Ferreira (2019, p. 28), rompeu-se ali com "o isolamento imposto pelo fascismo", afirmaram-se "a independência e a soberania nacionais" e abriram-se novos caminhos "para o estabelecimento e o reforço de relações econômicas e culturais com outros países e povos". No entanto, essa abertura, sobretudo dos anos 1980 em diante, efetivou-se em grande medida como a integração definitiva de Portugal ao projeto de unificação europeia.

---

[128] A palavra de ordem "*there is no alternative*" ficou famosa no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra dos anos 1980, quando foi massivamente utilizada para impor um drástico programa de reformas neoliberais sobre o Estado.

Com o desenrolar da reorganização capitalista seguida à estabilização política em 1976 e aos retrocessos que acompanharam o gradativo processo de neoliberalização no país, em grande medida impostos a partir da década seguinte sob o pretexto da integração europeia e de uma suposta necessidade por "modernização", as heranças revolucionárias e as potencialidades de uma democracia avançada foram progressivamente corroídas e enfraquecidas. Segundo Rosas (2020, p. 111), no bojo da integração continental muito impulsionada a partir do cavaquismo, um "processo de oligarquização da vida econômica e social impõe-se, e a sua lógica constitui-se como ameaça potencial à democracia". Com o passar doas anos, a democracia se viu cada vez mais "amputada de parte essencial da sua original componente económica e diretamente ameaçada no plano das conquistas sociais" (ROSAS, 2020, p. 111).

Segundo Louçã (2020, p. 175), "no último quartel do século XX, a integração europeia passou a ser o projeto dominante da oligarquia nacional e do Estado português". O autor entende que o ideário integracionista se consolidou ao mesmo tempo como "a referência hegemonizante da seleção política e até da disputa eleitoral" e como "fator disciplinador da organização do regime e da determinação das suas alianças" (LOUÇÃ, 2020, p. 175). Em linha semelhante, Nunes (2019a e 2019b) trata desse fenômeno como a adesão das elites política e econômica do país ao que chama de "culto europeísta" – ambiente que inicia na social-democracia e adentra todo o campo da direita nacional. Louçã (2020, p. 175) chega a fazer referência direta ao bloco central como espaço político decisivo para o avanço desse projeto dominante: "a convergência entre PS e PSD depois do ocaso do cavaquismo, já com o Governo de António Guterres, era tutelada pelo acordo para a obtenção das condições de adesão ao euro desde a primeira hora, como viria a confirmar-se em 1999".

A opção de adesão de Portugal à CEE em 1986 e, nesse contexto, à forma de integração que ali se desenhava, fez parte de um longo movimento de retrocessos que seguiram à Revolução. Esse movimento verdadeiramente contrarrevolucionário pode ser identificado já nas primeiras horas pós-Abril, mas ganha força e dimensões significativas com o passar dos anos. Ainda que nem tudo tenha sido desmontado, como o próprio regime democrático que prevaleceu e se consolidou, pode-se dizer que a década de 1980 foi o período decisivo para essa viragem contrária ao espírito de Abril,

> A contrarrevolução pôs em causa conquistas de Abril. Interrompeu, e nalguns casos reverteu, o projeto de desenvolvimento consagrado na Constituição da República, mas não inteiramente cumprido. A adesão de Portugal à CEE, há trinta e três anos, inseriu-se nesse processo contrarrevolucionário. Contribuiu para fechar caminhos e opções que a Revolução abriu. (FERREIRA, 2019, p. 28)

O processo privatizador, fortalecido com a adesão à CEE, intensificou-se com o passar do tempo, sobretudo com as medidas europeias que se avolumaram e se acumularam – tratados de Maastricht a Lisboa, PEC, aprofundamento do mercado comum e da unificação monetária materializada pelo euro, em 1999. Tratou-se de um processo que enfraqueceu as funções sociais do Estado e interrompeu qualquer estratégia nacional fincada na construção e manutenção de um setor público empresarial com relevância. Sob certa ótica, é possível afirmar que a intervenção da Troika, operada entre 2011 e 2014 por meio de argumentos que embaralhavam causas e efeitos da crise de 2008 e seus desdobramentos na zona do euro, como vimos em Blyth (2017) e Lapavitsas (2018), funcionou como o ambiente propício para o aprofundamento de um processo em curso desde os anos 1980.

> Os pacotes legislativos sectoriais de liberalização econômica, de 'abertura de mercados', definidos pela União Europeia, deram o impulso necessário ao desmantelamento do vasto e operativo setor empresarial do Estado e de vários e relevantes serviços públicos. O programa de intervenção da Uinião Europeia e do Fundo Monetário Internacional (a troika), entre 2011 e 2014, procurou rematar, sem qualquer rebuço, o processo privatizador. [...] A propriedade social tornou-se residual. […] O Estado foi remetido a um mero papel de 'regulação' e de 'fiscalização' que, desacompanhadas da propriedade e da gestão públicas, se revelaram ficcionais. A experiência mostrou-o repetidamente. Em áreas cruciais, a regulação só pode ser verdadeiramente efetiva com a gestão pública e a gestão pública só pode ser verdadeiramente efetiva com a propriedade pública (FERREIRA, 2019, p. 28-29)

O ambiente de regras e políticas impostas pela integração funcionou como espaço para a conformação do perfil da economia portuguesa na atualidade. Ao contrário do prometido desatar dos nós que travavam o "desenvolvimento" e a "modernização", o que o contexto comunitário de liberdade máxima aos capitais e liberalização progressiva dos mais diversos setores econômicos promoveu foi alimentar a condição portuguesa de periferia-dependente no continente e a situação de baixa produtividade crônica. Com o euro, esse quadro se agravou, contribuindo para o retorno de um cenário de baixo crescimento e baixa especialização produtiva e tecnológica, características que marcaram o período fascista e que o acordo social oriundo da Revolução buscava subverter.

> A CEE/União Europeia deu alento e suporte ao abandono da produção nacional e fixou a economia nacional num perfil de especialização assente em baixos salários e em segmentos do processo produtivo em fraca incorporação de conhecimento científico e tecnológico. [..] Haveria quem dissesse que a baixa produtividade era (e desse ponto de vista continua a ser) uma doença nacional, mas, em vez de curar, o tratamento matou o doente. (FERREIRA, 2019, p. 29-30)

Uma grande variedade de setores produtivos foi diretamente afetada pela unificação de mercados, pela moeda única e pela liberalização de economias assimétricas sob regras comuns, desde a agricultura, passando pelo comércio até a indústria. Alguns exemplos marcantes desse

processo podem ser destacados. A Política Agrícola Comum e a Política Comum das Pescas, por exemplo, foram decisivas para a deterioração desses setores em Portugal, provocando o fechamento generalizado de pequenas embarcações e empresas pesqueiras. Já a Política Comercial europeia, revelou efeitos destrutivos sobre o setor industrial português – especialmente sobre pequenas e médias indústrias.

> A Política Agrícola Comum, que desde os anos 50 do século passado e durante décadas impulsionou fortemente o aumento da produção agrícola, face à ocorrência de excedentes nos países do centro (tal foi o 'sucesso'), passou a apoiar a diminuição (o 'ajuste') da capacidade produtiva, em especial na periferia, para onde fluíram os excedentes do centro, arrasando em Portugal com centenas de milhares de pequenas explorações, sem alternativas. A Política Comum das Pescas promoveu o abate de frota pesqueira, arrasando em Portugal com milhares de pequenas embarcações, novamente sem alternativas. A política comercial expôs a uma concorrência destrutiva vários sectores industriais, arrasando em Portugal com dezenas de milhares de micro e pequenas empresas, além de agravar a situação já difícil na agricultura e nas pescas. (FERREIRA, 2019, p- 29-30)

Ao interpretar esse fenômeno, Ferreira (2019, 30-31) percebe que "[n]ão foi um mercado de 300 milhões de consumidores, primeiro, e de 500 milhões, depois, que se abriu à produção nacional. Foi a produção nacional, foi um pequeno mercado de 10 milhões, que foram formados pelas transnacionais e por estas potências". Nesse contexto de submissão econômica no âmbito do bloco continental, as estratégias que pautaram o processo de integração produziram impactos profundos sobre salários diretos e indiretos, isto é, sobre os rendimentos diretos dos trabalhadores e sobre a função social do Estado português.

> A CEE/União Europeia deu alento e suporte à degradação dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Deu alento e suporte à compressão dos salários e à diminuição dos direitos sociais e laborais. [...] Este foi o resultado de sucessivas estratégias, assentes na abertura ao mercado de sectores resguardados, onde tipicamente os estados asseguravam a sua função social através de serviços públicos. Estratégias assentes também na desregulação das relações laborais, nas demagogias da 'flexigurança', na 'contenção salarial', na redução da despesa pública. (FERREIRA, 2019, p. 30)

Conforme já destacado, os fundos de coesão e compensação não são capazes de equilibrar os efeitos negativos promovidos pelas estratégias de integração. Pelo contrário, a função dos fundos acaba por ser a compensação da falta de legitimidade dos desequilíbrios provocados pela própria política de integração. Para que possam ser devidamente alcançados pelos Estados-membros, os fundos europeus exigem o compromisso dos governos quanto ao cumprimento das regras e das linhas estratégicas que guiam a integração, permitindo seu prosseguimento, mesmo em caso de pressões sociais internas e eventuais perdas de apoio em ambientes políticos nacionais.

> Neste contexto, os famosos 'fundos europeus' não são, nem nunca foram, uma expressão de solidariedade da CEE/União Europeia para com o nosso país. Supostamente seriam uma forma de compensação. Uma parca compensação, que nunca compensou verdadeiramente (nem podia compensar) o que perdemos, o impacto negativo do mercado único, das políticas e sobretudo da moeda única. Compensação cada vez menor, malbaratada por sucessivos governos e, ainda para mais, interesseira, porque condicionada ao cumprimento de objetivos políticos definidos pelas potências que mandam no União Europeia, em função dos seus próprios interesses. (FERREIRA, 2019, p. 31)

Em sua interpretação, Ferreira (2019) também trata de uma crescente subordinação política de Portugal em relação aos países mais poderosos do bloco, como a Alemanha, a França e os nórdicos, mas especialmente em relação às instituições sediadas em Bruxelas, Estrasburgo e Frankfurt, as quais organizam e oferecem os marcos políticos, legais, burocráticos, monetários e financeiros da integração. Segundo o autor, os "sucessivos reforços da supranacionalidade, a transferência de poder e de competências do plano nacional para a União Europeia, acentuaram o pendro federalista da integração. Reforçou-se o poder das principais potências, diminuiu o poder decisório de países como Portugal" (FERREIRA, 2019, p. 31).

Há ainda os impactos da implementação de uma moeda comum em países como Portugal. Seguindo o que Reis (2014) denomina como visão equivocada e irrealista, os caminhos adotados pelo processo de unificação monetária revelaram um padrão de subordinação à lógica ortodoxa geradora de resultados nefastos para países da periferia europeia. Numa síntese pedagógica, o autor afirma que,

> [n]o novo quadro de integração monetária, a disciplina imposta pelos critérios nominais de convergência bastaria para que não houvesse turbulência nem desestabilização. As economias ajustariam as respetivas competitividades e, por essa via, limitariam a sua propensão para gerar desequilíbrios no plano internacional. […] Os Estatutos do BCE deram bem conta disso, ao atribuir-se finalidades prioritárias de controlo monetário, assegurando um enviesamento deflacionário, e compromissos apenas subsidiários ou marginais em matéria de crescimento económico. […] Vários países, Portugal incluído, viram-se num processo intenso de apreciação cambial que os encaminhava para uma moeda forte no contexto internacional e, obviamente, desmesuradamente forte face às suas estruturas produtiva, ao tipo de especialização internacional que lhes cabia e à baixa qualificação não apenas da sua mão de obra como do seu sistema produtivo em geral. Além disso, o próprio Pacto de Estabilidade e Crescimento que fundaria a UEM e o Euro, dada a sua condição estritamente ortodoxa e monetarista, era uma carta de condicionalidades insensata perante a heterogeneidade dos países integrantes. […] as economias centrais dispunham das poupanças decorrentes dos excedentes das suas balanças correntes, cuja reciclagem através do uso pelos países deficitários era essencial. [...] As periferias, e Portugal e particular, encontraram-se assim perante para uma economia de dependência em que as importações e pelo crédito assumem papel principal e em que, do ponto de vista interno, se desenvolvem dinâmicas essencialmente dinamizadas por mercados protegidos em contexto de procura interna crescente. A isso se somaram os efeitos de uma forte política de privatizações e de inibição da ação pública assim como, mais tarde, da ausência da dificuldade de políticas orçamentais contracíclicas ou de recuperação estrutural. (REIS, 2014, p. 80-81)

Para efeito de análises comparativas com outros países, Ferreira (2019) desenvolveu uma investigação sobre a evolução do crescimento econômico português, na qual recorreu a dados do Banco Mundial, do Eurostat e do próprio Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal. O primeiro nível de comparação foi de Portugal consigo mesmo e o segundo de sua economia com as de outros membros da União Europeia e do mundo. O autor contrapôs os primeiros vinte anos após a adesão à moeda única, de 1999 a 2018, aos vinte anos anteriores, de 1979 a 1998. Em termos reais, o país cresceu em média apenas 0,9% de 1999 a 2018, o que pode ser considerado, tecnicamente, como um longo período de estagnação, entremeado por uma profunda crise, de 2010 a 2015, seguida de uma moderada recuperação, de 2016 a 2019. A comparação com outras economias também não foi positiva para o país.

> [...] antes de aderir ao euro, Portugal crescia mais do que a União Europeia e o mundo; depois de aderir ao euro, passou a crescer menos que a União Europeia (em média cerca de metade) e muito menos que o mundo (em média pouco mais de um quarto). A verdade é que, desde que aderiu ao euro, Portugal é um dos países que menos cresce no mundo. Dos 193 estados-membros da ONU apenas 12 cresceram menos que Portugal, a maioria porque foram destruídos por guerras de agressão (como a Síria e o Iémen) ou prolongados conflitos. Não por acaso, três também adotaram o euro (Grécia, Itália e San Marino). Todos os outros 180 países da ONU cresceram mais que Portugal. (FERREIRA, 2019, p. 33)

Os efeitos da integração monetária são amplamente negativos: restrições severas sobre o investimento público e excessiva apreciação da moeda para os padrões e necessidades da economia portuguesa, processo que alinhou a política cambial interna aos "níveis de produtividade e salariais, à capacidade produtiva e exportadora, ao perfil comercial e financeiro da Alemanha" (FERREIRA, 2019, p. 34). Na realidade, a moeda comum retira de Portugal instrumentos fundamentais para a prática de políticas econômicas com algum grau de autonomia e ajustamento às verdadeiras necessidades nacionais. Na prática, tais desdobramentos se notam em praticamente todos os Estados-membros, com exceção da Alemanha e com especiais impactos sobre a periferia do bloco.

> A inserção no euro retirou margem de manobra à condução econômica. O país passou a ter, em geral, uma política monetária, financeira, cambial e orçamental completamente desajustada das suas necessidades e potencialidades. [...] O financiamento de recurso do Estado, do sistema bancário e da dívida ficou sujeito às pressões e imposições, de pendor recessivo, do Banco Central Europeu. A moeda única estimulou o endividamento externo, o investimento estrangeiro predador e o escoamento de rendimentos para o estrangeiro. Expôs ainda mais o país aos movimentos especulativos e à fuga de capitais. (FERREIRA, 2019, p. 34)

O processo de integração econômica e monetária permitiu e incentivou a conformação de regimes permanentes de austeridade nas economias da zona do euro. Esse ambiente se radicalizou e se consolidou enquanto política explícita com as intervenções promovidas pelas

instituições da União Europeia como forma de lidar com os desdobramentos da crise de 2008 na região. A austeridade foi elevada à condição de "única resposta possível", isto é, ao *status* de padrão a ser assimilado, replicado e aprofundado por todos os Estados-membros que se viram afetados pela crise das finanças e seus efeitos sobre as dívidas soberanas.

> O euro institucionalizou a 'austeridade', a contenção da despesa pública e social, mas a 'reforma da zona do euro', levada a cabo nos últimos anos, sem deixar de expor as contradições que minam a União Europeia, alteou os muros desta prisão monetária e econômica. [...] Se o Pacto de Estabilidade [criado em 1997] restringiu severamente a margem de manobra dos estados para implementarem políticas conforme com as suas realidades e necessidades, os derivados mais recentes do euro – o Pacto de Estabilidade revisto, a Governação Económica, o Semestre Europeu e o Tratado Orçamental – consagraram definitivamente a 'austeridade', agora ainda mais embutida nas políticas e na legislação da União Europeia. As políticas da troika foram transformadas em doutrina oficial única. (FERREIRA, 2019, p. 34)

De acordo com Reis (2013), a finalidade dos programas de austeridade é justamente a reorganização das condições materiais de funcionamento de uma economia capitalista em termos radicalmente neoliberais. Nesse percurso, o autor descreve três diretrizes que se reúnem em torno dessas políticas: 1) a reposição do equilíbrio econômico e da autorregulação dos mercados; 2) a deflação forçada, isto é, redução e desvalorização da intensidade econômica com o intuito de promover o alinhamento competitivo e assimétrico entre economias desiguais; e 3) o redesenho do cenário político e social da economia, visando estimular um processo de "redependentização", uma reconfiguração das funcionalidades do Estado e uma lógica de regulação transnacional avessa ao controle social e democrático.

O funcionamento da UE, sobretudo do ano 2008 em diante, é um exemplo marcante da operação lógica geral. Em termos europeus, nota-se que as políticas econômicas de austeridade se orientam em dois sentidos essenciais: para a restrição orçamental do Estado e para a deflação econômica via redução constante dos rendimentos do trabalho (salários diretos e indiretos). Trata-se de mecanismos de empobrecimento forçado, por meio da desvalorização dos salários e da capacidade produtiva interna, processo que engendra a manutenção de dependências estruturais entre as economias centrais e periféricas do continente. Em síntese, estamos diante de um conjunto de políticas econômicas que, sob as condições impostas pela crise de 2008, apostam na radicalização daquele receituário ideal empregado pelo neoliberalismo desde a sua consolidação como forma histórica do capitalismo pós-1970.

> O termo austeridade, no contexto económico atual, designa então um conjunto de opções de política económica e social que tem como finalidade conter ou fazer regredir a despesa pública através de restrições nos orçamentos dos Estados e, desse modo, alterar a política redistributiva e os gastos associados ao funcionamento da economia e à reprodução social. […] As políticas de austeridade começam por ser políticas orçamentais, com incidência na despesa pública na sua globalidade e, em

> especial, no investimento e nas funções sociais do Estado, mas tornam-se numa ação sobre os custos salariais e o valor do trabalho. Atingem, por isso, os direitos sociais adquiridos e a proteção social, num contexto em que o desemprego tende a crescer significativamente. Acarreta, inevitavelmente, uma compressão forte da procura e do poder de compra, pelo que reduz o crescimento da economia e a possibilidade que as empresas têm de escoar a sua produção, o que origina descidas dos salários em todo o sistema de emprego, com acréscimo de assimetrias na relação laboral. São, pois, políticas recessivas. […] A austeridade assenta numa mecânica precisa. O ponto de partida é uma economia em situação desfavorável, com fragilidades produtivas, desequilibrada e dependente relativamente a outras ou relativamente a um ponto de referência e inserida num contexto institucional que lhe reduz as margens de manobra, colocando-a perante condicionalidades várias. (REIS, 2013, p. 6-7)

O projeto de integração política, o euro, as regras bancárias e a imposição dos programas de austeridade afetaram profundamente países como Portugal. No início dos anos 2010, os resultados dessa combinação para a economia portuguesa foram sintetizados por Reis (2013): baixo crescimento econômico e submissão político-institucional aos critérios europeus; desestruturação da capacidade produtiva interna; desvalorização da capacidade competitiva em mercados internacionais; reserva de mercados de baixa complexidade tecnológica, dinâmica que, em última instância, garante a adesão interna das classes dominantes portuguesas ao "culto europeísta", conforme designado por Nunes (2013 e 2019a). Em nível continental, outro resultado dessa combinação de iniciativas foi o impulso à concentração do sistema financeiro europeu.

> Após ser expropriado da soberania monetária, cambial e orçamental, Portugal é, com a União Bancária, expropriado dos poderes de supervisão e de controlo do sistema bancário. O objectivo é promover a concentração monopolista do sector à escala europeia, com a transferência para o estrangeiro, para os grandes grupos financeiros europeus, à medida dos quais foi feita a União Bancária, da propriedade e gestão da banca nacional. [...] o país perde largamente a gestão da criação de dinheiro pelos bancos comerciais (com exceção da Caixa Geral de Depósitos, manietada, contudo pela regulação do BCE). (FERREIRA, 2019, p. 34)

Ao mesmo tempo, instrumentos que poderiam ser desenvolvidos para minimizar os impactos negativos na unificação monetária, econômica e institucional, vêm sendo sistematicamente travados nas instâncias políticas do bloco. Essa é uma das posturas adotadas pelos países que dirigem o projeto europeu para evitarem alterações que possam significar desvios de rumo, por menor que sejam. Nas palavras de Ferreira (2019, p. 36), "[...] a concretização da propalada União Orçamental e a garantia de depósitos da União Bancária são entravadas pelas próprias contradições entre estados e transnacionais". Na verdade, a Alemanha, em sua atuação como potência hegemônica condicionada no interior do bloco (LAPAVITSAS, 2018), age fundamentalmente no sentido de "defender o euro como seu instrumento de domínio", almejando não estimular aquilo que considera um "risco moral", ou seja, "os alegados 'comportamentos irresponsáveis' dos estados do Sul, muito menos ter que

financiá-los" (FERREIRA, 2019, p. 36). Essa complexa combinação de fatores acabou por acentuar

> […] a vocação neoliberal da União Europeia. Para melhor a impor, acentuou-se também a vocação federalista, a concentração de poder em instâncias supranacionais controladas pelas principais potenciais, especialmente pela Alemanha [...] os desenvolvimentos na União Europeia, muito especialmente na Zona do Euro, condenam países como Portugal à estagnação, ao subdesenvolvimento, à dependência econômica e à subordinação política. (FERREIRA, 2019, p. 34)

Nessas circunstâncias, o desenvolvimento da integração política, econômica e monetária redundou num aprofundamento do regime neoliberal no decorrer dos últimos trinta anos, trajeto radicalizado no fim da primeira década do século XXI. Tal processo caracteriza a dinâmica do bloco europeu na atualidade como processo cuja centralidade está no reforço da dependência econômica e da subordinação política para países da periferia continental, tal como Portugal.

2.3 **Anos 2010: da radicalização neoliberal à Geringonça**

Chegamos, finalmente, à turbulenta segunda década do século XXI. Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender em mais detalhes o que foi o período de 2010 a 2015 na Europa e, particularmente, em Portugal. Em seguida, apresentaremos o que foi a experiência política Geringonça, desde a sua conformação e os seus articuladores políticos centrais até o seu desenvolvimento e seu término. Nesse caminho, será feito um balanço sobre seus resultados, seus limites e suas contradições. Para tanto, serão utilizadas referências bibliográficas produzidas por autores que se dedicaram ao estudo das temáticas que atravessam o objeto, bem como dados socioeconômicos e eleitorais sobre a década em questão. Ao mesmo tempo, também serão analisados dados primários produzidos ao longo desta investigação, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores direta ou indiretamente envolvidos com a realidade política portuguesa e, especialmente, com a experiência Geringonça. As fontes serão devidamente descritas em momento oportuno.

2.3.1 Crise da zona do euro e austeridade em Portugal

Esta seção se dedica a uma breve caracterização da crise da zona do euro e, na sequência, suas repercussões sobre a sociedade portuguesa em termos econômicos, políticos e sociais[129].

[129] Há uma ampla bibliografia que atravessa essa temática. Para aprofundar um debate crítico e plural em termos teóricos sobre a crise da zona do euro e suas particularidades em países da periferia europeia, especialmente em Portugal, na Grécia e na Irlanda, ver Reis (2011 e 2013), Louçã (2011), Louçã e Mortágua (2012), Nunes

Segundo Ricardo Paes Mamede (2020), o cenário de crise ficou evidente na zona do euro a partir de 2010, cerca de dois anos após o arranque da grande recessão mundial provocada com o estouro da bolha imobiliária estadunidense. Naquele momento, aumentaram-se consideravelmente os juros da dívida pública e os níveis de endividamento de países do bloco europeu, nomeadamente na periferia sul do continente. Conforme já vimos em Blyth (2017), tal processo respondia diretamente ao colapso financeiro e às exigências de salvaguarda exercidas pelo grande capital sobre o fundo público.

Mamede (2020) estudou em detalhes o crescimento abrupto do custo das dívidas em países como Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda quando comparados com os juros alemães, apontando as consequências desse processo. Dentre elas, destaca a tomada de empréstimos externos – junto aos organismos da União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional – sob condicionalidades que impuseram medidas de austeridade. Em suas palavras, "o forte aumento dos custos de financiamento levou os governos dos países em causa a recorrer a empréstimos internacionais. Esses empréstimos foram acompanhados de programas de ajustamento que contribuíram para uma forte degradação do clima económico e para o aumento acentuado do desemprego" (MAMEDE, 2020, p. 627).

Esse ambiente foi e, em grande medida, segue sendo interpretado pela intelectualidade dominante e narrado pelos conglomerados de imprensa como os indícios para se classificar aquele colapso como uma crise das dívidas e das finanças públicas, tal como apontou Blyth (2017). Foi essa leitura que justificou o drástico ajustamento nas contas estatais em muitos países, liberando o capital de responsabilidades consagradas constitucionalmente na maior parte deles, sacrificando as políticas sociais e comprometendo o que ainda restava da iniciativa econômica estatal. Nas palavras de Mamede (2020, p. 628), a emergência da crise do euro era majoritariamente apresentada como "o resultado de uma gestão orçamental descontrolada nas economias periféricas. Esta explicação justificava a opção de proceder a cortes na despesa pública e a aumentos drásticos dos impostos, que marcaram os vários programas de ajustamento".

O resultado desse conjunto de medidas foi, como já nos informou Mamede (2020), social e economicamente degradante. Os impactos sobre o mundo do trabalho e, por conseguinte, sobre a qualidade de vida da maior parte das populações desses países foram dramáticos.

(2013a, 2013 c e 2014), Beck (2015), Braz (2016), Blyth (2017), Varoufakis (2017, 2018 e 2019), Lapavitsas (2018), Mamede (2020).

> Entre 2008 e 2013 o emprego caiu 4% na zona euro, 18% na Grécia, 16% em Espanha, 13% em Portugal, 11% na Irlanda e 6% em Itália. Por sua vez, o pib contraiu-se, em termos reais, 2% na zona euro, 26% na Grécia, 9% em Espanha, 8% em Portugal e em Itália; na Irlanda o pib já havia caído mais de 7% entre 2007 e 2010, tendo começado a recuperar mais cedo do que nos países do sul. (MAMEDE, 2020, p. 627-628)

Entretanto, apesar dessa lógica argumentativa ainda ser dominante na maior parte dos círculos acadêmicos, políticos e mediáticos, Mamede (2020) demonstra que a mesma não se sustenta quando confrontada com a realidade. Baseando-se em análises próprias sobre índices econômicos e em diversos estudos empíricos, o autor percebe que a crise europeia não pode ser explicada como um "mero problema de finanças públicas" ou descontrole dos gastos estatais. Se há algo que aproxima os países europeus mais afetados pela crise da zona do euro é, na verdade, a deterioração das suas contas externas, processo que se revela persistente desde os anos 1990 e que indica ter sido diretamente impulsionado pela adoção do euro e pelo avanço da União Econômica e Monetária (MAMEDE, 2020). É com base nessa percepção que o autor se desafia a identificar os reais fatores que contribuíram para a "acumulação de dívida externa" nos países mais afetados pela crise da zona do euro e nota que os desequilíbrios externos foram os fatores decisivos desse processo. Dessa forma, identifica um conjunto de elementos que compõem e intensificam tais desequilíbrios.

Para efeitos do nosso debate, parece-nos relevante destacar dois desses elementos no sentido de se compreender melhor os fundamentos da crise que estudamos. O primeiro deles diz respeito ao tipo de competitividade imposto pela economia alemã aos países periféricos no bojo do processo de integração econômica, tanto em termos de produtividade quanto em termos salariais. Segundo Mamede (2020, p. 638-639), "mais do que um crescimento excessivo dos salários nos países periféricos, registou-se no período um fraco crescimento dos salários na Alemanha. Note-se que a estagnação dos cut [custos unitários de trabalho] no caso alemão entre 1995 e 2007 têm menos a ver com a dinâmica da produtividade do que com a estagnação salarial".

Faz-se importante relembrar que a Alemanha iniciou, em 2002, um conjunto de reformas que, sem percebê-las, não seria possível entender a realidade do país tanto na crise quanto nos dias de hoje. Nesse ambiente de reorganização política, nota-se claramente uma política de contenção salarial que consolidou e disseminou uma lógica de precariedade no mercado de trabalho alemão.

> A estagnação dos salários médios na Alemanha, em larga medida, resultada de um conjunto de decisões tomadas a partir de 2002 na maior economia da zona euro no contexto das chamadas "reformas Hartz", que incluíram: maiores restrições na possibilidade de recusa de ofertas de emprego por parte dos desempregados; aceitação

> de práticas salariais ao nível das empresas desalinhadas com os acordos coletivos estabelecidos ao nível setorial; redução das contribuições das empresas para a segurança social (compensados por impostos indiretos); redução das contribuições patronais para os seguros de saúde (passando a ser assumidas pelos trabalhadores); entre outras […]. (MAMEDE, 2020, p. 640)

Esse deliberado estímulo à estagnação dos rendimentos do trabalho na Alemanha ou, para utilizar uma expressão consagrada pela literatura crítica, essa política de "arrocho salarial", produziu uma série de efeitos em toda a zona do euro. Isso significa que o processo de precarização do trabalho naquele país teve severos desdobramentos não apenas para sua classe trabalhadora, mas para o mundo do trabalho em todo o continente. Diretamente associado a esse rebaixamento salarial, houve também consequências para a balança de pagamento dos países da zona do euro em relação à Alemanha.

> Por um lado, as práticas salariais alemãs conduziram à desaceleração das importações de produtos oriundos dos restantes países da zona euro após 2000. Por outro lado, aumentos salariais modestos poderão ter contribuído para o desempenho positivo de alguns setores exportadores alemães, em alguns casos penalizando os produtores de outros países da zona euro. (MAMEDE, 2020, p. 640)

A observação dessa dinâmica permitiu Mamede concluir que "o aumento dos défices externos nos países periféricos não se deve à perda de competitividade do setor exportador, mas a fatores do lado da procura" (2020, p. 640), de forma que se pode negar pelo menos dois dos eixos que sustentam as interpretações econômicas dominantes: 1) a crise da zona euro não teve origem em padrões salariais exacerbados e incoerentes praticados na periferia do bloco; e 2) o crescimento dos déficits externos nesses países não se explica pela perda de competitividade de suas exportações devido ao aumento dos custos com trabalho (MAMEDE, 2020).

O segundo elemento analisado pelo autor que nos despertou interesse diz respeito aos muito distintos perfis de especialização produtiva observados em cada um dos países participantes da UEM. Há uma inegável articulação entre as diferenças iniciais das estruturas produtivas desses países que compõem a zona do euro e a evolução de suas contas externas desde a década de 1990, de forma que "os países da zona euro que mais aumentaram o endividamento face ao exterior são tendencialmente aqueles que possuíam à partida estruturas económicas menos sofisticada" (MAMEDE, 2020, p. 645). Desse modo, os efeitos mais severos recaíram sobre os países periféricos do bloco, sobretudo da periferia sul.

> Os países do Sul tendem a especializar-se em setores que concorrem diretamente com as economias emergentes e que enfrentam procuras internacionais pouco dinâmicas. Por contraste, os países do centro e norte da zona euro especializam-se na exportação de produtos tecnologicamente avançados, cuja procura mundial tem crescido de forma pujante e que são menos sensíveis à concorrência baseada no preço. Os estudos referidos atribuem as diferenças de desempenho exportador das economias da zona euro às assimetrias de perfil de especialização – e não tanto a fatores como os cut, os

> preços ou a eficiência relativa. […] as características distintivas do perfil de especialização das economias do sul da UEM contribuem para explicar a acumulação dos desequilíbrios externos da zona euro por diferentes vias: menor adequação à procura internacional no período (que privilegiou as matérias-primas e os bens de capital); maior exposição à concorrência das economias emergentes (em setores de baixa intensidade tecnológica); maiores impactos da apreciação cambial na competitividade (dado o peso de produtos de baixo valor acrescentado nas exportações); maior tendência de aumento das importações em contextos de crescimento económico (devido à dependência tecnológica e energética); e, consequentemente, maior atratividade relativa dos setores não-transacionáveis para o investimento (dadas as dificuldades competitivas do setor transacionável). (MAMEDE, 2020, p. 646-648)

Braz (2016) também destaca que a crise da zona do euro acabou por evidenciar as já antigas fraturas existentes entre as economias do bloco monetário. O autor apresenta ao menos três grupos de países no interior da zona do euro: o grupo dirigente, liderado pela Alemanha e também composto pela Áustria e pela Holanda; o grupo intermediário, composto por França e Itália; e o grupo periférico, composto por Portugal, Espanha e Grécia. Já Lapavitsas (2018), em abordagem mais ampla – considera as arquiteturas tanto da UE quanto da zona do euro –, aponta que esse desequilíbrio econômico tem vindo a se aprofundar nas últimas duas décadas. No entanto, o mesmo já era nítido desde os anos 1990, sobretudo a partir da recusa do Reino Unido em participar na UEM e da institucionalização da moeda comum.

O autor divide esse conjunto de países essencialmente em dois grandes grupos. Assim, haveria um núcleo de países centrais, grupo esse hegemonizado claramente pela Alemanha e composto também pela segunda maior potência, a França, e demais países estratégicos do Norte, como Suécia, Dinamarca, Holanda e Áustria. A Itália, como maior economia do Sul, ficaria numa posição menos definida, mantendo um pé no núcleo central e outro na periferia do bloco. O grupo periférico, na percepção de Lapavitsas (2018), poderia ser organizado segundo diferentes combinações, como os "países do Báltico" ou distintas organizações entre os "países dos Balcãs". Haveria ainda mais dois subgrupos de países periféricos agrupados segundo características distintas. O primeiro deles, composto por países inteiramente comprometidos e subordinados à UEM, seria a periferia do Sul – Espanha, Portugal e Grécia. Já o segundo grupo seria composto por Eslovênia, Eslováquia, Polônia, República Checa e Hungria, dos quais apenas os dois primeiros fazem parte atualmente da UEM. Não obstante a classificação que se prefira aplicar, o certo é que foi no bojo da crise regional de 2010-2012 que as desigualdades econômicas e políticas no interior do bloco europeu ganharam contornos ainda mais fortes.

Desse modo, a realidade de profundas assimetrias se consolidou sob a hegemonia alemã e adquiriu tonalidades ainda mais divisionistas no fim da primeira década deste século, sobretudo com os desdobramentos da crise financeira de 2008 e com os abalos subsequentes na

zona do Euro (Lapavitisas, 2018; Mamede, 2020). Foi nesse ambiente de crise da zona do euro – com efeitos sobre a própria integração político-institucional – que a resposta dessa arquitetura integracionista se efetivou como a radicalização da lógica neoliberal por meio dos programas de austeridade. Atuando como protagonista desta Europa, posição que também se expressou no auge da crise por meio da condição de principal credora do bloco (Beck, 2015), a Alemanha defendeu, institucionalizou e garantiu a disseminação de regimes neoliberais de austeridade por todo o continente – com diferentes tempos e intensidades, a depender dos contextos nacionais específicos. Como aponta Braz (2016), as infindáveis regras e exigências que prometiam "crescimento" e "estabilidade", entregaram, de fato, aprofundamento dos processos de rebaixamento salarial, de privatizações e de saqueio do fundo público.

> O contraste entre esses grupos de países se exacerbou com a política monetária adotada pelo BCE e pelo modelo de crescimento por endividamento, sobretudo nos países que mais têm sofrido com a 'integração' da zona do euro. O quadro propiciou o escoamento de produtos dos países 'neomercantilistas' em direção aos 'países periféricos' entre os europeus. E a conta a ser paga para a sustentação de realidades tão desiguais só se torna mais ou menos viável se os países mais prejudicados intensificarem suas formas de saqueio dos fundos públicos, se avançarem mais sobre os salários dos trabalhadores e se forem reduzidos ou mercantilizados as políticas e os serviços públicos em todos os níveis […] (BRAZ, 2016, p. 46-47)

Ao tratar dessa arquitetura imposta pelas instituições europeias já desde os anos 90, mas intensificada como resposta à crise da zona do euro, Reis (2011, p. 329) afirma se tratar de "uma economia política da crise que gravita em torno da 'desvalorização interna' dos países periféricos, isto é, da contração salarial. A isso se junta a secundarização da função social do crédito e do seu papel de mediação entre a poupança e o investimento produtivo". Além disso, as consequências desse processo de radicalização neoliberal, fundada na desvalorização planejada dos salários e nas lógicas da privatização e da financeirização, levaram à elevação do capital monopolista europeu a níveis ainda mais impactantes, o que concretamente significou a "[...] concentração de excedentes em poucos países" e a "sua reciclagem, não no investimento, mas antes no crédito oferecido a países periféricos deficitários" (REIS, 2011, p. 329).

Em síntese, os estudos realizados por autores como Mamede (2020), Braz (2016), Blyth (2017), Lapavistsas (2018) e Reis (2011) nos permitem notar que, independentemente das dinâmicas particulares apresentadas pela crise em cada uma das economias e dos fatores que mais ou menos sobressaíram em cada realidade específica, algo é certo: a arquitetura da unificação econômica da zona do euro, bem como o arcabouço político-institucional da própria União Europeia, estão nas bases da crise da zona do euro e funcionaram como eixos propulsores do receituário neoliberal radicalizado sob o mantra da austeridade como única alternativa.

Beck (2015), por sua vez, concorda com a avaliação de que, durante o período de crise aberto em 2008, a Alemanha fortaleceu seu poderio político e econômico, processo que teria permitido a intensificação do que o autor identifica como um pensamento dominante entre as elites políticas e econômicas de seu país: uma espécie de "certeza" quanto ao "universalismo alemão". Nesse ambiente, ainda segundo o autor, a "fórmula de uma Europa alemã", erguida sobre a lógica da austeridade, teria se tornado a receita a ser seguida obrigatoriamente por todos, provocando drásticas consequências especialmente na periferia continental.

> A norma alemã de estabilidade e a política de austeridade obrigam os governos dos países endividados a impor programas de contenção contra a resistência das populações. Até agora, no entanto, esses programas tornaram a crise europeia mais aguda, com o tiro saindo pela culatra. Pois com a recessão econômica a receita fiscal também cai, e os custos do emprego sobem. Isso, por sua vez, aumenta as dívidas estatais, o que deflagra mais condições de austeridade, que por sua vez aprofundam ainda mais a crise econômica. Esse é o círculo vicioso em que a "política alemã de austeridade" lança os países devedores europeus. (BECK, 2015, s/p)

Entretanto, ao mesmo tempo que tem clareza quanto ao caráter e os efeitos perniciosos da hegemonia exercida pela Alemanha, o autor não chega a associar essa dinâmica à estrutura política, econômica e institucional do projeto europeu. Beck é um convicto europeísta. De linha progressista, é certo. Mas isso não exclui o fato de que o mesmo faz coro com os "arquitetos desta Europa", na medida em que sua interpretação histórica não o conduz para além da defesa de uma suposta possibilidade de recolocação do projeto europeu nos trilhos. Em suas palavras,

> [...] até agora, acima de tudo, o processo de construção da União Europeia gerou resultados positivos. Os Estados nacionais também foram favorecidos, porque a perda de autonomia nacional foi compensada por uma ampliação da soberania transnacional. O poder mais concentrado da EU pode resolver melhor muitos problemas nacionais do que os diversos países isoladamente. Esse é o jogo de soma positiva da europeização. Mas hoje, com a constelação de poder da Europa alemã, fica claro que a europeização pode assumir duas formas opostas, duas formas de integração e cooperação: a participação igualitária (reciprocidade) ou a dependência hierárquica (hegemonia). (BECK, 2015, s/p)

Em sua leitura, a Europa viria num acúmulo positivo de vitórias, processo interrompido pela crise de 2008 e por cálculos políticos oportunistas e equivocados executados por certas lideranças. Numa acepção claramente negativa, o autor chegou a cunhar o termo "merkiavelismo". Pata ele, tais escolhas conjunturais – sem relação estrutural com o processo de integração – que teriam redundado na imposição da austeridade na maior parte do bloco. Seguindo essa lógica, para se enfrentar os efeitos do programa neoliberal, bastaria apenas retornar às origens de um mítico ideal europeu. Na verdade, na visão otimista de Beck (2015), nem seria necessário voltar muito no tempo. O retorno às condições de 2007 já bastaria para se

recolocar a União Europeia e a zona do euro no rumo da cooperação recíproca, caminho do qual não jamais deveria ter se afastado.

Entretanto, em interpretação distinta, Mamede (2020, p. 628), percebe que, "qualquer que seja a explicação adotada, a crise da zona euro decorre de problemas fundamentais na arquitetura da UEM". Nossa recuperação histórica ao longo dessa investigação sobre o processo de integração europeia, suas disputas ideológicas internas e sua marca neoliberal consolidada dos anos 80 em diante nos permite alinhamento com a compreensão representada nas palavras do autor. Já havia problemas de fundo relacionados com o impulso à neoliberalização realizado nas últimas décadas pela integração continental e suas arquiteturas políticas, econômicas e institucionais, as quais já vinham provocando profundas desigualdades, assimetrias e dependências intrabloco, bem como a potencialização do imperialismo em termos globais, como bem aponta Ferreira (2019). A conjuntura de crise aberta em 2008 e a subsequente radicalização neoliberal reforçou diretrizes que já vinham sendo aplicadas e agravou suas consequências. Tal percepção fica ainda mais visível quando se percebe o caráter incontornável sobre a necessidade de reformas do euro e da União Europeia, debate que ganhou corpo desde a crise (2010-2012) e se mantém em voga atualmente. Contudo, com base nas diferentes explicações quanto ao que foram a crise e os seus desdobramentos, nota-se também que estão em disputa teorias e respostas muito distintas sobre os possíveis modelos de reforma institucional, os quais "variam entre o reforço das regras existentes até à recomposição, ou mesmo dissolução, da zona euro" (MAMEDE, 2020, p. 628).

Dar ênfase à questão europeia não significa negar que os abalos que atingiram o continente em 2010 estivessem intimamente conectados à crise de 2008 como parte de suas repercussões propagadas por mercados financeiros desregulados e articulados em nível global, conforme estudado em Blyth (2017). Na verdade, foi justamente no seio das regras político-institucionais do bloco europeu e das imposições do seu modelo de UEM que os desdobramentos da crise mundial iniciada dois anos antes se realizaram regionalmente como crise da zona do euro, pondo em xeque o próprio processo de unificação. Portanto, a crise da zona do euro se configurou como crise monetária, econômica, política e social localizada na UE. Simultaneamente, suas particularidades expressaram a universalidade da crise capitalista internacional. Foi nesse ambiente crítico que o neoliberalismo reacionário passou a se efetivar como variante neoliberal na Europa, expressando-se na região como a imposição de programas econômicos radicalmente ortodoxos (austeridade) e, ao mesmo tempo, como o crescimento do conservadorismo e do reacionarismo político, tal como já refletimos na primeira parte desta investigação.

Assim, na primeira metade dos anos 2010, a conjuntura que sacudia a Europa também atingiu Portugal. Entre 2010 e 2015, o país vivenciou uma drástica crise econômica, com graves efeitos políticos e sociais. Esse quadro, que fazia parte dos já mencionados desdobramentos da crise de 2008 e da subsequente crise da zona do euro, foi agravado pela dura política de austeridade aplicada pelo governo local entre 2011 e 2015. O governo de direita então no poder, dirigido pela coligação entre PSD e CDS, representada nas figuras do Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (PSD) e do Vice-primeiro-ministro Paulo Portas (CDS), atuou em associação direta à intervenção promovida pela Comissão Europeia (CE), pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – grupo de instituições internacionais que comanda as finanças europeias, conhecido entre a intelectualidade crítica como Troika. Ingerências semelhantes ocorreram em outros países da periferia da União Europeia e da zona do euro naquele período, como Grécia, Irlanda e Chipre.

A interferência estrangeira, as políticas regressivas e os memorandos de entendimento firmados com o governo nacional foram consumados em Portugal sob o mantra da TINA[130]. Em troca de empréstimos, vieram os compromissos. A junção de poderes políticos e econômicos locais com a ingerência estrangeira realizou um verdadeiro choque de austeridade, executando uma profunda agenda de ajuste fiscal que beneficiava o grande capital atuante no país, como demonstram os estudos de Louçã e Mortágua (2012), Reis (2013) e Braz (2015 e 2016). Foi um período de corte de investimentos estatais, rebaixamento das políticas públicas, deterioração do Estado Social, compressão salarial, privatizações e concessões, redução de direitos sociais e laborais, aumento de impostos. O receituário seguia a doutrina de choque neoliberal e carregava consigo o argumento de que essa era a única forma possível de se enfrentar a crise. Contudo, tais medidas fizeram aprofundar a crise econômica e seus mais diversos efeitos, bloqueando a recuperação social, incentivando a quebra de pequenos e médios negócios, estimulando a concentração de capitais, fomentando a financeirização e a especulação, reduzindo salários e pensões, aumentando a pobreza, a desigualdade, a emigração, o desemprego e o grau de exploração sobre os trabalhadores mantidos em atividade.

No fim de 2011, em meio aos debates sobre o Orçamento do Estado para o ano seguinte, Pedro Passos Coelho, então primeiro-ministro, deu uma declaração que simboliza o nível daquela ideia-chantagem que foi massificada pela Troika em Portugal, direita nacional e, ao

[130] Referência à palavra de ordem neoliberal "*there is no alternative*". No caso português, as posições do economista José da Silva Lopes, ligado ao Partido Socialista (PS) e ex-ministro de Estado em diversas pastas, dão o tom dessa ideia-chantagem pregada no auge da crise em Portugal: ruim com a austeridade e a Troika, pior sem elas. Ver mais em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais/silva-lopes-acredita-que-portugal-nao-tem-alternativa-a-troika-ao-longo-do-proximo-ano_a652826>. Acesso em 09/06/2021.

menos em parte, também pela social-democracia até 2011. Em suas palavras, o país somente sairia da crise "empobrecendo"[131]. Cerca de dois anos depois, o resultado concreto desse mantra se fez notar na declaração de outra liderança da direita portuguesa. Em fevereiro de 2014, o senhor Luís Montenegro, que na época era o líder parlamentar do mesmo partido do primeiro-ministro, constatou: "a vida das pessoas não está melhor, mas a do país está muito melhor"[132]. Entenda-se "país" como interesses do capital monopolista no país, como bem indicam as reflexões de Braz (2016) sobre a crise e a austeridade em Portugal.

Destacam-se algumas das ações aplicadas entre 2011 e 2015: congelamento de admissões e progressões de carreiras do funcionalismo público; aumentos sucessivos de variados impostos sobre o consumo e a renda, bem como o congelamento e redução drástica nas deduções então existentes; profundos cortes de salários e suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos; cortes e congelamentos das aposentadorias e seus benefícios; aumento nas cobranças pelos serviços públicos de saúde (taxas moderadoras) e retirada de subsídios para desempregados e aposentados; sucessivos aumentos dos preços dos transportes públicos; sucessivos aumentos de impostos sobre o gás e a energia elétrica; aumento da contribuição de todos os trabalhadores para a segurança social; congelamento do salário mínimo e diminuição do seu valor real; alterações, eliminações e restrições de acesso a direitos trabalhistas; redução do funcionalismo e extinção de organismos e institutos públicos; privatizações de empresas públicas Energias de Portugal (EDP), Correios, Telégrafos e Telefones – Correios de Portugal (CTT), Transportes Aéreos Portugueses (TAP), Redes Energéticas Nacionais (REN) e empresas de transporte.

Os resultados prometidos não foram alcançados e a depressão econômica apenas se agravou. Segundo dados das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), a taxa de crescimento real do PIB, que já havia sido de -3,12% em 2009, foi de 1,74%, -1,7%, -4,06%, -0,92%, 0,79% e 1,79% de 2010 a 2015, respectivamente. No mesmo período (2009-2015), o crescimento da participação da produção (indústria, serviços, comércio, agricultura e outros) no PIB foi de -2,1%, 2,4%, -2%, -4,4%, 1,3%, 1,5% e 3,8%.

Como de costume em crises, as consequências da recessão, agravadas pelas medidas de austeridade, cujos principais atingidos já são os mais pobres, recaíram majoritariamente sobre os trabalhadores portugueses. Ainda segundo o INE, o índice de desemprego cresceu

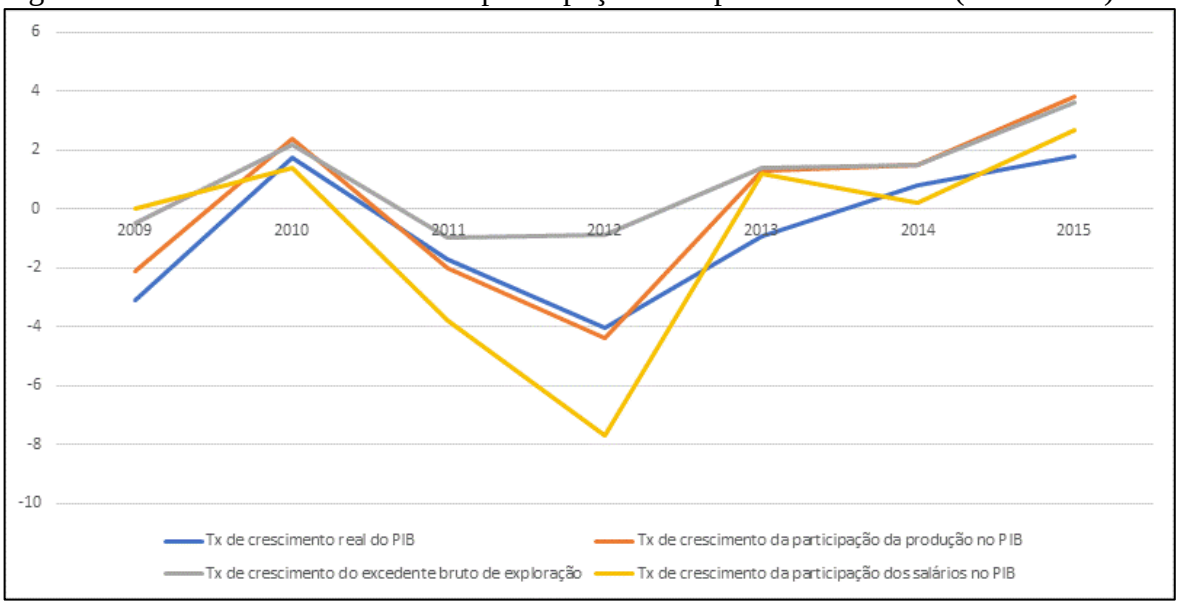
---

[131] Ver mais em: <https://expresso.pt/dossies/dossiest_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176>. Acesso em: 09/06/2021.

[132] Ver mais em: <https://expresso.pt/blogues/opiniao_daniel_oliveira_antes_pelo_contrario/a-vida-das-pessoas-nao-esta-melhor-mas-a-do-pais-esta-muito-melhor=f857737>. Acesso em: 09/06/2021.

rapidamente a partir de 2009, mantendo-se acima dos 12%, entre 2011 e 2015, tendo chegado a marca de 16,2%, em 2013. Dentre os jovens (15 a 24 anos), a taxa de desemprego apresentou crescimento vertiginoso, ultrapassando os 40% em 2013. Fica claro nesse processo que a esfera do trabalho foi mais afetada que a esfera do capital, sobretudo a partir da aplicação das políticas ortodoxas. A taxa de crescimento da participação dos salários no PIB foi de 0%, 1,4%, -3,8%, -7,7%, 1,2%, 0,2% e 2,7% entre 2009 e 2015. No mesmo período, a evolução do excedente bruto de exploração – valor apropriado pelos capitalistas após o pagamento de salários e impostos – foi de -0,5%, 2,2%, -1%, -0,9%, 1,4%, 1,5%, e 3,6%. Além disso, a desvalorização real do salário mínimo foi drástica, ficando congelado em termos nominais entre 2011 e 2014 em 485 euros, subindo para 505 apenas em 2015. As próximas ilustrações resumem os dados até aqui apresentados, indicando como o polo do trabalho foi sensivelmente mais impactado pela crise e pelas políticas de austeridade do que o polo do capital.

Figura 5 - Crescimento real do PIB e participação do capital e do trabalho (2009-2015).



Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

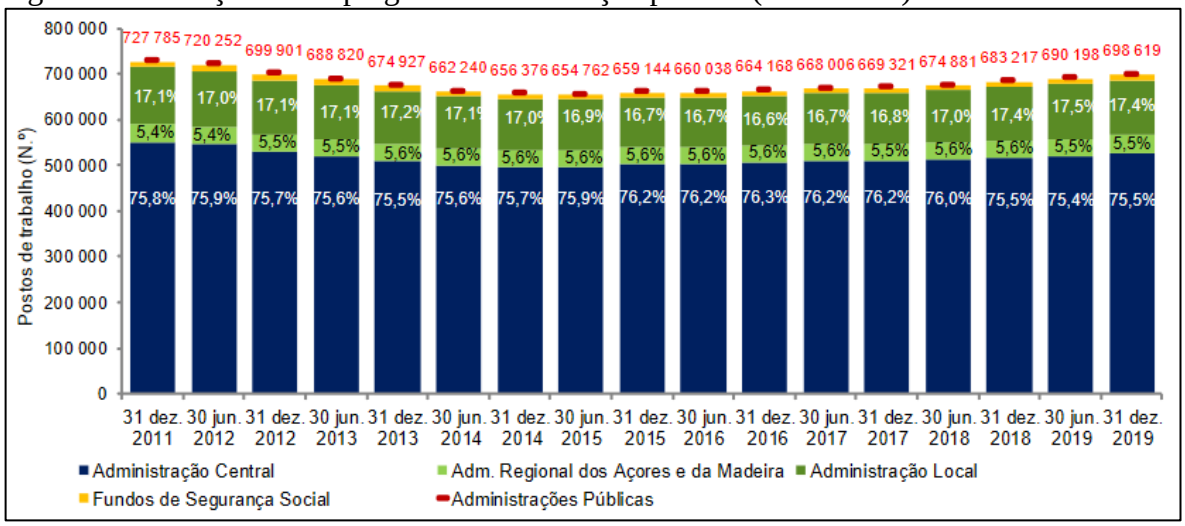
Figura 6 - Taxa de desemprego (%) e Salário Mínimo Nacional (euros) (2009-2015).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de desemprego (%)	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4
Salário Mínimo Nacional em valores nominais (euros)	450	475	485	485	485	485	505

Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os impactos negativos sobre os serviços públicos também foram marcantes. Há muitos ângulos pelos quais se pode identificar esses desdobramentos, como no aumento das taxas moderadores em serviços oferecidos pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), no aumento de propinas do ensino superior público, no aumento do número de instituições em agrupamentos escolares do ensino básico e secundário, nos cortes de verba que levaram ao sucateamento e ao fechamento de estruturas físicas da administração pública ou mesmo na entrega de serviços essenciais a interesses privados, como os correios, os transportes e a distribuição de água e energia elétrica. Outro modo de se enxergar esses efeitos seria atentar para a progressiva diminuição do quadro da administração pública na primeira metade da década, situação que sobrecarrega os funcionários mantidos no quadro, aumenta as condições de precarização do trabalho nesses espaços e afeta negativamente a qualidade dos serviços prestados à população. A Direção-geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), órgão da Administração Pública portuguesa, produz periodicamente o Boletim Estatístico do Emprego Público, documento que apresenta dados e informações sobre as condições e a evolução do funcionalismo público em Portugal[133].

Figura 7 - Evolução do emprego na administração pública (2011-2019).



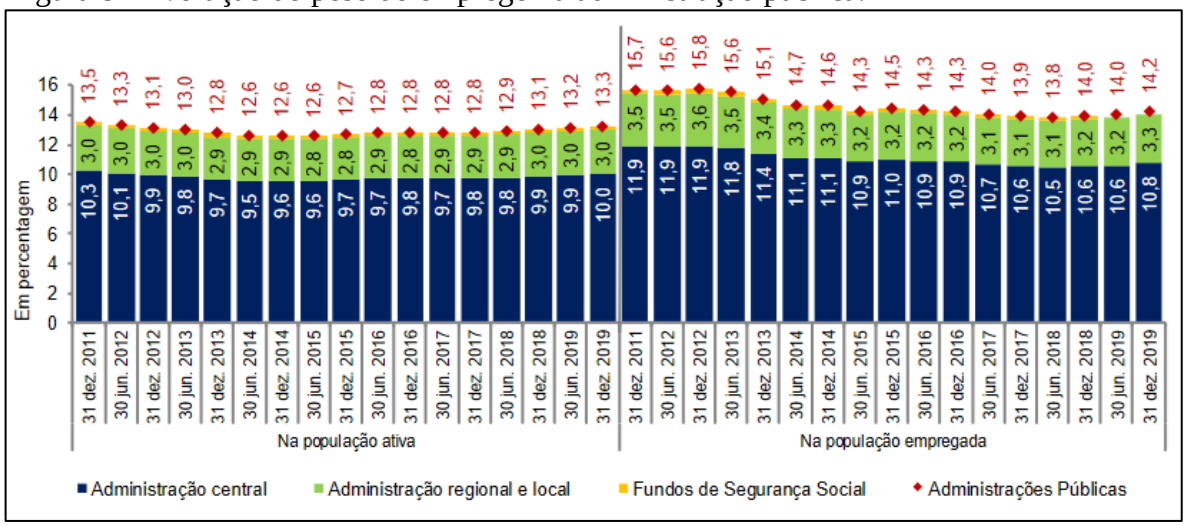
Fonte: Boletim Estatístico do Emprego Público n.º 20/2020.

Segundo o Boletim, no último trimestre de 2011, o peso do emprego na administração pública sobre a população ativa era de 13,5% e sobre a população empregada era de 15,7%. Já no último trimestre de 2015, o peso sobre a população ativa foi de 12,7% e sobre a população empregada de 14,5%. Esses números revelam que a perda progressiva de empregos públicos entre 2011 e 2015 (cerca de 70 mil postos de trabalho) teve impacto negativo sobre a estrutura

[133] Ver mais em: <https://www.dgaep.gov.pt/>. Acesso em 09/06/2021.

geral do mercado de trabalho português, contribuindo para estimular os efeitos deletérios da crise e do programa de austeridade por meio do rebaixamento da massa salarial disponível, da diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores e da precarização dos serviços públicos – o que abre caminho aos privados. A recuperação entre 2016 e 2019 se demonstrou lenta e não completa, alcançando 13,3% sobre a população ativa e 14,2% sobre a população empregada. Desse modo, em 31 de dezembro de 2019, o quadro de trabalhadores estatais ainda estava defasado em cerca de 30 mil postos de trabalho em comparação aos níveis de 2011. Ainda assim, a modesta recuperação foi capaz de elevar em 0,7% seu peso em relação à população ativa nacional. Contudo, o impacto não foi o mesmo sobre a população empregada devido ao crescimento simultâneo de empregos no setor privado na segunda metade da década, dinâmica que se deve à elevação do investimento privado em maiores níveis do que o investimento público na metade final da década – o tema do investimento será referido na próxima seção.

Figura 8 - Evolução do peso do emprego na administração pública.



Fonte: Boletim Estatístico do Emprego Público n.º 20/2020.

Simultaneamente a esses elementos econômicos e sociais, aquele cenário imposto pelo programa de austeridade reforçava a subordinação da soberania política e econômica do país no quadro da União Europeia e da Zona do Euro. Em julho de 2013, Olli Rehn, então Comissário Europeu para Assuntos Econômicos e Monetários, uma das principais autoridades econômicas da UE na altura, afirmava que a Troika, que ao mesmo tempo também intervinha na Irlanda, na Grécia e no Chipe, tinha vindo para ficar[134].

[134] Ver mais em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/troika-formada-por-fmi-bce-e-ue-veio-para-ficar-diz-rehn-1.html>. Acesso em 09/06/2021.

Eugénio Rosa (2015) ajuda a perceber como essa política se pretendia prolongar em Portugal, com expressões não apenas entre os partidos de direita. A respeito da Taxa Social Única (TSU) – contribuição para a Segurança Social aplicada sobre os rendimentos dos trabalhadores e os lucros empresariais –, o documento "Uma década para Portugal", esboço do que viria a ser o programa eleitoral do PS para as eleições de outubro de 2015, propunha a redução da parte que cabia aos patrões entre 2015 e 2019. Para além da falácia de que as contribuições patronais em Portugal estariam entre as mais altas da Europa[135], a medida estava fincada no argumento tipicamente neoliberal que defende o estímulo à competitividade privada via contenção e redução dos rendimentos do trabalho. Aliás, todo o conjunto de medidas já mencionadas, aplicadas entre 2011 e 2015, respondiam diretamente a essa lógica que radicalizava o já estudado processo de neoliberalização vivido desde os anos 1980 em Portugal – trajeto alinhado ao culto europeísta (NUNESE, 2013c). Ainda assim, tanto a medida de redução da TSU patronal quanto o documento programático foram celebrados por intelectuais orgânicos e analistas próximos ao PS, sobretudo quanto ao seu rígido respeito às regras europeias, conforme destaca Louçã (2015). De acordo com Rosa (2015),

> [a] missão da Segurança Social não é de servir de instrumento para aumentar a competitividade. Apesar disso, no documento "Década para Portugal" defende-se uma redução média anual de -0,8% dos custos do trabalho no período 2015-2019 por meio da redução da "TSU" e da contenção da remuneração por trabalhador (prevê-se uma subida média de apenas 0,2% por ano). Tudo isto confirma que o mito repetido e subjacente neste tipo de propostas continua a ser que o "peso" das contribuições patronais para a Segurança Social em Portugal é muito elevado quando o comparamos com o dos outros países da U.E., afirmação esta que, de tão repetida, acaba por passar como verdadeira, e isso seria uma causa importante da falta da competitividade das empresas portuguesas. Por isso, para aumentar a competitividade das empresas seria necessário reduzir as contribuições para a Segurança Social. É a teoria da redução dos "custos do trabalho" ou através da diminuição dos salários ou por meio da redução da TSU. (ROSA, 2015, p. 43)

Associando essas análises aos debates realizados ao longo desta investigação, pode-se confirmar, portanto, que austeridade é a designação comumente oferecida para se referir à radicalização neoliberal ocorrida a partir de 2008. Isto é, austeridade é uma das faces da variante aqui chamada de neoliberalismo reacionário. Ainda que o termo se referira fundamentalmente aos desdobramentos dessa variante no campo da economia, a lógica de autoridade traz consigo intervenções e efeitos que superam em muito essa esfera. Quando analisados os seus impactos em Portugal, foi possível verificar que o programa de austeridade – iniciado ainda em 2010,

[135] Segundo Rosa (2015, p. 43), "[e]m percentagem do PIB, as cotizações pagas pelas entidades patronais em Portugal estão muito abaixo quer da média dos países da União Europeia (em 2012, último ano disponibilizado pelo Eurostat, as pagas pelos patrões portugueses correspondia a 7,7% do PIB, ou seja, a 72% da média europeia), quer em relação a países que se encontram mais próximos de Portugal (Grécia, Espanha e Itália)".

mas fortalecido entre 2011 e 2015 – se desdobrou em perturbações para além do ajustamento econômico, produzindo fortes interferências nos campos da soberania política, das políticas públicas, das funções estatais, das relações entre Estado, trabalho e capital e mesmo das subjetividades e da vida em sociedade. Produziu-se em todas essas áreas um forte aprofundamento da "razão neoliberal" que, tal como argumentam Dardot e Laval (2016), opera em função de uma permanente conservação e expansão das lógicas de privatização, empresarização e mercadorização da existência humana.

Conforme indicam os estudos de Varoufakis (2018), esse tipo de ambiente econômico e social, diretamente gerado pela crise capitalista e pelos programas neoliberais de ajustamento, funcionou na última década como a antessala ideal para o crescimento de novas formas políticas nazi-fascista pelo continente europeu. Entretanto, o autor se equivoca ao interpretar que o não fortalecimento imediato de movimentos conservadores e neofascistas em países como Portugal, Espanha e Itália teriam relação com uma suposta "*much lighter version*" de austeridade ali aplicadas, quando comparadas com o modelo grego de ajustamento.

De fato, a Grécia funcionou como uma espécie de projeto piloto da radicalização neoliberal pós-2008. Em suas palavras, "[*t]he most unsustainable public debt was dealt with by means of the largest bailout loans accompanied by the harshest austerity*", provocando um verdadeiro desastre social e econômico, "*with almost a third of all incomes and jobs lost and debt casting an increasingly long shadow over Greece within which nothing flourishes but fear and loathing*" (VAROUFAKIS, 2018, s/p)[136]. Não discordamos de sua avaliação sobre a Grécia. Apenas apontamos que nossas recuperações dos seus efeitos em Portugal demonstram que o programa de austeridade imposto no país pode ter sido distinto do grego, mas seus impactos não foram menos nocivos do que o quadro apresentado pelo economista.

Além disso, Varoufakis (2018) não se atenta para o fato de que o crescimento do neofascismo e do conservadorismo político se tornaram movimentos de massa na Espanha e na Itália justamente ao longo da década passada, por meio de expressões políticas como o *Vox* e o *Lega Nord*, conforme estudamos na primeira parte desta investigação. Em Portugal, é verdade, esse movimento tem crescido de forma bem mais vagarosa. Suas maiores demonstrações de força se deram em momentos mais recentes: nas eleições legislativas de 2019, quando o Chega – mais novo partido da extrema-direita portuguesa – alcançou uma cadeira na Assembleia da

[136] Tradução livre: "a dívida pública mais insustentável foi tratada por meio dos maiores empréstimos de salvamento acompanhados da mais dura austeridade", provocando um verdadeiro desastre social e econômico, "com quase um terço de todas as rendas e empregos perdidos e dívida lançando uma sombra cada vez mais longa sobre a Grécia, dentro da qual nada floresce a não ser o medo e a aversão".

República; e, em janeiro de 2021, quando seu líder, André Ventura, obteve 11,9% dos votos nas últimas eleições presidenciais, ficando na terceira posição. Ocorre que os motivos do retardamento da onda neofascista em Portugal não nos parece ter relação com um hipotético choque de austeridade mais moderado. A explicação está, muito antes disso, em raízes mais profundas, direta e indiretamente conectadas à história recente do país, à sua experiência revolucionária que alterou decisivamente os rumos nacionais a partir de 1974 e à relativa força social mantida até os dias de hoje pelo campo ampliado de esquerda, dos comunistas aos social-democratas, ingredientes decisivos para a formação e o funcionamento de uma experiência política como a Geringonça entre 2015 e 2019.

Como ensina a tradição marxista, as origens de um fenômeno social devem ser buscadas em suas próprias condições materiais de existência. Assim, essa interpretação fincada na materialidade histórica nos ajuda a perceber como, diferente do que ocorreu na maior parte de seus vizinhos, foi possível se conjurar em Portugal uma resposta voltada à esquerda para os efeitos da crise e da radicalização neoliberal. No auge de um contexto de recessão, privatizações, desemprego, desvalorização de salários e diminuição de direitos e da qualidade de vida, avolumaram-se as insatisfações dos trabalhadores e de setores médios. Apesar da disposição das elites locais pela perenidade daquelas políticas, um amplo descontentamento popular já se demonstrava desde pelo menos 2011 e avançava no decorrer daquele governo-intervenção (2011-2015).

Marcadas pelo que ficou conhecido como "Geração à Rasca", eclodiram naquele período múltiplas manifestações que gradativamente ganharam peso de massas e se desdobraram em palavras de ordem como "Que se lixe a Troika!", tal como revela José Soeiro (2014). Para se ter uma ideia da força desses movimentos, cabe lembrar que, entre 2011 e 2013, realizaram-se protestos multitudinários em várias cidades do país, alguns deles chegando a reunir cerca de meio milhão de pessoas apenas nas ruas de Lisboa[137]. Junto aos protestos de rua, também foram construídas ao menos quatro fortes greves gerais ao longo desse período, as quais obtiveram adesão massiva de diversas categorias da administração pública, dos transportes, da aviação civil e setores produtivos. Na altura da greve realizada em junho de 2013, Armênio Carlos, então secretário-geral da CGTP, afirmou que a convocação feita pela maior central sindical do país e seus sindicatos tinha como objetivos afirmar "a defesa da dignidade de todos que vivem e trabalham em Portugal" e resistir à "ofensiva generalizada

[137] Ver mais em: <https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_geracao_a_rasca/adesao-de-300-mil-pessoas-superou-expectativas-da-organizacao=f637330>; <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/manifestacao-que-se-lixe-a-troika/>. Acesso em 09/06/2021.

contra todos os trabalhadores sem exceção"[138]. O trabalho de Guya Accornero e Pedro Ramos Pinto (2020) demonstra como as dinâmicas das manifestações de rua, das greves e da ascensão de variadas formas de lutas sociais contra a austeridade (contra o trabalho precário, contra as ingerências da Troika, contra as privatizações) possuíam relações e, ao mesmo tempo, geravam efeitos sobre a política institucional da esquerda, especialmente sobre seus principais sindicatos e partidos como o PCP e o BE. A maior surpresa dos autores se deu com a perceção de que tal processo também forçou um reposicionamento até mesmo do PS e suas escolhas políticas.

Nesse ambiente de contestação, entre outubro e novembro de 2015, os ventos soprados em Portugal pareciam trazer mudanças. Como resposta ao dramático cenário interno e em sentido contrário ao que ocorria no restante da periferia europeia, ali se iniciava uma nova experiência política que se apresentava com base em um conjunto de compromissos anti-austeridade econômica, orientados no sentido da recuperação de direitos relacionados ao campo do trabalho. Essa agenda se viabilizou no governo nacional formado após as eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, materializando-se sobre o anúncio de contraposição às diretrizes implementadas nos quatro anos anteriores.

Apesar da insatisfação popular crescente, a principal aliança da direita havia alcançado novamente o primeiro lugar naquela disputa, mas, diferente do ocorrido em 2011, dessa vez sem maioria absoluta. Integrada pelos dois principais partidos da direita portuguesa, PSD e CDS, a coligação "Portugal à Frente" (PàF) obteve 38,5% dos votos válidos, o que lhe rendeu 107 dos 230 assentos na Assembleia da República. Quatro anos antes, os mesmos haviam reunido 132 deputados. Nessas novas condições, quatro partidos – sendo um pertencente ao espectro político da social-democracia e três da esquerda radical –, que juntos alcançaram 122 assentos no Parlamento no pleito de 2015, uniram-se para rejeitar a continuidade daquele programa em vigor desde 2011 e, na prática, para impedir a recondução da direita ao executivo. Foi assim que, como desdobramento das crescentes pressões populares e com base na infraestrutura política e ideológica mantida pela esquerda portuguesa nas últimas décadas, criaram-se as condições parlamentares para a rejeição daquele programa de austeridade radical e para a derrubada do que poderia ter sido um segundo mandato do governo Passos Coelho/Portas/Troika.

---

[138] Ver mais em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/06/centrais-sindicais-preparam-nova-greve-geral-em-portugal-contra>; <https://www.esquerda.net/dossier/cgtp-%E2%80%9Cuma-das-maiores-greves-gerais-realizadas-em-portugal%E2%80%9D/25562>; <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/greve-geral-em-portugal-contra-politica-de-austeridade.html>. Acesso em 09/06/2021.

2.3.2 A experiência política Geringonça

Em novembro de 2015, na contramão da conjuntura mundial, que então se caracterizava pela já estudada radicalização econômica e política do neoliberalismo como forma preferencial de resposta para mais uma crise capitalista com variadas repercussões localizadas, construiu-se uma nova arquitetura governativa em Portugal. Como resultado de um inédito entendimento entre a centro-esquerda e a esquerda, convergência que não ocorria desde o processo revolucionário de 1974-1976, aquela solução chamou atenção pois se realizou à esquerda, contrariando a tendência de "monopólio rotativo do poder" (Rosas, 2020) ou "cartelização do mercado político" (Freire, 2017) consolidada pelo fenômeno do bloco central nas últimas décadas. Neste momento, trataremos em detalhes da Geringonça, nome pelo qual ficou conhecida tal experiência política das esquerdas. Procurou-se apresentar os meandros da sua criação, um balanço sobre seu desenvolvimento e avaliações sobre o seu término. Dialogando diretamente com o objetivo central desta investigação, as próximas seções foram organizadas não apenas para serem descritivas, mas também para contribuírem na resposta à seguinte pergunta: *a experiência política Geringonça foi capaz de produzir uma ruptura com as diretrizes políticas e econômicas do neoliberalismo em Portugal*?

2.3.2.1 Descrição das fontes e apresentação dos entrevistados

No intuito de se concretizar essas tarefas numa perspectiva materialista-dialética, as discussões históricas e conceituais até aqui desenvolvidas foram mobilizadas como substrato teórico-histórico da análise do caso escolhido. Nessa trajetória, para se captar o movimento histórico do objeto, isto é, sua gênese, sua trajetória, suas contradições e seus limites, foram recolhidas informações a partir de variadas fontes. De forma complementar, também foram produzidos dados por meio de entrevistas realizadas no curso da investigação.

Diversos dados socioeconômicos e eleitorais sobre o período foram recolhidos e analisados ao longo da pesquisa. Por exemplo, foram utilizados dados produzidos pelo Eurostat, gabinete responsável pelas estatísticas da União Europeia[139], e por órgãos do Estado português, como o Instituto Nacional de Estatística (INE)[140], a Secretaria-Geral do Ministério da

[139] Ver mais em: <https://ec.europa.eu/info/departments/eurostat-european-statistics_pt>. Acesso em 09/06/2021.
[140] Ver mais em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE>. Acesso em 09/06/2021.

Administração Interna (SGMAI) [141] e o Banco de Portugal (BP)[142]. Ao mesmo tempo, devido à proximidade histórica com o fenômeno (finalizado formalmente apenas em outubro de 2019), não há uma grande quantidade de estudos acadêmicos finalizados sobre o caso escolhido. Por essa razão, foram muito valorosas as iniciativas investigativas produzidas até o momento, cada qual com suas lentes teóricas e seus próprios recortes temporais. Destacam-se especialmente as obras de Marco Lisi (2016), Ana Rita Ferreira (2017), Daniel Finn (2017), Catarina Príncipe (2017), Elísio Estanque, Hermes Costa e Dora Fonseca (2018), Maria Ferreira e Pedro Fonseca (2018), Leandro Galastri (2019) e André Freire (2017 e 2019).

Também pode ser incluído nessa lista o livro, intitulado "*Crisis, austerity, and transformation: how disciplinary neoliberalism is changing Portugal*", organizado por Isabel David (2018), professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa. A obra contém variados textos que tratam sob múltiplos ângulos da crise portuguesa e dos primeiros momentos pós-eleições de 2015. O mesmo se pode dizer do livro "*Political representation and citizenship in Portugal: from crisis to renewal*" (2020), editado por Marco Lisi, André Freire e Emmanouil Tsatsanis. Esse cobre um período mais alongado de tempo, contendo artigos que refletem sobre a crise e também avaliam parte considerável do período de recuperação, até o ano de 2017. Outro destaque vai para o livro de Marcelo Braz (2016). Ainda que não trate especificamente da Geringonça, pois foi publicado nos primeiros meses de vida dessa experiência, a importância da obra está em sua abordagem do ambiente econômico e político que gestou o nascimento da mesma. O autor estudou tanto a crise que recaiu sobre Portugal de 2010 a 2015, quanto as avaliações e perspectivas da esquerda nacional sobre aquela conjuntura que acabava de ver nascer uma inédita convergência política.

Dois importantes trabalhos jornalísticos também merecem realce. O primeiro, intitulado "Como Costa montou a Geringonça em 54 dias: os bastidores do acordo histórico da esquerda", foi escrito por Márcia Galrão e Rita Tavares ainda em 2016. Como seu título informa, teve como objetivo a apresentação das origens daquela solução inédita, focando nos acordos e debates realizados entre os quatro partidos envolvidos. Já o segundo é o livro escrito pela jornalista Inês Serra Lopes (2019), intitulado "A Geringonça", texto que cobre praticamente todo o período de vigência da experiência. Não são os únicos materiais jornalísticos sobra a experiência. Outras produções da imprensa são utilizadas nesta pesquisa. Mas os livros de Galrão, Tavares e Lopes se complementam em termos factuais e temporais, de modo que, em sua combinação, são provavelmente os mais completos registros desse tipo disponíveis até o

[141] Ver mais em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>. Acesso em 09/06/2021.
[142] Ver mais em: <https://www.bportugal.pt/>. Acesso em 09/06/2021.

momento. O fato de serem textos jornalísticos de forma alguma anula as preferências políticas e ideológicas de suas autoras, as quais não se alinham com o marco teórico da presente investigação. Entretanto, o pioneirismo no tratamento do tema e o esforço para se narrar uma história tão recente quanto complexa, garantiram às referidas obras a condição de leituras fundamentais para aqueles que desejam conhecer melhor a tal Geringonça portuguesa.

Quanto aos dados produzidos ao longo da investigação, nossas fontes privilegiadas foram as entrevistas realizadas diretamente com intelectuais que estudam e intervém na realidade política portuguesa e quadros políticos da esquerda e da centro-esquerda. Em todos os casos, os entrevistados são atores orgânicos ou próximos aos partidos envolvidos na Geringonça. A pertinência dessa iniciativa se reforçou no decurso dos trabalhos. Em primeiro lugar, porque forneceu maiores detalhes e informações até então desconhecidas por este investigador acerca de um processo histórico encerrado há tão pouco tempo. Em segundo lugar, porque o processo da pesquisa de campo ofereceu ao pesquisador um tipo único de aproximação ao seu objeto. Uma forma de intimidade com o tema e seu tecido vivo que somente o contato com fontes e interlocutores-chave poderia proporcionar. É necessário, portanto, apresentar quem foram os sete entrevistados[143].

A primeira entrevista, ocorrida presencialmente no dia 18 de dezembro de 2019, em espaço reservado ao Bloco de Esquerda na Assembleia da República Portuguesa (ARP), foi realizada com Jorge Costa. Militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR) em sua juventude, o entrevistado é jornalista de profissão e membro do Bloco de Esquerda (BE) desde a sua fundação, em 1999. Deputado desde 2015, no momento da entrevista Jorge Costa estava em seu segundo mandato, era Vice-presidente do Grupo Parlamentar na ARP e fazia parte da Direção Nacional do BE. Além disso, é autor de diversas obras sobre a realidade política, econômica e social do país, tais como: "Os Donos de Portugal" (2010), escrito em parceria com Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas; "Os Donos Angolanos de Portugal" (2014) e "Os Burgueses" (2014), ambos em coautoria de Francisco Louçã e João Teixeira Lopes; e "A Privataria" (2015), assinado também por Mariana Mortágua. Em 2011, certamente subsidiado por seus estudos sobre a realidade nacional, também dirigiu e produziu o documentário "Donos de Portugal". No dia 10 de novembro de 2015, Jorge Costa assinou

[143] Vale lembrar que todos os participantes da pesquisa consentiram com a divulgação de suas identidades neste trabalho, conforme registrado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

junto com Catarina Martins o documento que estabeleceu os compromissos firmados entre BE e PS[144].

A segunda entrevista, também ocorrida na ARP, foi realizada no dia 28 de janeiro de 2020, mas dessa vez em sala atribuída ao Partido Comunista Português (PCP). O entrevistado foi João Oliveira. Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, foi membro tanto do Senado dessa universidade quanto da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC). É militante das instâncias comunistas desde a sua juventude, tendo sido membro da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Atualmente, é quadro dirigente e intelectual do PCP, sendo membro da Comissão Política do Comitê Central do Partido e Presidente do Grupo Parlamentar na ARP. Seu primeiro cargo eletivo foi para a Assembleia de Freguesia da Horta das Figueiras, em Évora, e é deputado desde 2005, estando hoje em seu quinto mandato parlamentar. Vivenciou muito de perto todo o período da crise portuguesa e participou diretamente das articulações que produziram a experiência Geringonça. Naquele agitado 10 de novembro, foi João Oliveira quem acompanhou Jerónimo de Sousa à Sala Europa, espaço na ARP reservado ao PS, para celebração da histórica convergência entre comunistas e socialistas[145].

Devido às necessárias restrições sanitárias provocadas pela pandemia de covid-19, as estratégias de pesquisa precisaram ser repensadas e adaptadas a partir de fevereiro de 2020. Depois de incertezas e alguns testes, todas as entrevistas seguintes foram realizadas em formato remoto, por meio de *software* operado via internet. Nessas novas condições, a terceira entrevista foi realizada no dia 6 de maio de 2020. O entrevistado foi Francisco Louçã, histórico militante da esquerda portuguesa, cuja trajetória remonta ao período de lutas contra a ditadura fascista. Desde o 25 de Abril, Louçã representa papel destacado na vida política e intelectual do país, sendo atualmente Professor Catedrático do Departamento de Economia do ISEG, com inúmeros livros e artigos publicados em jornais e revistas acadêmicas nacionais e internacionais – alguns dos quais utilizados nesta investigação. Dirigente do antigo Partido Socialista Revolucionário (PSR), Louçã foi um dos formuladores da articulação que levou à fundação do Bloco de Esquerda, em 1999, partido do qual foi Coordenador Nacional entre 2005 e 2012, quando foi sucedido por Catarina Martins e João Semedo. Ainda que não ocupe atualmente nenhum cargo oficial na estrutura partidária do BE, segue sendo um dos seus principais quadros intelectuais e dirigentes até os dias de hoje. Além disso, também foi deputado pelo círculo de Lisboa por

[144] Ver mais em: <https://expresso.pt/politica/2016-05-10-A-historia-secreta-da-geringonca>. Acesso em 09/09/2020.
[145] Idem.

cinco mandatos, entre 1999 e 2012, e é, desde dezembro de 2015, membro do Conselho de Estado[146] (eleito para uma das vagas destinadas ao Parlamento).

A quarta entrevista foi realizada com Rita Rato, no dia 12 de maio de 2020. De família alentejana e licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, ingressou nas fileiras da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) em sua época de estudante, organização da qual foi uma das lideranças, tendo atuado em sua Direção Nacional e sua Comissão Política. Atualmente, é um quadro político destacado do Partido Comunista Português (PCP) e dirige o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (instalado na antiga Cadeia do Aljube, local onde foram encarcerados, torturados e assassinados presos políticos durante o período fascista até 1965, quando a prisão foi desativada). Foi deputada na Assembleia da República por três mandatos consecutivos, entre 2009 e 2019, tendo vivenciado muito intensamente a vida política nacional justamente na década de 2010, ao longo da radicalização neoliberal e da experiência Geringonça. No Parlamento, fez parte de diversas comissões e grupos de trabalho, tendo sido Vice-presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social e Coordenadora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Para além da entrevista concedida. Para além da entrevista concedida, Rita Rato também disponibilizou um documento por escrito (produzido pela própria) que trouxe detalhes sobre os temas abordados em nosso encontro virtual.

O quinto entrevistado foi Hugo Mendes, com o qual conversamos no dia 08 de junho de 2020. Apesar de sua origem no norte do país, sua carreira acadêmica se deu na capital Lisboa. É licenciado em Sociologia e pós-graduado em Análise de Dados para as Ciências Sociais pelo ISCTE. Também possui pós-graduação em Comunicação e Marketing Político, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. É um quadro político destacado do Partido Socialista, tendo atuado no passado recente em diversas funções de assessoria vinculadas às instâncias partidárias e seus mandatos eletivos, tanto em Ministérios quanto no Parlamento. Por exemplo, foi assessor do Secretário de Estado José Almeida Ribeiro, entre 2009 e 2011, e, nos quatro anos seguinte, assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na ARP. No momento da entrevista, era Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos. Desde setembro de 2020, é Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações do atual governo socialista. Ao lado de Pedro Nuno Santos, de quem também foi Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado de Assuntos Parlamentares entre novembro de 2015 e fevereiro de 2019,

[146] Órgão da estrutura estatal portuguesa que presta papel consultivo ao Presidente da República em suas atribuições.

Hugo Mendes teve participação direta nos entendimentos que originaram e sustentaram a Geringonça.

Ocorrida no dia 27 de julho de 2020, a sexta entrevista também foi feita em modelo remoto. O entrevistado foi o geógrafo e intelectual português João Ferrão. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa, é atualmente Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e representante do Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS). Também é coordenador do Grupo de Investigação "Ambiente, Território e Sociedade" e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL. Possui larga experiência no âmbito acadêmico, desde as áreas de ensino e pesquisa até a gestão político-administrativa universitária. Foi professor do Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa de 1987 a 1995 e da Universidade Atlântica de 1996 a 2000. Também foi pró-reitor da Universidade de Lisboa para a sociedade e comunidades locais entre 2013 e 2017. Ao mesmo tempo, é um quadro com vinculação ao campo ampliado da esquerda portuguesa, possuindo experiência em posições políticas e técnicas na esfera estatal. Apesar de não ser membro do Partido Socialista, foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades no primeiro governo de José Sócrates, de 2005 a 2009. Entre 2010 e 2013, também foi membro do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), órgão do Ministério da Educação e Ciência.

Por fim, o sétimo e último entrevistado foi André Freire. A entrevista foi desenvolvida em 21 de setembro de 2020, momento em que o nosso estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa (doutorado sanduíche) já havia terminado, de modo que já estávamos de volta ao Brasil. Por essa razão, a entrevista também ocorreu em formato remoto. Doutor em Sociologia pela Universidade de Lisboa, Freire é um destacado politólogo português, sendo atualmente Professor Catedrático em Ciência Política no ISCTE-IUL, onde é diretor do Doutoramento em Ciência Política desde 2015. Possui ampla experiência no âmbito acadêmico, sempre atuando nas áreas de ensino e pesquisa da ciência política. Ao mesmo tempo, atua como intelectual público também vinculado ao campo de esquerda em perspectiva ampliada. Foi colunista regular do jornal Público 2006 até 2016 e colabora atualmente para o Jornal de Letras, blogs independentes e, de forma ocasional, em diversos veículos da imprensa escrita, do rádio e da TV. Também já atuou como consultor convidado de várias instituições nacionais (FCT, DGAI-MAI, ARP, etc.) e internacionais (Comissão Europeia, Conselho da Europa, etc.) para assuntos ligados ao ensino e à pesquisa em Ciências Políticas. É seguramente um dos intelectuais que mais investigaram a dinâmica de afastamento-aproximação entre a centro-esquerda e a esquerda

radical em Portugal nas últimas décadas, tendo se dedicado recentemente à compreensão do fenômeno Geringonça.

Cabem ainda três últimas notas. Em primeiro lugar, importa informar que, apesar das tentativas feitas ao longo da investigação, não houve resposta do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) quanto à sua participação na mesma. Por essa razão, não há entrevistados com ligações a esse agrupamento político. Além disso, também se procurou estabelecer contatos com organizações da esquerda sem representação parlamentar. Nesse caso, foram realizadas conversas informais e uma entrevista. Entretanto, devido à baixa representatividade que apenas uma entrevista teria em um universo tão diverso quanto à esquerda não-parlamentar, não foi metodologicamente possível utilizar os dados ali captados para efeito das análises. Evidentemente, essas foram questões que limitaram a amplitude da pesquisa. Contudo, pode-se dizer que não comprometeram seu desenvolvimento e suas conclusões, visto o protagonismo exercido pelos três principais partidos da social-democracia (PS) e da esquerda racial (PCP e BE), seja no campo ampliado da esquerda, seja no interior da experiência estudada.

Em segundo lugar, sublinha-se que a análise das entrevistas foi realizada de maneira conectada ao processo de apresentação e avaliação do caso estudado. Essa opção se explica pela tentativa de evitar um excessivo isolamento dessa fonte de dados em relação às demais. Muito embora a ênfase das reflexões tenha recaído sobre as falas dos entrevistados, sua exposição procurou se apresentar de maneira articulada aos dados obtidos também na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. Por fim, lembra-se que todas as entrevistas foram desenvolvidas com base em quatro eixos orientadores, os quais funcionaram também como estrutura geral de organização das próximas três seções. São eles:

a) A origem da Geringonça (processo de construção).
b) Os atores e as estratégias que fundamentaram a experiência (partidos e suas expectativas).
c) Os principais resultados do governo 2015-2019 (econômicos, políticos e sociais): balanço das potencialidades, alcances e contradições.
d) O término da experiência e seus principais significados para a esquerda portuguesa, em geral, e para os partidos envolvidos, de forma particular.

2.3.3 A gênese de uma convergência histórica

Composta pelo Partido Socialista (PS), pelo Bloco de Esquerda (BE), pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) a experiência política

iniciada em novembro de 2015 ficou conhecida como “Geringonça”. Conforme lembra Freire (2017), aquela era uma iniciativa inédita no país. Desde o processo revolucionário de 1974-1975 que a centro-esquerda (social-democracia) e a esquerda radical não atuavam conjuntamente em nível nacional. Diferente de iniciativas similares já experimentadas em outros países europeus nas últimas três décadas, como Chipre, Grécia, Itália, Espanha e Noruega, Freire (2017) sublinha que essa aproximação foi bloqueada em Portugal muito em função das estratégias adotadas pelo PS, que priorizava alianças à direita. Apesar de ter havido diversos momentos em que o Parlamento apresentasse maioria de esquerda (social-democracia somada com a esquerda radical), como nos períodos de 1978-1979, 1983-1985, 1995-2002 e 2005-2011, as opções político-programáticas do PS tendiam para a composição e o reforço do bloco central. Mesmo em mandatos que detinha maioria absoluta, suas diretrizes políticas se aproximavam mais da direita do que da esquerda.

Em sua entrevista, André Freire também destacou como o contexto político português durante o período democrático havia permitido apenas casos isolados e localizados de aproximações entre socialistas, comunistas e bloquistas. Contudo, algo semelhante nunca havia ocorrido em nível nacional.

> No período constitucional até 2015 – a Constituição é aprovada em abril de 1976 –, as esquerdas tinham se entendido aqui ou ali para aprovar determinados diplomas, mas nunca para governar. Mesmo ao nível local, isso só tinha acontecido em casos muito pontuais, como no Município de Lisboa, onde, dado a fragmentação das esquerdas, a força dos comunistas e o pluralismo mais fragmentado, era impossível uma vitória sem essa aliança. O dr. Jorge Sampaio, líder do Partido Socialista a seguir à queda do Muro de Berlim, convidou os comunistas e foi uma solução bem-sucedida. Houve no interior, em 2000, uma coisa na Madeira, onde também estavam sempre a perder. Então, para a Câmara Municipal do Funchal, lá se juntaram para ver se conseguiriam ganhar e ganharam. Mas, isto que é uma inovação em Portugal não é uma inovação na Europa. (André Freire, entrevista 7)

Ainda que houvesse essa espécie de “Muro de Berlim” no país, o entrevistado relata que, no contexto pós-Guerra Fria, soluções similares à Geringonça já tinham ocorrido em muitos países da Europa ocidental. Em seguida, destaca fatores relativos aos ambientes nacional e internacional, no sentido de descrever a excepcionalidade portuguesa nessa questão. A crise das esquerdas somada às características próprias do Partido Socialista, do PC e do BE se conjugam na composição desse quadro histórico de afastamento.

> Hoje em dia a nossa soberania está partilhada no conjunto da Europa, portanto, os orçamentos passam por um crivo prévio, por uma coisa que se chama Planos de Estabilidade e Crescimento e que deve ser submetido à Comissão Europeia, tendo no fim que ser aprovado aí para cumprir as regras europeias, embora passando primeiro no Parlamento. Acusaram os socialistas de apresentar aquilo sem debater e sem aprovar no Parlamento. Enfim, o governo caiu [governo do PS em 2011]. A situação política ficou confusa e as agências de rating atacaram a dívida portuguesa e ela

> afundou muito. O país ficou numa situação financeira complicada. Isso deu lugar ao pedido de intervenção externa, que, nesse caso, não foi do FMI, como tinha sido na crise dos anos 80 na América Latina. Como estamos na União Europeia, entraram outras entidades, que foram o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. Isso deu lugar a um período em que houve uma coligação de direita entre o PSD e o CDS, que é um partido de direita, conservador, um bocado mais neoliberal hoje em dia, mas conservador nos costumes. [...] Então, o exercício da direita em coligação PSD-CDS: ganharam as eleições em 2011, num contexto muito conturbado. O Partido Socialista não teve a pior votação de sempre, mas foi a terceira pior. O PSD, a centro-direita, ganhou com maioria relativa. Depois, como eles se entendem facilmente, fizeram uma coligação PSD-CDS e governaram com estabilidade num contexto muito difícil. Depois, o que se passou foi que, a princípio, o Partido Socialista absteve-se no primeiro Orçamento. [Foi] o PS que tinha pedido ajuda externa, embora os outros tenham sido ouvidos. Era o António José Seguro o líder. Portanto, ao princípio, houve uma certa contemporização dos socialistas com a governação do PSD e do CDS durante a intervenção da Troika. (André Freire, entrevista 7)

As rusgas entre socialistas e comunistas, bem como a disputa eleitoral que atravessa BE, PCP e PS na atualidade também foram destacados por João Ferrão para expressar o nível da imprevisibilidade que era a consolidação de uma convergência daquele tipo.

> Então, historicamente havia primeiro o problema do conflito muito forte entre o Partido Socialista, por um lado, e o Partido Comunista, pelo outro. Por outro lado, em termos eleitorais, há sempre uma percentagem de eleitores da esquerda... Porque o PS é o que em inglês se chama um *chatch-all party*. A direita do Partido Socialista está à direita da esquerda do Partido Social-Democrata, mas a esquerda do Partido Socialista está muito próxima, por exemplo, do Bloco ou do PC, até porque muitas pessoas vieram dessa área. Portanto, para além da história de conflito entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, existe uma outra questão: há 2, 3, 5% dos votantes que podem votar ou no Partido Comunista, ou na extrema-esquerda ou no Partido Socialista. Esses partidos concorrem diretamente entre si do ponto de vista eleitoral. (João Ferrão, entrevista 6)

Evidentemente, há polêmicas quanto às razões que levaram ao distanciamento entre comunistas e socialistas no pós-1976. Recorrendo ao livro "Rumo à mudança", de João Amaral, Freire (2017) destaca que, quando questionados sobre a possibilidade de convergências com os comunistas, as respostas de dirigentes socialistas geralmente apontam para uma alegada barreira intransponível erguida pelo PCP, que teria escolhido o PS como inimigo primordial no período democrático. Esse argumento não parece de todo incorreto. De fato, há recentemente no interior do PCP disputas entre setores renovadores e setores que poderiam ser classificados como "ortodoxos". Esses últimos, segundo Freire (2017), não demonstrariam muita disposição para conformações com os socialistas, a não ser àquelas em que porventura fossem hegemônicos.

Entretanto, o autor sugere que essa não seria a posição dominante no partido. Ainda com base no texto de Amaral, Freire (2017) destaca um trecho interessante: "a história e os documentos escritos estão aí para mostrar que o PCP sempre procurou, desde o 25 de Abril, que um entendimento de partidos, particularmente do PCP e do PS, fosse a base política para a

formação de governos de esquerda" (AMARAL apud FREIRE, 2017, p. 77). Percepção semelhante também aparece numa entrevista oferecida por Cunhal a Maria João Avilez, publicada em 2004. Nela, o histórico líder comunista, procurando valorizar as alianças estabelecidas com os socialistas ao longo do processo revolucionário, salienta o fato de que seu partido sempre estive disposto a convergências para efetivar ou defender as transformações de Abril. Mas, quando questionado do porquê da preferência do PS em se alinhar à direita no pós-1976, Cunhal (apud FREIRE, 2017, p. 71) afirma sem rodeios: "[p]orque o seu projeto era a restauração do capitalismo monopolista em Portugal". Independentemente das avaliações de ambos os lados, há fatos inquestionáveis: no pós-1976, período de disputas entre comunistas e socialistas no qual as alianças prioritárias do PS estavam à sua direita, prevaleceu em Portugal um ambiente de afastamento entre a social-democracia e a esquerda radical.

Essa tendência de aproximação entre o PS e a direita também veio à tona no decorrer das entrevistas. Jorge Costa, por exemplo, afirmou que, desde 1976, a tendência histórica sempre foi um apoio mútuo entre a direita e o PS. Segundo ele, "[...] fosse na posse do governo, fosse na aprovação dos orçamentos de Estado sempre houve um apoio mútuo e quando o apoio deixa de existir os governos caem. Quando o apoio do PSD ao governo do José Sócrates em 2011 terminou, o governo caiu" (Jorge Costa, entrevista 1). Francisco Louçã, por sua vez, destacou como o atual líder do PS, António Costa, era mais propenso do que seus antecessores a cogitar entendimentos à esquerda. Voltaremos a esse tema mais adiante. Agora, cabe perceber como, mesmo que estivesse sob uma liderança mais simpática a possíveis convergências progressistas, o programa eleitoral lançado pelos socialistas em 2015 não anunciava diferenciações profundas em relação à direita.

> Antônio Costa era um dirigente há menos tempo e ele admitia teoricamente essa possibilidade, mas procurou uma maioria absoluta. E procurou fazê-lo com um programa eleitoral que era um programa liberal, bastante encostado à direita. Ele previa, por exemplo, novas modalidades de despedimento de trabalhadores, para facilitar o desemprego. Previa um congelamento do sistema de segurança social, das pensões, que beneficiaria as contas do Estado em quase dois mil milhões de euros devido ao desgaste que a inflação provoca, mesmo uma pequena inflação. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Algo semelhante é ressaltado por Hugo Mendes. Segundo o atual Secretário de Estado e quadro do PS, o documento elaborado no primeiro semestre de 2015, que na prática funcionou como base para o programa eleitoral do PS naquele ano, era bastante impopular junto à esquerda.

> Nunca foi assumido que a equipe de economistas ia preparar a programa, mas ia preparar uma espécie de cenário macroeconômico e a coisa acabaria por ser uma espécie de programa. Na altura, eu estava como assessor na Assembleia e na Comissão de Orçamento e Finanças, portanto acompanhei os trabalhos dessa equipe. Nunca

> nessa altura seria expectável ou provável que haveria algum tipo de aproximação à esquerda. Partia-se do princípio que o PS ia construir um programa para ganhar as eleições e governar sozinho. E ganhar as eleições era uma coisa mais ou menos tomada por adquirida, uma vez que o governo de direita era muito impopular. Esse trabalho acaba por volta de abril de 2015 e o resultado é um programa ou semiprograma muito arriscado, do ponto de vista das medidas, com medidas muito impopulares à esquerda. (Hugo Mendes, entrevista 5)

No entanto, o contexto das eleições legislativas de 2015 revelou uma alteração considerável nessa tendência histórica. Muitos foram os motivos responsáveis por tal novidade na vida política nacional. Em primeiro lugar, destaca-se a impopularidade alcançada pelo governo PSD-CDS entre 2011 e 2015. A descrença popular pode ser visualizada na expressiva queda eleitoral da direita em 2015 em relação ao pleito anterior. Apesar da coligação dos principais partidos da direita ter alcançado o primeiro lugar geral com 38,5% dos votos, seu resultado foi muito inferior aos 50,35% de quatro anos antes, o que representou uma perda de mais de 730 mil votos. Considerando que o país possui cerca de 10,2 milhões de habitantes e que o número de votantes pouco se alterou de um pleito para o outro (cerca de 5,58 milhões em 2011 e 5,4 milhões em 2015), percebe-se o impacto negativo do choque de austeridade para a popularidade da direita portuguesa.

Todos os entrevistados sublinharam os efeitos degradantes daqueles quatro anos de radicalização neoliberal. Rita Rato ofereceu uma síntese do que foi esse processo.

> Essa solução política [Geringonça] é impensável e inseparável do período da crise e dos quatro anos que existiram. Entre 2011 e 2015 nós tivemos – vou agarrar-me a umas notas que tenho aqui – níveis de pobreza, emigração e desemprego, em particular os níveis de pobreza e pessoas que saíram do país só eram comparáveis com os anos do fascismo em Portugal. Atingiu os níveis do fascismo. A vida das pessoas e o país conheceram nesses anos situações muito difíceis. Para tu perceberes: havia idosos que morriam porque não tinham dinheiro para pagarem eletricidade para se aquecerem no inverno, havia crianças que desmaiavam na escola com fome, havia professores que iam para escola e tinham que levar comida para os alunos se concentrarem nas aulas, havia situações muito dramáticas. Para além disso, nas questões de emigração – e era uma coisa que se dizia muito –, nenhuma família em nosso país tinha alguém que não tivesse ou desempregado ou que não tivesse emigrado. Era um fenômeno muito forte. Para além disso, nós tínhamos níveis de concentração da riqueza muito grandes, porque os grupos econômicos continuavam a ter a riqueza muito concentrados, ou seja, era um problema de distribuição da riqueza. Durante esse período houve medidas que do ponto de vista econômico e social foram desastrosas, como a questão dos cortes nos salários, cortes nos abonos de família, cortes nos apoios sociais de combate à pobreza. Foram muito maus. Mas, ao mesmo tempo, houve decisões econômicas muito decisivas e deu-se início a privatizações de empresas estratégicas. Por exemplo, foi iniciada e consumada a privatização dos Correios de Portugal, CTT, para a Goldman Sachs. Os correios em Portugal estão na esfera pública desde o tempo anterior à República. Estão em nosso país desde o tempo da Monarquia. Portanto, a privatização dos Correios é muito estratégica até para algumas coisas que estamos a assistir agora durante a pandemia que as distribuidoras de correio e outras coisas que garante um serviço a custos mais baixos, mas com muito menos direitos para os trabalhos e menos garantias para os utentes. Enfim, privatização de empresas estratégicas. (Rita Rato, entrevista 4)

Jorge Costa também destacou esse elemento, ressaltando a identidade política que existia entre a direita e o programa neoliberal gerador daquilo que outro entrevistado, João Oliveira, resumiu didaticamente como "quatro anos de liquidação dos direitos dos trabalhadores, de liquidação das condições de vida" (João Oliveira, entrevista 2). Nas palavras de Jorge Costa,

> [a] identidade política da direita, PSD e CDS [Partido Social Democrata e Partido do Centro Democrático Social], com o conteúdo do memorando era total e o aplicaram indo além dos próprios termos que o memorando estabelecia nas políticas de privatização, de corte de salários, de corte nos serviços públicos, de devastação social em geral, de alteração da legislação laboral, etc. Portanto, várias dimensões de regressão social foram introduzidas. Não só no plano orçamental, mas também no plano da legislação trabalhista e na configuração da estrutura do imobiliário, do arrendamento, etc. Todo o tecido social foi afetado e isso teve consequências sociais trágicas, com o agravamento da pobreza, com o desemprego [chegando] a patamares altíssimos, com a emigração em massa, o que levou que o próprio tecido territorial viesse a ficar muito degradado de forma permanente. (Jorge Costa, entrevista 1)

A respeito daquele período (2011-2015), Freire (2017, p. 47-48) chegou mesmo a reiterar a ilegitimidade de um governo "mais troikista do que a Troika". O autor lembra que as políticas que impuseram o ajustamento ortodoxo das contas públicas, as privatizações e a diminuição massiva dos rendimentos do trabalho não estavam explicitamente apresentadas nos programas e nas campanhas eleitorais nem do PSD nem pelo CDS. Com efeito, a direita nacional utilizou o memorando firmado com a Troika como verdadeira "janela de oportunidade para fazer passar um programa neoliberal radical que nunca vingaria nas urnas e, na verdade, não foi sufragado pelos portugueses em 2011" (FREIRE, 2017, p. 47). Em investigação coordenada pelo próprio cientista político no ano de 2013 (com amostra representativa de 1.209 eleitores), viu-se que 68,1% dos respondentes consideravam haver "violação de compromissos eleitorais assumidos pelos partidos do Governo" e que não havia justificativa plausível para tais escolhas. Ao mesmo tempo, mais de 90% dos inquiridos consideravam que os sacrifícios impostos por aquelas políticas de austeridade recaíram desigualmente sobre o capital e o trabalho, "penalizando bastante mais os assalariados, os pensionistas e as pequenas empresas do que os grandes grupos económicos" (FREIRE, 2017, p. 48). Nesse último tema, há ainda uma curiosa informação que indica o grau de impopularidade das políticas não eleitas, mas duramente aplicadas: 77% dos participantes da pesquisa que se autodeclararam simpatizantes dos partidos de direita (PSD e CDS) se alinharam com a posição da maioria. Ou seja, quase quatro quintos dos eleitores tendenciais da direita que responderam a pesquisa consideraram que os efeitos da austeridade eram distribuídos desigualmente pela sociedade.

Esse cenário de impopularidade e ilegitimidade colocava em xeque a histórica tendência do PS em se aliar à direita. Por um lado, o partido precisava se recuperar das fortes derrotas

sofridas em 2011, quando o segundo mandato de Sócrates foi forçado à renúncia. Esse governo socialista já enfrentava os primeiros efeitos recessivos desde 2009 e indicava, no mínimo, um alinhamento com o receituário neoliberal prescrito pelas instituições europeias, tendo inclusive iniciado em 2010 as políticas de cortes das despesas públicas, o congelamento de salários na função pública e o aumento de impostos. Em sua entrevista, Jorge Costa tratou do alinhamento do governo Sócrates com as exigências troikistas.

> Portugal estava a sair de um processo duro de ajustamento neoliberal comandado pela Comissão Europeia e pela Troika. Esse processo, antes da intervenção externa direta, já vinha sendo delineado durante a governação do partido socialista do José Sócrates. Houve os programas de estabilidade e crescimento que eram na verdade programas de ajustamento, onde muitas das medidas que vieram a estar consagradas no memorando com a Troika já estavam presentes. (Jorge Costa, entrevista 1)

Rita Rato, por sua vez, analisa essa relação entre o PS e o programa da direita tendo em conta um processo mais amplo e longo, que considera tanto o papel da UE quanto as digitais deixadas pelos socialistas nas políticas neoliberais desde pelos menos o primeiro governo Sócrates (2005-2009).

> O primeiro-ministro José Sócrates teve um governo de maioria entre 2005 e 2009. Esse foi um governo decisivo do ponto de vista da ciência política e das políticas públicas. Eu diria negativamente, porque minha leitura política é negativa. Foi um governo que delineou os grandes ataques aos servidores públicos, em que delineou a mercantilização e elitização do ensino superior, em que agravou profundamente a legislação laboral quanto aos direitos dos trabalhadores e, em grande medida, organizou a escola pública como um instituto de formação profissional e não como espaço de emancipação individual e coletiva. Isso foi estruturado de forma muito decisiva entre 2005 e 2009. Desde aí até 2015 isso foi sendo agravado e, no período da Troika, entre 2011 e 2015, em que a União Europeia, o Banco Central Europeu, o FMI e o governo da altura, com o apoio do PS, que com o José Sócrates também assinou a vinda a Troika, de certa forma agravaram esse caminho. (Rita Rato, entrevista 4)

Aliás, foi o próprio Sócrates que, no primeiro semestre de 2011, sob fortes pressões políticas, solicitou oficialmente resgate às instituições europeias. O memorando de entendimentos com a junta de intervenção aprovado e apresentado publicamente em 5 de maio de 2011 já consagrava compromissos como o aumento dos impostos, a suspensão da construção da ferrovia de alta velocidade (TGV), novas parceiras público-privadas e a privatização do Banco Português de Negócios (BPN)[147]. Não à toa, o PS é frequentemente lembrado de seu papel nessa trajetória. Freire (2017, p. 127), por exemplo, afirmou em artigo publicado originalmente em agosto de 2014: "[d]esde 2011 temos vivido sob a tutela da Troika, na linha do Memorando de Entendimento assinado pelo PS mas com a claríssima anuência do PSD e do

[147] Para conhecer os principais marcos do processo de intervenção realizado pela Troika, ver mais em: <https://observador.pt/especiais/o-resgate-em-datas/>. Acesso em 09/06/2021.

CDS-PP". Assim, na eleição legislativa subsequente à demissão do governo, realizadas em 5 de junho de 2011, o PS alcançou apenas 28,06% dos votos – quase 9 pontos percentuais a menos que nas eleições anteriores.

Ao mesmo tempo, em outubro de 2015, era claro o ambiente de crescente insatisfação social, evidenciado pelas massivas manifestações contrárias à austeridade, ao governo da direita e às imposições da Troika. Na oposição entre 2011 e 2015, o PS procurava retirar suas digitais daquele processo iniciado no começo de 2011, afastando-se de suas consequências negativas. Nesse contexto, uma nova aposta de alinhamento ao receituário neoliberal não parecia uma boa ideia para a sobrevivência política dos socialistas. Retornar ao executivo numa nova convergência (oficial ou não) que apontasse para a recomposição da lógica do bloco central seria uma opção muito difícil de ser sustentada pelo partido. Jorge Costa, em nossa entrevista, ressalta como cresceu o discurso crítico do PS em relação ao governo PSD-CDS nos últimos meses da legislatura.

Há que ser considerado também o ambiente de disputas internas no PS. Ao menos dois grupos nitidamente se chocavam logo após a derrota de 2011: o setor liderado por António José Seguro, então Secretário-geral do partido (mandato iniciado em julho de 2011, logo após a derrota eleitoral de Sócrates), e o setor cujo principal representante era António Costa, então Presidente da Câmara de Lisboa e já postulante à liderança socialista. Ana Rita Ferreira (2014) chamou atenção para as diferentes linhas político-ideológicas traçadas pelas duas alas, destacando a maior clareza de Costa no que diz respeito ao seu posicionamento no interior do espectro social-democrata e o perfil mais eclético e tendencialmente mais liberalizante assumido por Seguro.

Para além disso, Freire (2017) adicionou aspectos que compõem a trajetória política relacionada às duas lideranças. Quanto ao então Secretário-geral, o autor destaca a "tibieza da oposição do PS, sob a batuta de Seguro, ao governo" (FREIRE, 2017, p. 128). Ainda que o partido tenha elevado o tom contra o governo a partir de maio de 2012, quando, em função da impopularidade da proposta de alteração da TSU, ocorreu "talvez a maior manifestação popular de sempre em Portugal desde o 1º de Maio de 1974", o certo é que "até ao final de 2012 o PS aprovou (58,3%) ou absteve-se (25,0%) na esmagadora maioria das votações das propostas da direita no Parlamento" (FREIRE, 2017, p. 128). De acordo com Freire (2017, p. 128), "perante um governo e uma maioria" que governava "em violação dos compromissos eleitorais assumidos, contra a Constituição e com resultados desastrosos" o PS de Seguro teria sido "incapaz de se diferenciar claramente da direita".

Outra dimensão sublinhada por Freire (2017) diz respeito às políticas de aliança defendidas pelos referidos quadros políticos. Por um lado, Costa já demonstrava desde o seu mandato na Câmara de Lisboa sua propensão para considerar convergências à esquerda, tendo inclusive desafiado publicamente o BE e o PCP para entendimentos locais. Esse movimento propiciou que se formasse, entre 2007 e 2009, uma coligação para governo autárquico minoritário do PS que contava com o apoio do BE. Por outro lado, Seguro sempre se mostrou teoricamente desconfiado e concretamente muito distante dessa possibilidade. De acordo com Freire (2017, p. 130), "Costa assume com alguma assertividade a necessidade imperiosa de confrontar a esquerda radical para a assunção de responsabilidades governativas". Sobre esse ponto, cabe recuperar uma declaração de Costa que já em 2014 colocava em xeque a continuidade da estratégia socialista de fazer coro com o bloco central.

> O tão abusado conceito de 'arco da governação' não pode servir para justificar a exclusão sistemática de certos partidos da responsabilidade de governar. É na sua pluralidade que o Parlamento representa o país e não há qualquer razão para o PS ignorar as aspirações dos eleitores representados pelos partidos à sua esquerda. Os apelos ao consenso e ao compromisso não podem ser instrumentalizados, como já foram, para tentar proteger as políticas do atual governo [PSD-CDS] para lá de futuras eleições. (COSTA apud FREIRE, 2017, p. 130-131)

O destaque das disputas internas no PS e das diferenças entre Seguro e Costa também surgiram na entrevista com Hugo Mendes.

> Isto começa com o Antônio Costa a ganhar a liderança do PS em meados de 2014. Ele mostra uma abertura face aos partidos da esquerda que até aí tinha estado inexistente, pelo menos na liderança anterior do partido. Esse processo foi muito duro internamente no PS. Foi a primeira vez que um líder foi desafiado no meio da sua liderança e que não chegou a disputar eleições legislativas. O Antônio Costa forçou uma disputa há cerca de um ano e meio do fim da legislatura. O Antônio José Seguro nunca foi um líder muito popular dentro do partido e Antônio Costa percebeu isso. E percebeu que aquele era o único momento para forçar uma mudança na liderança. Eram mudanças em potencial, não era uma questão programática. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Foi nesse cenário de diferenças internas que, em meados de 2014, Costa anunciou que concorreria ao cargo de Secretário-geral do partido. Nas eleições primárias chamadas para setembro daquele ano, foi ele o concorrente que se saiu vencedor, resultado que levou à renúncia de Seguro e à candidatura única do desafiante nas eleições diretas realizadas dois meses depois. Assim, em novembro daquele ano, António Costa assumiu o cargo de Secretário-geral do PS, fato que gerou expectativas por mudanças dali em diante.

Conforme as eleições legislativas marcadas para outubro de 2015 se aproximavam, o cenário ia ficando mais complexo. Apesar da forte impopularidade daquele governo-intervenção, ficava cada vez mais claro que os socialistas não venceriam as eleições. Aos

poucos, na medida em que saiam os resultados das sondagens realizadas durante o ano de 2015, já se percebia as dificuldades do partido. Segundo Hugo Mendes, era óbvio que, naquelas circunstâncias, Costa já começava a ponderar sobre as reais possibilidades de aproximação com a esquerda.

> Na medida em que o verão avança, percebe-se que o PS não vai conseguir ganhar. [...] As eleições são no dia 4 ou 5 de outubro e acho que já no mês de agosto fica claro que seria muito difícil que o PS ganhasse. E se ganhasse seria por muito pouco. Na medida em que as eleições se aproximam, que a campanha começa e que os debates começam, quando há mais dados e sondagens, começa-se a perceber que dificilmente o PS ganharia. Isso já é absolutamente claro nos últimos 15 dias de campanha. [...] É óbvio que aí o Antônio Costa deve ter começado a pensar como é que, no dia seguinte [das eleições], poderia se aproximar da esquerda. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Outro elemento que compunha esse contexto prévio às eleições de 2015 era a questão do enfraquecimento vivenciado pela social-democracia europeia desde os anos 1970. Conforme estudamos na primeira parte desta investigação, as últimas décadas foram caracterizadas por um processo de deterioração ideológica e programática desse espectro político, ambiente no qual partidos socialistas e trabalhistas passaram a se alinhar cada vez mais à sua direita. André Freire, em sua entrevista, também elencou tal dimensão, destacando o caso exemplar do PASOK, principal representante da família social-democrata na Grécia. Esse contexto de enfraquecimento geral se levantava como uma sombra diante do PS, de modo que, em 2015, estava em jogo também a sobrevivência de sua relevância partidária no cenário português.

> Esse apoio dos socialistas à direita, de uma série de socialistas na Europa, deu origem a uma crise enorme. A social-democracia hoje em dia na Europa é fraca. [...] Por isso é que essa crise, que já vem de trás, mas que agravou-se com a grande recessão, tem um nome: pasokização. O Pasok chegou ao poder em 2009, ali mesmo no auge da crise financeira internacional quando ela chegou à Europa. Levou a herança da direita, que não era só um problema de má gestão, andaram a aldrabar as contas, o chamado cheating. Aliás, com a ajuda das consultoras internacionais, com aquele Goldman Sachs e aquela malta toda a ajudá-los. [...] Mas o Pasok foi obrigado a assumir essa gestão e depois obrigado a governar em grande coligação. O [Geórgios] Papandréou ainda tentou fazer um referendo sobre essas imposições europeias, mas, no final do dia, não conseguiu. A Europa, digamos, impôs e o impediu de fazer isso. Portanto, o Pasok, em 2012, se não estou em erro, quando foram as novas eleições, passa de uma média de 30 a 40% dos votos e dos lugares no Parlamento para 4%. Chamamos a isso a Pasokização da social-democracia. E isso aconteceu em outros países com a alianças à direita. O dr. António Costa, líder do Partido Socialista, viu isso e percebeu. Não é uma pessoa estúpida. Portanto, isso foi outro fator que pesou. (André Freire, entrevista 7)

De fato, como já apontou Galastri (2019, p. 4), quando considerados os critérios do PS nessa equação, "tratava-se também de um passo na direção contrária de seus coirmãos europeus, programaticamente esvaziados e convertidos ao pragmatismo elitista neoliberal". Jorge Costa foi outro entrevistado que tratou dessa temática em nossas conversas. Segundo ele, era vital para o PS evitar o risco de pasokização.

> […] o Syriza chega ao governo na Grécia porque o Partido Socialista [Movimento Socialista Pan-helénico, PASOK] e a direita afundam. E afundam por quê? Porque tinham se agarrado um ao outro na execução do programa da austeridade. Em Portugal, o que nós teríamos se não tivesse havido a Geringonça seria o Partido Socialista apoiar a continuidade do governo da direita. O que seria esse processo? Seria a implosão do centro, a implosão do Partido Socialista. [...] Para o Partido Socialista era uma questão de sobrevivência pura. Não só do seu líder, que cairia. Se não fosse para o governo teria que cair. Mas de sobrevivência do próprio partido, porque o papel que lhe estava reservado era o de viabilizar o governo da direita. Isso era um suicídio político para o Partido Socialista. (Jorge Costa, entrevista 1)

Finalmente, chegamos à noite de 6 de outubro de 2015. O previsível mau resultado do PS se confirmou: 32,31% dos votos, ficando em segundo lugar, atrás do PSD-CDS. Ao que indicam os números, apesar da crescente insatisfação com o governo da direita, demonstrada na perda de mais de 730 mil votos, o PS, por sua vez, não foi exatamente visto pela população como uma alternativa substantivamente distinta. Ao mesmo tempo, BE e CDU (a coligação entre PCP e Verdes) alcançaram boas votações, 10,19% e 8,25%, respectivamente.

Aquelas condições abriam as portas para uma aproximação inédita. Entretanto, ao que indicam as falas de Hugo Mendes, os contatos entre PS, PCP e BE já teriam iniciado ao menos uma semana antes da abertura das urnas. Não se sabe ao certo quando, onde ou como se deram as tratativas iniciais. Cada um dos partidos envolvidos na articulação costuma valorizar partes específicas daquele processo, conforme se pôde notar ao longo das entrevistas. Bloquistas afirmam que o movimento detonador foi uma proposta de entendimento feita por Catarina Martins para António Costa em debate televiso no decorrer da campanha. Já os comunistas realçam a importância da declaração de Jerónimo de Sousa na noite eleitoral, quando afirmou publicamente que "o PS só não formaria governo se não quisesse". Nesse campo, a fala de Hugo Mendes nos parece a mais esclarecedora:

> O PS teve 32,3%, um resultado muito fraco para as expectativas. É quando ele [Antônio Costa] começa a mostrar ao que vinha. Supostamente, no fim de semana pré-eleições já teria havido conversas com o PCP e o Bloco de Esquerda. Foi tudo hipersecreto, só se soube a posteriori. Nem sei muito bem, há umas espécies de mitos a volta desses encontros. Não sei bem onde começa a verdade e acaba o mito. Mas terão havido contactos. Não só do Antônio Costa. Eventualmente [também] de outras pessoas "manetadas" pelo Antônio Costa para falar com algumas pessoas do Bloco de Esquerda e do PCP. A partir desse momento inicia-se um processo de grande expectativa. Então, ele diz cá: "vou tentar um acordo à esquerda". Quase ninguém acreditou, mesmo o PS não acreditou. Primeiro não acreditou que ele estava a falar sério, depois não acreditou que fosse possível. [...] Foram semanas de grande especulação e de grande dúvida. Ninguém sabia de fato se aquilo ia até o fim, não é? Se o Bloco e o PCP em algum momento impediriam isso ou se o próprio PS também não concordaria. (Hugo Mendes, entrevista 5)

A precisão da cronologia não é o mais relevante para nossas análises. O que de fato importa é que a convergência ocorreu. Além disso, algo ficou evidente: na altura, em função do histórico aqui já descrito, quase ninguém acreditava que aquilo pudesse dar em algo, mesmo

entre a esquerda e o PS. Até no momento em que as conversas entre suas cúpulas partidárias já eram públicas, parecia existir uma aura de desconfiança sobre os rumos daquele processo. Uma das falas de Rita Rato é reveladora nesse sentido:

> Na noite eleitoral, eu estava na sede do PCP e de repente o Jerônimo de Sousa, secretário-geral do PCP, diz que o PS só não é governo se não quiser. Eu fiquei: "não estou a perceber". Lembro-me perfeitamente de estar com um camarada meu que é dirigente do partido e ter dito: "não estou a ouvir bem, eu ouvi o que o Jerônimo disse? O PS só não é governo se não quiser? Não estou a perceber. (Rita Rato, entrevista 4).

Mas ela prossegue, já indicando os motivos que levaram seu partido a assumir aquela posição: "E o meu camarada disse: "Rita, o país não aguenta mais 4 anos de destruição, nós não aguentamos mais isso". Eu fiquei a pensar naquilo que ele me estava a dizer. A partir daí, foi quando se decidiu de facto" (Rita Ratos, entrevista 4). As palavras de seu camarada foram importantes, mas a certeza de que seu partido havia adotado a decisão correta veio mesmo das ruas, no dia da censura ao programa de governo apresentado pelo PSD-CDS, ocorrida em 10 de novembro de 2015[148]. Em suas palavras,

> […] nesse dia as pessoas fizeram uma manifestação, foram para a porta da Assembleia da República. Tu não imaginas, Lucas. Há uma coisa que nunca mais vou esquecer: eu ter saído de dentro da Assembleia e ter vindo cá para rua, para o pé das pessoas, e vê-las numa manifestação feliz. Eu nunca tinha visto as pessoas numa manifestação feliz, eu só via as pessoas em manifestações tristes, em manifestações de resistência, em manifestações de luta. Pela primeira vez eu tinha estado em uma manifestação em que as pessoas ganhavam alguma coisa, nem que fosse esperança e confiança. Isso deu-nos muita força sobre a decisão que estávamos a tomar. (Rita Rato, entrevista 4)

Quanto às motivações do PS, André Freire deixou claro que o partido e seu líder não tinham muitas opções: ou aceitavam romper com sua própria política de alianças estabelecidas nas últimas décadas, ou sustentavam um novo governo de direita, o que concretamente daria continuidade ao processo tão traumático de radicalização neoliberal. Já sabemos qual foi a opção escolhida. Contudo, nosso entrevistado relata que o formato adotado não foi o de uma coligação formal. Formou-se um governo minoritário socialista sustentado no Parlamento por compromissos bilaterais firmados entre o PS e o PCP, o BE e o PEV.

> Portanto, o Partido Socialista só tinha duas hipóteses. Ou funcionava como uma espécie de partido suporte da direita no Parlamento, portanto, deixava passar. O que ia ser difícil porque havia uma maioria de esquerda e ele ia ficar isolado a apoiar um governo de direita. Nesse caso, o dr. António Costa teria que ceder o lugar a outro mais bem talhado para servir de partido suporte da direita. Ou então fazia uma aliança com os partidos à sua esquerda. E conseguiu. Não foi uma aliança, foi um governo minoritário do Partido Socialista com acordos parlamentares separados entre os socialistas, os comunistas, o Bloco de Esquerda e os verdes, que é o tal satélite do PCP. (André Freire, entrevista 7)

[148] Ver mais em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/internacional/1447163521_451245.html>. Acesso em 09/10/2020.

Hugo Mendes é muito claro ao relatar que, do ponto de vista do PS, aquela convergência era essencialmente uma decorrência da conjuntura. A opção do partido representante da social-democracia portuguesa em romper com sua tendência histórica de alinhamento à direita não era uma mudança de fundo em sua estratégia. Na verdade, teve relação com uma combinação de fatores eleitorais e de sobrevivência política – sobrevivência da nova liderança socialista e do próprio partido em termos mais amplos – que levaram à única alternativa possível naquelas circunstâncias: virar-se à sua esquerda.

> Por que isso [Geringonça] aconteceu? Porque o Antônio Costa perdeu as eleições e ele tinha um buraco na agulha por onde entrar. A única forma dele sobreviver politicamente... E do PS sobreviver politicamente. Não era só ele do ponto de vista pessoal. Era o próprio partido. Se o PS voltasse a estar na oposição mais quatro anos, muito provavelmente viria para baixo dos 30%. Viria, se calhar, para onde está o PSD agora, entre 23, 24, 25%. Se o PS não tivesse conseguido ir para o governo e fizesse uma longa travessia de mais quatro anos na oposição, estaria hoje nos 20 e qualquer coisa por cento. O Antônio Costa sabia disso e sabia que era sua morte política. Ele desafia o anterior líder, vira o partido ao contrário e depois tem um resultado fraco nas eleições e vai para oposição? Seria terrível. Então, ele tentou ali uma coisa muito difícil, mas que era a única hipótese que ele tinha para sobreviver. Isso é puramente conjuntural, não há nada de estrutural aqui. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Fica agora ainda mais claro o porquê da nossa escolha, na linha sugerida por Lopes (2019), em diferenciar o que foram: 1) o primeiro governo de António Costa e 2) a arquitetura política que permitiu sua viabilidade. Ainda que ambos – governo e arquitetura política – somente possam ser pensados conjuntamente, não eram um mesmo objeto. Em primeiro lugar, porque a experiência de convergência não produziu um governo em comum. Ao contrário, nenhum quadro político do BE, do PCP ou do PEV compôs o governo. Em segundo lugar, os orçamentos anuais também não estavam previamente aprovados com base em algum programa no qual todos os envolvidos se viam representados. O programa de governo adotado foi um programa do PS influenciado por algumas exigências feitas pela esquerda, sobre as quais retornaremos mais à frente. Mas, de todo modo, ainda era um programa do PS. Assim, aquela experiência exigia do governo um movimento de permanente negociação com seus novos parceiros. Aliás, esse ponto ficou claro naquele 10 de novembro. O que se votou para levar António Costa à posição de Primeiro-Ministro não foi a aprovação de seu programa na ARP, mas a rejeição do programa da direita. Conforme lembrou Rita Rato, “o programa do governo do Antônio Costa não foi votado. O que foi votado foi uma rejeição, uma moção de censura [...] Ou seja, o programa de governo do PSD-CDS foi votado e foi chumbado" (Rita Rato, entrevista 4).

Desse modo, tendo como base elementos da sua própria descrição sobre o fenômeno, discordamos de Freire (2017) quando o autor se refere à Geringonça como um “governo de

esquerdas". Na verdade, a Geringonça se tratou da arquitetura política que sustentou parlamentarmente e, ao mesmo tempo, pressionou à esquerda um governo da social-democracia portuguesa (centro-esquerda). A única garantia oferecida pelos partidos de esquerda era não permitir a derrubada do governo no Parlamento, caso os socialistas respeitassem os princípios mínimos estabelecidos conjuntamente nos debates realizados entre outubro e novembro de 2015. Nesse sentido, o apoio ao PS ocorreu com base num conjunto de compromissos, descritos da seguinte maneira por Jorge Costa:

> Deu-se então essa situação historicamente única. Os partidos de esquerda imediatamente vieram dizer que estavam disponíveis para viabilizar um governo do Partido Socialista e, então, impedir que a direita viesse a governar. Mas isso teria que ser feito na base de condições programáticas que eram necessárias assegurar no orçamento do Estado. Porque uma coisa era a votação no Parlamento do programa do governo. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, sem dificuldades, votariam contra as moções de rejeição que a direita apresentasse e, assim, o governo poderia tomar posse. Mas, esse não era o caso para os orçamentos do Estado, que necessitavam de uma negociação sobre seus conteúdos. Foi sobre esses conteúdos que existiu uma negociação que deu origem a um acordo político entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista e aos acordos políticos entre os outros partidos e PS, nomeadamente o PC e Os Verdes, o satélite do Partido Comunista. (Jorge Costa, entrevista 1)

Cabe lembrar de aspectos que perpassaram as negociações que levaram à formulação dessa agenda mínima. Inicialmente, o PS procurou pressionar a elevação do grau de comprometimento governamental dos seus parceiros naquele processo. Com isso, os socialistas procuravam reduzir a independência dos partidos de esquerda no interior da convergência. Entretanto, era impossível para comunistas, verdes e bloquistas se responsabilizarem por uma série de medidas pétreas para o PS, tal como sua adesão acrítica ao projeto europeu, suas diretrizes macroeconômicas subordinadas às regras de Bruxelas e Frankfurt e seu alinhamento às políticas imperialistas da OTAN. Com o decorrer das conversas, algo foi ficando claro: para efetivamente evitar mais um governo radicalmente neoliberal da direita, era necessário focar apenas numa agenda mínima. Ou seja, o âmago das negociações precisava recair sobre temas em que porventura houvesse algum nível de proximidade entre os envolvidos. Não necessariamente entendimentos relativos ao "como fazer", mas pelo menos em relação às diretrizes gerais a serem seguidas. No fim, essa foi a tônica das conversas. Uma das falas de João Oliveira é reveladora nesse sentido.

> Considerando as posições que historicamente foi assumindo. Aliás, naquele percurso de sobressaltos houve momentos em que se pareceu estar mais perto e outros mais longe. [...] Ainda houve uma tentativa do PS de nos amarrar a um conjunto de critérios que eles sabiam que nós não podíamos aceitar. Nos comprometer a aceitar as metas de déficit impostas pela União Europeia nos Orçamentos do Estado, nos comprometer com as regras que resultam do euro. Ou seja, um conjunto de coisas que eles sabem que não podíamos aceitar. Houve uma reunião em que nós fomos confrontados com

> aquela perspectiva de que o governo queria que nós aceitássemos [...] Foi utilizada nessa reunião uma formulação por um dirigente nosso que acabou por ser assumida de forma tão convicta pelo Primeiro-Ministro [António Costa] que ele se farta de repetir isso ainda hoje. Se o objetivo for chegar a uma divergência a gente põe em discussão só as matérias em que estamos em divergência. Se o objetivo sério for construir alguma base de convergência que possa permitir uma solução política correspondente com isso, então temos que discutir na base daquilo em que há convergência e não na base daquilo em que há divergência. Se a gente fizer a discussão em função da União Europeia, da NATO, de uma série de coisas, o objetivo é divergir mesmo. Portanto, se o objetivo é convergir, temos que partir daquilo que convergimos. E o Primeiro-Ministro absorveu isso de tal forma que foi repetindo isso longo daqueles quatro anos. E, de fato, foi assim que as coisas acabaram por ser feitas. (João Oliveira, entrevista 2)

Hugo Mendes teve participação direta naquela articulação, desde a sua origem até seu termino. Foi ele quem escreveu a primeira versão do documento que se tornaria a base da solução política assinada por todos. Seu texto foi negado inicialmente tanto pelo PCP quanto pelo BE, mas teve o mérito de dar o pontapé inicial dos diálogos.

> Eu sei disso porque fui eu quem escreveu a primeira versão do acordo que se tentou negociar com o Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda, quando viu aquilo, disse não. E PCP quando viu também disse não. Ficamos todos um bocado descalços, desamparados, porque já faltava muito pouco tempo. E o que aconteceu foi que o PCP disse: "não, vamos fazer uma proposta". E o PCP faz então uma proposta que o PS aceita e que o Bloco de Esquerda acaba por aceitar, acrescentando depois as suas coisas. Por isso é que há um acordo só com o Bloco de Esquerda, mas é um acordo cuja base é a base do PCP. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Os comunistas avançaram com uma contraposta, a qual, depois de idas e vindas, acabou por ser a base dos três acordos bilaterais.

> [O] papel vinha naquela primeira forma completamente impossível de discutir, pelo menos conosco. Nós não aceitamos e o que fizemos foi enviar uma contraproposta ao PS. [...] A base da Posição Conjunta foi uma base que nós apresentamos ao PS como alternativa àquele primeiro documento que nós não aceitaríamos. (João Oliveira, entrevista 2)

Sobre o documento por escrito, Rita Rato explica o porquê seu partido era reticente à sua produção. No fim, acabou por aceitá-lo, mas garantindo que não se tratava de um acordo formal e sim de uma solução política.

> O PCP é um partido com 100 anos. Se dizemos que podem contar conosco, podem contar conosco. Não precisamos assinar um papel para que o PS saiba que pode contar conosco. Mas a verdade é que o então Presidente da República, Cavaco Silva, queria um documento, que garantisse uma certa estabilidade política para apresentar ás instituições europeias e outras. Então, nós assinamos uma coisa. Também não é por acaso que não se chama acordo, nós nunca dissemos que tínhamos assinado um acordo. Eu volto a dizer isso porque para o Partido Comunista Português a semântica tem muita importância. Nós assinamos uma coisa que chamamos Posição Conjunta. É uma posição conjunta, onde em alguns aspectos existe convergência a objetivos, mas não existe convergência quanto à forma de lá chegar. Em outros aspectos existe convergência mais direta. (Rita Rato, entrevista 4)

Há ainda outros elementos que demonstram a complexidade envolvida naquelas negociações. Como aponta Hugo Mendes, a dinâmica estabelecida contribuiu não apenas para um certo alinhamento entre os envolvidos, mas também para comportamentos competitivos, visto que as tratativas se deram de modo bilateral. Nesse sentido, a posição dos socialistas era mesmo delicada. Eram eles quem deveriam fazer o meio de campo entre forças muito distintas em termos de suas tradições políticas e seus objetivos.

> Há aqui um processo muito importante que é a negociação do acordo comum, um processo muito difícil. Nós nunca conseguimos estabilizar uma operação falando com os dois [PCP e BE] ao mesmo tempo. Tínhamos que ir falando com um, depois com o outro e, neste duplo diálogo, há sempre coisas que se perdem, o que leva a uma competição entre os partidos. Em vez de coordenação entre a esquerda, há uma competição. O PS tinha aqui uma posição difícil. [...] Esse foi o primeiro momento de grande tensão. É que não havia mesmo experiência de relacionamento entre os partidos, entre as pessoas. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Apesar das adversidades, chegou-se a bom porto. Construiu-se uma agenda mínima de compromissos, firmada em três documentos denominados como "solução política" – PS-PCP, PSBE, PS-PEV. A base comum era a mesma: o texto iniciado pela caneta de Hugo Mendes, modificado pelo PCP e, no fim, debatido e aceito por todos. Para além da alicerce comum que formava a parte principal das soluções políticas, havia ainda pautas específicas que surgiram em cada uma das conversas bilaterais. Assim, desse processo complexo e incerto, para a surpresa da maioria, formou-se uma convergência inédita:

> Nós admitimos até discutir questões do programa de governo e até da possível participação no governo. Agora, só admitiríamos a possibilidade de participação no governo se, do ponto de vista do programa, fosse alguma coisa com que pudéssemos nos comprometer. Mesmo que isso não seja possível, há sempre uma outra solução alternativa que é o PS formar governo e entrar em funções. Foi verdadeiramente aí... e nós recenseamos um conjunto de questões que achávamos que eram problemas imediatos que precisavam ter alguma consideração: a reposição dos salários que estavam cortados, reposição das pensões cortadas, respostas às questões sociais, da pobreza, dos idosos... ou seja, havia um conjunto de questões que nós identificávamos como questões absolutamente imediatas, que era preciso resolver. Sem prejuízo, tudo aquilo que era preciso fazer para recuperar o país da situação em que ele estava. […] Na prática, aquela Posição Conjunta significa uma posição entre PS e PCP em relação a um conjunto determinado de matérias que envolviam essas questões que nós tínhamos chegado a um acordo relativo a medidas a serem concretizadas. Envolvia um conjunto de questões em que a gente dizia: é preciso alcançar esse objetivo, ainda que a forma de concretizar tenha que ser ainda melhor vista e a perspectiva é fazer isso no horizonte da legislatura. (João Oliveira, entrevista 2)

Como apontou Francisco Louçã em nossa entrevista, do ponto de vista do BE, na impossibilidade de estabelecer seu programa – afinal, tratava-se de um Governo do PS –, decidiu-se participar de uma experiência inédita no país: oferecer apoio parlamentar, com base em uma agenda mínima, para um governo minoritário do PS.

> Portanto, havia uma pressão para um acordo e grandes dificuldades políticas porque a plataforma política do partido que ia governar, que era o Partido Socialista, era muito à direita. Os partidos de esquerda não quiseram nunca fazer uma coligação porque não tinham confiança suficiente no Partido Socialista para fazer uma coligação em que governassem em conjunto. Mas aceitaram fazer uma plataforma de medidas concretas que fossem cumpridas durante esses quatro anos. E elas significam o abandono por parte do Partido Socialista de algumas dessas medidas mais liberais, mais à direita. O Partido Socialista aceitou esse compromisso. […] em alguns aspectos, como a gestão bancária e do sistema financeiro, não havia acordo. O que quer dizer que os partidos não estavam comprometidos a procurar soluções comuns. Mas, na política social, em outra parte da política econômica, na criação de emprego, no salário mínimo, na proteção da saúde, no não aumento de impostos, na recusa de privatizações, o programa era extenso e sólido, do ponto de vista da política que a esquerda queria aplicar. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Enquanto João Oliveira foi um dos principais interlocutores do PCP naquele processo, Jorge Costa, atuando como liderança do BE, também participou de perto das negociações. Vejamos sua interpretação sobre o que foi aquela arquitetura política:

> Uma aliança que consistiu num acordo para procurar em cada orçamento do Estado uma viabilização. Não houve nenhuma garantia de aprovação dos orçamentos do Estado ao longo dos quatro anos, não houve nenhuma participação no governo da parte dos partidos de esquerda, portanto, não houve nenhuma coligação. Houve uma aproximação política para negociação e viabilização dos orçamentos, com a reversão das medidas de austeridade que tinham sido tomadas dentro do período da Troika e com a conquista de novos patamares de direitos sociais. […] O que existia era um acordo político de dar um enquadramento para: 1) a viabilização do governo do Partido Socialista e 2) para a aprovação do orçamento do Estado [de 2016]. Isso porque, no mesmo momento em que o governo foi viabilizado, foi discutido e aprovado um orçamento do Estado. E não fazia sentido dar luz verde ao governo e luz vermelha ao orçamento três meses depois. Por isso, quando se negociou a viabilização do governo também se negociou o orçamento [do ano seguinte]. Mas isso não implicou que todos os orçamentos dali em diante daquela legislatura ficassem garantidos. (Jorge Costa, entrevista 1)

Por outro lado, na medida em que a esquerda e a social-democracia se aproximavam, os partidos de direita e os meios de comunicação procuraram desmoralizar aquela experiência desde o início. A começar pela designação como Geringonça.

> Durante uma grande parte do tempo, o esforço maior dos partidos à direita foi a deslegitimação do governo, com a ideia de que 'perderam as eleições, não poderiam governar, são usurpadores', procurando sempre minar a legitimidade do governo. E eu acho que um dos elementos mais magistralmente conseguidos foi, de fato, apelidar o governo de Geringonça. Eu não me lembro de haver um outro governo do país tratado de forma tão pejorativa. (João Oliveira, entrevista 2)

Foi nesse ambiente de pressões e desconfianças que a expressão Geringonça foi criada. Tratando-se inicialmente de uma denominação pejorativa cunhada por Vasco Pulido Valente, o apelido foi disseminado por Paulo Portas ao afirmar em discurso após as eleições que a coalizão recém estabelecida não era “bem um governo, mas uma geringonça”. Apesar do tom depreciativo que foi imediatamente assumido pelo conjunto da direita e pela imprensa, a

denominação acabou por apoiantes daquele projeto, conforme indicou Francisco Louçã em sua entrevista. Trata-se de uma clássica manobra de reverter ofensas em referências simpáticas. Sobre isso, Rita Rato nos relatou o seguinte: “do ponto de vista popular, é uma expressão feliz, porque as pessoas percebem o que é uma geringonça. […] E, se inicialmente era uma expressão preconceituosa e pejorativa, ao longo do tempo talvez diria que a maior parte das pessoas que a usa não o faz nesse sentido” (Rita Rato, entrevista 4).

O então Presidente da República, Cavaco Silva, atuou concretamente para dificultar ao máximo aquela aproximação. Nas palavras de João Oliveira, o ex-Presidente agiu "para pura e simplesmente boicotar aquela solução política"; seu objetivo central "era impedir que aquela solução política se concretizasse" (João Oliveira, entrevista 2). Hugo Mendes também destacou essa dimensão. Segundo ele, a comunicação social, de modo geral, mostrou-se hostil com aquela iniciativa histórica.

> Há aqui uma coisa que é importante. Apesar de ter sido muito polêmico o fato desse Governo ter nascido como nasceu... Porque foi de um partido que não foi o mais votado nas eleições. A própria questão da legitimidade foi muito usada nos meios de comunicação: “não é um governo legítimo”, “não ganhou as eleições”, “este tipo é um oportunista”, “isto é um golpe de Estado”, etc. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Conforme se encontra registrado em diversos materiais jornalísticos, o grande empresariado nacional, a direita política e a maior parte da imprensa, juntos, anunciavam que, com aquele tipo de sustentação governamental, a economia e o país cairiam em descrédito internacional. Tais setores vaticinavam sobre o perigo que rondava Portugal: um suposto extremismo produzido e disseminado desde as ruas da Palma e Soeiro Pereira Gomes, sedes do BE e do PCP[149]. Para eles, a única medida responsável seria manter a esquerda radical o mais afastada possível do tal “arco da governação”. Foi nesse contexto que Cavaco Silva pressionou publicamente pela assinatura de acordos que oficializassem o apoio parlamentar recebido pelos socialistas. Sua esperança era de que a pressão por um compromisso desse tipo fizesse reverberar as fissuras entre a social-democracia e a esquerda. Como sabemos, as soluções políticas acabaram por ser concretizadas no dia 10 de novembro, frustrando a tática da direita.

Simultaneamente, as desconfianças também vinham da Europa. Entretanto, olhando para um cenário de possível degradação do centro político em Portugal, tendo em vista a grave crise que se passava na Grécia, as instituições europeias acabaram por se dobrar àquela convergência. Segundo Jorge Costa,

---

[149] Ver mais em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/2015-e-pasmado-o-pais-viu-nascer-a-geringonca>; <https://www.jn.pt/opiniao/nuno-botelho/o-bloco-de-esquerda-e-perigoso-9802605.html>. Acesso em 09/10/2020.

> A própria Comissão Europeia, penso eu, tolerou essa solução [Geringonça] para evitar, digamos, uma degradação do cenário político à grega. [...] Não queriam mais problemas na Europa. Não valia a pena. Quiseram evitar que existisse em Portugal uma crise de regime, sendo que também viam que havia um Bloco de Esquerda forte, um Partido Comunista representativo. O Bloco tinha acabado de sair com seu melhor resultado de sempre das eleições, 10%, o maior grupo parlamentar de sempre. Era uma ameaça direta ao Partido Socialista. Se a Comissão Europeia tirasse o tapete ao Partido Socialista, ia ser difícil. Então, apesar de muita resistência, de ter feito muita pressão, a Comissão Europeia acabou por tolerar a solução política porque a alternativa era um dilaceramento do sistema político em Portugal também. (Jorge Costa, entrevista 1)

Galastri (2019) também tratou das fortes pressões vindas do *status quo* político europeu bem como das classes dominantes continentais, sobretudo do sistema financeiro. Aos poucos, no entanto, esse alarmismo foi sendo mitigado, recebendo até mesmo apoio público de figuras como Wolfgang Schäuble, ministro das finanças de Merkel até 2017. Evidentemente, um tipo de suporte como esse não se tratava de luz verde para eveutais transformações estruturais à esquerda, mas um voto de confiança de que os socialistas domariam os impulsos dos seus novos parceiros.

> O banco alemão Commerzbank publicara um documento intitulado “Portugal: a próxima Grécia?”, levantando dúvidas sobre a viabilidade de um governo de esquerda em Portugal. A isto, o ministro alemão respondera, em uma reunião de que participava em Bruxelas: “[estou] confiante de que Portugal irá continuar no rumo que tem sido seguido e que tem sido bem-sucedido”. Uma declaração de fiança, ainda que desconfiada, da Alemanha, parecia avalizar os primeiros passos do PS à frente do governo. (GALASTRI, 2019, p. 5)

No fim das contas, forjada com base nessa conjunção de fatores e movimentos ao mesmo tempo complementares e contraditórios, foi criada a tal Geringonça portuguesa, uma histórica convergência política entre a centro-esquerda e as esquerdas daquele país. Como síntese sobre as múltiplas razões que explicam e compõem esse fenômeno, uma das falas de André Freire parece valiosa. Segundo o entrevistado, a gênese dessa experiência inédita somente pode ser compreendida se o processo histórico de sua formação for lido em sua totalidade: "Tudo somado. Sobrevivência do Partido Socialista. Sobrevivência do líder do Partido Socialista. Medo da pasokização. Violação de promessas. Maior pragmatismo da esquerda radical, que aceitou por na gaveta algumas das suas exigências" (André Freire, entrevista 7).

2.3.4 Um balanço sobre a experiência

Para se realizar um balanço sobre a experiência política da Geringonça, cabe iniciar com uma noção que pôde ser extraída de todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa: aquela convergência histórica significou mudanças importantes nos rumos da vida política nacional.

Uma das falas de Rita Rato a respeito de sua própria trajetória parlamentar expressa a dimensão dessas alterações. Tendo atuado como deputada em dois governos de maioria relativa liderados pelos socialistas (2009-2011 e 2015-2019), a entrevistada revelou que essas legislaturas foram muito diferentes entre si. Em suas palavras,

> Eu fui deputada em três legislaturas. A primeira legislatura entre 2009 e 2011, com um governo de maioria relativa, com o primeiro-ministro José Sócrates, antes da sua demissão. Entre 2011 e 2015, foi um governo de maioria absoluta e, de 2015 a 2019, foi outra vez um governo de maioria relativa. A experiência entre 2009 e 2011 e a experiência entre 2015 e 2019 são muito distintas. (Rita Rato, entrevista 4)

Tratemos então de compreender o que tornou esses quatro anos de governo PS tão distintos da própria história recente do partido e, simultaneamente, quais foram as influências da Geringonça nesse processo. Para realizar essa interpretação histórica, as entrevistas funcionaram como nossa principal fonte de investigação. Tendo como base a metodologia de análise de conteúdo, foram identificadas quatro grandes temáticas que atravessaram todas as entrevistas no que diz respeito a um balanço sobre seu desenvolvimento: (1*) os alcances proporcionados pela Geringonça entre 2015 e 2019*; (2) os *limites e as contradições daquela experiência*; (3) *a força exercida pela esquerda radical no funcionamento da arquitetura política*; e (4) *a capacidade demonstrada pela experiência no enfrentamento à lógica de austeridade*. Alguns desses temas faziam parte dos eixos estruturantes utilizados pelo pesquisador. Outros foram trazidos à tona pelos próprios entrevistados, tendo surgido no decorrer das conversas. A rigor, essas classificações auxiliaram diretamente na organização das análises, funcionando como ponto de partida para os diálogos estabelecidos entre as falas dos entrevistados, sempre no sentido de buscar reforço, complementaridades e/ou divergências entre as mesmas.

Aquele governo recém-constituído, liderado pelo primeiro-ministro Antônio Costa, era formado apenas pelo PS. Os demais partidos (BE, PCP e PEV) não compunham o executivo, mas asseguravam uma coalização parlamentar de esquerda, firmada a partir de compromissos estabelecidos diretamente com o PS, que sozinho detinha 86 deputados. Tratava-se, portanto, de um governo minoritário do PS apoiado no parlamento pela esquerda, essencialmente pela força do BE e do PCP, que, juntos, tinham 34 deputados. O PEV, que, como sempre, havia se apresentado às eleições em coligação com o PCP, tinha apenas dois deputados, sendo o grupo com menor expressão naquela convergência. Tal como já apresentado, aquele modelo de apoio parlamentar exigia que o governo estivesse em negociação permanente com seus parceiros e suas bases. É nesse sentido que, quando se refere aqui à Geringonça, não se fala exatamente do governo do PS que ocorreu entre 2015 e 2019. Refere-se, na verdade, à inédita arquitetura

construída entre a centro-esquerda e a esquerda, na qual a esquerda radical com representação parlamentar (BE, PCP e PEV) sustentou legislativamente um governo moderado sem fazer parte do mesmo e, ao mesmo tempo, tendo força política para pressioná-lo.

Conforme já destacado, os acordos firmados foram bilaterais. Dentre variados temas, os compromissos comungavam das seguintes diretrizes: superar a "estratégia de empobrecimento seguida por PSD e CDS"; fortalecer as funções sociais do Estado e dos serviços públicos, combatendo a pobreza, as desigualdades sociais e as assimetrias regionais; construir uma "nova estratégia económica assente no crescimento e no emprego, no aumento do rendimento das famílias e na criação de condições para o investimento público e privado"; e valorização da participação dos cidadãos e da descentralização política[150]. Além desses eixos centrais, também foram estabelecidos compromissos específicos sobre variados temas, de acordo com os interesses específicos de cada uma das forças envolvidas.

As soluções políticas giravam em torno de um roteiro basilar que anunciava as principais medidas a serem implementadas com vistas ao combate das políticas de austeridade impostas no governo anterior. Ali estavam as diretrizes que guiariam o governo de António Costa entre 2015 e 2019. Aquele conjunto de acordos estabelecia um campo político de entendimento e um roteiro básico de ações. Assim, embutia no governo perspectivas de rompimento com a tendência histórica recente do próprio PS e alimentava expectativas quanto à melhoria das condições de vida da maior parte da sociedade portuguesa.

O intuito central daquele conjunto de compromissos passava pela contenção e pela reversão das políticas de austeridade iniciadas em 2010 e fortalecidas a partir de 2011. Com base nas entrevistas, nos documentos assinados pelos partidos (soluções políticas) e na bibliografia consultada, sobretudo no estudo realizado por Ferreira (2017), pode-se destacar os principais compromissos práticos saídos daquelas rodadas bilaterais de negociação: reverter o aumento de impostos, os cortes salariais, a reforma curricular e o aumento do número de alunos por turma em escolas; diminuir os custos com energia para a população e para as instalações produtivas; aumentar o salário mínimo para pelo menos 600 euros ao longo da legislatura; descongelar os valores das pensões; acabar com a sobretaxa e os aumentos sucessivos do imposto de renda; combater a precariedade laboral; acabar com o processo de privatizações de empresas públicas e reverter aquelas realizadas na *Environment Global Facilities* (EGF,

[150] Trechos retirados dos documentos que registraram as posições conjuntas firmadas entre o PS e os demais partidos (BE, PCP e PEV). Os documentos se encontram disponíveis nos seguintes repositórios: <https://cdn.impresa.pt/284/9c2/9700333/BE.pdf>; <https://cdn.impresa.pt/14d/378/9700329/PCP.pdf>; <https://www.osverdes.pt/media/Parlamento/PosicaoConjuntaPS_PEV.pdf>. Acesso em 09/10/2020.

empresa de tratamento de resíduos), bem como nas empresas de fornecimento de água e de transporte coletivo de Lisboa e do Porto.

Quanto ao enquadramento político-ideológico dessas medidas, Ferreira (2017), demonstra absoluta clareza sobre o seu caráter moderado. De acordo com a autora, não se tratava de nenhum giro "radical de esquerda", mas do estabelecimento de um diálogo inédito para compromissos pragmáticos.

> Este posicionamento ideológico só seria considerado "radical de esquerda" á luz de um tamanho período de radicalização da direita. No momento histórico específico em que vivemos, estas políticas só podem ser tomadas com o apoio de outros partidos de esquerda, vistos muitas vezes como ideologicamente distantes do Partido Socialista - não só por serem mais coletivistas em questões económicas, mas por serem críticos do processo de integração europeia, defensores de uma renegociação da dívida e opositores à participação de Portugal na NATO. Apesar dessas diferenças, todas as partes compreenderam a necessidade de estabelecerem uma forma de coligação. (FERREIRA, 2017, p. 43)

Tendo como ponto de partida o seu contexto de criação e os compromissos que lhe deram forma inicial, vejamos agora como se deu o desenvolvimento da Geringonça por meio das interpretações dos entrevistados. Primeiramente, tratemos dos *alcances daquela experiência*. De acordo com João Ferrão, a convergência foi capaz de produzir importantes influências sobre o governo PS que vigorou entre 2015 e 2019. Em sua leitura, duas grandes áreas receberam a atenção central do governo: a questão laboral e o Estado Social.

> Antes, com a direita, mas também com o Partido Socialista, tinha começado um processo de dita racionalização de serviços públicos com encerramento de muitos Centros de Saúde, de Escolas, porque diziam que não eram viáveis, etc., o que aumentou muito a desigualdade do ponto de vista territorial. Em condições normais, o Partido Socialista teria continuado a fazer o mesmo. Portanto, durante os anos da Geringonça os dois grandes assuntos eram: a questão laboral (e tudo que tem a ver com salários, condições de trabalho, etc.) e a questão do Estado Social (direito à saúde, ao ensino gratuito, etc.). Estes são os dois grandes temas. Os outros, ou são subalternos ou vêm por causa destes. Por exemplo, se no interior do país grande parte dos equipamentos do Estado Social estão a encerrar, então isto tem que ser também combatido. Mas, o ponto de partida não são as assimetrias territoriais. O ponto de partida é manter o Estado Social em todo o país, porque não pode haver territórios onde os cidadãos beneficiam do Estado Social e outros territórios onde os cidadãos não beneficiam do Estado Social. Esses são os dois pilares, creio eu, em que assenta a ideia de reposição de direitos: a questão laboral e a questão do Estado Social. Os outros assuntos ou são subalternos ou vêm por arrastamento. (João Ferrão, entrevista 6)

De acordo com Jorge Costa, de fato os compromissos tratavam de variados temas relativos à travagem das políticas de austeridade, tais como alteração das políticas orçamentais, reposição de direitos, feriados e rendimentos de trabalhadores, cancelamento do processo de privatizações, atualização do salário mínimo e pensões, etc. Mas, segundo ele, foi possível ir mesmo além do que estava inicialmente firmado.

> Enfim, todo um cardápio de medidas políticas que ficaram previstas. Esse foi o quadro em que, depois, foram negociados os orçamentos do Estado e sempre foi possível que essas negociações não só respeitassem as plataformas programáticas assinadas inicialmente como ainda fossem além delas, sendo incorporados novos elementos políticos negociados parte a parte. […] Foi possível ao longo da legislatura aprovar leis positivas. A Lei de Bases da Saúde é, por exemplo, uma lei muito positiva em face a lei anterior, que era uma lei da direita, totalmente focada na privatização da saúde. [...] a guerra na Lei de Bases da Saúde não era fazer uma lei com a esquerda ou uma lei com os partidos da direita. Era fazer uma Lei de Bases ou não fazer. Fazer uma melhor ou deixar a que já estava. O mesmo com a habitação. Portanto, a direita ficou marginalizada e o debate político deslocou-se para a esquerda, tanto do ponto de vista da aliança quanto do ponto de vista do conflito. […] outra muito importante foi a eliminação da precariedade no Estado, isto é, dos vínculos laborais irregulares que alcançavam dezenas de milhares [de trabalhadores] no Estado. [...] O descongelamento das carreiras e salarial (Jorge Costa, entrevista 1)

Além disso, a Geringonça promoveu uma abertura inédita de diálogos à esquerda em nível nacional. Ao mesmo tempo, ficou provado que seria possível realizar governos mais progressistas do que aqueles que vinham sendo feitos em Portugal nos últimos anos, mesmo no interior dos garrotes impostos pelas regras e metas europeias. Essas lições impactaram tanto na opinião pública que passaram a se ver reverberadas no interior do próprio PS, levando ao debate interno até mesmo certos postulados "autoimpostos". Isso é o que nos indicam as falas de Hugo Mendes.

> Ganharam-se imensas coisas, isso foi uma revolução. Pelo menos, um conjunto de mitos desapareceu. Ganhou-se uma capacidade de diálogo à esquerda que não existia de todo. Hoje é uma coisa fácil, normal. Mesmo com as discordâncias que existam – e existem muitas sobre muitos temas –, há um legado de capacidade de trabalho em conjunto. Portanto, caiu o mito de que o Bloco de Esquerda e o PCP são uma espécie de bichos esquisitos com quem não nos podemos dar, que são irresponsáveis e que não é possível contar com nada para a governação. Esse é um primeiro balanço fundamental e eu acho que isso é determinante para o futuro. Outro balanço é de que é possível governar à esquerda de forma a garantir um conjunto de metas orçamentais com as quais o país continua comprometido, goste-se ou não, e vai continuar comprometido no futuro. E que isso é, apesar de tudo, conciliável com esse diálogo à esquerda e que é possível ter medidas à esquerda mesmo numa conjuntura orçamental difícil, desafiante. [...] As imposições são reais e as balizas são reais. Mas, depois, há muitas coisas que são auto-impostas. Nós vamos além daquilo que nos pedem porque nós interiorizamos um conjunto de constrangimentos que não são bem assim e que nós não vamos mais além porque não queremos nos esforçar. Isso acontece muito no PS. O PS tem uma espécie de complexo de esquerda: Nós não queremos ter nada a ver com aqueles radicais. Nós somos responsáveis, moderados, não somos aqueles malucos. (Hugo Mendes, entrevista 5)

João Ferrão afirmou que já se sabia, desde novembro de 2015, que não se estaria diante de um governo profundamente transformador. Entretanto, por mais moderado que fosse, já significaria grandes mudanças para a realidade nacional. Conforme a experiência ia se sustentando ao longo dos quatro anos, também se revelava um de seus principais resultados: demonstrava-se a falácia da austeridade como única alternativa possível. Tanto a nível interno, quanto em termos europeus.

> Na verdade, o governo da Geringonça não era um governo verdadeiramente transformador. Era um governo para repor a situação que nós tínhamos antes da intervenção da Troika. Repor direitos laborais, repor o nível salarial, repor tudo aquilo que foi destruído. Desse ponto de vista, não era estratégico, era tático. O objetivo não era uma grande transformação da sociedade e isso sempre foi claro desde o início. O objetivo foi inverter a ideia de inevitabilidade de uma política de austeridade, que era apresentada em tons moralistas: "os portugueses viviam acima das suas possibilidades", "a culpa foi dos portugueses", "tinham que ser mais austeros". E a política de austeridade era apresentada como uma inevitabilidade contra a qual era impossível combater. Isso é muito importante porque vai demonstrar que não era verdade, que a razão da intervenção da Troika era outra. Mais tarde, vai também mostrar na União Europeia, o que foi importante, que um país com um governo de centro-esquerda, apoiado pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda, afinal, conseguiu repor os direitos que tinham sido destruídos sem que isso fosse contra alguns dos princípios da União Europeia. (João Ferrão, entrevista 6)

As avaliações de Francisco Louçã seguiram por linhas semelhantes. Ainda que o governo do PS tenha sido tímido em diversas pautas, o programa aplicado entre 2015 e 2019, devido fundamentalmente à força dos partidos de esquerda naquela arquitetura política inédita, provou que a lógica de austeridade não era, afinal, a única alternativa para Portugal. Esse contexto provocou inflexões muito relevantes na interpretação das pessoas em relação aos rumos que deveriam ser adotados.

> […] a opinião pública foi conquistada pela ideia de que as políticas de austeridade eram destrutivas e que era possível, como se viu desde 2015 apesar da pressão da União Europeia, medidas que criassem empregos, crescimento econômico, uma situação mais razoável. Ou seja, as pessoas deixaram de ter medo de ver o noticiário da televisão à noite. Deixaram de temer que lhes mostrasse mais aumentos de impostos ou mais cortes de salários ou pensões. Essa mudança de apreciação pública consolidou-se na ideia que o Partido Socialista expressa de uma forma muito moderada e muito cuidadosa de que pode haver uma pequena recuperação. A esquerda queria uma expansão econômica maior, queria mais medidas, por exemplo, de investimentos nos serviços públicos, na saúde e na educação em particular. Mas, em todo caso, há uma parte muito importante da opinião pública que viveu a experiência de recusar a austeridade. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Outra dimensão importante é que, desse diálogo aberto entre social-democracia e esquerda, criou-se um espaço concreto para aproximações e debates. É evidente que surgiram muito conflitos e obstáculos nesse processo. Entretanto, na medida em que os partidos colidiam, abriam-se também brechas para negociações e construções de certas pautas em comum. Desse modo, seguindo a tônica pragmática já estabelecida nas conversas iniciais que levaram às soluções políticas, os partidos foram aos poucos aprendendo a trabalhar em conjunto. A fala de Hugo Mendes é interessante para captar um pouco dessa dinâmica de contradições e aprendizagens aberta pela Geringonça.

> E todos aqueles medos que existiam... "Não sabemos como eles são", "eles são uns brutos, uns malucos", "eles querem mandar nisso"... Não! Começou-se a perceber que eles são uns tipos normais, com quem se pode falar. Com os quais há algumas discordâncias. Aquelas discordâncias que existem se vão a manter e não vale a pena sublinhá-las, não vale a pena reforçá-las. Vamos procurar as coisas em que podemos

> nos entender. Vamos fazer o mínimo possível para conseguir avanços. E esse espírito muito pragmático foi muito importante para fazer passar obstáculo atrás de obstáculo. E, às tantas, as coisas fluíam naturalmente, pelo menos ali onde nós estávamos. Admito que no resto do Governo, dependia muito do Ministro. Se fosse um Ministro que gostasse da esquerda, dava-se bem. Se fosse um Ministro que não gostasse da esquerda, estava a se borrifar para eles. (Hugo Mendes, entrevista 5)

João Oliveira, por sua vez, procurou destacar as políticas concretas executadas durante aqueles quatro anos. Em sua visão, um balanço da experiência somente pode ser feito com base numa análise sobre o que foi realmente realizado e do que ficou por fazer. Nessa linha, vejamos então qual a sua avaliação.

> […] eu acho que o balanço que a gente tem que fazer daqueles quatro anos é evidentemente positivo. Se há medidas que resolveram problemas sociais gravíssimos que existiam, se há medidas até de novos avanços. Pela primeira vez conseguiu-se uma coisa que o PCP estava a insistir há mais de vinte anos e não conseguíamos: os manuais escolares gratuitos para todas as crianças de escolaridade obrigatória. Durante mais de vinte anos apresentamos projetos na Assembleia da República e bateram-se todos contra a parede. Conseguimos. Depois de quatro anos, todos os manuais escolares são gratuitos na escolaridade obrigatória. Aumentos do abono família. Permitiram mais de 400 mil crianças terem um abono família. Algumas que não tinham e passaram a ter; outras tinham baixo e passaram a ter com valores mais altos. O apoio aos desempregados. A questão das pensões que me referi há um bocado. Todo um conjunto de medidas que foram tomadas. A redução dos preços dos transportes públicos, que foi uma medida com um alcance social a até ambiental absolutamente fenomenal, sobretudo nas áreas metropolitanas. São ganhos objetivos que, naturalmente, tem que se fazer apontar como balanço positivo daqueles quatro anos. (João Oliveira, entrevista 2)

Ainda segundo o entrevistado, um dos principais alcances daquela arquitetura política foi conseguir arrancar do governo socialista uma efetiva paralisação do processo de privatizações. Se lembrarmos que aquele processo já estava em curso desde os anos 1990, tendo apenas se aprofundado a partir de 2011, nota-se a relevância desse fato.

> Houve uma estancagem do processo de privatizações, portanto não houve mais privatizações do que aquelas que já tinham havido. Mas não a reversão daquelas que foram feitas. Com exceção da TAP. A única coisa desse tipo que houve foi em relação à TAP, onde houve uma reversão em 50%. A empresa tinha sido privatizada. Aliás, privatizada pelo governo do PSD e do CDS naquele período em que esteve em gestão e o governo do PS só quis reverter a metade. Ou seja, ficou só com metade do capital da TAP e deixou os acionistas privados com a outra metade. Uma solução que é uma desgraça, o que está agora a se comprovar com os problemas que a empresa continua a ter. (João Oliveira, entrevista 2)

Rita Rato, companheira de partido de João Oliveira, também sublinhou a importância da travagem das privatizações, destacando o caso da TAP e do sistema de transporte público no Porto.

> Foi travada parcialmente a privatização da TAP. A companhia aérea estava para ser privatizada. Foi travada a privatização dos comboios e do metro e dos transportes no Porto. […] Por exemplo, no Porto, o sistema de transporte público já havia um concurso e havia um consórcio mexicano que ficaria com a exploração. Foi possível reverter essa privatização. [...] estava em vias de ser [privatizado] e foi possível

> reverter. Já havia um consórcio mexicano de empresas que iriam ficar. O embaixador do México fez-nos chegar um desagravo da multinacional mexicana que ficaria com aqueles transportes. Isso para o poder econômico foi um insulto, ver um país de 10 milhões que agora estava a contestar essas regras". (Rita Rato, entrevista 4)

Ao mesmo tempo, a entrevistada faz também uma recuperação daquelas que foram, em sua avaliação, as principais e mais relevantes medidas concretas adotadas pelo governo. Nesse trajeto, Rita Rato aproveita para descrever como aquele modelo de convergência, que exigia negociações diárias entre as partes envolvidas, reforçava o papel da ARP no processo de condução do país. Isso moderava, em certa medida, a força do partido que efetivamente estava no governo e, ao mesmo tempo, reforçava o poder de barganha dos partidos de esquerda. Em suas palavras,

> […] esse contexto [da Geringonça] obrigava uma negociação diária. É um contexto que para o Parlamento é muito trabalhoso, mas que a Assembleia ganha um espaço político muito importante. Do ponto de vista da experiência política, as pessoas perceberam que quanto mais força tiverem os partidos pequenos, mais podem condicionar as decisões políticas. [...] Ao mesmo tempo, havia uma necessidade prioritária de se travar um caminho. Os primeiros tempos foram de se travar um caminho e repor direitos que tinham sido roubados. Para mim, por exemplo, é muito arrepiante dizer da lei de interrupção voluntária da gravidez. As mulheres portuguesas tinham conquistado o direito à interrupção voluntária da gravidez e a última lei que foi aprovada no período da Troika foi para tornar mais difícil o acesso à interrupção voluntária. Então, das primeiras questões a serem votadas foi a interrupção voluntária da gravidez, para repor as regras de acesso à IVG. E também a questão relativa à reposição dos quatro feriados que tinham sido roubados. […] Na Administração Pública foram possíveis coisas importantes, que estão nesta listagem que te enviei. Foi possível que os salários com cortes fossem repostos, que iniciasse a progressão das carreiras. Deu-se início à reposição das 35 horas semanais de trabalho, porque o governo do PSD-CDS tinha aumentado para 40. […] Havia um corte no subsídio de desemprego que se ao fim de seis meses o trabalhador não encontrasse emprego, tinha corte de 10% no subsídio, como se a questão de encontrar emprego fosse uma questão individual e não coletiva do país. Havia questões relacionadas com algo muito importante: garantir a gratuidade de livros. Houve medidas também ao nível dos impostos de alívio sobre os rendimentos do trabalho que foram importantes. Houve uma coisa que é muito simbólica, mas que se deve valorizar. Durante esse período houve o objetivo de transformar uma antiga prisão fascista num hotel. Nós nos opusemos a isso desde a primeira hora e foi possível travar esse objetivo. Como é patrimônio do Estado, o governo venderia para um hotel. E nós dissemos que onde foi uma prisão fascista, onde morreram pessoas, onde pessoas foram torturadas, não poderia ser transformado num hotel. Então, vai-se- constituir lá o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, na Fortaleza de Peniche. Isto é um exemplo simbólico, mas que mostra a diferença dessa solução ter um partido, que nesse caso é o partido pelo qual eu posso falar, o Partido Comunista Português, que interveio nessa questão política. (Rita Rato, entrevista 4)

Como apontam as falas de Louçã, mesmo considerando todas as suas contradições e os seus limites, o que a Geringonça estabeleceu naquela legislatura foi uma espécie de plataforma para o trabalho em comum, o que permitiu aproximações até mesmo em áreas onde já se sabia de antemão que se teriam dificuldades. E ele dá um exemplo no qual participaram o BE e o PS:

> […] entre os quatro anos, de 2015 a 2019, houve um grupo de trabalho entre o governo, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda a trabalhar sobre a dívida pública

> (dívida externa), que apresentou um relatório com propostas sobre a reforma de reestruturação da dívida que tivessem capacidade de puxar o conjunto da economia. Houve muitas matérias em que o trabalho comum, havendo acordo ou mesmo não havendo acordo, era preparatório. Os orçamentos eram preparados cuidadosamente. (Francisco Louçã, entrevista 3)

João Oliveira, por sua vez, destaca ainda uma componente política muito importante. Segundo ele, um dos principais resultados positivos daquela experiência foi propiciar uma elevação da moral e das consciências das massas trabalhadoras portuguesas. Para traçar seu argumento, o entrevistado recuperou como o período imediatamente anterior havia sido nocivo nesses aspectos. Assim, colocando em perspectiva toda a década de 2010, percebe-se com clareza o que ele chamou de "inversão completa".

> Se nós recuarmos a março, abril ou maio de 2015, o ponto em que as consciências estavam era de completo desespero, porque as pessoas estavam a levar pancadas havia quatro anos. A lutar como nunca se havia lutado depois do 25 de Abril. Nunca se havia lutado tanto contra um governo e contra as medidas de um governo. E parecia que nada os fazia parar, porque eles [governo PSD-CDS] mantinham a maioria absoluta que tinham [no Parlamento]. Com algum sobressalto de vez em quando, mas consistente. O patrocínio do Presidente da República mantinha-lhes o resto. Mesmo quando eles se desentendiam, o Presidente da República mantinha aquilo tudo atado por arames. Então, a avaliação que nós fazíamos do estado de espírito dos trabalhadores e das massas populares era, de fato, de desorientação, de desânimo, de desespero, de desconfiança, porque as pessoas estavam a lutar tanto e não conseguiam. [...] As pessoas estavam completamente na pobreza, sem cuidados de saúde, sem emprego, sem coisa nenhuma; sem reputação social; totalmente lançadas à sua própria sorte. [...] As pessoas estavam a entrar numa lógica de desespero e a gente sabe que o desespero não é bom conselheiro. Sobretudo, as pessoas começavam a entrar num poço do qual não sabiam como sair. Ora, o caminho que se fez entre 2015 e 2019 inverteu isso completamente, porque não apenas deu uma tradução concreta daquilo que a luta pode dar como resultado, como deu a perspectiva de lutas que passaram a desenvolver-se em condições completamente imprevisíveis. Nós, nesses quatro anos, tivemos um aumento das ações de luta a partir das empresas e locais de trabalho. Não estamos a falar das ações e lutas de convergência geral. Estamos a falar de pequenas empresas onde os trabalhadores se organizaram para lutar por aumento do salário ou pela resolução de um problema de horário de trabalho ou por um problema de segurança no trabalho. Coisas dessas. Aos milhares. Então, naqueles quatro anos, nós identificamos, de fato, uma inversão completa dessa atitude. Isso do ponto de vista político tem um valor muito significativo. (João Oliveira, entrevista 2)

Em termos gerais, esse conjunto de políticas adotadas ao longo dos quatro anos do primeiro governo de António Costa foram decisivos para a gestação de uma nova conjuntura econômica, política e social no país. Do ponto de vista econômico, aquelas medidas trouxeram uma nova dinâmica interna que, ao fim e ao cabo, colocaram em xeque a cartilha pró-cíclica disseminada pelas instituições europeias e há muito replicadas no país – radicalizadas na primeira metade da década. Galastri (2019) tratou dessa questão ressaltando a diminuição do déficit público, o crescimento econômico, a redução do desemprego e o descongelamento de salários e aposentadorias.

> No que se refere a concretos resultados econômicos, alguns números dão uma ideia aproximada da melhoria ocorrida em Portugal: o déficit público baixou para 2% em 2016, considerado o valor mais baixo nas democracias ocidentais; a economia cresceu 2,8% no primeiro trimestre do ano; o desemprego teve relevante queda de 13,2% no final de 2015 para 9,8% no início de 2017. Além disso, houve reposição de salários no funcionalismo público, descongelamento das pensões e aumento do salário mínimo. (GALASTRI, 2019, p. 7)

A nova dinâmica econômica permitiu um processo de recuperação baseado no aumento de salários, pensões e direitos, ou seja, na maior participação dos rendimentos do trabalho na economia. Essa leitura se pode depreender de todas as entrevistas. No conjunto das falas, as interpretações de João Oliveira, Rita Rato e Hugo Mendes se complementam e oferecem uma síntese sobre esse tema.

> […] o fato de ter havido as medidas de aumento dos salários, das pensões, na prática, do aumento do poder de compra, permitiu que a economia portuguesa começasse a ter outra dinâmica. Se as pessoas têm mais poder de compra, a economia também tem outro tipo de resposta porque precisa produzir para dar satisfação às necessidades de quem tem poder de compra e necessidades para satisfazer". (João Oliveira, entrevista 2)
>
> O primeiro-ministro Passos Coelho dizia que o país só sai da crise empobrecendo. O que esses quatros anos, entre 2015 e 2019, provaram foi exatamente o contrário. O país só sai da crise com direitos e com uma política de melhoria de direitos e rendimentos das famílias. Porque é isso que aumenta o consumo e o poder de compra, isso que dinamiza o mercado interno, isso que dinamiza a nossa capacidade de recuperação. (Rita Rato, entrevista 4)
>
> O que foi a austeridade naquele período entre 2011 e 2015? Foram, no fundo, medidas de corte de rendimentos pró-cíclicas. A economia estava a cair e, ao invés do Estado executar políticas contra-cíclicas, ajudou na queda da economia cortando rendimentos. Isso que foi a austeridade. Isso foi revertido a partir de 2015-2016. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Quando se recorre aos dados socioeconômicos disponíveis sobre o período no Instituto Nacional de Estatística (INE), bem como a outras fontes utilizadas nesta pesquisa (FERREIRA, 2017; EESTANQUE, COSTA e FONSECA, 2018; GALASTRI, 2019; LOPES, 2019; FREIRE, 2017 e 2019), pode-se confirmar não apenas a realização da maior parte dos compromissos destacados nas entrevistas como seus efeitos positivos no quadro econômico e social do país. Entre 2015 e 2019, houve uma expressiva recuperação do salário mínimo nacional, que cresceu 18,8%, chegando aos prometidos 600 euros para trabalhadores da esfera privada. Já no funcionalismo público, o salário mínimo chegou a 635 euros. Além disso, os trabalhadores públicos tiveram suas carreiras e seus subsídios progressivamente descongelados e as jornadas de 35 horas semanais repostas. As aposentadorias e seus subsídios também foram descongelados e corrigidos acima da inflação.

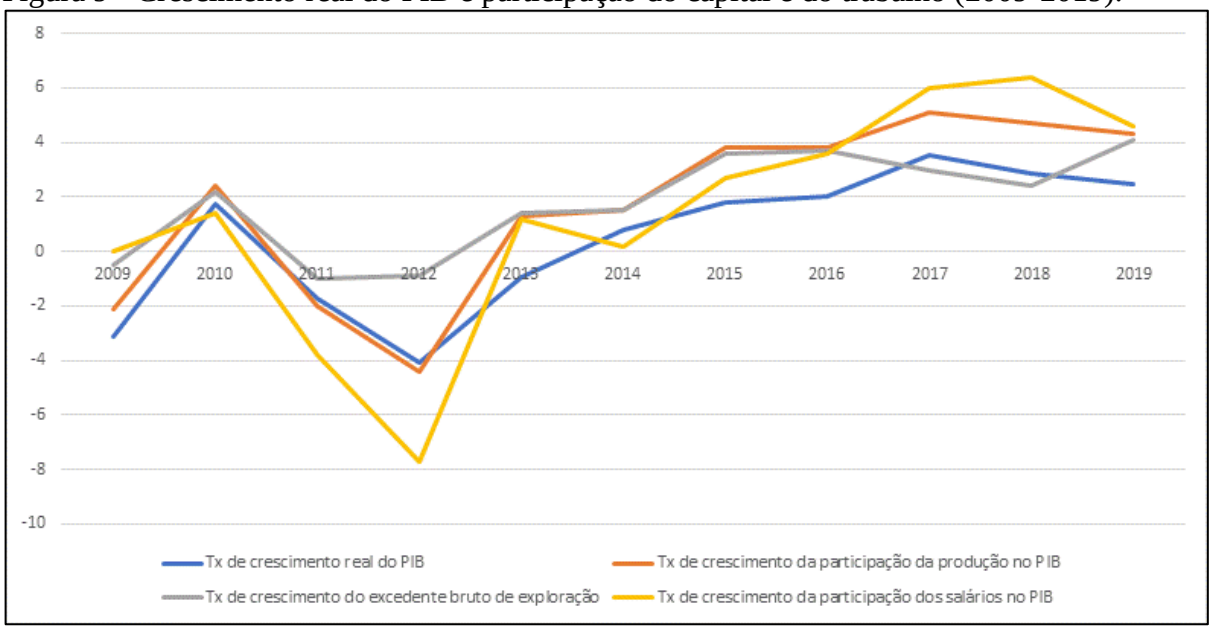
Quanto aos impostos, foi reduzido o IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado) de setores que afetam sensivelmente o consumo das famílias e foram eliminados os aumentos sucessivos e a sobretaxa do imposto de renda sobre os rendimentos mais baixos. Por outro lado, foram

implementados impostos sobre grandes patrimônios (nomeadamente acima de 600 mil euros). Além disso, foram adotadas diversas medidas que impactaram diretamente o custo de vida dos trabalhadores e o acesso aos serviços públicos, tais como: tarifa social de energia, progressiva adoção de manuais escolares gratuitos para os estudantes, alargamento do acesso à educação pré-escolar, subsídios em transportes públicos (passes intermodais com valores populares na região metropolitana de Lisboa), aumento do número de médicos e outros profissionais de saúde do Sistema Nacional de Saúde (SNS) e eliminação de taxas moderadoras para alguns serviços do sistema de saúde.

Já o processo de privatizações e concessões foi de fato paralisado e alguns revertidos. O caso exemplar é o da TAP, no qual o Estado retomou seu controle e passou a deter 50% da companhia, valor expandido em 2020 para 72,5%. O restante ficou dividido entre um consórcio privado e outra cota (pequena, mas estratégica) sob o controle dos trabalhadores. Também são exemplos as concessões da Sociedade Transportes Colectivos do Porto (STCP), da empresa Carris de Lisboa e dos metrôs do Porto e de Lisboa. Todas foram canceladas. Em 2019, iniciou-se também um estudo para uma possível renacionalização da Redes Energéticas Nacionais (REN), o qual acabou não tendo consequências concretas.

Assim, apesar das tensões, os resultados da Geringonça se mostraram relevantes e alteraram significativamente a realidade do país. Segundo o INE, a taxa de crescimento real do PIB assumiu tendência de elevação, fechando em 2,02%, 3,51%, 2,85% e 2,49% entre 2016 e 2019, respectivamente. No mesmo período, a evolução da taxa de participação da produção na economia nacional foi de 3,8%, 5,1%, 4,7%, e 4,3% e a evolução do excedente bruto de exploração foi de 3,7%, 3%, 2,4% e 4,1%. Ao mesmo tempo, o crescimento da participação dos salários no PIB foi de 3,6%, 6%, 6,4% e 4,6%, também entre 2016 e 2019. Nota-se como a evolução da participação dos rendimentos dos trabalhadores na riqueza gerada no país evoluiu em linha ou mesmo acima dos índices relacionados diretamente aos interesses do capital. Quanto aos níveis de desemprego, iniciou-se em 2015 uma tendência de declínio, chegando a 6,5% de desempregados em 2019. Esses dados nos auxiliam a perceber como a contenção da recessão e a retomada da economia nacional teve relação direta com o crescimento do emprego e da massa salarial no país. Para se obter uma visão prolongada no tempo, note-se a abaixo a evolução dos mesmos entre 2009 e 2019.

Figura 9 - Crescimento real do PIB e participação do capital e do trabalho (2009-2019).



Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura 10 - Taxa de desemprego (%) e Salário Mínimo Nacional (euros) (2009-2019).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de desemprego (%)	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9	7	6,5
Salário Mínimo Nacional em valores nominais (euros)	450	475	485	485	485	485	505	530	557	580	600

Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

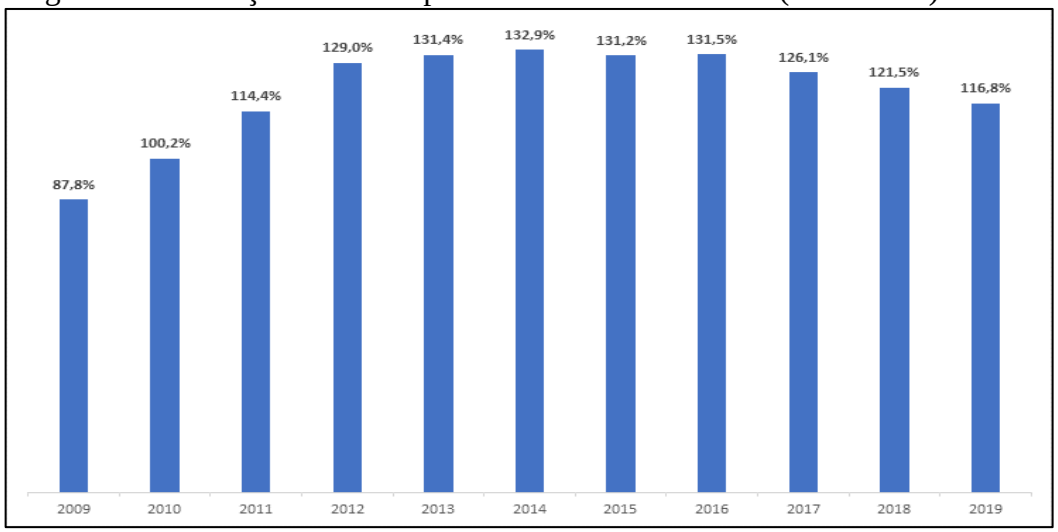
É nesse sentido que André Freire relata a considerável recuperação do cenário socioeconômico. Segundo ele, muitos fatores ajudam a explicar esse processo, desde a governação socialista sustentada parlamentarmente pela esquerda radical até o contexto internacional de baixo preço do petróleo, o que beneficiou um país não produtor como Portugal. Assim, a melhora econômica e social rendeu boas avaliações da população e de todos os envolvidos na experiência, situação que contribuiu também para a superação de muitas das desconfianças iniciais e para a relativa contenção dos ataques oposicionistas que, mesmo assim, nunca cessaram.

> A isso tudo juntou-se também que a economia cresceu, o desemprego desceu. A gestão macroeconômica funcionou muito bem. Claro que aí está por se estudar o contributo relativo dos vários fatores. Um há de ser a governação, outro, o contexto internacional que era favorável. Estava toda gente a crescer, foi a recuperação, o petróleo estava outra vez baixo em termos de preço, e nós somos muito dependentes da importação de produtos petrolíferos. Mas, seja como for, a direita dizia que esta aliança com os comunistas e os bloquistas... o líder do PSD chegou a dizer que ia vir aí o diabo. As expectativas das pessoas eram baixas, mesmo dos apoiantes. Porque eles nunca tinham se entendido em quarenta anos, havia tantas diferenças. Porém, funcionou bem. Os resultados macroeconômicos foram bons. Houve crescimento

> econômico, redução do desemprego, a inflação estabilizou dentro dos níveis exigidos em termos dos pactos europeus (a tendência anterior era deflacionária). Portanto, globalmente foi bem avaliada pela população. Nós temos feito várias sondagens. Quer entre os constituintes do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda ou do Partido Socialista, esta solução foi bem avaliada. (André Freire, entrevista 7)

Por outro lado, persistiram limites no interior daquela conformação que geravam contradições no governo por ela sustentada. Talvez a crítica mais profunda da esquerda tenha recaído sobre a excessiva preocupação governamental com o déficit fiscal e o cumprimento rigoroso do serviço da dívida pública em níveis ainda mais intensos do que se viu no período da Troika. Tal como se vê na próxima figura, a dívida pública que havia crescido fortemente no período da Troika (conflitando com as promessas então anunciadas), entrou em tendência de queda a partir de 2016. Nesse trajeto, também não houve nenhuma iniciativa concreta do governo PS pela auditoria sobre os números desse endividamento, muito menos no sentido de enfrentamento do sistema da dívida, do euro e das ingerências vindas de Bruxelas e Frankfurt.

Figura 11 - Evolução da dívida pública bruta em % do PIB (2009-2019).

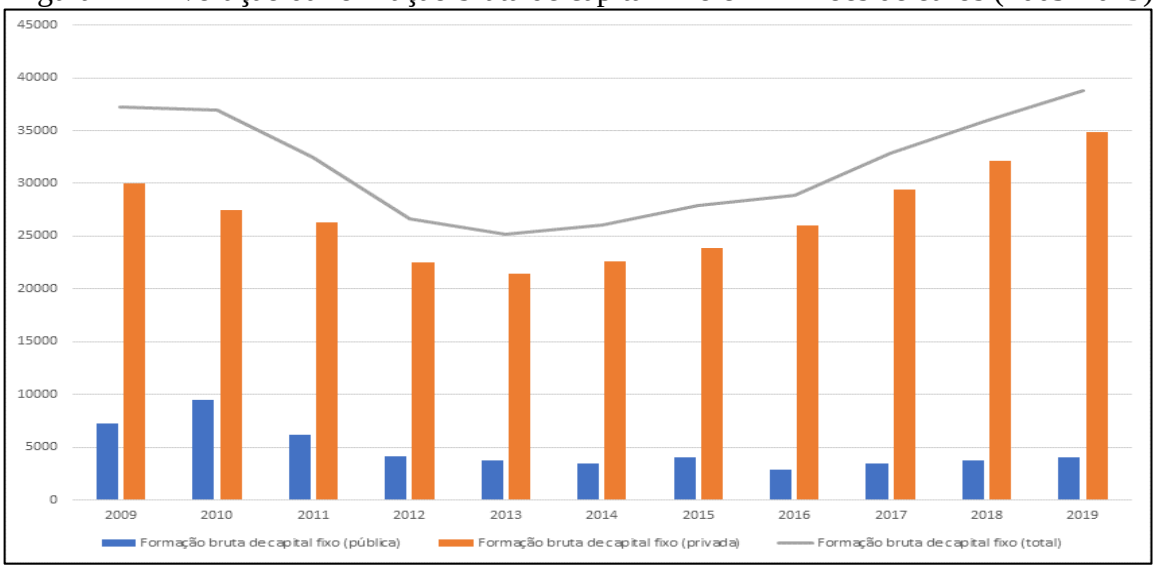


Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco de Portugal (BP).

Devido ao esforço dos socialistas no cumprimento do serviço da dívida, o investimento público praticamente não se alterou em comparação à primeira metade da década, frustrando uma das principais expectativas que havia sobre o governo. Na verdade, a redução percentual da dívida se explica em parte pelo achatamento dos investimentos públicos. Quando se observa a evolução da formação bruta de capital fixo no país, nota-se que o investimento público de 2019 não chegou nem mesmo a recuperar os valores nominais de 2012 Tais contradições ajuda a explicar o porquê das esperadas reformas nos serviços públicos não terem sido mais audaciosas. Ao mesmo tempo, ajudam na compreensão de que o período Geringonça não significou nenhum reforço substantivo do setor público empresarial, ainda que tenha conseguido paralisar o processo de privatizações. Além disso, a experiência não foi capaz de

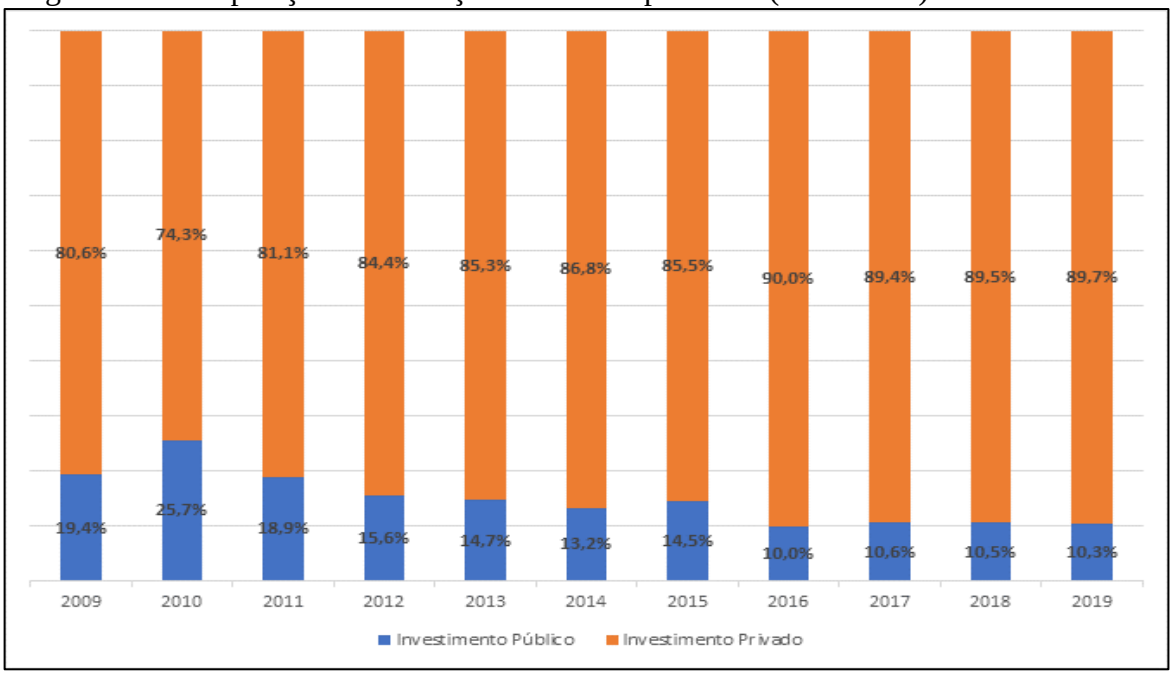
reverter um processo de modificações na composição do investimento em capital fixo no país, movimento no qual, entre 2010 e 2019, o investimento privado se tornou ainda mais predominante na economia nacional, chegando a representar 89,7% do total no fim da série analisada. Entretanto, quando considerada a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, percebe-se que o crescimento do investimento privado entre 2014 e 2019 não foi suficiente para compensar a queda do investimento público ao longo da década. Isso porque o investimento total em capital fixo de 2019 em % do PIB (18,2%) não chegou a alcançar o índice de 2009 (21,2%). Essa evolução se apresenta em mais detalhes nas próximas figuras.

Figura 12 - Evolução da formação bruta de capital fixo em milhões de euros (2009-2019).



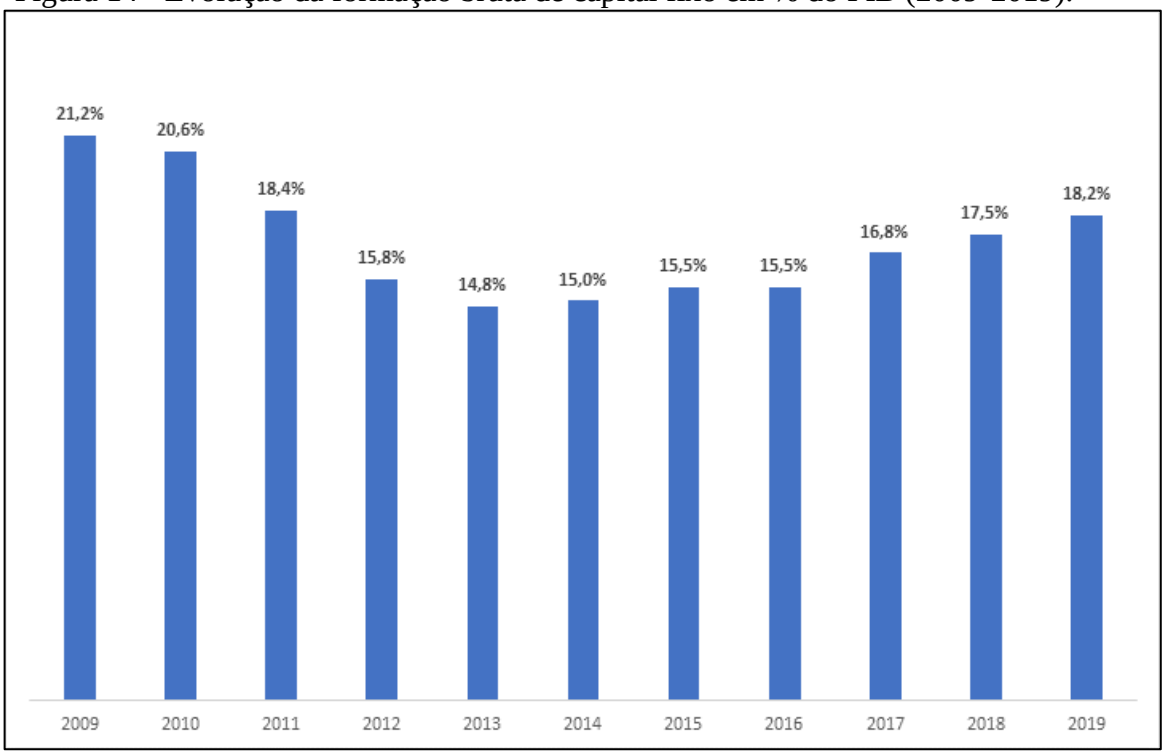
Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura 13 - Composição da formação bruta de capital fixo (2009-2019).



Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura 14 - Evolução da formação bruta de capital fixo em % do PIB (2009-2019).



Elaboração do autor. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Catarina Príncipe (2017), quadro político e intelectual do BE, ao analisar os primeiros dois anos da experiência no que diz respeito ao tema da nova dinâmica econômica, diverge das avaliações positivas dos nossos entrevistados e de outras fontes bibliográficas, como Galastri (2019), Ferreira (2017) e o próprio Freire (2017 e 2019). Segundo a autora, a elevação das rendas de trabalhadores e pensionistas contribuiu para uma reativação da economia interna. Entretanto, não foi o peso decisivo nessa recuperação. Em sua leitura, na ausência da elevação dos investimentos públicos (elemento pétreo para o PS em sua decisão de seguir perseguindo os superavits exigidos por Bruxelas e Frankfurt), a componente central da retomada econômica teria sido a reativação da capacidade produtiva ociosa no país, movimento típico de momentos pós-crise, segundo a autora. Esse processo teria sido alavancado por um conjunto de outros fatores: um contexto externo pós-2015 mais favorável para a economia portuguesa, um ligeiro aumento do investimento privado e as políticas de recuperação de renda promovida pelo governo PS, sob influência da esquerda radical.

> *Portugal went through a period of deep recession. And periods of recession are periods when a lot of a nation's productive capacity cannot be used because there is no market for it. Due to this shift in internal consumption (by some national, but mainly foreign consumers), it is actually possible to produce more (in comparison to what was being produced during the years of deep recession) without any sort of new investment. There has been absolutely no public investment since the beginning of this government, no structural changes in the productive capacity of the country, and only a very small level of private investment. In spite of this, there has been economic growth. But this is no miracle: it is the coming together of some internal factors (small*

> *income growth, shift in the narrative and, therefore, in consumption patterns), but mainly external conjunctural political factors (the support of some European institutions extended to this government, the fall in the price of oil and the mass upsurge in tourism – the latter two mostly due to the on-going political crisis in the Middle East) that have allowed for the moment we are living today*. (PRÍNCIPE, 2017, p. 17)[151]

Imbuídos dessa crítica, tratemos agora de analisar *os limites e as contradições da Geringonça*, tendo como base as informações colhidas por meio das entrevistas. Jorge Costa, por exemplo, aborda conflitos que foram gerados ao longo desses quatro anos entre a esquerda e o governo. Para tanto, recorre a temas nos quais o seu partido, o BE, teve participação e intervenção direta: na Lei de Bases da Saúde e nas questões da habitação e da carreira docente.

> [...] houve muitas matérias em que o Bloco de Esquerda procurou ir além daquilo que estava proposto pelo governo e abriu conflitos [com o governo]. Apresentou propostas próprias, como, por exemplo: no caso de enfrentamento aos privilégios das companhias elétricas; nas questões e benefícios fiscais; na questão da saúde, onde se abriu uma discussão sobre os conteúdos que deveriam ter a Lei de Bases que acabou por ser aprovada e houve uma batalha política relevante sobre a questão das parceiras público-privadas na saúde; na questão da habitação houve também um processo prolongado que acabou por culminar na aprovação da lei. [...] Em muitas áreas houve impossibilidade de avançar e a esquerda perdeu. Na questão dos professores – na recuperação do tempo de carreira dos professores. Em muitas áreas, como essa, não conseguimos fazer valer a nossa posição. (Jorge Costa, entrevista 1)

Rita Rato, por sua vez, destacou outras matérias que foram diretamente impactadas pelos limites do governo, de modo que as influências à esquerda exercidas pela Geringonça não tiveram capacidade de contornar: a reversão de mais privatizações, a anulação da legislação trabalhista aplicada como imposição da Troika e a negociação da dívida pública. Segundo ela, esses foram provavelmente os temas mais sensíveis ao logo da legislatura. A não disponibilidade dos socialistas para se chegar em convergências nessas áreas seria, na avaliação da entrevistada, a demonstração de que o governo PS não poderia ser entendido efetivamente como um governo de esquerda, mas sim, no máximo, como um governo social-democrata influenciado conjunturalmente pela esquerda em algumas pautas.

---

[151] Tradução livre: "Portugal passou por um período de profunda recessão. E períodos de recessão são períodos em que muita da capacidade produtiva de uma nação não pode ser utilizada porque não há mercado para ela. Devido a esta mudança no consumo interno (por alguns consumidores nacionais, mas principalmente estrangeiros), é realmente possível produzir mais (em comparação com o que estava sendo produzido durante os anos de profunda recessão) sem nenhum tipo de novo investimento. Não houve absolutamente nenhum investimento público desde o início deste governo, nenhuma mudança estrutural na capacidade produtiva do país, e apenas um nível muito pequeno de investimento privado. Apesar disso, houve um crescimento econômico. Mas isto não é milagre: é o encontro de alguns fatores internos (pequeno crescimento da renda, mudança na narrativa e, portanto, nos padrões de consumo), mas principalmente fatores políticos conjunturais externos (o apoio de algumas instituições europeias estendido a este governo, a queda no preço do petróleo e o aumento maciço do turismo – estes dois últimos, devido principalmente à crise política em curso no Oriente Médio) que permitiram o momento que estamos vivendo hoje".

> […] a expectativa das pessoas era muito grande. O que eu posso dizer que torna mais evidente e que frustra as expectativas das pessoas são as questões relacionadas com algumas privatizações. Particularmente a reversão da privatização dos CTT, porque poderia ter acontecido. A questão da reversão de outras privatizações e a questão da legislação laboral. Ao fim de quatro anos dessa solução política a legislação laboral do tempo da Troika mantém-se intocável. Nós apresentamos centenas de propostas para repor direitos dos trabalhadores e o PS nunca esteve disponível para isso. Em grande medida, o que define um governo de esquerda, na minha opinião, são duas coisas: a política de privatizações e a política laboral. O que de fato prova que esse governo não é um governo de esquerda foi ter mantido uma legislação laboral profundamente desequilibrada e que desprotege profundamente os trabalhadores. Isso é um exemplo claro de como esse não é um governo de esquerda. […] Acho que talvez aí foi onde as expectativas tenham sido mais dificultadas. E em outra dimensão, em que a maior parte das pessoas não sente diretamente, que é a questão da dívida pública. A necessidade de negociação da dívida pública pode libertar fundos e recursos que são essenciais ao Serviço Nacional de Saúde, a escola pública e muitas outras coisas. O governo manteve uma posição de não negociação da dívida. Isso é um constrangimento objetivo ao desenvolvimento do país. (Rita Rato, entrevista 4)

Associado ao tema da dívida, Hugo Mendes sublinhou mais uma grande contradição. Se, por um lado, era possível verificar uma recuperação via aumento da participação dos salários na economia, por outro, essa recuperação poderia ter sido ainda mais pujante se, ao lado dessa medida anticíclica, os investimentos públicos também tivessem sido elevados. Isso não ocorreu. Para além de se perder uma boa oportunidade histórica, gerou-se ainda mais brechas para ataques vindos da direita. Nas palavras do entrevistado,

> [a] direita sempre olhou para essa experiência dos últimos quatro anos dizendo: Vocês não cortam salários e pensões, mas cortam no investimento público". Isto não é inteiramente mentira. Ou melhor, há uma grande parte de verdade nisso. […] Por um lado, a economia já estava a crescer e, portanto, crescia a capacidade fiscal, para redistribuir. Mas, a direita tem razão quando diz: "é verdade que vocês repuseram salários e pensões, mas há aqui uma coisa escondida, o investimento público". O país gasta muito pouco em investimento público. (Hugo Mendes, entrevista 5)

As questões da dívida e do investimento públicos acabam por revelar aquela que provavelmente foi a principal limitação do governo do PS: a continuidade da subordinação às ingerências externas. Era um processo associado à histórica posição adotada pelos socialistas de alinhamento às determinações europeias, tendo sido um tema tratado por todos os entrevistados. O próprio Hugo Mendes, ainda que não tenha demonstrado afastamento das teses centrais do seu partido, chegou a admitir que as amarras do euro e da UE funcionaram, de fato, como um dos principais limites da Geringonça. Segundo ele, em tempos de recessão, essas regras gerais se revelam particularmente problemáticas.

> Há aqui sempre uma espécie de elefante no meio da sala à esquerda. Esse é daquele tipo de assunto sobre o qual havia consenso em não tocar. Nós, o Bloco e o PCP não íamos nos chatear por causa disso. Tudo que vinha da Europa na maior parte das vezes eles discordavam. Nós aceitávamos, ou porque éramos obrigados por uma questão legal ou porque fazia parte do nosso legado político e aceitávamos. [...] Em tempos normais, a questão europeia não é uma questão relevante. Se a economia estiver a

> crescer, se houver rendimentos a distribuir, se houver vontade política à esquerda, a Europa não é um problema. O problema é em contextos de aperto, em que a Europa diz aos Estados: "Desculpem lá, mas vocês têm que reduzir o déficit mais depressa, não dá para esperar pela economia, não dá para ter políticas mais progressistas. Vocês têm que fazer um apertãozinho". E é nesse momento do apertãozinho que é mais difícil unir a esquerda, porque o Bloco e o PCP tenderão a pôr-se de fora e a dizer: "Não contem conosco para isso". Essa é a parte que a fratura mantém-se, face ao passado. (Hugo Mendes, entrevista 5)

De fato, apesar da experiência ter sido capaz de alterar parcialmente a política de deflação (desvalorização geral de preços) preconizada pelo programa de austeridade como pretensa válvula propulsora da competitividade da produção nacional na arena global, manteve-se intacto grande parte do consenso de direita formado ao longo da restauração capitalista ocorrida nas últimas décadas. Sobretudo em temas estruturais relativos à adesão ao projeto europeu e no campo da economia. Segundo Rita Rato, essas barreiras não eram nem um pouco surpreendentes. Sabia-se desde o início que ali estavam bem demarcados os limites do governo PS. As entrevistas de Jorge Costa e Francisco Louçã também dão conta dessa consciência. A esquerda radical sabia muito bem onde estava entrando e com quem estava negociando. Caberia àquela convergência política tentar gerenciar as contradições daí derivadas.

> Eu acho que na questão da dívida pública, nas matérias estruturais da política econômica e da política externa existe um consenso à direita. O PS integra esse consenso. Portanto, aí não foi possível sequer discutir. Isso foi assumido desde a primeira vez. Isso não nos surpreende. Para tu perceberes, muitas vezes as pessoas nos diziam assim: "então, o PCP está desiludido com o Costa? Acharam que iam tão longe e agora não vão e estão desiludido?" E eu dizia sempre: "não estou desiludida porque nunca estive iludida". Só quem esteve iludido de achar que isso agora ia ser fácil e o PS ia deixar de ser quem foi é que pensaria assim. […] Nós nunca dissemos que existia uma maioria parlamentar, nem uma maioria de esquerda. Porque o Partido Socialista é um partido, à semelhança dos partidos socialistas europeus, que tem uma base num eleitorado de esquerda ou que seria mais de esquerda, mas que tem uma prática política de direita. Nós não podemos dizer que o Partido Socialista é de direita, porque não é, mas é um partido de política de direita, porque sempre que esteve nos governos ou sempre que pôde influenciar executou uma política de direita. E não podíamos dizer nunca que o PS é um partido de esquerda e que isso era um governo de esquerda. (Rita Rato, entrevista 4)

A partir de um exemplo concreto, a entrevistada comunista procurou apresentar como aqueles limites se desdobravam não apenas como contradições para o funcionamento da experiência política, mas como efeitos negativos para a vida da população, especialmente para a classe trabalhadora e os setores populares que vivem nas periferias urbanas e zonas rurais do país. O caso-exemplo foi a questão do transporte público e a política de passes populares, possivelmente uma das mais relevantes desenvolvidas entre 2015 e 2019. Por meio dele, Rita Rato expôs o movimento contraditório que se dava entre medidas positivas propiciadas pela Geringonça e consequências nocivas provocadas pelas formas como as mesmas eram efetivamente implementadas pelo governo PS.

> Eu vivo na periferia. Uma das medidas pelas quais o PCP se anda a bater há décadas é a questão de um passe de transportes mais barato, em que todos os transportes estejam envolvidos. O PS nunca quis. O PSD e o CDS nem precisa falar, queriam privatizar. Entretanto, foi possível conseguir isso. A redução do valor do passe do transporte é muito importante. Imagina que existiam pessoas que ganhavam um salário mínimo ou menos que um salário mínimo – o salário mínimo com os descontos feitos não chega a 600 euros. No nosso país existem quase 750 mil pessoas trabalhadoras que sobrevivem com o salário mínimo. Ninguém vive, sobrevive. Essas pessoas pagavam um passe de transporte que podia ir aos 90 euros. Alguns pagavam mais de 100 euros em transportes, num salário de 500. Imagina se forem várias pessoas em uma família. Foi possível, por força do PCP e das nossas propostas, que o governo aplicasse uma redução no valor do passe. Mas a verdade é que aplicou a redução do valor, mas não melhorou a oferta. Então muitas vezes eu estou aqui com o meu filho para entrar no comboio e não conseguimos entrar. É tanta gente que não conseguimos entrar. E o que ouvimos as pessoas dizerem? "Foi para isso que reduziram o valor do passe? Reduziram o valor e agora não põe carruagem". Isso é um caldo de cultura para o crescimento da extrema-direita e do fascismo. É um caldo de cultura para isso. Claro que isso é muito importante do ponto de vista econômico para as famílias. É muito importante sem dúvidas. Mas isso tem que ser acompanhado na melhoria da oferta, da qualidade dos transportes, em mais horários, em mais carruagens. Se não for, a extrema-direita está aí, com o campo todo aberto para fazer uma conquista e um benefício contra a democracia. A extrema-direita tem um campo aberto para transformar uma conquista democrática em um argumento antidemocrático. (Rita Rato, entrevista 4)

A recusa do PS em debater temas estruturais interditava possibilidades de se ir mais adiante naquele processo de recuperação iniciado no fim de 2015 e, ao mesmo tempo, afetava diretamente as relações entre os parceiros políticos. Sobre as questões derivadas da continuidade de adesão acrítica à União Europeia e ao seu sistema econômico-monetário, Francisco Louçã apresentou de modo bastante sucinto a sua avaliação sobre a dinâmica exercida pelo bloco em países da periferia continental. Ao mesmo, revelou como as pressões vindas de Bruxelas e Frankfurt continuaram impactando Portugal mesmo no período de vigência da Geringonça.

> A União Europeia funciona como uma imposição de um limite legal, porque o Tratado Europeu define que os orçamentos sejam controlados pela União Europeia e o déficit deve ser menor que 3% e caminhar para zero. São regras que são de austeridade. Num contexto de crise econômica, essas regras acentuam as dificuldades de uma economia e punem as economias deficitárias e valorizam as economias superavitárias, como da Alemanha. Portanto, a União Europeia é um sistema em que os pobres pagam a Alemanha para ter mais vantagem econômica. Essa pressão existia. Mas há margens de manobra que cada um dos Estado podem aproveitar. A União Europeia não pode impor, a não ser com esses programas da Troika, o aumento de impostos sobre o trabalho. […] A União Europeia, aliás, chegou a fazer ameaças. Ameaçou pressionar o não aumento do salário mínimo nacional, mas isso não foi aceito e concretizado. Fez uma ameaça de sanções econômicas que foram votadas e por uma diferença de um voto na Comissão Europeia não foram aplicadas. Era escandaloso, na verdade. Portugal iria ser punido com uma sanção econômica por ter um déficit a volta de 1% e a França não seria punida tendo um déficit de 3%. Isso tudo é o arbítrio de como funciona a União Europeia. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Segundo o entrevistado, de modo geral "a resposta contra essas pressões foi um combate contra a austeridade" (Francisco Louçã, entrevista 3). Não no sentido de confrontar a

institucionalidade política e as regras econômicas do bloco, vista a indisposição socialista nessas pautas. Na verdade, esse movimento de combate à austeridade se deu exclusivamente nas margens de manobra que ainda restam aos ambientes políticos nacionais. Isto é, em temas de política interna que, mesmo após Maastritch, Lisboa e o processo de unificação monetária, ainda preservam algum nível de soberania nacional perante às muitas amarras europeias. As brechas não eram grandes, mas foi justamente por elas que se realizaram as mais importantes medidas de combate à austeridade entre 2015 e 2019.

Diretamente relacionado à esse campo, surge mais uma temática que atravessou todas as entrevistas: *a força decisiva da experiência Geringonça era a força da esquerda*. Foi a pressão exercida pelos partidos de esquerda por meio da arquitetura política montada na Geringonça que garantiu a execução das principais políticas do primeiro governo de António Costa. Esse tema foi tratado muito explicitamente por Hugo Mendes. Segundo sua própria avaliação, a verdadeira potência daquela experiência sempre esteve na força e na capacidade de pressão exercida pelos partidos de esquerda na mesma, provocando efeitos concretos sobre as ações governamentais. Aliás, como aponta o entrevistado, as grandes pautas, ou seja, as principais políticas implementadas pelo governo não eram originalmente socialistas. Ainda que isso gerasse certas confusões na percepção de grande parte da população, aquela agenda progressista era de responsabilidade fundamental do PCP e do BE.

> Eram sempre Orçamentos de cedências. As coisas fundamentais, as grandes medidas do Orçamento não eram dele. Depois, eram vistas como [sendo] do PS pela população. Isso é uma coisa que a esquerda nunca conseguiu ultrapassar. Ou seja, as medidas que eram negociadas entre o Bloco de Esquerda, o PCP e o Governo, quando chegava à altura da implementação, era o Governo que era reconhecido como o autor das medidas. Quer dizer.... o aumento das pensões. O PS nunca quis aumentar pensões. Foram sempre exigências fundamentais do PCP. Mas quem é que manda o cheque para casa? Não é o PCP, é o Governo. Portanto, as pessoas viam o Antônio Costa como o pai do aumento das pensões. Não era o Jerônimo de Sousa, não era a Catarina Martins, embora aquelas medidas só existissem lá no Orçamento porque eles fizeram pressão. Caso contrário, nunca teria havido. O PS tinha planejado congelar as pensões desde o início. E não só houve o aumento automático, como em todos os Orçamentos houve aumentos extraordinários. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Quando questionado se o cenário de recuperação e as principais medidas do governo PS teriam alguma relação com a intervenção dos partidos da esquerda radical nesse processo, André Freire também foi claro e direto:

> Tiveram. Nós perguntamos isso e as pessoas reconheceram isso. É reconhecido em várias medidas. Por exemplo, a medida que o Partido Socialista propunha para estimular o crescimento econômico era reduzir as transferências para a segurança social dos trabalhadores mais pobres, porque ia aumentar os rendimentos deles, mas ia descapitalizar a segurança social. A esquerda exigiu que isso não acontecesse. Não foi feito. [...] Era a TSU dos trabalhadores. A TSU que a direita tinha proposto era assim: cortava a TSU dos patrões e aumentava a dos trabalhadores. Isso deu uma

> insurreição generalizada. Isso era demais. Mas aqui não era bem isso. Era assim: os trabalhadores da base da escala social são aqueles que consomem mais do seu rendimento e poupam menos, mas também são os que têm menos recursos. Se aumentarmos os seus recursos eles vão estimular mais a economia do ponto de vista do consumo. Como é que podemos, se os recursos são limitados? Iam reduzir as contribuições dos trabalhadores da base, os mais pobres, para a segurança social. Mas isso tinha um *trade-off*: descapitalizar a segurança social. A esquerda opôs-se a isso. O Partido Socialista queria fazer a recuperação dos cortes nos rendimentos, salários e pensões só ao meio da legislatura. A esquerda obrigou a que isso fosse feito logo no primeiro ano. Há várias outras medidas que estão descritas no meu livro e neste artigo. Portanto, há uma influência de esquerda, claro. (André Freire, entrevista 7)

Ao mesmo tempo, a recusa do PS em enfrentar as amarras europeias acabou por contribuir para a estabilidade daquela experiência, sobretudo no que diz respeito à resistência frente às pressões e desconfianças que vinham de muitos lados – da Europa, da direita nacional, da comunicação social. Nesse ponto, uma das avaliações de André Freire é particularmente valiosa. Para sua sustentação política ao longo de toda a legislatura, a arquitetura Geringonça acabou contando com contribuições vindas da adesão social-democrata ao culto europeísta, com seu rigoroso controle dos déficits e sua preocupação de redução da dívida pública. Isso significa que esses objetivos, que se mantiveram como uma das prioridades do governo Costa, ao mesmo tempo em que limitaram os resultados alcançados durante a governação, acabaram por oferecer um ambiente político menos hostil em relação àquela histórica experiência que dava sustentação aos socialistas.

> E há também uma influência do Partido Socialista. Isto é muito importante e também é o segredo do sucesso e da boa avaliação. A princípio, até a União Europeia era contra este governo, [por conta dos] comunistas e aquelas coisas. Foi preciso batalhar, mas tudo isso, a recuperação de rendimentos, reversão de privatizações, investimento nos serviços públicos, descongelamento de carreiras, etc. foi feito cumprindo as regras europeias do déficit. Da dívida não, porque isso demora mais tempo e agora com a pandemia nem sei como está. [...] Isso é um grande contributo do Partido Socialista, que geriu bem as coisas. Esse é um ponto forte deles. Como a social-democracia europeia em geral, é bastante europeísta. Quiseram fazer isso cumprindo as regras europeias. Portanto, há influência de todos [para o sucesso da Geringonça]. (André Freire, entrevista 7)

Esse tipo de gestão econômica, apesar de contraditório com as principais mudanças aplicadas pelo governo em função da pressão da esquerda, acabou por gerar uma espécie de "salvo-conduto" que alargava as possibilidades para as margens de manobra em outros temas relativos à recuperação socioeconômica do país, como a travagem das privatizações, a recuperação de direitos e a elevação do salário mínimo e das pensões. Era justamente nessa articulação entre alcances, limites e contradições que repousava a apreciação positiva da população portuguesa ao longo daqueles quatro anos.

> A medida que se percebe que a coligação funcionava, que havia lealdade, que a economia recuperava um bocadinho, há uma coisa que se nota: este era um governo

> popular. As pessoas gostavam desse governo, as pessoas à esquerda. Mesmo que as elites do PS mantivessem dúvidas, este era um governo genuinamente popular. As pessoas estavam a gostar da experiência. E isso tornava o seu fim muito difícil. Quem colocasse um fim àquela experiência, que era popular, seria penalizado. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Associada à força exercida pela esquerda no interior daqueles entendimentos, para que essa combinação complexa pudesse ter algum êxito também foi decisivo o *modo de funcionamento daquela arquitetura política*. A forma encontrada pelos partidos da esquerda radical para contornar os limites impostos pelo PS ao longo da legislatura foi engenhosa e, ao mesmo tempo, fundamental para o sucesso da experiência. Tanto BE quanto PCP e PEV perceberam que somente poderiam confiar em compromissos que dependessem exclusivamente da ARP para serem efetivados. Todas aquelas medidas que estivessem sujeitas a movimentos posteriores do governo, como a liberação de verbas pelo Ministério das Finanças ou a execução de obras e investimentos públicos por outros ministérios e secretarias, ficariam sempre à mercê das vontades conjunturais do governo, as quais, sempre se soube, eram particularmente avessas quanto à agenda macroeconômica progressista defendida por esses partidos. Ciente disso, a esquerda focou seu arsenal de fogo, ou seja, sua capacidade de pressão, nas negociações para assuntos cuja responsabilidade de implementação estivesse essencialmente na ARP, espaço onde possuíam maior margem de atuação. Mais uma vez, a entrevista de Hugo Mendes foi reveladora.

> E há aqui uma explicação que tem a ver com o Bloco de Esquerda e o PCP. É uma forma de olharmos porque a Geringonça funcionou, uma espécie de determinante institucional. Por que a Geringonça privilegiou aumentos de salários, aumentos de pensões e redução de alguns impostos? Não é apenas porque isso é mais visível do ponto de vista público. Mas é também, e sobretudo, porque eram as únicas coisas que os partidos conseguiam controlar não estando no governo. Eram medidas que passavam pela Assembleia e eles controlavam a Assembleia. Para aumentar salários, para aumentar a função pública, para aumentar as pensões, para reduzir impostos são diplomas que têm que passar pela Assembleia. E esse era o único poder que eles tinham. Tudo que passava pela esfera executiva eles tinham poder zero. Num certo sentido, era muito frustrante. E eu falo isso porque já estive dos dois lados. Eu naquela altura estava na Assembleia e negociava os Orçamentos com eles e nos batíamos todos por Orçamentos robustos à esquerda, mas depois havia uma grande incerteza que era: daquilo que foi negociado, o que significativamente seria implementado algum dia? A única certeza era aquilo que passava pela Assembleia. Salários, pensões, impostos. Todo o resto, que depende da execução das Finanças, da Educação, das Infraestruturas, do que seja, os partidos já não tinham nada a ver. E muitas dessas coisas que estavam escritas nos Orçamentos nunca se tornavam realidade. E hoje continua a ser assim. Isso é fundamental para perceber o porquê se privilegiaram alguns tipos de medidas. Eram populares é verdade, mas eram as únicas medidas que aqueles partidos podiam controlar, que podiam garantir que iam para frente. Todas as outras eram muito difíceis. A partir de um determinado momento que nós próprios dissemos: "E pá, já chega essa coisa da evolução de rendimentos". Não porque seja mal, mas porque a economia precisa de outros inputs, precisa de mais consumo privado, precisa de mais investimento público, isso era impossível negociar com eles [BE e PCP]. Não porque eles não quisessem investimentos públicos. Eles gostam mais de investimento público do que que nós. Não é isso... [Diziam eles:] "E pá, mas nós

> não garantimos que vocês executarão. Nós não podemos carregar o botão. Nós não garantimos que aquele hospital será feito, que aquela estrada será feita. Não estão no poder da Assembleia. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Para clarificar essa dimensão, o entrevistado utilizou ainda um exemplo de sua atuação pessoal no Ministério das Infraestruturas, espaço governamental onde se encontrava no momento da entrevista. Segundo ele,

> [o]s Orçamentos, naquilo que depende das Finanças, são puramente virtuais. Ou seja, a despesa corrente de salários e alguma compra de bens e serviços são inevitáveis. Isso vai acontecer. Agora, tudo que é despesa de capital – e eu sei o que falo, porque estou no Ministério do investimento público [Infraestruturas] – eu não sei se aquilo vai acontecer, eu próprio não sei. Não sei o que ao longo do ano vamos conseguir executar, [devido a] muitas variáveis. Uma delas é porque em grande medida dependemos das Finanças, da liquidação do dinheiro para o investimento. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Nesse quesito, mais um elemento merece destaque: as diferenças que existiam no ambiente de negociações entre os parceiros. As formas de organização partidária do PCP e do BE, diretamente vinculadas às suas tradições políticas, promoviam distintas realidades no desenvolvimento daquela experiência. Se, por um lado, era menos custoso negociar com o BE, por outro lado, o PCP foi sempre uma pedra no sapato do PS. Hugo Mendes traz detalhes sobre como eram essas relações bilaterais e como suas diferenças produziram diferentes influências naquela arena de diálogos e embates.

> Uma coisa é haver acordo de princípios, outra coisa são os detalhes legislativos em que o PCP, aí sim, é muito mais difícil do que o Bloco. O Bloco é muito mais flexível, fácil de negociar. O PCP não, é muito minucioso, é muito detalhado nas coisas, o que torna a negociação muito mais difícil, dura. [...] São mesmo partidos muito, muito diferentes. O PCP tem um núcleo de negociadores, uns na frente parlamentar e outros que não são deputados, mas que têm uma longa experiência política – fazem parte do Comitê Central –, que tem posições muito doutrinárias sobre determinadas questões e bem fundamentadas. Concordemos ou não, são muito bem fundamentadas. O Bloco é muito mais flexível e, nesse sentido, muito menos preparado que o PCP. O que é natural. O PCP tem décadas de história e quadros e uma reflexão doutrinária muito profunda. O Bloco não. É muito mais ágil, flexível e também menos preparado. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Na sequência, o entrevistado aprofundou sua avaliação quanto às diferenças partidárias entre os novos parceiros do PS, características que marcavam as negociações travadas no âmbito da Geringonça e influenciavam diretamente no primeiro governo de António Costa. Enquanto o Bloco possui menos quadros e é mais flexível do ponto de vista político-ideológico, o PCP é rígido com a sua linha teórico-programática. Na prática, os comunistas eram mais preparados e informados sobre o que se passava no terreno, o que os permitia serem mais firmes nos diálogos com os socialistas. Isso porque o PCP possui mais quadros, formados diretamente na inserção militante e organizada que o partido promove em suas bases. Por outro lado, o

entrevistado destaca que a flexibilidade do BE permitia se avançar com soluções políticas mais inventivas sobre os temas tratados. Já o PCP seria mais doutrinário e menos aberto para se chegar em pontos de convergência sobre as políticas concretas a serem implementadas. Nas palavras de Hugo Mendes, os comunistas se comportariam como uma espécie de “animal velho teimoso". Em suas palavras,

> [o] Bloco tem menos quadros. As vezes isso também joga contra eles, porque o Governo é muito manhoso em algumas negociações. O Governo, as Finanças, os Ministros são as vezes um bocado manhosos nas negociações. E o Bloco as vezes era facilmente... não vou dizer enganado, mas era mais fácil chegar a um acordo com eles em que eles não negociavam de forma muito dura. O PCP não. Não era possível enganar o PCP, o PCP era muitíssimo minucioso. Em muitos casos, o PCP sabia mais do que o Governo, mais que os Ministros. Do ponto de vista do conhecimento das instituições, como o PCP tem um sindicalismo muito forte na função pública, eles sabiam mais do que o Governo em muitos casos. Eram eles que alertavam para determinadas situações, porque eram situações do terreno, do funcionamento cotidiano das instituições, dos institutos públicos, escolas, hospitais, empresas públicas. As vezes eles sabiam mesmo mais do que nós e não tínhamos mesmo como responder. O Bloco de Esquerda não tem essa implantação. O Bloco de Esquerda consegue falar com algumas pessoas, mas não tem uma implementação institucionalizada nas instituições, nos sindicatos. Portanto, eles vão sabendo de algumas coisas, mas não é a mesma coisa. (Hugo Mendes, entrevista 5)

O relato de Hugo Mendes acerca das consideráveis diferenças político-organizativas entre os partidos envolvidos naquela experiência jogou luz sobre a forma como Rita Rato abriu nossas conversas. Diferente de todos os entrevistados, antes de responder qualquer pergunta, ela fez questão de ressalvar que todas as suas considerações sobre o tema possuíam relação direta com a sua vinculação partidária. Para tanto, destacou as características organizativas do seu partido, aquelas que o tornam único dentro do espectro político português e da própria esquerda nacional. Esses apontamentos, que a princípio nos pareceram distantes dos nossos interesses de pesquisa, aos poucos, no decorrer dos estudos, revelaram-se importantes, pois expressam as distinções do PCP em relação os demais partidos envolvidos, condição que se desdobrava em mais organização, mais coesão interna e maior rigor nas negociações com o governo.

> […] talvez seja importante dizer duas coisas já de início. A primeira é que essa entrevista e as minhas respostas são inseparáveis da forma como nós no PCP exercemos o nosso mandato. E isso é muito diferente de partido para partido, até dentro da esquerda. Em primeiro lugar, nós no PCP exercemos o mandato sempre em exclusividade, ou seja, um deputado do PCP só é deputado do PCP. E mesmo assim não temos tempo para tudo o que seria necessário. Depois, para além disso, somos eleitos sob um princípio estatutário desse partido de não ser nem beneficiados nem prejudicados. Ou seja, nós enquanto estamos eleitos na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, em todos os órgãos públicos não recebemos mais do que aquilo que receberíamos na nossa vida profissional. É um princípio que temos. Mantemos os mesmos rendimentos que já tínhamos e a diferença entregamos ao partido como um contributo dos eleitos para o partido. Para além disso, a forma como exercemos o mandato é de uma total disponibilidade, ou seja, não vemos o mandato como uma

> vitória pessoal de estarmos nas listas e sermos eleitos. O mandato é do partido, não é do deputado. [...] Por isso que exercermos o mandato da forma como exercemos. Vou dar um exemplo. Para outros partidos de esquerda, são os deputados quem escolhem as suas assessorias. No PCP, não somos nós quem escolhemos a nossa assessoria. É o partido que, dentro das nossas possibilidades, organiza o trabalho. Ou seja, não somos deputados por pequenas fazendas, somos deputados do partido e representamos o partido. Por isso temos uma visão mais global e isso é o que distingue, em grande medida, o Partido Comunista Português de todos os outros partidos de esquerda em Portugal. (Rita Rato, entrevista 4)

Já no fim da entrevista, Hugo Mendes voltou a ressaltar as diferenças entre o PS, o BE e o PCP. Nesse momento, o entrevistado revelou, mais uma vez com muita clareza, a preocupação essencialmente eleitoral dos socialistas e as linhas mais consistentes do ponto de vista político-programático dos seus parceiros, taxados por ele como "excessivamente ideológicos" ou, no caso do PCP, de "doutrinário", devido o seu maior rigor ideológico comparado mesmo com o BE.

> A maior parte das pessoas não pensam ideologicamente, nem sabe o que isso é. Na verdade, das questões programáticas, na maior parte das vezes, as pessoas não querem saber. E isso é um drama para a esquerda, sobretudo para a esquerda do Bloco de Esquerda e do PCP, porque eles são muito mais doutrinários e ideológicos do que o PS. Portanto, eles cometem muitas vezes o erro. Mais o Bloco de Esquerda, porque não conhece tão bem o seu eleitorado como o PCP, que conhece muito bem seu eleitorado. O Bloco não conhece tão bem, até porque é mais difícil, é um eleitorado mais flutuante, mais volátil. Eu já disse isso ao Jorge [Costa], já disse isso a essa malta toda: [vocês] são excessivamente ideológicos. Não são só muito mais à esquerda do que o eleitorado, como são muito mais ideológicos do que o eleitorado que vota neles. Não estou a falar dos 3-4% que são o coração do partido. Estou a falar daquele conjunto de pessoas que os permite passar dos 3% para os 10%. Essas pessoas não são tão de esquerda como eles são, não são tão coerentes do ponto de vista ideológico como eles são. Isso as vezes prejudica-os – essa procura da coerência. O que é normal, salutar em um partido político, mas isso muitas vezes joga contra eles. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Há aqui um nítido contraste com uma das falas de Rita Rato, quando a autora destaca o caráter revolucionário do PCP, de modo que as eleições e o espaço parlamentar aparecem para esse partido como um importante espaço de atuação no interior da democracia burguesa, mas não como o único ou mais importante lugar da luta política dos comunistas. Na sequência, Hugo Mendes continuou revelando características que diferenciavam as relações entre PS-PCP, por um lado, e PS-BE, por outro. Segundo ele, ambos os partidos eram tratados de formas distintas pelo PS, a depender do núcleo socialista que estivesse em cena. Esse conjunto de fatores, segundo ele, também influenciava diretamente no modo de funcionamento daquela arquitetura política, por vezes de forma positiva, mas também de forma conflituosa. As diferenças de relacionamento elencadas pelo entrevistado foram classificadas por critérios regionais e geracionais.

> Há muitos PSs e até diferenças regionais dentro do partido que levam a que haja uma maior ou menor proximidade face à esquerda. Por exemplo, há distritos no país,

> sobretudo ao sul, em que a relação com o PCP é muito conflituosa, porque são distritos onde o PCP é muito forte. Em Setúbal, no Alentejo, tradicionalmente o PS compete diretamente com PCP, não compete com a direita, compete com o PCP nas Câmaras. Portanto, o PCP é uma espécie de inimigo velho e eles dão-se mal. Em Lisboa e no Porto isso já não é assim. Sobretudo em Lisboa, há um histórico de tentativas, umas vezes com sucesso e outras sem sucesso, de coligações nas Câmaras. [...] Aquela geração que viveu o 25 de Abril que acha que o PCP.... Há aqui questões muito contrastantes porque, se por um lado, o PCP é visto como um partido fora do sistema, por outro lado, é um partido inofensivo. Porque é um partido que tem o seu eleitorado e que o PS não vê como competidor a nível nacional. Em nível local sim, em algumas regiões e Câmaras, mas a nível nacional não. [...] O Bloco de Esquerda não. É visto por essa geração como alguém que quer morder os calcanhares do PS. Portanto, esse PS tem uma relação muito mais conflituosa com o Bloco de Esquerda do que com o PCP. O PCP não mete medo, o Bloco de Esquerda mete. O PCP não compete diretamente com o PS, o Bloco de Esquerda compete. [...] Essa é a posição do Antônio Costa, do núcleo do Antônio Costa, do Augusto Santos Silva, do Vieira da Silva, por exemplo. Pessoas que respeitam o PCP, discordam profundamente de muitas coisas que o PCP diz, mas acham que o PCP é de confiança. O Bloco de Esquerda é "anti" isso. Não é de confiança para essas pessoas, é um bando de miúdos que, na verdade, não devia existir. É uma espécie de filho bastardo. Para essas pessoas o sistema partidário português ainda devia ter quatro partidos: PCP, PS, PSD e CDS. Todo resto é poluição. Portanto, a relação com o Bloco de Esquerda sempre foi muito conflituosa." (Hugo Mendes, entrevista 5)

João Ferrão foi outro quem destacou elementos sobre o funcionamento da Geringonça. Em leitura semelhante à realizada pelo entrevistado socialista, o intelectual salientou fatores relacionados aos formatos organizativos e às linhas político-ideológicas das forças envolvidas. Se, por um lado, o PCP é mais confiável e duro para se chegar a pontos de convergência, o BE, que é mais novo e tem origem bastante distinta, é mais aberto e mais imprevisível aos olhos dos socialistas. Em suas palavras,

> [o] Bloco, como se diz, é mais imprevisível. O Partido Comunista é muito previsível. Quando afirma uma coisa, faz. Portanto, porque há ligações pessoais e porque o Partido Comunista é mais duro a negociar, porque não quer ir para o governo e tem que prestar contas aos seus militantes, é mais duro e mais exigente, mas se se compromete com determinado objetivo, ele cumpre. (João Ferrão, entrevista 6)

Por um lado, o PCP era confiável quanto à sua decisão de sustentar aquela convergência até o fim da legislatura e, ao mesmo tempo, era rígido nas negociações para se fazer cumprir os compromissos firmados em novembro de 2015. Por outro lado, o BE era mais aberto para se manobrar a implementação daqueles acordos basilares e, simultaneamente, era mais imprevisível em termos de sua linha política geral, devido às suas disputas eleitorais por franjas do eleitorado socialista em âmbito nacional.

Nesse quesito, cabe mencionar mais uma diferenciação que surgiu ao longo das entrevistas. Enquanto os conflitos PS-PCP historicamente se dão pela diferenciação – um seria o representante de uma esquerda "responsável" e "conciliadora", o outro de uma esquerda "consequente" com sua tradição política e, por isso mesmo, "revolucionária" –, as crescentes

disputas entre socialistas e bloquistas operam pelo viés da aproximação e da competição direta. De acordo com Hugo Mendes, reflete-se aqui uma certa afinidade político-ideológica, no sentido de que o BE procura representar um espírito socialista mais vinculado àquela social-democracia vitoriosa do pós-guerra. Assim, o partido expressaria uma perspectiva reformista mais efetiva do que aquela defendida pelo PS nas últimas décadas. Justamente por conta dessa maior aproximação ideológica entre BE e PS em suas bases, percebe-se o porquê da relação entre as cúpulas dirigentes desses partidos ter sido sempre muito tensa do ponto de vista da disputa política no ambiente público: ambos concorrem eleitoralmente por bases sociais que se atravessam. Ao mesmo tempo, essa disputa eleitoral direta não anula o fato que, do ponto de vista concreto das negociações sobre as políticas adotadas ao longo do governo Costa, era no BE que o PS encontrava seu parceiro mais fácil e disponível, devido à flexibilidade já mencionada – ao menos até a proximidade das eleições de 2019.

Cabe mencionar que essa afinidade em termos ideológicos do BE com o PS, sobretudo com suas alas mais à esquerda e parcelas do seu eleitorado, tem crescido desde 1999 até hoje. Trata-se de um processo que se manifestou nitidamente nas últimas duas eleições portuguesas. Na campanha para as legislativas de 2019, Catarina Martins, líder nacional do BE, chegou a declarar publicamente que o programa apresentado pelo seu partido seria "essencialmente social-democrata, no sentido em que corrige os excessos [do capitalismo] com controlo da economia e mecanismos de igualdade"[152]. Menos de dois anos depois, Marisa Matias, candidata bloquista para a Presidência da República, reforçou essa ideia, quando afirmou ser uma social-democrata[153]. Não da mesma cepa de António Costa, é verdade. Mas, ainda assim, não se afirmou como uma revolucionária ou mesmo uma militante “anticapitalista”, “ecosocialista” ou “socialista democrática”, termos muitas vezes utilizados por seu partido. Declarou-se uma social-democrata que reivindica aqueles ideais de uma época social-democrata reformista, tal como estudado ao longo desta investigação. Na realidade política portuguesa, isso equivale a representar aquilo que o PS já não mais defende.

Para além disso, João Ferrão fez referência direta à excessiva amplitude político-ideológica do principal partido da social-democracia portuguesa. Segundo ele, pode-se de fato encontrar muitos PSs no interior do PS. Se, por um lado, há setores mais próximos da esquerda radical, tal como o núcleo no qual se inserem Hugo Mendes e Pedro Nuno Santos, há também

[152] Ver mais em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/programa-do-bloco-e-essencialmente-social-democrata>. Acesso em 09/10/2020.

[153] Ver mais em: <<https://www.noticiasaominuto.com/politica/1642557/sou-uma-social-democrata-nao-na-mesma-graduacao-que-marcelo-ou-costa>.Acesso em 09/06/2021.

grupos que estariam até mesmo à direita de algumas alas do PSD. Nas palavras do entrevistado, "[…] o PS é o que em inglês se chama um *chatch-all party*. A direita do Partido Socialista está à direita da esquerda do Partido Social-Democrata, mas a esquerda do Partido Socialista está muito próxima, por exemplo, do Bloco ou do PC, até porque muitas pessoas vieram dessa área" (João Ferrão, entrevista 6). Nessa seara, apesar de demonstrar alinhamento geral com o espírito pragmático do seu partido, Hugo Mendes chegou a elaborar uma avaliação crítica sobre aspectos relacionados à fraqueza ideológica do PS.

> A geração abaixo já é um pouquinho mais aberta, porque, na verdade, o Bloco partilha muito mais coisas com o PS do que o PS partilha com o PCP. E isso o Bloco está sempre a dizer: " nós defendemos coisas que o PS há vinte ou trinta anos defendia". Foi o PS que se transformou, não fomos nós. Nós representamos uma espécie de social-democracia de algumas décadas [atrás], de quando a social-democracia teve sucesso. E o PS representa uma social-democracia abastada dos últimos vinte anos em que perdeu um conjunto de referências ideológicas. [...] O PS é um partido muito fraco ideologicamente. O núcleo ideológico do PS é muito gelatinoso. O PS é um partido sem debate ideológico, é um partido sem doutrina. Isso significa que vai muito por modas. Na altura do Blair era a Terceira Via. Depois, com o Sócrates, era uma espécie de modernização também blairista. Portanto, do ponto de vista ideológico é muito superficial. E o Bloco de Esquerda joga contra isso; aponta isso ao PS. Identifica, e bem, que, pelo fato de ser ideologicamente superficial, o PS é muito vulnerável à modas e interesses. Isso me parece uma crítica justa. Isso para explicar a tensão que era sempre muito explícita entre o PS e o Bloco de Esquerda ao longo da legislatura. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Essa dimensão não foi abandonada pelos socialistas no período da Geringonça. Na verdade, ela também ajuda a explicar a capacidade do governo PS em transitar entre seus novos parceiros da esquerda radical e, ao mesmo tempo, não deixar de dialogar com setores da direita, tanto em termos europeus quanto em termos nacionais. Soma-se a isso a avaliação de João Ferrão quando ressalta a existência de elementos estruturais, conjunturais e pessoais no funcionamento de uma arquitetura política como a Geringonça. Quanto ao tema das relações pessoais, o entrevistado destacou dois exemplos importantes. O primeiro diz respeito às relações pessoais estabelecidas entre António Costa e o PCP, dinâmica que permitiu algum nível de aproximação entre ambos, superando o cisma que vigorava desde 1976. O segundo, por sua vez, trata das relações entre o próprio Costa e o Presidente da República eleito em janeiro de 2016. Marcelo Rebelo de Sousa é um quadro da direita portuguesa, já tendo sido inclusive presidente do PSD no fim dos anos 1990. Contudo, Costa e Marcelo eram velhos amigos, condição que, associada aos outros elementos, contribuiu para uma curiosa boa relação entre uma presidência de direita e um governo socialista minoritário sustentado parlamentarmente pela esquerda radical. Vejamos como o entrevistado articulou essas três dimensões de análise em sua interpretação sobre o modo de funcionamento da Geringonça.

> […] nós temos sempre explicações estruturais, explicações conjunturais e explicações que têm a ver com relações entre pessoas. Temos sempre esses três níveis. Claro, as questões estruturais separam PS, PC e Bloco. As questões conjunturais aproximam e as questões pessoais podem aproximar ou não. Por exemplo, o pai do António Costa era um militante conhecido do Partido Comunista, era um intelectual do Partido. António Costa, desde pequeno, em casa, conhecia os intelectuais do Partido Comunista, que eram os amigos do pai. [...] A questão do Presidente da República é muito interessante e houve uma coincidência temporal muito favorável à esquerda. Ele era o candidato da direita, candidato único da direita. A esquerda tinha vários candidatos. Ganhou e tornou-se muito popular com a chamada política dos afetos. Aconteceram coisas interessantes. Muitos votantes do Partido Comunista são idosos e pertencem às classes populares e, portanto, aderiram muito a essa ideia da política dos afetos. Começou a gerar-se uma situação curiosa. Marcelo [Rebelo de Sousa], Presidente da República, eleito pela direita e ele próprio militante do Partido Social-Democrata, tem atualmente mais apoios nos votantes no Partido Socialista e no Partido Comunista do que no Partido Social-Democrata. Isso é uma coisa curiosa. E o que foi que levou a que houvesse uma ligação tão boa entre um presidente de direita – que não tem nada a ver com um Bolsonaro, claro, é de centro-direita – e um governo de centro-esquerda, mas coligado informalmente, no Parlamento, com a esquerda? António Costa foi aluno do Marcelo Rebelo de Sousa na Faculdade de Direito e foi um dos seus alunos favoritos, porque foi um aluno muito bom. Mais uma vez, as relações pessoais também podem contar muito. Quando o Presidente Marcelo e o Primeiro-Ministro António Costa se encontram, estão a encontrar-se também o professor Marcelo e o aluno Costa. Isso ajudou a consolidar um ambiente de boas relações simultaneamente pessoais e institucionais. (João Ferrão, entrevista 6)

Chegamos agora ao quarto e último grande tema presente em todas as entrevistas: *a capacidade demonstrada pela experiência no enfrentamento da austeridade*. Afinal, essa experiência política teria sido capaz de romper com as diretrizes políticas e econômicas da austeridade em Portugal? Vejamos o que disseram os entrevistados sobre essa questão. Quando questionado se houve, entre 2015 e 2019, a contenção da lógica de austeridade conforme os partidos de esquerda intencionavam no início da experiência, João Oliveira não demonstrou dúvidas:

> Sim. Acho que isso é inegável. Aquele rumo que tinha sido feito, não apenas pelo governo do PSD e do CDS, mas até mais tarde pelo governo do PS. Há uma formulação que nós usamos muitas vezes que é dos governos dos PEC e do Pacto de Agressão. Os PEC eram os Programas de Estabilidade e Crescimento. Uma coisa que apareceu na altura do Sócrates, imposta pela União Europeia. Eram as medidas que cada país deveria tomar para garantir o pacto de estabilidade e crescimento da União Europeia. Ora, o Programa de Estabilidade e Crescimento não era mais do que a tradução nacional das medidas de austeridade decididas pela União Europeia. E esse período todo do PEC e do Pacto de Agressão da Troika, constituem, digamos assim, o universo dos governos, quer do PS, quer do PSD e CDS, que executaram essas medidas todas de cortes de direitos. [...] Todo esse caminho de agravamento da exploração e do empobrecimento das pessoas foi travado e, em boa parte, foi revertido. Os salários foram repostos, as pensões foram repostas e aumentadas, as progressões nas carreiras foram repostas, os abonos de família. Todos aqueles elementos os quais já me referi. (João Oliveira, entrevista 2)

Em linha similar, Francisco Louçã também entende ter sido possível realizar uma efetiva travagem da austeridade em "vários planos" da gestão político-econômica portuguesa.

Entretanto, em suas palavras, teria se concretizado como uma iniciativa "porventura incompleta".

> Por exemplo, o investimento público foi mantido a um nível muito reduzido, quando devia ser um dos motores da recuperação econômica. Dado que o investimento privado é tão baixo, deveria ter sido o investimento público a garantir esse reforço da dinâmica econômica. Mas, devido às restrições orçamentais impostas pela União Europeia, isso não aconteceu e o governo não quis que acontecesse. [...] É claro que houve medidas que se mantiveram. O potencial de expansão do emprego e do reforço de políticas públicas não foi o que poderia ter sido possível com uma governação com um programa à esquerda. Mas houve uma viragem. Deixou de haver o corte das pensões dos mais idosos e passou a haver aumento, deixou de haver corte de salários e passou a haver recuperação, não houve aumento de impostos sobre o trabalho, não houve nenhuma privatização. Portanto, desse ponto de vista, a austeridade foi interrompida. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Jorge Costa, por sua vez, tratou do tema de forma um pouco distinta. Segundo ele, houve algo muito relevante nessa matéria: a derrota da lógica da austeridade enquanto única alternativa para a gestão econômica e política do país. Isso não significaria, entretanto, exatamente uma virada completa e radical dessa página da história nacional. Segundo o entrevistado, significou uma vitória no campo das ideias que se beneficiou das políticas positivas concretamente implementadas. Políticas essas que não foram até as últimas consequências, revelando muitos limites e contradições no decurso do governo, mas que, ainda assim, contribuíram para a disputa de narrativa e consciências.

> Há um ganho muito importante: a derrota da ideia da austeridade como única alternativa. A ideia de que as políticas de investimentos, de recuperação de direitos e dos rendimentos do trabalho são boas para a economia ficou forte. Era fraca. A ideia de que aumentar os salários era uma irresponsabilidade estava instalada. Nós tiramo-la. E aumentar os salários passou a ser uma parte da explicação do bom resultado da economia, do crescimento econômico, do aumento da procura [demanda] e do emprego. (Jorge Costa, entrevista 1)

Quando perguntado se a experiência Geringonça teria sido capaz de travar ou reverter a lógica de austeridade imposta pelo regime da Troika, João Ferrão respondeu da seguinte forma: "Eu diria assim: desacelerar, claramente; travar, em parte; reverter, tenho dúvidas. Depende do que estamos a falar" (João Ferrão, entrevista 6). André Freire, seguindo leitura semelhante, estabeleceu uma diferenciação entre níveis de austeridade, de modo que essa lógica teria sido mitigada, mas não complemente revertida.

> Eu diria que houve uma reversão da austeridade assimétrica de certeza e houve alguma reversão da austeridade, mas sem expansionismo, com uma grande moderação fiscal. O que alguns chamam de uma espécie de austeridade mitigada. Admito que sim, que essa possa ser uma visão. Eu acho que há essa diferença e as pessoas perceberam. (André Freire, entrevista 7)

Essas análises se aproximam da interpretação de Galastri (2019, p. 19) sobre o tema. Segundo o autor, a Geringonça, enquanto arquitetura política na qual a esquerda radical manteve a sua "independência programática" e sustentou "a crítica sobre as políticas de austeridade" ainda mantidas pelo PS, teria sido capaz de "desacelerar a tragédia social deliberadamente promovida pelos 'ajustes' neoliberais". Nota-se que não se fala em travagem completa ou superação da austeridade, mas em desaceleração, ou seja, contenção. Entretanto, ainda segundo o autor, esse alcance parcial, que por certo ângulo pode ser considerado como uma derrota da esquerda, deve ser avaliado com base nas condições materiais e subjetivas do seu contexto histórico. É com tal perspectiva que Galastri (2019) afirma, na mesma linha de nossos entrevistados, o peso fundamental representado por BE, PCP e PEV nessa experiência.

> Souberam, entretanto, decifrar as premências de uma relação de forças internacionalmente desfavorável, na qual ou se uniam ao gabinete socialista ou seguiam em uma luta fragmentada, quixotesca, enfraquecendo-se política e eleitoralmente, franqueando aos grupos conservadores e neoliberais mais uma longa etapa de quatro anos de saque e degradação das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Estes ainda têm muito o que recuperar e toda a luta pela frente. Mas as lições devem ser aprendidas e os acertos, registrados. (GALASTRI, 2019, p. 19-20)

Rita Rato, por sua vez, apresenta a abordagem mais distinta sobre a questão. Em primeiro lugar, procurou explicar em detalhes o que entende por austeridade. Demonstrando vinculação com a compreensão do seu partido a respeito do tema, a entrevistada declarou:

> Austeridade é um eufemismo para ofensiva capitalista sobre os trabalhadores e seus direitos. É usado para disfarçar o que que de fato significam as políticas associadas a essa ideia, ou seja, à lógica de ofensiva do capital sobre o trabalho. "Nós não usamos o termo austeridade. Isso tem um sentido. Acho que nunca encontrei em documentos do PCP o termo, porque austeridade é um eufemismo para exploração e ataque aos direitos. Claro que as pessoas percebem o que é austeridade, mas, na verdade, é o capitalismo, de uma forma mais sutil, com outra máscara, a falar de ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores, das pessoas. Nós não usávamos essa expressão. Até é interessante porque no período da Troika nunca dizíamos pacto da Troika, dizíamos sempre pacto de agressão ao povo e ao país. (Rita Rato, entrevista 4)

Considerando essa perspectiva que entende o termo por um viés estruturalmente vinculado ao capitalismo e suas conformações ideológicas, Rita Rato foi então assertiva ao afirmar que a austeridade não teria sido superada ao longo da experiência Geringonça. Segundo ela, a elevação da intensidade das lutas sociais permitiu uma espécie de contenção dos ímpetos da ofensiva capitalista que recaiu sobre Portugal entre 2010 e 2015. Entretanto, essa dimensão política, capaz de se expressar também institucionalmente em uma experiência nova como a Geringonça, não teria levado à suplantação da ofensiva capitalista de longo prazo no país.

> Nos momentos em que a burguesia tem mais força a exploração vai mais a fundo. Nos momentos em que não tem tanta força, são medidas mais sutis. Mas a questão é: mesmo de 2015 a 2019 nós continuamos a ter níveis de concentração da riqueza muito desiguais e isso é exploração. Nós temos níveis em 2020 de que 1% da população em Portugal tem 25% da riqueza e 5% da população tem 50% da riqueza. Isto é capitalismo e exploração. Portanto, a austeridade se mantém porque a desigualdade do país é muito significativa e condiciona muito o desenvolvimento do país nas questões laborais, da habitação, da educação. Condiciona tudo isso. (Rita Rato, entrevista 4)

As diferentes respostas dos entrevistados expõem com clareza o problema conceitual do termo austeridade. Essa condição extrapola o universo das entrevistas e nos remete à sua imprecisão e até mesmo sua pobreza teórica, tal como debatido por autores como Reis (2013 e 2014) e Blyth (2017). Seria impossível tentar superar tais questões ao longo das entrevistas. Por isso, cabe a nós a tarefa de procurar interpretar as respostas oferecidas. De modo geral, pode-se dizer que os entrevistados abordaram o tema por duas linhas principais. Na maior parte dos trechos, o termo austeridade foi tratado enquanto o programa político e econômico de radicalização neoliberal implementado entre 2010 e 2015 em Portugal. Entretanto, em certos momentos, também foi interpretada como uma espécie de ideia geral típica do capitalismo, principalmente em sua versão neoliberal, tal como ficou evidente nas falas de Rita Rato e por vezes também se fez notar em considerações de outros entrevistados, como Jorge Costa, João Ferrão e André Freire.

Com base nas entrevistas, seria possível dizer que a austeridade, enquanto intensificação da lógica neoliberal sobre a gestão do Estado e do capitalismo na primeira metade da década de 2010, foi mitigada, mas não necessariamente superada durante o período Geringonça. Por um lado, aquela experiência política foi capaz de empurrar o primeiro governo Costa no sentido de travar parte significativa do programa radical iniciado pelo seu próprio partido em 2010 e aprofundado pela direita nacional e pela Troika nos quatro anos seguintes. Abriu espaços para conversações à esquerda, processo que permitiu a travagem do processo de privatizações, o melhoramento de serviços públicos, o descongelamento de salários, pensões e subsídios, a reposição de direitos sociais e alguns laborais, a redução de impostos e taxas de serviços públicos que comprometiam diretamente as rendas dos trabalhadores e suas famílias.

Por outro lado, parece ser unânime que a Geringonça não expressou força política suficiente para alterar a tendência histórica da ofensiva neoliberal que marca a realidade portuguesa nas últimas quatro décadas. Não ousou reverter o amplo programa de privatizações realizado nos últimos anos (a rigor, mesmo dentre as privatizações feitas no período da Troika,

apenas reverteu a TAP), não reverteu as reformas laborais implementadas durante a Troika[154], não interveio nem minimamente no longo processo de retomada do poder político pela direita nacional, não enfrentou a questão do euro e da subordinação política a esta Europa alemã, não alterou estruturalmente a macroeconomia neoliberal de desvalorização geral dos salários e preços do mercado interno.

De certo modo, seria possível dizer que a Geringonça foi, no máximo, capaz recuperar direitos, salários e parte da estrutura produtiva a níveis que se assemelham àqueles do período pré-recessão e pré-radicalização neoliberal. Ou seja, fez o cenário nacional de 2019 se aproximar, mas não igualar, àquele de 2009. Uma das falas de André Freire é ilustrativa para exemplificar essa espécie de "meio do caminho" no combate à austeridade. Como exemplo, o entrevistado destacou que o poder de compra dos portugueses aumentou na segunda metade da década, mas, em 2019, não chegou sequer a se igualar aos patamares de uma década antes[155].

> [..] houve uma reversão. Tanto mais que você vai ver: a direita propunha que só no fim da legislatura, em 2019, devia haver a recuperação dos cortes. Com o Partido Socialista era para ser em 2017. Com a esquerda radical foi logo em 2016. Portanto, isto tem um significado e é uma reversão. [...] Acho que, sobretudo, houve uma reversão da austeridade assimétrica. Por exemplo, houve recuperação das taxas de IRC. Quando nós chegamos ao fim do exercício da coligação de direita, o peso dos salários na riqueza nacional tinha se contraído bastante. Isso foi revertido. Pelo menos houve uma reversão da austeridade assimétrica, por um lado. Por outro lado, acho que houve uma reversão da austeridade, mas nem sequer recuperamos o nível do poder de compra de 2009, essa que é a realidade. [...] De certa maneira, houve reversão da austeridade assimétrica, houve refluxo no processo austeritário. Mas não houve governação expansionista, isso não houve. Nem houve recuperação de poder de compra. Houve reposição de cortes. [...] Portanto, foi uma recuperação muito controlada, muito moderada, tanto é que se cumpriram as regras da União Europeia. Era uma exigência e um ponto importante para os socialistas. Não sei se chamaria isso austeridade, mas foi uma grande moderação fiscal. Embora, como lhe digo, a direita

[154] As reformas trabalhistas desse tempo foram amplas e nocivas, aprofundando a desregulação sobre as relações entre capital-trabalho no país. Promoveram a eliminação de feriados, cortes no subsídio de desemprego, despedimentos mais ágeis e fáceis para o patronato, redução dos dias de férias de 25 para 22, cortes de horas-extras e gratificações, anulação de contratos coletivos que celebravam direitos, elevação de descontos sobre salários (por exemplo, aumento das contribuições de trabalhadores públicos para a Caixa Geral de Aposentações e o Instituto de Proteção e Assistência na Doença). Ao longo do período Geringonça, foram repostos apenas quatro feriados e o seguro desemprego foi restituído. As outras medidas seguem em vigor até os dias de hoje. Ao invés de enfrentá-las ou contestá-las frontalmente ao longo da legislatura, a posição do governo PS nessas matérias foi garantir publicamente à Troika que tais reformas neoliberais seriam preservadas. Esse foi um dos temas mais contraditórios e conflituosos nas relações entre o PS e a esquerda radical. Ver mais em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/lei-laboral/detalhe/governo-garante-ao-fmi-reformas-laborais-da-era-da-troika-nao-estao-em-risco>. Acesso em 09/10/2020.

[155] Na verdade, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em dezembro de 2020, o PIB *per capita* de Portugal (medido em paridade de poder de compra), que representava 83,1% da média da UE em 2009, fechou em 79,2% em 2019. No que diz respeito ao funcionalismo público, apesar da reposição salarial ocorrida ao longo do período Geringonça, o poder de compra dos trabalhadores (em termos acumulados) diminuiu cerca de 10% entre 2010 e 2019. Ver mais em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/16-dez-2020/poder-de-compra-dos-portugueses-esta-pior-do-que-ha-dez-anos-13142802.html>; <https://expresso.pt/economia/2019-09-29-Poder-de-compra-dos-funcionarios-publicos-caiu-105-desde-2010>. Acesso em 09/06/2021.

> quisesse passar a legislatura toda a fazer reposições “às pinguinhas”. [...] Quer dizer, isso faz uma diferença, não é? (André Freire, entrevista 7)

Em síntese, tendo como base de interpretação a articulação das entrevistas com a revisão bibliográfica realizada ao longo do trabalho, foi possível, nesse balanço, perceber a importância decisiva da esquerda no interior daquela experiência e, mais particularmente, o peso gerado pela participação de um partido com as características do PCP. Somado a isso, dois outros trunfos da Geringonça foram: a capacidade de trânsito do PS entre os mais distintos espectros político-ideológicos; e a percepção de todos os envolvidos de que a experiência somente se sustentaria caso operasse com base em matérias onde houvesse algum nível mínimo de convergência, deixando as divergências de lado. Essa combinação de fatores, ao mesmo tempo complementares e contraditórios, realizou-se enquanto uma experiência conflituosa, mas também viável entre 2015 e 2019, expressando-se tanto na efetivação de resultados socioeconômicos positivos quanto nos limites daquele fenômeno histórico.

Pela lente da contradição, é possível verificar a dubiedade do enfrentamento à austeridade durante aqueles quatro anos. Por um lado, a Geringonça foi capaz de influenciar o governo PS num processo de travagem do programa radical iniciado por Sócrates e aprofundado pelo PSD-CDS na primeira metade da década. Por outro lado, não foi capaz de romper com o movimento de longa duração do neoliberalismo em Portugal, mantendo intocados eixos estruturais relativos a esse regime econômico e seus modos de regulação no país, tal como a preservação dos processos de reorganização capitalista e de adesão ao projeto europeu realizados nas últimas décadas.

Ao tratar desse assunto, João Ferrão deixou claro o aspecto puramente tático, provisório e temporário daquela solução. O objetivo comum era enfrentar a dramática situação vivida pelo país na primeira metade da década de 2010. E esse enfrentamento se deu de forma absolutamente pragmática, com base num conjunto de compromissos que funcionaram como uma espécie de plataforma mínima exigida pela esquerda radical, mas que deixava de lado as muitas divergências políticas e programáticas entre as forças envolvidas.

> Isso é interessante porque a segunda Geringonça, a existir, será sempre muito mais contraditória do que a primeira Geringonça. Porque na primeira Geringonça isso estava claro. Cada partido mantinha as suas ideias, ninguém estava a forçar ninguém a mudar o essencial das suas ideias. Era uma convergência tática, provisória, temporária, com um objetivo comum: repor direitos e reverter a lógica da política de austeridade. (João Ferrão, entrevista 6)

Por essas razões, foi um tipo de experiência impossível de durar por longo período de tempo. Em certo sentido, pode-se especular que seu prazo de validade era mesmo apenas uma legislatura. Quanto mais o tempo se passava, mais contradições se avolumavam entre o que era

o governo, o que era a articulação política que sustentava o executivo e o que eram os programas de cada um dos partidos envolvidos. Não à toa, João Ferrão avalia que uma eventual nova Geringonça provavelmente terá mais dificuldades para se efetivar no curto e médio prazo, justamente pelo acúmulo dessas contradições no tempo presente. O elemento disruptivo dessa tendência seria, para ele, o surgimento de novos inimigos em comum, tal como foi o governo-intervenção PSD-CDS-Troika. Sua hipótese foi enunciada claramente: "se o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda tiverem um inimigo externo comum eles vão manter a convergência básica, se esse inimigo externo comum não existir ou não for muito relevante as diferenças tornam-se outra vez mais evidentes" (João Ferrão, entrevista 6).

2.3.5 A Geringonça entre vitórias e derrotas: do término às suas consequências

Depois de quatro anos, aquela solução caracterizada por seus opositores como uma engenhoca frágil e malfeita, seguiu inteira e encerrou seu ciclo. Apesar das muitas contradições e das justas cobranças de bloquistas, verdes e comunistas de que seria necessário e possível ter avançado mais ao longo do governo, é inegável que foi alcançada parcela significativa dos compromissos iniciais. Entretanto, com a realização de novas eleições legislativas ao fim de quatro anos do primeiro governo de António Costa e a formação de uma nova correlação de forças na ARP, a experiência chegou ao fim em outubro de 2019. Vejamos agora como se deu esse processo de término e quais foram os principais significados deixados pela Geringonça para o campo de esquerda e para as lutas políticas no país.

Para se compreender o fim da experiência, faz-se necessário visualizar, primeiramente, os resultados das eleições legislativas realizadas em 6 de outubro de 2019. Afinal, como vimos nas últimas seções, o destino de uma experiência caracterizada sobremaneira por fatores conjunturais e transitórios estava necessariamente atrelado à subsequente apuração eleitoral. O pleito realizado naquele domingo de outono se tratou do mais alto teste pelo qual passou a Geringonça. O ciclo legislativo chegava ao seu fim e a solução governativa construída em 2015 era colocada à prova nas urnas. Para se analisar seus números e suas consequências, destacam-se abaixo os principais dados referentes às duas últimas eleições legislativas portuguesas.

Figura 15 - Resultados das eleições legislativas portuguesas de 2015 e 2019.

LEGISLATIVAS 2015

Coligação / Partido	Votos	%	Deputados
PSD/CDS	1.993.921	*36,9*	102
PS	1.747.685	*32,3*	86
BE	550.892	*10,2*	19
CDU	445.980	*8,2*	17
PSD	81.054	*1,5*	5
PAN	75.140	*1,4*	1
Outros	311.738	*5,8*	-
Branco	112.851	*2,1*	
Nulo	89.544	*1,7*	
Eleitores	9.682.553		
Votantes	5.408.805	*55,9*	
Abstenções	4.273.748	*44,1*	

LEGISLATIVAS 2019

Coligação / Partido	Votos	%	Deputados
PS	1.908.036	*36,3*	108
PSD	1.457.704	*27,8*	79
BE	500.017	*9,5*	19
CDU	332.473	*6,3*	12
CDS	221.774	*4,2*	5
PAN	174.511	*3,3*	4
Chega	67.826	*1,3*	1
IL	67.681	*1,3*	1
Livre	57.172	*1,1*	1
Outros	194.783	*4,0*	-
Branco	131.704	*2,5*	
Nulo	123.882	*2,4*	
Eleitores	10.810.674		
Votantes	5.251.064	*48,6*	
Abstenções	5.559.610	*51,4*	

Elaboração do autor. Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI).

A primeira percepção que merece destaque é a avaliação positiva da Gerigonça por parte dos portugueses. Houve uma expressiva vitória eleitoral da política daquela conformação governativa, marcada pelo já referido espírito de que seria possível enfrentar a crise econômica, política e social de modo diverso ao programa de austeridade imposto no início dos anos 2010. Essa vitória se revela tanto no resultado eleitoral do PS quanto na flagrante derrota dos partidos que representam tradicionalmente a direita portuguesa (PSD e CDS). É necessário, contudo, avaliar os efeitos particulares desse sucesso.

Numa apreciação sobre a social-democracia e a esquerda radical, observam-se consequências conflitantes. O partido de Antônio Costa (PS) teve um aumento significativo do número de votos, o que resultou em mais 22 deputados no Parlamento. Entretanto, esses números indicam que a avaliação positiva da coalizão foi capturada exclusivamente pela centro-esquerda, na figura do partido que dirigiu a estrutura do governo. Enquanto o PS teve 160.351 votos a mais do que em 2015, crescimento de 9,2%, os partidos mais à esquerda (BE e CDU, coligação PCP-PEV) perderam 164.382 votos, queda de 16,5%. O BE, mesmo não tendo perdido nenhum deputado, teve 50.875 votos a menos do que em 2015 (-9,2%). Já a CDU foi ainda mais impactada, tendo perdido 113.507 votos (-25,5%). Ao que tudo indica, houve aqui uma importante transferência de votos do BE e da CDU para o PS. Alguma parte desses votos

também pode ter ido para o Livre, partido de centro-esquerda criado em 2013 por dissidentes do BE e militantes até então não organizados que alcançou uma cadeira no Parlamento com 57.172 votos.

Pode-se argumentar, com isso, que a Geringonça venceu e perdeu. Por um lado, parece ter sido reconhecida pela maioria dos portugueses (52,2% dos votantes) como uma solução política acertada, tendo sido capaz de influenciar positivamente nos rumos do país, isto é, na reabilitação econômica, na retomada dos níveis de emprego e renda dos trabalhadores e no início de um processo de recuperação de direitos sociais e acesso a serviços públicos. Por outro lado, sua ala mais à esquerda – composta por partidos tradicionalmente alijados dos circuitos de poder por se posicionarem ao lado das camadas populares e por apontarem objetivos estratégicos anticapitalistas (PCP, PEV e BE) – saiu significativamente enfraquecida.

Esse enfraquecimento eleitoral pode ter afetado justamente o elemento mais potente daquela conformação política: a força social do BE e da CDU (em 2015, por exemplo, somaram juntos 18,4% dos votos) e o consequente peso à esquerda que exerceram no interior da Geringonça e da ARP. Não é demais lembrar que o PS já vinha há anos abandonando gradativamente suas raízes socialistas e aderindo a diretrizes políticas marcadamente da centro-direita e até mesmo neoliberais. Conforme já referido, o início do ajustamento neoliberal no país foi iniciado em 2010 pelo próprio PS, ainda que em ritmo e potência inferiores ao que estaria por vir. Os alcances positivos do governo de António Costa seriam de fato impensáveis sem uma esquerda radical forte o suficiente para, por meio da Geringonça – nascida também da insatisfação popular com um regime "mais troikista do que a Troika" –, forçar o governo à implementação de medidas mais progressistas do que aquelas inicialmente presentes no programa do próprio PS. Assim, a incontestável vitória eleitoral dos socialistas significou o reconhecimento dos resultados propiciados pela arquitetura política inédita executada de 2015 a 2019 e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento dos partidos de esquerda no Parlamento e suas eventuais possibilidades de dar continuidade ou aprofundamento naquele tipo de experiência. A vitória eleitoral do PS foi, portanto, acompanhada por derrotas eleitorais da esquerda.

Em meio a esse cenário pós-eleitoral, sacramentou-se o término da Geringonça. Os debates posteriores àquele 6 de outubro não foram muito extensos[156]. Jerônimo de Sousa, logo em sua declaração na noite eleitoral, já dava indícios de que o PCP não estaria disposto a novos

[156] Para conhecer detalhes desse processo, ver mais em: <https://www.publico.pt/2019/10/11/politica/noticia/bloco-esquerda-lamenta-fim-geringonca-1889720>; <https://oglobo.globo.com/mundo/partido-socialista-acaba-com-geringonca-negociara-caso-caso-aprovacao-de-leis-em-portugal-1-24010899>. Acesso em 09/10/2020.

acordos por escrito. Para os comunistas, depois da forte queda em seus patamares de votação, seria temerário arriscar novamente sua expressividade eleitoral em troca de compromissos formais com Geringonças moderadas. Catarina Martins, por sua vez, apresentou as linhas políticas mínimas exigidas pelo BE para se estabelecer qualquer novo compromisso com o governo, exigindo o reconhecimento à altura de terceira força política no Parlamento. Já Antônio Costa, revelando a nova correlação de forças, até iniciou contatos com os parceiros da esquerda radical, mas já indicava desde o princípio que seu partido entendia possuir as condições para estabilizar um segundo mandato sem aliados. Também houve conversações que não evoluíram entre o PS e outras forças, tais como o Livre e o Pessoas, Animais e Natureza (PAN), partido sobre o qual trataremos mais adiante.

No fim, o fator decisivo foi mesmo a recusa dos socialistas em integrarem um eventual novo modelo de solução no qual ficassem mais uma vez dependentes da esquerda radical, seja do BE, PCP e PEV, no caso de um acordo informal, seja apenas do BE, no caso de novos compromissos por escrito. Como apontou Freire (2019), aquela nova correlação de forças no Parlamento teve papel central na decisão do PS em abandonar uma arquitetura política fincada sobre uma "maioria de esquerdas" para embarcar num "governo pisca-pisca". Optou-se por uma política necessariamente operada por negociações avulsas e caso a caso, dinâmica que libera o PS para mover-se com maior facilidade da direita à esquerda, a depender da pauta em questão e das condições particulares de cada contexto da legislatura.

> O cenário saído das eleições de 6 de outubro de 2019 veio encerrar o governo da "Geringonça". Por um lado, porque ao ter vencido com cerca de 36,7% dos votos e 108 deputados (46,9%), o PS passou a precisar apenas, aritmeticamente falando, de um dos dois partidos da "Geringonça" (BE, 19 deputados, ou PCP-PEV, 12 deputados) para fazer maioria absoluta na AR. Por outro lado, porque apesar da aritmética, o PS poderia ter feito uma "aliança sobredimensionada" (isto é, muito por cima do limiar da maioria absoluta) com toda a esquerda da "Geringonça" (BE e PCP-PEV) e até, porventura, incluir o Livre e o PAN. Mas esta solução ficou inviabilizada pela indisponibilidade do PCP-PEV para acordos escritos, tal como o PAN; o Livre exigiu um acordo multilateral para entrar numa qualquer aliança. Restava ao PS uma aliança escrita com o BE, o qual estava disposto para tal. O PS não quis e, portanto, vamos ter aquilo que se chama geralmente um "governo pisca-pisca", ora pisca para a esquerda, ora para a direita. (FREIRE, 2019, p. 7)

No momento da entrevista, André Freire aprofundou um pouco mais as suas avaliações sobre o término da experiência e seus significados para o cenário político português. Dialogando com as variadas versões que surgiam à época, o entrevistado sublinhou novamente a sua hipótese de que, a rigor, apesar dos variados elementos que compõem aquele processo terminal, o ingrediente derradeiro foi a opção política do PS. Haveria uma confiança entre os socialistas de que, mesmo sem maioria absoluta, poderiam contar com uma relativa

estabilidade. Não parece exagero afirmar que era uma tática fundada numa espécie de chantagem. Ao mesmo tempo em que se lançavam à política "pisca-pisca", jogavam a decisão sobre manter ou derrubar o governo no colo da esquerda radical. Seria algo como dizer: aceitem nosso novo formato governativo ou assumam o risco político de provocar uma crise, lançar o país em novas eleições e, eventualmente, favorecer o retorno da direita ao poder. O PS sabia que, nessas circunstâncias, somente restava uma opção consequente para a esquerda radical.

> O Partido Socialista ganhou com maioria relativa, só precisava de um [partido] para refazer a aliança, mas disse: "a gente quer reeditar a Geringonça, mas tem que ser com todos". Os comunistas não quiseram. Primeiro, foram falar com os bloquistas, mas eles fizeram exigências. Você não vai vender o seu apoio sem nada, não é? Aí uns disseram que era porque não podiam deixar os comunistas para trás, outros que aquelas exigências eram desmedidas, que era má-fé, para não haver mesmo aliança. Enfim, eu pessoalmente, você leu o artigo da Seara Nova, acho que foram os socialistas que não quiseram. Não quiseram porque sabem que só podem ser derrubados se a esquerda se aliar com a direita, o que é altamente improvável. Só que depois para passar legislação é mais difícil. Por isso que chamei de governo pisca-pisca, umas vezes pisca para a direita, outras para esquerda. E tem andado a fazer pisca-pisca, porque tem se entendido em muitas cosias com o PSD. (André Freire, entrevista 7)

Na verdade, segundo revelam as demais entrevistas, o fim já se demonstrava próximo bem antes daqueles resultados. De acordo com Jorge Costa, o PS pavimentou o caminho do término da experiência ainda no fim do primeiro mandato de António Costa. No bojo dos conflitos políticos que marcaram todo o ano de 2019, muito estimulados pela recusa do governo em repor integralmente o tempo de serviço dos professores em suas carreiras,

> […] o primeiro-ministro já esteve a abrir caminho para o novo quadro político pós-eleições, em que – e essa é a situação atual – recusou negociar qualquer acordo amplo, qualquer compromisso para medidas de recuperação ao longo da legislatura [2019-2023], diferente do que tinha feito em 2015. Não quis fazer esse acordo. Portanto, não tem uma base sobre a qual assente a negociação dos orçamentos. A negociação dos orçamentos parte do zero e todos os partidos estão em pé de igualdade virtualmente, embora o governo diga que tem parceiros preferenciais, que são os da esquerda. Mas isso é uma declaração de intenção, não tem base em nenhum compromisso político de medidas políticas para a legislatura. (Jorge Costa, entrevista 1)

Francisco Louçã também contribui para se perceber que o fim já estava no horizonte socialista antes das eleições. Ainda durante o período de campanha de 2019, já se notava uma mudança de tática no partido que dirigia o governo.

> Quando chegamos às eleições de 2019, o Partido Socialista fez um cálculo. Por causa do sucesso popular da Geringonça, que naturalmente o partido do governo absorve e dele se beneficia, o Partido Socialista se convenceu de que poderia conseguir uma maioria e, portanto, chegar a uma situação em que não necessitaria de um acordo com o Bloco de Esquerda e com o PCP. Isso o levou a fazer uma campanha muito centrada no pedido de uma maioria absoluta, a exigência de uma maioria absoluta. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Para exigir essa maioria absoluta, o PS utilizava-se do argumento que uma esquerda radical muito forte não traria a estabilidade necessária para um eventual futuro acordo. Sabedor da impopularidade que seria gerada por um eventual anúncio contrário à experiência de quatro anos, o partido acabou por sugerir à população não um término, mas um rebalanceamento de forças no interior da Geringonça. Assim, nas palavras do entrevistado,

> […] o Partido Socialista teve que fazer uma campanha violenta contra a esquerda para insinuar que a esquerda provocava instabilidade. Há uma entrevista do Primeiro-Ministro a dizer que se o Bloco de Esquerda ficasse muito forte teríamos uma impossibilidade de fazer um acordo, como estava a acontecer em Espanha. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Entretanto, ainda segundo Louçã, essa nova tática do PS se expressou de formas diferentes para o BE e para o PCP, atingindo mais o primeiro do que o segundo, devido justamente às disputas eleitorais diretas estabelecidas com o BE.

> Isso, aliás, foi uma estratégia diferenciada. Como o Partido Socialista sabe que o Bloco de Esquerda é mais forte, mas também é mais ameaçador porque tem mais diálogo com os eleitores socialistas, foi sobre o Bloco de Esquerda que concentrou seu fogo, tendo, ao mesmo tempo, uma atitude muito próxima e amigável em relação ao Partido Comunista, que tem menos expressão eleitoral e cujos eleitores não têm muita comunicação com os eleitores socialistas, sendo menos ameaçador. Portanto, o PS ensaiou uma tática diferenciada, que acabou por beneficiar o Bloco de Esquerda e prejudicar o Partido Comunista. (Francisco Louçã, entrevista 3)

João Oliveira revelou interpretações similares às lideranças bloquistas quanto às intenções socialistas de rompimento com aquela experiência. Segundo ele, o partido de António Costa, ainda que não tivesse alcançado a tão perseguida maioria absoluta, na prática, acabou por se comportar no período pós-eleitoral como se a tivesse.

> Aliás, algumas atitudes do PS têm demonstrado que o PS se comporta como se tivesse uma maioria absoluta que não tem. Agindo e decidindo como quer. 'Se juntarem todos contra nós, nós é que somos as vítimas, porque nós é que devíamos ser respeitados". Agindo de uma forma correspondente a uma maioria absoluta que na verdade não tem. Vamos ver até onde é que isso vai. As tentativas para forçar um confronto, um conflito, são hoje mais acentuadas do que eram anteriormente. (João Oliveira, entrevista 2)

Aproximando-se da análise de Freire (2019) sobre o PS ter optado por um novo "governo pisca-pisca", João Oliveira analisou que a quase maioria absoluta do PS em 2019 acabou por influenciar diretamente uma alteração em sua política de alianças e suas relações na ARP. De acordo com o quadro comunista, esse seria um desdobramento da nova correlação de forças no sistema político português. Tal elemento acabaria por desequilibrar a arquitetura parlamentar estabelecida nos quatro anos anteriores, prejudicando o peso à esquerda que existiu então sobre o governo. Em suas palavras, há um fator que pode efetivamente "desequilibrar as

coisas. O fato do PS estar hoje numa situação de liberdade para fazer os entendimentos com quem quiser, porque, do ponto de vista daquilo que precisa para levar as suas medidas em diante, pode fazer entendimentos de formas muito diversas" (João Oliveira, entrevista 2).

Hugo Mendes, por sua vez, voltou ainda mais no tempo. Revelou elementos relacionados às táticas eleitorais e às ações adotadas por seu partido no sentido de se libertar das pressões sofridas ao longo do período Geringonça. Ao mesmo tempo, o entrevistado trouxe também fatores internos à vida partidária que contribuíram para aquele término, tais como as relações pessoais entre lideranças socialistas e o ambiente de impaciência que se foi formando em relação às negociações com a esquerda, sobretudo da metade para o fim do primeiro governo Costa. Do meio da legislatura em diante, especialmente após o 22º Congresso do PS realizado em maio de 2018, António Costa e seu governo começam a se demonstrar cansados de tanta necessidade de entendimentos com os parceiros da Geringonça.

> […] há um momento importante: a metade de legislatura. No Congresso de 2018 do PS, se percebe que o Antônio Costa estava muito farto, muito impaciente, de fazer cedência, de negociar Orçamentos. Na verdade, aqueles não eram Orçamento nos quais ele podia se rever, não é? (Hugo Mendes, entrevista 5)

Esse processo de desgastes nas relações entre os partidos se arrastou durante os dois últimos anos da experiência. Naquele cenário, o PS era o mais incomodado. António Costa demonstrava claramente que o objetivo que aos poucos se delineava para 2019 era a busca da maioria absoluta para se garantir o fim daquela situação desconfortável para seu partido, na qual o seu governo se via permanentemente obrigado à negociações e cedências.

> O Antônio Costa estava farto de fazer Orçamentos com eles, estava farto de ceder. Ele queria ter a liberdade para fazer o seu Orçamento e isso ele não tinha. Então, começava a lhe faltar paciência para tudo isso e ele mostra isso em maio de 2018 – fez agora dois anos –, em Congresso do PS em que ele procura "recentrar" o partido. De fato, é um Congresso muito engraçado porque em nenhum momento ele fala da Geringonça. Em nenhum momento ele fala do PCP e do Bloco de Esquerda. Ele fala como se o PS governasse sozinho, como se o PS tivesse maioria absoluta. Os outros não existem. Ele queria apagar a marca dos outros. Ele queria que o PS reencontrasse a sua identidade. Uma coisa difícil, não é? Sendo um partido com pouca ideologia. Ele não queria muletas, mas, na verdade, precisava delas. A partir desse momento, na apreciação pública fica muito claro que ele quer construir um fosso com a esquerda. Não quer ter mais nada com eles. Está forçado a negociar, do ponto de vista do Orçamento. [...] Ele já não tinha paciência. Tínhamos que ser nós mesmos [Hugo Mendes, o então secretário Pedro Nuno Santos e o restante da equipe na Secretaria de Estado de Assuntos Parlamentares] a garantir que aquilo não partiria, porque as relações já estavam muito más. [...] Éramos nós que nos reuníamos sempre com o Bloco de Esquerda e com o PCP. Quase sempre. Portanto, fomos nós que tentamos até o fim manter a boa relação, porque a maior parte dos Ministros nucleares do Governo e com o Primeiro-Ministro a relação já estava muito.... Estava toda a gente farta uns dos outros. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Na avaliação do entrevistado, é possível especular, inclusive, que a transferência de Pedro Nuno Santos da Secretaria de Assuntos Parlamentares para o Ministério das Infraestruturas, em fevereiro de 2019, já expressasse esse movimento de Costa e seu governo. Como se diria no ditado popular, Pedro Nuno Santos caiu para cima. Ao mesmo tempo em que retirava um socialista de esquerda, provavelmente a maior liderança atual da ala mais progressista do PS, de uma pasta estratégica para a sustentação da Geringonça, Costa também transferia um adversário interno para um espaço muito visível e complexo do aparelho de Estado. O Ministério das Infraestruturas é muito relevante, devido ao seu protagonismo nos investimentos públicos, e, ao mesmo tempo, muito limitado, devido as amarras legais que lhe subordinam à liberação de verbas pelas Finanças. Com essa manobra ainda no início de 2019, o PS já evidenciava o seu afastamento gradativo em relação à esquerda e a sua busca por um novo governo solo – com ou sem maioria absoluta.

> Acho que o Antônio Costa procurou uma pessoa que fosse menos conflitante com ele. A própria relação entre o Pedro e o Antônio Costa já não era boa nessa altura, no fim. E há um conflito grande no Congresso. No Congresso [de 2018 do PS] o Pedro faz um discurso bem impactante e toda a gente vê isso como se ele estivesse a se lançar para uma futura liderança do partido. O Antônio Costa não gostou do que o Pedro fez no Congresso e eu acho que ele deixa o Pedro passar o último Orçamento, porque precisava que o Pedro o fizesse, em outubro-novembro de 2018, mas já com o olho numa mudança, numa troca de lugares. E eu acho que ele escolhe uma pessoa com quem ele tem uma relação mais próxima. É uma pessoa com uma personalidade diferente, mais dócil com o Antônio Costa. É o Duarte Cordeiro, o atual Secretário de Estado". (Hugo Mendes, entrevista 5)

João Ferrão, por sua vez, procurou explicar o porquê da escolha do PS, mas sem deixar de considerar que havia entre os demais membros da Geringonça uma intenção permanente de se preservar suas autonomias políticas. O contexto do fim do primeiro governo Costa e do resultado das eleições, no seu conjunto, movia em sentidos opostos às disposições dos partidos para o estabelecimento de possíveis novos acordos. Se, por um lado, BE e PCP-PEV subiam as suas exigências, o PS, por outro lado, afastava da esquerda o limite de suas cedências. Essa dinâmica revelava, mais uma vez, um processo de elevação das contradições internas e o caráter necessariamente transitório daquela experiência.

> Porque o compromisso da Geringonça era para aquele governo, para aquele mandato. Era para um período de quatro anos. Isso é natural, porque os três partidos não sabiam qual seria o resultado do ponto de vista do juízo dos cidadãos e dos eleitores sobre o que foi aquela convergência. [...] o compromisso foi claro, foi um compromisso para quatro anos. E para esses quatros anos foram identificadas metas, que tinham como objetivo reverter a política de austeridade. Devia seguir-se uma outra convergência para outros quatros anos, mas onde o patamar de exigências seria mais elevado. E aí, como eu disse há pouco, começam as ser mais evidentes as divergências, porque nas questões básicas aos partidos de esquerda estão de acordo, mas e agora? Então começaram as divergências. Uma mistura de divergências ideológicas e de jogo

> tático-partidário, porque há sempre as duas coisas. Cada um dos partidos tentou manter ao máximo a sua autonomia, mas não fechar a porta a uma nova Geringonça. Era uma situação um pouco ambígua por parte de todos. A situação era: vamos ver como as coisas evoluem. (João Ferrão, entrevista 6)

A Geringonça então chegou ao fim. Diante desse fechamento de ciclo, após quatro anos de alcances, limites, contradições e um conturbado processo de término, cabe perguntarmos quais foram os significados políticos daquela experiência. Em primeiro lugar, quais foram os efeitos sobre o campo ampliado da esquerda portuguesa? Todos os entrevistados procuraram avaliar essa questão. As mais evidentes consequências, que surgiram em todas as falas, revelaram-se nos resultados eleitorais já apresentados. André Freire resumiu essa questão da seguinte forma:

> O Partido Socialista reforçou muito a sua votação. Desta vez foi o primeiro mais votado, mas não teve maioria absoluta. Ficou a precisar de só um dos partidos, do Bloco ou do PCP para fazer maioria. O Bloco tinha uma grande expectativa de continuar a crescer, mas, na verdade, estabilizou em termos de deputados e perdeu poucos votos, uma coisa insignificante, tanto que manteve o número de deputados. E o Partido Comunista foi perdendo. Perdeu nas Europeias de 2019 [eleições para o PE], perdeu nas autárquicas de 2017 e voltou a perder votos e lugares nas legislativas de 2019. (André Freire, entrevista 7)

Se o primeiro governo de António Costa gerou ao PS um expressivo reconhecimento da população, o peso exercido pela esquerda radical naquela arquitetura de sustentação parlamentar não teve a mesma sorte eleitoral. Mas, por outro lado, houve efeitos positivos em dimensões menos fáceis de se apurar. BE e PCP conseguiram romper a barreira histórica que impedia a opinião pública de vê-los como alternativas para a governação. Demonstraram-se fundamentais para a concretização daquele governo e suas principais medidas.

> Nunca tinha acontecido do Bloco e do PC aprovarem um orçamento do Estado porque o Partido Socialista preferiu sempre aprová-los com a direita. Não porque o Bloco e o PC, diante de soluções concretas e positivas não estivessem estado, como sempre estiveram, disponíveis para [negociar]. Isso mudou então a identidade política desses partidos no panorama, porque passam a ser partidos que são parte da solução possível, assim haja conteúdo político e social que justifique essa solução. (Jorge Costa, entrevista 1)

Entretanto, os partidos da esquerda radical foram ao mesmo tempo lidos por parcelas da população, sobretudo suas bases mais fiéis, como integrantes não apenas da convergência política que sustentou um programa mínimo contra a austeridade, mas como partícipes do próprio governo. Isso trouxe consigo, também, efeitos relacionados às contradições e os aos limites do governo do PS: "é evidente que a partir do momento em que estivemos numa solução política que aprovou os orçamentos do Estado, a expectativa e a visão que a sociedade passou a ter sobre o Bloco se transformaram radicalmente. Para muitas pessoas o Bloco fazia parte do

governo" (Jorge Costa, entrevista 1). Jorge Costa se refere a esses efeitos sobre o BE, mas o mesmo cenário pode perfeitamente ser estendido ao PCP e ao PEV.

Rita Rato, por sua vez, destacou outros significados positivos que passaram a marcar a realidade política da esquerda portuguesa dali em diante. É verdade que a arquitetura política entre esquerda e centro-esquerda se alterou após as eleições de 2019, mas, na interpretação da entrevistada, ainda ficaram aprendizados daquela experiência. Ainda que o PS após seu crescimento eleitoral tenha voltado a uma posição confortável, permitindo-se recusar uma continuidade do caminho traçado nos quatro anos anteriores, é certo que restaram pontes de pé. Inexistentes até 2015, ainda existiriam – mesmo após o término da Geringonça – espaços para cooperação entre os principais partidos de esquerda e a social-democracia portuguesa.

> Como nós dizíamos muitas vezes, nesses quatro anos o país melhorou. Mas o problema é que as pessoas já viviam muito, muito mal. Para as pessoas viverem com dignidade era preciso melhorar muito mais. E também existia o entendimento de que nós não podíamos continuar a ter um acordo quando, existindo condições de ir mais longe, este governo não queria ir mais longe. Não quis aumentar mais o salário mínimo, não quis alterar a legislação laboral, não quis reforçar o Serviço Nacional de Saúde. Então, para nós, do ponto de vista dos nossos princípios, não queríamos estar associados a uma solução que não quer ir mais longe, o que não significa, como tem acontecido, da parte do PCP e, pelo que sei, da parte do PS continua a existir um trabalho de cooperação comum, ideias de análise comum do orçamento e outras coisas. Agora, de certa forma, o que se quis dizer é que aquilo foi uma fase excepcional, foram circunstâncias excepcionais e a partir daqui o PS continua a ser o que era. As pessoas também têm que perceber isso para exigir mais. (Rita Rato, entrevista 4)

Elaborando uma leitura semelhante, André Freire também destacou alguns dos legados positivos que ficaram para além da queda eleitoral da esquerda radical.

> Agora, a experiência foi positiva, funcionou, desmontaram-se papões que existiam. Eu já tinha escrito um livro com o Luke March em 2012, chama-se "A Esquerda Radical em Portugal e na Europa" que era para dizer que os comunistas não comem criancinhas ao pequeno-almoço. Para toda a Europa há comunistas no governo. Em França, desde os anos 80. Aqui era um papão, não podia ser, ia tudo funcionar mal, eles não iam conseguir se entender... Funcionou! Portanto, quebrou-se um tabu, isto está aberto. Agora, também depende dos resultados dos partidos. Eu compreendo a reserva dos comunistas. Eles não fecham a porta, mas ficaram em refluxo. Deve haver lá muita gente dentro que quando chega nas reuniões do Comitê Central (e em outras) diz "a gente não pode se meter em coisas para perder". Os partidos não estão ali para perder, não é? Mas acho que há um legado, que esse legado é positivo, tem condições para perdurar, mas não sei se vai perdurar. (André Freire, entrevista 7)

Segundo João Ferrão, esses efeitos se desdobraram em consequências e avaliações diferenciadas entre o BE, por um lado, e o PCP, por outro. Para o BE, os significados da Geringonça de algum modo teriam contribuído para um processo de afastamento da esquerda radical e de autoidentificação dentro do espectro político-ideológico do reformismo social-democrata, algo que poderia parecer impensável até alguns anos atrás. O entrevistado se refere

a uma aproximação bloquista com um ideal social-democrata do passado, reverberado por aquela social-democracia reformista do pós-guerra e enfraquecido por suas formas subordinadas aos paradigmas neoliberais, como se vê nas últimas décadas. Em linha semelhante a Hugo Mendes, Ferrão aproximou o BE ao PS numa linha em que o primeiro afirmaria ser aquilo que o segundo já renegou. E a experiência Geringonça teria estimulado uma aceleração dessa dinâmica que faz do BE, nas palavras do próprio entrevistado, cada vez mais o "PS de esquerda".

> A grande modificação durante a Geringonça, em relação ao Bloco, é quando o Bloco se transforma de um partido de protesto num partido com uma perspetiva de governo e começa a passar a ideia, uma narrativa, a dizer "isto é uma aliança, mas no futuro nós temos que ir para o governo, porque só estando no governo é que garantimos a concretização das nossas ideias". Portanto, começa a ter um discurso completamente diferente, que é: "mais do que uma aliança informal, vocês eleitores podem votar em nós porque o Partido Socialista não tem a maioria e nós podemos fazer uma aliança governamental com o Partido Socialista, nós vamos para o governo e isso é que permite que se tomem, finalmente, as decisões que é preciso tomar. [...] O Bloco fez uma coisa curiosa e inesperada nas últimas eleições. Vieram dizer publicamente: "nós somos um partido social-democrata, mas somos um partido social-democrata radical. [...] É muito curioso... Quando eu era estudante universitário, como eu disse, nas primeiras eleições democráticas para a Associação de Estudantes havia oito listas e a mais à direita, ou menos à esquerda, era a do Partido Socialista. Mas, o que eles defendiam na altura é quase o que o Bloco defende agora. […] A Geringonça, apesar de tudo, teve essa componente pragmática, mas não foi de governo, foi de defesa, de reposição de direitos. Portanto, eu diria que o Partido Comunista tem uma ideologia muito clara e que não está em causa. O Bloco é um pouco ambíguo quanto a esta questão. O Bloco é o PS de esquerda, cada vez mais é o PS de esquerda. Inclui uma componente pragmática, que quer ir para o governo e decidir, e outra mais ideológica, mais purista, que diz "não, nós não vamos prescindir dos nossos direitos, temos um projeto de sociedade, que é este". Não sei o que isso pode significar a curto prazo ou médio. O Partido Socialista e o Bloco vão-se tornando mais pragmáticos e as alianças são mais possíveis. (João Ferrão, entrevista 6)

Já para o PCP, os efeitos Geringonça foram muito mais duros. Em primeiro lugar, por ter sido o grupo mais prejudicado eleitoralmente depois de quatro anos. Além disso, também devido à sua maior necessidade histórica de diferenciação em relação aos socialistas. Se, por um lado, o BE pode transitar melhor pelas faixas sociais que se movem entre as influências dele próprio e do PS, os comunistas possuem uma identidade política muito mais forte, que contrasta com as características social-democratas do PS (cada vez mais também compartilhada pelo BE). Assim, considerando ser um partido que perdeu relevantes margens eleitorais nas últimas décadas, conforme vimos ao longo desta investigação, é sempre mais delicado para os comunistas haver alguma confusão entre a sua identidade política e a dos socialistas. Nesse sentido, uma das avaliações do PCP sobre a Geringonça é que aquele tipo de experiência deve necessariamente ter limitações claras, no sentido de não comprometer sua tradição e sua base eleitoral. Para João Ferrão, um dos efeitos dessa leitura seria a busca por maior distanciamento dos espaços de governo e maior diferenciação do PCP em relação ao PS no pós-Geringonça.

> E o Partido Comunista sempre teve outra posição: "nós estamos de fora, porque a nossa visão é incompatível com a do Partido Socialista, que é um partido burguês, capitalista, a favor da globalização, portanto, nós fazemos esta aliança para repor direitos, mas nós não nos misturamos com o Partido Socialista". Isso é interessante porque a dinâmica da Geringonça levou a uma mudança de retórica por parte do Bloco e a uma afirmação mais forte de percurso autónomo do Partido Comunista. Isso também se compreende porque o Partido Comunista é hoje um partido muito envelhecido, está a perder apoio em termos de votos. E, como está a perder apoio, não se pode diluir numa aliança com o Partido Socialista. (João Ferrão, entrevista 6) […] enquanto o Partido Socialista subiu a percentagem de votos, o Partido Comunista e o Bloco baixaram um pouco. Então, ficaram assustados. A reação foi, como eu disse, o Partido Comunista diferenciar-se ainda mais, dizendo que "isto foi uma convergência pontual", "nós não temos nada a ver com o Partido Socialista", e o Bloco a fazer uma fuga para a frente, "isso mostra que nós temos que estar no governo, porque, se não, o Partido Socialista vai outra vez para a direita. (João Ferrão, entrevista 6)

Nesse trajeto interpretativo, João Ferrão analisou os desdobramentos que a dialética da vitória e da derrota da Geringonça pode gerar para o futuro das linhas tático-estratégicas adotadas pelos partidos da esquerda e da centro-esquerda portuguesas. A aberturas de portas para o diálogo e o processo de aprendizagem adquirido com a experiência foram resultados muito valiosos para todo o campo progressista. Ao mesmo tempo, alguns dos seus efeitos redundaram no aprofundamento de certas fissuras e contradições. Cabe agora seguir acompanhando os movimentos futuros para entender o comportamento a partir de agora das forças políticas estudadas em função do desafio apontado pelo entrevistado: como equilibrar, no pós-Geringonça, firmeza político-ideológica com a noção de pragmatismo necessária para combater as ofensivas neoliberais que invariavelmente voltarão a ameaçar o país?

> A ascensão dos grupos pragmáticos dentro dos partidos de esquerda não os transforma em partidos de direita, mas contribui para diminuir a introdução de medidas e políticas sociais e económicas verdadeiramente transformadoras. É a vitória das visões gestionárias e tendencialmente despolitizadas. Por outro lado, se houver um reforço ideológico, e se esse reforço ideológico significar que os partidos de esquerda são incapazes de dialogar entre si, também não há transformação. Isto significa que os partidos não podem ser nem demasiado pragmáticos, senão não há política, nem demasiado puristas, senão não há alianças. Este balanço é muito complicado: nem excesso de pragmatismo, porque isso é despolitizar a política, nem excesso de purismo ideológico, porque isso significa a impossibilidade de qualquer aliança. Por isso, a vantagem das grandes crises é aproximar a esquerda. Mas aproximar a esquerda numa perspectiva basicamente defensiva, contra os efeitos perversos da globalização, contra a austeridade, contra, contra, contra. Apesar de tudo, e esse é um ponto importante, os partidos aceitam dialogar entre si. Há um processo de aprendizagem que é relevante. Cria-se uma cultura de diálogo que não existia antes. (João Ferrão, entrevista 6)

As avaliações dos entrevistados acerca do termino da Geringonça e seus significados para a continuidade das lutas políticas à esquerda em Portugal também contribuem para nossas análises sobre outras dimensões dos resultados eleitorais de 2019, especialmente aquelas que recaem sobre o campo da direita. Nesse espectro, algo ficou muito claro: o conjunto dos partidos tradicionais sofreu uma grave derrota. PSD e CDS perderam 314.443 eleitores, queda de 15,8%

quando comparado com os resultados de 2015. Como consequência, o PSD perdeu 10 e o CDS 13 deputados no Parlamento. Considerando a bipolarização que a política portuguesa adotou nas últimas décadas, bem como as franjas do eleitorado de centro compartilhadas por PSD e PS, é factível crer que houve alguma transferência de votos do PSD para o PS. Entretanto, é mais convincente pensar que a maior parte dos votos perdidos fragmentou-se entre a abstenção e os novos (ou nem tão novos assim) partidos da direita.

A incapacidade da direita tradicional de se apresentar como opção viável para a maioria dos eleitores parece ter relação direta com o crescimento de grupos que até então tinham pouca inserção parlamentar e social. Dentre esse conjunto de organizações, destacam-se três que podem ter sido o destino de uma parcela importante do eleitorado tradicional de direita: o Pessoas-Animais-Natureza (PAN), a Iniciativa Liberal (IL) e o Chega. O primeiro, que já possuía uma cadeira no Parlamento, alcançou 174.511 votos (crescimento de 132,2%) e alcançou quatro deputados. Já os dois últimos chegaram pela primeira vez na ARP com um deputado cada. Juntos, os três tiveram 310.018 votos (5,9% dos votos). À título de comparação, esse volume de votos representa 39,8% a mais do que obteve o CDS no mesmo pleito. Para além de indicar o possível destino de votos do PSD e do CDS, o crescimento desses grupos revela um cenário ainda mais complexo e perigoso: a chegada em Portugal do processo de radicalização de direita que vem ocorrendo sob distintas formas na Europa e no mundo. Poderiam ser incluídos nesta avaliação outros agrupamentos que não chegaram a eleger deputados, mas fazem parte do mesmo cenário, como o recém-criado Aliança (40.487 votos) e o já conhecido Partido Nacional Renovador (PNR, 17.126 votos).

Partindo dos debates realizados na primeira parte do trabalho, esse processo é aqui interpretado como um movimento de unidade no qual participam e se mesclam elementos distintos, por vezes até mesmo aparentemente contraditórios. Trata-se da manifestação, na realidade nacional portuguesa, do que chamamos de neoliberalismo reacionário. Na prática, esse fenômeno se combina, sob múltiplos formatos histórica e nacionalmente determinados, com expressões da variante neoliberal denominada como social-liberalismo. Conforme já mencionado, em função de características específicas a Portugal, a radicalização de extrema-direita que marcou o continente europeu ao longo da última década encontrou dificuldades para se impor plenamente no país ibérico. Nesse sentido, o neoliberalismo reacionário encontrou terreno fértil para se associar com elementos sociais-liberais, processo estimulado sobretudo pela impopularidade gerada pela austeridade na primeira metade da década e pelos resultados positivos alcançados por um governo social-democrata apoiado pela esquerda radical. Numa dinâmica ao mesmo tempo conflituosa e complementar, o crescimento eleitoral desses

agrupamentos ocorre num ambiente que articula, de modos variados e peculiares, ultraliberalismo econômico, conservadorismo e pós-política. Daí surgiram as novas expressões políticas que cresceram ou passaram a ocupar a ARP à direita.

Dentre os partidos surgidos nessa brecha política, o PAN é o que mais destoa, aproximando-se em muitos sentidos do que sempre foi o bloco central composto por PS e PSD-CDS. É nitidamente a "nova" face do social-liberalismo português que ganhou força com o enfraquecimento da direita tradicional e com o relativo afastamento do PS em relação ao "consenso de centro" em sua "virada progressista" de 2015 a 2019. O PAN, que saltou de uma para quatro cadeiras no Parlamento em apenas uma legislatura, reivindica-se um partido supostamente não-político, pós-ideológico e com preocupações extremamente específicas e pragmáticas. Pelo fato de não possuir programa político-ideológico claro, mas sim um ajuntamento de pautas, organiza-se como um coletivo movido exclusivamente por causas e por um moralismo "anticorrupção" [157]. Essas características lhe conferem a possibilidade de trânsito aos sabores de cada conjuntura, de modo que pode atuar como linha auxiliar tanto do PSD-CDS quanto do PS. É uma expressão social-liberal francamente mais domesticada do que as já recuadas experiências surgidas no fim dos anos 1990 e início dos 2000, aquelas forjadas como resposta às lutas populares contra o neoliberalismo, teorizadas nas variadas teses sobre a terceira via e inspiradas diretamente no novo trabalhismo inglês, no *blairismo* e na social-democracia alemã do período. Desse modo, o PAN é um novo representante ainda mais amansado do social-liberalismo em Portugal. É um partido que se fortaleceu em tempos de Geringonça e de fragilização da direita tradicional no cenário interno e de predomínio do neoliberalismo reacionário no capitalismo global.

Quanto aos outros partidos mencionados, tratam-se nitidamente de manifestações locais da variante neoliberal reacionária. É preciso, contudo, pontuar suas diferenciações internas. Nesse grupo, é possível verificar dois espectros que habitam simultaneamente o que pode ser chamado de extrema-direita portuguesa. Duas grandes linhas que compartilham visões de

---

[157] São muitos os documentos produzidos pelo PAN ou as peças jornalísticas que revelam a fluidez ideológica desse partido. Ao fim e ao cabo, tal característica o leva a posições condescendentes com as determinações centrais do *status quo*, numa prática que simplesmente aponta para alterações cosméticas na realidade nacional, passando ao largo de qualquer consideração estrutural. Declarações recentes do seu antigo líder, que deixou a vida partidária em 2021, exemplifica bem o espírito desse grupo que joga o jogo político ao mesmo tempo em que anuncia uma suposta renúncia do mesmo. Segundo a ideologia de André Silva e seu partido, a política deveria se afirmar mais pelas causas do que pela ideologia. Ver mais em: <https://sol.sapo.pt/artigo/736811/andre-silva-a-politica-vai-afirmar-se-mais-pelas-causas-do-que-pelas-ideologias>; <https://www.rtp.pt/noticias/politica/pan-lanca-ataques-a-esquerda-e-a-direita_a1177000>; < https://expresso.pt/politica/2021-06-05-Andre-Silva-despede-se-da-lideranca-com-conselhos-para-o-futuro-E-importante-que-o-PAN--nao-se-deixa-acantonar-a-esquerda-ou-a-direita-47ca544e>. Acesso em 09/06/2021.

mundo e projetos de sociedade radicalizados em termos capitalistas. Articulam-se e se retroalimentam quando os assuntos são suas íntimas relações com frações da burguesia portuguesa e seus programas econômicos ultraneoliberais. Por outro lado, enquanto o Chega renovou as mensagens do PNR numa representação mais popular da extrema-direita com traços claramente neofascistas – que remontam a um profundo reacionarismo político e social em manifestações explicitamente xenófobas, racistas, misóginas e lgbtfóbicas –, a IL e o Aliança se associam de formas menos abertas a essas pautas, revestindo-se com discursos supostamente técnicos para justificar seus postulados neoliberais[158]. Em suma, se os dois últimos assumem abertamente seus projetos profundamente neoliberalizantes para o país, os primeiros bradam discursos reacionários e surfam diretamente na onda neofascista que vem ganhando força pelo mundo.

Apesar das evidentes diferenças programáticas entre os partidos, todos se favoreceram do ambiente de enfraquecimento da direita tradicional, sobretudo aqueles que aumentaram representação ou ingressaram na ARP. Assim, tais agrupamentos compõem, como partes distintas, um mesmo movimento que ao mesmo tempo em que nega a política, a exercita enquanto espetáculo oportunista, seja ele supostamente "não-ideológico", tecnocraticamente ultraneoliberal e/ou violentamente reacionário. Nesse ambiente, não há pudores em se declarar conservador, anticomunista e/ou, em muitos sentidos, contrário a ideais de solidariedade, justiça ou proteção econômica e social. Em suma, o avanço desses grupos nas últimas eleições legislativas, o grande número de abstenções, brancos e nulos (5,8 milhões ou 53,8% do universo de eleitores) e a conjuntura europeia e mundial nos parecem sinais que devem figurar como alerta para o futuro da política portuguesa.

Em termos gerais, muito ainda há para se entender sobre a Geringonça e seus significados, mas uma coisa parece certa ao se avaliar suas políticas concretas, as declarações dos entrevistados e o resultado das urnas em 2019: a histórica solução das esquerdas foi capaz de pressionar a social-democracia a cumprir a maior parte dos compromissos assumidos em novembro 2015. Permitiu um nível não desprezível de resistência à radicalização neoliberal implementada no país na primeira metade dos anos 2010, contribuiu diretamente à derrota da

[158] Analogias nem sempre são bons recursos explicativos, mas podem ser úteis nesse caso. Com base no quadro brasileiro, o Chega e o PNR estariam para o bolsonarismo assim como a IL e o Aliança estariam para o Partido Novo. A proximidade entre esses atores e suas linhas político-ideológicas, muitas vezes apontadas pela imprensa e por comentadores políticos como contraditórias, ficou patente em novembro de 2020. Na verdade, a relações íntimas entre a direita tradicional e o neofascismo sempre foram evidentes, tendo sido abertamente explicitadas com a coligação formal estabelecida entre PSD, CDS, Chega e IL nas últimas eleições para o Governo Regional dos Açores. Ver mais em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/17-nov-2020/psd-acordo-com-o-chega-nos-acores-serve-de-balao-de-ensaio-para-2023-13041788.html>. Acesso em 09/06/2021.

direita em 2019 e conduziu Portugal a um contexto bastante distinto daquele de seis anos atrás. Resta agora saber como caminhará o fenômeno da radicalização da direita no país, que parece definitivamente ter furado o cerco sanitário de um jovem sistema democrático, fundado após um processo revolucionário fortemente influenciado pela esquerda radical e pelo Partido Comunista. Ao mesmo tempo, caberá também avaliar como a opção do PS por não procurar soluções à sua esquerda, mas sim atuar de forma "pisca-pisca", influenciará as disputas políticas no período pós-2019.

Dialogando com tais preocupações, nossos entrevistados procuraram traçar suas interpretações sobre possíveis significados que a Geringonça e seu término deixaram para o conjunto das lutas sociais no país. Em primeiro lugar, cabe mencionar os desdobramentos positivos, Segundo Hugo Mendes, houve uma inegável alteração nas condições e no ambiente para se fazer política no país. Mesmo considerando seu caráter conjuntural e transitório, aquela experiência deixou marcas interessantes.

> É assim: ela não nasceu como alguma coisa estrutural, mas o resultado dela é potencialmente estrutural. Ela nasce por um acaso, mas, o fato dela ter acontecido e ter ido até o fim moldou a política em Portugal. Hoje a política é muito diferente do que era em 2014. Não significa que seja completamente diferente, mas é muito diferente. E não significa que não haja um possível retorno ao passado. Mas, é muito difícil, por que o fato dessa experiência ter acontecido vai tornar uma possível repetição mais fácil. Enquanto não tinha acontecido era uma espécie de impossibilidade. Portanto, isso mudou mesmo a política em Portugal. (Hugo Mendes, entrevista 5)

Rita Rato concorda que a Geringonça foi, de modo geral, uma marca positiva para a vida política nacional. Para além de demonstrar que era possível governar com políticas mais à esquerda, menos subordinadas à lógica neoliberal, também foi pedagógica em outro quesito: reforçou o ensinamento de que lutar coletivamente vale a pena. Para as camadas exploradas e oprimidas, somente a organização e a luta política podem levar a conquistas sociais. Nas palavras da entrevistada, esses foram alguns dos significados políticos mais importantes deixados pela Geringonça.

> O que eu acho importante que sai desta experiência, desde antes da Geringonça, até a Geringonça e depois disso. Acho que te escrevi isso. Em 2015, com a Geringonça, o que se torna muito evidente é que valeu e vale sempre a pena lutar. Quando se luta, nem sempre se ganha, mas valeu sempre a pena lutar. Obrigar o PS a negociar à esquerda foi possível porque ao longo dos quatro anos da Troika os trabalhadores lutaram muito para que isso acontecesse. Os direitos que foram repostos e conquistados não foram porque, em 2015, de repente, [percebeu-se] "ah, isto é muito justo, vamos consagrar isso". Não. É porque ao longo dos quatro anos as pessoas lutaram muito, mesmo quando só perdia, mesmo quando sabiam que iam lutar e havia um governo de maioria absoluta que não ia repor nada. Então, de certa forma, o que a Geringonça provou, é que sempre vale a pena lutar e que os trabalhadores não têm alternativa à luta. Os trabalhadores não têm alternativa à sua organização, à sua

> unidade e à sua luta. É a maior garantia que temos. Mesmo com o término da experiência, é muito importante perceber que entre 2015 e 2019 essa luta também determinou muita coisa." O que eu acho importante que sai desta experiência, desde antes da Geringonça, até a Geringonça e depois disso. Acho que te escrevi isso. Em 2015, com a Geringonça, o que se torna muito evidente é que valeu e vale sempre a pena lutar. Quando se luta, nem sempre se ganha, mas valeu sempre a pena lutar. Obrigar o PS a negociar à esquerda foi possível porque ao longo dos quatro anos da Troika os trabalhadores lutaram muito para que isso acontecesse. Os direitos que foram repostos e conquistados não foram porque, em 2015, de repente, [percebeu-se] "ah, isto é muito justo, vamos consagrar isso". Não. É porque ao longo dos quatro anos as pessoas lutaram muito, mesmo quando só perdia, mesmo quando sabiam que iam lutar e havia um governo de maioria absoluta que não ia repor nada. Então, de certa forma, o que a Geringonça provou, é que sempre vale a pena lutar e que os trabalhadores não têm alternativa à luta. Os trabalhadores não têm alternativa à sua organização, à sua unidade e à sua luta. É a maior garantia que temos. Mesmo com o término da experiência, é muito importante perceber que entre 2015 e 2019 essa luta também determinou muita coisa. (Rita Rato, entrevista 4)

Apesar dos limites e das contradições que se expressaram nos quatro anos da Geringonça, sobretudo entre as possibilidades abertas por essa experiência e as realizações concretas do governo socialista, Rita Rato asseveou, no fim de nossa entrevista, mais um dos efeitos positivos daqueles quatro anos para a continuidade das lutas populares. Segundo ela, as pessoas passaram a viver melhor.

> Nós estamos no quadro do capitalismo, mas no quadro de uma sociedade capitalista não desperdiçamos nenhuma oportunidade para defender a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Sabendo que estamos no capitalismo, eu volto à frase que dizia no princípio. O PCP nunca acha que quanto pior melhor. Quanto pior, pior. Portanto, quanto melhor as pessoas viverem, melhores condições têm de acesso à educação, melhores condições têm de acesso à saúde e melhores preparadas estão para lutar de forma mais permanente. Nós precisamos de lutas permanentes. A luta pela transformação da sociedade não é uma corrida de 100 metros, é uma maratona. Por isso, nós precisamos de ter as pessoas em condições de lutar. Isso obriga a que as pessoas vivam melhor. Quando as pessoas vivem melhor, estão em melhores condições de lutar. Portanto, a melhoria é essencial. Estão menos vulneráveis ao desespero. O desespero é um grande caldo de cultura do fascismo e do populismo. É necessário responder a isso. (Rita Rato, entrevista 4)

De fato, quando as pessoas passam a se alimentar melhor, se encontram empregadas e se percebem mais protegidas e menos vulneráveis, estamos diante de melhores condições para se fazer as necessárias lutas políticas do presente. Trata-se de um ingrediente absolutamente fundamental para o polo do trabalho na luta de classe. Na sequência, Rita Rato continua desenvolvendo a questão, oferecendo uma espécie de síntese das suas interpretações sobre esse tema. Ela conecta a continuidade das lutas a um necessário processo de intensificação organizativa da ação política, o qual se faz essencialmente nas ruas, nos sindicatos, nos partidos, nas associações civis, nos movimentos populares, reverberando apenas parcialmente nas instituições estatais e no jogo formal da democracia liberal. Desse modo, a Geringonça seria

apenas uma expressão de um processo muito mais amplo de politização e organização, devendo ser transformada, portanto, num ponto de partida e não de chegada.

> Eu acho que essa experiência dessa solução política em Portugal é muito mais do que uma intervenção política. É a abertura de um espaço de intervenção à esquerda. Está nas nossas mãos conseguir potenciar isso. Isso só se faz com mais organização, com mais militância e com mais presença nas ruas – em todas as ruas. Isso é um processo que tem tido uma expressão institucional num governo e numa Assembleia da República, mas está muito para lá disso. Cabe a nós conseguir potenciar isso e conseguir transformar cada conquista não num ponto de chegada, mas num ponto de partida para mais conquistas democráticas e mais luta. (Rita Rato, entrevista 4)

Ao mesmo tempo, a comunista revelou uma preocupação importante quanto às possibilidades do PS retornar ao seu curso histórico de alinhamento à direita, situação que pode vir a contribuir para o regresso de escolhas políticas em termos econômicos e sociais subordinadas a possíveis novas rodadas de radicalização neoliberal no país. Além disso, segundo ela, a extrema-direita se alimenta diretamente do descontentamento social e dos resultados das ofensivas neoliberais, estando aí um dos efeitos nocivos que o término da Geringonça pode vir a produzir.

> Na minha opinião, em grande medida, nós nos sentimos a disputar exército na base com a extrema-direita, porque as classes populares muito desesperadas vão no discurso da extrema-direita e que não podem ir nesse discurso. São pessoas que tem que estar conosco, mas que muitas vezes o descontentamento e o desespero levam para aí. De certa forma, o aumento da extrema-direita serve à burguesia, porque a burguesia precisa sempre de uma saída para se não conseguir uma saída pela via institucional. Eu acho que a burguesia é cúmplice da extrema-direita. A burguesia precisa da extrema-direita em determinados momentos históricos em que as lutas não são aceitáveis. Aqui em Portugal nós tivemos um deputado que foi eleito por um partido de extrema-direita, que diz e profere coisas que violam a Constituição e a Lei Fundamental e tem chamadas na comunicação social dominante como se fosse naturalizando o fascismo e o populismo. Isso responsabiliza também os próprios e isso não é distração, isso é agenda política. (Rita Rato, entrevista 4)

Jorge Costa também ressaltou que o cenário econômico, político e social gerado por políticas de austeridade, isto é, pela radicalização neoliberal, formam um campo muito propício para o crescimento da extrema-direita e do reacionarismo político. Daí sua preocupação não com os significados deixados pela Geringonça em si, mas com os caminhos escolhidos pelo PS a partir de sua vitória em 2019. Na leitura do bloquista, na medida em que o PS logrou capturar para si a maior parte dos louros eleitorais da convergência de quatro anos com a esquerda, a inevitável tentação de voltar-se para a composição do bloco central se revela um risco tão perigoso quanto provável. Isso devido à tibieza dos socialistas em relação à continuidade e ao aprofundamento das medidas de combate à austeridade, linha política que estimularia a abertura de maior espaço político para o crescimento da extrema-direita no país. Segundo o entrevistado,

alinhado à Rita Rato, a austeridade incentiva diretamente o crescimento de insatisfações sociais que têm sido instrumentalizadas por projetos políticos reacionários.

> A extrema-direita em Portugal tem condições para crescer. Mas a resposta para dar à extrema-direita não pode ser a da contenção orçamental, da economia letárgica, da estagnação econômica, do emprego precário e dos baixos salários. Porque é nesse caldo que a extrema-direita vai crescer. É preciso dar uma resposta de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento no plano ambiental, de conjugar o desafio climático com o crescimento econômico e com a criação de emprego. E isso é uma resposta que o Partido Socialista não está em condições de dar, porque, quando olhamos para o orçamento [proposto para 2020], vemos que, seja no plano ambiental, seja no plano dos transportes públicos, no plano da habitação, seja no plano da reconversão industrial e do investimento na infraestrutura, ele é muito fraco. Inclusive, é mais fraco do que aquilo que o Partido Socialista prometeu na campanha eleitoral. (Jorge Costa, entrevista 1)

Jorge Costa se refere diretamente ao perigo do retorno de um reformismo sem reformas estruturais, mas repleto de influências neoliberais, típico da social-democracia pós-1970 – linha estratégica que, como já vimos, marcou o alinhamento do PS português aos programas da direita nas últimas três décadas. Para ele, o retorno dessa identidade histórica já estaria em curso desde o dia seguinte do novo período aberto com os resultados eleitorais de 2019. Ou seja, o PS já estaria retomando sua identidade típica, operando uma espécie de fechamento de um breve parêntese aberto na história recente da social-democracia portuguesa.

> A emergência de um discurso cada vez mais radicalizado à direita, cada vez mais ultraliberal e ultraconservador conjugado, é o que se está a ver em toda a Europa. Há um discurso de ultraliberalismo... você vê o programa desse novo partido de extrema-direita, o Chega. É um programa ultraliberal na economia. E será necessário fazer esse confronto, explicando porque os partidos do meio estão a abrir o caminho para a extrema-direita. Isso está a ocorrer em França e na Europa toda. [...] É o que está a acontecer na Europa, em todos os países. Esse reformismo fraco perde. [...] O PS mitigou essa identidade nos últimos quatro anos da Geringonça e está a recuperá-la agora na maneira que está a encarar esse novo período. (Jorge Costa, entrevista 1)

Tal redireccionamento produz, entretanto, muitas dificuldades e incertezas na forma de governo escolhida pelo PS, processo que pode levar o partido a complicações na aprovação de leis e orçamentos, o que, consequentemente, estimularia a abertura de múltiplas e instáveis negociações com todo o Parlamento, da esquerda à direita. Essa é uma das avaliações de Francisco Louçã sobre o tema.

> O Partido Socialista, não tendo maioria, tem uma grande dificuldade. Como não tem uma forma de trabalho em comum sobre questões orçamentais com os partidos de esquerda, está muito mais sujeito ao conflito parlamentar. Houve algumas matérias em que, se não fosse um voto do Partido Comunista para salvar o governo, sobre o imposto sobre a eletricidade, ou sobre algumas outras matérias com o apoio da direita, o governo teria perdido votações significativas no orçamento em algumas matérias importantes. Mas isso, o que provou, foi que esse jogo político não é viável. É claro que agora estamos numa situação totalmente nova. (Francisco Louçã, entrevista 3)

Na verdade, é preciso relembrar: o PS nunca deixou de praticar uma estratégia de finanças públicas voltada essencialmente ao controle ortodoxo da dívida e ao corte de gastos visando superavits fiscais. Conforme já sabemos, mesmo durante a vigência da Geringonça essa linha mestra continuou sendo aplicada. Entretanto, com o término da experiência, Jorge Costa já avaliava – ainda que a entrevista tenha sido realizada apenas dois meses após as eleições – que o PS sugeria sua intenção de aprofundamento dessa perspectiva.

> [...] em nome de que? É preciso perceber que esse orçamento de estagnação, de investimento medíocre, é feito em nome de um superavit nas contas, de um excedente orçamental despois dos pagamentos de juros. Depois de feito o pagamento do serviço da dívida [pública] mantém-se um superavit. É uma visão muito ortodoxa, muito alinhada com a ortodoxia europeia. [...] isso compromete as perspectivas de uma política de esquerda de recuperação econômica e social. (Jorge Costa, entrevista 1)

Por fim, João Oliveira direcionou suas falas para uma interpretação mais abrangente a respeito dos desdobramentos daqueles quatro anos para a continuidade das lutas populares. Nesse caminho, atentou-se à luta de classes e à totalidade da realidade capitalista, sem se prender apenas ao cenário político nacional, às opções do PS e aos elementos eleitorais que certamente atravessam o debate, mas não são seus únicos determinantes. A liderança comunista fez, portanto, uma avaliação sobre o cenário pós-Geringonça e seus significados.

> A questão que se coloca agora é saber com que forças é que se conta para o desenvolvimento dessas dinâmicas de massas, da luta dos trabalhadores e massas populares em torno de suas reivindicações concretas. Tal como antes, esse continua a ser o elemento decisivo para que, do ponto de vista político, se consiga ultrapassar alguns dos problemas que continuam a ser confrontados. Eu julgo que hoje de uma forma mais evidente esses problemas são percebidos pelo povo. Quando a gente percebe que há determinadas medidas na área da saúde ou na área dos serviços públicos que só não são tomadas para satisfazer interesses que nos são alheios e imposições que são feitas a partir de fora, que não tem nada que ver com as condições de vida que a gente tem e precisa ter – nomeadamente essas que tem a ver com as imposições dos orçamentos, do euro e do diabo –, a gente precisa colocar aqui limitações seríssimas e que as pessoas também percebem. Vamos ter excedente orçamental e não conseguem contratar mais enfermeiros? Querem ter um excedente orçamental e não querem aumentar as pensões? […]Quando nós olhamos para a evolução que o mundo tem tido desde 2008; quando nós percebemos que a crise estrutural do capitalismo está longe de ter sido superada; quando percebemos que muitas das contradições que estiveram na origem desta última crise cíclica – sendo cíclica não deixa de ser estrutural – se mantém com toda a vivacidade e podem conduzir à próxima crise cíclica, que, se calhar, poderá ser dentro de alguns poucos anos, naturalmente deve ser um fator de maior preocupação o fato de muitas das forças de extrema direita, mesmo não estando ainda no poder, já terem chegado a um ponto em que podem facilmente ser solicitadas para resolver os problemas do capitalismo, como foram no início do século XX. O nazifascismo não resulta do acaso. É a resposta do capitalismo à sua própria crise. É a resposta repressiva e violentamente exploradora à sua própria crise. Todos os sinais que a gente vai identificando apontam nesse sentido. O capitalismo está a chegar à conclusão que pode ter que fazer novamente o recurso dos Estados nazifascistas para conseguir dar resposta a uma crise ainda mais violenta do que aquela que foi em 2008. Isso ultrapassa em muito qualquer aspecto da realidade nacional. Agora, é no plano nacional que temos que encontrar elementos de combate a isso. Não é no quadro internacional que vamos encontrar uma revolução

> mundial que se contraponha às perspectivas de recuperação nazifascista por parte do capital. É no terreno nacional que temos que fazer essa batalha, em função das condições concretas que existem. (João Oliveira, entrevista 2)

Em síntese, os resultados das legislativas associados ao contexto político do segundo semestre de 2019 significaram uma nova correlação de forças no Parlamento e, simultaneamente, a emergência de novos fatores na realidade política nacional, tais como a vitória eleitoral do PS, o enfraquecimento da esquerda radical, a derrota da direita tradicional e o surgimento de novas forças enquanto expressões locais de um movimento mais amplo, o qual combina neoliberalismo reacionário com elementos de sua variante social-liberal. Foi nesse cenário que se consagrou o término da Geringonça.

CONCLUSÕES

Neste momento, sintetizamos as principais conclusões inferidas ao longo desta tese. Antes de tudo, cabe relembrar nosso objetivo central e as principais questões a ele vinculadas. O principal objetivo desta pesquisa foi *investigar o desenvolvimento histórico da experiência política portuguesa conhecida como Geringonça, vigente entre 2015 e 2019, apreendendo seus significados concretos para a resistência à ofensiva neoliberal*. Em consonância com o marco teórico-metodológico adotado, não se tratou de um estudo restrito em termos socio-históricos. Pelo contrário, a experiência política foi estudada à luz do desenvolvimento histórico capitalista, com especial atenção às suas dinâmicas atuais em termos econômicos e políticos.

As tarefas relacionadas aos objetivos específicos foram efetuadas no sentido de captar as bases materiais e subjetivas sobre as quais se desenvolveu uma experiência política como a Geringonça. Nesse trajeto, a investigação procurou articular questões que se movem, numa abordagem dialética, do universal ao singular. Com base nesse espírito, a divisão do trabalho se deu em duas partes: a primeira dedicada a debates teóricos mais amplos sobre o capitalismo e a luta de classes e a segunda destinada a uma caracterização das particularidades inerentes à história recente portuguesa, seguida por análises sobre a singular experiência política da Geringonça.

Nesse trajeto, a Parte I ficou dedicada às nossas reflexões sobre a atualidade do modo de produção capitalista, do imperialismo e das lutas sociais. Foram resgatados debates fundamentais sobre as dinâmicas e as fases da sociedade burguesa, atentando inicialmente às suas crises imanentes fundadas na tendência de queda da taxa geral de lucro e, na sequência, aos desdobramentos do capitalismo imperialista até os dias de hoje. Assim, foi possível perceber que *todos os ciclos assumidos pelo capitalismo desde o fim do século XIX até os dias de hoje se realizaram e se desenvolveram nos marcos do imperialismo e das suas modificações ao longo do tempo*. Tal perspectiva funcionou como base concreta para as nossas interpretações teóricas acerca do período keynesiano-fordista, consolidado entre as crises de 1930 e de superacumulação dos anos 1970, e do período neoliberal (com suas modificações internas), consolidado dos 70 em diante.

No fim da primeira parte, foi realizada uma incursão teórica, por variados ângulos, sobre o período neoliberal. Primeiramente, procurou-se traçar as características essenciais dessa forma historicamente determinada de capitalismo. O neoliberalismo, forjado inicialmente nos anos 1930 enquanto um conjunto de ideais e práticas que buscavam uma renovação do liberalismo em face das condições objetivas daquele contexto, saiu da situação de

marginalidade teórico-política e se efetivou progressivamente, a partir dos anos 1970, como ideologia que passou a expressar o espírito do tempo capitalista, isto é, como a doutrina hegemônica dali em diante. Fundado em teorias neoclássicas, essa doutrina trouxe consigo, para além da ortodoxia econômica, o abandono de considerações éticas que vinham sendo incorporadas pelo liberalismo ao longo século XIX, sobretudo em sua metade final, devido às lutas operárias que cresciam e forçavam alterações nas formas políticas e ideológicas de um capitalismo que transitava da sua era concorrencial para a era monopolista (imperialismo). *No mundo das ideias, o neoliberalismo significa, portanto, já desde o seu nascedouro, a combinação de uma fé inabalável na perfeição dos mercados e na racionalidade dos agentes individuais com um renovado desprezo liberal em relação ao bem-estar coletivo e a preocupações ético-políticas*.

No entanto, esse conjunto de diretrizes ideais apenas encontrou condições materiais e subjetivas para sua disseminação gradativa em escala global a partir da crise dos anos 1970, momento em que se abriu um período de transição do regime de acumulação keynesiano-fordista para o regime de acumulação flexível. Foi aí que, concretamente, o receituário neoliberal ganhou força enquanto saída capitalista para sua crise, recaindo de variadas formas sobre a produção e o Estado. Não foi por acaso que as palavras de ordem "flexibilidade" e "liberdade" se tornaram mantras em todas as esferas da sociedade capitalista dali em diante. *Assim, a doutrina neoliberal se desdobrou objetiva e subjetivamente tanto na esfera da reprodução social, enquanto reformas que atingiram o seio do Estado, quanto na esfera produtiva, enquanto novas técnicas e métodos de organização e exploração da força de trabalho em escala global*. Esse fenômeno é composto, de modo geral, por múltiplos processos que simultaneamente se atravessam e se articulam, tais como a mundialização do capital e a financeirização; as desregulamentações de mercados e destruições de direitos; o agravamento das perseguições ao sindicalismo e à luta popular organizada; o assalto do capital sobre o fundo público e os ativos estatais; as deslocalizações e reengenharias da produção sob o dogma da "flexibilidade". Tratam-se de movimentos que se inserem e respondem diretamente às necessidades de um capitalismo imperialista que adquiria níveis "faraônicos" de monopolização e buscava alternativas viáveis para as suas necessidades de circulação e realização e para o seu incessável ímpeto por expansão e valorização. *A forma predominante da operação sistêmica se tornou muito clara dali em diante: promoção de liberdade e flexibilidade para o capital associada ao aprofundamento da subordinação da classe trabalhadora às ingerências de mercados com níveis cada vez mais intensos de competição monopólica em termos nacionais e internacionais*.

A aplicação do receituário neoliberal sobre o Estado se realizou, portanto, como um movimento de reorientação de suas atividades econômicas, administrativas e jurídicas e, simultaneamente, de fortalecimento das suas funções repressivas. Sob o modelo neoliberal, especialmente de 2008 em diante, ganhou força uma das principais considerações da teoria marxista sobre o Estado: a perspectiva de que, em última instância, o Estado é o comitê político dos interesses comuns da classe dominante. Isso porque *as funcionalidades estatais que sobressaem na atualidade lhe conferem o perfil de um Estado predominantemente servidor, dinâmica que diferencia essa forma histórica daquela que tendencialmente prevaleceu durante o período keynesiano-fordista por meio do Estado de Bem-estar (welfare state)*. Trata-se de uma dinâmica política diretamente vinculada à hegemonia neoliberal, ou seja, ao seu princípio basilar de subordinação da lógica pública e coletiva à lógica privada e individualista em todas as esferas da vida humana. *Assim, o gerenciamento das crises capitalistas executado pelo poder político-estatal – por meio dos seus aparelhos e dos fundos públicos – se configura como objetivo primordial desse Estado servidor que, sob o neoliberalismo, se coloca como permanente tábua de salvação dos interesses do capital, chegando até mesmo à administração consensual e direta dos negócios privados.*

Simultaneamente, a constante instabilidade inerente ao período neoliberal incita efeitos no exercício do poder, provocando o tendencial crescimento de formas de dominação de viés coercitivo. *Para assegurar alguma estabilidade num ambiente de permanente instabilidade, há um perceptível recrudescimento da violência como método privilegiado de controle e domesticação das massas não-proprietárias, garantindo a ordem mínima necessária à reprodução societária em termos neoliberais*. Isso significa que a aplicação do receituário neoliberal sobre o Estado se realiza como movimento de reorientação de suas atividades econômicas, ideológicas e repressivas. Nesse contexto, *compreende-se o neoliberalismo real como modalidade historicamente determinada do capitalismo imperialista que vem se estabilizando na instabilidade permanente das últimas cinco décadas, dinâmica que se realiza por meio de recursos precários, temporários e periodicamente substituíveis ou renováveis.* Tais características, em seu conjunto, formam aquilo que se denominou ao longo do trabalho como receituário ideal que tendencialmente se dissemina como conteúdo econômico, político e ideológico sob a hegemonia neoliberal. Entretanto, esse processo não se manifesta exatamente da mesma forma, no mesmo ritmo e com a mesma intensidade em todos os países e regiões do mundo. Nas últimas cinco décadas, verificam-se configurações e tempos bastante distintos de neoliberalismo, a depender sempre das condições econômicas e políticas de cada localidade.

N*o bojo do instável desenvolvimento econômico pós-70 e da evolução da luta de classes nesse período, foram identificadas expressões político-ideológicas diferenciadas ao longo do período neoliberal*. Tendo como base analítica primordial as movimentações no terreno da política e da economia, esta tese caracterizou quatro variantes que ao mesmo tempo se articulam e se diferenciam no interior do neoliberalismo teórico-histórico: 1) *a variante neoliberal encarnada por uma social-democracia em definhamento ideológico*, especialmente a partir do fim dos anos 1970, período em que essa família política se viu profundamente afetada por uma conjuntura contrarrevolucionária em âmbito global e por uma dupla-crise, a crise de superacumulação de capitais e a crise geral das esquerdas; 2) *a variante denominada como ordoliberalismo*, forma neoliberal possível de transitar na Europa ocidental nas condições materiais e subjetivas do pós-guerra, chegando inclusive a influenciar o projeto de integração continental*;* 3) *a variante social-liberal*, que ganhou força da segunda metade dos anos 90 até o fim da década seguinte movida pela intensificação das lutas sociais contrárias ao neoliberalismo e das variadas propostas que prometiam supostas "terceiras vias"; e 4) *a variante neoliberal reacionária*, que gradativamente passou a prevalecer da crise de 2008 em diante, momento em o social-liberalismo indica perder força e, ao mesmo tempo, o receituário neoliberal volta a se radicalizar, retomando o seu programa econômico ideal e agregando novas dinâmicas políticas.

Como qualquer categorização teórica, esse esquema corre o risco da generalização. Ao mesmo tempo, a proposta se justifica pela sua capacidade de tornar mais inteligível a atualidade do capitalismo imperialista e, em particular, da sua forma histórica neoliberal e suas diferenciações internas. Nesse sentido, cabe lembrar que tais variantes são modalidades que se diferenciam entre si e em relação ao receituário ideal sem abandonar dos seus fundamentos basilares. Cada variante particular revela o universal do receituário ideal e, ao mesmo tempo, diferencia-se dele na medida em que responde às oscilações da história. Portanto, as fronteiras entre tais modalidades ideológicas não são rígidas e perpétuas. Em termos objetivos, elas certamente se mesclam na concretude do real, prevalecendo uma(s) sobre a(s) outra(s) a depender de cada conjuntura. Isso significa, dentre outras coisas, que os fenômenos do ordoliberalismo, da neoliberalização social-democrata e do social-liberalismo, em suas múltiplas facetas, não estão extintos. Esses se veem hoje combinados e sobredeterminados por novas dinâmicas políticas, econômicas e ideológicas que gradativamente se firmaram como predominantes no período neoliberal pós-2008.

Nesse trajeto interpretativo, percebeu-se que a atualidade capitalista vem sendo predominantemente caracterizada, ao menos desde a crise de 2008, pelo que se denomina de

neoliberalismo reacionário, o qual se expressa por meio de um duplo-movimento articulado: a) pela retomada e radicalização de aspectos centrais do receituário neoliberal consagrado nas décadas de 1980 e 1990 como forma de enfrentar a crise econômica que se arrasta há mais de uma década; e b) pela manifestação de novas regularidades políticas, gerenciais e ideológicas que recaem sobre um Estado cuja principal função passa a ser a servidão aos negócios privados, numa dinâmica que tende a variados tipos de reacionarismo como forma privilegiada de resposta aos efeitos sociais da radicalização do neoliberalismo econômico. *Por tudo isso, pode-se concluir que não está em curso a extinção do neoliberalismo. Antes disso, o mundo burguês vive atualmente um processo de transformação-radicalização de sua forma histórica neoliberal, a qual se vê caracterizada predominantemente por mais uma de suas variantes teórico-históricas. Forjado como padrão de resposta para a crise aberta em 2008, num ambiente de ofensiva do capital sobre o trabalho e de enfraquecimento geral da intensidade da luta de classes, o neoliberalismo reacionário significa o recrudescimento dos modos de exploração e dominação adotados pelo capitalismo imperialista na última década.* Seja em suas dimensões econômicas, por meio da radicalização dos seus programas com a imposição de políticas de austeridade que aprofundam os graus de exploração sobre a força de trabalho, de expropriação de direitos, de assalto sobre o fundo público e de assimetrias econômicas no sistema-mundo. Seja em seu âmbito político, via o incremento da face repressiva em suas formas de dominação e disciplinamento dos trabalhadores e das massas não-proprietárias sobrantes, processo realizado pela constituição de regimes tendencialmente mais conservadores e pelo crescimento de ideais reacionários e neofascistas em diversas partes do mundo.

Partindo dessa interpretação acerca da atualidade capitalista em termos universais, a Parte II assumiu como tarefa primordial discutir as particularidades da realidade portuguesa e da experiência política Geringonça. Em primeiro lugar, tratou-se de contextualizar econômica e politicamente a história recente do país, buscando traçar os sentidos gerais e as contradições que marcaram o seu desenvolvimento capitalista. Pôde-se perceber que *o capitalismo português chegou à segunda década do século XXI ainda caracterizado por um movimento geral de modernização conservadora em um país da Europa ocidental com passado colonialista. Trata-se de uma dinâmica contraditória que posiciona Portugal numa bifurcação na arena do sistema-mundo, assumindo ao mesmo tempo a persistente posição de semiperiferia em termos globais e de periferia em termos continentais.*

Se, por um lado, beneficiou-se historicamente de sua condição europeia-colonialista, por outro, nunca chegou a ocupar o rol das potências modernas. Desse modo, o desenvolvimento capitalista português se realizou em meio a profundas contradições.

Industrializou-se e modernizou-se política e economicamente do século XIX em diante. Viu crescer uma importante classe operária, uma pequena-burguesia urbana e uma burguesia industrial e bancária ligada aos circuitos monopolistas internacionais e forjada sobre a exploração e a dominação interna com projeções colonialistas sobre a periferia global. Entretanto, esse capitalismo semiperiférico se ergueu sobre uma base material e subjetiva de desigualdades sociais marcantes, pois determinado por dinâmicas de subordinação política em relação aos centros sistêmicos, trocas econômicas desiguais em relação aos países de capitalismo avançado e baixa especialização produtiva devido aos interesses monopolistas internos que sempre se associaram subalternamente ao imperialismo. Peça importante desse quadro foi o regime salazarista. A existência por quase cinco décadas daquela que foi a maior ditadura fascista europeia, entre 1926 e 1974, foi um dos elementos fundamentais para a consolidação da modernização conservadora no país.

A janela histórica aberta pelo processo revolucionário de 1974-1976 introduziu contradições nesse movimento geral, gerando possibilidades de transformações que em parte foram realizadas, como a consolidação do atual regime político democrático e a introdução de elementos políticos que apontavam para pactuações progressistas de cunho econômico e social. Entretanto, parte significativa das heranças deixadas pela revolução foram progressivamente revertidas com o processo de neoliberalização em curso desde os anos 1980. Esse desenvolvimento gradativo contou com impulsos internos – com as modificações nas correlações de força da política nacional – e externos – especialmente com a adesão à Comunidade Econômica Europeia em 1986 e o subsequente embarque na União Europeia e na zona do euro nos anos 1990. *Em síntese, o ambiente de restauração do capitalismo nacional e de reordenamento do sistema político-partidário no pós-1976, associado a pressões neoliberalizantes que vinham do exterior e encontravam terreno fértil no país, reconduziram o desenvolvimento capitalista português ao eixo da modernização conservadora, tendência geral que certamente foi reconfigurada devido às heranças revolucionárias, mas preservada em seus elementos essenciais*. Assim, essa forma específica de desenvolvimento capitalista, que combina o moderno com o arcaico em um país "europeu, mas periférico", desdobrou-se por quase meio século de ditadura fascista e se firmou como tendência de longa duração no capitalismo português, dinâmica que perdura até os dias de hoje apesar de reconfigurações nem um pouco desprezíveis geradas por uma revolução incompleta – que afirmou seus objetivos democráticos, mas falhou em seus ideais socialistas.

Após o susto provocado pela revolução, que derrubou o regime fascista-colonialista e desorganizou o capitalismo nacional, iniciou-se um longo processo de restauração capitalista

que passava pela reconexão da burguesia com o poder do Estado, pela reconfiguração do sistema político-partidário e pela reorganização do capitalismo monopolista no país. Ao mesmo tempo em que se afirmaram direitos políticos e sociais como desdobramentos diretos das conquistas de Abril, construiu-se no período pós-revolucionário um novo ordenamento político que pouco a pouco se caracterizou predominantemente pelo combate àqueles legados, redundando na estabilização de um regime democrático liberal inaugurado com a Constituição de 1976.

Por um lado, foi possível perceber que, por meio da reorganização do campo da direita e das suas principais expressões partidárias no país (PSD e CDS), processo associado diretamente à emergência do fenômeno do bloco central (PSD-CDS/PS), a burguesia portuguesa retomou nesse período os seus acessos privilegiados à direção do Estado. Por outro lado, enquanto a social-democracia (PS) demonstrou elasticidade ideológica e tendência de inflexão à direita ao longo das últimas décadas, uma das marcas deixadas pela revolução foi a preservação de um ambiente social propício à sustentação de uma esquerda não desprezível. Apesar das dificuldades enfrentadas, essa última é representada hoje essencialmente por um partido comunista tradicional (PCP) – que segue apresentando solidez organizativa e enraizamento social mesmo com os abalos sofridos após a derrocada do socialismo real – e por um partido representante da nova esquerda nascida da conjuntura pós-Guerra Fria (BE) – com expressiva força eleitoral e capacidade de ampliação dos diálogos com uma classe trabalhadora em transformação.

A preservação de um polo relevante de esquerda se mostrou elemento decisivo na defesa (parcial) das conquistas de Abril e na construção (incompleta) do Estado social português, assegurando direitos políticos e sociais que permitiram o predomínio do consenso sobre a coerção na dominação capitalista pós-fascismo e pós-revolução. Entretanto, ainda que a esquerda siga introduzindo elementos de resistência ao processo de reorganização do capitalismo nacional e tenha preservado força relativa no cenário nacional, especialmente por meio da atuação do PCP e mais recentemente do BE, parece inquestionável que a direita política e os grandes capitalistas tenham logrado reestabelecer suas posições de poder.

Essa gradativa reorganização do capitalismo português não se realizou apenas como reposicionamento da burguesia dentro do Estado e do sistema político. *O movimento de conformação de um novo sistema político-partidário no regime pós-Abril, assentado sobre uma nova correlação de forças na luta de classes, é inseparável do processo de reorganização dos principais grupos monopolistas e da ofensiva neoliberal em Portugal*. A retomada do longo trilho da modernização conservadora, agora sob outras condições e configurações oriundas da

época neoliberal, foi também um processo que permitiu a recomposição do capitalismo monopolista português no período posterior à revolução, reorganizando os grandes grupos econômicos privados e combatendo os legados de Abril. Foi nesse contexto que se deu a marcha neoliberal em Portugal, trajeto iniciado claramente nos anos 1980 que apresentou ritmos e formatos diferenciados ao longo do tempo. Para além dos fatores e das disputas internas, essa dinâmica foi influenciada também por interesses externos. Refere-se aqui, em especial, à forma de adesão portuguesa ao projeto europeu de integração, acelerado sob termos abertamente neoliberalizantes a partir da década de 1990 com a fundação da União Europeia, a criação da moeda comum e o estabelecimento de tratados e regras político-institucionais que, em seu conjunto, reforçaram assimetrias socioeconômicas, enfraqueceram soberanias nacionais, intensificaram dependências e consolidaram a hegemonia continental alemã, tal como se conhece nos dias de hoje.

O estudo sobre o processo de neoliberalização em Portugal foi realizado de modo a se observar a manifestação do universal no particular. Ou seja, a forma como as tendências universais do modelo capitalista neoliberal se expressaram numa formação histórico-social específica. A realidade portuguesa, modificada pela ofensiva neoliberal das últimas décadas, caracteriza-se historicamente pela modernização conservadora e por sua condição de semiperiferia no sistema-mundo capitalista. Simultaneamente, é também influenciada pelas marcas de um processo revolucionário incompleto, mas gerador de intensas transformações progressistas. Nesse contexto, pôde-se perceber que o neoliberalismo português se realizou sob contradições internas que lhe ofereceram características singulares, tendo ocorrido num ambiente político que preservou uma esquerda com força social não desprezível. Apesar da exclusão dessa esquerda do arco da governação e da impossibilidade de bloquear a reorganização capitalista, essa expressividade foi capaz de produzir, entre a década de 1980 e o fim dos anos 2000, espaços de resistência relativa à ofensiva neoliberal. Isso significa dizer que, durante esse período, o neoliberalismo se realizou e se expandiu sobre o Estado e sobre a esfera da produção, mas não chegou a revelar suas faces mais radicalizadas em Portugal.

No entanto, as consequências provocadas pela crise econômica de 2008 e pela subsequente crise da zona do euro impactaram decisivamente na vida política e econômica de Portugal. O país sofreu profundamente com os seus desdobramentos negativos, nitidamente verificados com o processo de radicalização neoliberal promovido pelo governo PSD-CDS, entre 2011 e 2015. Atuando de forma submissa à Troika, o governo de então implantou um drástico programa de austeridade, amplificando os efeitos da recessão econômica, do desemprego, da emigração e provocando a queda dos níveis de qualidade de vida. Esse

ambiente também levou a um processo de elevação da intensidade das lutas populares no país, contexto que funcionou como terreno vivo sobre o qual se desenvolveu a articulação política conhecida pelo nome de Geringonça.

Essa solução significou uma alteração na tendência histórica do PS de se alinhar com a direita e compor com o fenômeno do bloco central. Tal modificação de rumos permitiu ao partido assumir um governo minoritário, em novembro de 2015, por meio de uma inédita sustentação parlamentar estabelecida à sua esquerda, nomeadamente com o BE, o PCP e o PEV. *A experiência política Geringonça foi forjada, então, com base numa complexa e inesperada conjunção de fatores políticos e movimentos conjunturais, ao mesmo tempo complementares e conflituosos*: 1) a *relativa força social da esquerda com representação parlamentar (BE, PCP, PEV) associada ao seu senso de pragmatismo no enfrentamento à radicalização neoliberal no país*; 2) o *senso de sobrevivência política do principal partido da social-democracia portuguesa (PS) e do seu recém-empossado Secretário-geral, ambiente que permitiu o partido se comprometer com políticas à esquerda da sua linha programática*; 3) o *enfraquecimento da direita tradicional (PSD e CDS) conjugado à impopularidade do programa de austeridade*; 4) a *elevação da intensidade da luta de classes num ambiente social profundamente desgastado pela crise econômica e pelos efeitos da ofensiva neoliberal sobre o país*; e 5) a *relativa tolerância do status quo europeu em relação a uma experiência como a Geringonça, processo que se explica pelo receio de aprofundamento da insatisfação social e de uma eventual desestabilização do sistema político português, a exemplo do que estava a ocorrer na Grécia*. Essa combinação de elementos propiciou um contexto adequado para o surgimento de uma histórica convergência entre lideranças socialistas, comunistas e bloquistas.

Considerando que o PS era a força política mais relevante da articulação, é correto afirmar que, ao fim e ao cabo, o fator institucional determinante para o surgimento da Geringonça foi a sua decisão – fundamentalmente contingencial – de romper com sua própria política de alianças estabelecidas nas últimas décadas. Naquelas circunstâncias políticas, marcadas pela correlação de forças pós-eleitoral de outubro de 2015, era isso ou optar novamente pela subordinação à lógica de austeridade, tal como já havia feito o governo Sócrates em 2010. Na prática, a segunda alternativa significaria sustentar direta ou indiretamente mais um governo de direita, opção muito arriscada política e eleitoralmente para os socialistas naquele contexto, pois daria continuidade ao traumático processo de austeridade. Assim, optou-se por virar à esquerda e sinalizar uma política de enfrentamento à radicalização neoliberal.

Nasceu então a Geringonça, uma arquitetura política histórica que, depois de 49 anos, permitiu uma nova aproximação entre a esquerda radical e a social-democracia em Portugal.

Com base em compromissos firmados sobre a ideia básica de enfrentamento à lógica de austeridade, os partidos de esquerda propuseram sustentar parlamentarmente um governo minoritário do PS. *Uma vez no poder, os socialistas viram sua agenda concreta ser diretamente influenciada por aquela convergência, seja pelos compromissos iniciais firmados nos documentos bilaterais denominados "soluções políticas", seja na própria dinâmica governativa, por meio da plataforma permanente de diálogos mantida entre as quatro forças políticas e pelas negociações específicas para os quatro orçamentos de Estado estabelecidos entre 2015 e 2019.*

Ao longo de nossas investigações, foi possível compreender o que tornou esses quatro anos de governo PS – o primeiro mandato de António Costa – tão distintos da própria história do partido e, simultaneamente, como a Geringonça influenciou nesse processo. Tratou-se de um fenômeno que combinou resultados políticos, econômicos e sociais relevantes com sérios limites que impediram o executivo de avançar no enfrentamento à lógica neoliberal, dinâmica contraditória que estimulou um acelerado desgaste nas relações entre os novos parceiros políticos. Nesse ambiente, apesar do poder do PS enquanto governo e maior partido da articulação, na prática, foi a força exercida pela esquerda radical que se demonstrou decisiva para o funcionamento daquela arquitetura política. Ainda que não tenha sido capaz de se desdobrar como rompimento completo com a lógica de austeridade vigente no país – muito menos com o neoliberalismo de longa duração –, o papel desempenhado por uma esquerda que fez questão de preservar sua independência em relação à social-democracia se revelou ingrediente fundamental para seus resultados positivos e, consequentemente, para a manutenção da experiência entre 2015 e 2019.

Em termos gerais, o conjunto de políticas adotadas ao longo dos quatro anos do governo socialista foram decisivos para a gestação de uma nova conjuntura econômica, política e social no país. Do ponto de vista econômico, trouxeram uma nova dinâmica interna que permitiu um processo de recuperação baseado no aumento de salários, pensões e direitos, ou seja, na maior participação dos rendimentos do trabalho na economia. Com base na revisão bibliográfica e na pesquisa de campo, *é possível concluir que foi a pressão exercida pelos partidos de esquerda por meio da arquitetura política que garantiu a execução das principais políticas do primeiro governo de António Costa*. *A verdadeira potência daquela experiência residiu na força relativa, na independência política e na capacidade de pressão exercida pelos partidos de esquerda na mesma, provocando efeitos concretos sobre as ações governamentais*. Nesse sentido, qualquer avaliação sobre a experiência política da Geringonça deve considerar que a

convergência histórica significou mudanças importantes na vida política nacional, sobretudo devido ao maior grau de intervenção dos partidos de esquerda.

Associado ao papel da esquerda, para que essa combinação conflituosa pudesse ter algum êxito também foi decisivo o modo de funcionamento adotado por essa arquitetura política. *A forma encontrada pelos partidos da esquerda radical para contornar os limites impostos pelo PS ao longo da legislatura foi engenhosa e, ao mesmo tempo, fundamental para o sucesso da experiência. Tanto BE quanto PCP e PEV perceberam que somente poderiam confiar em compromissos que dependessem exclusivamente da ARP para serem efetivados*. Todas aquelas medidas que estivessem sujeitas a movimentos posteriores do governo, como a liberação de verbas pelo Ministério das Finanças ou a execução de obras e investimentos públicos por outros ministérios e secretarias, ficariam sempre à mercê das vontades conjunturais do executivo, as quais, sempre se soube, eram particularmente avessas à agenda macroeconômica progressista defendida por esses partidos. Ciente disso, a esquerda focou sua pressão nas negociações para assuntos cuja responsabilidade de implementação estivesse essencialmente na ARP, espaço onde possuíam maior margem de atuação. Outra dimensão relevante no seu funcionamento dizia respeito aos distintos modos de organização partidária do PCP e do BE, diretamente vinculadas às suas tradições políticas. Tais diferenças promoviam diferentes relações e influências no desenvolvimento da experiência. Se, por um lado, era menos custoso negociar com o BE, por outro lado, o PCP foi sempre uma pedra no sapato do PS. De fato, essas distintas relações bilaterais produziram diferentes efeitos e tensionamentos naquela arena de permanentes negociações. Tais percepções também contribuem na leitura sobre as linhas adotadas pelo PCP e pelo BE em relação ao PS no pós-Geringonça, ou seja, sobre o afastamento promovido pelo primeiro e a aproximação ideológica indicada pelo segundo.

Simultaneamente, percebeu-se também os limites desse modo de funcionamento. Na medida em que avançou a legislatura, cresceu o incômodo dos socialistas com aquele modelo. Era a maior força política de uma arquitetura que, na prática, se via a forçada a tomar medidas e seguir rumos não plenamente compatíveis com a sua linha pragmática. Mesmo as fronteiras pétreas impostas pelo PS desde as conversações realizadas entre outubro e novembro de 2015 não eram capazes de conter o desgaste que se intensificava. Por essas razões, foi um tipo de experiência impossível de durar por longo período de tempo. Em certo sentido, pode-se especular que seu prazo de validade era mesmo apenas uma legislatura. *Quanto mais o tempo se passava, mais impaciência era demonstrada pelas lideranças do PS, mais embates ocorriam entre os parceiros e mais contradições surgiam entre o governo e a Geringonça.* Nesse ambiente, também se embaralhavam, sobretudo na apreciação popular, as linhas divisórias entre

o executivo, a articulação política e os programas de cada um dos partidos envolvidos. *O modo de funcionamento de permanente negociação e pressão à esquerda no Parlamento revelou potencialidades, mas, ao mesmo tempo, não era sustentável por um longo período de tempo*.

A fragilidade dessa arquitetura e seu modo de funcionamento se combinavam ainda com outra dimensão importante. As influências promovidas pela Geringonça sobre o governo encontravam limites intransponíveis que aprofundavam as contradições não apenas das relações entre os parceiros, mas também entre as expectativas iniciais e as políticas concretas implementadas ao longo daqueles quatro anos. Nesse sentido, com base nas pesquisas bibliográficas em articulação com os dados captados pelas entrevistas, *é possível afirmar que a austeridade foi enfrentada, mas não foi superada durante o período Geringonça*.

Por um lado, aquela experiência política foi capaz de empurrar o primeiro governo de António Costa no sentido de conter parte significativa do programa radical iniciado pelo seu próprio partido em 2010 e aprofundado pela direita nacional/Troika nos quatro anos seguintes. Abriu espaços para conversações à esquerda, processo que permitiu a travagem do ciclo de privatizações, o descongelamento de salários, pensões e subsídios, a reposição de direitos sociais e parte dos direitos laborais retirados no período anterior (quatro feriados e seguro desemprego), o melhoramento relativo da administração pública com a contratação de mais servidores, a diminuição de impostos e taxas de serviços públicos que comprometiam diretamente as rendas dos trabalhadores e suas famílias.

Por outro lado, é certo que a Geringonça não expressou força política suficiente para alterar a tendência histórica da ofensiva neoliberal que marca a realidade portuguesa nas últimas quatro décadas. Não chegou nem perto de reverter o amplo programa de privatizações realizado nos últimos anos ou de intervir no processo de reorganização do capitalismo monopolista no país. Ao contrário, acabou por preservar essa tendência geral. Tirando o caso da TAP e a paralisação da concessão do sistema de transporte público no Porto e em Lisboa, manteve intactas as demais privatizações realizadas na primeira metade da década, tais como da EDP, dos CTT, do braço de seguros da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do sistema de tratamento de resíduos sólidos de Lisboa e da agência que controla os aeroportos no país, Aeroportos de Portugal (ANA). Cabe mencionar também o salvamento realizado pelo Estado português em 2014 sobre o Banco Espírito Santo (BES), operação que se manteve durante todo o período Geringonça e tem levado o fundo público a absorver enormes prejuízos do sistema financeiro privado. A experiência política também não contribuiu para a reversão das reformas laborais implementadas durante a Troika ou para o enfrentamento da questão do euro e da subordinação

política à atual Europa alemã. Também não garantiu nenhuma elevação dos investimentos públicos ou algum nível de reindustrialização do país.

Na prática, a conjunção desses limites significa a não alteração estrutural da macroeconômica neoliberal pautada na lógica fiscalista associada a estratégia de desvalorização geral dos rendimentos do trabalho (entendidos essencialmente como custos para o capital) no mercado interno. *De certo modo, seria possível dizer que a Geringonça foi, no máximo, capaz de influenciar na recuperação parcial de direitos, salários, pensões e uma parcela da estrutura produtiva (sobretudo privada), alcançando níveis socioeconômicos que se assemelham àqueles do período pré-recessão e pré-radicalização neoliberal.* Ou seja, fez o cenário socioeconómico nacional de 2019 se aproximar àquele do início de 2009, mas com o crescimento do peso de capitais privados na economia e a elevação da precariedade do trabalho (nos setores público e privado).

Assim, com base nos estudos realizados ao longo da tese, é possível confirmar a pertinência geral da hipótese levantada inicialmente, ainda que ela não tenha sido plenamente verificada. Em primeiro lugar, a Geringonça expressou alterações significativas na conjuntura política e na vida da sociedade portuguesa, influenciando na recuperação parcial de salários, empregos e direitos perdidos no princípio dos anos 2010. Entretanto, tais inflexões não significaram uma ruptura com o neoliberalismo de longa duração implementado no país desde os anos 1980. A rigor, também não é possível afirmar que tenham significado uma travagem da lógica de austeridade imposta na primeira metade da década.

Em síntese, *o período de entendimentos entre a social-democracia e a esquerda não se desdobrou concretamente no rompimento com o neoliberalismo em Portugal, nem mesmo numa interrupção completa dos efeitos da radicalização pós-2010. Ao mesmo tempo, foi possível perceber que, em seu equilíbrio instável, a histórica experiência da Geringonça expressou uma alteração não desprezível da correlação de forças interna, dotando a esquerda radical de maior poder de intervenção nos rumos da política nacional a ponto de influenciar decisivamente num processo de contenção (não superação) do programa de austeridade que vinha sendo aplicado desde 2010-2011. Portanto, é possível concluir que a experiência Geringonça empurrou o governo, vigente entre 2015 e 2019, para uma reaproximação com o neoliberalismo de tipo social-liberal e um enfraquecimento do neoliberalismo reacionário no país – ainda que esse se mantivesse como variante predominante no capitalismo imperialista global.* Por um lado, significou uma importante experiência para a política das esquerdas portuguesas e foi capaz de influenciar na melhoria das condições imediatas de vida dos trabalhadores e das camadas populares. Por outro, foi nitidamente insuficiente para reverter a

atual ofensiva do capital no país. Nesse trajeto, apesar de não ter rompido com a história da modernização conservadora em Portugal, inseriu nuances e uma nova configuração (com aberturas potencialmente mais progressistas) nessa tendência de longa duração do desenvolvimento capitalista do país.

Tal conclusão se mostra ainda mais fecunda quando analisada à luz dos resultados eleitorais de 2019. Nesse sentido, argumentar-se que a experiência Geringonça venceu e perdeu. Por um lado, foi reconhecida pela maioria dos portugueses como uma solução política acertada, tendo sido capaz de influenciar positivamente nos rumos do país, isto é, na relativa reabilitação econômica, na retomada dos níveis de emprego e renda dos trabalhadores e no início de um processo de recuperação dos serviços públicos. Por outro lado, sua ala à esquerda saiu significativamente enfraquecida. Esse enfraquecimento eleitoral afetou justamente o elemento mais potente daquela conformação política: a força social do BE e da CDU e seu peso conjunto no interior da Geringonça e da ARP. Assim, a incontestável vitória eleitoral dos socialistas significou o reconhecimento dos resultados propiciados pela arquitetura política inédita e, ao mesmo tempo, devido ao enfraquecimento dos partidos de esquerda no Parlamento, selou o fim daquela experiência. Para além do processo de exacerbação das contradições internas e dos conflitos entre os parceiros políticos que já vinha desde antes, bem como da indisposição da esquerda (sobretudo do PCP) em novamente arriscar sua força eleitoral em troca de compromissos pragmáticos, o fator decisivo para o término foi mesmo a elevação da força eleitoral do PS. Essa se expressou na sua recusa em integrar um eventual novo modelo de solução no qual pudesse mais uma vez se ver pressionado à esquerda. *A vitória do PS significou, portanto, uma vitória eleitoral da social-democracia e uma derrota política da esquerda, sacramentando o término da Geringonça e indicando um possível retorno do partido à conformação do bloco central.*

Para além disso, quando se analisam os resultados das legislativas de 2019 em associação ao contexto político daquela altura, percebe-se uma nova correlação de forças no Parlamento e, simultaneamente, a emergência de novos fatores na realidade política nacional. A vitória eleitoral do PS e o enfraquecimento da esquerda radical se somam ainda ao aprofundamento da debilidade da direita tradicional e ao surgimento de novas forças enquanto expressões locais de um movimento mais amplo, que combina neoliberalismo reacionário com elementos recuados do social-liberalismo, tal como se nota no crescimento de partidos como o Chega, a IL e o PAN. Nesse ambiente, pode-se afirmar que, e*m sua dialética da vitória e da derrota, a experiência política Geringonça foi capaz de estimular um conjunto de políticas que trouxeram consigo inúmeras contradições, de modo que o seu término também se desdobrou*

em significados ao mesmo tempo positivos e preocupantes no que diz respeito à continuidade das lutas promovidas pela esquerda portuguesa contra a austeridade e às disputas políticas de modo geral.

Por um lado, o período Geringonça efetivou uma melhora significativa das condições de vida e de luta da classe trabalhadora e das camadas populares portuguesas, ao mesmo tempo em que propiciou um ambiente menos hostil para entendimentos e soluções políticas entre a esquerda e a social-democracia dali em diante – algo inédito na história democrática até 2015. Por outro lado, o seu término, da forma como se deu, revelou uma série de riscos. Com a opção do PS em utilizar sua vantagem eleitoral para novamente se afastar da esquerda e se voltar para entendimentos que incluem a direita, ficou clara a sua disponibilidade para um eventual regresso às suas políticas de composição com o bloco central. Caso confirmado, esse retorno do PS à sua tendência histórica pode vir a contribuir para a transformação de mais uma derrota eleitoral da direita tradicional em algum tipo de vitória do seu programa político, a depender do peso que a direita venha a exercer no novo modelo de governação adotado pelo segundo governo de António Costa.

Esses riscos são ainda mais perigosos quando se considera que um ambiente de aproximação PS-PSD/CDS é potencialmente mais favorável ao retorno da radicalização neoliberal, tal como se viu na primeira metade dos anos 2010. Assim, em caso de enfraquecimento da contenção da lógica de austeridade propiciado por um retorno do bloco central como pilar central do sistema político, caberia sublinhar mais um grave risco: *a formação de um contexto ainda mais propício para o fortalecimento do neoliberalismo reacionário e o crescimento da extrema-direita no país*. Isso porque, como se viu ao longo desta investigação, os efeitos da ofensiva neoliberal sobre Portugal entre 2010 e 2015 foram socialmente dramáticos e profundamente impopulares. Atualmente, num cenário em que a extrema-direita furou o "cerco sanitário", montou seus palanques na ARP e conta com a visibilidade diária garantida pelos monopólios de imprensa, um eventual regresso da radicalização neoliberal pode ser muito mais facilmente instrumentalizado por esse espectro político, tal como se vê em diversos países europeus nos últimos anos, inclusive na vizinha Espanha, onde o partido neofranquista já é a terceira força no Parlamento. *Se, por um lado, o moderado giro à esquerda do PS propiciado pela Geringonça – numa conjuntura muito específica – contribuiu para uma relativa contenção de ímpetos reacionários no país, a forma como se deu o término da experiência e as indicações governativas para um possível retorno da lógica do bloco central no pós-eleições de 2019 podem sinalizar a formação de um terreno favorável para o avanço da extrema-direita no país*. Cabe agora aos cientistas sociais seguirem

acompanhando de perto esse processo para avaliar seus desdobramentos e suas possíveis novas determinações.

Ao final desta extensa avaliação sobre a atualidade capitalista, o neoliberalismo e a história recente portuguesa, cabe ainda uma última nota a respeito dos aprendizados suscitados pela Geringonça para outras iniciativas de resistência à atual ofensiva do capital. Foi possível perceber as limitações concretas embutidas em expectativas quanto a algum tipo de replicação da experiência política Geringonça em outros lugares e contextos. É certo que a emergência de um fenômeno como esse somente pôde ser compreendida à luz da atual dinâmica do capitalismo neoliberal presente em variados formatos na maior parte do mundo. Entretanto, pôde-se identificar a Geringonça como uma expressão política que conjugou múltiplos processos muito particulares ao contexto histórico português com fatores conjunturais vivenciados no país em meados dos anos 2010 e reforçados com os resultados eleitorais de 2015. Não se efetivou como nenhuma transformação profunda nos rumos nacionais. Na verdade, tratou-se de uma resposta moderada para o ambiente de radicalização neoliberal instaurada na primeira metade da década. Uma saída pragmática, proposta pela esquerda portuguesa e aceita por uma social-democracia que se encontrava pressionada política e eleitoralmente.

Na composição desse cenário, um elemento já tratado ao longo desta investigação merece destaque especial: a existência de uma esquerda radical que logrou manter sua representatividade social e eleitoral mesmo durante o longo processo de restauração do capitalismo monopolista no pós-1976, resistindo também aos abalos provocados pela grave crise das esquerdas vivenciada dos anos 1980 em diante. Ao contrário do ocorrido na maior parte do mundo, o PC português não se tornou irrelevante no cenário nacional nas últimas décadas. Apesar dos abalos sofridos com o fim da URSS e com o clima de "fim da história" que marca o período neoliberal, o partido se firmou como o mais destacado defensor das conquistas de Abril até meados dos anos 2000. Nesse ambiente interno, a nova esquerda nascida no pós-Guerra Fria não suplantou os comunistas. Ainda que haja fortes divergências e conflitos entre si, o crescimento do BE, na prática, acabou por se somar à força mantida pelo PCP, diversificando os diálogos da esquerda radical com suas bases sociais e amplificando sua representatividade no Parlamento. Esse aspecto é mesmo fundamental. Nos últimos 15 anos, a esquerda radical, em seu conjunto, manteve uma média de ocupação da ARP que se aproxima de 16%, superando 18% em outubro de 2015. Somam-se ainda outros dois fatores: a conjuntura muito específica que levou o PS a considerar algum entendimento à esquerda e as regras do sistema político-eleitoral português. Tais condições contribuíram conjuntamente para que socialistas, comunistas e bloquistas considerassem ainda durante a campanha eleitoral a

possibilidade de aproximações que viriam a ser realizadas somente após a apuração dos resultados.

Quando esses elementos conjunturais e particulares ao contexto histórico português são claramente demarcados, nota-se os possíveis problemas derivados do entusiamo suscitado pela experiência Geringonça em variados quadros políticos e intelectuais vinculados ao campo de esquerda no Brasil, tal como referenciado na introdução desta tese. Caso se considere o dramático cenário de crise econômica, política e social, torna-se compreensível a esperança na formação de uma unidade entre as esquerdas brasileiras para se enfrentar a radicalização neoliberal imposta no país desde 2015. Tal expectativa parece louvável e bem-vinda. Entretanto, quando a esperança não se constrói sobre o terreno do real, esse sentimento pode se revelar apenas como desespero. Como nos disse um dos entrevistados, o desespero nunca é bom conselheiro. A realidade política brasileira é profundamente distinta da portuguesa, a começar pela ausência no cenário nacional de uma esquerda radical com força (social e eleitoral) sequer semelhante ao que existe em Portugal, pela história e pelas motivações que envolvem as políticas de aliança da centro-esquerda brasileira e pelas grandes diferenças entre os dois sistemas político-eleitorais.

Além disso, o que o estudo do caso português demonstra é que a aproximação entre os quatro partidos e o giro realizado pela social-democracia no país se efetivaram pela determinação da luta política e não por acordos de gabinete. Ou seja, *a Geringonça foi uma arquitetura institucional forjada como síntese possível para um ambiente de forte insatisfação social e de elevação da intensidade da luta de classes. Sua possibilidade histórica nasceu nas manifestações multitudinárias realizadas em todo o país no início dos anos 2010, nas fortes greves gerais construídas nesse período e no fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais. O papel desempenhado pelos partidos de esquerda e pelo PS na efetivação daquela experiência foi oferecer uma possibilidade de resposta na superestrutura política para as lutas populares que se avolumavam. Isso significa perceber que a Geringonça não foi uma frente eleitoral ou algum tipo de solução política previamente delineada pelas instâncias partidárias. Ao contrário, foi um recurso conjuntural possível para se dar vazão, ainda que parcialmente, aos movimentos da história – nesse caso, influenciado pela intensificação da ação política dos trabalhadores e das camadas populares*. Nesse processo, há ainda que lembrar de uma dimensão importante: os três partidos de esquerda que fizeram parte daquela arquitetura em momento algum abdicaram da sua independência política. Portanto, é possível afirmar que a Geringonça foi concebida na luta de classes e movida internamente à esquerda por organizações independentes, que atuaram como coração político da experiência.

Entretanto, ao que indicam as esperanças manifestadas por atores políticos e intelectuais como Moraes, Vianna, Genro, Braga, Arcary e Freixo, tais elementos não parecem ser levados em consideração quando reivindicam algum tipo de Geringonça à brasileira. Todos, cada qual à sua maneira, confundem a experiência portuguesa com algum tipo de aliança formal para se concorrer em eleições. Ao mesmo tempo, passam a impressão de esquecimento das profundas distinções existentes entre os campos de esquerda e social-democrata nos dois países. Também parecem desconsiderar as posições ocupadas por Brasil e Portugal no sistema-mundo capitalista, assim como as diferentes formas de atuação do imperialismo nas duas nações. Assim, embaralham os reais sentidos históricos daquela arquitetura quando sugerem a construção de unidades institucionais entre a esquerda e a centro-esquerda por meio de acordos de cúpula e coligações eleitorais. Suas propostas, desse modo, configuram-se como plataformas artificiais de negociações que mais enganam do que ajudam na necessária luta contra o neoliberalismo reacionário no Brasil.

Após o balanço realizado sobre os significados da Geringonça em sua articulação com o movimento geral do capitalismo neoliberal, o principal aprendizado que pode ser útil às esquerdas não-portuguesas – não apenas no Brasil – diz respeito à possibilidade da luta política de massas e organizada enfrentar a atual ofensiva do capital. É possível contra-atacar e a história recente portuguesa demonstra isso. Entretanto, não há volta a dar. *A chave da resistência das camadas exploradas e oprimidas não se localiza em instâncias da superestrutura política da sociedade burguesa, mas sim na sociedade civil, o verdadeiro teatro da história. Como há muito nos ensina a tradição marxista, a chave está na luta de classes*. Antes de se pensar em possíveis táticas institucionais para um campo de esquerda que se vê atualmente acuado, a tarefa primordial dos trabalhadores em qualquer lugar do mundo é se colocar em movimento, organizar suas diversas trincheiras de luta coletiva, construir programas político-econômicos radicalmente transformadores e, nesse processo, elevar a pressão contra o capital e seus representantes, impondo contradições aos seus formatos de sociabilidade que assumem perfis cada vez mais anticivilizatórios. As arquiteturas político-institucionais que podem vir a ser construídas nesse trajeto, assim como as suas direções históricas e seus níveis de radicalidade serão necessariamente determinadas pelas possibilidades concretas – subjetivas e objetivas – abertas no próprio movimento da luta de classes, que se move à luz da processualidade histórica de cada formação social.

REFERÊNCIAS

ACCORNERO, Guya e PINTO, Pedro. Politics in austerity: strategic interactions between social movements and institutional actors in Portugal, 2010–2015. In: LISI; FREIRE; TSATSANIS (org.). Political representation and citizenship in Portugal: from crisis to renewal. Londres: Lexington Books, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_. Meios sem fim: notas sobre a política. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

AGOSTINHO, Diogo. Da Troika à Geringonça: coragem de pensar. Lisboa: Ideia-Fixa, 2018.

ALMEIDA, Lúcio Fávio de. Hannah Arendt, Losurdo e a questão do totalitarismo: algumas aproximações. In: Revista Lutas Sociais, v.21, n.39, p. 93-108, jul./dez., 2017.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.

AMIN, Samir. La crisis: salir de la crisis del capitalismo o salir del capitalismo em crisis. Barcelona: El Viejo Topo, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER e GENTILI (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Brasil à parte: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Duas revoluções: Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. In: Revista Theomai (Estudios sobre Sociedad y Desarrollo), nº19, 1º semestre, 2009a.

_____. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARCARY, Valério. A última revolução social anticapitalista do século XX: Portugal 1974/75. In: Anais do VII Colóquio Internacional Marx Engels, GT9, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AUGUSTO, Claudio de Farias. A Revolução portuguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BADIOU, Alain. A hipótese comunista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATERIA, Jorge. Tsipras e Miterrand. In: Revista Crítica Económica e Social (online), n.3, set, 2015.

BECK, Ulrich. A Europa Alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENSAID, Daniel. Lenin, ou a política do tempo partido. In: LOWY, M. (org.). São Paulo: Editora Xamã, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bensaid/ano/mes/lenin.htm>. Acesso em 12/04/2021.

BERNSTEIN, Eduard. Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo, el revisionismo en la socialdemocracia. Madrid: Siglo XXI Ed., 1982.

_____. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar e Instituo Teotônio Vilela, 1997.

BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. In: Revista Opinião Pública, vol. 17, n. 1, p. 76-105, 2011.

BLOCO DE ESQUERDA. Ante projecto de declaração: Começar de novo. Manifesto fundador do Partido, 1999. Disponível em: <https://www.bloco.org/documentos/manifesto-fundador.html>. Acesso em 05/03/2021.

BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BORON, Atílio. A questão do imperialismo. In: BORON, A; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (org.). A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas.São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOTTOMORE, Tom. Social-democracia. In: BOTTOMORE, T. (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRAGA, Ruy. O impasse brasileiro e a alternativa portuguesa. In: Blog da Boitempo, publicado em 10 de julho de 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/10/o-impasse-brasileiro-e-a-alternativa-portuguesa/>. Acessado em 30/06/2019.

BRAZ, Marcelo. As formas atuais das lutas de classes e a questão do mediador universalizante. In: Revista de Políticas Públicas, São Luís, número especial, p. 143-153, julho de 2014.

_____. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

_____. Crise na Periferia: Brasil / América Latina e Portugal / Sul da Europa. In: Revista Intervenção Social, Lisboa, n. 46, 2º semestre, 2015.

_____. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

_____. Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal. Curitiba: Ed. Prismas, 2016.

BROYER, Sylvain. Ordnungstheorle et ordollbérallsme: les leçons de la tradition. Du caméralisme à l'ordollbérallsme: ruptures et continuités? In: COMMUN, Patricia (org.). L' ordolibéralisme allemand: Aux sources de l'Economie sociale de marche. Cergy-Pontoise: CIRAC- Université de Cergy-Pontoise, 2003.

BUGIATO, Caio. Kautsky e Lenin: imperialismo, guerra e paz nas relações internacionais. In: Revista Novos Rumos, v. 54 n. 2, 2017.

CAEIRO, Joaquim Croca. Elites e Poder: os grupos económicos em Portugal (1930-1996). Lisboa: CESDET/ISSSL, 2004.

CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CANDIDO, Antonio. O caráter da repressão. In: Jornal Outras Palavras, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria da dependência. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr, 2013.

_____. Globalização e neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade. In: MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO (org.). A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: 1997.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Miguel. Quando Portugal ardeu: Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril. Lisboa: Oficina do Livro, 2017.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHANG, Há-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHAVES, Germán Rodas. El Plan Colombia: Análisis de una estrategia neoliberal. 3ª Ed. Quito: Ediciones Abya–Yala, 2008.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

CHESNAIS, François. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. In: Revista Outubro, n. 16, p. 11-33, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLAUDIN, Fernando. La crisis del movimento comunista (de la Komintern al Kominform). Espanha: Ruedo Iberico - Iberica de Ediciones y Publicaciones, 1978.

COATES, David. Reformismo. In: BOTTOMORE, T. (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COLASUONNO, Miguel. Apresentação. In: FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Coleção os Economistas. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

COLLETTI, Lucio. Bernstein and the marxim of the second internacional. In: COLLETTI. From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society. New York e Londron, 1974.

COSTA, Hermes. A política internacional da CGTP e da CUT: etapas, temas e desafios. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 71, p. 141-161, 2005.

_____. A UGT e a CGTP perante a integração europeia: A confirmação de um sindicalismo dual. In: Repositório Científico da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, 2004. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/11061/1/A%20UGT%20e%20a%20CGTP%20perante%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20europeia.pdf >. Acesso em 01/03/2021.

COSTA, Jorge et al. Os donos de Portugal: cem anos de poder económico (1910-2010). Porto: Edições Afrontamento, 2010.

CRUZEIRO, Maria Manuela. Rveolução, História e Memória: o 25 de abril e os desafios da história oral. In: E-cadernos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 29, p. 197-212, 2018.

CUNHAL, Álvaro. As seis características fundamentais de um Partido Comunista. Lisboa: Editorial Avante!, 2020a.

_____. A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: A contra-revolução confessa-se. Lisboa: Editorial Avante!, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cunhal/1999/verdade/13.htm>. Acesso em 26/01/2021.

_____. As vertentes fundamentais da democracia. Conferência no Concelho da Câmara Municipal de Matosinhos, 9 de maio de 1996. Disponível em: <https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/as_vertentes_fundamentais_da_democracia_alvaro_cunhal.pdf >. Acesso em 26/01/2021.

_____. O partido com paredes de vidro. 6ª Ed. Lisboa: Editorial Avante, 2002.

_____. O Partido Comunista da ‘reorganização’ dos anos 40 ao 25 de Abril. Lisboa: Editorial Avante!, 2020b.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVID, Isabel (org.). Crisis, austerity, and transformation: how disciplinary neoliberalism is changing Portugal. Washington DC: Lexington Books, 2018.

DEAN, Jordi. The Subject of the Revolution. In: Crisis and Critique, 4(2), 2017.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENFU, Cheng e BAOLIN, Lu. Five Characteristics of Neoimperialism. In: Monthly Review, maio, 2021. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2021/05/01/five-characteristics-of-neoimperialism/>. Acesso em 10/06/2021.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A Futura Revolução Italiana e o Partido Socialista. In: ENGELS, F. Obras Escolhidas em três tomos. Tomo III. tomo III. p.: 507-511. Lisboa: Editorial Avante! – Edições Progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1894/01/26.htm>. Acesso em 05/04/2021.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

ESTANQUE, Elísio et al. Building the “contraption”: anti-austerity movements and political alternative in Portugal. In: ROCA, MARTÍN-DÍAZ, DÍAZ-PARRA (org.). Challenging austerity. Radical left and social movements in the South of Europe. Londres: Routledge, 2018.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Apresentação. In: Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Ana Rita. A solução governativa portuguesa: Uma Quarta Via para a política Social-democrata? Lisboa: Fundação Res Publica, 2017.

_____. Seguro e Costa: diferenças ideológicas? In: Jornal Público, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/22/politica/opiniao/seguro-e-costa-diferencas-ideologicas-1667151>. Acesso em 09/06/2021.

FERREIRA, João. A União Europeia não é a Europa: Portugal e a integração europeia. Lisboa: Editorial Avante!, 2019.

FERREIRA, Maria e FONSECA, Pedro. Demolishing Portugal's "Berlin Wall": the portuguese left against austerity policies. In: DAVID, Isabel (org.). Crisis, austerity, and transformation: how disciplinary neoliberalism is changing Portugal. P. 133-155. Washington DC: Lexington Books, 2018.

FINN, Daniel. Luso-anomalies. In: New Left Review, n. 106, p. 5-32, 2017.

FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e Marxismo, v.5, n.8, jan./jun., 2017.

_____. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editoras da EPSJV e da UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história. In: WOOD, Ellen e FOSTER, John (orgs.). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. O redescobrimento do imperialismo. In: BORON, A; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (org.). A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas.São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump. In: Revista Política & Sociedade, Florianópolis, vol. 17, nº 40, set./dez., 2018.

FREIRE. André. A esquerda europeia ante os dilemas da imigração. In: Sociologia (Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), v. 19, p. 255-279, 2009.

_____. A esquerda radical em Portugal. In: MARCH, Luke e FREIRE, André (Orgs.). A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade? P. 105-243. Porto: Quidnovi, 2012.

_____. A moção, o passado e o futuro. In: Jornal Público, 7 de março de 2011. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/03/07/jornal/a-mocao-o-passado-e-o-futuro-21479075>. Acesso em 01/02/2021.

_____. Da maioria de esquerdas ao governo "pisca pisca". In: Revista Seara Nova, n. 1749, p. 4-10, 2019.

_____. Pra lá da "Geringonça": os governos da esquerda em Portugal e na Europa. Lisboa: Contraponto Editores, 2017.

FREIRE, André e CORREIA, Augusta. Ideological and policy representation in Portugal before and after the great recession, 2008–2017. In: LISI, Marco, FREIRE, André e TSATSANIS, Emmanouil (org.). Political representation and citizenship in Portugal: from crisis to renewal. Londres: Lexington Books, 2020.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Coleção os Economistas. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIEDMAN, Milton. The Promise of Vouchers. In: Wall Street Journal, 5 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/objects/56959/the-promise-of-vouchers>. Acessado em 30/06/2019.

FRÖLICH, Paul. Rosa Luxemburgo: pensamento e ação. São Paulo: Boitempo, 2019.

FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALASTRI, Leandro. Jangada de pedra contra a maré? A experiência do governo de esquerda em Portugal (2015-2019). In: Revista Novos Rumos, v. 56 n. 1, 2019.

GALRÃO, Márcia e TAVARES, Rita. Como Costa montou a Geringonça em 54 dias. Lisboa: Lua de Papel, 2016.

GAULEJAC, Vincent. Gestão como Doença Social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

GIDDENS, Anthony. The third way: the renewal of social democracy. Cambridge, UK: Polity Press, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995

GODOY, Nilton. Classes sociais e voto partidário em Portugal, 1987-2011. Tese de Doutoramento em Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Departamento de Sociologia, abril, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Alberto P. As classes perigosas: banditismo rural e urbano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GURGEL, Clarisse. Ação performática: sintoma de uma crise na esquerda. In: Revista Marx e o Marxismo, v. 5 n. 9, 2017.

_____. O Império das Imagens: a ação performática entre acting out e passagem ao ato. In Revista Analytica, v. 4, n. 7, p. 39-60, jul-dez, 2015.

GURGEL, Cláudio. A Gerência do Pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Braverman, o Estado e a "administração consensual". In: Cadernos EBAPE-BR, v. 12, nº 4, artigo 4, Rio de Janeiro, out/dez, 2014.

GURGEL, Cláudio e JUSTEN, Agatha. Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do "espírito de Dunquerque". In: Cadernos Ebape, v.19, n. 3, p. 395-407, 2021.

_____. Marxismo e Políticas Públicas. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, GT Marxismo e Ciências Sociais, outubro, 2011.

HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. 17ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Globalização, democracia e terrorismo. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HONÓRIO, Cecília. Direitas e populismo: UE e Portugal. In: PENICHE, A. (org.). Combates contra a extrema-direita: homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

JABOUR, Elias. China: Socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020.

JUSTEN, Agatha e GURGEL, Cláudio. Neoliberalismo, queda da taxa de lucro e política pública do trabalho no Brasil. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 26, n. 85, p. 1-20, 2021.

KATZ, Cláudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KAUTSKY, Karl. A Ditadura do Proletariado. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. Social Democracy versus Communism. In: Rand School Press, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1930s/demvscom/index.htm>. Acesso em 12/04/2021.

_____. Imperialismo e a Guerra. In: Die Neue Zeit, setembro de 1914. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11.htm>. Acessado em: 30/06/2019.

_____. Marxism and Bolshevism: Democracy and Dictatorship. In: American League for Democratic Socialism, 1934. Disponível em: < https://www.marxists.org/archive/kautsky/1934/bolshevism/index.htm>. Acesso em 12/04/2021.

_____. Preparação para a Paz. In: Die Neue Zeit outubro de 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/10/01.htm>. Acessado em: 30/06/2019.

_____. Ultra-imperialism. In: Die Neue Zeit, setembro de 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em 12/04/2021.

KELLOG, Paul. Engels e as raízes do “revisionismo”. In: Revista Praxis, n.4, julho, 1995.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAPAVITSAS, Costas. The left case against the EU. Medford, USA: Polity Press, 2018.

LEIVA, Orlando Caputo. Crítica a la interpretación financiera de la crisis. In: KATZ (org.). La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

LESSA, Sérgio. Lukács e a Ontologia: uma introdução. In: Revista Outubro, ed. 05 (2), 2001.

_____. Capital e Estado de Bem-Estar: O Caráter de Classe das Políticas Públicas. Maceió: Instituto Lukács, 2013.

LENIN, Vladimir Ilyitch. As três fontes e três partes componentes do marxismo. In: Lenin 150. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. Como iludir o povo com slogans de liberdade e igualdade. 3ª Ed. São Paulo: Global Ed., 1980.

_____. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENIN, V. Obras escolhidas em três tomos – Tomo I. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 1977a.

_____. Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento actual e os erros dos camaradas Trótski e Bukhárine. In: LENIN, V. Obras escolhidas em três tomos – Tomo III. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 1980.

_____. Marxismo e Revisionismo. In: LENIN, V. Obras escolhidas em três tomos – Tomo I. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 1977e.

_____. Obras Completas – Tomo XXII. Madrid: Akal Editor, 1977b.

_____. O Estado e a Revolução. A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: LENIN, V. Obras escolhidas em três tomos – Tomo I. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 1977c.

_____. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: LENIN, V. Obras escolhidas em três tomos – Tomo I. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 1977d.

LISI, Marco. Moderados, pragmáticos e personalizados. A evolução dos partidos de esquerda na Europa do Sul. In: Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 64, p. 59-80, 2010.

_____. Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

_____. Party change, recent democracies, and Portugal comparative perspectives. London: Lexington Books, 2015.

_____. U-Turn: the portuguese radical left from marginality to government support. In: South European Society and Politics, n. 21(4), p. 541-560, 2016.

LISI, Marco, FREIRE, André e TSATSANIS, Emmanouil (org.). Political representation and citizenship in Portugal: from crisis to renewal. Londres: Lexington Books, 2020.

LOPES, Inês Serra. A Geringonça. Lisboa: Oficina do Livro, 2019.

LOSURDO, Domenico. A luta de classes: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu e como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. O significado histórico da Revolução de Outubro. In: Revista Crítica Marxista, n. 4, p. 67-88, 1997.

_____. O significado histórico da Revolução de Outubro II. In: Revista Crítica Marxista, n. 5, p. 55-80, 1997.

_____. O significado histórico da Revolução de Outubro III. In: Revista Crítica Marxista, n. 6, p. 51-82, 1998.

_____. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. In: Revista Crítica Marxista, n. 17, 2003.

LOUÇÃ, Francisco. A construção do neoliberalismo como conservadorismo ofensivo. In: MORGADO, R. (org.). Lutas e resistências ao conservadorismo reacionário: jornada internacional de pesquisadores. Rio de Janeiro: PPGSS-UFRJ, 2018.

_____. A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX. In: ROSAS et al (org.). O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império. Lisboa: Tinta da China, 2020.

_____. Passar o Rubicão, ou o programa do PS. In: Revista Crítica Económica e Social (online), n. 1, maio, 2015.

_____. Portugal agrilhoado: a economia cruel na era do FMI. Lisboa: Bertrand, 2011.

_____. Tão liberal e tão amigo de Salazar. In: Jornal Público, publicado em 2 de setembro de 2014.

LOUÇÃ, Francisco e MORTÁGUA, Mariana. A dividadura: Portugal na crise do euro. Lisboa: Bertrand, 2012.

LOWY, Michael. A extrema-direita: um fenômeno global. In: PENICHE, A. (org.). Combates contra a extrema-direita: homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: Revista Outubro, n. 1, p.73-80, 1998.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUKÁCS, György. Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Os Princípios Ontológicos Fundamentais em Marx. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1972.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1980.

_____. A crise da social-democracia. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1977.

_____. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, A. (org.). Teoria da organização política: Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Reforma, revisionismo e oportunismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARCH, Luke. Os partidos europeus da esquerda radical após a crise: Marxismo, mainstream ou marginalidade? Em MARCH, Luke e FREIRE, André (Orgs.). A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade? P. 25-104 Porto: QuidNovi, 2012.

MAGRI, Lucio. O Alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAITO, Esteban. The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since XIX century. In: Munich Personal RePEc Archive (Ludwig Maximilian University of Munich), 2014. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/55894/>. Acesso em 09/10/2020.

MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO (org.). A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: 1997.

MAMEDE, Ricardo Paes. Explicações alternativas para a crise do Euro e suas implicações. In: Revista Análise Social, lv (3.º), n. 236, pp. 626-652, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina, Dependencia y Globalización. Compilador: Carlos Eduardo Martins. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. Ed.: 4ª. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARTINS, Jorge. A extrema-direita e a direita radical nos países da União Europeia. In: PENICHE, A. (org.). Combates contra a extrema-direita: homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

MARX, Karl. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Crítica do Programa do Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política. Ed. Eletrônica (ebook). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: Obras Escolhidas – Tomo II. Lisboa: Editorial Avante, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm#n8>. Acessado em 30/07/2019.

_____. O Capital, Crítica da Economia Política – Livro I: o processo de produção do capital. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. O Capital, Crítica da Economia Política – Livro III: o processo global da produção capitalista. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

_____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Manifesto Comunista. São Pualo: Boitempo, 1998.

_____. Manifesto do Partido Comunista. 10ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

MASCARO, Alysson. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Estado e Forma Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO FILHO, Marcelo Soares. Quarenta anos de Escola Francesa da Regulação: entre o marxismo e o institucionalismo histórico. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 1 (65), p. 25-29, janeiro-abril, 2019.

MENDES, Cláudia. A Imprensa e os acordos de Governo entre partidos de esquerda em Portugal: o caso da "Geringonça". Dissertação. Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Estudos Políticos. Dez., 2018.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opção de desenvolvimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÉZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: Revista Outubro, n. 4, p. 7-15, 2000.

_____. A Crise Estrutural do Capital. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. Atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MISES, Ludwig von. As seis lições. 7ª Ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MORAES, Reginaldo. Bloco de esquerda e Podemos: dois experimentos de organização na nova esquerda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

MYRDAL, Gunnar. Aspectos Políticos da Teoria Econômica. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. O que é marxismo. 9ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NEVES, Victor. Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

NUNES, António Avelãs. A social-democracia europeia e a fidelidade ao "culto europeísta". In: Boletim da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD), p. 3-20, n. 19, maio, 2019a.

_____. Crise do Capitalismo, Crise da Europa (Parte I). In: Revista Jurídica Unicuritiva, n. 33, v.4, 2013a.

_____. Crise do Capitalismo, Crise da Europa (Parte II). In: Revista Jurídica Unicuritiva, n. 34, v.1, 2014.

_____. Neoliberalismo, Capitalismo e Democracia. In: Boletim de Ciências Econômicas XLV, p. 17-74, 2003.

_____. O Estado capitalista e as suas máscaras. 3ª Ed. Lisboa: Edições Avante!, 2013b

_____. O euro: das promessas do paraíso às ameaças de austeridade perpétua. In: Boletim de Ciências Econômicas XLV, p. 3-166, 2013c.

_____. Os caminhos da social-democracia europeia. Lisboa: Ed. Página a Página, 2019b.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSORIO, Jaime. Estado, reproducción del capital y lucha de clases - La unidad económico-política del capital. Cidade Autônoma do México: Universidade Autonoma Metropolitana (UNAM), 2014.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.

PARENTI, Michael. A cruzada anticomunista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. Blackshirts and reds: rational fascism and the overthrow of communism. San Francisco: City Ligths Books, 1997.

PARTIDO SOCIALISTA E BLOCO DE ESQUERDA. Posição conjunta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda sobre solução política. Novembro de 2015. Disponível em: <http://cdn.impresa.pt/284/9c2/9700333/BE.pdf>. Acesso em 09//10/2020.

PARTIDO SOCIALISTA E PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. Posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política. Novembro de 2015. Disponível em: <https://cdn.impresa.pt/14d/378/9700329/PCP.pdf>. Acesso em 09//10/2020.

PARTIDO SOCIALISTA E PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES. Posição conjunta do PS e do PEV sobre solução política. Novembro de 2015. Disponível em: <https://www.osverdes.pt/media/Parlamento/PosicaoConjuntaPS_PEV.pdf>. Acesso em 09//10/2020.

PASQUALINI, Juliana e MARTINS, Lígia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. In: Revista Psicologia & Sociedade, 27(2), p. 362-371, 2015.

PATNAIK, Prabhat. Whatever Happened to Imperialism? In: Monthly Review, v. 42, n. 6, nov., 1990.

PATNAIK, Utsa e PATNAIK, Prabhat. Capital and Imperialism: theory, history and the present. New York: Monthly Review Press, 2021.

_____. Imperialism in the Era of Globalization. In: Monthly Review (online), jul., 2015. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2015/07/01/imperialism-in-the-era-of-globalization/>. Acesso em 10/04/2021.

PAULA, Marcela Magalhães de. O futuro tem partido. In: Revista Jacobin Brasil, 25 de abril de 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/04/o-futuro-tem-partido/>. Acesso em 26/04/2021.

PCP. Programa e estatutos: democracia avançada, os valores de Abril no futuro de Portugal. Lisboa: Edições Avante!, 2013.

PEDERSEN, Bodil Damgaard. A dimensão trabalhista no Nafta e na União Europeia. In: MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO (org.). A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: 1997.

PEREIRA, José Santana. A esquerda radical no período pós-2009: nada de (muito) novo em Portugal? In: Revista Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

PETRELLA, Riccardo. As novas tábuas da lei de Deus. In: MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO (org.). A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: 1997.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Eleutério. Crises, capital financeiro e democracia ameaçada. In: Jornal Outras Palavras, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/crises-capital-financeiro-e-democracia-ameacada/>. Acesso em 05/04/2021.

PRASHAD, Vijay. A estrela vermelha sobre o terceiro mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRÍNCIPE, Catarina. Anti-Austerity and the politics of toleration in Portugal. In: ONLINE-Publikation, Rosa Luxemburg Stiftung, n. 19, p. 7-20, 2017.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalism and Social Democracy. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1985.

_____. A social-democracia como fenômeno histórico. In: Revista Lua Nova, n.15, p.41-81, 1988.

RAMOS, Rui (org.). História de Portugal. Lisboa: A Esfera do Livro, 2010.

REIS, José. Foi bonita a festa ou adeus tristeza? In: FERREIRA, Eduardo Paz (org.) 25 Anos na União Europeia. pp. 327-331. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. Moralismo, ortodoxia e economia. In FERREIRA, Eduardo Paz (org.). A Austeridade Cura, A Austeridade Mata. p. 974-989. Lisboa: AAFDL, 2013.

_____. O drama europeu: é possível regressar aos fundamentos? In Revista Nação e Defesa, n. 137, p. 74-86, 2014.

_____. Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Portugal: um retrato singular. Porto: Afrontamento, 1993.

ROBERTS, Michael. The long depression: how it happened, why it happened and what happens next. Chicago: Haymarket Books, 2016.

RODRIGUES, Francisco Martins. Anti-Dimitrov: 1935 a 1985, meio século de derrotas da revolução. 2ª Ed. Lisboa: Abrente Editora, 2008.

ROSA, Eugénio. Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização. Tese de Doutoramento em Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, julho, 2012.

_____. O mito da redução da TSU como fator de competitividade. In: Revista Crítica Económica e Social, n.1, maio, 2015.

_____. Uma nova política económica ao serviço das pessoas e de Portugal. Amadora, Portugal: Editora Caminho, 2005.

ROSAS, Fernando. Os quatro regimes. In: ROSAS et al (org.). O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império. Lisboa: Tinta da China, 2020.

ROSAS, Fernando. Notas para um debate sobre a Revolução e a Democracia. In. VARELA (org.). Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos. p. 251-283. Lisboa: Bertrand, 2012.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In: LENIN, V. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 2011.

SANTOS, Ana e REIS, José. Portugal: uma semiperiferia reconfigurada. In: E-cadernos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 29, p. 57-76, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As esquerdas portuguesas num novo ciclo. In: Revista Eletrônica Outras Palavras, publicado 15 de outubro de 2018(a). Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/as-esquerdas-portuguesas-num-novo-ciclo/>. Acessado em 30/06/2019.

_____. Portugal: ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Vivemos um ciclo reacionário diferente. Entrevista ao Jornal El Pais Brasil, edição eletrônica de 02 de novembro, 2018(b).

_____. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARAMAGO, José. Por utopias mais próximas. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 69, 2007.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. 1, 2009.

SARTI, Ingrid. Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Faperj, 2006.

SAUNDERS, Frances. Quem pagou a conta? Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SOEIRO, José. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. In: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 28, p. 55 – 79, 2014.

SOEIRO, José, CARDINA, Miguel e SERRA, Nuno. Não acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

SOUSA, Pedro Ponte e. A democracia portuguesa e a Europa democrática. Algumas considerações sobre os problema, respostas, soluções e interações: comuns ou distintos? In: Revista Análise Europeia, n.3, 118-141, 2017.

STAKE, Robert. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? In: Revista SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul./dez., 2015.

TRAVERSO, Enzo. Os novos "sonâmbulos" frente ao pós-fascismo. In: PENICHE, A. (org.). Combates contra a extrema-direita: homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARELA, Raquel. A História do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2011.

_____. Cunhal não foi Carrillo? Estratégia e tática do Partido Comunista Português durante a crise revolucionária de 1975. In: Revista Hispania, vol. LXXII, n.º 242, septiembre-diciembre, 669-698, 2012b.

_____. Estado Social, Assistência Social e precariedade laboral em Portugal (1974-2015). In: Revista SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 411-454, jul./dez., 2015.

_____. História do povo na revolução portuguesa (1974-75). Lisboa: Bertrand, 2014.

_____. História da política do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos (1974-75). Tese de Doutoramento Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE/IUL, junho, 2010.

_____. Nasce a "Aliança Povo-MFA". In: Série 25 Artigos para 25 Dias, n.6, 2013. Disponível em: <https://raquelcardeiravarela.wordpress.com/2013/03/21/nasce-a-alianca-povo-mfa/>. Acesso em: 25/01/2021.

_____. O Partido Comunista Português e a esquerda militar. Contriobuto para o estudo da crise político-militar na Revolução dos Cravos. In: Revista Ler História, n. 63, p. 49-73, 2012.

_____. Quem paga o Estado social em Portugal? Lisboa: Bertrand, 2013.

VARELA, Raquel e PEREIRA, Luisa. O direito ao trabalho, saúde, educação e o nascimento do Estado Social. In: Revista Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14 n. 1, p. 11-32, jan./abr., 2016.

_____. Reestruturação produtiva na Europa. In: Revista Katál., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 157-167, jan./abr. 2018.

_____. Segurança social, trabalho e Estado em Portugal. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

VAROUFAKIS, Yanis. Adultos na sala: minha batalha contra o establishment. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

VAROUFAKIS, Yanis. Austerity. London: Vintage, 2018.

_____. E os fracos sofrem o que devem? Os bastidores da crise europeia. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

WACQUANT, Loic. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Editora Reva, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo: renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Estado, democracia e globalização. In: BORON, A; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (org.). A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas.São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. What is the 'postmodern' agenda? An introduction. In: Monthly Review, 47 (3), p. 1-12, 1995.

WOOD, Ellen e FOSTER, John (orgs.). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WILLIAMSON, John. Depois do Consenso de Washington: uma agenda para reforma econômica na América Latina. Palestra na FAAP, São Paulo, agosto, 2003. Disponível em: <https://piie.com/sites/default/files/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em 30/06/2019.

WILLIAMSON, John e KUCZYNSKI, Pedro-pablo. Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004.

ZERMEÑO, Sergio. O Estado neoliberal e o esvaziamento do espaço público. MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO (org.). A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

ZIZEK, Slavoj. Alguém disse totalitarismo? Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. São Paulo: Boitempo, 2013.